UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Geociências

LIVIA CANGIANO ANTIPON

DIREITO AO TERRITÓRIO, DIREITO À EXISTÊNCIA: A SITUAÇÃO ALIMENTAR EM SÃO LUÍS (MA)

Campinas

2024

LIVIA CANGIANO ANTIPON

DIREITO AO TERRITÓRIO, DIREITO À EXISTÊNCIA:
A SITUAÇÃO ALIMENTAR EM SÃO LUÍS (MA)

TESE APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

Orientador: Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA LIVIA CANGIANO ANTIPON E ORIENTADA PELO PROF. DR. MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA

CAMPINAS
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Antipon, Livia Cangiano, 1989-
An87d Direito ao território, direito à existência : a situação alimentar em São Luís (MA) / Livia Cangiano Antipon. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Márcio Antônio Cataia.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências.

1. Assistência alimentar. 2. Política alimentar. 3. Fome - São Luís (MA). 4. Economia Urbana. 5. Segurança Alimentar e Nutricional. I. Cataia, Márcio Antonio, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Geociências. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The right to territory, the right to exist : the food situation in São Luís (MA)
Palavras-chave em inglês:
Food relief
Nutrition policy
Hunger - São Luís (Maranhão, Brazil)
Urban Economy
Food and nutrition security
Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial
Titulação: Doutora em Geografia
Banca examinadora:
Márcio Antônio Cataia [Orientador]
Adriana Maria Bernardes da Silva
Catia Antonia da Silva
Soraia de Fátima Ramos
Carlos Frederico Lago Burnett
Data de defesa: 26-08-2024
Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0003-2166-2663
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/8378003332402652

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

AUTORA: **Livia Cangiano Antipon**

DIREITO AO TERRITÓRIO, DIREITO À EXISTÊNCIA: A SITUAÇÃO ALIMENTAR EM SÃO LUÍS (MA)

ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia

Aprovada em: 26/08/2024

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia - Presidente

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Profa. Dra. Catia Antonia da Silva

Profa. Dra. Soraia de Fátima Ramos

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas, 26 de agosto de 2024.

Dedico esta tese a todas e todos que ensinam, em suas trajetórias cotidianas, o sentido político e coletivo da vida.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultado de um trabalho longo e, sobretudo, coletivo. Agradecer a todas as pessoas que estiveram comigo neste intenso percurso de construção e escrita da tese é tarefa principal, além de um momento precioso de rememoração desse profundo processo.

O Presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2019/13511-0. Assim, primeiramente, agradeço-a pela oportunidade de usufruir de um direito de qualquer pesquisadora e pesquisador brasileiros: o acesso a recursos financeiros que viabilizam em sua plenitude o fazer científico. À/Ao parecerista desta pesquisa, estendo meus agradecimentos pelas importantes considerações em cada relatório analisado.

Agradeço ao Prof. Dr. Márcio Cataia pela orientação, que já completa 15 anos. Neste tempo, com o rigor e a seriedade de seu trabalho, construímos um importante objeto de pesquisa e pensamos uma geografia renovada e comprometida com a formação de uma consciência cidadã. Obrigada, professor, por todos os ensinamentos!

À banca de qualificação, Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva e Prof. Dr. Frederico Lago Burnett, pelas valiosas contribuições, as quais nos esforçamos para incluir e problematizar na versão final da tese.

À banda de defesa, Profas. Dras. Adriana Maria Bernardes da Silva, Cátia Antônia e Soraia Ramos e Prof. Dr. Frederico Lago Burnett, pelas críticas, diálogos e convite ao debate.

À Adriana Bernardes, grande professora, agradeço imensamente por nos ensinar a ter coragem, pelo desejo reverberado em suas alunas e alunos, amigas e amigos de que é preciso sair de si para construir o nós. Obrigada também pelo ensinamento de que a tese deve estar a serviço do coletivo!

Às/Aos professoras e professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): Maria Tereza Duarte Paes, Regina Célia de Oliveira, Vicente Eudes, Ricardo Castillo e Rafael Straforini. A todas/os as/os funcionárias e funcionários do Instituto de Geociências. Muito obrigada!

Às/Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Economia Política do Território (Gepot): Guerby Sainte, Renan Augusto Ramos, Camilla Ribeiro Leal, Bruno Libânio, Fransciny Costa Alves, Jéssica Aparecida dos Santos Rodrigues, Rodrigo Fernandes Silva, Carlos Salazar, Oscar Esteban Herrera Florez. Ao Luiz Fernando Vieira dos Santos sou extremamente grata pela

amizade e parceria ao longo de todos esses anos. Sua companhia, suas considerações, ideias, perguntas e sugestões foram fundamentais para a escrita desta tese.

Às/Aos colegas e camaradas do Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial (Geoplan) "das antigas": Silvana Silva, Fabrício Gallo, Mariana Traldi, Heleza Rizatti, André Pasti, Sérgio Teixeira, Luciano Duarte, Rodrigo Silva, Renan Inquérito, Luisinho. À Ana Paula Mestre, minha admiração. Ao Carlos Eduardo Nobre, agradeço a amizade.

Às/Aos professoras, professores e funcionárias que gentilmente me receberam no Maranhão. Na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sobretudo nas atividades do Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad/Amazônia), agradeço aos Profs. Drs. Cláudio Eduardo de Castro, Ana Rosa Marques, Quésia Duarte da Silva, José Sampaio de Mattos Junior, José Fernando Rodrigues Bezerra, Luiz Carlos Araújo dos Santos, Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha, Saulo Santos, Regina Célia de Castro Pereira, Frederico Lago Burnett. Sou grata à Nana e July por todo suporte e carinho. Ao José Arilson Xavier de Sousa, agradeço o encontro que o comprometimento com uma geografia dos sentidos nos proporcionou. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), agradeço a amizade e parceria construídas com Josoaldo Lima Rego e a oportunidade de aproximação com alunas e alunos do Núcleo de Estudos Geográficos (Nego), bem como a ponte realizada pelo Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues com os coletivos periféricos do Coroadinho. Na Escola de Governo do Maranhão e na Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), agradeço ao José Antonio Viana Lopes pela recepção em São Luís.

Às/Aos companheiras e companheiros do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle) da UEMA: Clara, Elayne, Milena, Vanessa, Poliana, Antonio, Vinícius, Felipe, Henrique e Alex. Agradeço a acolhida, os ensinamentos e a oportunidade revolucionária de estar em uma sala de aula com vocês!

Ao Grupo de Trabalho Questões Alimentares, da Associação das Geógrafas e Geógrafos Brasileiros (AGB – seção São Paulo): Zé, Graça, Kauê, Paulinha, Helô, Mateus, Maíra, Cris – obrigada pela oportunidade de um aprendizado coletivo.

Agradeço às/ao camaradas Adriana Salay Leme, Lis Furlani Blanco e José Raimundo Sousa Ribeiro Junior pela parceria intelectual e pela amizade construída em razão do nosso interesse em entender politicamente e sobretudo superar a fome. Com vocês a caminhada no doutorado fez mais sentido, e as ideias aqui defendidas foram mais bem compreendidas.

Às/Aos camaradas do Center for Place, Culture, and Politics da City University of New York (Graduate Center), espaço no qual desenvolvi durante um ano esta tese e pude contar com

colaborações essenciais das/os pesquisadoras e pesquisadores: Nicole Wallenbrock, Stephen Jones, Kirsten Gill, Stefano Morello, Nick Rodrigo, Kaegan Sparks. Em especial, este trabalho deve gratidão ao olhar atencioso de Laura Liu, Miriam Ticktin, Cristiano Alves, Siraj Ahmed e Jonathan Gray. Agradeço profundamente a acolhida de Mary Taylor e Peter Hitchcock. À Sónia Vaz e Mythri Prasad-Aleyamma, pela amizade que perdura e pelo aprendizado que levo comigo. Ao professor David Harvey, pela oportunidade do diálogo, pelo interesse nas contribuições da geografia brasileira e pelos originais da revista *Antipode* com os textos em inglês do professor Milton Santos. À professora supervisora do estágio realizado no exterior, Ruth Wilson Gilmore: não há palavras para agradecer esse encontro e todos os aprendizados que dele surgiram. Obrigada pela leitura atenta e pela arguição generosa quando defendi a estrutura geral da tese para todos os colegas do centro! Agradeço a oportunidade de aprender com você, entre tantas importantes coisas, que a liberdade é um lugar.

Às/Aos amigas amigos que a temporada nos Estados Unidos entre 2022 e 2023 me trouxe. À Sapana Doshi, pela amizade e pela construção das pontes. Em Nova York contei com a companhia de Fellipe, Anax, Livia, Apoena, Andrea, Tarcila, Lu, Hiba (e Sisi!) e Jaime. À Isadora e Natália, agradeço o companheirismo e as aventuras. Ao Matt, por nossos cafés, almoços e caminhadas na 5th Avenue: são as mais belas lembranças que tenho do Graduate Center. Ao Ronen, pela alegria desse lindo e sincero encontro nesta cidade infinita (saudades) e por toda ajuda nas revisões e no incentivo com os meus textos na versão em inglês. À Mafê, pela possibilidade sincera do amor e tudo que aprendo com você – o Harlem teve sorte com a sua presença!

Ao African Centre for Cities da University of Cape Town, pela recepção como pesquisadora visitante. Agradeço à Profa. Dra. Jane Battersby e ao Prof. Dr. Gareth Haysom por gentilmente abrirem as portas do Centro. À Nokukhanya Mncwabe e Ameerah Gierdien pela fundamental acolhida.

Agradeço à Mônica Silva pelo cuidado e rigor com a revisão desta tese.

Às/Aos amigas e amigos que a geografia e o ato de lecionar esta linda disciplina me trouxe: Débora Mineira, Maurício Moysés, Flávio Lima, Kena Chaves, João Paulo Marçola, Paula Rettl, Isadora Marchetti, Miguel Crochik, Nayara Peres, Augusto Russo, Bruno Xavier, Kauê Lopes, Ana Chican, Marilena Felipe, Rogério Viana, Renatinha, Juliana, Rubenito: obrigada por se manterem presentes! Raquel Padua, agradeço a caminhada e, com ela, a leveza conferida aos duros processos acadêmicos – *viva a vida*!

Às/Aos *amies*: Rô Xurrão, Lucas Panitz, Fezinha, Claudia, Fábio, Claudio e Giulia – vocês são fonte de inspiração. Ao Fábio Tozi, agradeço a confiança em meu trabalho. À Fabi, minha amiga, obrigada pela parceria e pelo incentivo em todas as fases deste doutorado.

Às/Aos amigas/os que a estadia em São Luís me deu de presente: Mister Layon, Caio, Beth-Madá, Larissa, Jória, Pri, Bia, Ramiro, Ana, Nat, Nádia, Silvia, Priscila, Vivi, Claudião, Maíra, Ana Rosa, Eugênia, Saulo, Luama, Melina, Robgol, Jordane (também lhe agradeço a realização das cartografias desta tese), Joso e Alê. À Julia e à Martina, pela companhia e pelos cuidados cotidianos.

Às minhas melhores amigas, guardadas em meu coração e que trazem a certeza de que a manutenção desses laços é algo que não abro mão: Marina (que cuidou do meu corpo, não deixando que as dores físicas de escrever durante muitas horas me prejudicassem), Teca (pela permanência e curiosidade sincera), Bruna, Larissa, Priscila, Laris, Julia e Sarah, obrigada!

Ao Felipe, pela nossa história. Também agradeço o cuidado com os gráficos, quadros, dados numéricos e com a formatação geral da tese. À Mayara, por todo apoio e interesse no desenvolvimento da tese.

Ao Inácio (*in memoriam*) e à Rulia, que aceitou a guarda compartilhada com a minha ausência em razão do doutorado. Para Frank, Anne, Cora e Pepe – este último que não me deixou sozinha um segundo sequer até o depósito final deste texto.

Agradeço imensamente a minha família. Aos meus pais, Maria Tereza Cangiano Antipon e João Carlos Antipon, pelo reconhecimento, estímulo aos estudos e por me ensinarem sobre a vida nas estradas em direção ao sul e entre as estantes da Livraria Roteiro. Ao meu querido irmão, Marcos Vinícius Cangiano Antipon, pela amizade, amor e parceria. À Dona Joana D'Arc, Fatiminha (minha grande professora!), Andrea, Sabrina, Laura, ao Marco, Eduardo, Burca e, sobretudo, às novas gerações: Arthur Golias e Joninhas.

Ao Cristiano Nunes Alves (Xiq), meu companheiro afetivo e intelectual, pelo amor profundo e revolucionário. Nos conhecemos caminhando entre as ruas de uma cidade da luz. Desde então, olhamos e pensamos os lugares juntos; colecionamos alguns livros. Obrigada por segurar firme a minha mão e acreditar desde o princípio que esta tese tomaria corpo. Estas linhas também são para você.

Por fim, e não menos importante, agradeço a todas/os as/os interlocutoras e interlocutores desta pesquisa. Aos órgãos do governo que gentilmente entenderam a importância da reflexão, disponibilizando dados e realizando conversas centrais à análise. Às/Aos vendedoras e vendedores de comida de São Luís: pela confiança em narrar as suas

trajetórias e pelos pratos de comida. De Jesus, Nicole, Bigorna e Luís Felipe, obrigada por gentilmente me apresentarem o centro e suas histórias!

Aos coletivos periféricos e às pessoas que os fazem acontecer. Agradeço ao Fabrício, ao Paulo e a todas as alunas do curso de gastronomia “popular” com quem tive o prazer de conviver na Casa das Pretas, no Coroadinho. Às mulheres que estão à frente da luta contra a fome na cidade, especialmente Christiane, Meire Flor, Ju do Coroadinho, Rosa e Raimunda. Muito obrigada por me ensinarem o sentido coletivo e político da vida!

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão
Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel
Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
E fecundar o chão

Milton Nascimento, "O cio da Terra"

Them belly full, but we're hungry
A hungry mob is a angry mob
A rain a-fall, but the dirt, it tough
A yet I yoke, but the yield no nuff

Bob Marley, "*Them Belly Full* (*but We Hungry*)"

RESUMO

Esta tese defende a relação intrínseca entre a situação alimentar de São Luís, capital do Maranhão, e a sua urbanização. Como impulso e decorrência do processo urbano, a situação alimentar é socioespacialmente desigual e racialmente fragmentada. Por meio de levantamento bibliográfico e de dados coletados durante trabalhos de campo, entrevistas e relatórios institucionais, esta pesquisa parte da seguinte premissa: os processos de modernização do território maranhense, ao resultarem na fome e na deterioração alimentar de sua população urbana, conformam uma economia popular, lida pela teoria dos *dois circuitos da economia urbana*, e diversos movimentos de assistência alimentar nas periferias da cidade, interpretados como *políticas da vida cotidiana* – ou seja, meios pelos quais as parcelas negras e mais empobrecidas da população acessam a renda e o alimento em São Luís. Tal análise contribui para um debate maior sobre a economia política da cidade e da urbanização, bem como busca apontar caminhos de compreensão sobre as lutas pela sobrevivência urbana na periferia do capitalismo, em particular.

Palavras-chave: São Luís; Maranhão; Situação Alimentar Urbana; Fome; Dois Circuitos da Economia Urbana.

ABSTRACT

In this dissertation, I argue that there is an intrinsic relationship between the food situation in São Luís, the capital of Maranhão, and its urbanization. As an impetus driving urban development and as a consequence of the urban economic growth process, the food situation is socio-spatially unequal and racially fragmented. Through a literature review and data collected during fieldwork, interviews and institutional reports, this research starts from the following premise. Since the modernization processes of the Maranhão territory produced hunger and food deterioration among its urban population, a form of popular economy emerged, which I interpret through the theory of the two circuits of the urban economy, and various food assistance movements on the city's outskirts, seen as everyday life policies – that is, means by which the most impoverished and black groups access income and food in São Luís. This analysis contributes to a larger debate about the political economy of the city and urbanization, while it simultaneously points out ways to understand the struggles for urban survival on the periphery of capitalism in particular.

Keywords: São Luís; Maranhão; Urban Food Situation; Hunger; Two Circuits of the Urban Economy.

RÉSUMÉ

Cette thèse défend la relation intrinsèque entre la situation alimentaire de São Luís, la capitale du Maranhão, et son urbanisation. En tant qu'élan et conséquence du processus urbain, la situation alimentaire est inégale d'un point de vue socio spatial et fragmentée d'un point de vue racial. À travers une étude bibliographique et une analyse des données recueillies lors de travaux su le terrain, d'interviews et de rapports institutionnels, l'ouvrage part du principe que les processus de modernisation du Maranhão, qui entraînent la faim et la détérioration de l'alimentation au sein de sa population urbaine, forment une économie populaire, lue par la théorie des deux circuits de l'économie urbaine, et divers mouvements d'assistance alimentaire à la périphérie de la ville, interprétés comme des politiques de la vie quotidienne - en d'autres termes, les moyens par lesquels les groupes les plus pauvres et les plus noirs accèdent aux revenus et à l'alimentation à São Luís. Cette analyse mène à un débat plus large sur l'économie politique de la ville et de l'urbanisation, ainsi qu'à la compréhension des luttes pour la survie urbaine, en particulier à la périphérie du capitalisme.

Mots-clés: São Luís; Maranhão; Situation Alimentaire Urbaine; Faim; Deux Circuits de L'économie Urbaine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução da fome e do risco de fome entre 2004 e 2018, Brasil 115
Gráfico 2 – Estabelecimentos alimentares (CNAE) e com vínculos ativos (2011-2021). São Luís (MA), 2011-2021 171
Gráfico 3 – Estabelecimentos alimentares (CNAE) e com vínculos ativos (2011-2021). São José do Ribamar (MA), 2011-2021 171
Gráfico 4 – Classificação Brasileira de Ocupações: garçom por gênero, São Luís, 2021 173
Gráfico 5 – Classificação Brasileira de Ocupações: cozinheiro geral por gênero, São Luís, 2021 173
Gráfico 6 – Classificação Brasileira de Ocupações: operador de caixa de supermercados e hipermercados por gênero, São Luís, 2021 174
Gráfico 7 – Evolução dos índices de segurança alimentar, risco de fome e fome no Brasil, 2004-2023 255
Gráfico 8 – Evolução dos índices de risco de fome e fome no Maranhão, 2004-2023 269

Imagem 1 – Jornal do Brasil, 20 de agosto de 1974 93
Imagem 2 – Oito trechos selecionados do Relatório Semestral (Endef – 1974/1975) realizado no Maranhão 94
Imagem 3 – Jornal da Cidade, outubro de 1985 100
Imagem 4 – Fila em região portuária em um momento de doação de pescados no município de Raposa, 2022 119
Imagem 5 – Supermercado Mix Mateus na entrada do bairro João Paulo, São Luís 154
Imagem 6 – Circuito superior marginal no Liberdade, São Luís 160
Imagem 7 – Circuito superior marginal no Anjo da Guarda, São Luís 161
Imagem 8 – Típicas bicicletas ambulantes de alimentação 186
Imagem 9 – Vendedores ambulantes com carrinhos adaptados, Núcleo Central 187
Imagem 10 – Comercialização de refeições prontas em pequenos restaurantes, Núcleo Central 189
Imagem 11 – Mercearias e mercadinhos no Madre Deus, Núcleo Central 190
Imagem 12 – Gráfica e barraquinha de salgados, bolos e bebidas na Praia Grande, Núcleo Central 191
Imagem 13 – Fundos para a formatura e alimentos regionais, Núcleo Central 191
Imagem 14 – Venda de alimentos em residências no Madre Deus 192
Imagem 15 – Bolos, salgados, beiju e vitaminas na sala de casa no Madre Deus 193
Imagem 16 – Ovos, pães, frios e polpas de frutas na garagem de casa no Madre Deus 193
Imagem 17 – Vendedores ambulantes de pescado no Madre Deus 194
Imagem 18 – Quiosque com oferta de prato-feito e produtos de mercearia nas proximidades do Mercado do Peixe, Núcleo Central 195
Imagem 19 – O uso da propaganda no circuito inferior da alimentação: a estrutura como meio de divulgação 196

Imagem 20 – O uso da propaganda no circuito inferior da alimentação: o corpo como meio de divulgação 197
Imagem 21 – O uso da propaganda no circuito inferior da alimentação: o carro meio de divulgação 197
Imagem 22 – Vendedores acompanham as manifestações a favor da vacina e contra a fome no mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, Núcleo Central 198
Imagem 23 – Vendedores em evento na Praça Maria Aragão em evento cultural municipal198
Imagem 24 – Vendedora expõe seus bolos, beijus, curais e café em Feira Livre do Núcleo Central 199
Imagem 25 – Leituras espaciais do circuito inferior 200
Imagem 26 – Circuito inferior e sistema financeiro no Núcleo Central: uso dos cartões de débito, crédito e vale-refeição 202
Imagem 27 – Circuito inferior e sistema financeiro no Núcleo Central: uso do PIX..... 202
Imagem 28 – Caderneta de vendas no "fiado" em restaurante no Mercado Central..... 205
Imagem 29 – Na Avenida dos Holandeses, o retorno para casa com os equipamentos de venda de alimentos 207
Imagem 30 – Carrinho estacionado em uma rua do Núcleo Central..... 208
Imagem 31 – Espaços e estoques reduzidos em estabelecimentos no Núcleo Central..... 209
Imagem 32 – Quiosques demolidos no Largo do Carmo, Núcleo Central 210
Imagem 33 – Quiosques na região do Terminal Rodoviário Fonte do Bispo e Eixo Viário, Núcleo Central 211
Imagem 34 – Triciclo concedido pela prefeitura de São Luís, localizado na região da Praça Deodoro, Núcleo Central 211
Imagem 35 – Trabalhadores do circuito inferior da alimentação na nova porção central, Jardim Renascença..... 218
Imagem 36 – Circuito inferior residencial no Anjo da Guarda, Coroadinho e Liberdade.... 224
Imagem 37 – Mercados de "bairro" e empórios no bairro Liberdade 225
Imagem 38 – Sistema financeiro no circuito inferior periférico no bairro Anjo da Guarda . 226
Imagem 39 – Mulheres dinamizando o circuito de venda de alimentos no período da manhã no Coroadinho..... 227
Imagem 40 – Leituras espaciais: economia de aglomeração e lugares de passagem nos bairros Coroadinho, Anjo da Guarda e Liberdade..... 228
Imagem 41 – Entrada e interior do Mercado Municipal do bairro Anjo da Guarda 229
Imagem 42 – Entrada e interior do Mercado Municipal do bairro Liberdade 229
Imagem 43 – Extensão orgânica do Mercado Municipal do Anjo da Guarda: dinâmica a céu aberto e comum dos bairros periféricos 230
Imagem 44 – Restaurantes Populares nos bairros Anjo da Guarda (à esquerda) e Liberdade (à direita)..... 230
Imagem 45 – Propaganda das refeições comumente ofertadas em pequenos restaurantes no bairro Liberdade 231
Imagem 46 – Camiño Supermercados e vendedora nucleada ao fixo, ofertando comidas e bebidas aos que estão de passagem..... 236

Imagem 47 – Carnes expostas na unidade do Camiño Supermercados do Anjo da Guarda. 237
Imagem 48 – Mulheres ofertam refeições e bebidas em circuito festivo do reggae no bairro Liberdade..... 239
Imagem 49 – Oferta de guaraná da Amazônia em circuito festivo do Boi da Floresta no bairro Liberdade..... 240
Imagem 50 – Oferta de bebidas alcoólicas em circuito festivo do Boi da Floresta no bairro Liberdade..... 241
Imagem 51 – Curso de Gastronomia Popular na Casa das Pretas, Coroadinho, 2024 278
Imagem 52 – Marcha Grito da Terra Maranhão, São Luís, 23 de abril de 2024. 285
Imagem 53 – Banquetaço no bairro Liberdade, São Luís 291

Mapa 1 – A situação alimentar ludovicense, 1850-1912..... 74
Mapa 2 – Complexo Portuário do Itaqui e vilas adjacentes. Ilha do Maranhão, 2024 123
Mapa 3 – Relação entre raça e renda em São Luís, 2010..... 123
Mapa 4 – Planos Diretores de São Luís, 2006 e 2023 130
Mapa 5 – Circuito superior do abastecimento alimentar da Ilha do Maranhão por setor censitário/raça, 2024..... 153
Mapa 6 – Circuito superior do comércio alimentar no Norte e Nordeste brasileiros – Grupo Mateus, 2024..... 156
Mapa 7 – Eixos de análise da situação alimentar urbana ludovicense, 2019-2024..... 179
Mapa 8 – Mercados municipais e feiras livres em São Luís..... 232
Mapa 9 – Camiño Supermercados na Ilha do Maranhão: circuito superior no formato "comércio de vizinhança" 234
Mapa 10 – Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias, Maranhão, 2024..... 259
Mapa 11 – Restaurantes Populares e Cozinha Comunitária, Ilha do Maranhão, 2024..... 260
Mapa 12 – Cozinhas Comunitárias Cadastradas no Programa Cozinha Solidária, Brasil, 2024 266
Mapa 13 – Cozinhas Comunitárias cadastradas no Programa Cozinha Solidária, Maranhão, 2024..... 267
Mapa 14 – Cozinhas Comunitárias cadastradas no Programa Cozinha Solidária, Ilha do Maranhão, 2024..... 268

Quadro 1 – Trabalho de campo: envolvimento com o cotidiano da cidade 50
Quadro 2 – Vínculos de microempreendedores individuais por Classificação Nacional de Atividades Econômicas/gênero na Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), 2022..... 167
Quadro 3 – Composição raça/cor dos trabalhadores do Grupo Mateus em unidades dos centros e das periferias de São Luís, 2022..... 174
Quadro 4 – Programas do estado do Maranhão e de São Luís para o combate à fome, 2024 244
Quadro 5 – Movimentos pelo direito à alimentação pesquisados em São Luís, 2024..... 248
Quadro 6 – Programas de combate à fome no Brasil – governo Lula III, 2023-2024 261

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC – African Centre for Cities

AGB – Associação das Geógrafas e Geógrafos Brasileiros

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEASA – Centrais de Abastecimento

CLT – Consolidação das Leis de Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPCP – Center for Place, Culture and Politics

CRAS – Centros de Referência da Assistência Social

CUFA – Central Única de Favelas

CUNY – City University of New York

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EMAPA – Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária

EMATER – Empresa Maranhense de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENDEF – Estudo Nacional de Despesa Familiar

EPP – Empresas de Pequeno Porte

FAO – Food and Agriculture Organization

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GEPOT – Grupo de Pesquisa em Economia Política do Território

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEMA – Instituto de Educação, Ciência e tecnologia do Maranhão

IHGM – Instituto Histórico Geográfico do Maranhão

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

ME – Microempresa

MEI – Microempreendedor Individual

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NEDUC – Núcleo de Educação Comunitária do Coroadinho

NEGO – Núcleo de Estudos Geográficos

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNAAB – Política Nacional de Abastecimento Alimentar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PROCAD – Programa de Cooperação Acadêmica

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RBBA – Rede Brasileira de Banco de Alimentos

RMGS – Região Metropolitana da Grande São Luís

SAF – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SECID – Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

SEDES – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

SEDUC – Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão

SEMAPA – Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento

SEMSA – Secretaria Municipal de Segurança Alimentar

SEPA – Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária

SETRES – Secretaria de Economia de Estado do Trabalho e Economia Solidária

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UCT – University of Cape Town

UDSM – University of Dar es Salaam

UEMA – Universidade Estadual de Campinas

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 23

PARTE I – GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO DAS SITUAÇÕES ALIMENTARES URBANAS DE SÃO LUÍS 53

CAPÍTULO 1 – AS SITUAÇÕES ALIMENTARES URBANAS E UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS: RAÇA, GÊNERO E FOME (1850-1989) 54

1.1 Alimentando a cidade: negros e mulheres na consolidação de distintas situações alimentares em São Luís (1850-1935) 62

1.2 Do traçado lusitano ao planejamento moderno: a primeira expansão urbana de São Luís e o surgimento das redes de comercialização alimentar urbana (1936-1969) 79

1.3 A cidade fragmentada: expulsão e fome na segunda expansão urbana de São Luís (1970-1989) 87

CAPÍTULO 2 – MODERNIZAÇÃO NO MARANHÃO E SÃO LUÍS CONTEMPORÂNEA: DA FOME AOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA (1990-2023) 104

2.1 Uso corporativo do território Maranhense e aprofundamento da pobreza e da fome urbana em São Luís 107

2.2 Impulsos modernizantes em São Luís: produção de pobreza e deterioração da situação alimentar urbana 116

2.3 Do aprofundamento da fome à economia da pobreza 134

PARTE II – DOS FRAGMENTOS DA METRÓPOLE ÀS TESSITURAS COTIDIANAS: A SITUAÇÃO ALIMENTAR NA SÃO LUÍS CONTEMPORÂNEA 144

CAPÍTULO 3 – OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E A SITUAÇÃO ALIMENTAR EM SÃO LUÍS 145

3.1 Os circuitos da economia urbana e o mercado socialmente necessário enquanto princípios de método para compreensão da cidade desigual 146

3.2 Situação alimentar e desigualdades socioterritoriais: a precarização do trabalho no mercado popular de alimentação em São Luís 163

CAPÍTULO 4 – O COMÉRCIO POPULAR DE ALIMENTAÇÃO NO NÚCLEO CENTRAL DE SÃO LUÍS: NARRATIVAS DO COTIDIANO URBANO 177

4.1 Os circuitos inferiores *central* e *periférico*: a densificação da pobreza urbana 178

4.2 Alimentar a cidade, organizar a vida: a economia da sobrevivência e a conquista da liberdade 180

CAPÍTULO 5 – DO DIREITO AO TERRITÓRIO AO DIREITO À ALIMENTAÇÃO: POR UMA EXISTÊNCIA CIDADÃ..... 221

5.1 Os dois circuitos da economia urbana nas periferias de São Luís: as dinâmicas da situação alimentar nos territórios negros do Anjo da Guarda, Liberdade e Coroadinho 222

5.2 Assistência alimentar e movimentos comunitários: das políticas do Estado às políticas dos lugares.....243

5.2.1 169 Restaurantes Populares e "eles não sabem o que o Coroadinho come": as políticas de Estado entre a vida material e social.....254

5.2.2 "Melhor morrer na luta, que morrer de fome": da violência do processo de urbanização às políticas da vida territorializadas.....272

CONCLUSÃO 286

REFERÊNCIAS 292

ANEXO 1 – Quadro Trabalho de Campo (2018 – 2024)..... 322

ANEXO 2 – Croquis "Evolução Urbana de São Luís", 1850-1989.....331

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão..... 334

ANEXO 4 – Dossiê na revista *Isto é* sobre a fome no Brasil, 1985 343

INTRODUÇÃO

> ***13 de maio.*** *Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpatico para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.*
> *… Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com despreso. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz.*
> *Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.*
> *… Eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: – Viva a mamãe!*
> *A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim:*
> *– "Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina."*
> *… Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.*
> *E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!*
>
> Carolina Maria de Jesus (2014 [1992], p. 32)

> *And through these elaborate dinner parties, Cleo*[1] *began to learn how powerful the act of feeding people was – it was a representation of the life she wanted for herself: full of debate and hopeful ideas, of the worldliness and connectedness she saw among the diverse people she was meeting, and a way to honor her friends with delicious food made by her hands, with love.*
>
> Suzanne Cope (2022, p. 49)

A crise do capitalismo atual explicita e coloca a questão alimentar como um debate central para compreender as formações socioespaciais contemporâneas, seja por meio da discussão da organização dos sistemas alimentares ou pelos alarmantes dados de aumento da fome, sobretudo nas periferias do sul global.

Na perspectiva brasileira, também é sabido que a fome aumenta mesmo antes do espraiamento planetário da crise sanitária de Covid-19 e que as conjunturas político-econômicas orquestram as estatísticas do fenômeno (Análise […], 2020).

[1] Cleo Silvers, ex-agente comunitária e integrante do Partido dos Panteras Negras no Harlem, em Nova York.

Historicamente disseminada em território nacional, a fome é fruto dos processos violentos das modernizações nos espaços agrários e urbanos (Castro, 1946), principalmente das regiões Norte e Nordeste do país. Em sua manifestação urbana, corporifica-se sobretudo em sujeitos periféricos, mulheres e pessoas negras (Análise […], 2020; Rede Penssan 2021, 2022; Segurança […], 2023). A fome tem lugar, gênero e cor no país que detém a terceira maior produção de alimentos do mundo (FAO, 2022).

Como estrutura para a reprodução social do capitalismo (Ribeiro Junior, 2021), é um fenômeno "cambiante e polimorfo" (Castro, 1984 [1946], p. 280) e manifestação do aprofundamento da pobreza coletiva e da precarização do trabalho mundializada (Gracia-Arnaiz, 2015).

Enquanto são escritas estas linhas, 27,6% dos domicílios brasileiros – desses, 59,4% chefiados por mulheres e 69,7% por pessoas pretas e pardas (Segurança […], 2023) – convivem com a ansiedade e o medo, os constrangimentos e as angústias, a dor e o vazio de não saberem se vão poder comer o que desejam, pois a renda é sempre insuficiente para acessar o alimento; parte dessas pessoas já sabe que não poderá se sentar em uma mesa junto de seus entes queridos compartilhando a comida e, assim, criar seus lugares de fartura, pertencimento e fruição da liberdade. Vivem em estado permanente de alerta em seu cotidiano precarizado.

No Maranhão, estado brasileiro que historicamente posiciona-se entre os primeiros do país onde mais se vive em risco de fome e com fome, são 3,3 milhões de pessoas convivendo diariamente com o fenômeno, ou seja, 43,6% de sua população (Segurança […], 2023). Como os moradores e trabalhadores mais empobrecidos de sua capital, São Luís[2], se organizam economica e politicamente para "não morrerem de fome"? Qual a relação entre o fenômeno da fome e as práticas econômicas e políticas em torno da alimentação nesta urbe síntese da racionalidade capitalista?

A tese aponta caminhos para responder tais questões ao defender a relação intrínseca entre a situação alimentar de São Luís e a sua urbanização. Como impulso e decorrência deste processo, tal situação é socioespacialmente desigual e racialmente fragmentada.

Entende-se como situação alimentar urbana uma noção de que determinados lugares da urbe – sobretudo os núcleos centrais e também as centralidades formadas nas periferias – apresentam uma presença maciça de estabelecimentos de comercialização de alimentos: de um lado, grandes redes representativas de uma economia globalizada; de outro, pequenos comércios evidenciando um fenômeno popular. Interessa-nos o aprofundamento analítico dos

[2] Núcleo da região metropolitana da Grande São Luís, possui 1.037.775 habitantes (IBGE, 2022).

últimos, os quais se constituem como uma importante força econômica para as cidades da periferia do capitalismo (Battersby; Watson, 2019), uma vez que uma expressiva massa da população realiza de maneira dependente uma alimentação fora de seus lares e uma população empobrecida e precarizada encontra nesses fixos distintas formas de abrigo para geração de renda ou a possibilidade de acesso ao alimento "popular", mais barato, do "trabalhador" (Antipon, 2017).

Portanto, a situação alimentar urbana possui um duplo significado, dividida como o espaço na contemporaneidade: diz respeito às materialidades onde há o oferecimento e o acesso ao alimento nas cidades, mas também implica na reflexão dos conteúdos geográficos corporificados – quem, como, quando e onde acessa o alimento; por que, quem, como e onde oferece a comida no cotidiano urbano.

Em tempos de crises profundas e de cada vez mais dificuldades em acessar o alimento em razão evidente de sua monetização, a situação alimentar urbana extrapola o mercado e também diz respeito aos movimentos políticos – sejam eles instituídos pelo Estado ou pela sociedade civil, como ensina Chauí (1982) – que, de fato, colocam comida na mesa de famílias em situação de vulnerabilidade alimentar. Sua análise permite uma outra problematização sobre os diferentes usos do território (Santos, 1996), partindo de uma leitura sobre as políticas da vida (Fassin, 2005).

Na perspectiva econômica, lemos a situação alimentar urbana a partir do "mercado de alimentação", cuja análise ocorre por meio da teoria dos *dois circuitos da economia urbana* (Santos, 1979a), segundo a qual a cidade pode ser entendida em sua totalidade como um sistema econômico formado por dois circuitos interdependentes e complementares que se diferenciam, a princípio, pela intensidade das variáveis de capital, organização e tecnologia.

Assim, o circuito *superior* seria o resultado direto da modernização capitalista, organizado por grandes empresas representativas de uma economia globalizada; e o *inferior*, um *mercado socialmente necessário* (Ribeiro, 2005a) – ou o que Gibson-Graham (2008) e Bledsoe, McCreary e Wright (2019) reconhecem como "*diverse economy*" – organizado por atividades de pequenas dimensões, trabalho intensivo e destinado às classes de menor renda, materializando-se nas diversas manifestações econômicas instituídas para a sobrevivência, sobretudo de pessoas negras.

Na perspectiva política, pensamos a situação alimentar urbana por meio dos diversos movimentos de "assistência alimentar" (Leme *et al.*, 2022; Blanco *et al.*, 2023) intensificados, sobretudo, com as consequências econômicas do golpe político institucional de 2016 no Brasil e da pandemia de Covid-19. Promulgados pelo Estado, ou organizados por coletivos e

associações periféricas e de pessoas negras, tais movimentos explicitam as desigualdades e a distinção racial da situação alimentar, além de impulsionarem a produção de uma consciência política coletiva – meio condutor de lutas pelo direito à alimentação, ao território, à existência.

O processo de urbanização em São Luís, capital do Maranhão, em sua manifestação econômica incorpora situações alimentares díspares entre o Núcleo Central, as periferias e o Centro Novo (bairros da Ponta da Areia e Jardim Renascença). Em sua manifestação política, impulsiona e é impulsionado pelas ações coletivas, aqui analisadas a partir de movimentos de mulheres negras periféricas, em ação pelo combate à fome na cidade.

Para esta compreensão, investigamos (i) os bares e restaurantes, o comércio de alimentação de rua e o mercado do Núcleo Central da cidade – incorporando os bairros da Praia Grande, do Desterro, do Portinho, a Rua Grande, os entornos da Praça Deodoro, ruas do Madre Deus e as ruas ocupadas pela Feirinha que ocorre todos os domingos; (i) as grandes redes de distribuição e comercialização de alimentos, como a Central de Abastecimento (Ceasa) e o Grupo Mateus; (ii) os mercados e suas "extensões orgânicas", mercadinhos, restaurantes e bares presentes nos bairros periféricos e negros Anjo da Guarda, Liberdade e Coroadinho; (iii) os centros de comercialização e consumo de alimentos da população de maior renda e branca do centro novo da cidade, como os empórios *gourmets* da rede Fribal e o circuito de restaurantes da chamada "alta gastronomia"; por fim, (iv) os espaços coletivos situados no Coroadinho e que produzem, a partir do trabalho de muitas mulheres negras, diversos movimentos de assistência alimentar.

Com isso, pretendemos entender a relação entre os novos usos do território em São Luís e a organização das situações alimentares urbanas, a fim de refletir sobre o cotidiano desigual da cidade. A pesquisa contribui, portanto, para o aprofundamento dos estudos sobre a organização das atividades econômicas e políticas e a desigual situação alimentar nas metrópoles brasileiras

Já a escolha de São Luís como foco de análise deve-se, sobretudo, a duas razões. A primeira é sua própria situação geográfica (Cataia; Ribeiro, 2015), pois se trata de uma capital do estado que apresenta um dos maiores índices de fome no país. Tais dados obviamente são corroborados pelos altos índices de trabalhadores despossuídos de direitos básicos, como o salário mínimo, uma vez que o estado também concentra a maior parte dos trabalhos ditos informais da região Nordeste do país (IBGE, 2023). E a segunda razão é a inexistência de estudos que abarquem as situações alimentares no meio urbano de São Luís e a relação entre a produção da fome, os usos corporativos do território e as questões raciais, sobretudo das cidades, conforme nosso levantamento bibliográfico comprovou (Alves; Antipon, 2023).

Ainda que São Luís seja antiga, fundada em 1612, apresenta um processo de metropolização recente e caótico (Burnett, 2012; Ferreira, 2017), o qual, nos últimos trinta anos, acelerou e explicitou as contradições em seus centros e em suas periferias. Claramente, os hábitos alimentares dessa também recente população metropolitana modificaram-se, acompanhando o novo movimento da cidade e de suas distintas situações alimentares urbanas.

É importante pontuar que os dados de fome são racialmente demarcados e São Luís é composta por 73,34% de pessoas pretas e pardas (IBGE, 2022)[3]. Dessa maneira, o espaço urbano apresenta-se como uma "chave para a compreensão do racismo[4]" (Santos, 2019, p. 83), uma vez que a escravidão marca "os diferentes estilos urbanos de vida e as percepções sobre a cidade no Maranhão" (Gato, 2019a, p. 225). É por considerar esses fatos que analisamos as relações entre o processo urbano e a situação alimentar de São Luís a partir de uma perspectiva não *color blind* (Silvério, 2019)[5].

Antes, é importante destacar que sou uma pesquisadora branca, descendente de imigrantes italianos e russos, nascida e criada na cidade de São Paulo. Embora não tenha pertencido às classes altas e médias altas da capital paulistana (sou filha de um casal de pequenos comerciantes de livros), meus lugares de convívio na infância e no início da fase adulta, seja no ambiente doméstico ou nos espaços coletivos (escolar e de trabalho), foram majoritariamente circunscritos às relações com pessoas brancas – fato que se modifica parcialmente com a entrada em uma universidade pública e a mudança, em razão da pesquisa, ao Maranhão, um dos estados mais negros do Brasil.

Sendo branca, isso me coloca, obviamente, em um lugar de fala que parte daqueles "que são protagonistas de atitudes, discursos e subjetividade racista[s]" (Schucman, 2020, p. 25), embora, sendo geógrafa e tendo formado uma consciência da minha branquitude, ou seja, tendo compreendido "os privilégios simbólicos e materiais que estão postos nessa identidade", busco

---

[3] Embora o censo de 2022 já tenha atualizado as informações referentes à composição racial brasileira, até a elaboração da tese tais dados, por municípios, não estavam disponíveis para o uso em bases cartográficas, ou seja, não conseguimos mostrar a distribuição atualizada dessa composição racial de São Luís por bairros. Assim, a tese apresenta algumas cartografias em que a discussão racial é trabalhada com os dados disponíveis no censo de 2010 (IBGE, 2010).

[4] Em acordo com Hasenbalg (2022, p. 87), "o racismo, suja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros não brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor".

[5] Conforme Silvério (2019, p. 30), "a relação entre espaço e raça, ou mais precisamente entre lugares e o racismo, passou a ser tema e problema de pesquisa muito recentemente, dado o predomínio, até então, de abordagens inspiradas na neutralidade axiológica do pesquisador e da ilusão do uso de epistemologias (*etics*) *color blind*. Foi necessária a presença de pesquisadores negros e negras com o uso de perspectivas *emics* para desnaturalizar os lugares de negros. A desnaturalização dos lugares de negro põe em questão a *regulação* da qual são alvos esses espaços". Nessa perspectiva, destacamos o fundamental levantamento do estado da arte realizado por Santos (2020) a respeito das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em geografia no Brasil entre 1987 e 2018 que tratam da temática racial.

colocar-me politicamente "dentre aqueles que se engajam na luta antirracista e por uma sociedade mais igualitária" (Schucman, 2020, p. 25-27). Portanto, pesquisar a questão alimentar e a fome em um dos estados mais negros do país sem analisar a questão racial intrínseca aos processos mencionados distanciaria esta pesquisa – e as ações desta pesquisadora – das possibilidades de pensarmos na superação das desigualdades da formação socioespacial brasileira, estruturada, sem sombra de dúvidas, pela violência racial.

Sob essa perspectiva de produção de pesquisas não *color blind*, Priscilla Ferreira (2021) reconhece uma lacuna nas literaturas sobre "economias solidárias" (aqui identificadas como o *circuito inferior da economia urbana*) e sua teorização em termos raciais. Para a autora,

> […] *an erasure of economic diversity that compose the complex formation of Black geographies has been observed. Such shortcomings can be partially attributed to two fundamental aspects of the Brazilian society and academe: 1) the now already vastly theorized and critiqued notion of racial democracy, and 2) the influence of Marxist urban sociology on social and human sciences within the Brazilian academe, geography notwithstanding* (Ferreira, 2021, p. 234).

Tal lacuna nas análises de uma geografia econômica corresponde de uma forma geral à própria gênese da geografia moderna. Isto pois, como assevera Ratts (2020, p. 2), as

> narrativas mais correntes no Brasil acerca da formação da geografia científica a vinculam à modernidade e a processos como as circum-navegações europeias, a apropriação de terras e territórios e a progressão filosófica e científica, com […] quase nenhuma [ênfase] na racialidade.

Por sua vez, Bledsoe, McCreary e Wright (2019, p. 283) defendem que as pessoas de cor (povos negros e indígenas) estão historicamente engajadas em construir alternativas econômicas (*diverse economy*) ao *capitalismo racial* (Robinson, 1983)[6], por serem estes grupos majoritariamente relegados às zonas de abandono e exploração econômica. Assim,

[6] Conforme Kelley (2023, p. 22-23), "Cedric Robinson não cunhou o termo 'capitalismo racial'. A expressão se originou na África do Sul por volta de 1976, com a publicação do artigo *Foreign Investment and the Reproduction of Racial Capitalism in South Africa* (O investimento Estrangeiro e a Reprodução do Capitalismo Racial na África do Sul), da autoria de Martin Legassick e David Hemson, marxistas sul-africanos brancos afiliados ao Congresso Nacional Africano (CNA) [Legassick; Hemson, 1976]. Os autores não estavam propondo uma 'teoria' do capitalismo racial, mas na verdade uma crítica à convicção liberal de que o fluxo de capital internacional pode potencialmente derrubar o *apartheid* e substituí-lo por relações capitalistas eficientes e normativas numa democracia multirracial. O artigo sugeria que desmantelar o *apartheid* sem derrubar o capitalismo deixaria inabaladas as estruturas que reproduzem desigualdade racial e a exploração de todos os trabalhadores. Cedric elaborou a expressão 'capitalismo racial', transformando-a da descrição de um sistema específico para um quadro teórico usado para compreender a história geral do capitalismo".

> *A desire to address these conditions and reassert forms of humanity underlies Black and Indigenous approaches to economic diversity. Thus, it is necessary to supplement theories of economic diversity with a critique of racial capitalism*[7].

Ou seja, nossa reflexão vai além das teorias que "enfatizam a dimensão de classe/renda sem considerar que as formações sociais, que se desenvolveram como desdobramentos do processo colonial, eram [e são] predominantemente racialmente estruturadas" (Silvério, 2019, p. 25). Assim, ainda amparados por Ratts (2020, p. 17), consideramos que as questões de:

> Raça e etnia, racismo e segregação podem ser abordadas do ponto de vista da vertente crítica. Há intelectuais marxistas "eurobrancos" […] que observaram as questões raciais, negras e africanas, e pensadores/as "afronegros" do mesmo horizonte teórico e político que as consideram estruturais e vinculadas ao mundo da cultura, da arte e da subjetividade[8].

O desafio posto é justamente pensar a situação alimentar como impulso e decorrência dos processos de urbanização de São Luís e em correlação com a lógica da "formação racial brasileira" (Guimarães, 2021, p. 17, grifo nosso), essa noção que

> engloba tanto o processo de racialização dos afrodescendentes no Brasil, i.e., a massificação de pessoas com diversas identidades sociais na noção biologizante de raça, quanto a ressignificação política que os racializados fizeram do termo racista original – negro – como *modo de identidade política para reorganizar a revolta, a luta pela igualdade e a construção de um novo imaginário coletivo*. Nesse último registro, como modo de autoidentificação coletiva, é que falamos de formação racial. A formação racial, na tradição fanoniana, é uma luta antirracista e anticolonial – de libertação de mentes e corpos emparedados, de emancipação de culturas coloniais e colonizadas[9].

Para essa interpretação, embora produzida a partir de um olhar para outra formação socioespacial, ressaltamos a importância da obra *Black Marxism: the making of the black radical tradition*, do antropólogo, teórico político e pesquisador dos estudos negros

---

[7] Conforme os autores, "*Addressing racial capitalism reorients the discussion of economic diversity, demonstrating the need to situate the critique of capitalism and capitalocentrism within a broader understanding of racialization and colonization. It highlights the importance of racial and decolonial justice within the project of nurturing diverse economies. Most importantly, it highlights the necessity of engaging with Black and Indigenous struggles as central sites in which economic relations are being challenged and reimagined*" (Bledsoe; McCreary; Wright, 2019, p. 283). Para maior aprofundamento na reflexão sobre a capacidade de racialização de povos e lugares pelo capitalismo racial, consultar Bledsoe e Wright (2019).

[8] A esse termo, como indica Ratts (2020), destacamos três trabalhos pioneiros que tratam da temática racial sob sua perspectiva espacial no Brasil: Ratts (1996), Anjos (1999) e Campos (2005).

[9] Ou seja, com base em Omi e Winant (1983) e em (Fanon, 1952), Guimarães (2021, p. 27) afirma que a formação racial pode ser produzida por dois movimentos originários da racialização de seres humanos: a "mobilização dos oprimidos na resistência à desumanização" e a "reinvindicação pela igualdade de direitos e de oportunidades de vida".

estadunidense Cedric James Robinson (1983; 2023), na qual o autor argumenta que os alicerces materiais, sociais e ideológicos do racismo servem como estrutura para a reprodução capitalista, cujas bases se fundamentam desde o feudalismo[10], com séculos de indulgências raciais, materializadas em um racismo intraeuropeu e não necessariamente, a princípio, hierarquizado pela cor da pele[11]. Ademais, o autor defende que a *tradição radical negra*[12] tem seu sentido de existência justamente no resultado e na oposição aos diversos processos de dominação, violência e privações sistêmicas do *capitalismo racial*. Ou seja, uma *tradição* que busca, essencialmente, construir reflexões sobre a manutenção da sobrevivência da população negra sob o prisma da ideologia da libertação.

Assim, a tese compreende o fenômeno da fome como uma violação do direito à existência – sobretudo da população feminina e negra brasileira –, e como estratégia de reprodução do capitalismo racial, a organização de um *mercado alimentar popular* que garante, historicamente, a sobrevivência dessa mesma população e as *lutas pelo direito à alimentação*, por meio da concentração de energias de coletivos de mulheres negras e periféricas, como forma de produção de futuros libertários. Trabalhamos, portanto, com o que Mckittrick (2006) define

---

[10] Segundo Robinson (2023, p. 87), "O desenvolvimento histórico do capitalismo mundial foi influenciado de maneira mais fundamental pelas forças particularistas do racismo e do nacionalismo. Isso só poderia ser verdade se as origens sociais, psicológicas e culturais do racismo e o nacionalismo tivessem antecipado o capitalismo no tempo e formado um todo com os acontecimentos que contribuíra, diretamente para sua organização produtiva e de permuta. A sociedade feudal é a chave". Comentando a obra de Robinson (1983), Kelley (2017) aponta que o "[…] *capitalism emerged within the feudal order and flowered in the cultural soil of a Western civilization already thoroughly infused with racialism. Capitalism and racism, in other words, did not break from the old order but rather evolved from it to produce a modern world system of 'racial capitalism' dependent on slavery, violence, imperialism, and genocide. Capitalism was 'racial' not because of some conspiracy to divide workers or justify slavery and dispossession, but because racialism had already permeated Western feudal society. The first European proletarians were racial subjects (Irish, Jews, Roma or Gypsies, Slavs, etc.) and they were victims of dispossession (enclosure), colonialism, and slavery within Europe*". No mesmo sentido, Ferreira (2021, p. 232), aponta que "*In his seminal book Black Marxism (2000), Cedric Robinson drew on extensive historical research to sustain the argument that racialism had deep cultural roots in the socio-spatial formation of Europe, and that the formation of the Negro as the antithesis of whiteness did not begin as an ideological schema of Modern capitalism at the moment of colonial encounters between Europeans and Africa in the XVI centuries. He traces the workings of racialization in hierarchical class formation within Europe itself, and discusses how the emergence of ethno-nationalism was predicated on scientific and mythological accounts that erased the influence of Egypt and African civilizations on the formation of Europe even before the advent of the colonization of the Americas and massive transatlantic slave trade. Robinson mentions, for instance, the cultural and political contexts in which Irish and Slavs became racialized as inferior, standing in as the antithesis of the citizen, the worker, and the ethical human, thereby becoming exploitable, removable, and disposable in the process of the formation of the English working class*".

[11] Um exemplo importante trazido pelo autor é que "a partir do século XVII, o capital mercantil inglês incorporou a mão de obra africana precisamente nesses termos, isto é, *os mesmos termos pelos quais havia absorvido antes a mão de obra irlandesa*", (Robinson, 2023, p. 173, grifo nosso), ou seja, branca. Nesse mesmo sentido, Gilmore (2022, p. 494-495) articula: "*The racial in racial capitalism isn't epiphenomenal, nor did it originate in color or intercontinental conflict, but rather always group-differentiation to premature death. Capitalism requires inequality and racism enshrines it*".

[12] Como bem lembra Robinson (1983, 2023), questões relacionadas às ocupações urbanas, luta pela sobrevivência, organização econômica, relações comunitárias sempre estiveram no bojo das discussões da tradição radical negra.

ser a interação das "*geographies of dominations*" com as "*black women's geographies*" para a compreensão das contradições das formações socioespaciais contemporâneas.

Pensar a centralidade histórica dessas três variáveis (fome, mercado alimentar popular e lutas pelo direito à alimentação), as quais constituem o processo de urbanização de São Luís e sua situação alimentar, é também afirmar a existência de uma distinção alimentar racializada como produto da própria desigualdade que assola a formação socioespacial brasileira. A esse respeito, destacamos uma discussão ocorrida no II Simpósio Internacional de Pesquisa em Alimentação, em dezembro de 2019, na Universidade de São Paulo (USP). Em uma das mesas de apresentação das pesquisas e debates sobre alimentação, a historiadora Tania Andrade Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), ao tratar dos hábitos alimentares no Rio de Janeiro do século XIX, a partir de suas pesquisas em arqueologia urbana indaga: "[…] *carne de pescoço* […] *alguém aqui da plateia consome? Não. Nem é vendida nos açougues*". A historiadora continua dizendo que esta carne era consumida em séculos passados pelos negros escravizados, por ser um alimento muito barato. Apenas duas pessoas da plateia levantam o braço e respondem comer ainda hoje desta carne – uma delas, uma mulher negra. A historiadora, então, questiona: "*alguém levantou o dedo? Quem come carne de pescoço? Meu deus, meus aplausos. Onde você consegue comprar esta carne?*". A mulher responde que consegue em seu bairro, na periferia da cidade de São Paulo. A historiadora assinala mais uma vez: "*Pescoço bovino? Fantástico, porque é raríssimo isso. Em supermercado, impensável. Em açougue talvez um ou outro. Mas carne de pescoço não é vendida. Se é vendida, é para se comer refogada*". A discussão é encerrada pela mulher da plateia: "*está falando com a pessoa certa, eu sou preta*"[13].

O encontro e aprofundamento das discussões sobre os *black radical studies* (Robinson, 1983; Du Bois, 2023; Kelley, 2022; Davis, 2016, Gilroy, 2012), o *capitalismo racial* (Robinson, 1983), as *black geographies* (Gilmore, 2007, 2024a; McKittrick, 2006; Pulido, 2018; Ferreira, 2021; Bledsoe, 2021) e a *geografia abolicionista* (*abolition geography*, de Gilmore, 2022) colaboram para pensar e delinear caminhos interpretativos sobre a economia política da urbanização, também estruturada pela questão racial – problemática cravada na história das cidades brasileiras.

Dessa maneira, a pesquisa corrobora para o aprofundamento dos estudos sobre a organização de atividades econômicas e de movimentos políticos correlacionados à situação alimentar socioespacialmente e racialmente desigual nas metrópoles brasileiras.

---

[13]A conferência completa está disponível on-line (II Simpósio […], 2019). Ressaltamos, no entanto, que as falas da plateia são inaudíveis na gravação e que aqui apresentamos a reconstrução de nossas anotações realizadas naquele dia.

O interesse em estudar a alimentação urbana surgiu logo no início da graduação em Geografia na Universidade Estadual de Campinas, a partir do tema da fome e da pobreza urbana, com as leituras essenciais dos geógrafos Josué de Castro (1946, 1965) e Milton Santos (1979a, 1996) em disciplinas fundamentais à minha formação e à estrutura de método desta tese: Geografia Política e Geografia Econômica, ministradas pelo Prof. Dr. Márcio Cataia; Ciência do Sistema Mundo e Planejamento Urbano, ministradas pela Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva; Geografia Agrária e Redes e Fluxos, ministradas pelo Prof. Dr. Ricardo Castillo.

Incialmente, entre os primeiros anos de orientação com o Prof. Dr. Márcio Cataia, de 2009 a 2013 – quando realizamos as primeiras reuniões, discussões sobre o tema, leituras prévias, bem como levantamento do estado da arte, elaboração de dois projetos de Iniciação Científica e execução de uma pesquisa de Iniciação Científica[14] –, voltamos nossas atenções para a alimentação escolar em Campinas (SP). A pesquisa, que se propôs a estudar as fases de produção e distribuição do circuito espacial produtivo (Barrios, 1976; Santos, 1986; Moraes, 1991; Arroyo, 2012) dos hortifrutigranjeiros destinados à alimentação escolar do município de Campinas, foi desenvolvida no Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) intitulado "Fome e pobreza estrutural: a alimentação escolar e os usos do território em Campinas", em 2013, cuja reflexão resultou na publicação do artigo "O circuito espacial produtivo da alimentação escolar e a fome oculta na cidade de Campinas/SP", no *Boletim Campineiro de Geografia* (Antipon, 2018b).

Entre a escrita do relatório final da Iniciação Científica e o início da redação do TCC (de janeiro a agosto de 2012), tive a oportunidade de realizar um estágio universitário na Université Paris Diderot – Paris VII (atual Université Paris Cité), onde, no instituto de Géographie, Histoire e Sciences de la Societé, cursei, entre outras, a disciplina *Géographie et Pouvoir*, ministrada pela Profa. Dra. Dominique Rivière. Neste curso, dentre a bibliografia trabalhada, as duas únicas obras brasileiras e sul-americanas eram *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, de Milton Santos (1979a), inicialmente publicada como *L'espace partagé: le deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*, em 1975, e *Geopolítica da fome*, de Josué de Castro (1961 [1949]), traduzida como *Géopolitique de la faim* em 1949, as quais me permitiram ampliar as discussões sobre as leituras que hoje permeiam os caminhos desta pesquisa.

[14] Pesquisa intitulada "Uso do território no município de Campinas: mapeamento do circuito espacial produtivo hortifrutigranjeiro da merenda escolar", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O aprofundamento do tema ocorreu entre os anos de 2014 e 2016, durante o mestrado[15] intitulado "O circuito inferior da economia urbana no centro de Campinas: a dimensão do comércio popular de alimentação". Com a pesquisa propomos o conceito de *situação alimentar urbana* para pensar as distintas formas de organização da economia política da cidade a partir do comércio popular de alimentação. Além disso, refletimos sobre o mercado socialmente necessário (Ribeiro, 2005a), manifesto nas atividades econômicas reconhecidas como do circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a), cujo arranjo ocorre através dos sujeitos populares que, no caso, são responsáveis por alimentar grande parte da cidade, sobretudo aquela que circula nos interstícios urbanos. Por fim, denunciamos a fome oculta (Castro, 1946), resultante de projetos de renovação da cidade edificados em expulsões e negação da urbe às classes populares.

A pesquisa, naquele momento, trouxe indagações a respeito da premissa de que os espaços responsáveis por alimentar os sujeitos urbanos são disputados e organizados tanto pela pobreza quanto pela riqueza, condições que consolidam de maneira distinta as situações alimentares urbanas. E o caminho metodológico essencial encontrado para pensar os conteúdos geográficos do cotidiano alimentar nas cidades brasileiras, levando em consideração as inquietações dos seus participantes, foi o trabalho de campo – cuja centralidade é também proeminente na construção do objeto de pesquisa desta tese. É importante ressaltar que as saídas a campo, ao possibilitarem a aproximação e ampliação das vozes criativas dos sujeitos urbanos, continuam permitindo um novo olhar para a cidade em sua totalidade.

Ainda durante o mestrado, em 2016 fui recebida pelo Prof. Dr. Jesús Contreras, coordenador do Observatori de l'Alimentació (Odela), na Universitat de Barcelona, Espanha. Durante a visita técnica em seu núcleo de estudos, o professor favoreceu a ampliação bibliográfica sobre o tema, incentivando a introdução temática da comensalidade nos estudos alimentares urbanos – a cidade e o mercado de alimentação como lugares das sociabilidades, mas também das contradições –, bem como a ampliação da discussão sobre a crise alimentar, deixando clara a importância de considerar o papel das grandes redes de distribuição e comercialização de alimentos como definidoras dos hábitos alimentares das populações urbanas e rurais, sobretudo nos países da periferia do capitalismo.

Entre o período de defesa do mestrado e início do doutorado (2017 e 2019), desenvolvemos algumas atividades que consideramos fundamentais para a construção do objeto atual desta tese, muito em razão dos momentos de ampliação do debate e aprofundamento da

[15] Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

revisão bibliográfica. Destacam-se, desse modo, a submissão e a publicação de artigos oriundos da dissertação de mestrado e do TCC (Antipon, 2018a, 2018b, 2020; Antipon; Cataia, 2018, 2019), bem como o oferecimento de palestras e minicursos em universidades públicas – a exemplo do evento "A garganta da cidade: novos hábitos alimentares e fome urbana no Brasil", em homenagem aos 110 anos de nascimento de Josué de Castro, realizado em 2018 nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG) e coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Tozi –, além da participação em eventos nacionais e internacionais, com apresentação e publicação de artigos e mediação de Grupos de Trabalho (GTs).

Ao ingressar no doutorado, em 2019, fui contemplada com uma bolsa de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)[16], a qual me assegurou a dedicação exclusiva à pesquisa em tela – direito de qualquer estudante e pesquisador brasileiro e por meio do qual tive o tempo necessário para a elaboração e o avanço dos alicerces teórico-metodológicos desta tese.

Destaco a participação em dois eixos acadêmicos-institucionais que colaboraram para as reflexões aqui apresentadas. O primeiro eixo, no ensino, se divide em duas experiências, quando compus: (i) o Programa de Estágio Docente da Universidade Estadual de Campinas (PED-Unicamp), colaborando com a disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Márcio Cataia, Geografia Política, na qual, entre os diversos temas discutidos, pudemos elaborar questões e discussões com os discentes sobre as categorias "poder" e "soberania" sob a perspectiva da necropolítica (Mbembe, 2018), além de debatermos nosso objeto de pesquisa e os seus referenciais teóricos em uma aula sobre a geografia política da fome; e (ii) o quadro de professoras no Programa Ensinar de Formação de Professores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ministrando as disciplinas Geografia Política e Geografia Cultural para dois polos no interior do Maranhão, em Codó e em Santa Luzia do Paruá. Estes momentos foram fundamentais para divulgação da pesquisa, ampliação do diálogo com a comunidade acadêmica do estado do Maranhão – aprofundando, portanto, o conhecimento sobre a situação geográfica por nós estudada –, e, dentro dos domínios da Geografia Política e Cultural, ampliarmos o debate central de nossa pesquisa sobre a produção da fome nos países periféricos, além das discussões sobre lugar, soberania e poder. Vimos, dessa maneira, a possibilidade de assumir tais atividade pedagógicas como um exercício constante de pensar o país e suas desiguais realidades, mas também como meio de superá-las, a partir de encontros de formação política e cidadã dos discentes e pesquisadores maranhenses.

[16] "Os circuitos da economia urbana e a situação alimentar de São Luís (MA): a dimensão do mercado de alimentação" (Processo Fapesp: 2019/13511-0).

Já no segundo eixo, com atividades de pesquisa, realizei um estágio no Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad/Amazônia)[17] na UEMA, campus São Luís, e entre junho e agosto de 2019 tive acesso às pesquisas ligadas à temática da urbanização ludovicense desenvolvidas no Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle-UEMA), no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA-UEMA), e no Núcleo de Estudos Geográficos (Nego), coordenado pelo Prof. Dr. Josoaldo Lima Rego (UFMA), lugares onde contei com uma rede de professoras e professores, alunas e alunos que muito gentilmente se disponibilizaram a me acompanhar nas primeiras trajetórias de campo na cidade. Destaco especialmente a relação fortalecida com as pesquisadoras e os pesquisadores do Núcleo Marielle, com os quais, em muitos momentos de discussão coletiva, refleti sobre os rumos de uma urbanização brasileira racializada. Fruto desse trabalho, publiquei dois artigos, articulados ao longo desta tese (Cruz; Antipon, 2020; Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021), com o pesquisador quilombola Antonio José Araujo Cruz (UEMA).

A participação em eventos nacionais e internacionais permitiu que a tese fosse debatida e fortalecida desde o seu início, com a colaboração de outros pesquisadores em eixos fundamentais que atravessam esta discussão: no XIII Enanpege[18] (São Paulo/USP, 2019), apresentamos a fase inicial da pesquisa em um GT sobre geografia e alimentação; durante a pandemia, de forma on-line, contamos com uma aprovação no XVIII EGAL[19] (Córdoba, Argentina, 2021), no GT coordenado pelas Profas. Dras. Maria Laura Silveira (Universidad de Buenos Aires – UBA) e Marina Montenegro (USP) – autoras-chave para a discussão atualizada da teoria dos dois circuitos da economia urbana; no XV Enanpege (Palmas, Universidade Federal do Tocantins – UFTO, 2023), socializamos a pesquisa em um GT supervisionado, entre outros, pela Profa. Dra. Monica Arroyo (USP) e que tratava da globalização, das desigualdades e das resistências socioespaciais – momento bastante oportuno para a discussão política da situação alimentar urbana; por fim, na IX ICCG[20] (Cidade do México, 2023), compusemos o GT coordenado pela geógrafa Julia Rossi (PUC-Rio) e pelos geógrafos Felipe de Azevedo (PUC-Rio) e Willian Rocha (UFRJ), que tratava, em outras, da temática racial em sua perspectiva territorial.

---

[17] Projeto intitulado "Uso do território, modernizações, desigualdades sociais e questão ambiental no Maranhão", financiado pela Capes e composto pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da UEMA, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Unicamp. É coordenado pela Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva (Unicamp) e pelos Profs. Drs. Cláudio Castro e Cristiano Nunes Alves (UEMA).
[18] Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.
[19] Encuentro de Geógrafos de América Latina.
[20] International Conference of Critical Geographies.

Após o primeiro ano de pesquisa, fomos assolados em 2020 pelo evento mundial da pandemia de Covid-19, inevitável nova variável a ser considerada nos estudos contemporâneos em sentido amplo, abarcando também aqueles dispostos a compreender as realidades alimentares urbanas e suas relações com a economia política das cidades. Tal evento – constituído de inúmeros outros e que atingiu todo o planeta – implicou, obviamente, em uma interferência e reorganização do olhar para o objeto aqui apresentado: com ele passamos a desenhar a dimensão política da situação alimentar urbana de São Luís. Até porque negligenciar este fato, ou não lhe dar o devido valor diante de sua significância e de seu poder de ação, seria desconsiderar, como bem lembra Hissa (2017), que a trajetória de um caminho de pesquisa se faz caminhando.

Nesse sentido, nos valemos de Althusser (1978 [1967], p. 24) quando admitimos que tal trajetória nunca é passiva e que, portanto, "os conceitos empíricos 'realizam' os conceitos teóricos" em um processo de determinação mútua. Em outras palavras, estamos diante de um objeto de pesquisa que, ao mediar-se no mundo e pelo mundo, realiza-se de maneira mais dinâmica do que cristalizada, bem como os novos rumos da economia política da cidade e da urbanização no período em que adentramos. É o que demonstraremos em algumas proposições trabalhadas neste texto.

Neste período passei a integrar o GT sobre fome, com as pesquisadoras Adriana Salay Leme (Historiadora/USP) e Lis Furlani Blanco (Antropóloga/National Renewable Energy Laboratory – Denver/USA) e o pesquisador José Raimundo Souza Ribeiro Junior (Geógrafo/Universidade Federal do ABC – UFABC). No escopo das atividades desenvolvidas no grupo, nos dedicamos a três objetivos: (i) entender a fome no período da pandemia, organizando materiais e realizando leituras e debates acerca do tema; (ii) atualizar e aprofundar a compreensão de fome proposta por Josué de Castro, a partir de um enquadramento teórico e político do fenômeno; e (c) identificar e teorizar as atuações populares e de incidência política no combate à fome no Brasil. Fruto dessa parceria, publicamos um livro (Leme *et al.*, 2022) e um artigo (Blanco *et al.*, 2023) que discutem os movimentos de assistência alimentar no Brasil e a produção de políticas da vida – trabalhos fundamentais para a discussão da dimensão política da assistência alimentar em São Luís. Foi ainda nesse momento que ingressei no GT de questão alimentar da Associação das Geógrafas e Geógrafos Brasileiros (AGB – seção São Paulo), o qual, em reuniões mensais com geógrafas e geógrafos de todo o Brasil, pensa as questões e os enfrentamentos em relação à alimentação e à fome, discute textos e organiza debates e eventos que dinamizam o tema para além do meio acadêmico.

Imprescindível, o estágio de doutorado no exterior (2022-2023)[21], realizado no Center for Place, Culture and Politics (CPCP) da City University of New York (Cuny-Graduate Center), sob supervisão da geógrafa abolicionista Profa. Dra. Ruth Wilson Gilmore, corroborou para o aprofundamento teórico nos estudos urbanos raciais. As inquietações que me acompanhavam no desenvolvimento da tese no Brasil continuaram a direcionar o meu olhar em uma Nova York em fase de abertura pós-pandêmica, com uma crise social e urbana bastante explícita: o aumento do valor dos aluguéis (Closson; Hong, 2023); a frequente cena de moradores em situação de rua pedindo por dinheiro e comida; a presença de trabalhadoras ambulantes com seus filhos – a maioria latina – circulando por ruas e vagões de metrô vendendo comida; e uma série de movimentos de assistência alimentar sendo organizados nos cinco *boroughs* da cidade, por exemplo, reforçaram três questionamentos realizados quando da escolha por desenvolver parte da pesquisa em outro país: (i) como estariam sobrevivendo as parcelas mais empobrecidas das metrópoles do norte global? (ii) de que formas elas acessariam os alimentos? e (iii) as teorias que explicam a economia política da cidade e da urbanização no sul global seriam capazes de propor uma reflexão acerca das organizações socioespaciais de metrópoles no norte global?

Diante dessas questões a organização do trabalho ocorreu de distintas formas ao longo do ano – todas fundamentais para o desenvolvimento da tese e seus novos contornos. Basicamente as atividades acadêmicas dividiram-se em dois âmbitos: (a) dentro de espaços de discussão política e da universidade, e (b) em campo. O primeiro caso se deu com participações semanais nos seminários e com o trabalho de pesquisa na Biblioteca Mina Rees[22], onde elaborei um estado da arte fundamental para ampliar as reflexões acerca dos estudos sobre fome, justiça alimentar, alimentação, demarcadores sociais da diferença (questões raciais e de gênero) e movimentos sociais. O momento também foi oportuno para um "mapeamento" de como o meu objeto de pesquisa tem sido pensado através das teorias radicais estadunidenses e de que forma o pensamento geográfico brasileiro na área em questão apresenta avanços e limites. No segundo caso, houve observação densa, conversas com interlocutores e levantamento fotográfico do comércio popular de alimentação e dos diversos movimentos de assistência alimentar nos quatros *boroughs* da cidade: Manhattan (Harlem), Bronx (South Bronx), Brooklyn (Brownsville) e Queens (Jackson Heights e Corona).

[21] "Formação socioespacial na metrópole contemporânea: os circuitos populares de alimentação em São Luís e em New York" (Processo Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior/Fapesp: 21/08011-8).
[22] Mais informações em: https://library.gc.cuny.edu/. Acesso em: 12 jul. 2024.

A precariedade do trabalho em Nova York, sobretudo de migrantes, é evidente quando observamos as dificuldades de reprodução material da vida, reveladas nos percursos que essas pessoas fazem na cidade. A desigualdade na maior metrópole estadunidense também pode ser vista por meio dos inúmeros movimentos de assistência alimentar presentes nos *boroughs* estudados[23]. Desde organizações religiosas a movimentos sociais organizados[24] e organizações não governamentais[25], há uma atuação frequente na linha de frente ao combate à fome na cidade. Em todos os *boroughs* também observei a existência de geladeiras comunitárias[26]– estes fixos surgiram após o evento pandêmico, com disponibilidade gratuita de alimentos para as pessoas que circulam no entorno.

Nesta etapa de elaboração da tese, me amparei na noção de formação socioespacial (Santos, 1977), segundo a qual, de acordo com as suas especificidades, os lugares acolhem de maneira distinta os eventos geográficos (Santos, 1996). Portanto, não tive como objetivo propor um estudo comparativo entre as cidades de São Luís e Nova York. Partindo deste princípio, e após uma também intensa imersão em campo nesta metrópole, entendo que os espaços populares e da pobreza no norte global também podem ser lidos como abrigos de práticas, materialidades e ações que os aproximam dos territórios da periferia do capitalismo.

Como já propôs Alves (2016) para a região metropolitana de Paris, consideramos que há uma organização do circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a) no norte global, e que, conjuntamente com os diferentes movimentos de luta pela sobrevivência em Nova York, este fenômeno pode ser estudado à luz de potentes teorizações realizadas desde o sul global. Assim, defendemos que a análise da economia política da cidade e da urbanização é um caminho teórico-metodológico fundamental ao entendimento da luta pelo território e, portanto, à existência cidadã neste difícil período que atravessamos – não importa em qual lugar ocupado pelos sujeitos periféricos na binaridade norte-sul do mundo.

A experiência acadêmica com as dinâmicas dos seminários semanais de pesquisa foi fundamental para a reflexão aqui posta, sobretudo em dois aspectos: o avanço no domínio da língua inglesa a partir de um trabalho intenso de comunicação de ideias, leitura e escrita; e o

---

[23] Para visualizar a localização dos postos de assistência alimentar em Nova York, consultar: https://foodhelp.nyc.gov/locations?mView=map. Acesso em: 12 jul. 2024.

[24] Para maiores informações sobre importante organização política de doação de alimentos nos Estados Unidos, consultar: http://foodnotbombs.net/new_site/. Acesso em: 12 jul. 2024.

[25] Importante ONG de doação de alimentos nos Estados Unidos com ampla atuação em Nova York: https://www.foodbanknyc.org/. Acesso em: 12 jul. 2024.

[26] Para visualização do mapeamento das geladeiras comunitárias de Nova York, consultar: https://nyccommunityfridgearchive.commons.gc.cuny.edu/. Acesso em: 12 jul. 2024.

aprofundamento das discussões acerca das *teorias radicais negras*, do capitalismo racial e da geografia abolicionista – temas centrais nos estudos de Gilmore (2007, 2022, 2024a).

Também no CPCP, contei com as reflexões críticas do Prof. Dr. David Harvey e dos demais colegas presentes: desde professores doutores de diferentes campos do conhecimento (geógrafos, antropólogos, historiadores da arte, sociólogos, linguistas e economistas urbanos) e de diversos países (Estados Unidos, Índia, Brasil, Portugal, Canadá, Inglaterra, Itália, Líbano), até pesquisadores de doutorado e pós-doutorado[27]. Semanalmente, liamos os textos de cada pesquisador e preparávamos arguições.

Destaco ainda o momento desafiador no qual tive a oportunidade de apresentar o trabalho intitulado "*Eating and surviving on the periphery of capitalism: the urban food situation in São Luís (Maranhão, Brazil)*", cujo objetivo principal foi sintetizar a estrutura da tese, além de avançar nas discussões referentes à produção de consciência política nos diversos movimentos de sobrevivência na metrópole. O texto, debatido pela supervisora e pelos demais colegas presentes no seminário, foi indicado para publicação em meios de divulgação científica dos Estados Unidos. Houve um reconhecimento por parte do grupo quanto à existência de uma tese, à qualidade dos trabalhos de campo descritos, à potencialidade da teoria dos dois circuitos da economia urbana para se pensar não somente as dinâmicas socioespaciais da periferia do capitalismo, mas também as do centro do sistema, sobretudo em um período de crise estrutural e sistêmica.

A aproximação com a supervisora Ruth Wilson Gilmore ocorreu nessas dinâmicas dos seminários, mas também nos almoços que fazíamos juntas às quartas-feiras e nos diversos encontros (científicos e culturais) ao longo do ano, sobretudo no *The People's Forum*[28] – lugar de referência em Nova York para discussões políticas progressistas e radicais. Esses momentos foram bastante oportunos para que eu me aproximasse de sua linha de pensamento e, junto com mais dois brasileiros[29] em estágio de pesquisa na mesma universidade, realizássemos uma entrevista (Gilmore, 2024b; Gilmore *et al.*, 2024c) com ela a respeito de sua trajetória como

[27] Quadro de pesquisadores do CPCP entre 2022 e 2023: https://pcp.gc.cuny.edu/people/. Acesso em: 12 jul. 2024.
[28] Chamo a atenção para este espaço, pois, além de ter sido um dos lugares que mais frequentei durante o estágio de pesquisa, ele agrega uma constância de cursos, discussões e eventos ao longo do ano, sinalizando uma descentralização das discussões mais "radicais" realizadas dentro da própria universidade, mas também a importância desses espaços abertos ao público não necessariamente universitário. Mais informações em: https://peoplesforum.org/. Acesso em: 12 jul. 2024.
[29] Maria Fernanda Novo, pesquisadora de pós-doutorado sobre filosofia da raça (FFLCH/USP), com financiamento da Fapesp; e Cristiano Nunes Alves, pesquisador de pós-doutorado sobre geografia urbana e circuitos culturais negros em São Luís (PPGEO/UEMA), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

uma pesquisadora-militante e de suas raízes na tradição radical negra na produção de teorias de cunho libertário.

Instigada pelas leituras, discussões e pelos trabalhos de campo realizados, decidi fazer visitas técnicas em dois centros político-culturais com acervos que abordam, entre outras, a questão alimentar sob a perspectiva racial nos Estados Unidos: (i) o National Museum of African American History and Culture, em Whashington D.C, onde encontrei os materiais referentes às lutas pelos direitos civis dos anos 1960 nos Estados Unidos, com foco nas manifestações e nos movimentos sociais pelo direito à alimentação e pelo combate à fome – o *Resurrection City and The Poor People's Campaign* (Jill, 1968) e *The Free Breakfast for Children Program – Panther Free Food Program* (Shames, 1969), ambos na exibição *A changing America – 1968 and Beyond*[30]; e (ii) uma das sedes do *Black Panthers Party* em Oakland, Califórnia, onde materializou-se o *Panther Free Food Program* no final dos anos 1960.

Tais visitas colaboram para refletir sobre o papel das organizações políticas territorializadas e realizadas sobretudo pela população negra como forma de criar mudanças sociais e políticas a partir da alimentação. Por exemplo, *The Free Breakfast for Children Program – Panther Free Food Program*, que a princípio alimentava mais crianças do que o estado da Califórnia em 1969, foi um dos grandes propulsores para a criação dos programas de alimentação escolar nos Estados Unidos (COPE, 2022).

Retornando ao Brasil e encorajados pela enriquecedora experiência internacional e pelos novos apontamentos para a escrita da tese, consideramos bastante oportuno visitar o laboratório African Centre for Cities (ACC)[31] da University of Cape Town (UCT), a fim de pensarmos essas novas questões a partir de uma universidade também localizada no sul global. Tal escolha ocorreu porque desde o início do doutorado estivemos imersos nas produções bibliográficas produzidas no ACC, as quais pensam a questão alimentar e urbana de uma maneira muito próxima da nossa (Battersby; Watson, 2019).

A visita ao ACC, sob supervisão de Gareth Haysom[32] e Jane Battersby[33], além das pesquisas aos acervos e de uma série de trabalhos de campo em Cape Town e Johanesburgo, permitiu o acesso às discussões realizadas em realidades espaciais muito próximas das que

[30] Mais informações em: https://nmaahc.si.edu/explore/exhibitions/changing-america#:~:text=A%20Changing%20America%3A%201968%20and,Obama%2C%20the%20coverage%20is%20broad. Acesso em: 12 jul. 2024.
[31] Cf. https://www.africancentreforcities.net/. Acesso em: 12 jul. 2024.
[32] Cf. https://www.africancentreforcities.net/people/gareth-haysom/. Acesso em: 12 jul. 2024.
[33] Cf. https://www.africancentreforcities.net/people/jane-battersby/. Acesso em: 12 jul. 2024.

trabalhamos nesta tese ao pensarmos a cidade de São Luís. No escopo das atividades acadêmicas organizadas pelo ACC, participei em Dar es Salaam, na Tanzânia, do Workshop UTA-DO African Cities, um espaço de discussão coletiva e horizontal sobre as cidades africanas e da diáspora, onde o tema do *black geographies* costurava as demais discussões. Quanto aos trabalhos de campo realizados na cidade, visitei o mercado Kariakoo (Amani, 2022), espaço estudado por Milton Santos quando da sua estadia no país[34], na década de 1970, e importante materialidade para a reflexão sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana em torno do comércio alimentar (Santos, 1978b).

Tais experiências internacionais – desafiadoras, sem sombra de dúvidas – enriquecem o debate, tensionam as ideias e fortalecem o nosso posicionamento sobre a importância de esta jovem pesquisadora pertencer ao Terceiro Mundo e, portanto, entender o seu trabalho a partir deste e para este lugar, assim como ensina Santos (1979a, p. 12):

> Nesta longa e paciente pesquisa fui favorecido pelo fato de pertencer ao Terceiro Mundo e de ter percorrido vários países da América Latina e da África, e ter falado com muitos homens do Terceiro Mundo, tanto os teóricos quanto os que tem a pesada tarefa de enfrentar o concreto.

As reuniões e os diálogos de orientação com o Prof. Dr. Márcio Cataia no Grupo de Pesquisa em Economia Política do Território (Gepot)[35] foram essenciais ao longo dos anos de doutorado – lembrando que tivemos uma participação ativa mesmo durante a pandemia de Covid-19 – para o avanço do debate sobre economia política e territórios dissidentes e, sobretudo, para a reflexão conjunta das metodologias de pesquisa, com a discussão coletiva de nossos trabalhos e bibliografias-chave para as pesquisas desenvolvidas no grupo. Considero, ainda, a participação em seus projetos de pesquisa[36] fundamental para o desenvolvimento teórico e metodológico dos trabalhos de campo em São Luís.

---

[34] Dar as Salaam, em razão do governo socialista de Julius Nyerere (1962-1985), foi um lugar de recepção de importantes exilados políticos entre as décadas de 1960 e 1970: "*The Tanzanian capital of Dar es Salaam was one of the most magnetic of these sites. A simple list of just some of the more globally well-known of those who brought their work to the city provides a glimpse of its draw: Malcolm X, Stokely Carmichael, Angela Davis, Robert F. Williams, Amiri Baraka, Oliver Tambo, Eduardo Mondlane, Che Guevara, Ruth First, Walter Rodney, Immanuel Wallerstein and Giovanni Arrighi all spent time there during those years. As this roster suggests, the encounters Dar bred shaped movements far beyond the continent. Not just Southern African decolonization and pan-Africanism, but US civil rights, Black Power, and global Marxism were all shaped by Dar es Salaam in ways that have been forgotten but were well-known at the time*" (Ivaska, 2022, p. 3).

[35] Cf.: https://www.ige.unicamp.br/gepot/pesquisadoresgepot/. Acesso em: 12 jul. 2024.

[36] (i) "Direito ao Mar: Economia Costeira da Região Metropolitana da Grande São Luís" – Fapesp (Prof. Dr. Márcio Cataia)/Fapema (Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves); (ii) "Direito ao Mar Territorial: Economia Política das Cidades do Litoral Brasileiro" (Capes, Unicamp/Prof. Dr. Márcio Cataia).

Destaco também três disciplinas cursadas, cujas bibliografias e os temas debatidos são centrais para a reflexão teórica desta tese. A primeira, oferecida pelos Profs. Drs. Márcio Cataia e Adriana Maria Bernardes da Silva entre 2018 e 2019, Território Brasileiro e Alargamento dos Contextos Urbanos da Globalização, colabora para pensarmos os rumos da urbanização brasileira em compasso com os processos de reprodução ampliada do capital. A segunda, coordenada pelo Prof. Dr. Márcio Cataia, em 2021, Globalização e Território: tempo, técnica e modernizações perversas, na qual as discussões de método são aprofundadas a partir da tese central de que o espaço é condicionante da ação racional. E a terceira, uma disciplina do Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Antropologia das Sociedades Complexas Sobre as Políticas da Vida: crise, carestia e fome, sob coordenação do Prof. Dr. Federico Neiburg (UFRJ) e em formato de seminários de discussão de textos.

Foram momentos bastante enriquecedores para a pesquisa, centrados nas seguintes discussões: gênese da fome como fato moderno (Richards, 1935; Vernon, 2007; Mintz, 1985; Sen, 1983, 1989); formas e mensurações da fome (Tooze, 2001; Desrosières, 2010); humanitarismo (Feldman; Ticktin, 2010); histórias e economias morais (Fassin, 2010; Glasman, 1999; Tilly, 1975; Neiburg, 2022); comida, comensalidade, afetos e perigos (Bloch, 1999; Appadurai, 1981); fome, vida e crises (Hastrup, 1993; Orlove, 1997; Bonnecase, 2016; Woortmann, 1978; Gracia-Arnaiz; Casadó; Campanera, 2021; Janin *et al.*, 2021; Aguirre; Córdova, 2021; Singh, 2015); estudos brasileiros acerca da fome e da alimentação (Burlandy, 2007; Mateuzi, 2022).

É importante pontuar que uma das bibliografias obrigatórias discutidas no curso foi o artigo "Fome e modernização no Maranhão: os projetos de desenvolvimento em Itaqui-Bacanga e o comprometimento das práticas alimentares na comunidade de Camboa dos Frades (São Luís) (1970-2021)", publicado na revista *Ciência Geográfica* (2021) e de minha autoria com os pesquisadores Prof. Dr. José Raimundo Sousa Ribeiro Junior e Prof. Ms. Antônio José Araújo Cruz.

Salientamos estes momentos da trajetória de pesquisa desde o seu início, em 2009, pois neles pudemos aprofundar a reflexão sobre o objeto deste trabalho de maneira coletiva. Ou seja, esta tese, embora seja de completa responsabilidade da autora, é fruto de um trabalho de "muitas mãos", essencialmente em razão de as universidades serem "encruzilhadas" onde "se encontram pessoas que talvez nunca fossem se encontrar em qualquer outro lugar", onde "certos tipos de encontros são possíveis e as pessoas se reúnem com muita energia intelectual" (Gilmore, 2024c, p. 4) para a produção do conhecimento.

Em termos metodológicos, reunimos esforços em três campos para a produção desta tese de doutorado. No *levantamento bibliográfico*, pesquisamos livros, artigos científicos, teses, dissertações, monografias e materiais jornalísticos nos arquivos físicos do Maranhão[37], de Campinas[38], São Paulo[39], Nova York[40], Cape Town[41] e Dar es Salaam[42] e em bases virtuais do Brasil, dos Estados Unidos e da África do Sul. O recorte eleito foi: método em geografia – sobretudo nos domínios da geografia política, econômica, urbana e geografias negras –; formação territorial maranhense; urbanização de São Luís; fome e alimentação.

O *levantamento de dados*, por sua vez, consistiu em relatórios e bases institucionais como forma de análise crítica de dados secundários. Assim como Leme *et al.* (2022), valemo-nos, então, de Desrosières (2014, p. 349) ao alertar para a estatística como uma ferramenta de libertação e poder. Portanto, a pesquisa possui relevante papel social, uma vez que constrói alguns "espaços de debate público" sobre os dados em voga.

Preocupados em entender o processo de empobrecimento da população urbana de São Luís, bem como a sua inserção no mundo do trabalho considerado precarizado (Antunes, 2018), e de que forma tal situação resulta diretamente tanto na produção da fome em território nacional e maranhense, quanto no alargamento do circuito inferior da economia urbana e nos movimentos sociais de combate à fome, focamos nesta etapa em analisar os últimos dados divulgados sobre o tema: as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios do IBGE (Segurança […], 2004, 2010, 2013, 2023); as *Pesquisas de Orçamentos Familiares* (POFs), também publicadas pelo IBGE (Análise […], 2019, 2020); os dados do *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, elaborado pela Rede Penssan (2021, 2022); o relatório *Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil*, do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (Galindo, *et. al*., 2021); e os relatórios *The state of food security and nutrition in the world*, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2020, 2021, 2022). Igualmente importante e complementar à análise das

[37] Bibliotecas da UFMA e da UEMA (São Luís), Biblioteca Pública Benedito Leite (São Luís), Instituto Histórico Geográfico do Maranhão (IHGM), Espaço Cultural AMEI (Livraria dos Autores Maranhenses), acervos da Fapema (livros impressos) e da Editora da Uema.
[38] Na Unicamp, as Bibliotecas dos Institutos de Geociências (Departamento de Geografia), de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e de Economia (IE).
[39] Na USP, as Bibliotecas da FFLCH e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).
[40] Na City University of New York, a Mina Rees Library. Na cidade de Nova York, a The New York Public Library.
[41] Na Cape Town University, a Chancellor Oppenheimer Library, os acervos do ACC e as livrarias independentes de Cape Town.
[42] Na University of Dar es Salaam, os acervos do Geography Departament e a UDSM Library. Na cidade de Dar es Salaam, a TPH Bookshop.

vulnerabilidades alimentares e da precarização do trabalho contemporâneo foi o estudo e a sistematização dos dados oriundos da *Síntese de Indicadores Sociais* (IBGE, 2017, 2023).

A análise desses dados permitiu que avançássemos em nossas reflexões sobre a fome a partir dos demarcadores sociais da diferença raça e gênero em suas perspectivas espaciais. Ou seja, que sustentássemos a argumentação de uma fome planejada, situada e corporificada: mulheres, pardos e pretos, trabalhadoras e trabalhadores precarizados e o estado do Maranhão sendo os que mais passam fome no Brasil.

Por fim, escolha metodológica central ao estudo em tela, os *trabalhos de campo* na cidade de São Luís, realizados entre 2018 e 2020 (Campo I – Pré-Pandemia) e 2022 e 2024 (Campo II – Pós-Pandemia), serviram para pensar a quantificação e qualificação da geração de emprego e renda nesse distinto mercado urbano de alimentação; refletir sobre os regimes de trabalho associados a este circuito alimentar; e compreender de que maneira uma parcela da população mais empobrecida da cidade, sobretudo negra, está se alimentando – seja através de organizações econômicas, seja por meio da manifestação política – nas proximidades dos seus *locais de viver e de trabalhar* (Harvey, 1982), enquanto outra parcela, a de mais alta renda e essencialmente branca, acessa determinados lugares de consumo alimentar e constrói distintas relações com os alimentos, conformando, portanto, outras "práticas alimentares" (Ribeiro Junior, 2016), as quais diferem das ditas populares.

Com as incursões em campo, adentramos no tecido social de São Luís e compreendemos o cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas e instituições. Entramos em contato com "os detalhes imediatos da vida contemporânea" – envolvimentos de ordem maior que "dificilmente pode deixar de afetar a sensibilidade das pessoas que os realiza" (Geertz, 2001, p. 31).

Assim, o início dos trabalhos de campo marca também outros dois inícios: o da pesquisa, cujas primeiras inquietações surgem da observação da desigual paisagem urbana de São Luís; e, sendo uma pesquisadora "de fora", o da própria relação com esta cidade, cujos primeiros entendimentos e estranhamentos decorreram dos percursos a seguir apresentados. Então, é preciso afirmar que o processo de esmiuçar o tecido social ludovicense, ou seja, de entender o conteúdo geográfico do cotidiano de São Luís, partiu das incursões em campo – de encontros e conversas com os interlocutores, da participação em suas rotinas, de observações densas e escutas minuciosas sobre "os seus corres diários" para resolver a vida e sobre a luta para não deixar que a fome seja permanente em seus lugares.

Primeiro, partimos do entendimento de que a observação densa (Geertz, 2008) da dita paisagem urbana passa pela própria compreensão desta categoria, a qual pode ser definida como:

> […] o conjunto de aspectos materiais, através dos quais a cidade se apresenta aos nossos olhos, ao mesmo tempo como entidade concreta e como organismo vivo. Compreende os dados do presente e os do passado recente ou mais antigo, mas também compreende elementos inertes (patrimônio imobiliário) e elementos móveis (as pessoas e as mercadorias) (Santos, 2012 [1981], p. 191).

Tal exercício de observação da paisagem urbana de São Luís permitiu-nos constatar a existência de "duas ou diversas cidades dentro da cidade" resultantes "da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais" (Santos, 2012 [1981], p. 190) e raças que compõem este espaço urbano segregado.

Trata-se de um Núcleo Central histórico de distintas espessuras, abrigo de casarões e eventos culturais, morada de uma parcela da pobreza urbana, base de reprodução material da vida de trabalhadoras e trabalhadores ambulantes em movimento diário por suas ruas e, sobretudo, lugar de concentração de um circuito alimentar: beijus, juçaras, quentinhas, arroz, feijão, macarrão, carne e salada, sorvetes de bacuri ("olha o sorvete!"), tiquiras e Magníficas, salgados, caldos de ovos e sururu, lanches. São restaurantes de mães solo, restaurantes organizados por uma única família: marido, mulher, cunhada, filhos, um carro, nenhum carro ("aqui faço tudo a pé"), divisões cotidianas de um trabalho generificado e racializado – uma cidade e um circuito alimentar negro.

Depois das pontes sobre o rio Anil e ao norte situa-se a São Luís branca, que se mostra nova e intenta ser moderna a partir de seus mercados e serviços alimentícios elitizados, mas servidos e organizados em sua maior parte por trabalhadoras e trabalhadores negros: "a senhora quer o CPF na nota?", "pode deixar que eu empacoto pra senhora", "e essas sacolas de pano? Isso é coisa do teu lugar, né? Você não é daqui não, né?", "E, moça, como é que a senhora cozinha essa… lentilha? É lentilha, né? ... é igual feijão? Demora muito pra fazer? Precisa de pressão? Eu sempre vejo as pessoas aqui comprando, ... mas nunca comi não". A península, a lagoa, as grandes vias e o imperioso, veloz e irracional fluxo de transporte individual, além de torres marcando um recente processo de verticalização, bem como a impossibilidade de uma dinâmica de mobilidade segura e viável para o pedestre, somados aos numerosos vazios urbanos à espera de valoração demonstram as intenções dessa cidade: espraiar e excluir, sobretudo a população mais vulnerável, a exemplo das mulheres e dos sujeitos negros oriundos das extensas periferias.

Por fim, o conhecido "fundo da ilha", seja a oeste do rio Bacanga, seja a leste e a sudeste do núcleo original, com sua vasta periferia habitada e organizada majoritariamente por uma população negra, e com uma dinâmica econômica e alimentar quase que própria: feiras urbanas, mercadinhos, galeteria, senhores em suas bicicletas vendendo o café da manhã ("olha o café, sô!"). Mulheres, às vezes mães e filhas, outras sogras e noras, cunhadas, amigas, comadres, vizinhas levam isopores recheados de sanduíches, beijus, bolos de macaxeira, garrafas térmicas de café, milho assado, bananas e castanhas penduradas – "aceito pix, dinheiro, cartão – só não passo o fiado, mas minha mamãezinha pode pegar o que quiser aí". Há ainda um circuito alimentar noturno que serve às trabalhadoras e aos trabalhadores no percurso de volta para casa. As festas de *reggae* e as manifestações do Bumba meu Boi – da Floresta, de Pindaré, de Leonardo, Maracanã, Maioba, Santa Fé, Santo Antônio, São João, São Marçal – e os vendedores de comida em torno delas: vatapá, camarão, torta de caranguejo, carne de sol, arroz de cuxá, arroz de Maria Isabel, salada e macarrão. Restaurantes e cozinhas organizadas nas próprias casas – estas, em sua maioria, resultantes da construção pelas mãos da própria classe trabalhadora e em bairros que usufruem do mínimo equipamento urbano existente. Esgoto a céu aberto, tráfego intenso de automóveis, cachorros e gatos, crianças e adolescentes em suas bicicletas, adultos também. Futebol entre um carro e outro, funções cotidianas, radiolas e batuques. Senhoras sentadas em suas cadeiras de balanço, trancistas na porta da casa que também é o salão de beleza do bairro. Olhos curiosos – os meus e os delas. Vias sem asfalto e rarefação de sistemas públicos de transporte e de saúde são alguns exemplos que saltam aos olhos em um simples percurso nestas partes da cidade. Ações comunitárias contra a fome na cidade. Mulheres negras em ação.

Além desses importantes momentos de observação da cidade, houve os contatos iniciais e entrevistas com os nossos interlocutores – aqueles sujeitos urbanos reconhecidos como informantes (Geertz, 2001), ou seja, capazes de narrar suas trajetórias de vida costuradas às "tramas da cidade" (Telles, 2007) e, dessa forma, desvelá-la, ensinando na prática o processo urbano para nós.

O primeiro interlocutor ou informante desta tese, P.[43], é morador de uma ocupação residencial e cultural do Núcleo Central. O encontro com P. ocorreu na primeira saída a campo de 2019, para observação do Núcleo Central na Praça Gonçalves Dias. Ao vê-lo afixar em uma das árvores um "lambe" de uma sessão de cinedebate nessa ocupação, indaguei-o se poderia

[43] A pedido dos próprios sujeitos sociais entrevistados, optou-se tanto por não os identificar pelos nomes, quanto por não mencionar os nomes dos estabelecimentos, garantindo assim a privacidade de todos.

participar da pesquisa, iniciando a nossa conversa e o agendamento para uma entrevista, realizada na própria ocupação.

É importante explicitar este trajeto, pois foi a partir dele – em contato com moradores de ocupações urbanas e culturais do Núcleo Central e posteriormente com as lideranças de moradia, como Dona de Jesus e Luís Felipe – que pudemos costurar uma rede de habitantes do centro e criar laços de confiança para o início das conversas com os interlocutores do comércio popular de alimentação presentes nesta parte da cidade. Isto se destaca na discussão sobre o circuito inferior da economia urbana, uma vez que parte dos sujeitos organizadores desta economia territorial habita o centro, sobretudo nas ocupações urbanas.

Por sua vez, os trabalhos de campo nas periferias de São Luís ocorreram por dois caminhos: no Anjo da Guarda e no Liberdade, bairros em que refletimos sobre a manifestação econômica da situação alimentar. Nossa entrada aconteceu a partir dos mercados municipais desses lugares e de suas "extensões orgânicas"; nos interessou o diálogo com os vendedores circunscritos aos mercados nas ruas dessas periferias. Basicamente, nosso eixo de análise – no mercado, nos restaurantes, mercadinhos ou bares – ficou circunscrito às centralidades dessas periferias, lugares onde também investigamos organizações pertencentes aos *circuitos superior* e *superior marginal da economia urbana*.

Já no Coroadinho, embora também tenhamos estudado suas organizações econômicas em torno do comércio alimentar, nossa inserção em campo foi mais preponderante junto de coletivos organizados politicamente para, entre outras atividades, combater a fome na cidade.

O primeiro contato com tais coletivos, em 2021, foi intermediado pelo Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues, designer, professor e pesquisador do curso de Design da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e coordenador do Laboratório de Design Social da Cidade (Labdes-Cidades)[44], que desenvolve, entre outras, atividades na Casa das Pretas – um dos espaços frequentados no Coroadinho para a elaboração desta tese. Delano, à época, integrava o grupo Quentinha Solidária[45] – coletivo também entrevistado por Leme *et al.* (2022). Na ocasião de um trabalho de campo realizado com a Profa. Dra. Martina Ahlert (UFMA) e este grupo, o professor prontamente me colocou em contato com Christiane Mendes, coordenadora do Núcleo de Educação Comunitária (Neduc), no Coroadinho.

---

[44] Laboratório que trata da cultura de design e do direito à cidade. Mais informações em: https://www.instagram.com/labdes.cidade/. Acesso em: 12 jul. 2024.

[45] Projeto de distribuição de marmitas para os moradores em situação de rua do centro da cidade de São Luís, organizado pelas amigas Katiane Géria e Ana Patrícia Sileoni.

O primeiro encontro com Christiane, em janeiro de 2022, marca o início de uma reflexão coletiva a respeito das inúmeras formas de fazer política a partir dos territórios periféricos de São Luís. Através da professora, pedagoga e ativista social, pude conhecer e acompanhar durante dois anos o trabalho de outros coletivos de mulheres negras (Casa das Pretas, liderada por Ju do Coroadinho e Meire Flor, e Organização Não Governamental (ONG) Mulheres em Ação, dirigida por Rosa Maria Neves Carvalho) em organização cotidiana, fornecendo assistência alimentar à população vulnerabilizada, a partir de seus lugares de vivência.

Por fim, a organização das saídas de campo também se configurou na busca pelo entendimento "normativo" da cidade: quais núcleos dentro das universidades estão estudando a questão urbana, alimentar e racial em São Luís? Quais instituições públicas e da sociedade civil estão envolvidas nessas discussões? Quais eventos (encontros, debates, manifestações sociais, palestras etc.) mobilizadores destas pautas poderiam ajudar a compreender as distintas situações alimentares da cidade e sua relação com o processo de urbanização?

A primeira fase desta etapa do campo ocorreu no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), cuja visita técnica possibilitou a apresentação da pesquisa, o conhecimento dos projetos de revitalização e reforma urbana associados ao centro da cidade e o contato com o Departamento de Estudos Populacionais e Sociais – núcleo que desenvolve, entre outras, pesquisas de levantamento de dados sobre pobreza urbana em São Luís.

Logo em seguida, pude observar o Banquetaço[46], ocorrido em fevereiro de 2019 no bairro Liberdade, lugar ligado à resistência negra, no Núcleo Central da cidade. Tal atividade configurou-se como um importante processo de aproximação das principais figuras públicas envolvidas com a temática alimentar maranhense: presidenta, secretários e ex-secretários do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, núcleo Maranhão (Consea-MA), além de conselheiros de São Luís e lideranças do Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional (FMSAN).

Também fundamentais para o entendimento normativo de São Luís e da sua relação com a situação alimentar foram as visitas técnicas, entre 2019 e 2024, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Sedes), junto com os secretários adjuntos de Segurança Alimentar e Nutricional e do Programa Mais Renda; na Secretaria de Economia de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setres); na Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Sepa); na

[46] Ato organizado nacionalmente em razão da extinção, no primeiro dia de governo Bolsonaro, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF); na Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid); e na Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação.

Todas essas etapas (observação, contato inicial, formação de rede de contato, entrevistas presenciais e virtuais, visitas técnicas institucionais) foram divididas em duas partes (Anexo 1). A primeira, consideramos as atividades realizadas durante a escrita do projeto de pesquisa (setembro de 2018); e a segunda, no período de desenvolvimento da pesquisa, consistindo em: (i) levantamentos e contatos iniciais (fevereiro e março de 2019); (ii) atividades ligadas ao Plano de Trabalho do Estágio Procad/Amazônia (junho a agosto de 2019); (iii) atividades previstas no cronograma da Fapesp (março de 2020)[47]; (iv) interrupção das atividades de campo e início das atividades virtuais (março a julho de 2020); e (v) retomada presencial (de 2022 a 2024).

Os vários momentos de observação em campo e os encontros com os interlocutores desta pesquisa propiciaram pensar em dois componentes que se demonstram centrais na discussão sobre a economia política de São Luís: a maior parte dos sujeitos organizadores de um comércio popular de alimentação (ou seja, organizado pelo circuito inferior da economia urbana, tanto no centro quanto nas periferias) é composta por pessoas negras, sendo a maioria delas mulheres, sobretudo na produção dos alimentos a serem comercializados – informação também válida para os movimentos de assistência alimentar nas periferias da cidade. Vale ressaltar que, essencialmente, as trabalhadoras e os trabalhadores nas grandes redes de supermercados, nos mercados padrão *gourmet* e nos restaurantes de alta gastronomia da cidade também são pessoas negras. Portanto, o trabalho de campo explicitou essa realidade nos dois circuitos da economia urbana e exigiu da pesquisa um maior aprofundamento dessas discussões.

Com esta longa e crucial imersão em campo, levamos em consideração as inquietações dos diversos interlocutores encontrados, com o intuito de ampliar essas vozes criativas, ordinárias e populares, capazes de compor outras narrativas para um entendimento mais plural da cidade em sua totalidade, ou seja, compreender "os sentidos que as transformações sociais em curso [têm] para pessoas singulares, de carne e osso" (Neiburg, 2010, p. 5).

Para tanto, baseados em Ribeiro (2005b) e Silva (2014), propusemos o campo a partir de um método dialógico, ou seja, que busca aprofundar a compreensão dos sentidos da ação por meio da troca de saberes sobre as espessuras urbanas do território usado. Cabe afirmar que isso só tem sido possível porque a todo o momento tentamos um envolvimento com o cotidiano (Quadro 1) desta cidade tão desigual, a fim de entender as suas múltiplas temporalidades e formas espaciais.

---

[47] Estavam previstas saídas de campo nos meses de março, abril e maio de 2020, as quais foram interrompidas em decorrência das políticas de isolamento físico por conta do Covid-19.

Quadro 1 – Trabalho de campo: envolvimento com o cotidiano da cidade

<table>
<tr><td colspan="2">OBJETIVO</td><td colspan="2">Aprofundar a compreensão entre as relações de dominação e resistência nas ações de transformação do espaço.</td></tr>
<tr><td colspan="2">MÉTODO APLICADO</td><td>Dialógico</td><td>Troca de saberes (Geertz, 2001)</td></tr>
<tr><td colspan="2">CARACTERÍSTICA</td><td>Qualitativa</td><td>Entrevistas Semiestruturadas Observação densa (Geertz, 2008)</td></tr>
<tr><td colspan="2" rowspan="8">ASPECTOS REVELADOS</td><td rowspan="8">Espessuras Urbanas Do Território Usado – Trajetórias de vida dos sujeitos entrevistados</td><td>Conflitos</td></tr>
<tr><td>Angústias</td></tr>
<tr><td>Sentimentos</td></tr>
<tr><td>Conhecimentos</td></tr>
<tr><td>Tensões</td></tr>
<tr><td>Experiências coletivas e individuais</td></tr>
<tr><td>Energias sociais</td></tr>
<tr><td>Discursos</td></tr>
<tr><td rowspan="3">REGISTROS</td><td rowspan="3">Capturar o movimento da sociedade e a transformação do espaço</td><td>Captura de áudio</td><td>As vozes do lugar</td></tr>
<tr><td>Captura de imagens</td><td>A imagem como linguagem (Martins, 2008) urbana e registro histórico</td></tr>
<tr><td>Captura do tempo</td><td>Outras temporalidades

Múltiplos tempos da metrópole (Ribeiro, 2005b)</td></tr>
</table>

Fonte: Certeau (1980), Geertz (2001), Martins (2008), Ribeiro (2005b) e Silva (2014).
Elaboração: Antipon, 2016-2024.

Por fim, a presente tese divide-se em duas partes. Na primeira, em sua perspectiva histórica, apresentamos a gênese e a consolidação da situação alimentar urbana de São Luís, entre 1850 e o período atual. No capítulo 1 buscamos expor, a partir de uma periodização entre 1850 e 1989, a íntima ligação entre a formação de distintas situações alimentares em São Luís e o seu desigual processo de urbanização racializada. A compreensão de seu passado territorial apresenta-se, nesse momento, como importante método para refletir sobre a cidade reprodutora de abismos socioterritoriais demarcados racialmente.

Como forma de apreender essa articulação entre a multiplicação de lugares que vendem comida, o aumento da miséria, sobretudo de pessoas negras, na cidade e a sua urbanização, são

discutidos os diversos processos de transformação da urbe a serviço de uma elite – sempre reformulada às exigências do capital agrário-industrial-financeiro – e a maneira como essa população ludovicense mais empobrecida se organizou nos interstícios do tecido urbano historicamente recente para garantir sua sobrevivência. O capítulo também se preocupa em explicitar as crises de fome no período de aprofundamento das desigualdades, a partir de 1970.

No capítulo 2, ainda em uma perspectiva histórica, priorizamos o debate acerca das modernizações no território maranhense e suas relações com as origens da precarização dos sujeitos urbanos, sobretudo negros, de São Luís – a qual se deteriora pela ampliação da pobreza e da fome, com seus mais recentes processos de periferização e as mudanças nas situações alimentares desta população que, a partir da década de 1970 até o período contemporâneo, passa a se organizar economicamente no circuito inferior da economia urbana como forma de sobrevivência.

Já na segunda parte da tese, ao examinarmos as dinâmicas cotidianas de São Luís, refletimos sobre como as estruturas, sejam elas econômicas ou políticas, ligadas à alimentação da "pobreza urbana" – negra, em sua maioria – apontam caminhos de enfrentamento da ordem instituída, ao mesmo tempo que produzem uma situação alimentar urbana específica da contemporaneidade, ora como mecanismos de obtenção de renda e garantia da sobrevivência momentânea, ora como lutas radicais por direitos e alcance da cidadania.

No capítulo 3, apresentamos nosso partido de método ao discutirmos a teoria dos dois circuitos da economia urbana enquanto forma de compreender o processo contemporâneo de urbanização de São Luís e a composição de sua situação alimentar urbana. Propomos, assim, uma discussão sobre como os circuitos econômicos da "pobreza" (ou seja, o circuito inferior) se organizam em comunhão com o *circuito superior da economia urbana*, evidenciando os nexos entre os dois circuitos e suas relações contraditórias, complementares e de dependência. É também um momento importante de análise e debate de dados referentes à fome em território nacional e no estado do Maranhão; à precarização do trabalho no ramo da alimentação; à organização do trabalho no circuito alimentar; e às informações de gênero e raça no ramo alimentar do circuito superior supermercadista de São Luís.

A operacionalização dos dados de campo, embora seja apresentada em alguns pontos desse capítulo, é aprofundada e costurada às reflexões a partir do quarto capítulo. Nele, por meio de uma análise cotidiana minuciosa, trazemos as narrativas de interlocutoras e interlocutores para explicar as distintas formas de sobrevivência – sobretudo de mulheres negras – em uma cidade que vive o esgarçamento de seu processo de metropolização e tem no comércio popular de alimentação no Núcleo Central a possibilidade econômica de realização da vida.

Por fim, o quinto e último capítulo desta tese subdivide-se em duas partes: a primeira desloca a discussão sobre o circuito inferior da economia urbana para três periferias negras de São Luís (Anjo da Guarda, Liberdade e Coroadinho), buscando entender as particularidades e universalidades desse circuito periférico com relação ao que foi estudado no Núcleo Central. A segunda amplia a discussão sobre o acesso ao alimento em São Luís também por meio dos movimentos de assistência alimentar, os quais são conformados por diferentes "políticas da vida". Assim, discutimos as políticas de Estado (federal, estadual e municipal), com seus retrocessos, avanços e limites, e as políticas territorializadas e cotidianas produzidas a partir da doação de alimentos feita por três coletivos femininos, negros e periféricos no Coroadinho – lugares que ensinam sobre a luta comunitária de mulheres negras e a projeção de outros futuros onde a desumanização não seja uma opção.

Assim, evidenciamos que os processos de modernização do território maranhense, ao resultarem na fome e na deterioração alimentar, também têm como resposta a conformação de uma economia popular e diversos movimentos de assistência alimentar – meios pelos quais as parcelas mais empobrecidas e negras acessam a renda e o alimento em São Luís. Desse modo, contribuímos para um debate maior sobre a economia política da cidade, recurso teórico-metodológico fundamental, pois aponta caminhos de compreensão sobre as lutas pela sobrevivência urbana e pelo direito ao território, iluminando as distintas organizações para a construção de uma existência cidadã na periferia do mundo.

PARTE I – GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO DAS SITUAÇÕES ALIMENTARES URBANAS DE SÃO LUÍS

Grafite na Rua da Estrela, Núcleo Central Histórico, São Luís (MA).
Fonte: Antipon, 2019.

CAPÍTULO 1 – AS SITUAÇÕES ALIMENTARES URBANAS E UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS: RAÇA, GÊNERO E FOME (1850-1989)

Já fazia mais de três séculos que os primeiros negros tinham chegado ao Maranhão, ainda com a cidade circunscrita ao seu forte, a algumas ruas tortas, ao casario de palha, a uns poucos sobradinhos de pedra. Ano após ano, vieram vindo outras levas de escravos, embarcados em Angola, na Guiné, em Moçambique, no Congo e na Costa da Mina, e muitos ficaram pelo caminho, jogados ao mar, pois não tinham conta os que morriam no porão dos tumbeiros, esmagados por outros negros, que ansiavam respirar o ar das escotilhas. E eram também sem conta os que se deixavam morrer, com o sentimento de sua revolta e de seu infortúnio. Para obrigá-los a viver, um chicote estalava, e eles dançavam com o navio, que parecia cambalear nas ondas de mar alto, rijamente fustigado pelo sopro das rajadas. Só uns tantos chegavam ao fim da viagem. E tinham sido eles, os pobres pretos esqueléticos, de grandes olhos febris, as pernas bambas e chagadas, que em verdade ergueram a cidade, com seus palácios, seus sobradões de pedra e cal, suas igrejas, e sua muralha junto ao mar, sem que nem por isso lhes fosse restituída a liberdade.

Josué Montello (2019, [1975], p. 309)

Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. Isto é, um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. […] *É uma cidade de negros* […].

Frantz Fanon (1961, p. 34)

A grande maioria vem do interior. São famílias de lavradores que deixam o campo, porque não têm mais terra para trabalhar ou perderam tudo com a seca ou as enchentes ou foram expulsas. Elas vêm, famintas, à procura de um meio de sobrevivência. Uma vez levantada a casinha de taipa e palha com a ajuda solidária dos vizinhos, o pai de família procura um biscate, um meio de ganhar um dinheiro, como ajudante de pedreiro, ou quebrando pedra preta na pedreira, ou carregando água e barro. Mais tarde chegam parentes e vão se amontoando mais de dez pessoas na casinha ou divide-se o lote já pequeno para levantar outra casinha.

Frans Gistelinck (1988)

Creio que a indignação foi certamente estruturada pela africanidade de nossa consciência – uma certa medida epistemológica culturalmente inserida em nossas mentes, que nos fazia ver que o capitalismo racial que testemunhamos era um padrão inaceitável de conduta humana. Também a fonte de nossa indignação caracterizava essa conduta como inexplicável. A profundidade em que o comportamento racista corrompeu o Ocidente transgride qualquer consciência mundial enraizada em nosso passado africano. No entanto, a sensação de profunda tristeza diante do espetáculo da opressão racial ocidental é compartilhada por outros povos não ocidentais. Nessas circunstâncias e apenas em certo sentido, a sobrevivência negra deve, é claro, ser entendida como problemática.

Cedric James Robinson (2023, p. 535)

São muitas as reflexões que se debruçam sobre a história urbana de São Luís, capital do Maranhão[48]. O estudo de seu Núcleo Central, com gênese datada de 1612, apresenta-o como resultado do inicial desenho urbano da ocupação ora francesa, ora da portuguesa (Geiger, 1963; Tavares, 2012; Lacroix, 2020).

Reacende também em tais discussões o papel do longo e violento processo de escravização de sujeitos negros que, concretamente, ergueram esta e tantas outras cidades brasileiras (Farias *et al.*, 2006) – herança que é elemento-chave para a compreensão das contradições e desigualdades que caracterizam a nossa formação socioespacial, como apontam Abdias do Nascimento e Milton Santos:

> a construção de um país chamado Brasil, erigido por africanos e somente por africanos. Um país com um território enorme, a metade da América do Sul; um país maior que o território continental dos Estados Unidos. A tarefa de construir a estrutura econômica e material desse país significou o holocausto de milhões de vidas africanas (Nascimento, 1982 [1968], p. 25).

> Aqui, o fato de que o trabalho do negro tenha sido, desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes deu-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais (Santos, 2000b).

Estudos colocam em pauta a disputa de narrativas de um Maranhão já consagrado como a Atenas brasileira, ou a pífia Manchester do Norte (Burnett, 2012; Lopes, 2013; Lacroix, 2020). Contudo, nenhum deles – salvo exceções pontuais, como as descrições feitas sobre determinados sujeitos urbanos ligados à venda de alimentos na cidade (Lacroix, 2020), ou a análise da existência de uma ou outra materialidade associada à comercialização de alimentos, como o Mercado Central (Andrès, 2006; Burnett, 2012; Lopes, 2013) – preocupou-se em entender o processo de urbanização da cidade em correlação com a questão alimentar e seus demarcadores sociais, sobretudo raciais.

É importante dizer que, de maneira geral, são poucos os estudos que se dedicam às questões alimentares nos espaços urbanos brasileiros, tanto em perspectiva contemporânea – aqui chamamos a atenção para os trabalhos do geógrafo Ribeiro Junior (2008, 2016) –, quanto

[48] Para o estudo da história urbana de São Luís, pautamo-nos sobretudo nos seguintes autores: Ribeiro Junior (1999), Andrès (2006), Burnett (2012), Tavares (2012), Lopes (2013, 2016), Ferreira (2014, 2017), Costa (2016) e Lacroix (2020). A construção de croquis, apresentados no Anexo 2, baseou-se nestas leituras e tornou-se fundamental para pensar uma organização espacial dos eventos de cada período histórico de São Luís.

em sua formação histórica. Carneiro e Meneses (1997, p. 52), por exemplo, afirmam que a "historiografia brasileira da alimentação é muito pobre. É um tema que, efetivamente, ainda não foi descoberto pelos historiadores, embora sua presença possa ser detectada, sempre como apêndice, em várias circunstâncias". Para Rodrigues (2011, p. 42), "exceto nas questões referentes à carestia, a alimentação não parece ter estado no centro das reivindicações dos trabalhadores e, portanto, parece ter deixado menos indícios para a pesquisa histórica", se comparada com as pesquisas sobre habitação, por exemplo. Ainda segundo Rodrigues, "a mobilização popular em torno da habitação tem atraído mais a atenção dos pesquisadores do que o tema da alimentação".

Já no que diz respeito aos estudos urbanos brasileiros em seus aspectos raciais[49], há uma prevalência de publicações com recortes históricos específicos, geralmente trabalhando o ínterim entre o século XIX e meados do século XX. Em termos metodológicos e escalares, destaco as publicações de Farias *et al.* (2006), um livro que trata das cidades negras no Brasil escravista do século XIX, e de Barone e Rios (2019), organizadoras de uma coletânea de textos de sociólogos, geógrafos e historiadores que abordam a questão dos negros nas cidades brasileiras entre 1890 e 1950. Especificamente sobre o Maranhão, destaca-se a tese de Matheus Gato (2015), a qual apresenta importante discussão sobre racismo e espaço urbano de São Luís entre os séculos XIX e XX. Tratando-se de um debate sobre as cidades contemporâneas sob o prisma racial, as pesquisas de Renato Emerson dos Santos (2012; 2019; 2022) ocupam lugar de destaque nos domínios da geografia urbana.

Assim, apresentamos neste capítulo, a partir do trabalho de revisão bibliográfica (Alves; Antipon, 2023) e da busca de materiais em acervos históricos[50], uma interpretação da relação entre a expansão urbana de São Luís e a gênese e consolidação de sua situação alimentar, que é também racialmente estruturada.

Dessa maneira esmiuçamos tal situação, caracterizada sobretudo pela existência de distintos mercados de alimentação: os normativos, como o Mercado das Tulhas, o Mercado Central, os mercados municipais, supermercados, hipermercados, atacarejos, as centrais de

[49] Frisamos que não levamos em conta nesta argumentação os estudos realizados sobre a relação entre urbanização, fome e raça produzidos nos Estados Unidos – lugar com uma tradição bastante consolidada nos estudos da *black geography* e no qual refletimos sobre parte desta tese, conforme descrito na introdução.

[50] Nossa metodologia consistiu em um levantamento minucioso (busca temática, por palavras-chave, ordenação por temas e tempo histórico), realizado entre 2018 e 2023 em arquivos físicos e digitais. Dentre os arquivos se destacam as bibliotecas da UEMA e da UFMA (campi São Luís), a Biblioteca Pública Benedito Leite (São Luís), acervos da Fapema (livros impressos), da Editora da UEMA, do IHGM, as bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFCE), da UFPA e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da USP e da Unicamp, em São Paulo, e a Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

abastecimento; e os ambulantes[51], majoritariamente mulheres negras. Desde os séculos XIX e XX, com sujeitos negros escravizados ou libertos (por exemplo, as quitandeiras, as mulheres com seus tabuleiros[52] nas esquinas de São Luís, os pescadores e vendedores de caranguejo da ilha), até a contemporaneidade, em que trabalhadores e trabalhadoras, também de maioria negra, são expulsos do campo, tornando-se os novos desempregados urbanos e periféricos, essas pessoas organizam suas economias nos interstícios da cidade vendendo bolos, salgados e quentinhas[53], servindo tapiocas com café, expondo juçara e camarões em isopores pelas calçadas, vendendo balas e água mineral nos semáforos da cidade.

Destacamos, assim, que a venda de alimentos em São Luís, sobretudo na rua, historicamente caracteriza-se por uma distinção de classe, gênero e cor: cabe aos sujeitos mais empobrecidos, principalmente mulheres e homens negros, garantirem boa parte da comida restauradora na cidade.

Com base nos estudos históricos sobre alimentação nos espaços urbanos (Martins, 2011; Rodrigues, 2011; Graham, 2013; Antipon, 2018c; Basso, 2018; Antipon; Cataia, 2019), entendemos que o crescimento de bairros pobres[54] na cidade e a vivência de um cotidiano miserável por parte dos sujeitos que os habitavam concretizaram no processo de urbanização a multiplicação de "estabelecimentos alimentares"[55], cujo fim seria, além de garantir a alimentação ao trabalhador que se desvinculava de seu lar, amenizar dois males que acometiam, em grande medida, os habitantes da cidade: a escassez e a carestia de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Portanto, a proliferação de estabelecimentos alimentares populares nas

---

[51] Conforme Geiger (1963, p. 62), "No período colonial, era frágil a economia urbana. Inexistia a indústria, o comércio engatinhava; produtos manufaturados eram confeccionados nas próprias fazendas e o comércio era exercido, em grande parte, por ambulantes".

[52] Tábua de madeira, geralmente carregada sobre a cabeça ou organizada nas ruas e calçadas da cidade, na qual se ofereciam os alimentos a serem comercializados (Graham, 2013; Lacroix, 2020).

[53] Refeições geralmente compostas por arroz, feijão, macarrão e uma proteína (a "mistura"), servidas em recipientes que as mantenham "quentes", como formas de papel-alumínio ou potes de isopor, pois são consumidas fora do estabelecimento alimentar. No Maranhão também são conhecidas como "bandecos".

[54] Segundo Geiger (1963, p. 383), com o advento da modernidade no processo de expansão urbana, São Luís "foi acrescida de bairros pobres, subúrbios, inclusive favelas de casas de pau-a-pique, chão de terra e cobertura de palha, os 'apicuns'. Encontram-se áreas pobres e favelas nas áreas sujeitas às marés, às margens dos rios (Anil e Bacanga). Também na direção da ponte que liga São Luís ao continente observa-se o crescimento recente de bairros pobres". Montello (2019 [1975], p. 660, grifo nosso), no romance *Os tambores de São Luís*, descreve o cotidiano urbano na cidade oitocentista. Nele encontramos uma narrativa de como seria o processo de ocupação dessas áreas sinalizadas por Geiger: "Aos poucos, ali na cidade, ou nos arrabaldes da ilha, Damião ia conseguindo trabalho para os mais capazes. Quem tinha um ofício, não tardava a se empregar. E como havia terra devoluta, *para os lados do Bacanga, muitas famílias de negros se encaminharam para lá, e ali ergueram as suas palhoças, alimentando-as com os peixes da beira-rio, a juçara, o sapoti, o ingá, a carambola, o bacuri, a pitomba, o camapu e a maria-pretinha, que estavam ao alcance da mão*".

[55] Trata-se tanto dos estabelecimentos responsáveis pela venda de alimentos para serem preparados em casa ou em outros estabelecimentos, quanto dos que ofereciam refeições prontas.

urbes demonstra de maneira histórica a tentativa de garantir o abastecimento e a sobrevivência dos trabalhadores urbanos.

Inicialmente, o Mercado das Tulhas e o Mercado Central, bem como o chamado "abastecimento alternativo" – armazéns dispersos pelos bairros, quitandas encontradas nos bairros mais humildes, botequins, açougues e matadouros, casas importadoras, rede de restaurantes para a elite, comércio de frutas, verduras, e, não menos importante, a miríade de ambulantes que perambulavam pelas ruas –, além de permitirem a consolidação do núcleo urbano de São Luís, foram responsáveis pela maior organização e controle das vendas de alimentos para os moradores na cidade.

É importante frisar que a existência de um comércio alimentar "branco" – organizado por e para tais sujeitos – também possui raízes históricas. Fontes indicam a ocupação majoritária de portugueses homens em atividades comerciais (Paxeco, 1919 *apud* Gato, 2015, 2019a). Segundo Gato (2015, p. 45), 63% dos colonos portugueses presentes em São Luís na última metade do século XIX ocupavam-se em algum tipo de comércio na capital.

Embora Gato (2015, 2019a) não indique as classificações específicas desse comércio – então não é possível trazer informações particulares sobre o comércio alimentar, por exemplo –, sua análise traz descrições feitas por Campos (1935 *apud* Gato, 2015, p. 45) e Paxeco (1919 *apud* Gato, 2015, p.47) interessantes para a nossa argumentação de que o mercado alimentar é, desde sua gênese, dividido racialmente. A primeira diz respeito às grandes casas exportadoras e importadoras sendo administradas pelos colonos portugueses e revelando esse tipo de comércio de maior escala – dependente, portanto, de mais infraestrutura de capital, tecnologia e organização – já distinto racialmente desde a sua origem no país. A segunda, nesse mesmo sentido, remete à ideia de que a mentalidade comercial portuguesa que se formava no século XIX em São Luís era dominada por uma "formação cultural bastante prática" – "*marca distintiva* importante numa sociedade marcada pelo analfabetismo entre pretos e pobres", permitindo que justamente os portugueses ascendessem "dentro das casas de comércio, entronizando uma *ética hierárquica*" (Gato, 2015, p. 47, grifos nossos).

A proposta de discussão sob uma perspectiva histórica territorial, abordando o surgimento, a hierarquização por cor, a proliferação e a organização desses estabelecimentos alimentares em São Luís implica lançar mão do recurso da periodização[56], ferramenta capaz de

[56] Segundo Santos (1994b, p. 67-68), para que possamos dominar a noção de tempo dentro da geografia, necessitamos dividi-lo em períodos. Para o autor, "períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo e nos permitem definir nosso objeto de análise. Assim, as

traduzir a forma como a cidade, esse verdadeiro espaço-tempo (Santos, 1994b), foi produzida e planejada, além de revelar a maneira como os seus moradores se organizavam em um cotidiano fortemente marcado pela desigualdade racial – situação que, como veremos adiante, se conserva até os dias atuais.

Conforme Santos (1994b), a fundamental compreensão das formas pretéritas exige obrigatoriamente a articulação com o conceito de espaço – o "resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações" (Santos, 1996, p. 100) –, sendo a sua natureza formada, de um lado, "pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade" (Santos, 1996, p. 106). Tratando-se o espaço de "uma categoria histórica" (Santos, 1994b, p. 67), o estudo da cidade, uma forma[57] espacial, não pode se desarticular do estudo do tempo.

Desse modo, o recurso à periodização admite que estudar o passado não é apenas uma busca de entendimento do presente, significando igualmente, conforme propõe Hartshorne (1978 [1899], p. 90), uma prerrogativa da busca pelo "próprio conteúdo geográfico". Nesse contexto:

> […] cada período passado possui sua geografia "presente", e o estudo comparativo das diferentes geografias através de sucessivos períodos de tempo oferece um quadro da geografia em mudança, de uma determinada área. Desse modo, a dimensão histórica do tempo se combina às dimensões do espaço. (Hartshorne, 1978 [1899], p. 90).

Cabe afirmar que, para um real avanço na compreensão das situações alimentares em São Luís, faz-se necessário um olhar sobre as formas e os conteúdos criados no processo de urbanização, destacando-se os distintos usos do território já realizados nos interstícios da cidade, os quais são condicionantes das situações contemporâneas.

Por essa razão, a proposta de periodização que será exposta a seguir tem como principal objetivo refletir historicamente sobre a formação urbana de São Luís, cuja dinâmica sempre esteve associada a um processo extremamente racista e, portanto, violento para grande parte de sua população negra. Tais características configuraram-se como centrais na consolidação de uma situação alimentar urbana contemporânea também desigual entre as raças e classes sociais.

---

periodizações podem ser muitas, em virtude das diversas escalas de observação", além de permitirem "reconhecer um processo histórico mais geral, não importa onde estivermos".

[57] Para Santos (1994a, p. 121), *formas* seriam os resultados de divisões do trabalho pretéritas, "as condições preexistentes, heranças de situações passadas".

Surge, então, no debate a ideia de que a cidade cindida – dos colonizadores e dos colonizados; dos brancos e dos negros; das classes burguesas e dos trabalhadores precarizados; do Núcleo Central histórico, das novas centralidades e dos arrabaldes periféricos – produziu consequentemente uma distinção alimentar, que também é racializada, materializada nos espaços de *viver e de trabalhar* (Harvey, 1982). Há, portanto, uma construção histórica dos lugares onde determinada classe e raça organiza e consome em um mercado alimentar; e, obviamente, do que determinada classe ou raça consegue acessar em termos nutricionais e tipos de comidas em tais lugares. Quais seriam os espaços da classe trabalhadora? E os da elite ludovicense? Quais seriam os espaços dos sujeitos negros e brancos? Como a formação e a consolidação da situação alimentar urbana estão relacionadas com o próprio processo de urbanização da cidade?

Nossa análise começa com o período que vai do ano de 1850[58] até 1935, referente à consolidação do núcleo urbano de São Luís, ao evento da abolição da escravatura – momento central para o entendimento do papel dos sujeitos negros na sociedade de classes (Fernandes, 1965; Schwarcz, 2019; Guimarães, 2021) –, bem como à proliferação nas ruas de vendedores ambulantes e de mulheres negras organizando um circuito alimentar. Também corresponde ao período dos mercados centrais e da efervescência industrial no Norte do Brasil, embora sem muito sucesso[59], e à expansão dos primeiros bairros operários da cidade. É ainda marcado pelo fim da centralidade do seu principal porto de exportação, no bairro da Praia Grande, o que modifica drasticamente a trajetória desta cidade que, em seus primórdios, foi um dos principais centros urbanos e comerciais do país.

Naquele momento a cidade se caracterizava pela proliferação de bairros pobres, compostos por migrantes nacionais, sobretudo do interior do Maranhão, do Pará e do Piauí; pela forçada diáspora africana, caracterizando em grande parte a sua população; e pela ascensão de uma burguesia branca, mercantil e agrária, enriquecida com a produção de cana-de-açúcar e algodão na região, bem como com o proeminente comércio externo por vias marítimas, além da burguesia intelectual. Definiu-se também pelo surgimento dos primeiros códigos normativos de organização territorial, aliados à questão sanitária da cidade – eis o início do planejamento

[58] Conforme Maricato (2000, p. 24), "a tragédia urbana brasileira […] tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)".

[59] Ressalte-se que a industrialização, embora importante para os processos urbanos de São Luís, não foi o principal fator impulsionador da formação urbana ludovicense. Lembramos de Mabogunje (1971), que, ao tratar do processo de urbanização nigeriano, aponta para a possibilidade de distintos processos urbanos que não estejam relacionados à industrialização de um país.

higienista e racista, com seu plano de extensão e alargamento das ruas do núcleo urbano original.

O segundo período, compreendido entre 1936 e 1969, é identificado como a primeira fase de expansão urbana de São Luís. A cidade começa a crescer para além de seu núcleo urbano inicial, e o chamado "urbanismo moderno" (Lopes, 2013) vai tomando forma com o Plano de Expansão da Cidade de São Luís. O Centro Histórico, fortemente caracterizado pelo "urbanismo lusitano" (Lopes, 2013), passa por um processo de desvalorização, uma vez que boa parte de suas elites começa a ocupar novos bairros, marcando a gênese da expansão de bairros nobres na cidade. O centro é então popularizado, ao mesmo tempo que enfrenta os embates buscando retirar a "feição colonial" da cidade. Destaca-se a chegada da primeira rede de supermercados a São Luís, coincidindo com os anos em que alguns serviços ambulantes de alimentação foram perdendo espaço no Núcleo Central.

O terceiro período, proposta que demarca a segunda fase de expansão urbana de São Luís, de 1970 a 1989, é um momento decisivo na formação urbana periférica da cidade. O aumento de 85,5% de sua população em cinco anos (de 1975 a 1980) é resultado de eventos geográficos[60], tais quais: a mudança na dinâmica agrária maranhense e os projetos de infraestrutura urbana na capital – construção do Porto de Itaqui, inauguração do Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A. (Alumar), as ações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a construção da Base de Alcântara no continente, próximo a São Luís. Tal quadro espacial culminou em uma significativa atração de trabalhadores para a construção civil e no consequente aprofundamento dos processos de empobrecimento e periferização da cidade.

Além desses grandes projetos mencionados, duas transformações em São Luís foram decisivas para sua valorização imobiliária e o seu crescimento ao norte e a sudoeste: o "Aterro do Bacanga", demarcando o novo fluxo, ao sul e a oeste da ilha, de construção de cidades-dormitórios sem qualidade de bairro (Burnett, 2012); e a construção das Pontes do São Francisco e do Caratatiua, cuja função de ampliar a locomoção na cidade indicou o novo vetor de valoração e especulação urbana para o norte da ilha do Maranhão.

Já o quarto período, com início no final do século XX, em 1990, perdurando até o momento atual desta pesquisa, 2024, versa sobre a maneira histórica de criação de espaços

[60] Conforme Santos (1996, p. 95, grifo nosso), "Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes. […] A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. *Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais*".

econômicos na cidade, tanto pelas classes empobrecidas, quanto pelas enriquecidas. Assim, a pesquisa busca entender os conteúdos da metropolização (Moura, 2013; Lencioni, 2017) de São Luís (Ferreira, 2014; 2017) associados à comercialização e circulação de alimentos na urbe, seja nos reconhecidos mercados populares – com os ambulantes, os pequenos bares e restaurantes, os mercados dos bairros, as feiras urbanas –, seja nas grandes redes de comércio alimentar – supermercados, atacarejos, centrais de abastecimento, circuito da alta gastronomia, empórios etc. – que aqui se instalaram desde o início da década de 2000, reconfigurando a maneira como, até então, se reproduziam as práticas alimentares dos cidadãos de São Luís.

Evidencia-se durante esse período o desenvolvimento desigual e contraditório da cidade (Smith, 1988), ao revelar a associação cada vez maior entre as inúmeras transformações urbanas de São Luís e o aprofundamento da periferização. Além de propor uma reflexão sobre a consolidação da pobreza estrutural, planejada e, portanto, histórica da metrópole *corporativa e fragmentada* (Santos, 1990), a pesquisa permite analisar o crescimento da articulação entre o centro da cidade e suas periferias.

É nesse momento do trabalho que se aponta a pobreza estrutural e planejada na cidade como a principal causa da proliferação de atividades de pequenas dimensões e trabalho intensivo, as quais caracterizam o que Santos (1979a) denominou de "circuito inferior da economia urbana". A necessidade de sobrevivência em uma metrópole historicamente desigual faz desse circuito econômico um *mercado socialmente necessário* (Ribeiro, 2005a).

Esse último período, ao trazer à tona os novos conteúdos do comércio alimentar em São Luís, garante a reflexão sobre o processo de urbanização atual e a sua relação histórica com os pobres e os famintos da cidade. Cabe ressaltar que isso será abordado e detalhado ao longo dos próximos capítulos da tese, contribuindo, portanto, para a compreensão sobre a contemporânea situação alimentar da cidade de São Luís.

1.1 Alimentando a cidade: negros e mulheres na consolidação de distintas situações alimentares em São Luís (1850-1935)

Quando predominava no Brasil o "meio natural" (Santos; Silveira, 2001) e o dado técnico hegemônico ainda não havia sido imposto, entre 1612 e 1615, a França Equinocial fundava e organizava o núcleo primitivo da cidade de São Luís[61], "iniciando a construção de

[61] Tavares (2012, p. 45-46) admite que neste período o que existia formalmente era o Forte de São Luís, constituindo o "centro nervoso da colônia". Ainda que essa estrutura original não exista mais, "ela deixaria marcas fundamentais no espaço geográfico da cidade". Tomadas posteriormente pelos portugueses, "essas instalações

uma pequena cidade, com seu forte, residências, capela, ancoradouro, armazém" (Tavares, 2012, p. 29) –, cuja ocupação posterior seria realizada pela colônia portuguesa.

O espaço urbano da cidade entre os séculos XVII, XVIII e XIX estaria circunscrito ao que hoje constitui seu Centro Histórico. As primeiras mudanças, com projetos de remodelação e expansão de sua malha urbana, seriam sentidas apenas no início do século XX, momento em que a urbanização brasileira, de modo geral, resulta do processo de industrialização do país (Geiger, 1963), e o urbanismo moderno mudaria a feição lusitana até então predominante[62]. Seria o início da formação de uma nova cidade, para além dos casarões, das ruelas e ladeiras e do denso perfil urbano de seu consolidado Núcleo Central.

A gênese do rápido "florescimento cultural e urbano" de São Luís decorreu da integração do Maranhão ao sistema econômico de comércio mundial (Andrès, 2006[63]; Lopes, 2013), primeiramente com a produção e exportação do algodão (1780-1820)[64], e posteriormente com o comércio voltado à produção e expansão das culturas de cana-de-açúcar, a exportação açucareira e a implantação de engenhos pelo interior do estado (1850-1870).

Ressaltamos que foi durante o primeiro momento (1780-1820) que o antigo porto da Praia Grande atingiu o seu maior dinamismo, sobretudo com as atividades de importação da mão de obra africana escravizada[65], cujo uso compulsório

---

seriam aproveitadas pelos seus novos senhores, influenciando decisivamente nos posteriores desdobramentos do espaço urbano ludovicense". Parte daí a situação de centro e periferia da cidade. Assim, "a herança francesa na urbanização ludovicense não se faz presente através de edificações visíveis, mas de forma muito sutil", por meio da "planta da cidade de São Luís".

[62] Isto porque "no começo, 'a cidade' era bem mais uma emanação do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. […] sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado" (Santos, 1993, p. 19-20).

[63] "Grande parte das riquezas oriundas das extensões pastoris dos sertões escoava-se pelo porto, este reunia, portanto, as benesses de ser capital, sede administrativa e entreposto comercial, produzindo-se aí, as maiores e mais expressivas manifestações de urbanidade. Uma elite de comerciantes por aqui se estabeleceu em função destas rendosas atividades de comércio de exportação, gerou a necessidade de construir em São Luís e Alcântara, um ambiente urbano capaz de reproduzir padrões de conforto aos quais seus proprietários estavam acostumados nas cidades europeias" (Andrès, 2006, p. 58).

[64] Prado Júnior (1945, p. 82) alerta que foi o algodão quem deu vida e transformou o Maranhão, uma região até então pobre e inexpressiva no conjunto da colônia, em uma das mais ricas e destacadas capitanias. E "não é somente economicamente que se transforma; a mudança é mais profunda. Com o algodão vieram os escravos africanos – ou vice-versa, preferivelmente –; modifica-se a feição étnica da região, até então composta na sua quase totalidade, salvo a minoria dos colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão".

[65] A maior parte da mão de obra escravizada que chegava ao Atlântico Norte brasileiro nos séculos XVIII e XIX vinha da região do Golfo da Guiné e da Costa da Mina (Meireles, 1983; Chambouleyron, 2006). Descrevendo a situação alimentar de Salvador entre os séculos XVII e XVIII, Graham (2013, p. 41) afirma que muitos dos escravos que vinham dessas regiões "eram chamados de 'negros-mina' porque tinham sido comprados na área perto do forte de Elmina, na costa da Guiné, ou, com a mesma imprecisão, 'negros da Guiné'. Os falantes de iorubá eram geralmente chamados nagô, e os que falavam gbe/ewê/fon eram chamados de jeje". Barroso Júnior (2009, p.15), por sua vez, admite que "o Maranhão alimenta uma célebre herança Mina ou 'Fanti-Ashanti' graças a escravos saídos dos portos da Costa da Mina, de reinos próximos ao litoral do Castelo de São Jorge da Mina. O Maranhão, neste cenário, um dos principais consumidores da mão-de-obra cativa africana, sobretudo, a partir da construção da famigerada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, estendeu relações

> […] constituía o fundamento do trabalho nas fazendas de algodão localizadas nas ribeiras dos rios Itapecuru e Mearim, bem como nas demais atividades, especialmente no que diz respeito ao âmbito dos ofícios artesanais e dos serviços domésticos praticados nos núcleos urbanos […] (Pereira, 2001, p. 36 *apud* Carvalho, 2005, p. 47).

Já o efetivo desenvolvimento urbano da cidade vincula-se ao segundo momento (1850-1870), resultado do investimento do capital mercantil (Lopes, 2013) e "acompanhado da gênese de um setor comercial interno, progressivamente responsável pelo financiamento da produção agrícola, incorporando inclusive a pequena propriedade em seu circuito" (Lopes, 2013, p. 39).

Ressaltamos que Lopes (2013) não deixa claro o que viria ser essa pequena propriedade no circuito de produção agrícola. No entanto, com base em Pereira (2006), sabe-se que os sujeitos escravizados, desde o cultivo de algodão no Maranhão (1780-1820), organizavam suas próprias culturas de subsistência concomitantemente às monoculturas exportadoras. Também revela Gato (2019b, p. 246) que os

> relatos das expedições militares […] descrevem a existência de uma "economia quilombola" especializada na venda de gêneros alimentares para as vilas mais próximas, contando com engenhos de moer cana, roças de subsistência e com o garimpo do ouro para troca e comercialização na fronteira com o Pará.

O quilombo, como princípio "fundamental da resistência negra", de "preservação de uma consciência histórica e social particular" e manifestação "da determinação africana de se desconectar, de se afastar do contato" (Robinson, 2023, p. 537), também serviu como base para a constituição de determinadas situações alimentares das cidades coloniais.

Gato (2019b, p. 246) também aborda uma perspectiva de que "a abundância de quilombos[66] e de outras formas de uso comum da terra no Maranhão, como as chamadas terras de santo, terra de preto e terra de índio" estavam "ligadas historicamente à crise econômica das plantações escravistas de algodão e açúcar da região". Ou seja, tais organizações que permitiam a sobrevivência, sobretudo dos sujeitos negros, surgem como uma forma de *economia da crise* – ou das "emergências econômicas", como bem trabalha Neiburg (2010) – algo que se aproxima

---

de proximidade na economia do tráfico com os impérios e régulos da costa do Ouro, do Marfim e da Costa dos Escravos fundamentando a herança Mina entre os maranhenses".

[66] Afirma Gato (2019b, p. 245): "Um dos aspectos que caracterizam a paisagem do Maranhão durante o século XIX é a abundância de quilombos. Trata-se de uma sociedade de escravos fugidos em quilombos que também abrigavam desertores e outros homens livres pobres, desejosos de escapar da dependência social e econômica das grandes plantações escravistas".

muito do que vamos desenvolver ao longo dos próximos capítulos quando tratarmos do circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a).

Muitas vezes, em várias cidades negras brasileiras, tais gêneros alimentícios advindos do cultivo negro eram comercializados nas urbes nos dias de "folga" ou como forma de pagamento de sua jornada como "escravo de ganho" (Martins, 2011; Graham, 2013). No caso do Maranhão, essas pequenas atividades produtivas passaram a ser consorciadas

> […] com a lavoura de algodão para proverem parte de seu sustento e alimentação à base de arroz, feijão com carne seca do Rio Grande do Sul ou preparada em fazendas no vale do rio Mearim. Essa alimentação era complementada com peixes, salgados e secos, uma das fontes de nutrição de escravos e demais trabalhadores livres e pobres (Pereira, 2006, p. 37).

Embora centrais para a manutenção da situação alimentar do Maranhão, esses sujeitos foram alvo de discursos racistas à época, os quais argumentavam que

> Não há agricultores, propriamente ditos, no Maranhão. […] A própria fertilidade da terra, portanto, é uma das causas do retardamento em que se acha a agricultura no Maranhão. […] As outras causas são fáceis de explicar-se, desde que se souber que o serviço de cultura da terra já esteve até pouco tempo entregue a escravos africanos, e que os chamados lavradores não tinham a menor noção do que era agricultura (Bethencourt, *Jornal A Cruzada* (s. d.) *apud* Viveiros, 1964, p. 2).

Formou-se, entre 1780 e 1870, a estrutura social maranhense (Cabral, 1984), composta: (i) por uma minoria branca, a classe senhorial dominante[67] representada pelos comerciantes (importadores e exportadores), pelos donos das grandes lavouras de exportação escravista e pelos funcionários da Coroa Portuguesa; (ii) pela grande massa marginalizada de escravos africanos, negros brasileiros, população livre e heterogênea (índios, caboclos e mestiços), considerada, a partir da exploração de sua força de trabalho, como "um dos pilares para que se constituíssem centros urbanos com os confortos da vida moderna da época" (Andrès, 2006, p. 57).

Para o que nos interessa aqui – que é entender o vínculo entre a formação da situação alimentar de São Luís e o seu processo de urbanização –, chama atenção o fato de esta última

[67]Andrès (2006, p. 62) classifica esta classe dominante também como intelectuais da "Atenas Brasileira": "famílias abastadas enviavam seus filhos para estudar na Europa nas melhores universidades de Portugal ou da França, os quais, ao retornarem, logo se destacavam no cenário nacional como jornalistas, escritores e poetas. Constituiu-se no Maranhão, uma sociedade elitista em sintonia com o que se passava no mundo ocidental. Os casarões, salvo as adaptações ao clima equatorial, em tudo lembravam aqueles construídos em Lisboa na mesma época".

classe, sobretudo os sujeitos escravizados/negros libertos, ter ao longo do tempo relação com a produção e a venda de alimentos para/na cidade:

> Mundos urbanos e semiurbanos se encontravam conformando estilos das comunidades negras em gestação. Cativos e forros podiam comercializar gêneros ou trabalhar em improvisadas oficinas nas áreas mais centrais da cidade, fazendo desses trajetos periódicos – dos locais de trabalho às suas casas – espaços de socialização e construção de autonomia. […] Outros tantos tinham pequenas roças com hortaliças e legumes e criação independentes. Faziam comércio com taberneiros e sitiantes (Farias *et al.*, 2006, p. 57).

Assim, além de suas roças, também "trabalhavam nas diferentes etapas que caracterizavam o processo de produção de mercadorias como o algodão, o arroz[68] e o açúcar", e ainda estavam organizados em uma "variedade de serviços, tais como a construção civil, as atividades domésticas, portuárias e o *comércio informal de alimentos*" (Pereira, 2006, p. 34, grifo nosso)[69].

É importante pontuar que a maior parte desse comércio alimentar urbano em São Luís, bem como o preparo dos alimentos eram organizados pelas mulheres escravizadas ou negras libertas[70] (Carvalho, 2005; Pereira, 2006; Lacroix, 2020). Havia uma forte presença feminina na venda de comida em tabuleiros, comercializando peixes, vísceras de gado, frutas e doces, ou nas atividades domésticas, o que incluía o ato de cozinhar. De forma geral, nas ditas cidades negras

> As mulheres conseguiam com mais facilidade se envolver com o trabalho de produção de alimentos, chamariz muito importante para agregar negros e negras em casas coletivas. E no ambiente urbano as africanas tinham ainda mais desenvoltura para conseguir renda como vendedoras de rua […]. As quitandeiras eram especialmente populares. Com os turbantes grandes, os panos-da-costa por cima do ombro, o indefectível cesto de palha, a saia rodada, a camisa de renda, elas cruzavam a cidade em todas as direções. […]

---

[68] No Maranhão, "o arroz […] afirma-se por ser um produto que encontrou terras extremamente favoráveis ao seu cultivo, e funcionou como alimento preferencial, de menor custo para alimentar quantidades de escravos" (Andrès, 2006, p. 58). Até hoje é considerado o "pão maranhense" (Cascudo, 2011, p. 464).

[69] Para Andrès (2006, p. 68), a diversidade do uso do solo urbano caracterizou fortemente o Centro Histórico de São Luís. "Sendo, desde a fundação, a sede da capital maranhense, o centro sempre integrou um uso bastante heterogêneo, mesclando as funções administrativas e institucionais dos governos municipal, estadual e federal, ao comércio varejista, atacadista e informal, habitações para todos os níveis sociais, às diferentes atividades do setor de prestação de serviços".

[70] Lacroix (2020, p. 116) ressalta que nas ruas de São Luís as mulheres "negras e mulatas de fina pele, perfumadas, depois de um banho cheiroso, sempre com um raminho de jasmim ou arruda atrás da orelha ou enfiado na carapinha, com trajes típicos da época, carregavam na cabeça tabuleiro leve, de madeira, com dois alguidares, um com caruru e outro com angu de fubá de arroz em bolas, cobertos com toalhas brancas e limpas. Umas, de voz dolente anunciavam, simplesmente: Caruru com… bolas!… Outras, mais incisivas, cantavam: Comprem caruru com bola!…".

> esse nicho ocupacional pode ter sido vital para o estabelecimento do papel de liderança das mulheres dentro das casas (Farias *et al.*, 2006, p. 93)[71].

Para Lacroix (2020, p. 115), em São Luís, além de ser "costumeiro o percorrer de mulheres humildes pelas ruas, com tabuleiros à cabeça", também era comum vê-las como as responsáveis por

> oferecer alimentos prontos. No Beco do Chaves, Felismina, neta de Nhá Possidônia, armava no caixote improvisado de mesa, pratos empilhados, colheres, uma travessa de peixe frito, uma panela de arroz e outra de cuxá. D. Perpétua, na Rua das Crioulas, Nhá Bernarda, no Canto da Fabril e tantas outras na Madre Deus, Portinho, Desterro, Praia Grande e Praia do Caju atraíam os compradores com o pregão carinhoso – Arroz de cuxá!… Chega, freguês!… Tá quentinho!… e também pela limpeza, cuidando da higiene por princípio e para se livrarem da campanha e fiscalização dos médicos sanitaristas. Muitas mulheres viviam exclusivamente da venda do arroz de cuxá[72].

A autora supracitada destaca igualmente o papel das mulheres negras, vendedoras ambulantes, que "tinham orgulho de mostrar suas panelas e concha de alumínio bem areadas, brilhantes, cobertas com alvas toalhas, guardando quente o mingau de milho" (Lacroix, 2020, p. 116). Na descrição dessas mulheres revela-se a "Mundica Pelada ou Mundica Pretinha", apelidos de Raimunda, a qual

> […] residia no velho casarão, antigo palácio dos holandeses, na confluência da Rua do Giz com Nazaré […]. Mulher alta e magra, desfilava pelas ruas de São Luís com seu vestido comprido, colorido, a destacar o avental branco, chapéu de palha, chinelo abotinado com salto alto, colares coloridos, ereta para não desequilibrar o tabuleiro com suas latas de flandres, cobertas com limpas toalhas, chamava a atenção tanto pelo trajar quanto pelo seu canto Aê, mingau de milho! Aê, mingau da hora. Vem comer; olha criançada! Tá quentinho. Seu mingau de milho era tão gostoso quanto o da negra, postada no Galpão todos os dias pela manhã. Meninas de família acompanhavam as serviçais nas compras dos domingos só para saborearem o mingau da banca do Galpão, de calda quase transparente, porém de um sabor inigualável, bem diferente da sofisticada receita das famílias, com doses exageradas de leite de coco, manteiga e outros ingredientes dispensáveis na *receita das negras* (Lacroix, 2020, p. 117, grifo nosso).

---

[71] Montello (2019 [1975], p. 330) descreve a recorrente presença de mulheres negras (escravas ou libertas) ocupadas em atividades que envolvem o cuidado com a casa, o preparo e a venda do alimento, a coletividade e aliança negra, caso de Genoveva Pia: "– Negro tem que ajudar negro, Damião. Levei dez anos juntando o dinheirinho de meus tabuleiros de doce para comprar minha liberdade. No fim dos dez anos minha branca não queria me sortar. Pra que tu quer liberdade, Genoveva? Eu nem respondia. Ela então me disse que o dinheiro que eu tinha era pouco, precisava juntar mais. Vortei a trabaiar com o meu tabuleiro, fazendo doce pra minha sinhá e fazendo doce pra mim. Juntei outro dinheiro, tudo moeda de outro e prata".

[72] Cascudo (2011, p. 463) descreve o arroz de cuxá, feito com a folha de vinagreira, como "oriundo do Maranhão".

Cabe salientar que, ao analisar a cidade de Salvador[73] deste mesmo período, Graham (2013, p. 74-75) admite que as "vendedoras provavelmente comiam o que vendiam", podendo assim "determinar a própria dieta" – ou, em nossa interpretação, condicioná-la ao seu cotidiano de trabalho e à real possibilidade de rendimento. Tal fato não significaria que as trabalhadoras estavam se alimentando adequadamente, em quantidades e qualidades aceitáveis, ou mesmo tendo tempo suficiente para organizar suas práticas alimentares.

Essa organização do comércio alimentar foi acompanhando a pujança urbana que se estabelecia em São Luís a partir de 1850, traduzindo-se em diversas formas. Em 1864 o segundo mercado da cidade[74], o Mercado Central, foi inaugurado (Andrès, 2014), representando a normatização – e um maior controle – da venda de alimentos na urbe por parte do estado e de suas elites brancas.

Mas São Luís, que também era uma cidade negra, não foi apenas produzida para esta/por esta minoria branca: "[…] africanos e seus descendentes foram importantes personagens dos mundos do trabalho e da cultura urbana do século XIX. Inventaram territórios urbanos e diásporas, redefinindo identidades" (Farias *et al.*, 2006, p. 8). Assim fortaleciam-se na urbe, em um processo imbricado e simultâneo, as "moradias escravas e negras" (Farias *et al.*, 2006, p. 83), uma vez que,

> […] para cidades fortemente africanas e cada vez mais negras e mestiças, faziam-se necessárias casas [populares] para tantos escravos, muitos dos quais como trabalhadores ao ganho que não residiam com seus proprietários, libertos e toda a população urbana (Farias *et al.*, 2006, p. 83).

Ao mesmo tempo, reforçavam-se as estruturas de um comércio popular, sobretudo aquele alimentar, organizado muitas vezes para garantir a sobrevivência desta população. Portanto, a existência de distintas situações alimentares no meio urbano possui raízes históricas e, como tudo vem indicando, envolve fatores raciais e de gênero, uma vez que tais variáveis também estão sujeitas às desigualdades do espaço urbano.

Além dessa diferenciação apresentada a partir do comércio de alimentos, é interessante pensar a composição dos gêneros alimentícios encontrados em ambos os mercados para determinadas classes sociais e distintas raças. Chama atenção, no livro *História da alimentação no Brasil* (Cascudo, 2011), o capítulo "Comida de escravo" (p. 199-217), no qual o autor

---

[73] Ainda que se trate de outro lugar, destacamos que o processo de formação urbana de São Luís e Salvador é bem próximo, tendo em vista sobretudo a presença de relações hierárquicas entre os diferentes povos. Por isso, em determinados momentos nos valemos de Graham (2013) como suporte para analisarmos a situação do Maranhão.
[74] Em 1805 já existia a Casa das Tulhas, próxima ao Porto da Praia Grande, tendo como função também a venda de alimentos (Marques, 2002).

descreve as práticas alimentares da população escravizada no Brasil e, em outro ponto do livro, quando ele distingue tais práticas das dos brancos, citando inclusive a existência do "arroz de branco" (p. 461). Também se sobressai a pesquisa de Lima e Locks (2019), que, a partir do trabalho arqueológico, demonstrou as distintas práticas alimentares de brancos e negros no Rio de Janeiro do século XIX.

Ainda ressaltamos que a consolidação do núcleo urbano de São Luís, sobretudo por sua elite branca agroexportadora e mercantil, fez com que a população da cidade passasse a vivenciar um aumento das normas de conduta do uso do solo (Cardoso, 2012). Isto interferia diretamente na venda popular de alimentos por ambulantes e pequenos locais de comercialização, afetando, obviamente, os meios de sobrevivência que a população negra encontrava.

Conforme Carvalho (2005, p. 18), na São Luís oitocentista havia um grande distanciamento entre as regras de ordenamento e as posturas e práticas vivenciadas pelos sujeitos urbanos,

> […] envolvendo, sobretudo, os donos de pequenos estabelecimentos comerciais e os escravos de um modo geral, geralmente no que tange a questões relacionadas com o comércio, os costumes e a construção de moradia no espaço da cidade, ou seja, com a sua urbanização.

Observa-se, assim, que a população negra dificilmente conseguia cumprir as obrigações contidas nos Códigos de Posturas, sobretudo porque elas atingiam diretamente suas possibilidades de sobrevivência na cidade: as formas de ganho e de moradia.

Havia, portanto, nesse processo de reordenamento territorial da cidade a formação da distinção das situações alimentares urbanas: os que podiam e os que não podiam organizar suas atividades econômicas que envolviam a venda de alimentos; os que podiam e os que não podiam pagar por tais gêneros; os que podiam e os que não podiam comer o que queriam e/ou o que necessitavam fisiologicamente[75].

Questionamos, então, se existiriam locais "clandestinos" (sem licença e fiscalização) que poderiam vender refeições mais baratas e acessíveis para a população negra da cidade; ou mesmo grupos sociais "transgressores" dessas ordens e criadores de um mercado próprio. Como a cidade, de modo bem distinto, se articulava para alimentar toda a sua população e, ao mesmo

[75] Em nosso último estudo (Antipon, 2018c; Antipon; Cataia, 2019), na cidade de Campinas (SP), analisamos o fenômeno da fome em uma perspectiva histórica, relacionando-a a esses projetos de normatização da cidade e consequente distinção do comércio alimentar urbano.

tempo, produzir espaços coletivos de sobrevivência e existência das classes mais marginalizadas?

Ao estudarem os espaços urbanos das cidades negras do século XIX, Farias *et al.* (2006, p. 86) destacam que em algumas cidades, como Recife, organizavam-se casas em suas áreas centrais, denominadas de "zungus" (casas do angu). Segundo os autores,

> aparentemente angus e zungus surgiram nas cidades como locais de refeição, onde africanos e crioulos repartiam o alimento conseguido a duras penas. Espaços e práticas para estreitar laços de solidariedade tão importantes para estrangeiros, escravos e libertos. Logo, porém, o alimento entrou para segundo plano. E a formação de redes de ajuda mútua se tornou a tônica dessas microcomunidades africanas e suas denominações.

Teriam existido também, em São Luís, tais territórios alimentares e de sociabilização? Seriam os terreiros os lugares que mais se aproximariam desta concepção (Ferretti, 2009), uma vez que hoje eles também possuem um papel fundamental no movimento de assistência alimentar (Leme *et al.*, 2022)? As ocupações urbanas contemporâneas – como apresentaremos no capítulo 4 –, cujos moradores vendem refeições na própria ocupação e/ou preparam a comida a ser vendida nas ruas do Núcleo Central de São Luís para se sustentar e viabilizar o movimento de moradia, podem hoje ser comparadas com tais espaços de resistência na história dessas cidades?

Machado (2021, p. 92), ao analisar o trabalho de mulheres negras nas cozinhas (de dentro e de fora das casas), entende que a "maneira comumente discreta" com que tais grupos se organizavam era "como uma estratégia de sobrevivência". Não por acaso se constituíram a partir dessas organizações "irmandades, cantos de trabalho e terreiros de candomblé, além de associações espontâneas e temporárias". A mesma autora chama a atenção para o fato de tais zungus, no Rio de Janeiro do século XIX, sofrerem fortes repressões pelos Códigos de Posturas.

Algumas diretrizes inscritas nos Códigos de Posturas de São Luís (1866 e 1893) (Carvalho, 2005), por exemplo, além de indicarem que o funcionamento do comércio alimentar exigia a aquisição de uma licença, reconheciam tais atividades como possivelmente danosas ao patrimônio público – sobretudo quando se tratava da venda de comida, como pães, sal, peixes e legumes, nas ruas e calçadas. Havia também o impedimento do ir e vir de carroças e tabuleiros portando, entre outros itens, alimentos, somado à proibição de frituras nas calçadas[76] e da venda

[76]Montello (2019 [1975], p. 652) narra as cenas das mulheres negras que serviam peixe frito nas ruas do centro ludovicense do século XIX: "Em vez de ir jantar em casa, preferiu comer tainha frita, ali perto, numa quitanda da Rua de Nazaré, sentado num banco de pau, por baixo da lanterna vermelha que alegrava a calçada. Quando quis pagar, a preta se recusou a receber. No Portinho, no Desterro, na Praça do Comércio, na Praia do Caju, na Rampa

de carnes por "particulares" nas ruas e praças, uma vez que esta deveria ser feita no matadouro público da cidade.

O controle – das possibilidades de sobrevivência do povo negro? Dos lugares onde se organizavam resistências e se construía a consciência política de suas condições? – manifestava-se através de discursos higienistas, desde a orientação de quais ruas poderiam ou não servir de paradas para a venda de peixes, ovos, aves e hortaliças, até a determinação das áreas da cidade em que cada gênero poderia ser comercializado: peixes deveriam ser expostos nas áreas portuárias das praias do Caju, Pequena, Santo Antônio, Desterro e Madre Deus[77]; aves, ovos, hortaliças e frutas, no Largo das Mercês e de Santo Antônio, na Praça do Açougue e da Alegria e nas barracas da quadra central da Praia Grande, entrada principal da cidade (Carvalho, 2005).

Ressaltamos que, ao longo do século XIX e "por toda a primeira metade do século XX, a história da população pobre de São Luís foi pontilhada de incertezas pela falta de assistência médica e temores ante a morte" (Lacroix, 2020, p. 87). A maior parte desta população, composta por pessoas negras (Farias *et al.*, 2006), vivia a iminência da morte também em razão das fortes epidemias que assolaram o país nos últimos séculos. As ações higienistas nos espaços urbanos muitas vezes associam-se aos surtos epidêmicos, e nossos estudos demonstram que em tais períodos se aprofundavam as incidências de fome na cidade, sobretudo entre a população negra (Antipon, 2018c; Antipon; Cataia, 2019). Vale lembrar que Castro (1946), ao classificar os tipos de fome existentes, destaca os surtos de fome epidêmica.

Nesse sentido, chama atenção o fato de que o Código de 1866, na mesma perspectiva higienista, padronizava a venda de produtos alimentícios em padarias, quitandas[78] e refinarias,

---

de Palácio, era também assim. E demorando os olhos emocionados nos olhos da quitandeira, com as moedas na concha da mão: – Faço questão de pagar, Siá Minervina. A preta atirou os braços para trás, escondendo as mãos, retraída para o vão da porta, o riso espalhado na fina cara luzida: – Dinheiro de vosmecê não tem valor na minha quitanda". Para além do potente discurso histórico e descritivo desse trecho, como veremos ao longo dos capítulos 4 e 5 desta tese, tais práticas de definição de valores/gratuidade dos alimentos de rua entre os moradores e consumidores do Núcleo Central e de algumas periferias são ainda presentes.

[77] Lacroix (2020, p. 113) descreve o circuito da venda de peixes no cotidiano da cidade e destaca que um dos pregões mais ouvidos em São Luís era "Peixe fresco!… Tainha fresquinha do Caju, bandeirada ou cangatã da Madre Deus, olha o peixe pedra de Ribamar. Peixe fresco!…". Para a autora, o "homem do peixe marcou época. Corajoso ao enfrentar o mar em frágeis embarcações, o pescador, raramente vendedor, supria a cidade e garantia seu sustento com o pescado apanhado com rede de arrastão, espinhel ou arpão. Na maioria das vezes, entregava o produto na beira da praia ao atravessador, a menor preço, ficando o maior lucro ao vendedor, por transportar nas costas o pau de carga, percorrendo ruas e vielas, com o invariável pregão de peixe fresco, para vender a domicílio. Autêntica figura de intermediário, João Caninana, Inspetor de Quarteirão, recebia o pescado trazido do alto mar e distribuía às raparigas da Praia do Caju, para revenda".

[78] Para Farias *et al.* (2006, p. 87), quitandas eram consideradas um "ponto de venda de gêneros alimentícios dentro de um sobrado". Machado (2021, p. 75), por sua vez, relaciona o uso do termo a "uma herança comercial africana e feminina (Graham, 2013; Martini, 2007; Telles, 2013). A análise de Freitas (2015, p. 16) sobre a origem do termo fornece um olhar mais detalhado sobre a questão: antes de aportar no Brasil, Kitanda foi o termo utilizado para denominar os mercados e as feiras da região centro-ocidental da África, especialmente entre os povos de origem

punindo aqueles comerciantes que porventura vendessem produtos falsificados e/ou que não garantisse a saúde de seus consumidores. Tal código também proibia a criação de porcos, vacas, carneiros e cabras nos quintais urbanos, condicionando a população a depender da compra de tais gêneros alimentícios de primeira necessidade, independentemente de uma real possibilidade de sua realização, vistos os inexistentes ou baixos rendimentos, sobretudo da população escrava, negra liberta ou dos escravos de ganho (Maranhão, 1866).

Costa (2016, p. 92) indaga sobre a incompatibilidade entre as ordens impostas por esses códigos e o cumprimento delas:

> […] como integrar-se a essa lógica de modernização, se o estado passava por um processo lento, mas perceptível, de pauperização? Como dar a São Luís os mecanismos urbanos modernos? O Código de Posturas de 1893 (vigente até 1936) procurou integrar a cidade a essa lógica, mas estava marcado pela herança escravista, que buscava controlar a circulação dos indesejados recém-libertos pela cidade. A tessitura higienista do Código demonstrava bem essa preocupação. Grande parte dos seus capítulos tinha o sentido de disciplinar o comportamento da população, sobretudo dos marginalizados, através da proibição de circulação de alienados ou da comercialização de bebidas "espirituosas", do combate aos "ajuntamentos, batuques, cartomancias e curativos por meio de imposturas". A intenção era fiscalizar os indivíduos e conformar os indesejáveis aos padrões e modelos aceitáveis.

Ainda que tais códigos definissem uma normatização para o movimento da cidade, Carvalho (2005), ao analisar as infrações cometidas em São Luís entre 1842 e 1866, revela que a maior parte dos descumprimentos da lei referente ao ordenamento da cidade foi cometida por mulheres e negros escravizados, o que poderia significar que os vendedores de comida da cidade, embora condicionados por regras que inviabilizassem suas atividades, continuavam exercendo-as, já que, de modo geral, estas eram suas únicas formas de sobrevivência.

Assim, destacamos o papel de resistência desempenhado por essas mulheres, tendo em vista a organização do trabalho – "as ocorrências infracionais incidiam sobre *tabuleiras*, pois elas podiam circular livremente pelas ruas da cidade, desde que não parassem, senão nas ruas determinadas pela Câmara Municipal" (Carvalho, 2005, p. 101) – e de fugas de sujeitos escravizados. "Ao abordar as 'negras do tabuleiro e do ganho' na cidade de São Paulo, no século XIX, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) aponta a existência de redes sociais

---

quimbundo. Era um mercado caracterizado pelo comércio de rua realizado quase exclusivamente por mulheres e que se baseava na venda de legumes, frutas, doces, peixe seco, comida preparada, carnes e outros gêneros primários, além de eventualmente incluírem tecidos, fumo, aguardente e outras miudezas, abastecendo de secos e molhados os aglomerados urbanos".

e as frequentes relações mercantis clandestinas envolvendo *quitandeiras*, fugitivos, escravos ao ganho e quilombolas" (Farias *et al.*, 2006, p. 55, grifo nosso).

Lacroix (2020, p. 112) também afirma que, embora tais condutas normativas dos corpos e dos distintos lugares na cidade agissem no cotidiano urbano de São Luís, os sujeitos ambulantes dinamizaram a venda de alimentos na cidade até meados de 1960[79]:

> O discurso da modernização não incluía obras de infraestrutura, tão necessárias, motivo pelo qual a pressão de higienistas e políticos adeptos à modernização da cidade foram insuficientes no combate à venda de comidas típicas, guloseimas, frutas e verduras pelas ruas da São Luís.

Nesta disputa pelos usos da cidade, entre tantos sujeitos estavam os vendedores de caranguejos[80], em sua maioria habitantes negros do bairro Madre Deus – considerado à época um bairro periférico, às margens alagadiças do rio Bacanga, aspecto de uma cidade fincada na água. Os vendedores de caranguejo tinham nesta atividade, como já exposto, sua única fonte de renda, sendo então obrigados "a aceitar encomenda a qualquer hora do dia ou da noite, embrenhando-se na lama, sem medo nem preguiça" (Lacroix, 2020, p. 113).

Assim a São Luís normatizada, por meio de tais códigos, consolida a separação de seus mercados alimentícios. A classe alta e média, branca, satisfazia suas necessidades em um pequeno número de estabelecimentos comerciais, além do Mercado Central. Já a população pobre e negra "recorria ao comércio mais simples" (Lacroix, 2020, p. 126), geralmente organizado nos tabuleiros, nas quitandas e nos botequins de cada esquina dos bairros periféricos (Mapa 1). Havia nestes lugares, como até hoje, possibilidades tanto de socialização – pois serviam de "ponto de encontro de pessoas de todas as idades, em horários diferentes e com variadas finalidades, desde as compras aos mexericos" – quanto de construção de redes de solidariedade, pois era nas quitandas, por exemplo, que se "faziam as compras fiado" (Lacroix, 2020, p. 126), traço tão comum no que reconhecemos hoje como circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a).

---

[79] Apresentaremos mais adiante a hipótese do declínio de tais atividades na década de 1960.

[80] Não poderíamos deixar de citar Castro (1965, p. 24), ao identificar a centralidade do mangue para as cidades e seus habitantes periféricos. Assim como no Recife, em São Luís, "se a terra foi feita p'rô homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente p'rô caranguejo. Tudo aí, é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce dela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com a lama a carninha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos".

Mapa 1 – A situação alimentar ludovicense, 1850-1912

Cartografia: Cristiano Nunes Alves. Elaboração: Antipon, 2020.

Como observado no Mapa 1, boa parte desses "pequenos comércios" era organizada nas próprias casas humildes[81] desses sujeitos, a exemplo da venda de açaí por mulheres negras que

[81] Dentre as variações arquitetônicas dos casarões do Centro Histórico de São Luís, Andrès (2006, p. 78) descreve as casas humildes como as de "porta-e-janela: a edificação mais simples, geralmente de uso residencial popular, com a fachada principal apresentando, como o nome diz, apenas dois vãos – uma porta e uma janela. Esse tipo de habitação dispõe, em geral, de apenas essa fachada principal e a dos fundos, não havendo, na maioria dos casos, espaços laterais entre a edificação e as vizinhas. A casa porta-e-janela tem largura média em torno de 3,00 a 4,00 m, sendo implantadas [*sic*] em lotes com profundidade média entre 10 e 20 m. Este tipo de habitação reflete um modo

> […] preferiam vender em casa e, para anunciar, era comum [usar] folhas do açaizeiro na porta dos baixos dos sobrados ou casas mais humildes, nas zonas do Portinho, Praia Grande, São Pantaleão, Desterro, Mercado Central e Praia do Caju. Os fregueses olhavam com naturalidade a disparidade entre suas moradias e ambos os locais de venda, sempre lotados, valorizando mais o conteúdo que o ambiente onde era servido. Em mesas e bancos toscos, ali mesmo saboreavam na cuia, acompanhada de farinha seca, d'água ou farinha de tapioca e carne, camarão ou peixe seco. Era ponto certo parar na Rua de São João para degustar a juçara da Nha Pê […] (Lacroix, 2020, p. 119-120).

Assim, esses sujeitos organizadores de um comércio alimentar na cidade, sobretudo aqueles que geravam renda e alimentavam aos mais empobrecidos de São Luís, "prestaram úteis serviços à população ludovicense no tempo em que os ventos das inovações sopravam muito lentamente" (Lacroix, 2020, p. 135).

Obviamente, tal distinção da situação alimentar urbana resultou do apogeu que a cidade viveu até o final do século XIX e da forma como o povo negro foi inserido na sociedade maranhense. Embora São Luís tenha sido uma das "principais expressões urbanas da economia colonial e quarta cidade do Brasil no começo do século XIX (após Rio de Janeiro, Salvador e Recife)" (Geiger, 1963, p. 379), tal posição não resistiu às crises que sucederam à abolição da escravidão[82], no ano de 1888[83], e à reorientação do eixo de produção agrícola brasileiro para o Centro-Sul, sobretudo com a produção do café. Conforme Prado Júnior (1945, p. 158), "dentro do Brasil, é o Norte que sofrerá mais com essa situação. Além da concorrência externa, ele suporta a do Sul, para onde terras virgens e frescas atraem o povoamento e as atividades".

Nessa discussão, Oliveira (1981, p. 61) reconhece que

> […] a expansão da "região" do café começou a relegar a segundo plano o "Nordeste" açucareiro, […] não por nenhuma conspiração aristocrática, mas sobretudo porque o próprio "Nordeste" açucareiro havia sido deslocado pelo

---

de parcelamento urbano bastante peculiar em São Luís, o que permite a um número expressivo de famílias de baixa renda morar próximo aos locais de trabalho e aos serviços públicos. Embora em menor número existem as variações em torno destes tipos principais que são: a morada-e-meia, morada-e-comércio e ¾ de morada".

[82] Guimarães (2021), ao discorrer sobre a construção de uma república racializada no final do século XIX, expõe que a abolição da escravidão foi um pré-requisito para o surgimento de uma identidade negra no espaço público.

[83] Segundo Andrès (2006, p. 66), "enquanto prevaleceu o braço escravo e boa cotação das mercadorias no mercado internacional, estes mecanismos produziram lucro. Entretanto, no momento em que estas condições cessaram, no final do século XIX, a região mergulhou num longo período de depressão". Gato (2019b, p. 242), por sua vez, aponta que "A abolição seria o ponto culminante desse lento processo de declínio" e que, sob uma "perspectiva periférica em relação ao Estado nacional, os desafios da elite política e senhorial maranhense eram sentidos e explicados como fruto do 'atraso' cultural das 'classes inferiores'. Se lidas nessa chave, as dificuldades econômicas para sustentar a plantação escravista; as possibilidades de ocupação de terras devolutas e férteis por quilombolas, caboclos, desertores e indígenas; e os parcos direitos da população livre foram apontados como razões substantivas para a chamada 'decadência' do Maranhão" (Gato, 2019b, p. 250).

> capital internacional de sua antiga posição, centrando-se agora os novos produtores sobretudo nas Antilhas e no Caribe.

Também destaca Geiger (1963, p. 203) que

> […] as transformações que então se iniciam no Brasil serão, contudo, adversas ao destino de São Luís, pelo deslocamento de interesses para outras regiões, com o consequente e progressivo abandono não só da cidade, como da região maranhense. Por exemplo, com a passagem da economia açucareira para a forma de economia de usinas, acentuou-se a concentração geográfica da produção, o que eliminou o Maranhão do mercado. Também a economia algodoeira se deslocou para o Nordeste Oriental e, posteriormente, para o Centro-Sul do país. O Meio-Norte restringiu-se à economia de extrativismo vegetal – coco babaçu e cera de carnaúba – e o seu nível econômico, o nível de vida de sua população, segue o nível das regiões de extrativismo, que é muito baixo.

Diante da crise, a elite agroexportadora, substituindo "o trabalho escravo pelo trabalho assalariado" (Oliveira, 1981, p. 62), tenta desenvolver uma indústria maranhense[84]. Nesse período a cidade passaria a ser chamada de Manchester do Norte, "ideia que refletia a febre industrial que tomou conta da elite econômica" (Lopes, 2013, p. 62) no início do século XX.

Esse momento de industrialização, embora muito curto, trouxe dois processos definidores do eixo de expansão da cidade para além de seu núcleo original, seguindo o sentido sudoeste: (i) o espraiamento funcional, ou seja, o surgimento de bairros operários "geralmente financiados pelo poder público, no entorno dos empreendimentos fabris" (Lopes, 2013, p. 64) – Anil, Madre Deus[85] e Fabril foram os primeiros bairros de residência operária; e (ii) "a suburbanização, com a necessidade de fornecimento de serviços urbanos e o assentamento espontâneo de população nas franjas do tecido urbano expandido" (Lopes, 2013, p. 64) ou a dependência de habitação por moradia de aluguel[86].

Por sua vez, Burnett (2012, p. 127) ressalta que tais vilas eram, em verdade, construídas pelos empresários industriais para aproximar as moradias dos locais de trabalho. Contudo,

---

[84] Conforme Costa (2016, p. 60), "o 'parque industrial' maranhense era composto inicialmente de 17 fábricas pertencentes a sociedades anônimas e 10 particulares, sendo 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de meias, 1 de fósforos, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de açúcar e aguardente".

[85] "Originado pelas fábricas Santa Amélia, Cânhamo e São Luís, o bairro da Madre Deus [autoconstrução] é o mais conhecido […]" (Burnett, 2012, p. 127).

[86] Em 1920, "como a concentração da terra já era um fato […] – quando cerca de 300 cidadãos eram donos de aproximadamente 3500 imóveis, do total de 6000 no novo setor de expansão –, a urbanização destes espaços tendia a beneficiar tais proprietários, interessados em amealhar renda de aluguel. Naquele período, o dinamismo do porto, as atividades industriais e a precariedade dos serviços de hospedagem, reforçam a tese da existência de uma significativa demanda por habitação por aluguel" (Burnett, 2012, p. 40).

> […] devido à limitada expressão do nosso parque industrial e à sua curta predominância em nossa cidade, as vilas foram alternativas pouco representativas no conjunto geral de habitação popular em São Luís e, seguramente, se destinavam aos operários mais qualificados da empresa.

No que tange aos aspectos da organização espacial da situação alimentar de São Luís, destaca-se nesse processo de industrialização, na década de 1920, a instalação, junto das fábricas Martins & Irmão de tecelagem, algodão hidrófilo e sabão, da "primeira produção de gelo em escala comercial. Era o tempo das geladeiras de madeira revestidas de zinco, refrigeradas por barras de gelo" (Lacroix, 2020, p. 122). Tal atividade acabou por modificar a rotina de compra e venda de alimentos, uma vez que as residências passaram a contar com uma maior capacidade de armazenamento de gêneros alimentícios, perante a facilidade de se comprar gelo – para aquelas que possuíam geladeira, claro. A maior parte das residências, sobretudo as populares, continuava sem tais equipamentos, então seus moradores seguiam comprando os alimentos perecíveis

> […] diariamente, uns na porta, como o peixe, caranguejo, camarão, siri, sururu e outros mariscos. Outros, como as carnes, variavam. As de caça e de porco eram encomendadas. A carne de boi, nos açougues abertos somente pela manhã (Lacroix, 2020, p. 115).

Tal exemplo evidencia que os processos de inovação técnica, advindos da modernização da cidade, acabam por agudizar as desigualdades no meio urbano, sobretudo no que diz respeito às situações alimentares de seus cidadãos. É o princípio de entendimento de que um circuito econômico urbano se diferencia, especialmente, pelo grau de tecnologia, capital e organização (Santos, 1979a) e de que determinadas parcelas da sociedade, segundo seus níveis de rendimento, estão circunscritas também a determinados circuitos econômicos.

Apesar de um denso "mercado urbano" em São Luís (Geiger, 1963, p. 40), o surto industrial declina "já no primeiro decênio do século XX e a ideia de uma Manchester maranhense logo foi desqualificada pela historiografia posterior"[87] (Lopes, 2013, p. 66). Para o autor, o

> […] parque fabril não teria resistido ao endividamento, à falta de capital de giro e à inexperiência de seus proprietários neste ramo de atividades. Entre as dificuldades enfrentadas pelas indústrias ludovicenses são apontados também os reajustes do sistema tributário, com o aumento de impostos necessários para regularizar a situação orçamentária do Maranhão no período republicano. (Lopes, 2013, p. 66).

[87] Inclusive Burnett (2012) adverte sobre a falta de estudos sobre o processo de industrialização do Maranhão.

Mais adiante, na década de 1930 – com o início da Era Vargas e os grandes investimentos em infraestrutura e industrialização no eixo Centro-Sul do país –, a circulação por meio do transporte rodoviário assumiria um papel enorme na evolução da rede urbana brasileira. No caso do "Meio-Norte, por exemplo, a construção das estradas muda completamente a direção da circulação comercial" (Geiger, 1963, p. 110): o tão importante porto da Praia Grande, estrutura de entrada desta cidade até agora apresentada, começa a perder centralidade, e o eixo de escoamento de mercadorias também se modifica para outras regiões do Brasil. Seria o declínio final (Burnett, 2012) de um período em São Luís.

Com uma nova crise instaurada, alguns subúrbios começam a sentir o aumento da pobreza urbana, traduzida em rápidos adensamentos. Esta nova "situação condicionou os primeiros passos da evolução da malha urbana da cidade ao longo do divisor de águas do promontório, e no sentido do interior da ilha, para o atual bairro do João Paulo" (Andrès, 2006, p. 67), além do inchaço do bairro Madre Deus e das primeiras ocupações ao longo do rio Anil (Burnett, 2012).

O adensamento dos subúrbios da ilha e o crescimento dos cortiços no centro da cidade – "funcionando como satélites das fábricas" (Costa, 2016, p. 95) – também acabam por caracterizar a fase de desvalorização da região central. Surgiriam novamente os "Códigos de Postura para reduzir o mal-estar da classe dominante por meio das normatizações urbanas" (Costa, 2016, p. 95).

Assim, apresentaremos a seguir o período de aprofundamento em São Luís de uma ideia de cidade racionalizada, expressa por um planejamento higienista. Interessa-nos o fato de essa nova cidade, muitas vezes, impedir e ocultar o trabalho dos sujeitos que têm no comércio de alimentos a sua única forma de sobrevivência; uma cidade repressora e expulsora daqueles que a utilizam "como abrigo" (Gottmann, 2012 [1975]) – uma cidade racista[88].

[88] Para Gonzalez (2020, p. 56), o racismo é um discurso, por si só, de exclusão e, portanto, configura-se como estrutura objetiva das políticas do capitalismo: "como articulação ideológica incorporado em e realizado através de um conjunto de práticas materiais de discriminação é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição".

1.2 Do traçado lusitano ao planejamento moderno: a primeira expansão urbana de São Luís e o surgimento das redes de comercialização alimentar urbana (1936-1969)

Como exposto, São Luís adentra a década de 1930 sob uma forte crise, em razão da fragilidade de suas indústrias, da própria reorganização do capital internacional e brasileiro, direcionando suas produções e investimentos para outras regiões, e da política de integração nacional da Era Vargas, voltada para a circulação de mercadorias via transportes rodoviários – retirando, portanto, a função da cidade como polo de exportação. Diante de tal quadro, restaram para São Luís o posto de sede administrativa (Lopes, 2013), as apostas na extração do babaçu[89] (Geiger, 1963; Lopes, 2016), a sua organização em torno do setor de serviços e comércio (Corrêa, 1976) e o início da desvalorização de seu centro, bem como o adensamento de suas primeiras periferias (Burnett, 2012).

Neste contexto, entre as décadas de 1930 e 1940, os prefeitos Saboya Ribeiro e Pedro Neiva de Santana plantaram as sementes da modernização urbana em São Luís (Burnett, 2012). O primeiro prefeito elaborou, mas foi apenas com o segundo que se concretizou boa parte da nova proposta urbana, o *anteprojeto de remodelação da cidade*, cujo objetivo era garantir o "progresso" de São Luís, modificando sua feição colonial (Lopes, 2013).

O plano defendia basicamente a necessidade de uma "radical transformação" da urbe (Saboya Ribeiro, 1937 *apud* Lopes, 2013, p. 166), em razão das "representações negativas da cidade antiga", do "atraso cultural" ludovicense, e do "alcance parcial das intervenções anteriores sobre a cidade" (Lopes, 2013, p. 165). De fato, as políticas higienistas e racistas, até então executadas com os códigos normativos, não teriam resolvido os "problemas" considerados cruciais: o aumento tanto dos cortiços[90] na região central quanto do comércio ambulante nas ruas, resultantes da desvalorização do centro e de sua popularização.

Assim, a reforma urbana idealizada para a cidade de 1937 estava fundamentada

> […] na reorganização da gestão; na legitimação social de suas propostas; em uma visão totalizante da cidade; nas intervenções em edifícios públicos; na ênfase na circulação viária; nas ações higienistas e em uma preocupação com a estética urbana (Lopes, 2013, p. 171).

[89] Segundo Corrêa (1976), em 1965 até as indústrias maranhenses se organizaram em torno da produção do óleo e da torta de babaçu, servindo inclusive ao mercado externo.
[90] Saboya Ribeiro (1937) destacava que "o problema social, por sua vez, se referia à especulação imobiliária dos cortiços, aos quais era necessário sobretaxar e *expulsar das zonas urbanas centrais*" (*apud* Lopes, 2013, p. 166, grifo nosso).

Além disso, tal reforma era fortemente caracterizada pelas inspirações externas à cidade, tomando como referências as reformas parisienses de Haussmann, cuja premissa estaria na busca por "inserir no cotidiano regional as noções de modernidade, condicionadas aos preceitos de higiene, de moral e de civilização" (Costa, 2016, p. 30).

Como símbolo das reformulações urbanas (Costa, 2016; Lopes, 2013; Lacroix, 2020), em 1940 o Mercado Central foi reconstruído, após a sua demolição no início das reformas urbanas de Saboya Ribeiro, na década de 1930 (Lopes, 2013; Santos *et al.*, 2014). Para este feito, Costa (2016, p. 102) afirma que tais materialidades foram as primeiras "a representar o suspiro industrializante que o regime apregoava".

O Mercado Central passaria, então, a contar com novos sistemas de "iluminação e ventilação dos ambientes internos das edificações, como uma das medidas de caráter higienista" (Costa, 2016, p. 102). Sua presença na cidade era sentida como forma de controlar e normatizar ainda mais as vendas de alimentos. Tais fixos, como já observado em pesquisas anteriores (Antipon, 2018c; Antipon; Cataia, 2019), determinariam: (i) a tentativa de garantir o abastecimento de alimentos da cidade, controlando sobretudo o valor dos gêneros alimentícios (Carvalho, 2005); (ii) o controle do abastecimento da cidade, oprimindo a ação do comércio ambulante que perambulava pelas ruas; e (iii) a reorganização do espaço urbano, tendo em vista o aparelhamento da cidade para a eliminação da "sujeira" do espaço público.

Para Martins (2010), a construção destes fixos nas cidades brasileiras do início do século XX marcaria uma nova organização no controle e na circulação de homens e mercadorias. Isto porque geralmente se conjugavam a eles as propostas de abertura de grandes vias na urbe. Por exemplo, em São Luís temos a Avenida Dez de Novembro (atual Magalhães de Almeida), cuja abertura concretizou a ligação entre o Largo do Carmo, "centro pulsante da capital" (Costa, 2016, p. 103), e o novo Mercado, e "juntamente com a reforma e alargamento da Rua Tarquínio Lopes, deveria perfazer um traçado novo na cidade" (Costa, 2016, p. 137).

Ressalta-se que, com a abertura dessas avenidas,

> […] um longo processo de desapropriações foi executado em alguns pontos da cidade, em especial na zona central de São Luís. […] Para além de ser um elo entre espaços comerciais, essas duas novas vias proporcionariam a circulação de pessoas e automóveis de maneira direta entre a Av. Beira-Mar [atual Cinco de Julho] e o largo do Novo Mercado, operacionalizando a simbólica ligação entre o Rio Anil e o Rio Bacanga, favorecendo setores administrativos, comerciais, industriais e […] o populoso bairro de São Pantaleão (Costa, 2016, p. 137).

Assim, Burnett (2012, p. 95, grifo nosso) afirma que a abertura

> […] da Avenida Magalhães de Almeida, um bulevar haussmaniano, construído sobre os escombros dos casarões – num período de valorização relativa dos monumentos, mas de nenhuma atenção aos conjuntos arquitetônicos –, é a maior obra feita para dar ares cosmopolitas ao centro da cidade e atender às exigências da *circulação veicular*[91].

Iniciava-se a transformação de uma cidade colonial, notavelmente informal, em um espaço dito "moderno", um lugar da norma e de novos fluxos, incompatível com "edificações e hábitos associados à pobreza e exclusão social" e com os "velhos pardieiros sem significação que dizem mal de nossa cidade e de nossa civilização" (Costa, 2016, p. 140). Em outras palavras, tais reformas

> […] demarcavam espaços e escamoteavam uma herança marcada pelo longo tempo de cativeiro e pelas ancestrais culturas negra e indígena, uma cidade […] moderna na visão dos arautos do progresso, mas como a veriam os moradores dos distantes subúrbios ou dos cortiços do centro histórico? (Costa, 2016, p. 140).

Não foram apenas o novo fixo e as novas vias que normatizaram a São Luís do início do século XX. Pesou novamente a centralidade do Código de Posturas (1936), cujas diretrizes atingiam diretamente o povo negro que organizava um mercado de alimentação em suas ruas: foram proibidos, por exemplo, a circulação de ambulantes e o trânsito pelos passeios dos carregadores e mercadores ambulantes com suas carroças (Carvalho, 2005).

A esse termo, Gato (2019b, p. 267), analisando o período pós-abolição (1888-1889), discorre:

> Entretanto, se aquela gente livre ameaçava os proprietários era justamente pelo contrário: a emancipação autonomizou a pequena produção, impulsionando o crescimento de roças em terras devolutas, tanto para a própria subsistência, quanto para o comércio – e, nesse sentido, não surpreende a preocupação da Associação Comercial em desmerecer a produção de algodão dos roceiros libertos e livres. Por outro lado, a menção aos "furtos" e "roubos" de frutos e animais e a ausência de caldeirão e outros utensílios nos precários abrigos de madeira, onde viviam temporariamente pessoas em trânsito, sugerem que as migrações constantes, a insegurança e as perseguições marcaram a experiência negra no pós-abolição.

[91] Outra via aberta para o aumento da fluidez urbana foi a Avenida Getúlio Vargas (antigo Caminho Grande), reafirmando o eixo de expansão para além do núcleo urbano, no sentido sudeste da ilha (Andrès, 2006; Burnett, 2012).

Outro problema que dificultava a ação dos ambulantes e pequenos comerciantes de gêneros alimentícios era a legalização desses profissionais com o pagamento de uma licença, como forma de um imposto tributário (Costa, 2016) e autorização para circular. Conforme Costa (2016, p. 113, grifos nossos),

> no novo código tributário havia o polêmico, aos olhos dos comerciantes, *Imposto de Licenças*. Tal contribuição tinha subdivisões que abarcavam diversas áreas do comércio. Havia: licenças para abertura e início de exploração comercial e industrial; licenças para mercadores de madeiras avulsas, pedras e *gêneros alimentícios*; licenças para publicidade em letreiros, placas, tabuletas, reclamos, propagandas; licenças especiais para venda de *bebidas*, fumos e derivados; licenças para estacionamentos e uso de logradouros públicos; licenças para consertos, construção e reconstrução de imóveis; licenças para *mercadores ambulantes*, propagandistas e pequenos mercadores e licenças diversas.

Tendo em vista que o comércio ambulante sempre foi majoritariamente formado pela população mais empobrecida, que vivia com a incerteza do ganho diário, tal código reafirmava a negação da cidade para quem não pertencia às suas elites brancas.

Não eram apenas os organizadores de um comércio popular – gênese dos meios de sobrevivência do povo negro, sobretudo das mulheres – que não eram bem-vindos em São Luís. O interesse em criar um espaço urbano moderno estava

> vinculado às diversas aspirações burguesas, como consumo de bens industriais e artísticos, moradias etc. – e também [engajado] em manter distantes *os grupos que historicamente estiveram alijados do processo do consumo desses bens sofisticados e povoavam as cidades brasileiras* (Costa, 2016, p. 107, grifo nosso).

Embora a industrialização de São Luís não tivesse surtido efeito em termos econômicos para a capital, ela exerceu um papel fundamental na construção de uma nova mentalidade urbana – processo revelado nas cidades do Brasil inteiro, principalmente nas capitais. Conforme Santos (1993, p. 30),

> […] a partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua ampla significação, como processo social complexo, que tanto incluiu a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização.

Nesse sentido, Costa (2016, p. 103) afirma que em São Luís havia à época o cultivo

> […] de um modelo social, em que a hierarquia era rigidamente estabelecida para aqueles indivíduos que eram considerados indesejados. Estes deveriam ser mantidos não só à margem, mas totalmente distantes do centro decisório, fosse de forma político-discursiva, fosse principalmente de forma geográfica. Competia aos governos municipal e estadual manter as rígidas normas sociais, recorrendo inclusive à atuação da polícia.

Assim, forma-se ainda mais em São Luís um cotidiano de luta, com disputas pelos usos dos diferentes lugares da cidade, pela sobrevivência e pela possibilidade de existência em uma urbe normatizada. Os que conseguiam pagar por seu direito de circular ou os que transgrediam as ordens não escapavam aos ditames higienistas:

> No começo da noite, ouvia-se o canto de homens, Pamonha… Pamonha… Tá quentinha! Chega na pamonha!, com cestos de guarimã[92], oferecendo pamonha, *venda muito combatida pelos sanitaristas por ser envolvida na folha de milho ou de bananeira.*
> […]
> Um menino, portando no ombro um bastão roliço terminado por uma tábua retangular com pequenos orifícios uniformes, acondicionava, em cada furinho, um melado de frutas regionais, endurecido em forma de cone e enrolado em papel de seda. Era o saboroso pirulito, atração da criançada sob a forma de versos – Pirulito!…Pirulito!… Mamãe eu choro, Papai eu grito Me dê um tostão pra comprar pirulito. Tem de coco, maracujá, buriti… Gente, compra pirulito! Faça a criança sorrir… Pirulito enrolado no papel, enfiado no palito. Quem faz é Dona Julieta, Quem vende é Zé Benedito. *No entanto, era alvo de crítica dos higienistas pela maneira artesanal de sua fabricação* […]. Corruptela de dez reis só, os derressó, feitos de coco ralado com mel de cana, fatias consistentes e cortadas em quadrinhos, camadas acomodadas em baús de flandres com tampa de vidro, na mais rigorosa higiene, anunciado com a exagerada separação dos és, Derres…é…é… só!, *foi muito censurado pela provável sujeira das mãos dos vendedores* (Lacroix, 2020, p. 117-118, grifos nossos).

A urbanização sanitarista trouxe à tona a centralização normativa da venda de alimentos, identificando o comércio ambulante como um estorvo à livre circulação e um problema para a salubridade da cidade e para a saúde das pessoas. Essa imposição de um planejamento higienista (Villaça, 2015) acabou por traduzir a histórica maneira racista de concepção desta cidade: aquela que busca transformar o seu espaço exacerbando a invisibilidade dos sujeitos negros, negando-lhes rotineiramente a possibilidade de reprodução material de suas vidas.

[92] Cestos indígenas amazônicos, com forte presença no Maranhão, feitos de talas de guarimã, uma planta da região.

No entanto, eram esses sujeitos, constantemente expulsos e reprimidos, que garantiam o abastecimento da cidade, seja para a própria parcela mais empobrecida – que, como já apresentado, tinha nesses espaços suas possibilidades de consumo alimentar –, seja para as classes mais abastadas, cujos espaços alimentícios se proliferavam com a modernização da cidade e se traduziam também como lugares de sociabilização. Neste sentido serve de exemplo o centro administrativo da Associação Comercial do Maranhão, cujo prédio "contava com uma série de funcionalidades próprias ao congraçamento da classe abastada da capital: restaurante, bar, cassino e hotel. Um espaço moderno para a grã-finagem da cidade" (Costa, 2016, p. 146).

Era nesses lugares de formação da situação alimentar da elite branca – e, portanto, também de seus hábitos – que, por exemplo, os ditos camaroeiros encontraram formas de ganhar mais com suas vendas:

> […] o camarão vinha até São Luís trazido pelo camaroeiro, em latas de querosene capazes a caber vinte quilos, submersos em água, para conservação. O camaroeiro, homem rústico e semianalfabeto, era suficientemente inteligente e hábil para enganar as compradoras, no peso, pela água não escorrida e no preço, deixando à vista os graúdos e brancos, colocando embaixo ou intercalando os miúdos. Até a metade do século, a maior parte era comerciada na porta das residências, com o quase grito, Camarê…ê…ê…u. *Com a proliferação dos hotéis, especialmente os mais requintados, o lucro passou a ser maior, pois o camarão é um dos pratos mais caros da culinária maranhense* (Lacroix, 2020, p. 114, grifo nosso).

Ainda que distinta racialmente e entre as classes, a história da situação alimentar de São Luís evidencia que os nexos entre os circuitos alimentares – populares e elitizados, denominaremos assim a princípio – sempre estiveram imbricados em uma relação contraditória de cooperação, subordinação e dependência.

Na medida em que a cidade acirrou suas diferenças, por meio do processo de urbanização, aprofundaram-se também as diferentes maneiras de consumir, acessar e abastecer o comércio alimentar urbano. Destacamos que tal distinção se relacionou com o projeto de alargamento da cidade, de 1958 – o *Plano de Expansão da Cidade de São Luís*, do engenheiro Ruy Mesquita[93]. Concomitante à proliferação do uso de automóveis e de novos padrões

[93] São Luís, na década de 1950, já era considerada a capital de um dos estados mais empobrecidos do Brasil. Assim, neste período ela passou "a depender dos recursos federais também para as ações urbanas", as quais se caracterizam por "políticas habitacionais e de saúde". Entre essas políticas encontrava-se "o Conjunto do Filipinho que, com 360 unidades de habitação popular, passou a ser chamado também de 'Cidade Residencial', demonstrando a chegada da suburbanização, inaugurada com o urbanismo fordista nos EUA e com profundas relações com a industrialização e o alto consumo de bens duráveis" (Burnett, 2012, p. 96). Tanto o Filipinho, bairro popular, quanto os Remédios, primeiro bairro de elite a se consolidar fora do Núcleo Central da cidade, expandiam-se para o eixo sudeste da ilha, uma vez que ainda não havia pontes necessárias para a expansão norte-sul – tão desejada pelo capital imobiliário – do istmo entre o rio Anil e o Bacanga (Burnett, 2012).

residenciais urbanos, originados nos subúrbios dos Estados Unidos na década de 1940 (Burnett, 2012), tal projeto pautou-se na "construção de pontes e avenidas, ocupando novas áreas[94] de expansão com a implantação de um traçado urbano moderno" (Lopes, 2016, p. 19).

As reformas do final da década de 1950 até meados de 1960, acompanhando o movimento de urbanização do Brasil inteiro (Santos, 1993), resultaram na formação de um tecido urbano expandido em São Luís. Ou seja, a construção de largas avenidas possibilitou que os projetos imobiliários da cidade se materializassem de maneira isolada. A São Luís de então passa a caracterizar-se por formas diferentes do núcleo original, sobretudo devido à dispersão de seus serviços e moradias pela ilha (Burnett, 2012).

Tratou-se de uma expansão dos limites urbanos que deu "início à fragmentação espacial da cidade" (Burnett, 2012, p. 98), resultando em "altos custos de urbanização, com graves impactos nos custos e na qualidade de vida dos trabalhadores" (Lopes, 2016, p. 88). No que diz respeito ao alargamento das periferias, neste período a classe trabalhadora, em sua maioria negra[95], passou a ocupar os subúrbios do "[…] Diamante, Baixinha, Codosinho, Alto do Bode e Vila Operária que se localizavam em áreas então disponíveis, ou seja, mangues de um lado, e áreas de terra firme adjacentes a esses, de outro" (Ferreira, 2014, p. 48).

Com relação à situação alimentar urbana, Lopes (2016, p. 64, grifo nosso) destaca que o plano de 1958 previa "o abastecimento de produtos alimentícios […] através de *diversos mercados racionalmente distribuídos*", além de "um matadouro moderno, convenientemente localizado e com todas as exigências que requer, inclusive prevendo-se ampliações futuras".

Assim, a mercearia Lusitana, inaugurada em 1935 na Rua Grande, Núcleo Central de São Luís, passaria a ser, em 1950 – quando São Luís já possuía 119.785 habitantes (IBGE, 2010) –, o primeiro supermercado da cidade e, entre 1962 e 1966, o primeiro supermercado de autosserviço, podendo o próprio consumidor acessar os alimentos que pretendia comprar, sem depender de funcionários para tanto, como até então ocorria na capital maranhense. Tal rede se espraia consoante à expansão da urbe, compondo a paisagem urbana tanto do Núcleo Central –

---

[94] Até o final da década de 1950, a cidade desenvolveu-se "em uma mancha de ocupação contínua a partir do centro antigo, na península entre os rios Anil e Bacanga, seguindo o Caminho Grande pelo Alto da Carneira (hoje um viaduto) e Areal (atual Monte Castelo), com um subcentro importante no João Paulo, passando pelos sítios da Estrada do Anil (atual Avenida dos Franceses) até os subúrbios, no distrito do Anil. […] A este Núcleo Central de expansão urbana contínua, acrescentam-se núcleos de povoações relativamente isolados e em consolidação, cuja existência deve-se à antiguidade da ocupação (Vinhais Velho), à busca por acesso a terras baratas para moradia pela população de baixa renda (São Francisco), aos investimentos do mercado imobiliário para as classes abastadas (Olho d'Água), ou mesmo à instalação de centros de 'serviços' informais (os bares da Ponta d'Areia). Entre estes núcleos ocupados e a porção do território urbanizado, estendem-se grandes faixas de terras nem sempre propícias à urbanização" (Lopes, 2016, p. 35).

[95] Não só no Maranhão, mas o processo de urbanização do Brasil inteiro, entre 1930 e 1950, marcou profundamente "a proletarização do negro" (Gonzalez, 2020, p, 37).

presente na Avenida Kennedy e nas ruas João Lisboa e Santana –, quanto no eixo sudeste de São Luís – bairros Alemanha e Cohab (Empresário […], 2009)[96].

A implementação do sistema de autosserviço nesses supermercados, bem como o espraiamento da mancha urbana para zonas periféricas da cidade, também impactaram a vida dos sujeitos organizadores do mercado ambulante do Núcleo Central de São Luís. As pessoas deixaram de ficar "nas janelas à espera de vendedores ambulantes, evitando a ida ao mercado, galpão ou pequenas feiras" (Lacroix, 2020, p. 120). O novo movimento da cidade fez com que os

> […] doces artesanais [cedessem] lugar a produtos industrializados, as verduras, colhidas no mesmo dia e selecionadas maço por maço na porta das casas, foram substituídas pelas trazidas de outros estados em furgões, empacotadas em bandejas de isopor (Lacroix, 2020, p. 118)[97].

Assim,

> As negras com seus tabuleiros de arroz de cuxá, peixe frito, caruru, torta de camarão, doces regionais, foram desaparecendo das esquinas da cidade[98]. Lutando pela sobrevivência, pessoas do povo [passaram a vender] lanches nos mercados e feiras, nas portas dos hospitais[99], repartições públicas, nos largos juninos, pontos da folia carnavalesca, feiras eventuais e quermesses[100] (Lacroix, 2020, p. 117).

Como observado, à medida que a cidade se expandiu, a natureza da comercialização alimentar se metamorfoseou, deslocando-se a centralidade dada aos pequenos comerciantes, ao que tudo indica, em favor do que viria a ser o esboço das redes ligadas à alimentação – aprofundando e complexificando, assim, os nexos entre tais agentes.

Nesses termos, adentraríamos um novo período, marcado pelo ainda maior espraiamento das periferias urbanas ludovicenses, resultado de um afluxo populacional

---

[96] Também consultamos o comercial de 1976 da Rede Lusitana, disponível no YouTube (Comercial […], 2016).

[97] A discussão sobre soberania alimentar *versus* especulação imobiliária, expansão urbana e escalas de abastecimento será melhor trabalhada ao longo dos próximos capítulos. No entanto, já vale ressaltar que, na medida em que a cidade foi se expandindo, as terras destinadas à produção de alimento para o abastecimento urbano foram desaparecendo (Diniz, 2017; Gomes, 2016).

[98] Interpretamos este recorte da autora como sendo o Núcleo Central, ou seja, a referência de cidade até meados do século XX para a maior parte da população ludovicense.

[99] Até hoje há um circuito ambulante nas portas das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de São Luís. Em 22 de março de 2019 (Trabalho de Campo), às 4h da manhã, no saguão de espera da UPA do Araçagi, entra uma mulher oferecendo "o pastel frito que acabou de sair ou o mingau de milho quentinho no copo a dois reais, lá fora, nos banquinhos". Tais sujeitos, em sua maioria mulheres, cumprem um importante papel nesses lugares, em vista da rarefação – ao menos no caso das UPAs observadas – de locais abertos 24h para realizar refeições.

[100] Ainda no período contemporâneo, os ambulantes da alimentação acompanham os principais circuitos culturais da cidade: Carnaval, festas do Bumba meu Boi, *reggae*, quermesses e arraiais (Trabalho de Campo, 2019-2024).

campesino para a capital maranhense. Tratou-se, como veremos, de um processo articulado basicamente a uma mudança na estrutura fundiária do agrário maranhense, em compasso com investimentos econômicos em São Luís. É o que veremos a seguir.

1.3 A cidade fragmentada: expulsão e fome na segunda expansão urbana de São Luís (1970-1989)

Até o final da década de 1960, São Luís, com 159.628 habitantes (IBGE, 2010), se espraiava no sentido do Núcleo Central até a sua porção sudeste, seguindo o corredor entre os rios Anil e Bacanga. Neste eixo, estava configurado o circuito de comercialização alimentar da cidade. A partir de 1970, com uma série de "projetos de integração da Amazônia brasileira às dinâmicas econômicas da expansão capitalista no Brasil" (Sant'Ana Júnior, 2016), seu processo de urbanização viveria outra fase de expansão, acompanhada de mudanças no que diz respeito à sua situação alimentar, sobretudo da população mais empobrecida.

São Luís adentra a década de 1970 com 270.651 habitantes (IBGE, 2010), crescimento demográfico associado à centralidade exercida pela capital no estado do Maranhão, em razão, segundo Ferreira (2017), de sua concentração de fluxos, bens e serviços urbanos.

O espraiamento da cidade nesse período caracterizou-se pela ocupação de terras urbanas nos sentidos norte da ilha do Maranhão, constituindo bairros de classe média e classe média alta (São Francisco, Ponta da Areia, Calhau, Olho d'Água e Araçagi), e sudoeste, à margem direita do Rio Bacanga, adensando as porções periféricas, nos bairros Anjo da Guarda[101], Sá Viana, Embratel, Fumacê, Vila Nova, Vila Maranhão e nas outras proximidades do novo Porto de Itaqui[102], construído em 1971 (Ferreira, 2014; Almeida; Mourão, 2017; Lacroix, 2020).

Além da construção do Porto de Itaqui, cujo cotidiano urbano na porção sul da ilha passa a estar conjugado[103], com base em Ferreira (2014), Burnett (2012) e Lacroix (2020) destacamos

---

[101] Nesse período, iniciou-se um maior adensamento do bairro Anjo da Guarda, uma vez que ele recebeu "o excedente da população que superlotava as zonas alagadas de espaços periféricos do centro, da Madre Deus, Goiabal, Lira, Fátima e Barés […] em busca de moradia e emprego" (Lacroix, 2020, p. 282).

[102] Segundo Almeida e Mourão (2017, p. 128), "é contemporânea também a montagem de um complexo siderúrgico na área da própria capital, trazendo consigo toda sua rede de apoio que poderá alterar profundamente a função econômica e social de São Luís. A construção do porto de Itaqui e da ferrovia Carajás-Itaqui faz parte desta rede em vias de implantação, preenchendo os serviços de transporte e embarque para exportação de minério. As perspectivas de um aumento vertiginoso da população metropolitana conduzem à formulação de sugestões, referentes a uma transformação na distribuição da população do Estado, cuja maior parte, segundo o Censo Demográfico de 1970 – cerca de 80% –, se localiza na área rural. Assinalam também a ampliação do mercado de trabalho e a emergência de um proletariado industrial".

[103] Burnett (2012, p. 101) ressalta que "no extremo sul da ilha, nas proximidades do Porto de Itaqui, inúmeras famílias de baixa renda, a maioria trabalhando em São Luís tinham construído casas e iniciado a povoação da área que, pela destinação industrial, lhes estava realmente reservada".

outros investimentos em infraestrutura que foram dinamizadores do novo fato urbano de São Luís: (i) a construção, em 1969 e 1970, de duas pontes que ligavam o Núcleo Central à porção norte na ilha – a "Ponte do São Francisco"[104] e a Governador Newton Bello, apelidada de "Ponte do Caratatiua"[105]; e (ii) a construção da barragem do Bacanga, em 1970, interligando o núcleo central à zona oeste da cidade.

Segundo Ferreira (2014, p. 54), essas novas estruturas urbanas derivaram "da articulação das esferas estadual e federal, que desencadeou um processo de revalorização das terras, principalmente dos setores Norte/Nordeste e Oeste". Por sua vez, Lacroix (2020, p. 280) reconhece que

> […] o crescimento da construção civil, a inauguração do Porto do Itaqui e a substituição da velha rede de esgoto do centro da cidade implantada nos anos 1920, não alteraram tanto a feição de São Luís quanto duas ações governamentais – a barragem e a ponte – que romperam os limites naturais impostos pelos rios Anil e Bacanga, para a expansão da cidade, deixando o centro histórico entre dois braços: ao norte, em direção às praias e a sudoeste, parte pouco habitada e menos aprazível, com possibilidade de ocupação periférica.

Os efeitos da construção da barragem não foram sentidos apenas na maior dinamização dos fluxos da cidade e na possibilidade de sua expansão, sobretudo a periférica. O rio Bacanga, até então, era "fonte de renda dos pescadores da Madre Deus" (Lacroix, 2020, p. 295), e também fonte de abastecimento alimentar para a zona urbana de São Luís. A barragem acabou por seccionar o rio e diminuir a atividade pesqueira desta área, uma vez que reduziu a sua

---

[104] Para Lacroix (2020, p. 281), a ponte do São Francisco, "inaugurada em fevereiro de 1970, facilitou o fornecimento de serviços públicos, como água, luz, transporte, gradativa e paulatinamente a formação dos bairros de classe média, São Francisco, Renascença, Calhau, Ponta d'Areia, São Marcos e relativo revivescimento do Olho d'Água. Os conjuntos do Basa, Renascença e São Francisco ocuparam a zona nobre praiana para atender o segmento social de renda média. A zona balneária, considerada privilegiada, em poucas décadas valorizou-se com negócios imobiliários avultados investidos em belos edifícios, constituindo a parte moderna da capital do Maranhão. Problemas da antiga cidade como ruas estreitas, calçadas centimétricas e desniveladas, ausência de grandes áreas arborizadas, águas servidas correndo pelas sarjetas foram, em sua maioria, trasladados para os novos espaços, planejados ou não, da área São Francisco/Calhau, carentes de parques e praças, áreas de lazer, bem como postos de saúde e creches".

[105] Conforme Burnett (2012, p. 63), "a partir dos anos 70, com a construção da ponte que deu acesso ao São Francisco, nossa cidade optou por uma nova forma de urbanização, diferente daquela originada na Praia Grande e que cresceu por adição, expandindo-se ao Monte Castelo e João Paulo, mas conservando a tipologia dos quarteirões, calçadas e ruas do centro, ainda que com maiores dimensões. Ao contrário deste modelo, a proposta de urbanização além do rio Anil – por influência de Brasília? Por interesses fundiários? – construiu uma gigantesca rede de avenidas que cruzava imensas extensões de terras desocupadas e conectava o centro com longínquos conjuntos habitacionais. […] Os vazios urbanos ao longo destas vias davam às avenidas um aspecto rodoviário e consolidou-se, assim, o hábito de imprimir aos veículos, quando ali trafegam, uma velocidade também rodoviária, de 80 a 100 km/h, possibilitando percorrer a distância que separa o Olho d'Água do Centro da cidade (10 km) em menos de dez minutos" – situação até hoje predominante na cidade.

piscosidade (Lacroix, 2020) – além, claro, de atingir o antigo porto da Praia Grande, com o assoreamento que causou nos atracadouros da cidade.

Essa transformação da urbe e, por consequência, de sua situação alimentar não pode ser lida sem considerar os contextos estadual e nacional na década de 1970. Cumpre destacar, entre outros aspectos, a dinâmica agrária maranhense no período – abrigo de processos espaciais que desembocaram nas zonas urbanas próximas, especialmente em São Luís.

O centralismo autoritário dos governos militares[106], as políticas nacionais desenvolvimentistas e as articulações estaduais[107] acabaram por inserir o Maranhão, mais uma vez a partir do setor primário, na Divisão Territorial Internacional do Trabalho. Os projetos de modernização do campo foram sentidos principalmente por meio da expansão das áreas destinadas à agropecuária (Almeida; Mourão, 2017) e também a partir de programas nacionais como o Proálcool[108], o qual fez "ressurgir as usinas de cana de açúcar", incentivando a expansão do latifúndio e, assim, forçando "os seculares movimentos migratórios campo-cidade" do estado do Maranhão (Burnett *et al.*, 2016, p. 28)[109].

Isto porque o avanço do capital no campo maranhense não modificou sua estrutura fundiária, o que agravou "as condições de trabalho dos pequenos proprietários" e inviabilizou "a sobrevivência de posseiros e parceiros" (Burnett *et al.*, 2016, p. 28), fazendo com que boa parte desses sujeitos e de suas famílias fosse obrigada a se deslocar em direção às áreas urbanas próximas, em busca de moradia e emprego. Assim, valendo-nos de Sassen (2016), afirmamos que este processo também pode ser lido como uma forma de expulsão, ou seja, quando a condição familiar se torna tão extrema a ponto de ser impossível estar em seu próprio lugar.

A esse respeito, Almeida e Mourão (2017, p. 119) ressaltam que a "ação expropriatória sobre o campesinato" – de separação do camponês de seu meio de produção – acabou por desorganizar "o sistema produtivo mantenedor do abastecimento das áreas urbanas, responsável

---

[106] Ressaltamos que, nesse período, as forças políticas arcaicas do Maranhão – a maioria proprietária de terras – tiveram "base de apoio do governo militar, preservando interesses privados em inúmeras regiões" (Burnett *et al.*, 2016, p. 28).

[107] É exatamente neste período que o Maranhão vivenciará a legalização da venda de terras devolutas sem licitação (Asselin, 1982) através do que ficou conhecido como "Lei Sarney de Terras" (Lei 2.979/1969), cujo objetivo principal era conceder terras a proprietários rurais que as disponibilizassem para fins agropecuários, extrativistas e industriais (Rodrigues; Terra, 2018).

[108] Programa Nacional do Álcool.

[109] Conforme Almeida e Mourão (2017, p. 124), "em fins de 1974, início de 1975, já se pode assinalar […] uma emigração no sentido da capital, São Luís, proveniente principalmente da Baixada Maranhense; camponeses começam a chegar à capital e engrossar os bairros 'alagados' de Vila Palmeira e Santa Cruz, próximos às margens lodacentas do rio Anil. Um itinerário de emigração, já cumprido antes pelas mulheres que trabalham na capital como domésticas, vem agora a ser cumprido pelos homens, filhos das famílias camponesas. Exercem em São Luís principalmente atividades de ajudante ou servente de pedreiro".

pela produção do arroz", em favor da atividade pecuária, "que requer enormes extensões de terra para a formação de pastagens para o rebanho […], cuja carne se destina à exportação".

Além do arroz – fonte histórica de alimento de boa parte da população Maranhense – também foram prejudicadas as coletas de "amêndoa de babaçu para produção de óleos vegetais, principais fontes de renda do Estado" (Almeida; Mourão, 2017, p. 119) e de organização econômica, ainda hoje, das mulheres campesinas do maranhão – as chamadas "quebradeiras de coco".

Dessa maneira, a expulsão do campesinato para as áreas urbanas repercutiu profundamente no abastecimento alimentar tanto no interior do Maranhão quanto na capital. Isto porque, segundo Andrade (1973 *apud* Almeida; Mourão, 2017, p. 125-126), era a produção camponesa que abastecia as cidades maranhenses,

> […] sendo que a camada social consumidora do arroz maranhense é a "classe média urbana". O arroz, a farinha e o milho produzidos pelos camponeses são distribuídos na rede de mercados e feiras dos centros urbanos. […] A farinha, as aves, os ovos e as frutas são entregues nos centros urbanos pelos ambulantes ou pelos próprios camponeses, quando são facilitadas as comunicações com as cidades. Neste sentido cumprem função essencial, pois o arroz e a farinha representam gêneros alimentícios obrigatórios/preferenciais na dieta alimentar da quase totalidade da população maranhense.

Ainda segundo Almeida e Mourão (2017, p. 126), não foi apenas a situação alimentar da classe média urbana que sofreu as consequências da modernização do campo. A classe de baixa renda de São Luís, por exemplo, se viu desprovida do alimento fornecido pelo camponês: ela dependia, entre outros, do consumo do "arroz agulha, que por ser quebradiço […], de baixa qualidade", tornou-se "um gênero mais acessível" a essas camadas periféricas da cidade, as quais excluíam "outros produtos de qualidade superior – arroz riograndense, goiano etc." –, cujo preço era mais elevado, sobretudo por virem de outros estados.

Deste modo, afirmamos que são históricas as relações entre os sujeitos urbanos periféricos e um mercado territorial – não hegemônico – de produção e comercialização de alimentos para/nas cidades brasileiras:

> […] a economia camponesa manteria, assim, uma relação econômica importante com as classes assalariadas urbanas, não só da capital, São Luís, mas também das grandes metrópoles nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo (Almeida; Mourão, 2017, p. 126).

Com a impossibilidade de comprar do pequeno agricultor, toda a população de São Luís passa a depender de outras redes de comercialização alimentar. Concomitantemente ao processo de expulsão do campesinato maranhense, são inaugurados dois fixos que compõem, até hoje, o circuito alimentar de São Luís: o Hipermercado (Lusitana), em 1976, e a Ceasa[110], em 1977. Mondini e Monteiro (1994, p. 438) destacam que, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980, houve mudanças nos padrões alimentares de toda a sociedade brasileira, sendo "o comportamento da oferta e dos preços relativos dos produtos alimentares" talvez o principal fator explicativo

> 1) [da] redução do consumo de cereais e derivados, feijão, raízes e tubérculos […]; 2) [do] aumento contínuo no consumo de ovos, leite e derivados; 3) [da] substituição da banha, bacon e manteiga por óleos vegetais e margarina; 4) [do] aumento no consumo de carnes, principalmente a partir da segunda metade da década de 70 (Mondini; Monteiro, 1994, p. 435).

Assim, não apenas as redes de comercialização que adentraram ainda mais na urbe corroboraram para esses novos padrões alimentares. Com a reestruturação produtiva do campo na década de 1970, São Luís passa a ser composta por um grande contingente populacional de "origem camponesa, pobre e despreparada para ofícios disponíveis na cidade" (Burnett *et al.*, 2016, p. 28). É interessante pensar como as análises sociológicas majoritariamente apresentam e articulam esse movimento de exclusão do negro nas dinâmicas urbanas de trabalho como despreparo. Gonzalez (2020, p. 32) aponta outros caminhos de análise dessa situação:

> A sociologia acadêmica tem se posicionado no sentido de – das mais diferentes maneiras – apreciar a integração e assimilação do negro como algo a ocorrer graças às exigências lógicas de industrialismo e, consequentemente, da modernização. Assim, a análise do processo abolicionista pelos teóricos dessa tendência justifica a situação atual de marginalização do negro como efeito do "despreparo do ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, principalmente na esfera do trabalho" (HASEMBALG, 1976, p. 12) […]. Cultura da pobreza, anomia social, família desestruturada, enquanto efeitos atuais desse salto, explicariam as desigualdades raciais vigentes (FERNANDES, 1972). Tal interpretação, além de deslocar para o negro as razões de sua mobilidade social, não considera o fato de que a grande maioria da população de cor (90%) já se encontrava livre e economicamente ativa antes de 1888.

[110] Segundo Santos e Silveira (2001, p. 148), "Circuitos da distribuição e do consumo desenham-se no território para garantir que as produções agrícolas e industriais estejam presentes num território unificado pelo mercado. É o caso da rede da Ceasa que, a partir da década de 1970, espalhou-se por vinte Estados da Federação".

Obviamente, com o desemprego e o trabalho precário à época, a situação da população negra se traduzia em uma "participação mínima […] nos processos econômicos" (Gonzales, 2020, p. 31), uma vez que o valor dos salários de boa parte dos sujeitos urbanos, sobretudo das famílias de trabalhadores e "ambulantes, biscateiros, engraxates e vendedores e demais agentes sociais" que desempenhavam "atividades consideradas 'marginais'" (Almeida; Mourão, 2017, p. 128), não acompanhou os preços dos alimentos.

Esta nova dinâmica agrária maranhense, resultando, entre outros efeitos, na expansão urbana de São Luís, contribuiu para o agravamento da situação econômica da cidade e, consequentemente, para o empobrecimento de sua classe trabalhadora, que encontrará inúmeras dificuldades de sobrevivência na urbe, sobretudo no que diz respeito às suas garantias de reprodução: moradia e alimentação. E, como bem assevera Gonzalez (2020, p. 47), "lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita".

Não obstante, o resultado em termos espaciais foi revelado nas periferias urbanas de São Luís, "para onde se dirige a maioria dessa população, pressionada por trabalho[111], moradia e serviços públicos" (Burnett *et al.*, 2016, p. 28): subemprego, prostituição, criminalidade e fome compõem, ainda mais, o cotidiano desta população.

Conforme aponta Lima (2000, p. 21), "o Brasil era, em 1974, o sexto país do mundo em população gravemente desnutrida, cuja cifra de 13% tinha ingestão abaixo de 1.600 calorias diárias e, quanto a isso, só perdia para a Índia, Indonésia, Bangladesh, Paquistão e Filipinas".

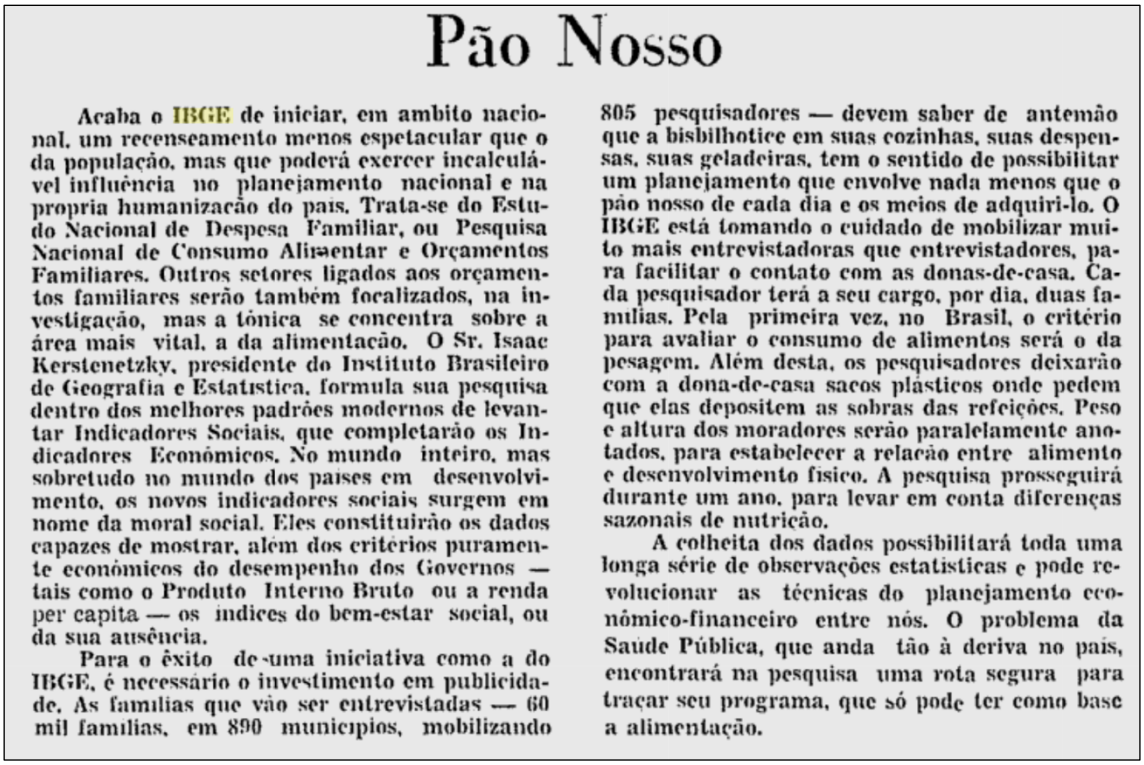
No período, o governo autoritário realizou estudos mais profundos sobre a realidade alimentar da população brasileira, a exemplo do Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef, 1974/1975)[112] (Imagem 1).

---

[111] Burnett *et al.* (2016, p. 28, grifo nosso) ressaltam que "como principal oportunidade de trabalho, a política habitacional do governo – expressa no Banco Nacional de Habitação, BNH – arregimenta toda essa força de trabalho de baixa qualificação, mas também sem organização sindical, com grandes dificuldades de exigir direitos trabalhistas. O ambiente repressivo dos governos militares é o pano de fundo desse processo, cerceando possibilidades de conscientização de cidadania e luta por melhores condições de trabalho e vida".

[112] Conforme Minayo (2020, p. 922), "A partir de 1970, na gestão de Isaac Kerstenetsky (Senra, 2009), inicia-se um processo de reforma institucional visando que o IBGE se tornasse um órgão de 'pesquisa de inteligência' (Bulmer, 1986) e de sustentação do planejamento orientado ao desenvolvimento nacional. Essa reforma fez parte do projeto de modernização conservadora proposta pela ditadura militar (Hochman, 2009). O recenseamento de 1970, junto com o Endef, foi o primeiro ato nesse sentido. As três décadas seguintes, marcadas pelo auge da repressão militar até o início da transição democrática, podem ser compreendidas como capítulos de organização e reorganização do Estado brasileiro. Durante os três primeiros anos da década de 1970, foram construídos os fundamentos teóricos e metodológicos do Endef; para tanto o IBGE fez parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e adotou uma linha de pesquisa francesa que se preocupava com a diferença entre orçamento e capacidade de escolha nutricional (Malatova, Santana, Monteiro, 2013). Três procedimentos tornaram o Endef uma pesquisa ímpar em relação a outras realizadas pelo IBGE: (1) articulação de dados qualitativos e quantitativos, combinando informações estruturadas e observações abertas; (2) notificação do que de fato havia sido consumido em cada uma das refeições diárias, e não apenas o que fora adquirido pela

Imagem 1 – *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1974



Pão Nosso

Acaba o IBGE de iniciar, em ambito nacional, um recenseamento menos espetacular que o da população, mas que poderá exercer incalculável influência no planejamento nacional e na propria humanização do pais. Trata-se do Estudo Nacional de Despesa Familiar, ou Pesquisa Nacional de Consumo Alimentar e Orçamentos Familiares. Outros setores ligados aos orçamentos familiares serão também focalizados, na investigação, mas a tônica se concentra sobre a área mais vital, a da alimentação. O Sr. Isaac Kerstenetzky, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica, formula sua pesquisa dentro dos melhores padrões modernos de levantar Indicadores Sociais, que completarão os Indicadores Económicos. No mundo inteiro, mas sobretudo no mundo dos paises em desenvolvimento, os novos indicadores sociais surgem em nome da moral social. Eles constituirão os dados capazes de mostrar, além dos critérios puramente económicos do desempenho dos Governos — tais como o Produto Interno Bruto ou a renda per capita — os indices do bem-estar social, ou da sua ausência.

Para o êxito de uma iniciativa como a do IBGE, é necessário o investimento em publicidade. As famílias que vão ser entrevistadas — 60 mil famílias, em 890 municipios, mobilizando 805 pesquisadores — devem saber de antemão que a bisbilhotice em suas cozinhas, suas despensas, suas geladeiras, tem o sentido de possibilitar um planejamento que envolve nada menos que o pão nosso de cada dia e os meios de adquiri-lo. O IBGE está tomando o cuidado de mobilizar muito mais entrevistadoras que entrevistadores, para facilitar o contato com as donas-de-casa. Cada pesquisador terá a seu cargo, por dia, duas famílias. Pela primeira vez, no Brasil, o critério para avaliar o consumo de alimentos será o da pesagem. Além desta, os pesquisadores deixarão com a dona-de-casa sacos plásticos onde pedem que elas depositem as sobras das refeições. Peso e altura dos moradores serão paralelamente anotados, para estabelecer a relação entre alimento e desenvolvimento fisico. A pesquisa prosseguirá durante um ano, para levar em conta diferenças sazonais de nutrição.

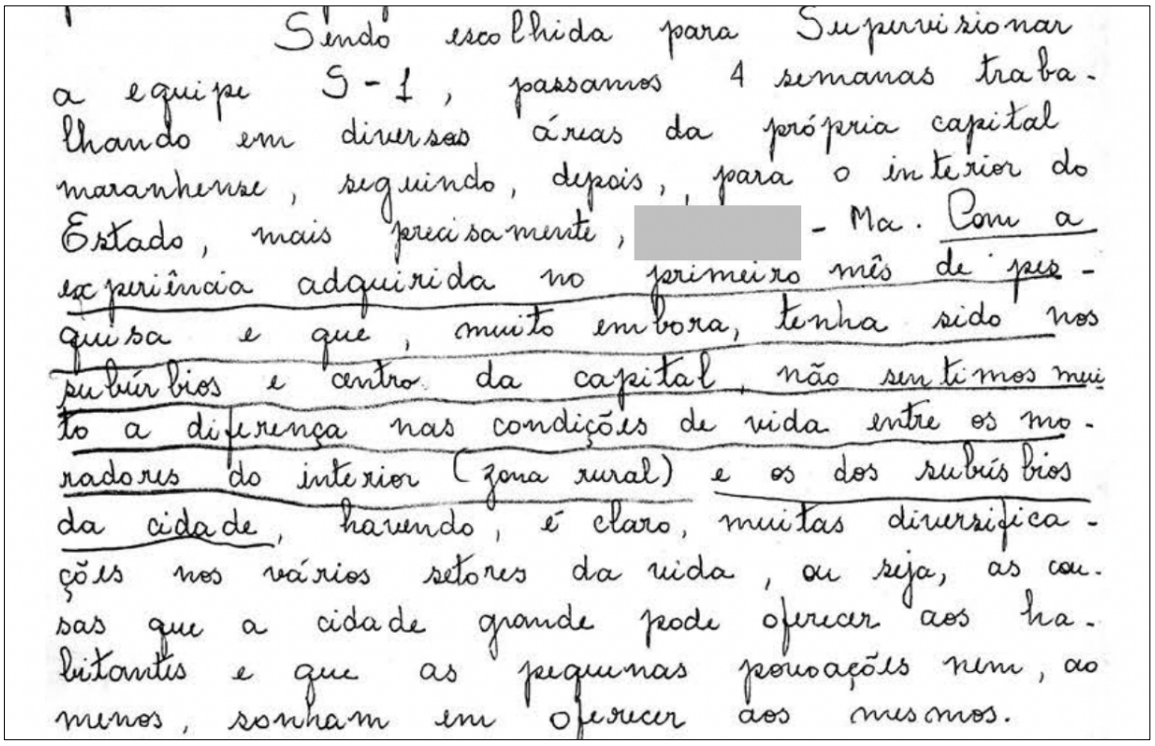
A colheita dos dados possibilitará toda uma longa série de observações estatisticas e pode revolucionar as técnicas do planejamento econômico-financeiro entre nós. O problema da Saúde Pública, que anda tão à deriva no país, encontrará na pesquisa uma rota segura para traçar seu programa, que só pode ter como base a alimentação.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (1974).

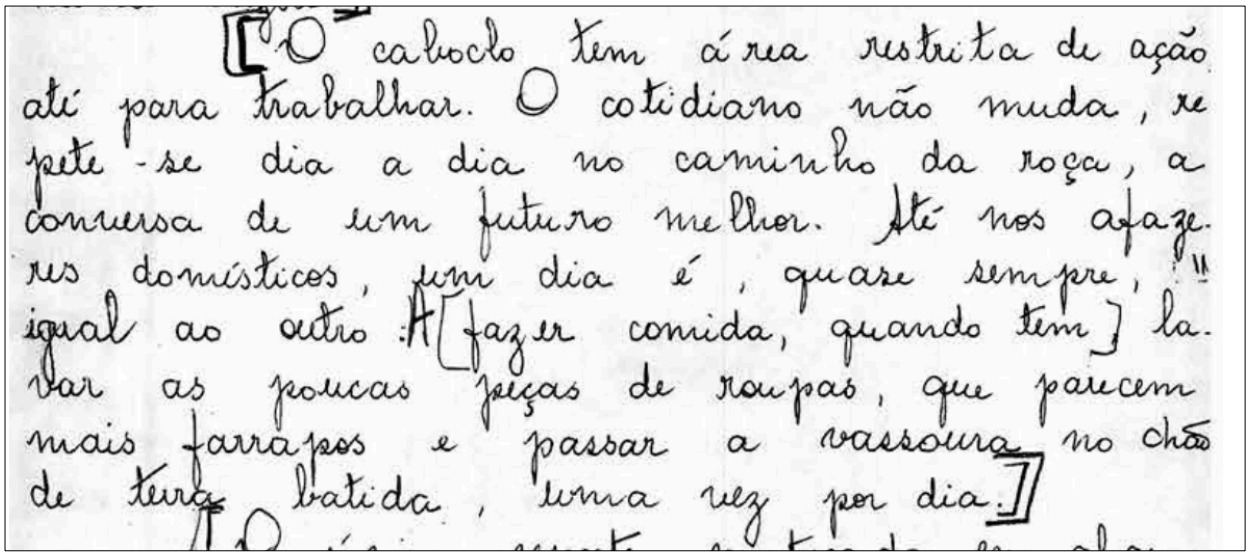
Embora tal estudo tenha identificado na realidade brasileira casos explícitos de desemprego, más condições de trabalho e moradia, deterioração alimentar e fome em todas as unidades da federação – e o Maranhão apresentava situações alarmantes (Imagem 2 e Anexo 3) – a pesquisa, em razão das inúmeras formas de censura do regime à época (Anexo 4) – não obteve divulgação ampla, contando com tiragens de publicações restritas e muitas partes das publicações de uso confidencial do IBGE.

família; e (3) foco no ritmo alimentar: 'O café da manhã, à época, representava 18% das calorias ingeridas no dia, o almoço 49% e o jantar 33%' (IBGE, 1978a, p.14)".

Imagem 2 – Oito trechos selecionados do Relatório Semestral (Endef – 1974/1975) realizado no Maranhão



Sendo escolhida para Supervisionar a equipe S-1, passamos 4 semanas trabalhando em diversas áreas da própria capital maranhense, seguindo, depois, para o interior do Estado, mais precisamente, [redacted] - Ma. Com a experiência adquirida no primeiro mês de pesquisa e que, muito embora, tenha sido nos subúrbios e centro da capital, não sentimos muito a diferença nas condições de vida entre os moradores do interior (zona rural) e os dos subúrbios da cidade, havendo, é claro, muitas diversificações nos vários setores da vida, ou seja, as coisas que a cidade grande pode oferecer aos habitantes e que as pequenas povoações nem, ao menos, sonham em oferecer aos mesmos.



[O caboclo tem área restrita de ação até para trabalhar. O cotidiano não muda, repete-se dia a dia no caminho da roça, a conversa de um futuro melhor. Até nos afazeres domésticos, um dia é, quase sempre, igual ao outro: A[fazer comida, quando tem] lavar as poucas peças de roupas, que parecem mais farrapos e passar a vassoura no chão de terra batida, uma vez por dia.]

c) Atividades econômicas sobre os membros das famílias ——— [as atividades econômicas, dos membros das famílias, estão, geralmente, ligadas à lavoura, que nem sempre chega a ser a xxx econômica, em face dos inúmeras dificuldades encontradas pelo caboclo: falta de terras, patrões desumanos, falta de uma orientação agrícola etc. Outras, poucas, atividades, existentes, foram: quebradona de côco babaçu e de tucum, pescaria etc.]

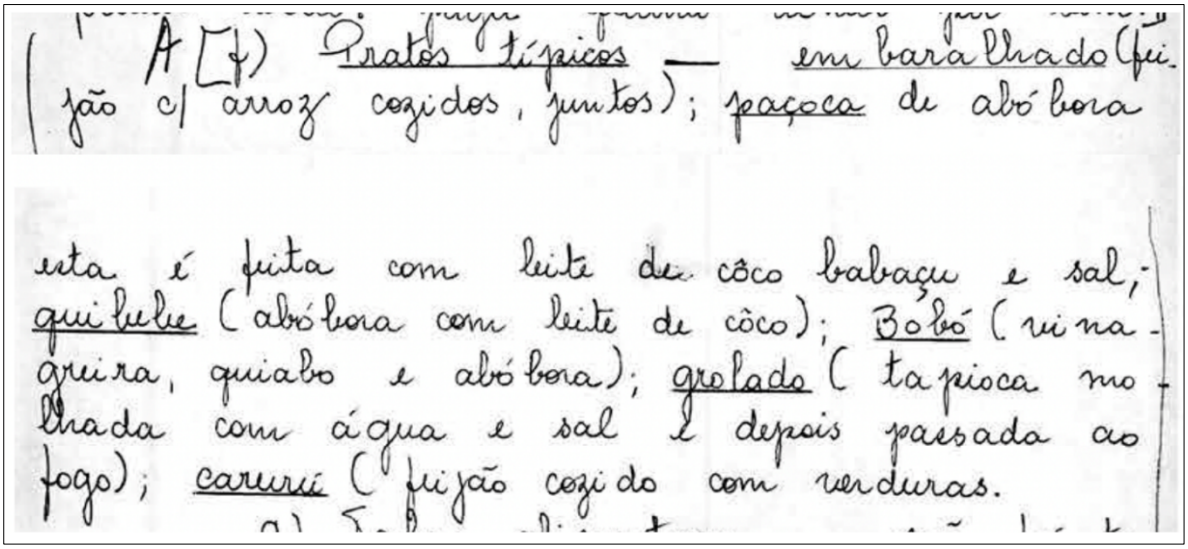
[A forma de emprego que vigora, eventualmente, é como diarista ou vaqueiro, isto nas zonas rurais, é óbvio. Nas, poucas, zonas urbanas que pesquisamos, há o biscatiro; a prostituição e empregada doméstica p/ as mulheres e, ainda, o comércio para ambos os sexos. Em síntese, geral, o desemprego impera de forma alarmante.]

maioria das [illegible]

+Deus. Vivendo como vivem ao dispor das intemperias, só +Deus consegue, na maioria dos casos, mantê-los de pé com a enxada na mão, [A]com a alimentação que tem, desprovidos de qualquer medida higiênica, sem assistência médica ou social; bebendo todo tipo de água e comendo o que estiver mais perto da boca, inclusive rato.] Vivendo em casas que não tem "dentro nem fora", muitas vezes, sem qualquer conforto. A favor desse povo (de sua

Tudo isso aliado ao baixo nível econômico, faz da vida de grande maioria das famílias locadas nas áreas atingidas por nós, uma labuta sem muita perspectiva de melhores dias futuros, a não ser que surjam colônias agrícolas, no sentido de dar, ao caboclo, uma orientação profícua, conscientização do seu valor dentro do plano de desenvolvimento nacional e, sobre tudo, incentivos para que, enfim, ele possa por em prática toda a gama de conhecimentos recebidos.

Ae) Nível de vida baixo; "casos extremos" — O poder aquisitivo desse povo, fica muito aquem das necessidades primárias como vestuário e alimentação. As roupas, só são compradas, em época de colheita, isto quando sobra algum dinheiro, pois tem que pagar infindas dívidas acumuladas há meses considerando, que nessa mesma época, o produto decresce de preço e a impossibilidade de venda total, pois ele tem que comer, também. Esse auto-consumo dura pouco e os mantimentos começam a ser obtidos por milagre. Esse milagre é o côco babaçu que brado e no fim da tarde ser trocado por querozene, café, açúcar, tudo em proporções precárias, pois o milagre se torna pequeno em face a monopolização do preço pelo comprador local: paga quanto achar por bem.



A [7] Pratos típicos — em baralhado (fei-
jão c/ arroz cozidos, juntos); paçoca de abóbora

esta é feita com leite de côco babaçu e sal;
quibebe (abóbora com leite de côco); Bobó (mi na-
gueira, quiabo e abóbora); grolado (tapioca mo-
lhada com água e sal e depois passada ao
fogo); caruru (feijão cozido com verduras.

Fonte: IBGE (2014).

Segundo Alvim (2016, p. 33, grifo nosso), no contexto político da ditadura militar

> o problema da fome brasileira passou […] a ser uma questão cada vez mais encampada pelas forças de oposição para se questionar a legitimidade da ditadura, colocando em xeque as consequências sociais do projeto nacional modernizador de caráter autoritário. No entanto, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos críticos do regime militar era exatamente comprovar, através de estatísticas oficiais, o fato de que a fome estaria crescendo a níveis sem precedentes na história nacional. Tal dificuldade se dava, principalmente, *porque o governo militar teria interrompido uma série de pesquisas oficiais realizadas pelo IBGE a respeito das condições de alimentação e nutrição da população brasileira*. Afinal, o ENDEF […] (1974/1975) e o Anuário Estatístico de 1980 haviam indicado, não apenas a existência de um alto grau de desnutrição existente no país, mas também uma curva consideravelmente decrescente nos níveis de alimentação da população em relação ao período entre 1975 e 1978. Após estes comprometedores indicativos de que, num futuro próximo, o país não seria um Brasil Gigante, mas na verdade, um país de famintos nanicos, o governo militar passou então a dificultar a elaboração e a divulgação de pesquisas oficiais pelos órgãos públicos nacionais – como no caso de um relatório oficial elaborado pela SUDENE, o qual teria sido devidamente "engavetado" por denunciar o acirramento da fome nordestina entre 1979 e 1981.

Foi nesse contexto que o Núcleo Central de São Luís sofreu, mais uma vez, uma forte desvalorização "com edificações centenárias em processo de abandono e usos inadequados, uma caótica circulação de veículos pesados pelas estreitas ruas da Praia Grande", chegando ao "pior estado de conservação, com desabamentos e alagamentos constantes" (Burnett, 2012, p. 102).

Lacroix (2020, p. 279) também destaca que, na década de 1970,

> […] aproximadamente quarenta mil habitantes residiam em palafitas, o equivalente a 16% da população de São Luís. Os bairros, fora da linha Remédios/Passeio em direção à parte antiga da cidade, não possuíam rede de esgoto, correspondendo a 75% da cidade.

O Plano Diretor de 1975, repetindo o receituário racista dos planejamentos anteriores, ignorou as questões sociais "em nome da ordem e [do] desenvolvimento econômico […] nas decisões urbanas" (Burnett, 2012, p. 103) e acabou por aprofundar a segregação socioespacial, reservando "a faixa litorânea para as camadas de alta renda, as regiões internas para as classes médias e a periferia longínqua e sem serviços para as camadas populares" (Burnett, 2012, p. 36).

São Luís adentra os anos 1980 com uma população de 460.320 habitantes (IBGE, 2010), inserindo-se no período da urbanização brasileira, marcado por um intenso processo de periferização metropolitana (Maricato, 2000), movimento incidente também sobre a capital maranhense.

Em cinco anos, entre 1975 e 1980, São Luís viu sua população crescer 85,5% (Burnett, 2012). Consequentemente, também aumentaram as ocupações da cidade, tanto regulares quanto "irregulares"[113]:

> Se de 1968 a 1975 são construídas 3.833 unidades residenciais em sete conjuntos habitacionais, de 1975 a 1980 o total sobe para 8.831 moradias em 17 conjuntos (RIBEIRO JUNIOR, 1999), a maioria localizada em regiões isoladas e sem controle administrativo do tecido urbano resultante da adição dos vários loteamentos, das relações entre eles e os equipamentos coletivos, da disponibilidade de saneamento básico ou das condições das áreas institucionais exigidas pela legislação, acarretando a sequência de "cidades dormitórios" em intricados labirintos, sem nenhuma qualidade de um bairro (Burnett, 2012, p. 105).

Além das razões já apontadas, tal expansão "acabou materializada sob precário ou nenhum direcionamento e controle municipal" (Burnett, 2012, p. 105), uma vez que a cidade, entre 1975 e 1986, foi gerida por onze prefeitos – "tempo e mandatários suficientes para comprometer qualquer estrutura administrativa" (Burnett, 2012, p. 104).

Nesse período também aportaram em São Luís três investimentos decisivos para a consolidação de suas periferias, a partir de um longo processo de espoliação urbana (Kowarick, 1993) e expulsão de famílias de agricultores presentes até então na ilha do Maranhão: a instalação da Alumar, em 1984; o Porto da Ponta da Madeira, onde a estrada da Ferrovia Carajás

[113] Lacroix (2020, p. 282) admite que "não aconteceu a implantação da infraestrutura exigida pela alta taxa de crescimento populacional, entre 1970-1989, e o caos se estabeleceu nos bairros pobres da capital".

desemboca – propriedade da CVRD –, em 1985; e a Base de Lançamento de Alcântara, em 1983, a qual, apesar de ser em outro município, na baixada continental do Maranhão, pela proximidade com a ilha atraiu trabalhadores para São Luís.

A implementação desses grandes projetos resultou na construção dos bairros periféricos, a sudeste do Núcleo Central, da Cidade Operária (7.500 unidades) e do Maiobão (4.470 unidades) (Lacroix, 2020)[114]. Igualmente impulsionou "a desumana alteração na distribuição espacial de São Luís provocada pela desarticulação de pequenos agricultores e extrativistas" do bairro Anjo da Guarda, a sudoeste do centro, "lócus de moradia e sobrevivência" (Lacroix, 2020, p. 283) de uma população já periférica:

> Em 1974, o governo estadual entregou […] mais de 3.000 ha à CVRD, inclusive a praia do Boqueirão, a praia dos pescadores e do povo do Anjo da Guarda, sem resolver, no entanto, os problemas habitacionais para os moradores da área. Cinco anos depois, mais de 10.000 há, entre Maracanã e Estiva, foram entregues a ALUMAR. Em torno de 4.000 famílias perderam, de um dia para o outro, o seu sustento da roça e da pesca. Nos dois casos, as famílias foram indenizadas pelas benfeitorias, muitas vezes de maneira arbitrária, mas não foram criadas novas condições de trabalho, adaptadas à capacidade da população (Gistelinck, 1988, p. 32)[115].

Então, para efetivar a instalação da Alumar, ao desapropriar "1.649 famílias com tamanho médio de quatro pessoas, das quais aproximadamente 55% de lavradores", o Estado lançou um contingente populacional a uma "cidade impotente", incapaz de absorver tal demanda, seja no setor público ou privado, deixando que "o problema de subsistência dos recém-urbanizados" ficasse à deriva e resultasse no processo "degenerativo do tecido urbano de São Luís" (Lacroix, 2020, p. 282). As expulsões do rural e do urbano fizeram com que a população visse

> […] sua cidadania comprometida, por um lado, pela marginalização provocada pelos baixos salários e subempregos, e, por outro lado, pela

[114] Para Cruz (2022, p. 58-59), "Os resultados da instalação desses empreendimentos industriais em São Luís, e todo o quadro de problemas urbanos que eles potencializaram na Ilha do Maranhão, transparecem quando observada a questão habitacional. Foi por pressões do Movimento de Defesa da Ilha de São Luís e dos movimentos sociais em relação ao déficit de habitação que se construiu, nas periferias distantes do Núcleo Central, por meio da Cohab-MA, o conjunto Maiobão, com 4.470 unidades residenciais (Botelho, 2012). Das mesmas pressões decorreu a construção do conjunto Cidade Operária, com 7.500 unidades habitacionais, fato que possibilitou o surgimento de ocupações urbanas como João de Deus, São Bernardo, Vila Brasil, Vila Janaina, nas quais a massa empobrecida vivia em precárias condições de infraestrutura (Botelho, 2012). Além disso, ocupações urbanas como Vila Nova, Vila Embratel e Fumacê na região do Itaqui-Bacanga se formavam a partir dos moradores expulsos dos territórios rurais (Trovão, 1994)".

[115] Caso muito próximo com o ocorrido em 2019 na Comunidade do Cajueiro, de onde famílias foram expulsas em razão da construção de um porto privado chinês. Nesse período realizamos um série de pesquisas na região, cujo resultado pode ser lido em Cruz e Antipon (2020).

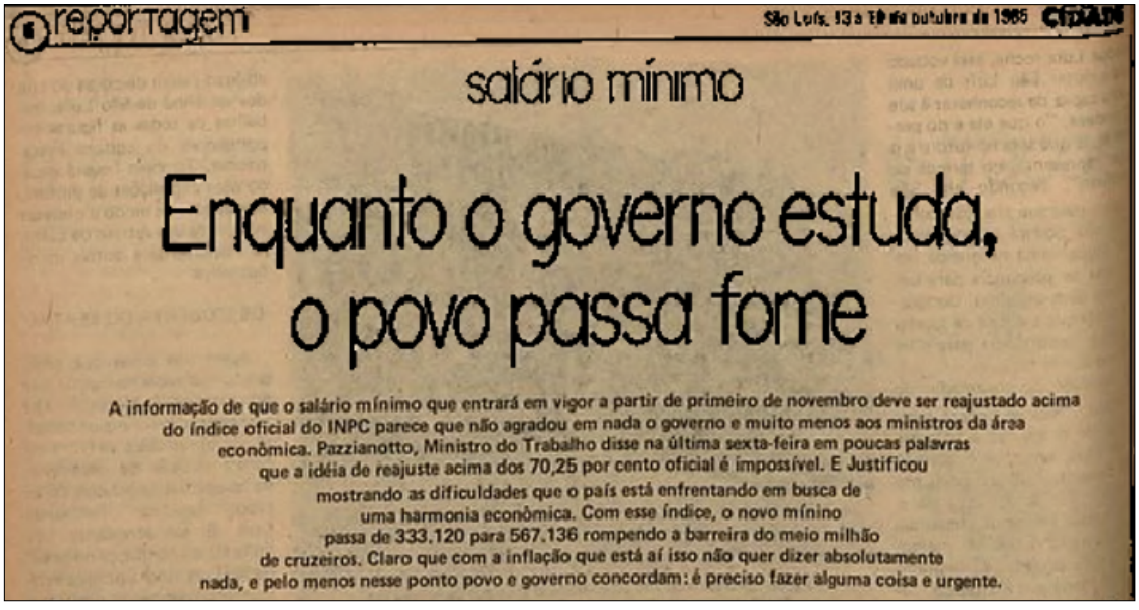
> desorganização política resultante da repressão do regime militar, compondo um quadro de grandes demandas sociais reprimidas. (Burnett *et al.*, 2016, p. 29).

Nesse sentido, Cruz (2022, p. 51) aponta que os moradores atuais da comunidade palafitária Santa Eulália (ou comunidade do Jaracaty) – majoritariamente negros – foram, em sua maioria, "expulsos de seus territórios quilombolas em Alcântara devido à construção da Base de Lançamentos de Foguetes de Alcântara (CLA) em 1983, e, em razão de suas condições econômicas vulneráveis, ocuparam tal área periférica da cidade". Para o mesmo autor, além de Santa Eulália/Jaracaty, o bairro periférico da Ilhinha e os territórios rurais do Cajueiro e de Camboa dos Frades, a sudoeste da Ilha do Maranhão, também receberam tal afluxo populacional.

O *Jornal da Cidade*, na semana do dia 13 de outubro de 1985 (Imagem 3), reportou as dificuldades da população ludovicense em sobreviver com o salário mínimo, um salário de fome:

> […] os números são bem mais tristes no setor da alimentação, por exemplo, um salário mínimo só pode pagar a conta do açougueiro se esta não passar de 32 kg de carne, tendo este servidor se privado de todas as necessidades básicas como transportes, remédios, educação, lazer, vestuários e até o complemento dos ingredientes do "guizado" (Enquanto […], 1985).

Imagem 3 – *Jornal da Cidade*, outubro de 1985


reportagem

salário mínimo

Enquanto o governo estuda, o povo passa fome

A informação de que o salário mínimo que entrará em vigor a partir de primeiro de novembro deve ser reajustado acima do índice oficial do INPC parece que não agradou em nada o governo e muito menos aos ministros da área econômica. Pazzianotto, Ministro do Trabalho disse na última sexta-feira em poucas palavras que a idéia de reajuste acima dos 70,25 por cento oficial é impossível. E Justificou mostrando as dificuldades que o país está enfrentando em busca de uma harmonia econômica. Com esse índice, o novo mínino passa de 333.120 para 567.136 rompendo a barreira do meio milhão de cruzeiros. Claro que com a inflação que está aí isso não quer dizer absolutamente nada, e pelo menos nesse ponto povo e governo concordam: é preciso fazer alguma coisa e urgente.

Fonte: Jornal da Cidade, 1985.

Não obstante, Gistelinck (1988, p. 38-39), analisando as condições de vida das populações periféricas de São Luís para o mesmo ano, argumenta que

> quem ganha um salário mínimo ganha mais ou menos o que ele, sozinho, precisa para comer durante um mês; o resto da família passa fome. Quem ganha 2 salários e tem que manter uma família de 5 pessoas, acaba com o dinheiro até o dia 10 do mês. Quem morava na área rural da ilha de São Luís, tirava o sustento da família da roça e da pesca. O que ele ganha agora numa semana como servente na indústria, ele ganhava antes em dois dias, pescando camarão. Uma parte dava a comida da família e outra parte era vendida. […] fica evidente que, mais da metade da população de São Luís, em torno de 70.000 famílias vivem em condições precárias. Elas comem mal, no máximo duas vezes por dia, na base de arroz, farinha, um pouco de feijão e pão. Quase nunca se vêem na mesa leite, frutas, verduras, carne ou peixe, nutritivos necessários para a vida humana. […] O Maranhão está exterminando a sua força trabalhadora, deixando para um futuro próximo uma geração subnutrida, com consequências físicas e mentais irreversíveis […].

Sobre o tema, ao estudar a condição de vida das classes operárias urbanas no Nordeste[116], Castro (1965) admite que a pobreza condiciona a fome coletiva. O autor defende que a habitação precária não é a única variável resultante dos baixos salários do operariado recifense; une-se a ela, sobretudo, a péssima condição de alimentação dessa massa empobrecida[117] "por suas condições econômicas desfavoráveis" (Castro, 1965, p. 68).

Associando os valores médios dos salários (baixos)[118] e o custo das subsistências desses sujeitos (altos), Castro (1965, p. 75) averiguou o minguado regime alimentar habitual da família operária e chegou à conclusão de que:

> Qualquer pessoa que possua noções gerais de dietética e diante de um regime desta ordem, só tem uma pergunta a formular: "Como se pode comer assim e não morrer de fome?" E só há uma resposta a dar, se bem que um tanto desconcertante: "Como? Morrendo de fome". Realmente é esta alimentação insuficiente, carencial e desarmônica, usada pelas classes operárias, na área urbana, a causa principal do seu elevado índice de mortalidade.

O autor prossegue na análise e na denúncia da manifestação da fome nos sujeitos pobres urbanos:

---

[116] Pesquisa realizada na cidade do Recife, em 1932. Segundo o autor, o estudo configura-se como "o primeiro inquérito realizado no Brasil sobre as condições de vida do nosso povo" (Castro, 1965, p. 67).

[117] A péssima condição alimentar associa-se aos baixos salários, uma vez que, conforme Marx (2009, p. 76 *apud* Ribeiro Junior, 2016, p. 65), "numa sociedade fundada na miséria, os produtos mais miseráveis têm a prerrogativa fatal de servir ao uso da grande maioria". Polanyi (2012, p. 181) também afirma que "o *status* da classe baixa é mantido mediante a restrição dos padrões de vida ao alimento grosseiro e às necessidades básicas que o dinheiro nativo (dinheiro do pobre) pode comprar".

[118] No México, um estudo realizado no estado de Oaxaca também constata a estreita relação entre os níveis salariais de uma população e a experiência da fome: "*En este estado, más del 80% de la población tiene ingresos menores a três salários mínimos. Así pues, si em 1990 el 32% de los habitantes se ubicaba em algún grado de inseguridad y ya em el 2002 alcanzó cerca de 45%*" (Gracia-Arnaiz, 2015, p. 139).

> Diante dessa exposição fica evidenciada a péssima qualidade da alimentação operária, sendo seu regime impróprio sob todos os aspectos. Só há uma maneira de alimentar-se pior do que essa: é não comer nada. É por isto que esta gente não fala em alimentar-se, mas enganar a fome. Infelizmente a fome não se deixa enganar, apenas ilude-se sua sensação consciente, mas na intimidade profunda de cada célula perduram indefinidamente os seus efeitos. Muito mais terrível do que um surto epidêmico e do que o flagelo periódico das secas que dizimam de uma vez algumas centenas ou milhares de vidas, é esta desnutrição, esta subalimentação permanente que destrói surda e continuamente toda uma população, sem chamar nossa atenção, nem despertar nossa piedade (Castro, 1965, p. 76-77).

Não eram apenas os baixos salários que compunham a situação de pobreza em São Luís. A cidade passou a enfrentar, em 1989, uma crise na construção civil, com 3.500 operários desempregados (Burnett, 2012). É nesse momento que "os camelôs invadem as ruas do centro, disputando com pedestres e automóveis, o exíguo e mau conservado espaço público" (Burnett, 2012, p. 107).

São Luís terminaria a década de 1980 com vastas periferias, uma população faminta e o seu Centro Histórico novamente servindo de abrigo a uma miríade de trabalhadores organizadores de suas próprias economias – resultado de uma luta cotidiana pela sobrevivência na cidade, que se tornou pouco acolhedora para a grande maioria da população.

Tanto no agrário maranhense quanto em sua capital, o processo de modernização, como exposto, não se efetivou de maneira homogênea. Trata-se, portanto, de um lugar com "uma história espacial seletiva" (Santos, 1979a, p. 20), marcada

> […] pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela *coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes* (Santos, 1979a, p. 21, grifo nosso).

A situação alimentar urbana de São Luís acompanha a materialização deste espaço dividido. Assim como o lugar de viver e trabalhar (Harvey, 1982) do indivíduo na cidade é consequência de sua renda, a alimentação também é determinada pela "situação de cada um como produtor e como consumidor" (Santos, 1979a, p. 21). Consolidam-se, assim, na urbe, dois circuitos de abastecimento e consumo alimentar: um superior e outro inferior, diferenciados pelos níveis de capital, tecnologia, organização (Santos, 1979a) e, como demonstraremos adiante, pelas distintas raças e formas de trabalho.

Portanto, conforme afirma Santos (1979a, p. 21), "essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social, é, a nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial",

inclusive a da alimentação na periferia do capitalismo – já que, como a história territorial de São Luís vem demonstrando, seus espaços alimentares também existem e se reproduzem em distinção.

Assim fez-se São Luís: uma cidade tecida sobretudo por aqueles que foram historicamente forçados a sair, expulsos de suas terras, obrigados a se reinventarem na violência do terror moderno – sujeitos diaspóricos. Mbembe (2020, p. 27) discorre sobre esse movimento:

> A *plantation,* no entanto, não era apenas um dispositivo econômico. Para os escravos transplantados ao Novo Mundo, ela era também o cenário em que se encenava um outro começo. Nela tinha início uma vida dali em diante vivida de acordo com um princípio essencialmente racial. Mas, longe de ser um mero significante biológico, a raça, assim compreendida, remetia a um corpo sem mundo e sem chão, um corpo de energia combustível, uma espécie de duplo da natureza, que se podia transformar, por meio do trabalho, em ativo ou capital disponível.

Na luta pela sobrevivência, organizando suas resistências, tais sujeitos se constituíram em seus novos lugares, sem "intervalos", onde "os homens estão uns sobre os outros, as casas uma sobre as outras", vivendo em "uma cidade faminta, faminta de pão, de carne" (Fanon, 1961, p. 34). Trata-se de um "espaço assustador e incerto de existência" (Robinson, 2023, p. 547), um passado territorial "no qual estavam assentados os primeiros elementos de consciência e compreensão" (Robinson, 2023, p. 254) das contradições nas quais estariam inseridos tais sujeitos.

Brutal é o processo urbano que continua adentrando o final do século XX e compondo as tramas alimentares da cidade contemporânea. Dialeticamente, é tal processo que permite cotidianamente a tentativa de recriar a vida (Robinson, 2023), a construção de um senso de partilha em um país de direitos mutilados, a busca constante pela libertação. Sujeitos que se formam enquanto indivíduos a partir dessa brutalidade são também aqueles que ensinam, na luta e organização pela sobrevivência, que a liberdade é um lugar (Gilmore, 2022). É o que trabalharemos nos próximos capítulos desta tese.

CAPÍTULO 2 – MODERNIZAÇÃO NO MARANHÃO E SÃO LUÍS CONTEMPORÂNEA: DA FOME AOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA (1990-2023)

A formação socioeconômica é realmente uma totalidade. Não obstante, quando sua evolução é governada diretamente de fora, sem a participação do povo envolvido, a estrutura prevalecente – uma armação na qual as ações se localizam – não é a da nação, mas sim a estrutura global do sistema capitalista. As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial.

Milton Santos (1979b, p. 202)

Como então? Desgarrados da terra? Como assim? Levantados do chão? Como embaixo dos pés uma terra. Como água escorrendo da mão? Como em sonho correr numa estrada? Deslizando no mesmo lugar? Como em sonho perder a passada. E no oco da Terra tombar? Como então? Desgarrados da terra? Como assim? Levantados do chão? Ou na planta dos pés uma terra. Como água na palma da mão? Habitar uma lama sem fundo? Como em cama de pó se deitar? Num balanço de rede sem rede. Ver o mundo de pernas pro ar? Como assim? Levitante colono? Pasto aéreo? Celeste curral? Um rebanho nas nuvens? Mas como? Boi alado? Alazão sideral? Que esquisita lavoura! Mas como? Um arado no espaço? Será? Choverá que laranja? Que pomo? Gomo? Sumo? Granizo? Maná?

Chico Buarque e Milton Nascimento (Levantados […], 1997)

Então chegaram as multidões de espoliados e assaltaram o Oeste – vinham de Kansas, Oklahoma, Texas, Novo México; de Nevada e Arkansas, famílias e tribos expulsas pela poeira, expulsas pelos tratores. Carros cheios, caravanas de gente sem lar e esfomeados; vinte mil, cinquenta mil, cem mil, duzentos mil despencavam das montanhas, famintos e inquietos – inquietos qual formigas, famintos de trabalho, de poder suspender, carregar, puxar, arrancar, cortar, colher, fazer de tudo, dar todo o seu esforço por um pouco de comida. Nossos filhos têm fome. Não temos casa pra morar. Inquietos como formigas, atrás de trabalho, de comida e, antes de mais nada, de terra.

John Steinbeck (2010, p. 292)

Neste capítulo procuraremos apresentar o panorama recente da situação alimentar de São Luís, partindo de uma discussão contemporânea sobre o urbano por meio de uma metodologia de pesquisa que busca "captar o real sentido da cidade" (Santos, 1994a, p. 115). A nosso ver, só foi possível esmiuçar e conhecer esse sentido porque nos propusemos a realizar um trabalho que caminhasse entre as distintas escalas de análise do espaço geográfico – uma pesquisa que metodologicamente buscasse compreender a totalidade a partir das complexidades e particularidades do lugar (Santos, 2008).

Portanto, o leitor entrará em contato com um texto que dialoga com as situações geográficas de São Luís a partir da década de 1990 até os dias atuais, sem renunciar a teorias – sobretudo aquelas que procedem de formações socioespaciais periféricas – para compreender as dinâmicas do capitalismo mundial. A pesquisa pautou-se em estudos cujas propostas são discussões sobre a urbanização como um "dado fundamental na compreensão da economia" (Santos, 1994a, p. 113). Ou seja, a própria reflexão sobre o mais recente processo de urbanização de São Luís permite colocar essa análise nos domínios mais amplos da economia política da cidade e da urbanização.

Como vimos ao longo do primeiro capítulo desta tese, faz parte da formação territorial de São Luís a organização de um circuito alimentar associado à urbanização, cuja distinção racial acompanha sua gênese e seu desenvolvimento. Tal processo é caracterizado pelo alargamento das periferias e pelo aprofundamento das desigualdades – condição e resultado da pobreza estrutural (Santos, 2000a)[119] sobre a qual se assenta a urbe até os dias atuais.

Trabalhamos com a tese de que a situação alimentar da cidade, deteriorada para grande parte da população, é impulso e decorrência da configuração espacial urbana, cuja marca maior é a intensa segregação e violência racial – sobretudo em razão da composição populacional do Maranhão. Este aspecto – intrínseco ao desenvolvimento da *formação socioespacial*[120] brasileira (Santos, 2008), historicamente assinalada por seletivas ondas de modernização sobre

[119] Ao tratar das características do período da globalização, Santos (2000a) diferencia três pobrezas que ele reconhece como existentes no século XX: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural. A última, "uma pobreza estrutural globalizada, [resulta] de um sistema de ação deliberada. Examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão 'administrativa' do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza. […] é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais" (Santos, 2000a, p. 72-73).

[120] Para Santos (2008, p. 22), a categoria *formação socioespacial* "diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta".

os espaços agrários e urbanos (Souza, 2000)[121] – resulta na constante expropriação e expulsão dos sujeitos que usam o território principalmente como meio de sobrevivência. Tal fato, o qual Harvey (2003) denomina como acumulação por espoliação, culmina diretamente em distintas formas de abastecimento e acesso alimentar na cidade e na soberania alimentar (ou não) de seus habitantes, especialmente os periféricos.

Obviamente tem-se com esse quadro em São Luís a preponderância de uma pobreza urbana latente, ou seja, "os aspectos da pobreza ligados diretamente à urbanização" (Santos, 1978, p. 78), uma vez que "o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade" (Santos, 1993, p. 11).

Dessa maneira, entende-se que a formação das periferias de São Luís é resultado, entre outros fatores, do aumento dessa pobreza nos lugares conforme a urbanização se expande em um ritmo acelerado (Santos, 1978b), consequências e condições da reprodução violenta das dinâmicas do modo de produção capitalista.

Não à toa, C. Santos (2013, p. 5) admite que:

> […] a fronteira de expansão capitalista que ganhou expressão em meados do século XX em território brasileiro é essencialmente urbana. Isso significa que não só o seu conteúdo é urbano, resultando de seu avanço um extenso processo de urbanização expandida no território, como é por meio mesmo da urbanização do território que novas porções territoriais foram inseridas recorrentemente nos circuitos de produção e realização da mais-valia.

A urbanização ludovicense resulta, portanto, de uma expansão do capital – a modernização contemporânea–, a qual desencadeia em todo o território nacional "transformações extensas e profundas […] acarretando distorções e reorganizações" (Santos, 1993, p. 115). Seja no rural ou no urbano, a produção capitalista do espaço (Harvey, 2005) se estrutura por meio das e induz as desigualdades e segregações socioespaciais, acompanhadas de equipamentos e normas "indispensáveis à operação racional vitoriosa de grandes firmas, em detrimento das empresas menores da população como um todo" (Santos, 1993, p. 114).

Entendemos, assim, que a fase mais contemporânea de periferização e expansão urbana de São Luís, como resultado desta modernização violenta, da consolidação do que Santos (1996) reconheceu como meio técnico-científico-informacional, é espelho de "uma produção extrovertida", do "triunfo do consumo dirigido e desculturalizante", da "despolitização da

[121] Santos (1978a, p. 26) admite que "a cidade é o lugar privilegiado do impacto das modernizações, já que estas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima".

política" e do "desmaio da cidadania", com "enormes sacrifícios às populações envolvidas" (Santos, 1993, p. 116), como iremos explicitar.

Expulsão, fome e luta pela sobrevivência na metrópole do Maranhão são variáveis deste movimento e recorrentes em sua história territorial. Por essa razão, para compreender as formas e os conteúdos mais recentes da situação alimentar urbana ludovicense, é necessária a leitura sobre os últimos processos de periferização da cidade, em conjunto com as dinâmicas capitalistas neoliberais nos países periféricos.

Assim, apresentaremos a seguir a situação geográfica de São Luís entre o início da década de 1990 até os dias de realização desta pesquisa, em 2024.

2.1 Uso corporativo do território Maranhense e aprofundamento da pobreza e da fome urbana em São Luís

Em linhas gerais, a década de 1990 marcou São Luís[122] como um período de aprofundamento de suas desigualdades socioespaciais e abandono cada vez maior do Núcleo Central pelo poder público (Andrès, 2006; Cardoso, 2012; Burnett, 2012). Apontado como um dos principais responsáveis por essa situação, o Plano Diretor de 1992 assinou o "ponto de ruptura" (Burnett, 2012, p. 38) com o Núcleo Central da cidade, privilegiando as áreas nobres ao norte de São Luís, tais quais a faixa da Avenida Litorânea e os bairros da Ponta d'Areia e Jardim Renascença, novo lócus de investimentos públicos na urbe e sede dos poderes públicos, deslocados do núcleo original.

Quanto à sua larga periferia no período, continuou-se a repetir o silêncio, mesmo vivendo nesses interstícios a maioria da população. Burnett (2012, p. 29) chama a atenção para os bairros "Monte Castelo, Vinhais, Alemanha, Anjo da Guarda, Coroado, Cidade Operária e dezenas de outros", salientando que, por eles estarem – à época e ainda hoje – "fora do circuito do mercado e sem status de patrimônio cultural", seus habitantes não tinham direito "sequer a uma alusão sobre as suas sofridas vivências".

É neste contexto de espraiamento da pobreza no espaço urbano que, em 1994, a Constituição Estadual decreta São Luís como metrópole (Burnett, 2012) – fato efetivado apenas em 1998, com a composição dos municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís, localizados na Ilha do Maranhão (Ferreira, 2017)[123]. O momento foi marcado

[122] Em 1990 São Luís contava com 695.199 habitantes (IBGE, 2010).

[123] Atualmente compõem a região metropolitana da Grande São Luís os seguintes municípios: "São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Axixá, Santa Rita, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande, Morros e Icatu, que [juntos detêm] cerca 40% do PIB do Maranhão" (Secid, 2019).

> […] pela chegada de empreendimentos imobiliários monopolistas de consumo – *condomínios residenciais e comerciais de grande escala que se aproveitam de imensos estoques fundiários gulosamente reservados e supervalorizados* durante mais de 40 anos (Burnett, 2012, p. 2, grifo nosso).

Com a aceleração dos processos de metropolização (Moura, 2013; Lencioni, 2017)[124] e o consequente fortalecimento da especulação imobiliária, São Luís inaugura, em 1999, um novo lugar de consumo alimentar em larga escala das classes populares e médias (Rodrigues, 2011): o São Luís Shopping, primeiro da cidade, localizado na área do Jaracaty.

Conforme Villaça (1998), o capitalismo busca a todo momento criar e recriar "pontos" no espaço urbano que possam ser mercantilizados. Para o autor (1998, p. 304), é justamente "através do shopping center, [que] o promotor imobiliário produz e põe à venda, em poucos anos, "pontos" que o comércio tradicional levaria décadas para produzir com as aglomerações tradicionais de comércio e serviços". Nas cidades brasileiras de extrema desigualdade e histórica concentração de renda, condição essencial para o avanço do mercado imobiliário e financeiro – caso de São Luís –, menos difícil é a escolha (e o sucesso) do ponto onde são construídos tais fixos.

Conforme Santos e Silveira (2001, p. 152, grifo nosso),

> se os shopping-centers despontam como uma instância relevante da cadeia de distribuição de produtos e serviços, incluindo diversos tipos de lazer, eles são, outrossim, *produto de grandes investimentos imobiliários que vêm modificar a estrutura e o dinamismo das metrópoles.*

Nesse sentido, novamente Villaça (1998, p. 304) aponta que o shopping (capital imobiliário e financeiro), ao impor aos comerciantes (capital mercantil) uma série de normas, "representa pois a penetração do capital imobiliário na esfera do capital mercantil e a sujeição do comércio varejista e dos serviços ao capital imobiliário e – através deste – ao financeiro".

São Luís adentra o século XXI com 868.047 habitantes (IBGE, 2010), a maior parte deles vivendo em situações de precariedade urbana – justificativa principal do sucesso desses novos empreendimentos; afinal, como não teriam êxito tais fixos na jovem metrópole tão fragmentada e arredia aos seus habitantes? Assim, a concretização da socialização por meio do

[124] Moura (2013, p. 30) destaca que, "longe de apenas reforçar aglomerações singulares, a metropolização passa a engendrar novas morfologias urbanas, muito mais articuladas e densas, ao mesmo tempo descontínuas, dispersas, sem limites precisos. Sustenta a ampliação geográfica do processo de acumulação, que fez com que a dispersão pelas empresas de seus processos produtivos, filiais e fornecedores tornasse as aglomerações metropolitanas as localizações mais capazes a oferecer as condições requeridas à valorização do capital". Segundo Lencioni (2017, p. 54), "a metropolização é ao mesmo tempo um processo que acentua a homogeneização do espaço, intensifica sua fragmentação e altera a hierarquia entre os lugares".

consumo do alimento começa a estar, igualmente, circunscrita aos empreendimentos imobiliários na forma de ambientes fechados, vigiados e padronizados, ou seja, aos simulacros de uma cidade pretendida.

No início da década de 2000 o sistema de abastecimento alimentar da cidade também passou por algumas mudanças, tanto pela entrada do capital internacional no controle do abastecimento alimentar urbano – a rede de supermercado Lusitana é vendida para o grupo holandês Royal Ahold (Furtado, 2010), e o supermercado Bom Preço (Walmart Brasil) chega a São Luís – quanto pela reorganização do capital nacional, com o Grupo Mateus vindo do interior do Maranhão para São Luís, no formato de supermercados e atacarejos. Assim se determinam, além de um novo modelo de acesso aos alimentos para boa parte da população[125], mudanças urbanas diretamente relacionadas a esses empreendimentos.

Para entendermos a formação das situações alimentares contemporâneas, bem como as distintas formas de trabalho no circuito econômico da alimentação e a própria dinâmica urbana brasileira, é importante realçar os estudos sobre o papel das redes de distribuição e comercialização de alimentos nos espaços urbanos de países periféricos, tais quais os setores supermercadistas (supermercados, hipermercados, atacarejos), caracterizados por serem

> elos fundamentais nas cadeias de distribuição e produção, pois participam das diversas instâncias, criando marcas, agindo como oligopsônios em algumas produções, modificando os calendários de pagamentos e comandando assim uma importante parcela do comércio varejista (Santos; Silveira, 2001, p. 150).

Assim como os shopping centers, o setor supermercadista "representa uma grande força de concentração e de rentabilidade espacial (Villaça, 1998, p. 306)"[126]. Isto porque tal empreendimento "tem um volume de vendas equivalente a muitas quitandas, padarias, açougues e empórios ou vendas […], perfumarias e peixarias, os quais ele fez *desaparecer ou reduzir muito*" (Villaça, 1998, p. 306, grifo nosso).

Vale dizer que tais fixos provocam mudanças e, inclusive, definem os rumos do processo de urbanização mais recente no país. Com eles, como demonstraremos ao longo dos próximos capítulos, a financeirização da economia alcança a vida cotidiana das pessoas e indica novas

[125] Tais redes supermercadistas, como veremos adiante, continuam entre as mais preponderantes na São Luís atual.
[126] Para o autor citado, a "alta rentabilidade espacial desses estabelecimentos é representada por seu elevado volume de vendas por unidade de área. Sem considerar o estacionamento – que os centros tradicionais não oferecem –, o volume de vendas de um [setor supermercadista] ou shopping center por unidade de área […] é maior do que o de um agrupamento de lojas tradicionais com o mesmo volume bruto de vendas" (Villaça, 1998, p. 306).

escolhas e arranjos espaciais [127] (Carvalho; Gomes, 2022). Nesse sentido, Villaça (1998, p. 307) afirma ser a instantaneidade e rapidez com que esses empreendimentos chegam na cidade uma das principais razões de um novo dinamismo urbano:

> Um subcentro tradicional leva décadas para se constituir e seu impacto se produz lentamente, sendo absorvido lentamente pela vizinhança, que aos poucos também se transforma. O shopping center [e a rede supermercadista], ao contrário, é produzido instantaneamente, sem dar tempo à vizinhança de a ele se adaptar. A instantaneidade – mais que a dimensão – dos empreendimentos imobiliários característicos dessa nova era de alta concentração de capital imobiliário (produção de pacotes imobiliários) é que está provocando uma revolução nas áreas nobres de nossas cidades e em nosso urbanismo.

Esta dominação dos interesses de produção e consumo das camadas de mais alta renda é estruturante do espaço intraurbano e, consequentemente, das situações alimentares de qualquer cidade. Contudo, outros dois fatores predominantes na constituição de uma situação alimentar associada à urbanização contemporânea de São Luís, sobretudo de seu recente processo de periferização, são a dinâmica agrária do estado e sua posição na divisão territorial do trabalho. Ao incorporar a produção de soja – com mais força a partir de 2000, lembrando da oficialização do Matopiba, em 2015, por meio do Decreto nº 8.447 –, o Maranhão seguiu a mesma lógica dos anos passados: "a herança e cristalização de *fronts* próprios de uma divisão territorial do trabalho anterior" (Santos; Silveira, 2001, p. 119), implicando expansão do capital no campo, aumento dos conflitos por terra nessas regiões, expulsão do campesinato e atração desses sujeitos tanto para produzir as periferias da metrópole maranhense, quanto para servir de mão de obra na capital.

Conforme Lopes Xavier (2019, resumo, grifos do autor),

> Na última década, os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (aqui aludidos por meio do acrônimo *Matopiba*) têm passado por transformações em suas economias, ocupando participação cada vez maior na produção agrícola nacional, especialmente de alguns produtos como soja, milho, celulose e algodão. Com vastas extensões cobertas pelo Cerrado, esses estados conformam o território da chamada *nova fronteira agrícola* brasileira.

[127] Informações oriundas da palestra "Tendências da urbanização brasileira", ministrada pela Profa. Dra. Maria Encarnação Sposito, no Colóquio Procad/Amazônia 2020, intitulado *Pensando os usos do território contemporâneo: da formação socioespacial brasileira à situação maranhense* e organizado pela UEMA, UFPA e Unicamp, em outubro de 2020 (Abertura […], 2020).

A abrangência dessa nova regionalização agrícola do Brasil destaca-se por sua extensão e, sobretudo, por sua sobreposição a territórios destinados à agricultura familiar, reconhecidos como quilombolas e indígenas, além das áreas de conservação ambiental. São

> 337 municípios em 31 microrregiões geográficas, numa área com cerca de 73 milhões de hectares, área esta que abarca aproximadamente 324 mil estabelecimentos agrícolas, *781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, 35 terras indígenas, além de 46 unidades de conservação* (Rodrigues; Terra, 2018, p. 1202, grifo nosso)

Ainda que os anos 2000 tenham sido decisivos para o avanço do cultivo da soja no Maranhão, especialmente em sua porção sul, Rodrigues e Terra (2018, p. 1197) destacam que a introdução do grão no estado – via agricultura patronal[128] – torna-se uma atividade lucrativa já na década de 1990, marcando "um intenso processo de concentração da posse da terra e de violentos conflitos entre especuladores de terras, sojicultores, trabalhadores rurais, lideranças sindicais e membros das igrejas católicas e luterana" – resultado, como já mencionado no capítulo anterior, da inserção do Maranhão no processo de acumulação flexível (Harvey, 1990) da divisão internacional territorial do trabalho.

Para Buss *et al.* (2019), tal avanço produtivo só ocorreu em razão de o Maranhão se encontrar em uma região estratégica para a expansão agrícola. Além dos macrossistemas técnicos que facilitariam o escoamento (Ferrovia dos Carajás, Ferrovia Norte-Sul, Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, Porto de Itaqui, Porto da Alumar), os autores apontam a "proximidade" do estado com os maiores mercados consumidores de soja: Europa, Estados Unidos e China, através do Canal do Panamá.

De fato, a posição do Maranhão – e sobretudo São Luís –, do ponto de vista do sítio geográfico, é uma das mais estratégicas em escala nacional para o escoamento dos grãos via comércio exterior. No entanto, esta não foi a única e nem a principal razão que permitiu um crescimento da produção de soja em 2.854.927 milhões de toneladas entre 1980 e 2020 (Feitosa *et al.*, 2023)[129] – dado que coloca o estado como detentor dos maiores índices de produção do grão no Matopiba[130].

---

[128] Para Santos e Silveira (2001, p. 119) "hoje as frentes pioneiras são abertas sobretudo pelas grandes empresas, com a cooperação do poder público. Como adverte Ruy Moreira (1986, p. 12) é o processo de modernização que explica a 'fronteira agrícola', e não o contrário […]".

[129] Em termos de ocupação territorial, os mesmos autores apontam um crescimento vertiginoso de áreas produtivas de soja: se em 1995 as áreas destinadas à produção do grão estavam circunscritas a 87,7 mil hectares, em 2000 já se observavam 178,7 mil hectares e em 2010, 400 mil hectares.

[130] Segundo Feitosa *et al*. (2023, p. 117), "atualmente 135 dos 217 municípios maranhenses fazem parte dessa fronteira agrícola".

Conforme aponta Lemos (2015), em 1996, uma reforma administrativa do governo estadual extinguiu a Secretaria de Agricultura[131] e desativou a Empresa Maranhense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (Emapa). Isso provocou um enfraquecimento de órgãos e um verdadeiro colapso nas políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores familiares da região, abrindo espaço jurídico e político para o avanço de outras culturas que não as alimentares em solos maranhenses e, obviamente, para a desorganização dos modos de vida dos que ali se reproduziam em outra perspectiva que não a do grande capital[132].

Como demonstrado, se a chegada da soja já ocorria em territórios juridicamente reconhecidos como familiares, quilombolas e indígenas, sem um aparato de proteção legal[133] nem a criação de políticas específicas para esses grupos historicamente violados, o Maranhão passa a vivenciar, com as novas formas produtivas que avançariam no estado, um aumento vertiginoso da violência no campo com a consequente expulsão dos sujeitos que ali viviam e/ou inviabilização da reprodução da vida nesses lugares – situações racialmente demarcadas.

Nesse sentido, Ribeiro Junior (2021, p. 30) discorre:

> De modo geral, os processos de expropriação consistem na separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção e subsistência. Eles podem ocorrer de diferentes maneiras, mas invariavelmente impedem (parcial ou totalmente) os trabalhadores de acessarem ou produzirem os bens que necessitam para satisfazer suas necessidades ou para comercializarem aquilo que produziram com este mesmo objetivo. Assim, uma vez expropriados os trabalhadores deixem de empregar os meios de produção para serem empregados por eles e ficam obrigados a vender continuamente sua força de trabalho para não passar fome. Trata-se de uma inversão decisiva para compreender as relações sociais capitalistas.

Para além dos desmontes em órgãos reguladores e proponentes de políticas voltadas ao pequeno agricultor e às comunidades tradicionais, Cunha e Espíndola (2015) apontam outros fatores econômicos e políticos que foram decisivos para o avanço e a consolidação do cultivo

---

[131] Como veremos adiante, essa tem sido uma prática comum na política brasileira, vide a extinção do Consea no primeiro dia de mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) – período em que a fome aumentou substancialmente em território nacional.

[132] Caso igualmente vivenciado pelas populações de pequenos agricultores de Oklahoma, nos anos 1930, nos Estados Unidos. Conforme Harvey (2014, p. 129, grifo nosso), "a expulsão de populações rurais ocorrida durante a *Dust Bowl* (corrida da poeira) dos anos 1930 e a migração em massa dos '*okies*' para a Califórnia […] foram um violento precursor do longo processo de substituição nos Estados Unidos da agropecuária familiar pelo agronegócio. A principal força motriz dessa transição sempre foi o sistema de crédito, porém talvez o aspecto mais relevante disso seja o fato de uma *variedade de instituições do Estado, ostensivamente destinadas a proteger a agropecuária familiar, terem desempenhado um papel subversivo ao facilitar a transição que deveriam conter*".

[133] O Estado, pelo contrário, "com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e promoção" (Harvey, 2014, p. 121) de processos capitalistas, sobretudo na periferia do sistema.

da soja em detrimento de culturas alimentares tradicionais da região, tais quais o arroz, o feijão, o milho e a mandioca: incentivos fiscais; baixo valor das terras, ainda como resquícios da "Lei Sarney de Terras"; estudos – a exemplo dos realizados pela Embrapa – voltados para a produção da soja em solos ácidos como os do cerrado; topografia favorável à mecanização produtiva; e proprietários com capital para investimentos.

Nesse sentido, ao discorrerem sobre o processo de mecanização da agricultura e a inserção do grande capital no campo brasileiro, Santos e Silveira (2001, p. 121, grifo nosso) explicam que

> a criação de um mercado unificado, que interessa sobretudo às produções hegemônicas, *leva à fragilização das atividades agrícolas periféricas ou marginais do ponto de vista do uso do capital e das tecnologias mais avançadas.* Os estabelecimentos agrícolas que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais tornaram-se mais vulneráveis as oscilações de preço, crédito e demanda e às novas formas organizacionais do trabalho, o que frequentemente é fatal aos empresários isolados.

Colaboram para essa desvalorização das agriculturas alimentares básicas o crédito[134] – injetado em larga escala nas grandes produções –, a informação, a propaganda e os novos consumos impulsionados pelas cidades em escala global (Santos; Silveira, 2001)[135]. Não à toa Feitosa *et al*. (2023) indicam uma redução considerável nas áreas de colheita de culturas alimentares tradicionais do Maranhão (arroz[136], feijão, mandioca e milho): se em 1980 havia para essas culturas uma área de colheita de 1.359.345 hectares, em 2020 observamos uma redução para 556.885 hectares, ou seja, menos que a metade de sua área original. Por outro lado, se em 1980 havia apenas 80 hectares reservados para a produção de soja em território maranhense, em 2020 constatou-se um aumento para 905.514 hectares. Dentre as áreas

[134] Para Harvey (2014, p. 122), "A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório".
[135] Para Santos e Silveira (2001, p. 130), "Se a maquinização, a quimização e o crédito são, nos dias de hoje, pilares da agricultura moderna, esta não se realiza sem um discurso científico que ajude a transformar os padrões de consumo. Informações e conselhos sobre saúde, medicina e alimentação tornam-se normas para novos consumos alimentares, que não raro ofuscam os interesses do *agribusiness*".
[136] Conforme indicam Feitosa *et al*. (2023, p. 117), "Nas décadas de 1960, 1970 e no início dos anos 1980, o Maranhão estava entre os três maiores produtores de arroz do Brasil (Anuário Estatístico do Brasil, 1940-2012). Essa posição foi perdida na metade da década de 1980. Nos anos 1990 o estado passou a ser importador líquido desse cereal, principal item da dieta dos maranhenses de todos os estratos sociais". Para Santos e Silveira (2001, p. 124): "O arroz, produto tradicional de alta demanda no mercado interno, é cultivado em todos os estados do país. Há um importante crescimento da área destinada a partir de 1940, mas a tendência é revertida nos anos 80, paralelamente à entrada maciça de produtos de exportação como a soja […]. As necessidades alimentares criadas por uma urbanização crescente, a possibilidade de ampliar as fronteiras agrícolas e de mecanizar as produções, a unificação do mercado nacional com novos transportes e normas confluem, entre outros fatores, para determinar essa majoração".

alimentares que foram reduzidas encontra-se o Baixo Parnaíba – algo que chama atenção, tanto pela certa proximidade com a capital maranhense, quanto por sua posição histórica como abrigo de sujeitos que viviam da agricultura familiar.

Uma pergunta que precisa ser feita é: quais foram e continuam sendo as implicações do avanço dos processos de "modernização" – violentos, demarcados racialmente, determinantes de outro tempo e condição de uso do território – da formação socioespacial brasileira para a mais recente periferização de São Luís e a consequente consolidação de sua situação alimentar?

Em outras palavras, uma vez essa modernização autoritária (Ribeiro, 1996) do campo maranhense desfigurando territórios abrigos – ancestrais, simbólicos, lugares históricos de possibilidades de existência para além do capital, para além do terror moderno (Mbembe, 2018) –, quais seriam as consequências para os corpos constantemente em expulsão e expostos às mais distintas formas de violência e para a própria São Luís que, cotidianamente se reestrutura diante desse fato? Corpos famélicos, uma cidade com uma periferia cada vez mais profunda e a cotidiana organização político-econômica para a sobrevivência: certamente estas são as respostas.

Lembramos que tal processo de modernização posicionou o Brasil como terceiro maior produtor de alimentos do mundo (FAO, 2021), enquanto vemos, dialeticamente, as cifras da fome e do risco de fome[137] aumentarem vertiginosamente, sobretudo a partir de 2016[138] (Gráfico 1), evidenciando uma progressão do fenômeno mesmo antes da chegada da pandemia de Covid-19[139] no país.

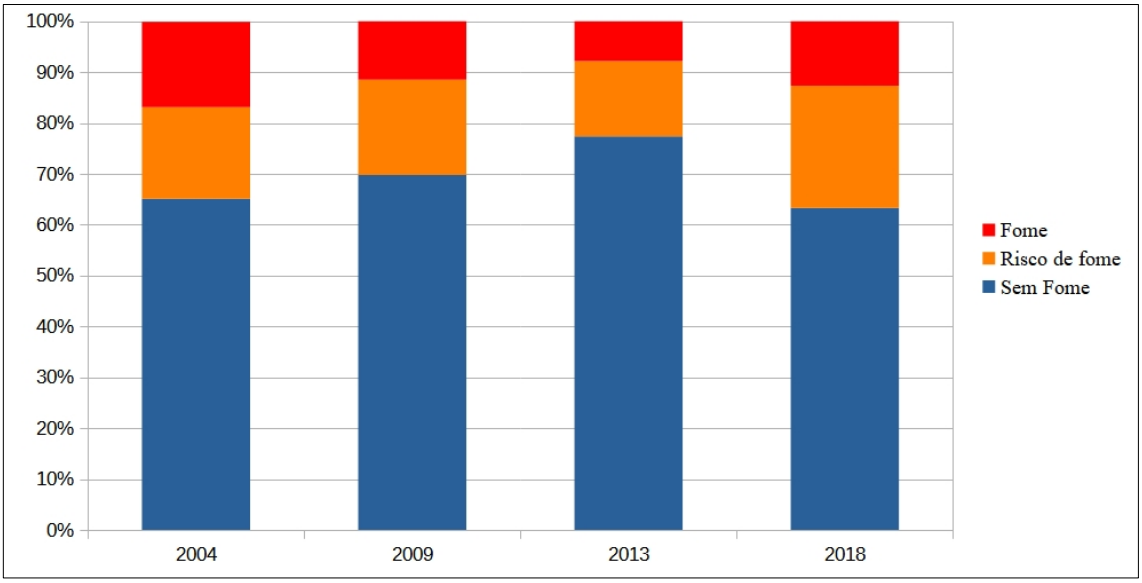
---

[137] Para Ribeiro Junior (2021, p. 16), "toda definição de fome traz consigo um posicionamento teórico e político acerca da realidade, o que explica a existência de debates e disputas em torno de sua definição e mensuração". Fugindo do eufemismo, da ocultação e do subdimensionamento do fenômeno, como ensina o autor citado, esta tese entende tal fenômeno como um processo social e escolhe usar os termos *fome* e *risco de fome*, em vez das definições "insegurança alimentar leve" (risco de fome) e "insegurança alimentar moderada e grave" (fome). A título de elucidação, ao propor uma releitura das definições do fenômeno, Ribeiro Junior (2021, p. 22) expressa que essa escolha se deve, entre outros motivos, ao fato de o termo "insegurança alimentar" não carregar os sentidos corporificados da dor e da angústia em se conviver com a fome ou estar na iminência dela.

[138] Desde o golpe político e institucional de 2016, que destituiu do poder a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), houve um "abandono de uma visão mais abrangente e generosa de futuro. Ecoando a voz do mercado, a gestão federal, desde então, tem trabalhado no recuo de investimentos e do controle público em setores estratégicos do ponto de vista econômico, geopolítico e social. Assistimos ao falecimento da política, à ascensão dos negócios e ao aprofundamento da crise societária" (Xavier, 2019, p. 210) – tema abordado ao longo do capítulo 5.

[139] Cientes de que a pandemia agravou mais ainda o quadro apresentado, trabalharemos com a contínua evolução desses dados no capítulo 5.

Gráfico 1 – Evolução da fome e do risco de fome entre 2004 e 2018, Brasil



Fonte: Segurança […] (2004, 2010, 2013) e Análise […], (2020). Elaboração: Antipon, 2022.

Os dados do Gráfico 1, interpretados com a história da modernização do campo brasileiro nos últimos vinte anos e com as discussões travadas ao longo do capítulo anterior, comprovam que a causa da fome não é a falta de alimentos (Castro, 1946, 1965). Sua origem, diante dos avanços técnico-científicos atuais, não é consequência de um desequilíbrio entre a produção alimentar e a quantidade de pessoas que necessitam comer (Malthus, 1998 [1798]). Portanto, é importante considerarmos o fenômeno da fome e todas as relações entre ele e a formação urbana brasileira em seu aspecto estrutural, ou seja, como produto e condição de existência do modo de produção capitalista (Ribeiro Junior, 2021).

Como bem argumenta o geógrafo Ribeiro Junior (2021, p. 36, grifo nosso),

> Nos anos 1980, Amrita Rangasami[140] se contrapôs à interpretação das crises de fome de Amartya Sen[141], por entender que elas não podem ser compreendidas levando em consideração somente aqueles que sofrem com a restrição alimentar, *sendo indispensável considerar simultaneamente quem se beneficia nesses momentos de crise*. A partir da consideração de diferentes crises de fome, a autora indiana explicita como nesses momentos os trabalhadores estão ainda mais vulneráveis à expropriação e à exploração. Sob a pressão crescente da fome os trabalhadores se desfazem de seus bens ou aceitam condições de trabalho cada vez mais precárias, por vezes análogas à escravidão. Neste sentido, *as crises de fome também representam novas e ampliadas oportunidades para a acumulação* (RANGASAMI, 1985). Com a ajuda de Rangasami podemos complexificar ainda mais a compreensão da

[140] No texto "Women's roles and strategies during food crisis and famines" (1985).
[141] Refere-se ao livro *Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation* (1981).

> fome, pois *se é verdade que ela é produto das relações sociais capitalistas, simultaneamente ela também reproduz essas relações.*

Não à toa, Castro (2008 [1946]) propõe um método a partir da geografia, ou seja, olhando para as distintas e complexas realidades territoriais, para pensar a fome em espaços demarcados, sobretudo pelas desigualdades sociais. Esta fome – produto e condição de reprodução do próprio modo de produção capitalista – Castro (2008 [1946], p. 18) adjetiva como "oculta": fenômeno no qual se come todo dia, mas não o suficiente, não o que de fato se deseja, não em quantidades e qualidades aceitáveis. É aquela fome contida nas práticas alimentares cotidianas de uma infinidade de trabalhadoras e trabalhadores precarizados (Ribeiro Junior, 2016) e, portanto, forçados "a um regime de terríveis restrições pela perda do valor aquisitivo dos seus salários" (Castro, 2008 [1946], p. 280).

A partir dessa proposta, a pesquisa em tela verte o olhar para o fenômeno da fome como fabricação humana (Castro, 1961 [1949]). Produto e meio (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021) da acumulação por espoliação, ela resulta da e possibilita a violação de povos e comunidades em seus territórios ancestrais; está presente na linha tênue entre as variações dos preços dos alimentos e refeições e os baixos salários na cidade; determina e é determinada pelo padrão de urbanização dos países periféricos. É o que argumentaremos adiante.

2.2 Impulsos modernizantes em São Luís: produção de pobreza e deterioração da situação alimentar urbana

É evidente que o quadro de modernização recente do campo maranhense, exposto no item anterior, redefine o urbano do estado e de sua capital no período contemporâneo. São famílias de camponeses e sujeitos pertencentes a comunidades tradicionais que perdem seus territórios e, consequentemente, veem seus modos de vida comprometidos, sobretudo na grande cidade. A impossibilidade de produzir seus próprios alimentos e a dificuldade cotidiana de adquiri-los por meio da troca monetária resultam, sobremaneira, da precarização de suas vidas nas periferias da metrópole do Maranhão.

A discussão sobre a troca monetária e não monetária dos alimentos merece atenção, especialmente quando estamos tratando de um dos estados com os maiores índices de fome e risco de fome do país – atualmente, 25,7% dos domicílios maranhenses encontram-se em risco

de fome e 17,9% com fome, ficando atrás apenas do Amapá, Amazonas e Pará (Segurança […], 2023)[142].

Sobre o tema, Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021, p. 1221) advertem:

> Como bem sabemos, em sociedades caracterizadas pelas relações sociais capitalistas os alimentos, assim como os demais bens necessários para a manutenção da vida, foram transformados em mercadorias. Assim, para a maior parte daqueles que vivem no Brasil, a única forma de obter os alimentos que precisam é a troca monetária, o que explica a íntima relação entre a situação alimentar de um domicílio e os rendimentos de seus moradores.

No entanto, os mesmos autores acima citados (p. 1224), apoiados na POF do IBGE (Análise […], 2020), discorrem sobre um dado relevante no Maranhão: dentre os alimentos consumidos no estado (em sua maioria, um lugar periférico da formação socioespacial brasileira, muito abaixo da média nacional), a aquisição de pescados (11,1 kg/ano) é substancialmente maior que a média brasileira (2,8 kg/ano). Dentre as hipóteses que justificariam tal diferença, a que mais chama atenção é a de que o consumo deste alimento ainda pode ser efetivado via trocas não monetárias[143]. Os autores apontam que no Maranhão:

> um dado muito importante refere-se ao fato de que parte significativa dos pescados (16,9%) é adquirida de forma não monetária, algo que também ocorre com o arroz (24,8%). Isso significa que uma parcela considerável da aquisição destes dois importantes alimentos advém de produção própria (cultivos e pesca), doação ou trocas não monetárias (IBGE, 2014). É significativo que justamente nos dois grupos de alimentos em que o Maranhão apresenta aquisições significativamente maiores que a média nacional a participação da aquisição não monetária seja tão expressiva. *Isso aponta para a importância da economia de subsistência na unidade da federação que apresenta o maior índice de fome e risco de fome do país* (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021, p. 1224, grifo nosso).

As novas formas de vida – sobretudo em suas organizações econômicas já não mais circunscritas às atividades de subsistência, por exemplo – assumidas por tais sujeitos expropriados e, agora, na "grande cidade", com as dificuldades que eles encontram em espaços urbanos periféricos ou em seus resíduos rurais, resultam no que se reconhece como alienação

[142] Na última pesquisa realizada pelo IBGE sobre a temática (Análise […], 2020), o Maranhão encontrava-se na primeira posição, com 66% de sua população em situação de fome e risco de fome. O capítulo 5 problematizará essa queda na posição entre os estados brasileiros.

[143] As outras duas hipóteses seriam as de que: (i) o Maranhão, sendo um estado da Amazônia Legal, apresentaria os mesmos padrões de consumo alimentar que os outros estados da federação incluídos nesta regionalização; e (ii) o consumo de pescado, especificamente, não apresenta diferenças consideráveis entre as distintas classes de rendimento, sendo um dos alimentos mais consumidos nas famílias brasileiras, sobretudo no Norte e Nordeste do Brasil (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021).

(Ribeiro Junior, 2016) e deterioração (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021)[144] das práticas alimentares – normalmente a regra da precarização da vida cotidiana. Não obstante, Ribeiro Junior (2021, p. 32) assevera: "Os trabalhadores que foram separados dos meios de produção e subsistência e impossibilitados de empregar sua força de trabalho estão condenados ao risco de fome e à fome".

Em 2021, por exemplo, em uma das incursões a campo no município de Raposa – predominantemente rural e historicamente formado por famílias de pescadores e marisqueiros (Oliveira, 1998) – observamos que, na volta dos barcos de pesca a um dos portos da cidade, formava-se uma extensa fila de mulheres com seus filhos, homens e idosos com baldes vazios para receberem as doações dos pescados que não iriam à venda nos mercados e nas feiras da cidade (Imagem 4), fato incomum às dinâmicas cotidianas de um lugar que tem como principal fonte de renda atividades relacionadas diretamente à obtenção e produção de alimentos. O que ocorre com os municípios adjacentes à São Luís (Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar) em um período de avanços dos impulsos modernizantes, sobretudo em áreas de complexos portuários na capital?

[144] Os pesquisadores Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021), ao estudarem a situação alimentar de Camboa dos Frades, comunidade rural de São Luís, a partir de dados coletados em trabalhos de campo e análise de dados oficiais sobre a alimentação da população brasileira (Análise […], 2020), discorrem sobre a perda do valor nutricional e simbólico dos alimentos consumidos e deixados de ser consumidos, – ou seja, sobre a deterioração alimentar – após uma série de processos urbanos na área em questão, derivados do avanço do capital imobiliário, industrial e financeiro na região, como mostremos mais adiante.

Imagem 4 – Fila em região portuária em um momento de doação de pescados no município de Raposa, 2022

Fonte: Antipon, 2022.

Ao estudar as práticas alimentares (todo processo social que envolve produção, aquisição, distribuição, preparo e consumo dos alimentos) à luz dos modos de reprodução do capital e da classe trabalhadora, Ribeiro Junior (2016) defende a tese de que as populações mais empobrecidas, ou seja, aquelas que vivem as consequências da precarização do trabalho ou mesmo do trabalho inexistente, vivenciam, como um dos aspectos da alienação das práticas cotidianas, a alienação também das práticas alimentares. Em outras palavras, o autor reconhece que "os alimentos (na condição de mercadorias) são produzidos, comercializados e consumidos antes para a valorização do capital do que para a satisfação das necessidades dos trabalhadores" (Ribeiro Junior, 2016, p. 60).

Sendo assim, há uma forte relação desta alienação com a própria precariedade da vida urbana. No cotidiano de famílias periféricas – sobretudo aquelas chefiadas por mulheres e em domicílios onde pessoas pretas e pardas são a referência (Análise […], 2020) –, "a quantidade de situações que revelam a alienação das práticas alimentares pode ser interminável" (Ribeiro Junior, 2016, p. 221):

> Não poder produzir os alimentos, ou nem saber como eles foram produzidos; adquirir alimentos em supermercados distantes de casa e que não oferecem a mesma coisa que aqueles de outras partes da cidade; não ter dinheiro para comprar a comida que prefere ou aqueles alimentos que a filha mais gosta; ser obrigada a cozinhar dia após dia em um cômodo que sequer pode ser chamado de cozinha; não ter uma mesa para fazer a refeição com a família; ter medo de que a comida acabe antes de haver dinheiro novamente; sentir o desespero e a depressão (Ribeiro Junior, 2016, p. 221).

Nessa perspectiva, o direito ao território é condição essencial para que a soberania alimentar seja conquistada em contextos rurais e urbanos. Com base em Holt-Giménez[145] (2010) e Leme *et al*. (2022), compreendemos a soberania alimentar como um "princípio que norteia movimentos sociais e organizações que lutam pelo direito dos povos de controlar como os alimentos são produzidos e comercializados em uma sociedade" (Leme *et al*., 2022, p. 95).

Sendo, então, um posicionamento político e "crítico em relação às relações políticas, econômicas e sociais que definem as sociedades capitalistas e transformaram os alimentos em mercadorias cuja produção e comercialização são determinadas pela acumulação de capital" (Leme *et al.*, 2022, p. 96), a soberania alimentar deve ser entendida ao longo desta tese como a possibilidade de os sujeitos realizarem plenamente a reprodução de suas vidas em seus territórios[146].

Assim, conforme ressalta Holt-Giménez (2010, p. 2), sem a propriedade e posse dos meios de produção não há a realização plena desse movimento considerado pelo autor como "*a radical critique of the corporate food regime*", cujas energias estão e devem estar centradas na luta por mudanças estruturais da sociedade, sobretudo servindo "*people of color, smallholders, and low income communities while striving for sustainable and healthy environments*".

Para o autor citado (Holt-Giménez, 2010, p. 3), esse movimento radical seria o único capaz de "*Dismantle corporate agrifoods monopoly power*", promover "*redistributive land reform*", garantir "*community rights to water and seed*", organizar "*regionally based food systems*", construir a "*democratization of food systems*", produzir "*sustainable livelihoods*", ser

---

[145] Economista político estadunidense e ativista pelo direito alimentar.

[146] Concordando com Holt-Giménez (2010) e Leme *et al*. (2022), defendemos o uso do termo "soberania alimentar" em vez de segurança alimentar. Como salientado, para além de sua definição conceitual, a soberania alimentar revela o movimento territorial das lutas por direitos nas sociedades capitalistas, e não o gerenciamento das desigualdades. Nesse sentido, Leme *et al*. (2022, p. 96) argumentam que "A emergência desse princípio está evidentemente relacionada à contraposição da Via Campesina à atuação de organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, que, por meio do conceito de segurança alimentar, fortalecem o 'gerenciamento' da miséria e garantia da continuidade das relações econômicas e sociais que produzem a fome. Por isso, é imprescindível explicitar que a luta contra a fome e a construção da Soberania Alimentar correm o risco de serem capturadas pela ação dos representantes dos grupos dominantes do âmbito político e econômico nas escalas nacional e internacional".

uma ferramenta política, econômica e social de "*protection from dumping/ overproduction*", além de propiciar um "*revival of agroecologically managed peasant agriculture to distribute wealth and cool the planet*" e, constantemente, ser um órgão regulador dos "*markets and supply*".

O período analisado neste capítulo revela justamente como a formação urbana mais recente de São Luís nega tal condição aos seus habitantes periféricos, resultando em uma situação alimentar específica da pobreza urbana: práticas alimentares deterioradas e alienadas (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021), cotidiano de escassez e conformação de um mercado alimentar próprio desses lugares (Antipon, 2017, 2018a, 2020; Antipon; Cataia, 2018).

Nesse sentido, somados à questão fundiária do campo maranhense, cujos resultados são o intenso afluxo populacional para São Luís e o alargamento de sua periferia, cabe também ressaltar alguns eventos intraurbanos da Ilha do Maranhão, os quais são responsáveis pela produção de uma situação alimentar contemporânea complexa e desigual e pela conformação de novos conteúdos da pobreza – sobretudo aqueles relacionados com as distintas formas de sobrevivência na cidade.

Ressaltamos o papel do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado pelo Governo Federal em 2007, tanto na consolidação da região metropolitana da Grande São Luís, quanto na execução dos interesses do mercado imobiliário, expandindo-se para lugares de baixo valor monetário da capital maranhense. Entre 2009 e 2013, o PMCMV "possibilitou a expansão da incorporação em áreas periféricas de São Luís e na zona rural dos municípios de São José de Ribamar e Paço Lumiar" com a "construção de 15.085 unidades habitacionais em São Luís, 12.711 em São José de Ribamar e 5.280 em Paço Lumiar com o objetivo de atender uma população que possui rendimentos de até R$ 1.600,00" (Lopes Rodrigues, 2018, p. 95).

Sem negarmos a importância de programas sociais que permitem a inclusão, por meio do acesso à moradia, de uma parcela da população mais empobrecida, cabe-nos ressaltar que tal avanço do PMCMV culminou na expulsão de pequenos agricultores dos chamados cinturões verdes da ilha do Maranhão (Gomes, 2016; Diniz, 2017), o que fez São Luís adentrar o ano de 2010 com 1.014.837 habitantes (IBGE, 2010), dependendo cada vez mais de um abastecimento alimentar alhures.

Nesse sentido, Diniz (2017) chama a atenção para os efeitos da especulação imobiliária também na diminuição das áreas destinadas às produções agrícolas da cidade – e que serviam, outrossim, de moradia e meio de vida para famílias rurais, muitas do mesmo modo expulsas em

eventos pretéritos do interior maranhense[147]. Gomes (2016, p. 63) também adverte sobre o embate entre as áreas destinadas à agricultura urbana[148] e o avanço do capital imobiliário em São Luís:

> no que se refere à prática da agricultura urbana, esta consiste em uma atividade econômica que se utiliza de espaços de baixo valor monetário e que, por isso, tornam-se de interesse para o mercado imobiliário expandir-se. Novas áreas significam novos empreendimentos. Essa lógica, presente na cidade de São Luís, incentivada e protegida nos seus Planos Diretores, torna-se um obstáculo para o fomento da agricultura urbana.

Além dos efeitos do PMCMV, os sucessivos processos de modernização da região do Itaqui-Bacanga[149] e os consequentes deslocamentos compulsórios de comunidades tradicionais da região, a propósito de atividades do Complexo Portuário de São Luís[150] (Mapa 2), também modificaram de forma significativa o modo de vida e as situações alimentares de comunidades de agricultores familiares, extrativistas, pescadores e marisqueiros da cidade – domicílios que têm como referência pessoas pardas e negras e com baixos rendimentos (Mapa 3), sobretudo aqueles localizados nas comunidades de Vila Madureira, do Cajueiro e em Camboa dos Frades, a sudoeste da Ilha do Maranhão (Mapa 2) (Sant'Ana Júnior, 2016; Cruz; Antipon, 2020; Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021; Cruz, 2022).

---

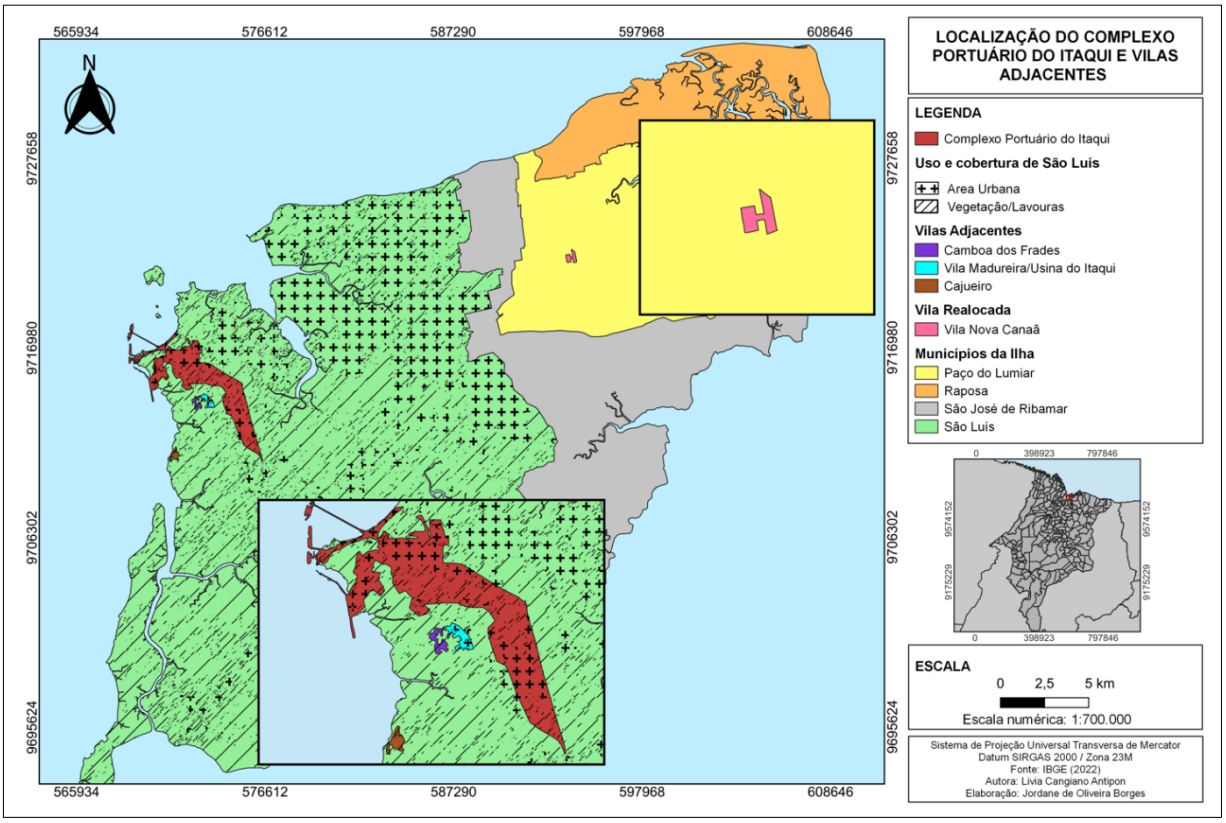
[147] Tais populações rurais expulsas de suas terras originárias do interior do estado e recém-chegadas na capital, "procuram inicialmente um espaço rural disponível onde possam continuar a cultivar a terra. Encontrando-o fixam-se, roçam, cultivam e enfrentam impreterivelmente os grileiros. Com essa experiência tentam novamente, porém de maneira mais organizada. Juntam-se e num grupo bastante grande procuram outro espaço desocupado. Surge novo conflito que dessa vez toma proporções enormes e recebe a denominação de 'invasão'" (Trovão, 1994, p. 88).

[148] Ressaltamos a importância das práticas de agricultura urbana nas cidades, sobretudo em lugares periféricos onde os índices de fome e risco de fome são prevalecentes, caso do Maranhão. Não obstante, em setembro de 2023 o governo federal (PT) criou o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, por meio do Decreto nº 11.700/2023 (Brasil, 2023). Voltaremos ao tema no capítulo 5.

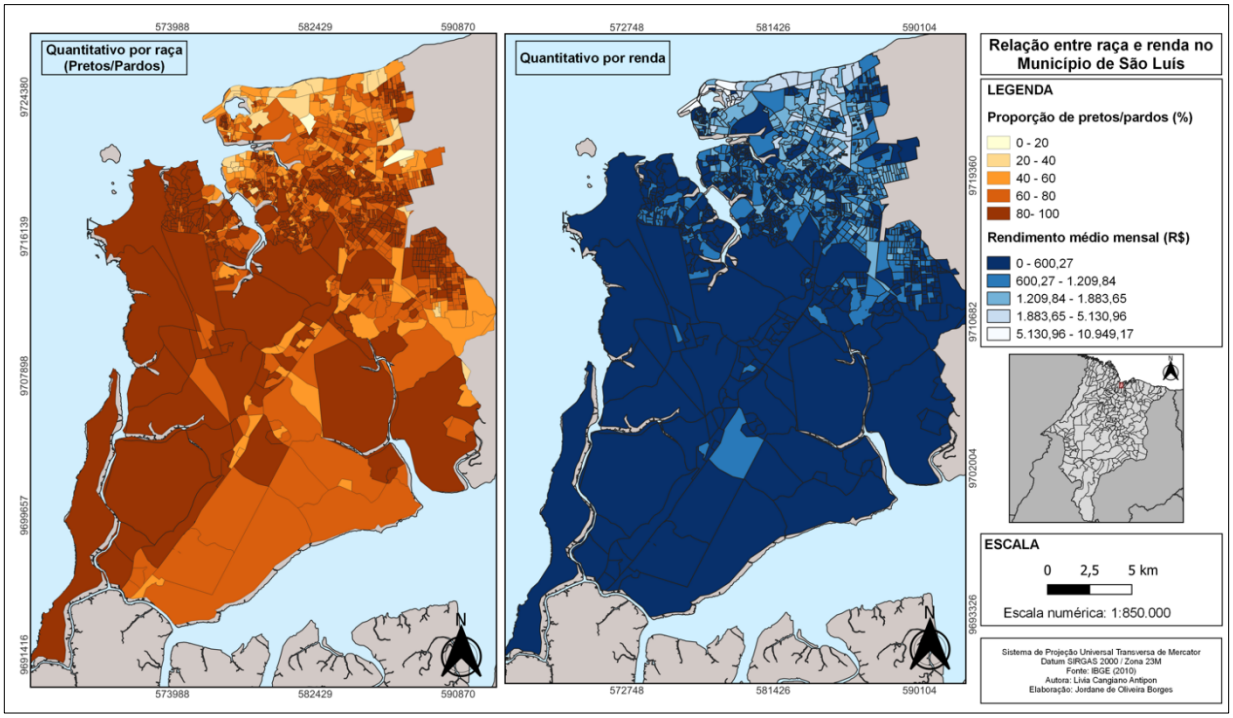
[149] Conforme Cruz (2022, p. 29), tal região é "caracterizada por grandes ocupações urbanas, pelo Distrito Industrial da cidade e por ser um espaço pretérito dos territórios rurais, de comunidades tradicionais. É esse espaço que vai abrigar a população expropriada do campo, haja vista que as condições rurais permitem a reprodução de seus modos de vida". Para Durans (2006), o Itaqui-Bacanga, conjunto de bairros mais empobrecidos de São Luís, é justamente o resultado de outros remanejamentos populacionais consequentes da instalação do Porto de Itaqui, da Alumar e da CVRD.

[150] O Complexo Portuário de São Luís "é composto por um conjunto de portos públicos e privados: Porto da Alumar (de propriedade do Consórcio Alumínio do Maranhão, formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e Rio Tinto Alcan), Terminal Marítimo da Ponta da Madeira (de propriedade da Vale S. A.) e pelo Complexo do Itaqui, formado por Porto do Itaqui, Terminal Pesqueiro do Porto Grande, Terminal da Ponta da Espera, Terminal do Cujupe e Terminal de São José de Ribamar. É administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP)" (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 1)

Mapa 2 – Complexo Portuário do Itaqui e vilas adjacentes. Ilha do Maranhão, 2024



Mapa 3 – Relação entre raça e renda em São Luís, 2010



A título de exemplo das consequências acima postas e buscando pensar essa complexa territorialização das situações alimentares em um dos estados do Brasil com os maiores índices históricos de fome e risco de fome, bem como correlacionar as variáveis "processos de urbanização", "deterioração das práticas alimentares" e "periferização" de São Luís, Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021) analisaram a situação geográfica de Camboa dos Frades[151], uma das comunidades rurais de São Luís, diante de tais eventos modernizantes[152], aprofundando e ampliando a discussão.

Além de sofrer com as instalações do Porto de Itaqui e com as transformações urbanas às quais São Luís, como um todo, esteve submetida desde a década de 1970, Camboa dos Frades apresenta um histórico de eventos deflagradores de mudanças perante o início da implantação da Usina Termelétrica do Itaqui (UTE Itaqui)[153] em 2007 (Sant'Ana Júnior, 2016, Corrêa, 2017) e, mais recentemente, a ampliação do complexo portuário, com início das discussões e apresentação de planos e relatórios em 2015 (Cruz, 2022).

Conforme Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021, p. 1228) apontam,

> o aprofundamento dessas relações entre processos modernizadores e a luta diária para garantir a existência em seus lugares de pertencimento e organização da vida tornou-se uma constante no cotidiano dos habitantes, não somente de Camboa dos Frades, mas de todas as comunidades adjacentes ao Porto do Itaqui, sobretudo quando este se sobressai dentre os sistemas de engenharia portuária da formação socioespacial brasileira, conjugado, em 2015, à oficialização da nova fronteira agrícola do país, o MATOPIBA.

---

[151] "Camboa dos Frades, a noroeste do Núcleo Central da cidade, é composta por aproximadamente quarenta famílias, em sua maioria negras, auto identificadas como pescadoras, extrativistas, agricultoras e marisqueiras" (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021, p. 1225). Para Cruz (2022, p. 115) "A pesca artesanal realizada em Camboa dos Frades, de maneira individual ou coletiva, avulta como importante atividade para a reprodução social de seus moradores. Para garantir o sustento familiar, os pescadores também comercializam parte do pescado na própria comunidade ou em feiras livres e mercados da urbe ludovicense, principalmente na região do Centro Histórico de São Luís".

[152] Conforme Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021, p. 1226), "a dinâmica territorial de Camboa dos Frades, bem como das outras comunidades rurais com as quais ela mantém relações de contiguidade – a exemplo da Comunidade do Cajueiro – conjugou-se ao processo de urbanização de São Luís, claramente marcado pelo processo de espoliação (Kowarick, 1993) que se materializa na precariedade da vida dos sujeitos urbanos e periféricos"

[153] Segundo Corrêa (2017, p. 42, 49-50) "A Usina Termelétrica do Itaqui [construída em uma área de 5 ha a 5 km do Porto de Itaqui e acessível pela BR-135] é um empreendimento que compõe a política energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) […]. O projeto, que já está em operação desde o ano de 2011, teve o direito de implantação adquirindo em 2007 pela empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda., e energia num leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Essa empresa prestou serviços na época para companhia paulista MPX Energia S.A, do grupo EBX, que pertencia ao empresário Eike Batista, especializada no ramo de geração de energia, com outros empreendimentos no país (Complexo Parnaíba, no município de Santo Antônio dos Lopes/MA e Pecém II/CE)".

Embora Camboa dos Frades, ao contrário da comunidade do Cajueiro (Cruz; Antipon, 2020; Cruz, 2022), não tenha sofrido diretamente processos de expropriação, Sant'Ana Júnior (2016), Corrêa (2017) e Cruz (2022) expõem eventos cruciais cujos impactos foram sentidos na organização das práticas alimentares (comprometimento e/ou interrupção) (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021) dessa comunidade e acabaram forçando seus moradores a redefinirem seus meios de vida, e até mesmo as pautas de suas reivindicações pelo direito ao território.

Não obstante, observa-se em Camboa dos Frades, Cajueiro e na região do complexo portuário como um todo, a ampliação do escopo de luta por "direitos territoriais […] na medida em que tais direitos são associados à defesa de direitos ambientais, provocando o que José Sérgio Leite Lopes (2006) denomina de ambientalização dos conflitos sociais" (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 283). Ainda para Sant'Ana Júnior, (2016, p. 283, grifo nosso),

> A experiência social resultante desses processos de deslocamento refletiu também nas comunidades que não foram deslocadas. O conjunto de comunidades do sudoeste de Upaon-Açu constituiu, historicamente, um grande território tradicional, com relações de amizade, de parentesco e de compadrio, troca de produtos, compartilhamento de atividades festivas, religiosas e culturais. Assim, os deslocamentos de algumas comunidades desestabilizaram essas relações e geraram a percepção de que novos deslocamentos, com todas as suas consequências, seriam possíveis a qualquer momento. Para algumas lideranças locais, reunidas, principalmente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica (Alves, 2014), foi se configurando a necessidade de buscar *instrumento de garantia de controle e uso de seus territórios*[154], incluindo os locais de moradia, das atividades agrícolas, do extrativismo vegetal, da pesca e da coleta de mariscos.

Uma situação emblemática ocorreu em 2009. Durante a implementação da UTE Itaqui, as 95 famílias da comunidade rural e pesqueira de Vila Madureira – localizada nas proximidades do Porto do Itaqui, às margens da BR-135, e com a qual Camboa dos Frades mantinha estreitos laços de solidariedade (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021; Cruz, 2022) – foram expropriadas de suas terras e realocadas de maneira compulsória a 40 km de distância de sua formação

[154] Desde que tais populações têm vivido esses processos coercitivos, diretos e indiretos, muitas lideranças colocam como necessária, por exemplo, a constituição de Reservas Extrativistas – um instrumento legal, no qual os moradores "consideram ser seus direitos territoriais" (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 283). Ainda que seja outro tipo de territorialização e em outro lugar, ao entrevistar, com os pesquisadores Adriana Salay Leme, José Raimundo Sousa Ribeiro Junior e Lis Blanco, uma série de associações que prestaram assistência alimentar durante a pandemia de Covid-19 (entre 2020 e 2021), também observamos uma conexão muito próxima (do que podemos chamar de "lutas territoriais" e "resistências anticapitalistas") com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo. Segundo Frederico (Instituto Socioambiental), líder do projeto "Conexão Quilombo-Favela", que comprava alimentos produzidos por quilombos e os doava para a periferia da zona oeste da cidade de São Paulo, "as estratégias de manter essas comunidades (quilombolas), consumir de suas produções, serve, por exemplo, para barrarmos a entrada da mineração, do desmatamento" (Leme *et al*., 2022, p. 93).

original (ou seja, longe do mar), no que viria a ser a Vila Nova Canaã, em Paço do Lumiar (Mapa 2).

Antes de adentrarmos nas consequências diretas desse evento para a comunidade de Camboa dos Frades, alguns dados decorrentes da expropriação e realocação dessas famílias merecem atenção – sobretudo porque indicam como as periferias da região metropolitana passam a se organizar econômica e politicamente no período contemporâneo.

Conforme aponta Corrêa (2017), em Vila Nova Canaã, zona rural do município de Paço do Lumiar – periferia da região metropolitana de São Luís –, observou-se uma mudança significante nas formas como tais famílias passaram a se organizar para aquisição de renda e inserção no mercado de trabalho. Uma vez longe do mar e encontrando dificuldades para se manterem em trabalhos de produção agrícola e extrativistas na área de produção agrícola comunitária reservada para eles[155], esses sujeitos tiveram de enfrentar, entre outras, as seguintes mudanças nas atividades agora desenvolvidas:

- **aumento de pessoas "autônomas/comerciantes".** Se em Vila Madureira apenas 10% da população se ocupava nesses postos de trabalho, na Vila Nova Canaã, Corrêa (2017) observa um aumento para mais de 30% nesta ocupação. Não fica claro no estudo em quais bairros os moradores exerceriam tais atividades, no entanto, entre aquelas realizadas na própria Vila Nova Canaã sobressaem-se os comércios de alimentação (mercadinhos, vendinhas, padarias, carrinhos de comida, restaurantes e entrega de marmitas) como única forma de obtenção de renda, mas também como meio de aproximar tais estabelecimentos/serviços de seus convívios diários, uma vez que o Núcleo Central do novo município ou as centralidades de outros bairros são distantes, sobretudo devido à mobilidade urbana deficitária da região metropolitana de São Luís;
- **ampliação de mulheres donas de casa.** Enquanto na antiga comunidade essas mulheres compartilhavam uma organização do trabalho com seus familiares e companheiros – especialmente nas atividades ligadas à pesca, agricultura e ao extrativismo (Cruz, 2022)

[155] No plano de realocação dessas famílias para Vila Nova Canaã foi destinada pela empresa responsável por implementar a UTE Itaqui uma área de 6 hectares para o desenvolvimento do Polo Agrícola Nova Canaã, uma vila agrícola comunitária. Além de acompanhamento técnico, pagamento por um período de auxílio para permanência dos trabalhadores, transporte entre as casas e o polo por seis meses, também foi construído um mercado comunitário para que tal produção pudesse ser revendida. Corrêa (2017), ao longo de sua dissertação de mestrado, expõe as dificuldades que os moradores encontraram para se manterem nessa atividade – os dados de diminuição de pessoas ocupadas entre 2012 e 2016 e os relatos dos moradores comprovam a arbitrariedade do projeto "comunitário": a começar pela distância de 5 km das novas residências, realidade muito distante das quais viviam os antigos moradores de Vila Madureira, cujas produções eram realizadas em seus próprios quintais. Outro dado que chama atenção é que, embora no Polo Agrícola Nova Canaã fossem produzidos alimentos suficientes para comercialização no novo mercado, não havia um público consumidor que sustentasse tal atividade, fazendo com que tal fixo se mantivesse fechado a maior parte dos dias da semana.

–, no novo lugar 30% delas ficam ocupadas em atividades domésticas, um aumento de 20% com relação ao antigo lugar[156];

- **inversão nos serviços gerais.** Embora Corrêa (2017) não especifique quais serviços sejam esses, aponta que em Vila Madureira menos de 10% das famílias se ocupavam nessas atividades, enquanto em Vila Nova Canaã esse número chega a 10%;
- **diminuição nas atividades de lavrador.** Se em Vila Madureira essa atividade representava 20% das pessoas ocupadas, agora ela não chega a 10%;
- **extinção das atividades de criação de animais, pesca e reciclagem.** Essas atividades, que eram consideradas os principais meios de obtenção de renda e acesso ao alimento na antiga comunidade, desaparecem na Vila Nova Canaã.

Além das evidentes mudanças nos meios de vida das famílias de Vila Madureira, neste processo Camboa dos Frades acaba perdendo seu principal parceiro de trocas alimentares (monetárias e não monetárias) e de serviços, e ainda o acesso à principal via que conecta o núcleo urbano de São Luís (meio de conexão da comunidade aos mercados centrais, equipamentos de saúde, educação, cultura e mobilidade urbana) à zona rural da cidade: a BR-35, uma vez que a UTE Itaqui se instala nessa passagem.

Camboa dos Frades compartilhava cotidianamente com a antiga Vila Madureira tanto as atividades agroextrativistas (produção de mandioca, feijão, milho, hortaliças e as rotas de pescarias) quanto as comunitárias, a exemplo da associação de moradores (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021). Ambas viviam reunidas, material, política e simbolicamente, para que a vida de fato acontecesse entre os seus habitantes.

Os desmatamentos e assoreamento dos manguezais, resultantes da instalação da Usina, somam-se a essas dificuldades, impondo mudanças nas práticas cotidianas de

[156] Os trabalhos de campo realizados indicam que, além das ocupações domésticas, como mostraremos nos próximos capítulos desta tese, muitas mulheres negras advindas dessas situações de expropriação/periferização (não apenas em Vila Nova Canaã) também estão ocupadas em atividades do circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a). É sob esse viés da precarização do trabalho da mulher negra que Gonzales (2020, p. 58) adverte: "Excluída da participação no processo de desenvolvimento (desigual e combinado, não esqueçamos), ficou relegada à condição de massa marginal crescente: desemprego aberto ou não, ocupação 'refúgio' em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc.". Imersos nas leituras de Gonzales (2010), interpretamos "ocupação refúgio" como atividades associadas ao *circuito inferior da economia urbana*. Santos (1979a, p. 201) inclusive aponta que "esse 'pólo marginal da economia' (Quijano, 1971b, p.318), também chamado 'terciário primitivo' (J. Beaujeu-Garnier, 1965a) ou 'terciário refúgio' (D. Lambert, 1965), é um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos, por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno".

Camboa dos Frades – sobretudo as alimentares. Impossibilitadas, de certa forma, de continuarem com a pesca e separadas 40 km uma da outra, ambas as comunidades passam a vivenciar os projetos de desenvolvimento – desigual e combinado (Smith, 1988) – de uma metrópole que se estrutura corporativamente, fragmentando-se. Um clássico do fenômeno urbano brasileiro (Santos, 1990).

Ocupação em novos postos de trabalho, perda de terras, interrupção de práticas alimentares já consolidadas e constituídas no meio são acompanhadas em Camboa dos Frades, segundo Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021), da dependência de doações de cestas básicas e até mesmo da dificuldade de as crianças acessarem as escolas e usufruírem da alimentação escolar – em razão do bloqueio da BR-135:

> O isolamento de Camboa dos Frades dificultou, e muitas vezes inviabilizou, as atividades comerciais dos alimentos ali pescados ou plantados e revendidos em outras localidades da cidade. Além disso, conforme noticiado em 2009, crianças e adolescentes passaram a caminhar diariamente 3 km para chegar à BR-135, por onde passa o transporte escolar […]. Isso prejudicou seu acesso à alimentação escolar, uma vez que quando não chegam a tempo perdem o dia de aula e a refeição que lhes seria oferecida, dificultando, portanto, sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021, p. 1227).

Se com a instalação da UTE Itaqui, mesmo não sendo expropriada diretamente de suas terras, a comunidade de Camboa dos Frades já apresentava todo um processo de deterioração de suas práticas alimentares, impulsionando seus moradores a buscar outras formas de organização econômica, mais recentemente, a partir de 2015, a comunidade viu sua situação piorar. Com a demanda pela expansão das infraestruturas portuárias para o escoamento das *commodities* via Porto do Itaqui, a Emap[157], em parceria com a empresa Suzano Papel e Celulose S.A[158], reuniu esforços para implementar o projeto de ampliação do porto nas áreas do Distrito Industrial de São Luís (Disal) e no restante dos território rurais adjacentes, avançando sobretudo nas áreas do Cajueiro e de Camboa dos Frades.

Diferentemente da comunidade do Cajueiro – a qual vivenciou um processo direto de expulsão em virtude desta ampliação (Cruz, 2022) –, os moradores de Camboa dos Frades não receberam nenhuma ordem de despejo de suas casas com os novos projetos. No entanto, devido

[157] A EMAP, em 2017, apresenta o *Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaqui* (Brasil, 2018) e, em 2019, o *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui* (PDZ) (Emap, 2019) – documentos centrais que guiam os discursos e ações hoje presentes na área em questão.

[158] Segundo Cruz (2022), tal empresa, como forma de facilitar o escoamento dos fluxos em questão, ficou responsável por implementar instalações para movimentar e armazenar a carga geral, além de desenvolver e facilitar o acesso do escoamento entre os modais portuários, rodoviários e ferroviários.

à degradação ambiental causada na área – com a alteração da qualidade da água, solos e manguezais poluídos –, às restrições de navegação e pesca em locais antes usados como fonte de obtenção alimentar e ao aumento de tráfego de veículos pesados, os moradores passaram a vivenciar uma intensificação das dificuldades já experienciadas desde 2007. Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021, p. 1229) alegam justamente que

> a impossibilidade de realizar suas atividades econômicas e de subsistência, majoritariamente em torno da pesca, culminou em um processo renovado de comprometimento e/ou interrupção das práticas alimentares, o que por sua vez prejudica ainda mais a situação alimentar desses moradores.

Embora as empresas mencionadas tenham previsto em seus planos de desenvolvimento (Emap, 2019) meios de formação e geração de emprego para as comunidades em questão, Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021, p. 1230) expõem as dificuldades de tais sujeitos em se inserirem em outros trabalhos que gerem renda, após suas principais atividades econômicas e de subsistência terem sido profundamente afetadas:

> Trata-se de trabalhadores com mais de 40 anos, habituados às atividades tradicionais atreladas ao entorno, com baixa ou nenhuma escolaridade; não conseguem, portanto, encontrar trabalho, ou se encontram, certamente inserem-se na pauperização da vida urbana.

Isto pois,

> não há qualquer garantia de que os trabalhadores encontrarão emprego para sua força de trabalho, aspecto acentuado pela crise do trabalho (DAMIANI, 2008). Daí a necessidade de considerar que se reproduzem enquanto força de trabalho potencial, pois a existência de uma população excedente em relação à demanda do capital por força de trabalho (superpopulação relativa) é produto necessário da acumulação capitalista. Do ponto de vista do capital, a existência de uma oferta de força de trabalho superior a sua demanda, não apenas garante a existência de um estoque de mão de obra que pode ser necessária em momentos de expansão, como também exerce pressão sobre a remuneração daqueles que estão empregados. Por sua vez, para os trabalhadores fazer parte da superpopulação relativa significa estar contínua ou intermitentemente impedido de obter os recursos necessários para sua manutenção e reprodução (Ribeiro Junior, 2021, p. 31).

Ainda como um "braço" desse movimento de modernização do estado associado às dinâmicas do agronegócio e toda logística de escoamento da produção nacional – e que atinge diretamente, entre outras, as áreas aqui estudadas –, temos na análise o Novo Plano Diretor de

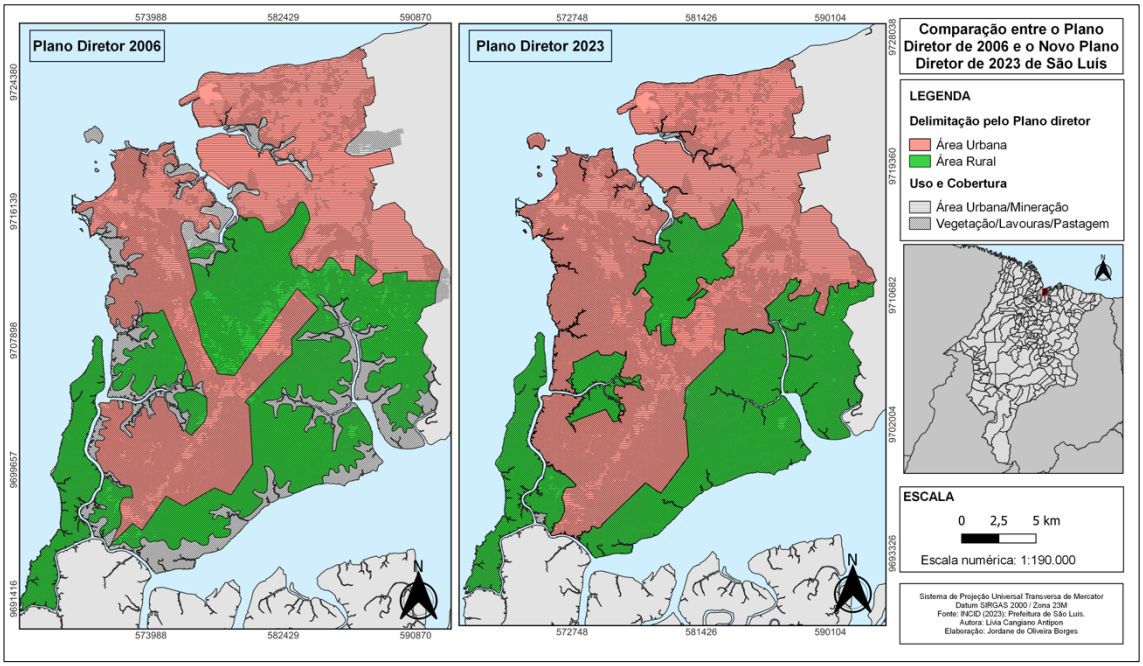
São Luís e a revisão da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (São Luís, 2023), pensando sua relação com as dinâmicas urbanas contemporâneas da Ilha do Maranhão.

É importante relatar que o novo plano acompanha a tendência da urbanização brasileira de, nos últimos anos, intensificar a "implantação de políticas neoliberais" (Xavier, 2019, p. 209).

> No Brasil destaca-se a implantação de *modernizações normativas* conduzidas por uma perspectiva na qual cabe sobretudo ao Estado criar um ambiente adequado aos negócios, o que pressupõe que grande parte das políticas setoriais gravitem em torno da *necessidade de tornar o uso do território mais viável às empresas e investidores financeiros que buscam maior rentabilidade, eficácia e competitividade em seus negócios* (Xavier, 2019, p. 209, grifo nosso).

Sancionado pelo então prefeito Eduardo Braide (Partido Social Democrático – PSD), o documento (São Luís, 2023) amplia em 41%[159] o perímetro urbano sobre as áreas rurais de São Luís (Mapa 4), entre outras mudanças.

Mapa 4 – Planos Diretores de São Luís, 2006 e 2023



[159] "A mais intensa dessas transformações seria que a área rural do município sofreria uma redução de 41%, passando dos atuais 20.820 hectares, se reduzidas as áreas protegidas previstas no macrozoneamento ambiental, para 12.177 hectares. Parte considerável dessa transformação ocorreria na Área de Proteção Ambiental do Maracanã. Em outras palavras, 8.643 hectares de área rural seriam transformados em área urbana" (Burnett; Zagallo; Santos, 2020, p. 561).

Como apontam Burnett, Zagallo e Santos (2020), o então novo eixo de expansão urbana, centrado na ampliação de ferrovias e rodovias, modificará a movimentação dos fluxos de trabalhadores e de capital na cidade, desarticulando terras – sobretudo do sul, centro e oeste de São Luís, como observado no Mapa 4 – cujos usos históricos servem para as práticas rurais, ou seja, para viver do que se extrai do mar e da terra. Segundo os mesmos autores (2020, p. 557), "o novo estatuto urbano disponibiliza imensas glebas de terras para produção imobiliária com usos residenciais e industriais, ao tempo que desestabiliza práticas rurais consolidadas em centenárias regiões".

Além de mais um processo futuro de ampliação de expropriações das comunidades tradicionais (agroextrativistas, pesqueiras e marisqueiras) de seus lugares de reprodução da vida, tanto o aumento por demandas de infraestrutura urbana, quanto os efeitos ambientais já são claros e extrapolarão os limites de São Luís, atingindo todos os outros municípios da Ilha do Maranhão – São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Assim, Burnett, Zagallo e Santos (2020, p. 557), salientam que "há muito tempo no limite de sua capacidade de atendimento das necessidades urbanas", de modo que o poder municipal encontrará dificuldades de se comprometer com essas novas estruturas da urbe, principalmente aquelas já existentes e que também serão densificadas em áreas de extrema precariedade. Os autores ainda indicam que tais municípios (sobretudo São José de Ribamar e Paço do Lumiar), por se comportarem historicamente "como reservas de terras baratas para as expansões residenciais populares – via produção estatal ou autoconstrução […]", serão majoritariamente os lugares onde a busca por novas glebas para uso residencial e industrial vai se "intensificar, acelerando processos de conurbação hoje já sem controle quanto à regularização urbanística e fundiária" (Burnett, Zagallo e Santos, 2020, p. 558).

A denúncia de tal situação, nomeadamente dos casos relacionados à degradação ambiental, já é recorrente nas falas dos interlocutores de pesquisas realizadas na região do Itaqui-Bacanga[160], mesmo antes de as mudanças previstas ocorrerem. São unânimes os sentimentos de receio e impotência diante do fato de que as águas já são poluídas e os pescados

[160] Entre 2019 e 2023 realizamos uma série de trabalhos de campo, junto com pesquisadores e pesquisadoras do Grupo Marielle-Uema, nas comunidades pesqueiras de São Luís, Raposa e São José de Ribamar, em razão dos projetos (i) Direito ao Mar: Economia Costeira da Região Metropolitana da Grande São Luís, coordenado pelos Profs. Drs. Márcio Cataia (Unicamp/Fapesp) e Cristiano Nunes Alves (Uema/Fapema); e (ii) Uso do Território e Direito ao Mar: Economia Política em Cidades do Litoral Brasileiro, coordenado pelo Prof. Dr. Márcio Cataia (CNPq). O objetivo central dessas pesquisas, e que se relaciona diretamente com esta tese, foi entender como as cidades litorâneas brasileiras, sobretudo as da Ilha do Maranhão, são capazes de produzir uma economia costeira organizada pelo que reconhecemos como os dois circuitos da economia urbana (Santos, 1979a).

contaminados (i) pela presença de indústrias próximas às regiões de pesca[161]; (ii) pela existência de resíduos sólidos resultantes da falta de infraestrutura para saneamento básico desses municípios, sobretudo em suas regiões periféricas e rurais; e (iii) pelo crescimento vertiginoso da região metropolitana, sentido especialmente em São José de Ribamar[162], com a expansão dos condomínios residenciais a partir de 2010, como já citado.

A intensificação das desapropriações de terra somada à contaminação dos cursos d'água e pescados acabam por alterar as práticas e situações alimentares das cidades e os meios de obtenção de renda, principalmente de sujeitos expropriados e precarizados, impondo, portanto, uma reorganização econômica dessas famílias.

Se tais impulsos modernizantes do Complexo Portuário de São Luís – região de ocupação, como já salientado, historicamente negra – ocorrem junto com a mudança do Plano Diretor de São Luís e da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, mais uma vez estamos diante de normatizações urbanas racistas regendo a capital do Maranhão.

Imprescindível, então, é ressaltar a problemática racial em tela, refletindo como tais projetos de expansão urbana afetam diretamente a soberania alimentar de pessoas negras[163], conformando cada vez mais uma distinção racial da situação alimentar entre os diferentes lugares da cidade contemporânea.

Assim, para Gilmore (2022, grifo da autora, p 107),

> *While there is no legitimate biological basis for dividing the world into racial groupings, <u>race</u> is so fundamental a sociopolitical category that it is impossible to think about any aspect of globalization without focusing on the* […] *<u>racism</u>.*

[161] Muitas comunidades pesqueiras entrevistadas citaram as ações da Gees S/A (https://risasa.gupy.io/) e Raizen (https://www.raizen.com.br/), ambas empresas presentes em São Luís.

[162] Conforme o último censo (IBGE, 2022), São José de Ribamar aumentou em 51,03% a sua população com relação ao censo anterior, de 2010. Hoje, com 244.579 pessoas, ele é o terceiro maior município do Maranhão, ficando atrás de São Luís e Imperatriz, respectivamente.

[163] Como aponta Cruz (2022, p. 29), "Trata-se de grupos tradicionais atravessados pela modernização seletiva – fortemente ligados à construção política, econômica e cultural do Maranhão e de suas cidades. Estes sujeitos historicamente construíram suas territorialidades nas chamadas 'Terras de Pretos ou Comunidades Negras Rurais Maranhenses' (Almeida, 2004), constituídas a partir de 'fazendas falidas, doações de terras para ex-escravos, compra de terra pelos escravos livres, formação de quilombos, mocambos e terras de ordens religiosas' (Costa, 1995, p. 2)". Especificamente para Camboa dos Frades o mesmo autor salienta (p. 115): "conforme relato de moradores como o Seu Alberclan, a formação do território se dá com a chegada dos negros; nesse sentido, 'os primeiros moradores eram escravos fugidos, da Ana Jansen. Eles fugiam de Alcântara e de São Luís, pegavam o barco e vinham se acabar nesse território, isso já era pelas bandas de 1840 e 1860. Então esse território tinha muito negro, muita gente escura' (entrevista concedida 2021)".

Nesse mesmo sentido, ao abordar as tecnologias do racismo, Gonzales (2020, p. 35), admite que

> um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos […]. É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficiência estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multinacionais contemporâneas.

Ora, os impulsos do grande capital e a reorganização urbana decorrente desse processo se sobrepõem, como demonstram os Mapas 2, 3 e 4, justamente nos territórios negros e mais empobrecidos de São Luís. Para Rizzatti (2020, p. 28) – geógrafa cuja tese reconhece a urbanização brasileira como coorporativa e interseccionalizada, bem como os processos de sua segregação – "embora a modernização capitalista tente negar, ela é totalmente dependente destas diversidades às quais explora, domina, violenta, oprime, desaparece e mata".

Os resultados de tal processo, em termos espaciais, são tanto a densificação cada vez maior das periferias da cidade por pessoas negras em constante expulsão (Cruz, 2022), quanto a conformação de práticas alimentares deterioradas e experienciadas, sobretudo, por esta população em condição de pauperização.

Ribeiro Junior, Cruz e Antipon (2021, p. 1222), ao analisarem os dados do IBGE (Análise […], 2020) de fome e risco de fome no território brasileiro, entre 2017 e 2018, assinalam a correlação entre domicílios negros e o fenômeno em questão:

> uma vez que os rendimentos são de muitas formas atravessados e determinados pelas questões raciais, 45,5% dos domicílios que tinham uma pessoa preta ou parda como referência estavam em situação de fome ou risco de fome, enquanto essa taxa era de 26,1% naqueles que tinham como referência uma pessoa branca.

No mesmo viés, Blanco *et al*. (2023, p. 203) argumentam que

> Em um país atravessado pelo racismo e pelo patriarcado, a inserção no mercado de trabalho é determinada pelas questões raciais e de gênero. Assim, ao considerarmos as diferenças entre as médias salariais entre homens (R$ 2.474) e mulheres (R$ 1.909), e pessoas pretas e pardas (R$ 1.663) e brancas (R$ 2.884) em 2019 (IBGE, 2020), temos mais um elemento para compreendermos como a fome se materializa mais ampla e intensamente em determinados corpos.

Assim,

> em um mundo caracterizado pela opressão e dominação racial, que não se extinguiram com os processos de abolição da escravatura, não são as oportunidades que determinam se uma pessoa conseguirá ou não empregar sua força de trabalho. Pelo contrário, as oportunidades de empregar a força de trabalho (e em que condições ela será empregada) são determinadas por sua raça ou cor da pele, fazendo com que no Brasil pretos e pardos sofram desproporcionalmente com o desemprego, o subemprego, a informalidade e a baixa remuneração (Ribeiro Junior, 2021, p. 33).

Esta tese vem comprovando que as privações cotidianas, sobretudo das populações negras de São Luís, são imensas e estruturais, a começar pelo mais elementar: como mostraremos mais adiante, boa parte da população maranhense não sabe se terá formas de obter o alimento antes de o mês acabar, ou simplesmente não acessa os alimentos; vive em risco de fome e fome permanente.

Como sobrevivem – com acesso a alimentação, moradia, formas, conteúdos e organização do trabalho, equipamentos de saúde, transporte, educação, cultura etc. – tais sujeitos em seus novos lugares ou em suas terras histórica e cotidianamente colocadas sob disputa, violência, desarticulação, normas proibitivas de realização plena da vida? Existiria, então, uma economia que nasce da pauperização e abriga tais sujeitos em constante privação?

2.3 Do aprofundamento da fome à economia da pobreza

É importa ressaltar que nos últimos anos, mais especificamente entre 2016 e 2022, somou-se a esses atuais processos de modernização no Maranhão e às mudanças legislativas do eixo de expansão urbana em São Luís um contexto de desmantelamento de políticas públicas voltadas às questões alimentares em território nacional.

Embora essa questão seja trabalhada mais detidamente no último capítulo da tese, cabe apontarmos que, por exemplo, no primeiro dia de mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (Brasil, 2019a), decretou-se a extinção do Consea. No mesmo período de governo (2019-2022), realizou-se o desmonte da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (Antunes, 2020). Além disso, com uma política de redução dos salários mínimos (Welle; Furno; Bastos, 2022), o Brasil vivenciou a alta dos preços dos alimentos, ao mesmo tempo que presenciou os severos ataques ao *Guia Alimentar para a População Brasileira* (Brasil, 2014; Manifestação […], 2020; Torres, 2020).

A despeito de a pandemia de Covid-19 acelerar e agravar os quadros de pauperização – logo, o risco de fome e a fome – da população brasileira, muito antes desse contexto os dados do IBGE (2017) revelavam que no estado do Maranhão 52,4% da população sobrevivia com menos de R$ 406,00 por mês. Assim, boa parte da população ludovicense já convivia com vulnerabilidades alimentares mesmo antes de a pandemia se espraiar em território nacional. Essa informação é relevante para compreendermos tal fenômeno em sua característica estrutural[164].

Não obstante, o penúltimo relatório publicado pelo IBGE (Análise […], 2020) sobre insegurança alimentar no Brasil destaca o Maranhão como o estado em que 66,2% da população vivencia o fenômeno do risco de fome (35,2% em insegurança alimentar leve) e fome (30,9% em insegurança alimentar moderada e grave) – a maior porcentagem do Brasil[165].

Somam-se a isso os fatos de que apenas 32,8% da população maranhense tem acesso aos direitos básicos, como o salário mínimo (IBGE, 2017), e de que a grande maioria vive em contato com a falta de acesso aos mecanismos de proteção social, uma vez que as menores proporções de trabalho formal do Nordeste encontram-se no Maranhão. O estado detinha, à época, igualmente o menor rendimento médio mensal habitual da nação: R$ 1.123,00.

Ressalta-se na análise que, no primeiro trimestre de 2020, apenas 22,32% da população de São Luís possuía empregos formais. Entre o ano de 2018 e o primeiro trimestre de 2020, o aumento do trabalho na dita informalidade foi uma característica proeminente da cidade: constatou-se um crescimento de 156,52% de trabalhos informais, ou seja, 92 mil pessoas a mais, totalizando 20% da população ludovicense – 236 mil empregados – vivendo da informalidade (Ribeiro Filho, 2020).

O salário mínimo brasileiro, de fevereiro a dezembro de 2020, era de R$ 1.045,00 (Dieese, 2020)[166]. Em São Luís (Ribeiro Filho, 2020), os trabalhadores formais (22,32% da população), entre 2018 e o primeiro trimestre de 2020 ganhavam aproximadamente R$ 1.462,00. Já a média salarial dos empregos informais nesse mesmo período, referentes a 20% da população de São Luís, foi de R$ 2.532,00. Ainda que o valor dos salários no meio

---

[164] Embora os dados de risco de fome e fome já tenham sido atualizados por outras instituições de pesquisa – que inclusive se utilizam da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), pós-pandemia (Rede Penssan, 2021, 2022) –, como escolha metodológica trabalharemos neste momento da tese com os dados gerados pelo IBGE, antes de a crise sanitária se instalar no país. Cf. próxima nota de rodapé.

[165] Tal estudo tem como base Ebia, "uma escala psicométrica, que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da *percepção e experiência* com a fome" (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014, p. 3, grifo nosso).

[166] Conforme consta no artigo 7, inciso IV da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o salário mínimo deve ser capaz de atender as necessidades vitais básicas de qualquer trabalhador urbano e rural "e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim".

informal seja maior, não há informações do tempo destinado ao trabalho em ambos os casos – muito provavelmente, parte desses trabalhadores ditos informais vive no que reconhecemos como precarização do trabalho (Antunes, 2018; Standing, 2019), cujas características, entre outras, são a grande quantidade de tempo despendido para aumentar a renda mensal, o acúmulo de atividades, além do trabalho intermitente, da falta de benefícios, das incertezas quanto aos ganhos diários.

Apesar de não haver informações oficiais sobre o valor da cesta básica em São Luís[167], a média brasileira de gastos mensais com isso, em março de 2020, foi de R$ 450,99 (Dieese, 2020). Associando os dados nacionais sobre gastos com cestas básicas à análise dos salários dos trabalhadores formais e informais da população ludovicense, podemos afirmar que, para o trabalhador dessa cidade garantir sua sobrevivência – incluindo todas as variáveis propostas para a composição do salário mínimo –, o ganho pelo seu labor deveria ser quatro vezes maior do que o mínimo estipulado[168].

Quando analisamos os dados da última POF (Análise […], 2019), chama atenção a disparidade de gastos com alimentação entre as classes brasileiras. Famílias com baixos rendimentos, estipulados em R$ 1.908,00/mês – aproximadamente metade da população ludovicense (Imesc, 2020) –, gastam em média R$ 328,75 com alimentação, sendo 20,6% desse valor destinados à alimentação "fora do lar" e 79,4% à alimentação "nos domicílios".

Por sua vez, as famílias brasileiras com maiores rendimentos mensais, acima de R$ 23.850,00, gastam uma média de R$ 2.061,34/mês com alimentação – mais do que o próprio rendimento mensal total da classe mais empobrecida. Os gastos mensais fora do domicílio, para a população mais rica, são de R$ 1.035,86; ou seja, 50% do montante de gastos com alimentação são destinados aos estabelecimentos nas ruas. Assim como os gastos dentro do lar, cujo valor estimado é de R$ 1.025,48/mês, 49,7% do orçamento total vai para a alimentação (Análise […], 2019).

A fim de debater politicamente os dados descritos (Desrosières, 2014), e sabedores do papel da grande cidade no período contemporâneo, questionamos: diante de todo um processo de pauperização da vida urbana, explicitada tanto nas situações refletidas ao longo do texto quanto nos dados oficiais, como estariam se alimentando os sujeitos urbanos periféricos? Em quais lugares da cidade e com qual frequência esses sujeitos estariam conseguindo concretizar seus atos restauradores, bem como realizar o abastecimento alimentar de suas casas e de seus estabelecimentos comerciais? Como seriam as práticas alimentares dessas pessoas em seus

[167] O último dado encontrado é de 2013 (Seplan, 2013).
[168] O salário necessário, estipulado para março de 2020, foi de R$ 4.366,51 (Dieese, 2020).

lugares de trabalhar e de viver? Seriam práticas suficientes para restaurar suas energias e de seus pares familiares? Ou seriam práticas alienadas e deterioradas? As mulheres teriam centralidade na aquisição, no preparo e na comercialização dos alimentos? Quais pessoas, brancas ou negras, comporiam a parcela da população com os menores e os maiores gastos destinados à alimentação? E quais delas estariam organizando um circuito alimentar popular na cidade como forma de garantir a sobrevivência cotidiana?

Por outro lado, além de São Luís apresentar para o ano de 2016 uma forte concentração de renda (33,3%) em relação aos outros 216 municípios maranhenses (IBGE, 2017), ela é classificada como o quinto lugar do estado com maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Certamente essa outra parte da população ludovicense, com os maiores rendimentos mensais, vive uma relação com o *se alimentar* distinta daquela estabelecida pela maior parte empobrecida. Em quais lugares da cidade essa parcela de maior renda se alimenta e se abastece? Quais são os tipos e as quantidades de refeições ingeridas que demarcam a diferença entre esses dois grupos?

Vale pontuar que em todos os lugares, mas com maior complexidade nas cidades, as práticas alimentares relacionam-se com as etapas da produção *lato sensu*: produção, distribuição, comércio e consumo. Estas etapas mostram-se relevantes para a compreensão mais profunda do aspecto sociocultural, econômico e, sobretudo, espacial da alimentação e da cidade, ou seja, para um conhecimento sistemático das situações alimentares de cada lugar.

Deste modo, também é essencial refletir sobre o circuito espacial produtivo da alimentação nos contextos urbanos (Barrios, 1976; Santos, 1986; Moraes, 1991; Arroyo, 2008, 2012; Xavier, 2009). Ou seja, saber os tipos de alimento que estão sendo comercializados, seus lugares de origem, os objetos e sistemas técnicos envolvidos nessas atividades, os meios pelos quais os alimentos estão sendo dinamizados pelos territórios, os trabalhadores organizadores desse circuito, a parcela da população dependente de diferentes mercados para a sua restauração, além do tempo destinado para esse momento de reprodução da vida, possibilita uma compreensão acerca da dinâmica das práticas alimentares na cidade e, sobretudo, acerca das diferentes organizações estabelecidas pelos sujeitos responsáveis pela restauração alimentar urbana.

Em pesquisa anterior (Antipon, 2017), observamos que nas grandes cidades a dicotomia entre o viver e o trabalhar – divisão artificial imposta pelo modo de produção capitalista (Harvey, 1982) –, ao obrigar os trabalhadores a reproduzirem parte de suas forças nas ruas, desencadeia o crescimento de instituições alimentares que se estruturam como forma de "abrigo" para esses sujeitos.

Assim, o padrão de vida das pessoas está intimamente ligado ao custo e à qualidade dos elementos que permitem a sua reprodução. No caso dos trabalhadores em condições de precarização, ao procurarem se proteger e promover seu padrão de vida, envolvem-se "numa sucessão de batalhas no ambiente de viver" e no de trabalhar, "em torno de uma variedade de aspectos relacionados com a criação, administração e uso do ambiente construído" (Harvey, 1982, p. 9)[169].

Há, portanto, uma força entre os trabalhadores que os impele a um contínuo esforço para manter baixo o custo de vida ao tentar incluir "razoáveis *padrões de nutrição*, saúde, habitação, educação […]" (Harvey, 1982, p. 8, grifo nosso). Pulici (2012), nesse sentido, alerta sobre a dimensão da comida como uma das formas de pensar a luta de classes no período contemporâneo.

Para Ribeiro Junior (2021, p. 30), é justamente esse movimento de pauperização da classe trabalhadora que permite uma interpretação do

> […] risco de fome e [da] fome à luz da reprodução social. Reduzidos à condição de força de trabalho potencial, parte expressiva dos trabalhadores encontra dificuldades para satisfazer suas necessidades, o que nos impede de explicar a existência e magnitude da fome sem considerar os processos de expropriação e exploração, que de maneiras distintas e combinadas estão diretamente relacionados à produção social deste fenômeno.

É por essa razão, como bem apontam as pesquisas anteriores (Antipon, 2017), que a proliferação de estabelecimentos alimentares de consumo popular (restaurantes, bares, ambulantes, carrinhos, vendinhas, mercados) aumenta em proporção direta com a ascensão de uma classe trabalhadora urbana precarizada, faminta e que sobrevive aos constantes deslocamentos compulsórios, entrelaçados à própria história da urbanização brasileira. Isto porque parte dessa população necessita reduzir seus custos de reprodução nos locais de circulação cotidiana, o que inclui a busca por refeições mais baratas, de modo que tais trabalhadores, para adquirir renda, organizam suas economias com a venda e a distribuição de alimentos na urbe, conformando o que reconhecemos como o circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979a).

Neste contexto, é explícita a existência de uma "nova classe trabalhadora" (Antunes, 2018), composta, entre outros, por trabalhadores e trabalhadoras das plataformas digitais: os entregadores e entregadoras de refeições por aplicativo (Ifood, Rappi, Uber Eats etc.).

---

[169] Harvey (1982, p. 6) utiliza a expressão "ambiente construído" para designar a "totalidade das estruturas físicas – casas, ruas, fábricas, escritórios, sistemas de esgotos, parques equipamentos culturais e educacionais, etc.".

Por outro lado, tendo em vista a parcela de mais alta renda de São Luís, de modo contraditório e complementar instaura-se no espaço urbano outro circuito alimentar, organizado pelo que reconhecemos como circuito superior da economia urbana (Santos, 1979a) demarcando uma distinção espacial do mercado de alimentação. Tal diferenciação – a qual abarca os bares e restaurantes frequentados por esses agentes de alta renda, e até mesmo os mercados e empórios com galerias específicas, que contêm produtos reconhecidos como *gourmet*, *artesanais*, *biológicos e orgânicos* – traz à tona para a pesquisa a necessidade de estudar a totalidade da situação alimentar urbana ludovicense e a sua relação com o processo de urbanização desigual.

Assim, para compreender o processo de urbanização corporativa e fragmentada (Santos, 1990) em sua totalidade, voltamos nossas reflexões para a análise da economia política da cidade[170] (Santos, 1994a). Em outras palavras, a partir do estudo de duas áreas de mercados diferenciados e complementares[171] (Montenegro, 2006, 2012) em São Luís, mostramos como a materialidade se organiza em face da produção e "como os agentes da vida urbana encontram seu lugar nesse meio construído e na divisão do trabalho" (Silveira, 2013, p. 64).

Destaca-se, desse modo, a necessidade de entender o processo de urbanização de São Luís esmiuçando os espaços econômicos de sua população. Logo, é imprescindível uma reflexão que seja capaz de abarcar as especificidades da coexistência de múltiplas divisões territoriais do trabalho (Silveira, 2004a, p. 60), retratadas em diferentes áreas de mercado da cidade.

Como exposto, as históricas e consecutivas expulsões de famílias tradicionais de suas terras, bem como o domínio que as grandes redes de distribuição e comercialização de alimentos exercem sobre esta urbe, além de demarcarem distintas situações alimentares para a população ludovicense – parte dela caracterizada por práticas deterioradas –, também fizeram da ilha o lugar consumidor do alimento advindo do Ceará, de Pernambuco e até de São Paulo, menos do Maranhão[172].

---

[170] Conforme Santos (1994a, p. 114), a economia política da cidade "seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade".

[171] Tratamos com maior profundidade essas relações de complementariedade, subordinação e concorrência entre os circuitos na segunda parte desta tese. Mas, de antemão, chama atenção, por exemplo, a dependência – tanto das classes de maior renda quanto dos estabelecimentos de seu consumo, majoritariamente do circuito superior – dos trabalhadores de entrega por aplicativo, sobretudo durante a pandemia de Covid-19 (Bonduki, 2020).

[172] Dados obtidos em trabalho de campo. Entrevista realizada com a presidenta do Consea-MA, Concita da Pindoba, em 1º de maio de 2020, por videochamada.

Tais processos são reveladores de uma cidade desigual, incapaz de garantir direitos básicos a sua população[173], como o direito à alimentação, como caminhos concretos que levam à soberania alimentar.

As discussões que até agora nos preocupamos em levantar buscam justamente dar visibilidade aos processos criadores de uma pobreza urbana constituidora da cidade, além de evidenciarem os desdobramentos de um uso corporativo do território – marcado por interesses hegemônicos, tais quais o capital agrário, o financeiro e o imobiliário – que se tem feito em São Luís desde sua gênese urbana, passando pela fase de formação como metrópole até os dias atuais.

São Luís configura-se, assim, como um espaço segregado e segregador, maneira de exercício do domínio de determinadas classes sobre outras no processo de produção do espaço[174], a exemplo de qualquer outra cidade absorvedora dos "efeitos da crise social e da crise ética" instaurada no período atual, em que "a presença popular ocorre de forma preponderante através da luta diária pela permanência nos interstícios do denominado 'espaço formal'", bem como Ribeiro (2013a, p. 96) salienta.

São, portanto, os processos de modernizações no território – "extensão do mercado capitalista de bens e serviços e consolidação da rede urbana" (Ribeiro, 2013a, p. 94) – que amadurecem de maneira contraditória e extremamente desigual a formação socioespacial brasileira. Ribeiro (2013c, p. 94) analisa tal situação indicando que

> […] as desigualdades socioeconômicas, que tipificam os espaços metropolitanos, tornam-se ainda mais expressivas da sedimentação de relações sociais construídas, historicamente, sob o signo da marginalidade e da exclusão. Assim, as metrópoles podem ser lidas atualmente, pela própria redução de sua atratividade, como espelhos da sociedade brasileira e dos seus limites econômicos e culturais.

O espaço metropolitano da atualidade, organizado corporativamente, é definido por Silveira (2009, p. 65) como um

---

[173] Conforme Xavier (2019, p. 211), ao tratar o território nacional "como uma carta na manga para atender às reclamações do mercado", o Estado "acaba deixando de garantir a cada um, e com equidade, o exercício de uma cidadania plena ali onde se vive, seja nas metrópoles ou nos lugares mais distantes e menos desenvolvidos do território".

[174] Por essa razão, afirma Villaça (1998, p. 359) que "é necessária uma certa geografia, uma certa configuração espacial (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço. Sem essa configuração, seriam talvez impossíveis – ou extremamente difíceis – a dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho despendido na produção do espaço".

> grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo e nó de comunicações. Para ali convergem resultados contraditórios de um processo de modernização, porque abriga a parcela mais significativa das atividades hegemônicas de produção e controle, com os salários mais altos e, ao mesmo tempo, as mais diversas escalas de renda, incluindo os salários mais baixos de uma nação.

Fala-se de um uso corporativo do território, pois, conforme Ribeiro (2013c, p. 85) salienta, a metropolização configura-se como

> […] aquele processo de concentração de população e recursos associado ao desempenho de funções de comando sobre vastas regiões. No país, este processo ganha centralidade em atos de planejamento durante o período autoritário, quando a denominada modernização conservadora alavanca o mercado de bens e serviços à escala nacional. Valorizar papéis metropolitanos significaria, neste período, expandir o processo de acumulação, reconhecendo as plataformas, historicamente constituídas, de difusão de impulsos produtivos e de novas formas de consumo.

Tal organização corporativa do espaço presente em função de interesses distantes (Santos, 1979a) aos da população mais empobrecida, e que se realiza de uma maneira espacialmente seletiva[175], como já observado em pesquisas anteriores (Antipon, 2017), torna cidades como São Luís extremamente desiguais.

Xavier (2019, p. 210-211) também afirma que "as desigualdades socioespaciais são agravadas pela seletividade dos investimentos", elevando

> […] os lucros e dividendos das elites rentistas enquanto aumentam a pobreza, o desemprego em massa, o número de miseráveis, as diferentes manifestações de violência, as enfermidades infectocontagiosas e a mendicância nas ruas das grandes cidades. Temos como resultado um território esfacelado, tenso e em conflito. Espaços de riqueza estruturados como fortalezas, nos quais é intensificado o uso das novas tecnologias de controle, monitoramento e vigilância, coexistem com amplos espaços de pobreza, nos quais milhões de brasileiros são convocados a lutar cotidianamente pela sua sobrevivência com os poucos recursos que lhes são disponíveis, destacando-se a coragem, a criatividade e a capacidade de, rapidamente, se adaptar às situações para poder manter-se vivo a cada dia.

Podemos, portanto, afirmar que São Luís continua a apresentar na contemporaneidade um espaço historicamente caracterizado pela segregação entre os lugares denominados por

[175] Conforme Santos (1979a, p. 20), "[…] as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção. Trata-se de uma história espacial seletiva […]. Disso resulta uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos".44

Santos e Silveira (2001, p. 264) como *luminosos* e *opacos*. Os primeiros são aqueles que acumulam densidades técnicas e informacionais e, por essa razão, atraem atividades com maior capital, tecnologia e organização – lugares que, de uma forma geral, são ocupados, disputados e dominados pela população branca da capital. Já nos segundos essas características estão ausentes ou presentes em menor grau e organizadas de outra maneira[176], a exemplo dos espaços periféricos e populares, abrigos da população mais empobrecida e negra da cidade.

É justamente nos lugares considerados *opacos* que, sob a ótica do trabalho, o território surge "prenhe das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis [e] antagônicos" (Ribeiro, 2005a, p. 94). Em outras palavras, nos lugares menos *luminosos* da cidade prepondera um outro ritmo: é onde os sujeitos reconhecidos por Santos (2002) como "homens lentos"[177], numa busca incessante pela sobrevivência, encontram possibilidades expressivas de relações; onde podem desvendar "os recursos indispensáveis à vida" (Ribeiro, 2005a, p. 94) e costurar uma série de atividades econômicas que lhes são próprias.

A reflexão sobre esses espaços vem permitindo, como um caminho de método, a compreensão da formação e do desenvolvimento territorial das cidades contemporâneas brasileiras. Na urbanização *corporativa* e *fragmentada*[178] da cidade (Santos, 1990), a modernização e as formas precarizadas de trabalho (Antunes, 2018; Standing, 2019) caminham paralelamente e, por essa razão, reafirmam a existência na contemporaneidade dos dois circuitos econômicos urbanos (superior e inferior), interdependentes e complementares (Santos, 1979a).

Nesse sentido, propomos pensar o desenvolvimento de distintas situações alimentares urbanas, por meio da teoria dos dois circuitos da economia urbana, também como resultado de mobilizações e reivindicações de sujeitos em luta pela sobrevivência. Assim como os dados de

---

[176] Em outras pesquisas (Antipon, 2017, 2018a) constatamos que nesses lugares considerados "opacos" há, por exemplo, a variável "organização", mas de outra natureza, pautada sobretudo pelas relações entre os trabalhadores, e destes com o próprio lugar. Ou seja, são outras formas, não hegemônicas, de organizar, produzir, ocupar e disputar o espaço.

[177] Santos (2002, p. 162) faz referência a dois tempos da humanidade no período da globalização: (i) o tempo veloz, das grandes corporações, o qual parece reger o mundo atual – "O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção de palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que essa ideia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente"; e (ii) o tempo lento, dos "demais não incluídos […] arrastados a participar incompletamente da produção da história". Para o autor, o ritmo da pobreza na atualidade seria o tempo dos homens que sobrevivem na lentidão.

[178] Santos (1993, p. 122) adverte que "o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos. Há oposição e complementariedade, mas os aspectos corporativos da vida urbana tendem a prevalecer sobre as formas precedentes das relações externas e internas da cidade, mesmo quando essas formas prévias, chamadas tradicionais, de realização econômica e social interessam a população mais numerosa e a áreas mais vastas. A lógica dominante, entretanto, é agora a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa".

empobrecimento e fome são fortemente caracterizados pelos demarcadores raciais, defendemos que o mercado de alimentação – *superior* e *inferior* – é também determinado por tal hierarquização desde sua gênese. Desenvolveremos esse tema na próxima parte da tese, lançando questões e apontamentos sobre as situações alimentares em consonância com o processo atual de urbanização de São Luís.

PARTE II – DOS FRAGMENTOS DA METRÓPOLE ÀS TESSITURAS COTIDIANAS: A SITUAÇÃO ALIMENTAR NA SÃO LUÍS CONTEMPORÂNEA

Mulher carregando seus alimentos entre os comércios de vizinhança, Liberdade, São Luís (MA). Fonte: Antipon, março de 2024.

Mulher carregando cesta básica doada aos trabalhadores ambulantes durante a pandemia de Covid-19, Núcleo Central, São Luís (MA). Fonte: Antipon, março de 2019.

CAPÍTULO 3 – OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E A SITUAÇÃO ALIMENTAR EM SÃO LUÍS

> *A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade.*
>
> Milton Santos (1996, p. 339)

3.1 Os circuitos da economia urbana e o mercado socialmente necessário enquanto princípios de método para compreensão da cidade desigual

A preocupação central deste capítulo é refletir sobre as dinâmicas urbanas recentes de São Luís e sua situação alimentar, a partir da investigação acerca do mercado de alimentação no Núcleo Central, sobretudo aquele organizado pela população mais empobrecida.

Ao analisarmos, por meio da teoria dos dois circuitos da economia urbana (Santos, 1979a), "o dinamismo das parcelas da divisão do trabalho que se alocam na cidade" (Silveira, 2008, p. 29), interpretamos formas de trabalho e conteúdos urbanos relacionados ao mercado de alimentação e que se traduzem principalmente como complexificações das "estratégias de sobrevivência" (Lomnitz, 1979) em São Luís ou, como diria Santos (1979a, p. 76), como "modos de integração e de inserção encontrados pelas camadas pobres de uma cidade diante das condições impostas pela modernização".

Como trabalhado ao longo da primeira parte da tese, a formação socioespacial brasileira, urbana, periférica e racializada caracteriza-se por sua valorização seletiva do espaço (Santos, 1979a)[179]. Ou seja, em um movimento constante de organização e desorganização devido aos impulsos globais, o território nacional torna-se extremamente desigual, fragmentado, segregado, excluindo boa parte da população trabalhadora, periférica e negra das possibilidades de concretizar sua cidadania.

Sob essas circunstâncias, cada lugar assiste a um desenvolvimento simultâneo de várias divisões do trabalho, as quais comportam "uma combinação específica de temporalidades" (Santos, 1996, p. 136), constituintes do próprio "motor da vida social e da diferenciação espacial" (Santos, 1996, p. 129). Esse motor seria

> uma das chaves para a explicação da distribuição, sobre a Terra, dos homens e das atividades. A história do mundo e de cada nação é […] a história da sucessão das formas de produção e da distribuição social e territorial das tarefas. As divisões sucessivas do trabalho ensejam uma determinada disposição dos objetos geográficos, dando-lhes, a cada momento, um valor novo (Santos, 1994a, p. 120-121).

Não apenas o Brasil, mas as formações periféricas em geral – ou, como chamava Santos, (1979a) terceiro-mundistas – são equipadas, do ponto de vista político e econômico (Santos,

[179] Para o autor (Santos, 1994a, p. 125), "a cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as realizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes".

1990), por grandes firmas, normatizadas em função delas mesmas e, dialeticamente, conformadas por pequenas empresas presentes nos interstícios da modernização.

Tal acoplamento de "grandes e pequenas empresas" se materializa simultaneamente no espaço urbano em razão da

> existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, [gerando] na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens de serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (Santos, 1979a, p. 37).

Nas brechas urbanas das grandes cidades – em suas "franjas", seus bairros mais degradados e segregados, nos lugares moldados pela especulação imobiliária e de circulação da classe trabalhadora – a cidadania é ainda um horizonte. E é justamente nesses lugares que a extensa população empobrecida "cria o caldo de cultura[180] para que […] vicejem formas econômicas menos modernas dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico" (Santos, 2009, p. 60).

A pobreza estrutural, a qual estamos nos referindo,

> parece-nos extremamente *complexa para ser entendida por uma mera linha de legalidade*, cuja definição é inclusive universal. Tampouco pode ser compreendida quando a âncora é a quantificação, mesmo que esta alcance altos graus de sofisticação (Silveira, 2008, p. 30).

Assim, identificando os limites das explicações econômicas pautadas no par analítico legal-ilegal ou mesmo formal-informal, Santos (1972, 1979a) propõe a teoria dos dois circuitos da economia urbana para compreensão do real dinamismo que as cidades da periferia passam a assumir, especialmente a partir da década de 1970, com as reestruturações produtivas do capitalismo mundial e a reorganização político-econômica nacional, cujas consequências apresentamos na primeira parte desta tese a partir da situação geográfica maranhense e sua questão alimentar. Nesse sentido, Silveira (2008, p. 30-31, grifo nosso) propõe que a

[180] Para Chauí (1982, p. 61), a cultura popular seria um dos "esforços feitos pela população no sentido de superar o autoritarismo".

> *perspectiva dos circuitos da economia urbana revela a ênfase dada ao território e ao trabalho, e não às abstrações da economia*. As técnicas, as formas de organização, o capital das empresas, entre outros aspectos, permitem desanuviar as diferenças entre os agentes no uso do território, suas temporalidades ou, em outros termos, o uso diferencial das possibilidades do período. Contrariamente às abordagens setoriais, que propõem considerar os atores como se o fato de exercer atividades semelhantes igualasse sua força no território, a teoria dos circuitos da economia urbana contribuiria para entender que, quanto mais moderno pretende ser um país, uma região, uma cidade, aumentando a força do circuito superior, mais cresce a brecha com o circuito inferior, que, por sua vez, se multiplica.

As interpretações do processo urbano e de suas distintas divisões do trabalho a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana, já realizadas[181] em acordo com Santos (1979a), admitem que a cidade é constituída de dois sistemas econômicos originários de um mesmo processo, interdependentes e complementares: o *circuito superior* (e sua porção *marginal*), uma consequência direta dos processos de modernização, e o *circuito inferior*, também resultado das modernizações, mas organizado pelas classes empobrecidas que, ao buscarem constantemente formas de obtenção de renda nas cidades, organizam atividades de pequenas dimensões por meio de um trabalho intensivo. Separados apenas para níveis analíticos, e cindidos na materialidade – por isso não podemos caracterizá-los isoladamente –, diferenciam-se pela intensidade das variáveis de capital, organização e tecnologia (Santos, 1979a) [182].

O circuito inferior da economia urbana é oriundo da constante expansão da pobreza nos diferentes lugares (Santos, 1979a). Portanto, configura-se como elemento fundamental de compreensão do processo de modernização e das realidades socioespaciais periféricas. Ou seja, surge de setores populacionais que, não conseguindo um emprego assalariado por distintas razões, buscam outros meios de obtenção de renda nas cidades – "trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna" (Santos, 1979a, p. 46).

Ao manifestar-se a partir das diversas atividades econômicas instituídas para a sobrevivência, acaba por se revelar como a economia dos pobres urbanos:

---

[181] Spósito (1983, 1999, 2023), Silveira (2004a, 2004b, 2008, 2013), Arroyo (2008), Montenegro, (2006, 2012, 2014), Montenegro e Contel (2017), Cataia e Silva (2013), Antipon (2017), Antipon e Cataia (2018), entre outros.
[182] Propõe Santos (1979a, p. 22) que um dos caminhos de compreensão da dinâmica econômica de uma cidade "é definir bem cada circuito da economia urbana, suas relações recíprocas e suas relações com a sociedade, assim como com o espaço circundante. A vida urbana é condicionada pelas dimensões qualitativas e quantitativas de cada circuito. Cada circuito mantém, com o espaço de relações da cidade, um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência" (Santos, 1979a, p. 22).

> *La pobreza, el desempleo, la falta de oportunidades, la violencia y tantos otros males que suelen ser expuestos como sinónimo de la vida urbana son, en realidad, resultado de un modelo modernizador excluyente, en el cual el circuito inferior, crecientemente distanciado del circuito superior,* ***es una forma dependiente de supervivencia social*** (Silveira, 2007, p. 162, grifo nosso).

Pobreza e circuito inferior "aparecem com relações de causa e efeito inegáveis" (Santos, 1979a, p. 196). Isto porque o circuito inferior, por dispor de uma capacidade autoinflacionária (Hodder, 1969; McGee, 1971), acomoda a pobreza que se reproduz em constante complexificação e aceleração nas formações socioespaciais periféricas. Ainda conforme Santos ensina (1979a, p. 351), "nas grandes cidades, as dificuldades de mobilidade e/ou acesso às atividades modernas mais estritamente localizadas constituíram igualmente um elemento suplementar de explicação da importância do circuito inferior".

Organizado pela pobreza urbana, esse circuito faz referência às atividades em que os capitais são reduzidos e o nível organizacional não é burocratizado, mas realizado segundo ações face a face, de base normalmente familiar. No Brasil, pesquisas anteriores (Antipon; Cataia, 2019) já apontavam o protagonismo histórico de mulheres e sujeitos negros em sua organização, sobretudo no mercado alimentar. Embora o circuito inferior não seja uma organização econômica financeirizada – como é o caso do circuito superior –, novos trabalhos (Montenegro, 2006, 2014, 2022; Montenegro; Contel, 2017; Antipon, 2017) apontam a inclusão de novas tecnologias do sistema financeiro em suas atividades.

Se nas primeiras duas décadas dos anos 2000, Montenegro (2006, 2014), Montenegro e Contel (2017) e Antipon (2017) atualizavam a teoria revelando a inserção das variáveis técnicas da globalização na dinâmica organizacional do circuito inferior[183], hoje Montenegro (2022, p. 5, grifo nosso) aponta que

> a multiplicação recente da pobreza no território brasileiro assimila processos que revelam mudanças qualitativas em sua composição e em suas dinâmicas, corporificando contradições próprias do período atual. Nessa perspectiva, a aceleração da expansão e da banalização das variáveis contemporâneas, característica da atual fase da globalização, se revela, entre outros, no *alcance da tecnificação do circuito inferior da economia urbana e da financeirização da pobreza.*

[183] Uso de máquinas de cartão de crédito, débito e vale-refeição e creditização do mercado consumidor em grandes redes atacadistas de alimentos são alguns exemplos que compõem a realidade do mercado popular de alimentação em São Luís, como mostraremos adiante.

Ou seja, com os avanços técnicos da era informacional, intensificam-se as condições de interdependência entre o circuito inferior e o sistema financeiro. Observamos, assim, o também cada vez maior estreitamento dos nexos entre os circuitos inferior e superior. Conforme aponta Silveira (2008, p. 29)

> é a força da finança que alcança cada interstício do meio construído e do mercado, ainda quando tal capilaridade represente, para a maioria da sociedade, uma subordinação nunca antes vista. Ao mesmo tempo, a informação atinge graus e conteúdos segmentados, autorizando formas diferentes de produzir e consumir. Tudo isso revela as novas divisões territoriais do trabalho, a coexistência de uma nova natureza entre formas de trabalhar e repartir esse trabalho e as novas diferenciações e dinâmicas nos circuitos.

O surgimento e desenvolvimento do capitalismo de plataforma (Srnicek, 2017; Boyer, 2022), apropriando-se do trabalho precarizado e o aprofundando (Antunes, 2018), é apenas um exemplo das novas articulações entre os dois circuitos. Observamos durante os trabalhos de campo que o uso dessas novas tecnologias possibilita que certos comércios alimentares presentes nas periferias de São Luís – a maioria do circuito inferior – alcancem novas escalas de atuação na urbe, amplificando a capilaridade do circuito superior nos interstícios urbanos em que dificilmente ele entraria por si só.

Há, nesse sentido, uma dupla inserção dos aplicativos de entrega de alimentação em São Luís, principalmente nas periferias: primeiro, como mencionado, via uso dos estabelecimentos para ampliar as vendas; segundo, pelo próprio cadastro de entregadores de comida com bicicletas ou motos – muitas vezes moradores dos bairros nos quais realizamos os trabalhos de campo –, sobretudo durante e após a pandemia de Covid-19[184], "somando-se, assim, às novas estratégias de sobrevivência adotadas pelos pobres, seja como atividade exclusiva ou complementar" (Montenegro, 2022, p. 6).

Há distintas formas de o circuito superior se capilarizar nos "espaços da pobreza". O uso de aplicativos de alimentação por estabelecimentos inseridos no circuito inferior é apenas um exemplo da capacidade de grandes empresas criarem vasos comunicantes nos lugares mais

[184] Embora tenhamos deixado claro no capítulo 2 que o processo de empobrecimento e pauperização da população brasileira antecedia a pandemia, cabe pontuar que ela imprimiu "maior velocidade e capilaridade a processos já em curso em um momento anterior, haja vista, entre outros, a aceleração da expansão do comércio, serviços e consumo online, oligopolizada, em grande medida, por corporações multisetoriais, como as plataformas de entregas por aplicativos. Por outro lado, implicou também a aceleração do empobrecimento e da precarização da massa trabalhadora, redefinindo os limites do circuito inferior da economia e suas relações junto ao circuito superior da economia urbana" (Montenegro, 2022, p. 7).

precarizados da cidade, modificando a forma organizativa do trabalho, os próprios nexos entre os dois circuitos e, consequentemente, os rumos da urbanização.

Vale lembrar que a definição da vida urbana, além de estar circunscrita, como destaca Silveira (2008), aos processos produtivos, ao acesso e ao uso das infraestruturas, aos fluxos cotidianos e aos alcances da cidadania, também leva em consideração as dinâmicas dos "oligopólios e sua capacidade de macroorganização do espaço nacional e internacional na escala da cidade" (Silveira, 2008, p. 29).

Se, por exemplo, os serviços de "entregas por aplicativo são controlados hoje por um grupo restrito de empresas do circuito superior da economia que conformam, por sua vez, verdadeiros oligopólios territoriais" (Montenegro, 2022, p. 7), o circuito inferior – sobretudo as organizações de venda de alimentos –, na atualidade, está cada vez mais subordinado ao sistema financeiro mundial, o que significa, obviamente, uma maior expropriação desse circuito, por meio do empobrecimento e da precarização da população urbana:

> com o avanço da digitalização das demandas, a adesão aos aplicativos de entregas passa a significar, paradoxalmente, a possibilidade de sobrevivência para pequenos negócios e, ao mesmo tempo, mais um canal de drenagem de seus recursos por parte do circuito superior (Montenegro, 2022, p. 7).

Ainda para Montenegro (2022, p. 6, grifo nosso),

> a extraordinária intensificação, rapidez e extensão lograda pela difusão do atual sistema técnico, pelo avanço da plataformização do trabalho, do consumo e da distribuição, assim como pela profusão de serviços, agentes e produtos financeiros, impactam diretamente o conjunto das divisões do trabalho. *Daí as profundas e inéditas transformações em curso no circuito inferior da economia urbana* […]. O redesenho de seus contornos e a transformação de suas relações com o circuito superior da economia passam, hoje, por processos de natureza diversa, mas interrelacionadas.

Obviamente, tais transformações do circuito inferior e sua relação com o superior, dado o tamanho da pobreza urbana da formação socioespacial brasileira, sobretudo em uma capital historicamente desigual e segregada como São Luís, não são capazes de se sobrepor às formas e estratégias que o setor pobre da economia urbana encontrou para sobreviver. Ao mesmo tempo que essas novas tecnologias entram no cotidiano de uma miríade de sujeitos que estão em busca de renda na cidade, ainda se observam, neste circuito em São Luís, as características primárias de sua interpretação.

A "pesada tarefa de enfrentar o concreto" (Santos, 1979a, p. 12) ainda é realizada no chão da cidade, bem enraizada e com "relações privilegiadas com a sua região" (Santos, 1979a,

p. 22). Fiado, pechincha, caderneta da clientela, divisões de tarefas entre os próprios familiares (compra de insumos, preparo das refeições, venda nos períodos diurno e noturno, abertura de conta em banco para terceiros usufruírem, serviços próprios de entrega e até mesmo a confecção de carrinhos dos ambulantes), trabalho diário, comercialização local e miúda em razão do "fracionamento das compras por parte dos clientes, essa espécie de *hand to mouth basis commerce*" (Santos, 1979a, p. 215), ressignificação das formas[185] (um carrinho de supermercado torna-se o meio de expor os alimentos, uma banca de jornal é hoje um balcão para a venda de salgados etc.), dependência de uma circulação de consumidores cotidiana, o "boca a boca", entregadores "habituais" sem aplicativos e com suas bicicletas. As inúmeras maneiras criativas de enfrentar as precariedades da vida continuam sendo suas características preponderantes, como mostraremos mais adiante.

Em contrapartida, o circuito superior da economia urbana (Santos, 1979a) é organizado por grandes empresas representativas de uma economia globalizada, em sua maioria associadas ao sistema financeiro, mas cujas atividades ocorrem localmente. São empresas "integradas com as de outra cidade de nível mais alto, ou com as de outra parte do país, ou ainda com as de outro país" (Santos, 1978a, p. 52) e possuidoras de altos graus de tecnologia, organização e capital.

Tal integração e absorção deste circuito por diferentes lugares das formações socioespaciais periféricas, como assevera Silveira (2009), ocorre pelo fato de ele possuir uma complexa organização financeira que garante a expansão social e territorial dos seus mercados hegemônicos, sobretudo na fase atual do capitalismo informacional.

São inúmeras as atividades realizadas pela economia superior: além dos bancos – "traço de união entre a economia urbana local e o escalão econômico superior" (Santos, 1979a, p. 85) –, "comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, […] [e] atacadistas" (Santos, 1979a, p.40), somados aos setores de "transportes, consertos, distribuição, abastecimento, contabilidade, produção de certos insumos ou serviços" (Silveira, 2013, p. 66).

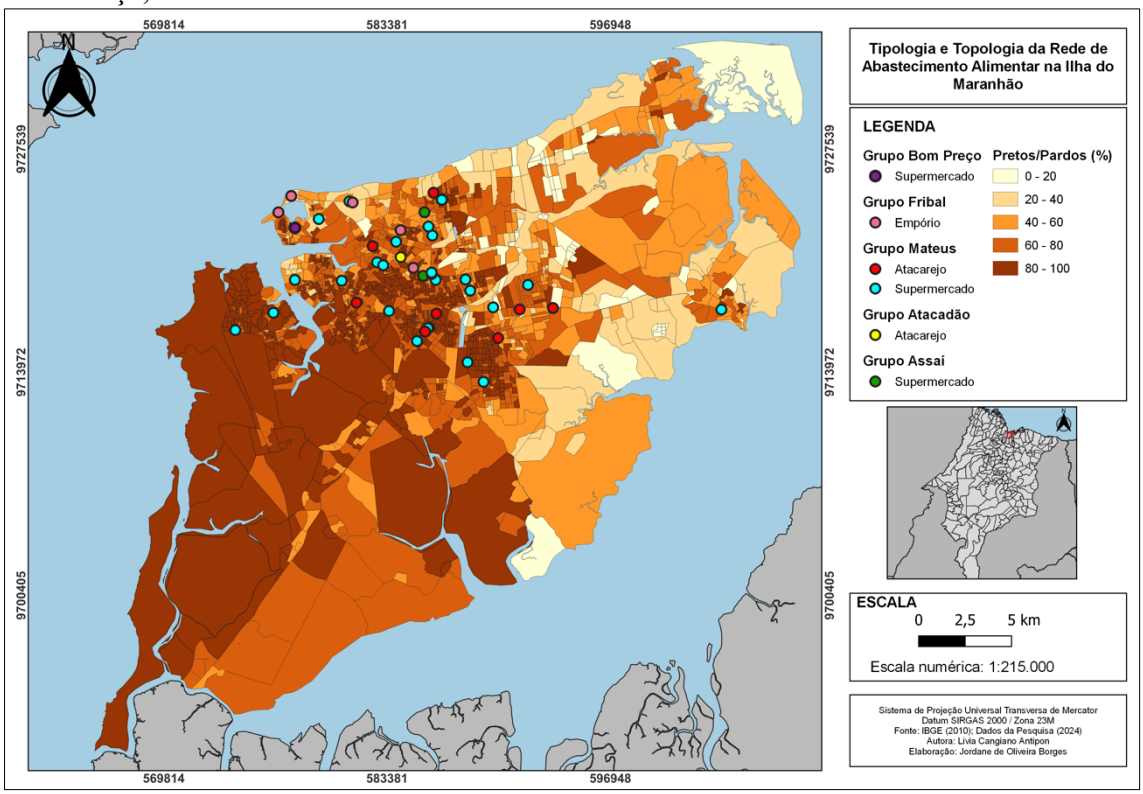
Conforme Sposito (1991; 2013; 2020[186]), os principais empreendimentos do circuito superior da economia urbana, em sua forma informacional ou em suas manifestações materiais, como os centros comerciais, são considerados os "nós" das cidades. Isso significa que suas

[185] Tais ressignificações das formas, inclusive, sugerem a ideia de um "urbano efêmero" (Mehrotra; Vera, 2016), ou seja, materialidades reformuladas a cada momento da história e a cada possibilidade e condição de ação dos sujeitos históricos.

[186] Discussão realizada na ocasião do Colóquio Procad/Amazônia 2020: "Pensando os usos do território contemporâneo: da formação socioespacial brasileira à situação maranhense", durante a mesa intitulada "Tendências da urbanização brasileira" com as Professoras Doutoras Adriana Maria Bernardes da Silva (Unicamp) e Maria Encarnação Sposito (Unesp) (Abertura […], 2020).

presenças implicam inevitavelmente em novos arranjos espaciais que se desenvolvem no processo urbano, através (i) da formação de centralidades; (ii) da reorganização dos aspectos da urbanização; ou (iii) da intensificação das fragmentações socioespaciais. A interpretação do Mapa 5 permite algumas aproximações a essas constatações.

Mapa 5 – Circuito superior do abastecimento alimentar da Ilha do Maranhão por setor censitário/raça, 2024



Como observado, as redes atacadistas e os supermercados em São Luís, predominantemente representadas pelo Grupo Mateus, situam-se em locais estratégicos, como na entrada do Núcleo Central, na periferia leste (Imagem 5) e oeste e nos municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar – áreas de expansão e especulação imobiliária na cidade. Frequentemente, quando se trata de áreas de expansão urbana, esses estabelecimentos são situados antes mesmo de a infraestrutura adequada estar totalmente instalada, ou seja, eles antecipam o próprio desenvolvimento do processo urbano – é, de fato, um fixo indutor de centralidades. Ainda, como problematizaremos no capítulo 5, há um nicho do Grupo Mateus (El Camiño Supermercados[187]) que se instala sempre nas periferias da Ilha do Maranhão e, consequentemente, nos bairros onde mais de 50% da população se autodeclara preta ou parda.

[187] No próximo capítulo, apresentaremos outra cartografia a respeito de como o Grupo Mateus tem agido nas periferias de São Luís, através de uma de suas marcas: El Camiño Supermercados.

Ressalta-se que os produtos e a disposição dos alimentos nestes fixos se diferenciam dos restantes da cidade.

Imagem 5 – Supermercado Mix Mateus na entrada do bairro João Paulo, São Luís

Fonte: Antipon, 2023.

Os empórios, estabelecimentos nos quais são comercializados produtos de maior valor agregado, como alimentos orgânicos, importados e uma seleção de vinhos, tendem a se concentrar em áreas mais remediadas de São Luís, ou seja, nos bairros de classes média e alta, onde mais de 50% da população se autodeclara branca. A cartografia também evidencia que, ao lado de cada empório, é comum encontrar supermercados, sugerindo que estes últimos atendem a um amplo extrato populacional, desde os mais empobrecidos – nas áreas negras e de baixo rendimento da cidade – até os de maior poder aquisitivo. As únicas exceções a essa tendência são os localizados no bairro Ponta d'Areia (ou Península, caracterizado pelo preço elevado do metro quadrado), onde há apenas um empório, e as regiões periféricas sudoeste e sudeste da Ilha do Maranhão, nas quais a presença se restringe à rede de supermercados do Grupo Mateus.

Destacamos que os dados coletados em campo revelam a dependência do comércio popular de alimentação (ambulantes, bares e pequenos restaurantes) em relação ao sistema de abastecimento alimentar organizado e controlado por esses estabelecimentos do circuito superior. Como vamos analisar no próximo capítulo, embora possam, para aquisição de insumos, ocasionalmente recorrer a redes "domésticas", de economias locais – como uma miríade de pequenos produtores caseiros de "salgados" e "doces", mercearias ou mercados

municipais –, a maioria desses estabelecimentos depende principalmente das grandes redes supermercadistas, atacadistas, varejistas e distribuidoras (Bezerra, 2022; Jomalinis; Bezerra; Bühler, 2023[188]), como o Grupo Mateus, Atacadão, Assaí e Ceasa em São Luís. Essa relação demonstra, conforme aponta Xavier (2015, p. 29), o cada vez maior "entrecruzamento dos dois circuitos", dado que até mesmo o abastecimento das pequenas redes domésticas e locais se realiza por meio das grandes empresas mencionadas.

Nesse sentido, Santos salienta (1979a, p. 41) que os atacadistas possuem atividades de tipo misto e, portanto, possuem uma "dupla ligação", de

> laços funcionais tanto com o circuito superior como com o circuito inferior da economia urbana e regional. O atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de intermediários, que chega frequentemente ao nível do "feirante" ou do simples vendedor ambulante. Através desses intermediários e pelo crédito, o atacadista leva um grande número de produtos aos níveis inferiores da atividade comercial e fabril e, assim, a uma gama extensa de consumidores. O volume global dos negócios que realiza no circuito inferior dá a dimensão de seus negócios bancários e também de sua participação no circuito superior. Elemento integrante do circuito superior, o atacadista é também o cume do circuito inferior.

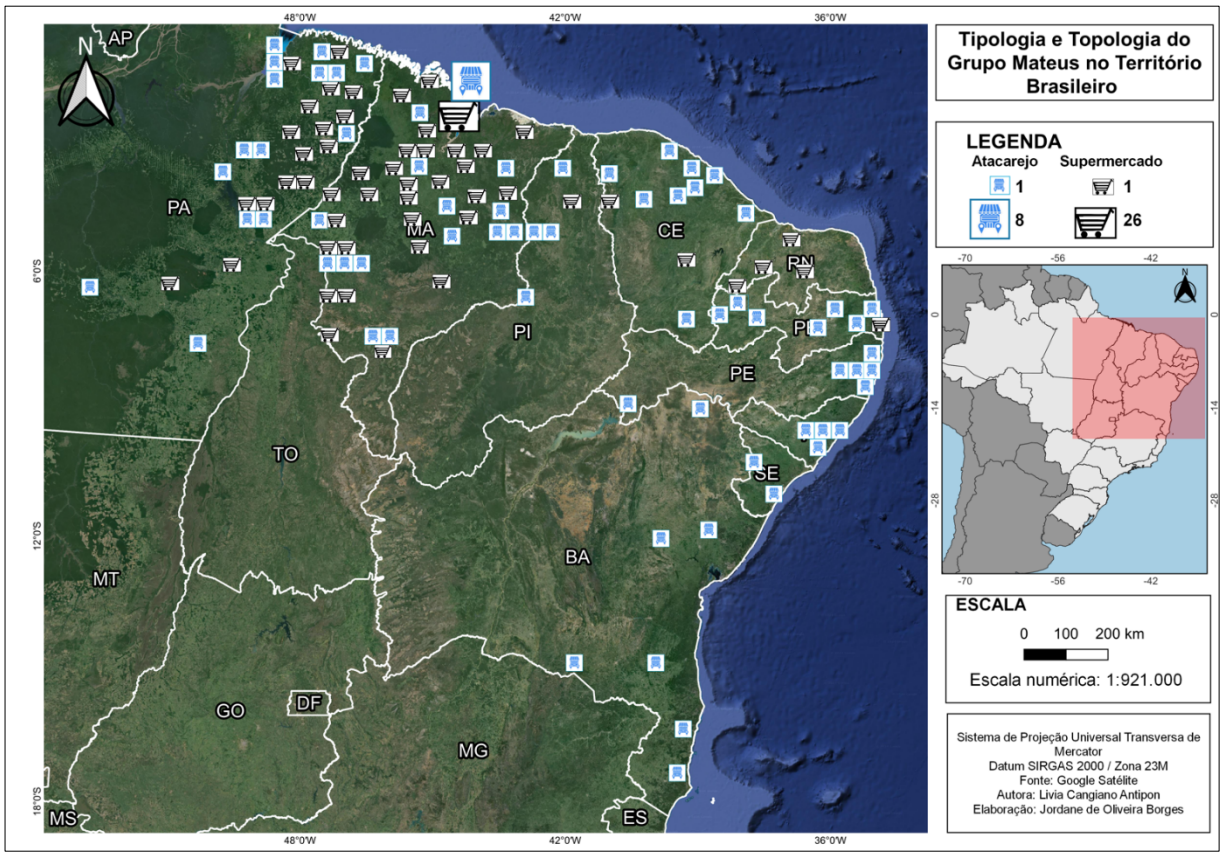
Chama atenção, quando observamos o Mapa 6, a presença maciça do Grupo Mateus no Norte e Nordeste do Brasil: a rede está em 26 municípios[189] do Maranhão, e somente na capital foram contabilizados 34 estabelecimentos alimentícios, entre supermercados, hipermercados e atacarejos (Grupo […], 2023a); no Pará, em 34 municípios, estão localizadas 74 lojas, desde estabelecimentos alimentícios até outros itens com os quais o grupo opera, por exemplo, eletrodomésticos; no Piauí são doze estabelecimentos; onze no Ceará; sete na Paraíba; seis na Bahia; quatro em Pernambuco, dois em Alagoas; e um em Sergipe.

---

[188] Para os mesmos autores, "*Les supermarchés ont considérablement restructuré la dynamique de l'approvisionnement alimentaire, s'imposant comme des acteurs stratégiques de la distribution et de la consommation de masse qui modifient l'accès aux aliments (Pulker et al., 2017; Hawkes, 2008). Bien qu'ils donnent accès à des produits frais et plus diversifiés que les détaillants traditionnels, ils sont aussi responsables d'une offre foisonnante d'aliments ultra-transformés, auparavant relativement absents des habitudes de consommation brésiliennes. Avec des parts de marché toujours plus confortables, ils influencent les choix alimentaires par leurs stratégies de localisation, par la gamme des produits offerts, ainsi que par les prix et les offres promotionnelles*".

[189] Açailândia, Arari, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Buriticupu, Caxias, Carolina, Chapadinha, Codó, Coroatá, Estreito, Grajaú, Imperatriz, Lago da Pedra, Paço do Lumiar, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Rita, São José de Ribamar, São Luís e Timon.

Mapa 6 – Circuito superior do comércio alimentar no Norte e Nordeste brasileiros – Grupo Mateus, 2024



Observa-se, ainda, além da concentração do Grupo Mateus na região metropolitana da Grande São Luís, uma tendência desses fixos a acompanhar os eixos urbanos do Meio Norte: há concentração na região metropolitana de Belém, na região tocantina do Maranhão, em razão da centralidade das cidades de Imperatriz e Balsas (polos urbanos do agronegócio no Maranhão), e também no eixo sentido Ceará, no Parnaíba, chegando até as centralidades urbanas das capitais do Nordeste brasileiro, Fortaleza, Teresina, João Pessoa, Recife, Maceió e Aracajú. As localidades da Bahia indicam a busca por rotas de estradas e rodovias[190], desde o sertão ao sul do estado, trajeto realizado por parte dos modais rodoviários que seguem ao Norte do país, em direção a ferrovias e portos.

A expansão do Grupo Mateus para outros estados, além do Maranhão e do Pará, ocorreu durante o período pandêmico (2020, 2021 e 2022), quando a empresa passou a ser considerada

[190] Conforme apontam Carvalho e Gomes (2022), em Marabá (PA), o Supermercado Mateus, construído em 2012 na rodovia Transamazônica, possibilitou à cidade uma "centralidade linear". Tais estabelecimentos buscam estar próximos aos eixos de circulação urbana – as rodovias, na maior parte das cidades amazônicas, cumprem por excelência essa função.

a terceira maior varejista do Brasil[191], operando nos segmentos de varejo (Mateus Supermercados e El Camiño Supermercados), atacarejo (Mix Mateus), eletrodomésticos e móveis (Eletro Mateus), indústria de pães (Bumba Meu Pão), distribuidora de produtos farmacêuticos (Invicta) e atacado (Armazém Mateus)[192]. O grupo também se destacou pelo aumento do lucro no período da pandemia: no último trimestre de 2020, a empresa cresceu em 396%, totalizando um lucro líquido, à época – momento no qual também vimos as cifras de fome crescer em território nacional (Rede Penssan, 2021) –, de R$ 726,3 milhões (Mattos; Ravagnani, 2021).

Assim, um trabalho analítico importante de nossa pesquisa refere-se: (i) ao necessário detalhamento dos vasos comunicantes entre o consumo dos produtos no circuito inferior e a capilaridade que ele próprio exerce na cidade para esses itens que são produzidos e comercializados por grandes redes, empresas e marcas tanto de alimentos quanto de bebidas – constituinte do circuito superior; e (ii) às leituras espaciais que essas próprias redes do circuito superior (como o Grupo Bom Preço, o Empório Fribal, o Grupo Mateus, o Atacadão e o Assaí) fazem para instalarem os seus fixos, justificando sua presença tanto nos eixos urbanos explicitados quanto nos próprios bairros da cidade de São Luís.

Ao contrário do circuito inferior, o superior opera manipulando um significativo número de mercadorias (portanto, dispõe de infraestruturas de estocagem), seguindo certa rigidez dos preços, com a predominância de trabalhadores assalariados, capital intensivo, publicidade em larga escala[193] e usufruindo de ajuda governamental direta ou indireta – seja com isenção de impostos e acesso a crédito bancário[194] ou, do ponto de vista da expansão geográfica das grandes empresas e seus arranjos espaciais, com a flexibilização de leis trabalhistas e ambientais.

Vale pontuar que, se as atividades do circuito superior

> conduzem de preferência ao assalariado como forma de relação de trabalho, elas empregam, todavia, poucas pessoas, considerando-se o volume e o valor

[191] "Com faturamento recorde de R$ 24,8 bilhões, registrados no ano passado, o Grupo Mateus conquistou a terceira posição entre as redes varejista de todo Brasil, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras)" (Grupo […], 2023b).
[192] Informações disponíveis em: https://web.grupomateus.com.br/lojas. Acesso em: 2 ago. 2020.
[193] O circuito inferior também conta com meios de divulgação e propaganda de seus serviços e mercadorias. No entanto, como demonstraremos adiante, opera em uma escala muito menor que aquelas utilizadas pelo circuito superior, o qual dispõe de "meios de publicidade suficientes para criar novos gostos" (Santos, 1979a, p. 47), impondo, assim, a demanda.
[194] Conforme indica Santos (1979a, p. 43), "as atividades do circuito superior dispõem do crédito bancário. Acontece frequentemente de as grandes firmas criarem e controlarem os bancos, o que é uma maneira de também controlar outras atividades e eventualmente absorvê-las".

> da produção, apresentando também uma tendência constante à redução do emprego (Santos, 1979a, p. 45).

Esse fato aprofunda o adensamento do circuito inferior nas metrópoles periféricas, uma vez que ele "é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes[195] sem qualificação", preponderando, portanto, a impermanência no emprego e com uma remuneração "com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital" (Santos, 1979a, p. 45):

> *eu tive que vir da baixada* [maranhense] *pra cá. Vim eu e mais sete irmãos. Daí fomos morar nesse fundo mesmo, né? Foi onde a gente conseguiu uma casinha mais barata. Daí num teve jeito, fiz de tudo que a senhora pode imaginar, tu é doido: servente de pedreiro, empacotador de supermercado, entregava tudo quanto é coisa que a senhora pode imaginar quando eu consegui comprar a minha moto. Fiz coisa com carteira mesmo, no registro* [refere-se ao regime CLT]. *Mas isso já faz um tempo já. Daí eu casei e minha muié teve essa ideia, né? Dela cozinhar e a gente vender a comida, aqui mesmo, na porta de casa. Então a gente monta a banca, faz o arroz, o feijão, a farofa, o cuxá, a carninha seca, a torta de camarão. Faz tudinho. Tem gente que gosta de comprar o galeto grelhado aí do lado. Ela cozinha que é bom demais, siô. E eu vendo, com a minhas filhas. O dinheiro sempre foi apertado, mas agora todo mundo junto, é mais tranquilo* (J., Trabalho de Campo, Cidade Operária, janeiro de 2022).

---

[195] Sejam eles migrantes nacionais (observado na realidade maranhense) ou internacionais, sobretudo tratando-se dos deslocamentos periferia/sul global para o centro/norte global. Na pesquisa que realizamos em Nova York (2022-2023) durante o estágio no exterior, observamos no Queens uma concentração de vendedores latinos e árabes, conformando uma rede densa de um comércio alimentar composto por: (i) restaurantes geralmente próximos às linhas de metrô, acessados por uma classe trabalhadora circulante; (ii) *food trucks* com comidas regionais (mexicana, dominicana e egípcia predominavam nas variedades); (iii) mercados "de bairro", de organização familiar e/ou rede de migrantes; e (iv) uma feira livre com feições muito próximas às observadas em países como México, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela. Também percebemos no Harlem e em South Bronx a imposição de grandes marcas de *fast-food* (KFC, Popeyes, McDonald's e Burguer King são alguns exemplos) existindo conjuntamente com um denso mercado popular de rua – fato que pode estar relacionado tanto com o próprio movimento de gentrificação/expulsão dos moradores afro-americanos e latinos de Manhattan cada vez mais em direção ao Bronx (muito em razão das reformas urbanas que acompanham a expansão dos campi universitários da Columbia University), quanto à forte relação entre a expansão de redes de *fast-food* e a segregação racial, marca da urbanização estadunidense (Kwate, 2008). Em entrevistas com as vendedoras de comida notei que os recém-chegados aos Estados Unidos se ocupavam dessas atividades de venda de alimentos de uma forma menos fixa, percorrendo as linhas de metrô entre os *boroughs* (Queens, Brooklyn e Bronx) e Manhattan. Uma migrante equatoriana, que chegou em Nova York na leva de migrantes enviados de ônibus desde a fronteira do Texas, em dezembro de 2022, percorre tais linhas seis dias por semana, com seus três filhos (a menina de nove meses embrulhada em suas costas, o menino de dois em suas mãos e o menino de sete anos ajudando nas vendas). Suas pesadas jornadas de trabalho começam às 7h00 e terminam às 20h00. Segundo a trabalhadora: *Tuve miedo todo el camino hasta aquí, porque no sé hablar este idioma y además dejé a mi familia, y tampoco sabía si realmente llegaría aquí a Nueva York; ahora estoy viviendo en casa de mi primo en Queens, allí vivimos ocho personas; así que necesito guardar algo de diñero para poder vivir sólo con mis hijos y enviar parte de la plata a mi familia en Ecuador. Yo sé cocinar, pero creo que vender estos bombones es más fácil, porque no tengo una cocina que sea sólo mía, una casa sólo mia. Así que hablé con la gente de mi barrio y todos me dijeron que empezara así. ¿Funcionará?* (Trabalho de Campo, Nova York, dezembro de 2022).

Ao interpretar a capacidade do circuito inferior de “abrigar cada vez mais pessoas no interior da economia popular”, Montenegro (2022, p. 5, grifo nosso) admite que

> Diante do aprofundamento da crise econômica e social em território brasileiro, o circuito inferior da economia urbana assume, consequentemente, novas densidades e extensões. Assim, ao mesmo passo em que o circuito superior, graças às modernizações técnicas e organizacionais, se torna cada vez mais poupador de mão-de-obra; o circuito inferior se afirma como o principal provedor de ocupação e renda à população pobre metropolitana. *Destarte, o empobrecimento e a multiplicação das formas de trabalho deste circuito nas grandes cidades brasileiras constituem parte do mesmo processo de reprodução estrutural da pobreza no país.*

Ressaltamos ainda que “a atividade do circuito superior tende a controlar a economia por inteiro” (Santos, 1979a, p. 47), portanto, acaba por definir boa parte dos rumos do processo de urbanização: exploração, acumulação, espoliação são léxicos dominantes deste circuito.

No entanto, tais atividades descritas não são exercidas apenas por atores hegemônicos, cabendo à outra porção do circuito superior a sua realização (Santos, 1978a). Assim, pode-se falar também de um *circuito superior marginal*, definido por atividades com “predomínio de características de um dos circuitos”, mas que podem “apresentar algumas do outro”, o que costuma ser “mais frequente no circuito superior, e para certas categorias de fabricação em que ainda é possível a coexistência de empresas utilizando tecnologias diferentes e diversamente organizadas” (Santos, 1979a, p. 42).

Para Santos (1979a, p. 103), a porção marginal do circuito superior é resultado, primeiro, de atividades que possuem um grau de tecnologia e organização, mas não tão modernas quanto as do circuito superior cristalizado; e, segundo, de

> uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente (Santos, 1979a, p. 103).

Uma característica importante dessa porção marginal, sobretudo quando associada às demandas do circuito inferior, é o fato de ela se beneficiar “indiretamente com a propaganda feita pelos produtos similares de nível mais elevado” (Santos, 1979a, p. 105) ou até mesmo dos atributos que definem uma marca: cores, nome, logotipo, linguagem.

Um exemplo seriam alguns estabelecimentos de venda de alimentos nas periferias das cidades que não se encaixam como mercados, supermercados, hipermercados ou atacarejos de grandes marcas (como as destacadas nos Mapas 5 e 6), nem como mercearias, bodegas ou

mercadinhos familiares de bairro, como dialogaremos adiante. São fixos que se distanciam do circuito inferior, pois possuem rede de empregados fora do âmbito familiar; estão, do ponto de vista da financeirização, bem equipados com formas de pagamento além do dinheiro e da caderneta; contam com a possiblidade do estoque; dispõem de uma logística, digamos, mais elaborada. Em contrapartida, também não chegam a ter o nível de racionalização, capacidade produtiva e de empregabilidade via assalariamento, tampouco conseguem concretizar uma capilaridade – material e imaterial, a partir de um processo de creditização – em território metropolitano como o circuito superior. Em São Luís, fixam-se majoritariamente em bairros periféricos.

Como observado em nossos trabalhos de campo, são negócios com função central no abastecimento alimentar das periferias e que usufruem, sobretudo, de uma capacidade imitativa das marcas já estabelecidas no mercado. Não é raro encontrar nos bairros periféricos de São Luís fixos que podem ser considerados como pertencentes à porção marginal do circuito superior e que usam, por exemplo, os atributos das marcas do circuito superior propriamente dito: em alguns casos até o nome fantasia é o mesmo – a exemplo do mercado Super Bom Preço, presente nos bairros Anjo da Guarda e Liberdade (Imagens 6 e 7), mas que não possui relação com o grande grupo mencionado anteriormente. A escolha imitativa do nome ocorre porque "*assim, não tem erro né? A gente sabe que as pessoa vem comprar aqui, porque é como se elas já conhecessem a nossa marca, confiam na gente, sabe?*" (K. – Trabalho de Campo, São Luís, 15 de janeiro de 2022).

Imagem 6 – Circuito superior marginal no Liberdade, São Luís

Fonte: Antipon, 2024.

Imagem 7 – Circuito superior marginal no Anjo da Guarda, São Luís

Fonte: Antipon, 2024.

O circuito superior, como já apontado, tem capacidade para influenciar a economia global, enquanto o circuito inferior da economia urbana configura-se como um mercado que pode abrigar outros sujeitos responsáveis – não apenas os da concepção única e hegemônica das transações comerciais – pela dinâmica da *economia política da cidade* (Santos, 1994a). Em outras palavras, são também esses sujeitos que, do ponto de vista do trabalho, estão encarregados da produção da cidade em questão.

Seguindo essa linha de raciocínio, que reconhece a cidade como resultado do funcionamento tanto do capital quanto do trabalho, a economia política – cujo objetivo é interpretar as relações sociais de produção e suas condições de realização (Santos, 1994a; Sandroni, 1999) – torna-se uma ferramenta essencial para analisar os fenômenos urbanos. Isto porque ela "não pode prescindir do dado espacial" (Santos, 1994a, p. 111), já que o espaço geográfico, conforme argumenta o mesmo autor, é resultado da produção, isto é, de uma interação entre trabalho acumulado e trabalho presente – uma acumulação desigual de tempos.

Ou seja, meditar sobre os dois circuitos da economia urbana na atualidade, do ponto de vista da economia política da cidade, é buscar "entender como os conteúdos do território autorizam certos usos que garantem a sobrevivência de grande parte da população pobre metropolitana no país" (Montenegro, 2013, p. 51).

Todavia, se o circuito inferior da economia urbana desempenha um papel não hegemônico, também crucial ao desenvolvimento e à direção do processo de urbanização, por isso propomos a leitura desse subsistema econômico sob uma perspectiva sociológica (Antipon; Cataia, 2018), como um *mercado socialmente necessário* (Ribeiro, 2005a), cujas características são representativas de uma importante parcela da população trabalhadora – sobretudo negra –

que, por meio de solidariedades domésticas e redes de sociabilidade, consegue produzir trabalho e renda como alternativa viável ao mercado hegemônico, segregador e excludente. Trata-se de um mercado composto por sujeitos que conseguem reproduzir sua vida e a de outros iguais em meio à constante pauperização de suas existências.

Interpretamos o mercado socialmente necessário, dessa maneira, como uma resposta à urgência de repensar o sentido do mercado na contemporaneidade. Nessa outra proposta de mercado, "[…] pela experiência concreta do compartilhamento, o valor de uso predomina sobre o valor de troca" (Ribeiro, 2013a, p. 307). Assim sendo, a proposição de Ribeiro (2013b) é que olhemos para essas organizações econômicas instituídas para a sobrevivência como formas de reinvenção do mercado[196]; que interpretemos a luta contra o cotidiano de escassez de boa parte da população brasileira – principalmente negra, feminina, mãe solo etc. – como meio de redefinição do comum (Dardot; Laval, 2017)[197] e como busca por formas libertárias – abolicionistas (Gilmore, 2022) – de se produzir o espaço.

Nesse sentido, Bledsoe, McCreary e Wrigtht (2019, p. 281) apontam que

> *Given the importance of theorizing alternative economies and imagining and enacting non-capitalist forms of life, we argue that it is necessary to recognize the ways in which capitalism has unique effects on Black and Indigenous communities. Prevailing conversations about diverse economies point to the need to create alternatives to processes like displacement, environmental degradation, and urban decay, among other issues.*

Para Ribeiro (2013b, p. 82, grifo nosso), é

> necessário que o pensamento crítico dedique-se à tarefa de transformar a ideia hegemônica de mercado, através da recuperação da memória das sociedades em que os mercados permitiam (e ainda permitem) negociação inteligente de interesses, a apropriação popular do espaço e a elaboração do tecido social […]. Os modelos dominantes de organização das atividades econômicas difundem o individualismo e o consumismo. Precisamos resistir a esta difusão, *reinventando o mercado* e enfatizando a solidariedade.

---

[196] Nesse mesmo sentido, Polanyi (2012, p. 47-48) adverte que é um erro "igualar a economia humana em geral com sua forme de mercado [capitalista][…]. A falácia é evidente: o aspecto físico das necessidades do homem faz parte da condição humana; não pode existir sociedade que não possua algum tipo de economia substantiva. Por outro lado, o mecanismo de oferta-procura-preço (que chamamos de mercado, em linguagem popular) é uma instituição relativamente moderna e possui uma estrutura específica; não é fácil estabelecê-la nem mantê-la em funcionamento. Reduzir o âmbito do *econômico* especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da história humana".

[197] Propõem Dardot e Laval (2017, p. 481) que estabeleçamos "o comum como um *princípio político*. Ele não é invenção nossa, emerge das contestações da ordem atual. Designa, em primeiro lugar, as linhas de frente e as zonas de luta onde se dá a transformação de nossas sociedades, traduz as aspirações dos movimentos contrários ao capitalismo e suas formas de ação, alimenta práticas relativas à criação e ao governo dos comuns".

Embora tratando de outra esfera – de luta e organização social, ao abordar o movimento Abahlali[198], na África do Sul, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no Brasil –, a geógrafa abolicionista Ruth Wilson Gilmore (2024c, p. 8-9, grifo nosso) relembra o papel social do mercado, para além do capital:

> A última coisa que gostaria de dizer que esses movimentos estão fazendo é: combinando todas as armas possíveis para serem capazes de atingir a abundância para eles mesmos no futuro […]. *Produzem coisas que são vendidas, mas não são capitalistas. Confundir mercado e capitalismo é uma coisa terrível.* Então, entender essa diferença é algo essencial para pensar sobre como unificar diferentes espaços.

Interpretamos o circuito inferior da economia urbana como uma expressão geográfica do mercado socialmente necessário, e este como a expressão sociológica daquele. Estas duas perspectivas não se excluem e, de maneira mútua, permitem uma aproximação de método apresentada ao longo deste capítulo.

Como demonstraremos no próximo item, a análise de dados sobre os indicadores sociais do Maranhão, bem como do mundo do trabalho e de suas ocupações e classificações no universo da "alimentação" na região metropolitana da Grande São Luís é fundamental para a compreensão dessa importância social do circuito inferior em cidades em constante processo de empobrecimento, sobretudo de sua população negra. No entanto, é a partir dos limites desses dados em refletir a realidade de maneira satisfatória que também comprovamos a necessidade da imersão em campo para compreender, de fato, a atualização da teoria e sua manifestação singular em São Luís.

3.2 Situação alimentar e desigualdades socioterritoriais: a precarização do trabalho no mercado popular de alimentação em São Luís

Conforme o processo de urbanização de São Luís, uma metrópole desigual socioterritorialmente e capital de um dos estados mais empobrecidos da nação, complexificou-se, sobretudo a partir da década de 1990, passou a predominar na cidade o dinamismo econômico dos dois circuitos da economia urbana em razão das distintas divisões territoriais do trabalho desde então existentes.

---

[198] O movimento "Abahlali BaseMjondolo (AbM)" surge em 2005, na cidade de Durban, e significa em zulu "moradores de barracos". Referência na luta por moradia na África do Sul, possui hoje aproximadamente 115 mil membros. Informações disponíveis em: https://abahlali.org. Acesso em: 18 jul. 2024.

Se antes da pandemia de Covid-19, como demonstrado ao longo do capítulo 2, o país já atravessava situações de pauperização, com a desvalorização do salário mínimo, o aumento dos preços dos alimentos e, portanto, a piora nas condições de vida da classe trabalhadora, os últimos dados publicados pelo IBGE (2023) comprovam que o território nacional, sobretudo suas porções periféricas (Norte e Nordeste), continua em profundas dificuldades.

O Maranhão ainda é um dos estados com os piores indicadores sociais do país em praticamente todas as variáveis operacionalizadas pelo IBGE (2023). Configura-se como a segunda unidade da federação com o rendimento médio mais baixo (R$ 1.663,00) e a primeira onde a maior parte da população (83,4%) recebeu até um salário mínimo de remuneração mensal (apenas 2,1% ganha mais que três salários mínimos por mês). Além disso, as porcentagens de ocupações informais[199] seguem as mais altas do país: junto com Pará e Amazonas, o Maranhão ocupa a faixa dos estados onde mais da metade da população de (57,5% a 65,5%) não recebe os direitos garantidos pelo trabalho formal. Tais dados são atravessados, obviamente, pela questão racial, uma vez que a maioria dos postos informais é ocupada por pessoas pretas e pardas. Relacionadas aos baixos rendimentos, as condições de moradia do estado também estão entre as piores do país: a maior porcentagem nacional de inexistência de comprovação de posse da terra é encontrada no Maranhão (28%), sendo ele o segundo estado no qual mais de 10% da população reside em domicílio sem banheiro e onde 4,9% das residências ainda são de piso de terra – algo já raro nacionalmente.

Diante desses dados, indiscutivelmente inaceitáveis, não é surpreendente testemunhar famílias inteiras, mulheres com bebês nos braços, jovens e idosos nas filas de restaurantes populares em São Luís. Também é comum ver famílias aguardando doações de alimentos em locais de atividade política nas periferias da cidade, como na Casa das Pretas[200], no bairro periférico Coroadinho, ou em áreas centrais degradadas, como nas distribuições de marmitas próximas ao Mercado Central. Nas esquinas do Jardim Renascença, um dos bairros mais abastados de São Luís, é possível avistar pessoas caminhando entre os carros e famílias venezuelanas, recém-chegadas à cidade e também em condições de vulnerabilidade, com placas de papelão: “me ajuda, estou com fome”, “ajude o trabalhador hoje, qualquer ajuda é bem-

[199] O setor informal, para o IBGE, “compreende as informações sobre unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas”. Informações disponíveis em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal.html. Acesso em: 17 jun. 2024.

[200] Lugar de, entre outras atividades, doação de cestas básicas pelo Coletivo Mulheres Negras da Periferia, que abordaremos mais detalhadamente no capítulo 5.

vinda", "qualquer trocado, preciso comprar comida e fralda", "aceito qualquer coisa, pode dar comida, aceito PIX", "minha família está com fome", "a fome dói, a fome mata".

A fome – oculta, urbana, estrutural –, fenômeno imbricado na própria história da urbanização de São Luís, perambula corporificada pela cidade, justificando também a intensa procura e necessidade desta população pauperizada, empobrecida e precarizada, quando se alimentando nas ruas, de estabelecimentos populares, nos quais o preço das refeições costuma ser um pouco mais barato. Isto porque, conforme demonstrado no capítulo anterior, quanto menos se ganha, mais se gasta com alimentação "fora do lar". Há, portanto, as camadas sociais com médios e baixos salários dependem de refeições mais baratas servidas nas ruas, as quais, na maioria das vezes, o circuito inferior da economia urbana consegue oferecer: "[…] são frequentemente obrigadas a recorrer ao circuito inferior para outros consumos, geralmente os consumos correntes, como os de produtos alimentícios" (Santos, 1979a, p. 51).

Não por acaso, durante os trabalhos de campo realizados nos últimos anos em São Luís, foram comuns os depoimentos de trabalhadores que circulavam tanto nas ruas do Núcleo Central durante o horário comercial, quanto nas ruas das periferias estudadas, sobretudo no período da noite, a respeito da busca por refeições em estabelecimentos populares:

> […] *olha, não é que eu prefira, sabe? Eu preciso comer com essas muié aí que tão vendendo mais barato. Pra tu vê: eu tiro um salário, e olha que eu tenho a carteira assinada, hem? Porque tem colega meu que nem isso tem. Daí, me diz, o que tu compra com um salário? Às vezes eu consigo trazer um lanche, um bandeco de casa. Mas às vezes a minha esposa não teve tempo de preparar, daí a gente tem que se virar na rua mesmo.* […] *E daí elas já sabem, já cobram mais barato, dizem que tem preço fixo, 12, 13 reais, mas às vezes elas dão desconto, dão a bebida, anotam tudo e confiam que a gente vai pagar depois. E a gente paga mesmo, sabe?* […] *Daí eu consigo comer de vez em quando* (H., Trabalho de Campo – Núcleo Central, outubro de 2019).

Basicamente, a parte da população urbana que enfrenta condições de trabalho precárias e está empobrecida muitas vezes só consegue se alimentar "através de um determinado sistema de distribuição frequentemente complementado por um mecanismo de produção igualmente específico" (Santos, 1978a, p. 45). Em resumo, é no circuito inferior do comércio de alimentos que se realizam as tentativas de lidar com a pobreza urbana cotidiana.

Se tal parcela encontra meios de se alimentar nesse circuito, é nele que também observamos uma maior capacidade de atração de sujeitos em busca de trabalho e renda em São Luís, justificando a significativa expansão dos pequenos negócios no centro e nas periferias, bem como a concepção de que estes são socialmente necessários para a cidade.

Considerando o exposto por Singer (1999), destaca-se que a partir dos anos 1980 houve um notável aumento no Brasil de trabalhadores sem remuneração fixa, denominados "trabalhadores temporários"[201], e do surgimento de pequenos empreendimentos, frequentemente representados por trabalhadores autônomos com baixa capitalização e produtividade[202]. Desde 2008[203] esses pequenos negócios podem ser registrados como Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs).

Em 2019, das 12,5 milhões de empresas cadastradas no país, 7,9 milhões eram consideradas MEIs. Em 2022, em razão das crises econômicas já salientadas, esse número subiu para 20.191.920, sendo 14.820.414 correspondentes a MEIs ativos, ou seja, 73,4% das empresas formais no país (Sebrae, 2022). Deste universo, ainda em 2022, 54% dos MEIs cadastrados eram pessoas negras (pretas e pardas)[204], apresentando um crescimento, desde 2017, de 5% (ao contrário, as pessoas brancas cadastradas como MEIs apresentaram uma

---

[201] Mészáros (2006, p. 27) adverte que "na verdade, o 'trabalho temporário' é chamado, em algumas línguas, de 'precarização', apesar de, na maioria dos casos, seu significado ser tendenciosamente deturpado como 'emprego flexível' […]. O mito da "flexibilidade" é uma maneira de dourar a pílula. Na realidade, estamos nos referindo a uma grave tendência socioeconômica de equalização descendente da taxa de exploração diferencial".

[202] Conforme Pochmann (2006, p. 61), "A expansão das formas de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) referentes às ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho marca o contexto mais amplo da crise do emprego no Brasil a partir das duas últimas décadas do século XX. A maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras. Deve-se notar, por exemplo, que as ocupações por conta própria podem ser muitas vezes identificadas como uma das novas formas de inserção ocupacional moderna, especialmente no caso do trabalho autônomo para a grande empresa, pois surgem em condições de remuneração e de trabalho mais favoráveis. […] No Brasil, no entanto, o trabalho por conta própria que realmente tem se expandido é o tradicional, mais conhecido por trabalho autônomo para o público, que se caracteriza, em geral, por ser portador de condições de trabalho e remunerações precárias".

[203] A pesquisa reconhece a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), criou condições especiais para que o trabalhador dito *informal* pudesse se tornar um MEI legalizado.

[204] Embora seja crucial iniciar a análise desses dados por meio dos marcadores sociais da diferença, é importante notar que, até o momento, apenas dispomos de informações sobre os MEIs em relação à raça em nível federal. No entanto, esses dados ainda estão subdimensionados, uma vez que a classificação por raça/cor não é autodeclarada, mas realizada por terceiros, conforme discutido em conversa com Rodrigo Fernandes Silva, geógrafo do Dieese, em abril de 2024. Diante disso, é necessário refletir sobre a maneira como os dados são produzidos pelas instituições brasileiras, especialmente aquelas responsáveis por gerar informações proveitosas para a formulação de políticas públicas em território nacional. Em uma conversa realizada em abril de 2024 com a pesquisadora em filosofia e raça Maria Fernanda Novo (USP/Fapesp), foi interpretado que, embora os dados dos últimos censos (IBGE, 2000, 2010, 2022) demonstrem um aumento na população preta e parda ao longo dos últimos vinte anos (2000, 44,7%; 2010, 50,7%; 2022, 55,5%), ressaltando a importância dos mecanismos de autodeclaração, como no censo do IBGE, e os efeitos das políticas afirmativas na autodeterminação de grupos que passaram a se identificar racialmente, ainda existem instituições de pesquisa, principalmente públicas, com tendências conservadoras – talvez ainda por herdarem discursos de uma "democracia racial" (Freyre, 1933; fazem a crítica Fernandes, 1965; Nascimento, 2016)? – que subestimam a importância desse marcador. Em contraste com essa realidade e apesar de ser uma formação socioespacial distinta do Brasil, nos Estados Unidos, por exemplo, para Nova York, existem dados sistematizados e cartografados que confirmam a territorialização racial da fome até mesmo na escala do lugar: é possível identificar esse fenômeno em cada bairro da cidade. Informações disponíveis em: http://surl.li/gnons. Acesso em: 10 jun. 2022.

redução de 4% entre 2017 e 2022). A maior parte das pessoas negras cadastradas realizavam atividades voltadas ao comércio (57%) e, do universo de pessoas cadastradas e consideradas com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, representavam 72%. Conforme ainda aponta o Sebrae (2022), entre os MEIs hoje cadastrados, quando anterior aos registros, a grande maioria era empregada formal, (57% com carteira assinada e 15% sem), e apenas 13% eram empreendedores reconhecidos como informais, ou seja, sem nenhuma legalização perante o Estado.

Embora saibamos que para além destes números ainda existem os trabalhos não oficializados, aqueles considerados na informalidade, os dados evidenciam que esses pequenos negócios legalmente reconhecidos conseguem responder às conjunturas econômicas das crises do desemprego, bem como servir de abrigo econômico para a população negra do país.

Se pensarmos especificamente no objeto de análise deste capítulo – as organizações econômicas voltadas para a alimentação em São Luís –, também encontramos informações relevantes sobre o perfil dos vínculos dos MEIs cadastrados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e relacionadas à comercialização de alimentos em São Luís e nos municípios subjacentes – São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa (Quadro 2).

Quadro 2 – Vínculos de microempreendedores individuais por Classificação Nacional de Atividades Econômicas/gênero na Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), 2022

	CNAE	MEI	Mulheres	Homens
São Luís	Restaurantes e Similares	1.869	1.107	762
	Lanchonetes, Casas de Chá, Sucos e Similares	1.852	1.067	785
	Bares sem Entretenimento	418	203	215
	Bares com Entretenimento	500	230	270
	Ambulantes de Alimentação	766	362	404
	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar	1.565	1.127	438
Total		**6.970**	**4.096**	**2.874**
São José de Ribamar	Restaurantes e Similares	349	199	150

	Lanchonetes, Casas de Chá, Sucos e Similares	296	160	136
	Bares sem Entretenimento	63	32	31
	Bares com Entretenimento	77	33	44
	Ambulantes de Alimentação	128	71	57
	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar	234	172	62
Total		**1.147**	**667**	**480**
Paço do Lumiar	Restaurantes e Similares	165	96	69
	Lanchonetes, Casas de Chá, Sucos e Similares	119	71	48
	Bares sem Entretenimento	29	16	13
	Bares com Entretenimento	39	15	24
	Ambulantes de Alimentação	86	39	47
	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar	91	63	28
Total		**529**	**300**	**229**
Raposa	Restaurantes e Similares	39	14	25
	Lanchonetes, Casas de Chá, Sucos e Similares	14	9	5
	Bares sem Entretenimento	8	5	3
	Bares com Entretenimento	18	8	10

	Ambulantes de Alimentação	14	7	7
	Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente para Consumo Domiciliar	14	11	3
Total		**107**	**54**	**53**

Fonte: Receita Federal/Canal do Empreendedor, 2022. Elaboração: Antipon, 2024.

Com exceção de Raposa e Paço do Lumiar, que possuem um equilíbrio entre os gêneros – dos 107 estabelecimentos cadastrados em Raposa, 54 são chefiados por mulheres e 53 por homens, e dos 529 de Paço do Lumiar, 300 são chefiados por mulheres e 229 por homens –, como exposto no Quadro 2, os outros municípios que compõem a Ilha do Maranhão apresentam diferenças consideráveis nas ocupações de atividades de venda de refeições e bebidas entre mulheres e homens: em São Luís, dos 6.970 estabelecimentos cadastrados, 4.096 são de mulheres e 2.874 de homens; e em São José de Ribamar, dos 1.147 estabelecimentos, 667 são chefiados por mulheres e 480 por homens. Isto os trabalhos de campo em São Luís já relevavam: as mulheres no protagonismo dessas atividades.

Também é importante destacar as concentrações dessas atividades, obviamente em maior intensidade em São Luís (6.970) – devido às próprias caraterísticas de uma metrópole empobrecida, ao seu caráter central na região metropolitana e ao seu papel enquanto capital do estado –, mas também em São José de Ribamar (1.147) e Paço do Lumiar (529), indicando, como abordado no capítulo anterior, cidades que são eixos de expansão periférica da região metropolitana, atraindo parte de uma população em busca de terras baratas para sobreviver, a partir de 2010. As atividades relacionadas à alimentação, assim, comportam-se como ocupações abrigo nesses novos arranjos urbanos.

No que diz respeito a Raposa, um município altamente organizado em torno das atividades pesqueiras, podemos inferir que as discrepâncias nos dados (apenas 107 estabelecimentos cadastrados) surgem devido à natureza predominantemente relacionada à pesca, coleta de mariscos e comercialização de pescados; e, conforme esperado para outros municípios, à falta de oficialização dessas atividades – embora existam em combinação com as principais atividades de pesca[205], elas não são formalmente registradas nessas categorizações.

[205] Sobre o tema, ao desenvolver pesquisas no município de Raposa, o Prof. Dr. Márcio Cataia tem considerado a existência de um circuito inferior híbrido (Projeto Fapesp 21/00183-4, *Direito ao mar: economia costeira da região metropolitana da Grande São Luís*).

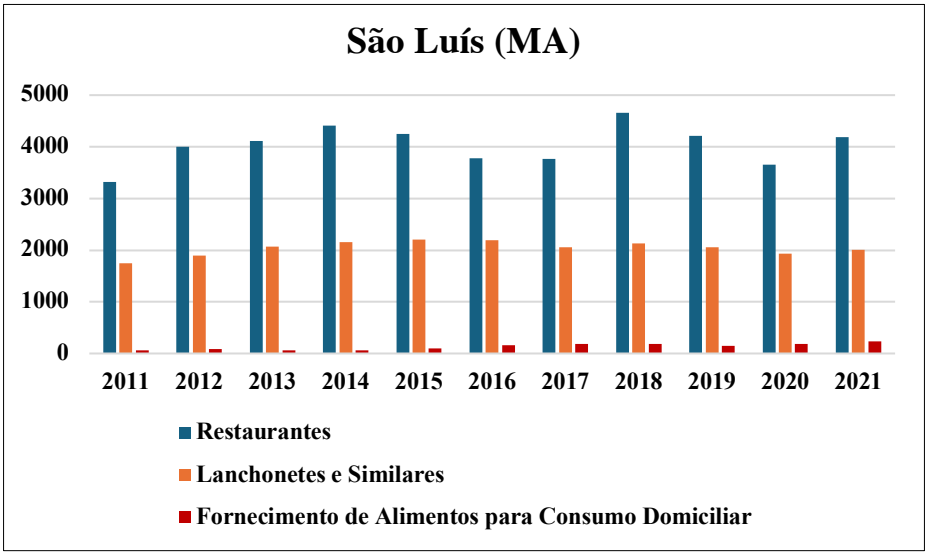
Em comparação com as outras três categorias, que englobam principalmente estabelecimentos de refeições (restaurantes, lanchonetes e serviços de fornecimento de alimentos preparados), os baixos números registrados para os ambulantes de alimentação em todos os municípios – São Luís (766), São José de Ribamar (128), Paço do Lumiar (86), Raposa (14) – podem ser justificados, muito provavelmente, pela sua predominância na "informalidade" e pela responsabilidade dos órgãos municipais na oficialização e fiscalização dos pontos de trabalho, o que leva poucos ambulantes a procurarem órgãos federais para regularização.

Embora o Ministério do Trabalho, por meio do Sebrae, ainda não tenha disponibilizado informações levando em consideração o marcador "raça" por unidade da federação, municípios e classificações de atividades econômicas, os dados em nível nacional, a historiografia da situação alimentar urbana de São Luís e os trabalhos de campo realizados nos últimos anos permitem-nos acrescentar na análise que pessoas pretas e pardas também são protagonistas nos vínculos de microempreendimentos voltados para a alimentação nos municípios da Ilha do Maranhão.

Outra reflexão importante a ser feita diz respeito à evolução dessas atividades econômicas ao longo do tempo. Como indicam os Gráficos 2 e 3, os números oficiais de vínculos ativos em estabelecimentos relacionados à venda de refeições e bebidas (neste caso, não necessariamente MEIs, mas todos os estabelecimentos cadastrados) em São Luís e São José de Ribamar, por exemplo, apresentaram uma tendência na série histórica de 2011 a 2021[206] que consideramos necessário explicitar.

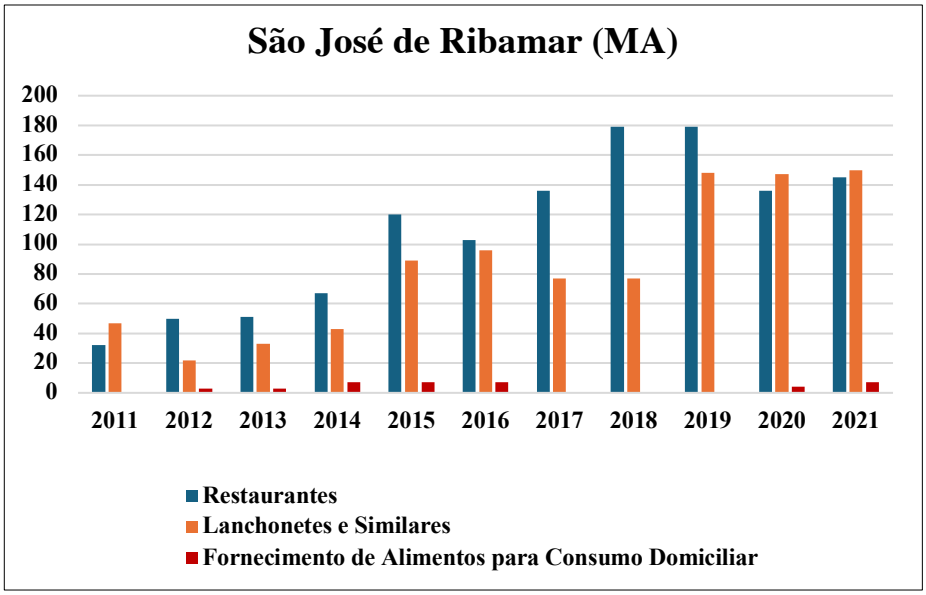
[206] Embora a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) forneçam dados mais atuais, referentes a 2022, optamos por analisar a série histórica entre 2011 e 2021 em razão de uma mudança estrutural nas metodologias de organização desses dados pelo próprio Ministério do Trabalho. Até 2021 as informações eram computadas conjuntamente pelo RAIS e pelo eSocial e, a partir de 2022, apenas por meio do eSocial, tendo como consequência uma quebra metodológica das séries históricas e impossibilitando a sua continuidade comparativa sem desvios de resultados.

Gráfico 2 – Estabelecimentos alimentares (CNAE) e com vínculos ativos (2011-2021). São Luís (MA), 2011-2021



Fonte: Rais/Caged, 2024. Elaboração: Antipon, 2024.

Gráfico 3 – Estabelecimentos alimentares (CNAE) e com vínculos ativos (2011-2021). São José do Ribamar (MA), 2011-2021



Fonte: Rais/Caged, 2024. Elaboração: Antipon, 2024.

Para a análise destes gráficos, ressaltamos dois eventos paradigmáticos no estado do Maranhão e no Brasil. O primeiro seria o período entre 2011 e 2019, no qual ambos os municípios respondem às consequências, como salientado no capítulo 2, do avanço das modernizações no interior do estado e na própria capital, reestruturando seus processos urbanos e, consequentemente, suas situações alimentares. Também neste momento o Brasil sofre o golpe de 2016 e, como já também abordado, se aprofunda em uma crise político-institucional cuja

consequência, entre outras, é a reorganização econômica de sua população. O segundo, período que começa em 2020 e termina em 2021, responde às consequências da chegada da pandemia de Covid-19 em território nacional.

Tanto São Luís quanto São José de Ribamar apresentaram queda do número de restaurantes em 2016 (alterando a tendência inicial de crescimento desde 2011) e em 2020. Ao contrário de São Luís – a qual apresentou uma tendência sem grandes mudanças –, durante o período de golpe e de pandemia, São José de Ribamar aumentou a absorção de trabalho em lanchonetes e similares com relação aos anos anteriores. Tal conjuntura ocorreu, talvez, por serem fixos que (i) demandem menos estrutura do que um restaurante, facilitando a organização e a manutenção da atividade por sujeitos com menos capital de investimento; e (ii) consigam oferecer refeições mais baratas do que as convencionais, justificando uma taxa de mortalidade menor do negócio em um município que viu sua população aumentar mais de 50% nos últimos dez anos e que, provavelmente, encontrou nessas atividades uma forma de gerar emprego e renda. Lembrando Santos (1979a, p. 350),

> A importância dos serviços do circuito inferior aumenta com o tamanho da cidade. Mas, enquanto nas cidades pequenas eles substituem os serviços modernos às vezes existentes, nas grandes cidades eles existem […] para responder à demanda de uma numerosa população pobre.

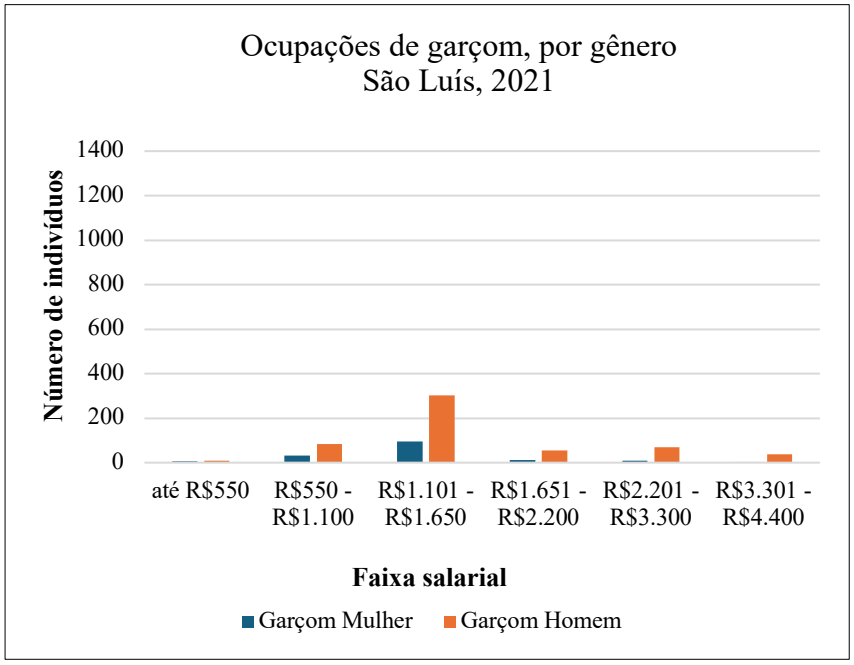
Embora o número de cadastros seja substancialmente menor entre São José de Ribamar e São Luís, observamos um dado muito revelador do período analisado: aumentou, em ambos os municípios, o número oficial de estabelecimentos ativos em atividades de fornecimento de alimentos para consumo domiciliar. Muitas pessoas – principalmente mulheres, como indicado no Quadro 2 – diante de situações de dificuldade financeira e organização do cotidiano familiar, sobretudo durante o período de pandemia, decidiram preparar refeições em suas próprias casas para serem consumidas em outros domicílios:

> *Eu comecei a fazer esses bandeco porque eu tinha que ficar dentro de casa pra cuidar dos menino, porque também o governador não deixava a gente sair por causa desse diabo desse vírus, porque o dinheiro que eu ganhava na casa de família* [refere-se ao seu trabalho de emprega doméstica] *era pouco, viu, mas eu já não tinha mais. Então, como é que eu ia sustentar esses pequenos? Eu fui é fazer minhas galinha, arroz, feijão, farinha, carninha. E agora todo mundo quer. As pessoas já sabem, vem buscar, manda zap, eu já faço certinho* (P., Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Outros dados reveladores de que esse circuito econômico precisa ser pensado a partir dos demarcadores sociais da diferença, e a forma como ele abriga trabalhadoras e trabalhadores

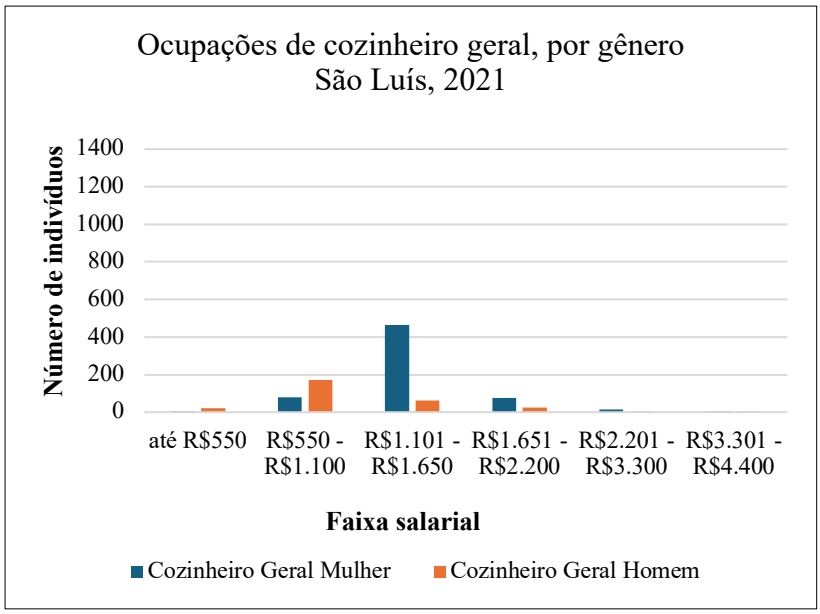
com baixos níveis salariais, são aqueles referentes à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A título de exemplo, e no contexto desta tese, podemos observar informações sobre gênero e salário em três ocupações específicas da CNAE: operador de caixa de supermercados e hipermercados, cozinheiro geral e garçom de restaurantes e estabelecimentos similares na comercialização de alimentos em São Luís no ano de 2021 (Gráficos 4, 5 e 6).

Gráfico 4 – Classificação Brasileira de Ocupações: garçom por gênero, São Luís, 2021



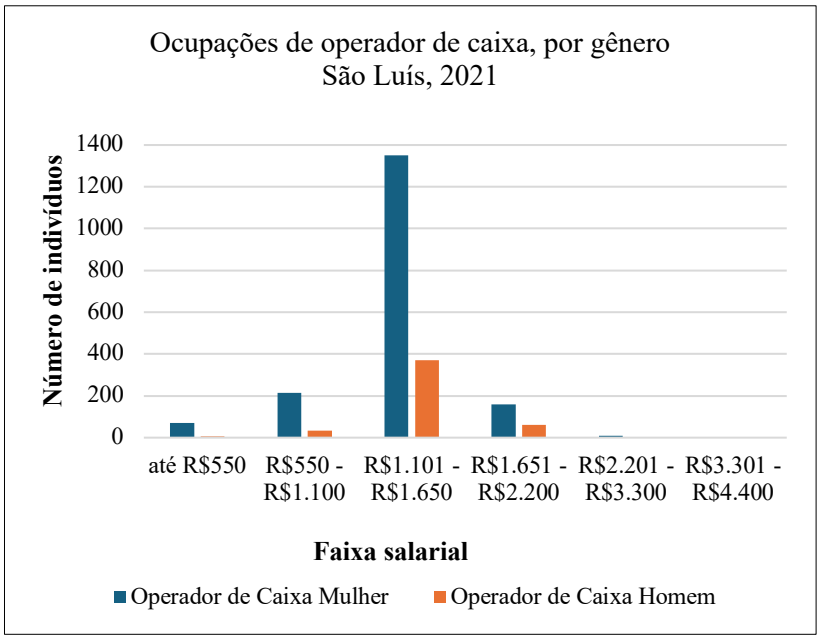
Fonte: Rais/Caged, 2021. Elaboração: Antipon, 2024.

Gráfico 5 – Classificação Brasileira de Ocupações: cozinheiro geral por gênero, São Luís, 2021



Fonte: Rais/Caged, 2021. Elaboração: Antipon, 2024.

Gráfico 6 – Classificação Brasileira de Ocupações: operador de caixa de supermercados e hipermercados por gênero, São Luís, 2021



Fonte: Rais/Caged, 2021. Elaboração: Antipon, 2024.

Embora contemplem apenas ocupações com registros formais, há nesses três gráficos situações frequentemente observadas no cotidiano de São Luís: (i) mulheres ocupando quase todos os cargos de operadoras de caixa em supermercados e hipermercados da cidade, bem como os postos de cozinheiras[207]. As pessoas nos cargos do Grupo Mateus, por exemplo, são em sua maioria pretas e pardas, como revela o Quadro 3; e (ii) os homens nos cargos de garçons, como evidenciaram os trabalhos de campo, atuam sobretudo nos bairros de maior valor aquisitivo (Renascença e Ponta d'Areia).

Quadro 3 – Composição raça/cor dos trabalhadores do Grupo Mateus em unidades dos centros e das periferias de São Luís, 2022

Supermercado Mateus	**Renascença (Centro Novo)**		**Centro-Cajazeiras (Núcleo Original)**		**Cidade Operária (Periferia Sudeste)**	
Raça / Gênero	**Brancas**	**Pretas - Pardas**	**Brancas**	**Pretas - Pardas**	**Brancas**	**Pretas - Pardas**
Mulheres	1,1%	53%	1,4%	56,8%	1,7%	55,1%
Homens	0,8%	45,1%	2,1%	39,7%	4,2%	39%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024; Política […] (2022). Elaboração: Antipon, 2024.

[207] Ao dissertar sobre o tema da mulher negra na sociedade brasileira, Gonzalez (2020, p. 59) afirma: "Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais […]".

Em todas as ocupações analisadas nos Gráficos 4, 5 e 6 predominam as concentrações na faixa salarial entre meio e um salário mínimo e meio. Ou seja, à época (2021), a maioria dessas pessoas ganhava, em média, entre R$ 1.100 e R$ 1.650 – o que justifica o fato de boa parte dos interlocutores entrevistados nessas ocupações habitar as muitas periferias da cidade:

> […] *aqui é complicado, porque depois das onze da noite eu já não consigo pegar o ônibus que vai para a minha casa. O corujão* [refere-se ao ônibus que circula nos horários da madrugada em São Luís] *nem tem mais, parece que o motorista se acidentou e cortaram a linha. Daí se passa das onze eu não consigo pegar, porque eu tenho que andar até aquela rotatória da Holandeses* [refere-se à avenida] *e não dá tempo. Daí é uber-moto: 12, 15, 20, teve dia que bateu 28 reais por causa da chuva. Uma moça lá do bairro, outro dia, pra voltar do trabalho, numa noite que tava chovendo é muito, parece que pagou 60 reais. 60 reais para conseguir chegar em casa! A gente paga para trabalhar. E pior que todo mundo lá no meu bairro* [Vila Luizão – periferia a nordeste do Núcleo Central de São Luís] *ou é garçom, os homens, ou caixa de supermercado, as mulher. E todo mundo enfrenta esse problema, a gente sai pra trabalhar, mas não tem o ônibus pra voltar, o salário não paga os opção de transporte. É complicado* (H., Trabalho de Campo – Renascença, abril de 2024).

Obviamente, os dados apresentados não conseguem abranger todo o universo de trabalhadoras e trabalhadores em torno do comércio alimentar em São Luís e nos outros municípios da Ilha do Maranhão. Lembrando que a "informalidade" é característica substancial da situação geográfica maranhense – e de sua crise urbana –, a pesquisa baseou-se essencialmente em informações coletadas em trabalho de campo, com o intuito de compreender a relação da situação alimentar urbana de São Luís com as distintas lutas pela sobrevivência na metrópole, em seus domínios qualitativos, dada a impossibilidade de computarmos tais dados em sua totalidade.

Daí a importância de lermos essas relações por meio de uma teoria que leve em consideração o cotidiano para uma real compreensão das complexidades da economia política de uma cidade na periferia do sistema. Como ensina Ribeiro (2005b, p. 418), inspirada em Michel de Certeau (1998), "nessas circunstâncias, é impossível recusar o convite […] para que se escute atentamente o murmúrio da vida coletiva, reconhecendo sinais da tessitura do social".

Lugar e cotidiano, assim, se apresentam como categorias de análise fundamentais quando se pretende entender de forma mais profunda as relações socioespaciais:

> Com esse cenário extremo em mente, reconhece-se que a sociabilidade obriga o pesquisador a lidar com diagnósticos da totalidade social e, simultaneamente, a observar o muito pequeno, o detalhe, o sintoma que

> emerge no gesto aparentemente insignificante. Esse gesto pode abrigar valores culturais essenciais, antigas regras básicas de convívio e esforços de comunicação. Assim, a reflexão sobre a sociabilidade, indispensável nestes tempos de destruição […] estimula a pesquisa de estratégias e táticas de sobrevivência, com apoio em metodologias comprometidas com as identidades sociais, os valores culturais e, especialmente, com o reconhecimento da plenitude do Outro (Ribeiro, 2005b, 415).

Desta forma, no próximo capítulo, operacionalizando os dados obtidos em campo, mostraremos que a análise contemporânea da situação alimentar de São Luís e de parte de sua região metropolitana, sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana, contribui para o próprio entendimento do cotidiano e do dinamismo de uma economia política da cidade, a qual (i) se segmenta em distintas atividades com diferentes níveis de capital, técnica e organização; (ii) se adapta à atração de indivíduos de menor renda para a metrópole, engrossando diversas formas de trabalho, sobretudo as mais precarizadas; e (iii) cria uma vasta composição de circuitos econômicos que coexistem com as mais diversas empresas, permitindo que a parcela pobre da população também crie, organize e mantenha seus próprios espaços de sobrevivência (Braudel, 1987; Santos, 1994a; Coraggio, 2002), ainda que, por vezes, muito precários.

CAPÍTULO 4 – O COMÉRCIO POPULAR DE ALIMENTAÇÃO NO NÚCLEO CENTRAL DE SÃO LUÍS: NARRATIVAS DO COTIDIANO URBANO

No cotidiano e no lugar, gestos-fio costuram saberes à co-presença, estimulando a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana.

Ana Clara Torres Ribeiro (2005b, p. 416)

E eu moro e trabalho aqui desde que decidi voltar de São Paulo pro Maranhão. Lá eu morava na Rua Aurora. Era uma ocupação também. Sempre gostei de morar no centro. E lá eu fazia faxina, né? Eu era diarista lá. Daí eu tava muito cansada, estressada. Daí eu cheguei aqui de volta, minha filha conseguiu um trabalho pra mim de empregada doméstica aqui. Mermã, não valeu a pena, minha patroa não foi fiel a mim, não. Às vezes eu ficava chateada, porque, poxa, a pessoa tinha condição de comprar um vestido de 500 reais, um sapato de 500 reais. Poxa, custa valorizar a pessoa que está ali fazendo comida? "Ah a sua comida é uma delícia, ah tu cozinhas bem!". Então por que não me pagavam mais? Era lá no Calhau, e depois ela mudou para a Península, nesses predião aí enorme. Eu olhava ali e achava uma grande injustiça. Daí eu me enchi e pedi demissão. Fiquei só fazendo as minhas quentinha e vendendo por aqui mesmo. Aqui eu prefiro, sabe? Pelo menos eu tenho liberdade.

M., vendedora de quentinhas e moradora de uma ocupação no Centro Histórico (Trabalho de Campo – São Luís, outubro de 2019)

Ê, moça. Como é que a senhora cozinha essa… lentilha? É lentilha, né? Assim, é igual feijão? Demora muito pra fazer? Precisa de pressão? Eu sempre vejo as pessoa aqui comprando, sempre passo aqui no caixa, mas nunca comi não.

J., operadora de caixa no Empório Fribal, no bairro Ponta d'Areia – Trabalho de Campo, São Luís, novembro de 2023

4.1 Os circuitos inferiores *central* e *periférico*: a densificação da pobreza urbana

Como exposto, São Luís – atualmente com 1.037.775 habitantes (IBGE, 2022) – vive um quadro de alargamento da pobreza, sobretudo de sujeitos negros, e de concentração de renda pela parcela branca da cidade. Para fins analíticos e melhor entendimento desse dinamismo urbano extremamente desigual e racialmente segregado, mas também para aprofundarmos as reflexões acerca dos próprios circuitos da economia em período de financeirização acelerada dos territórios, dividimos a totalidade urbana, como bem propõe Santos (1979a), em duas formas de análise ao longo deste item e do próximo capítulo: a partir de um olhar para um *circuito inferior central* e outro *periférico*, também conhecido como circuito inferior residencial.

O circuito inferior central refere-se às populações do centro, mas sobretudo às atividades presentes nessa área da cidade, cujo setor moderno, de maior valor agregado, e serviços de menor capitalização convivem simultaneamente. Para Santos (1979a, p. 350), "sua clientela, aliás, ocasionalmente pode ser a mesma do circuito superior"[208]. Em razão desse dinamismo que lhe é próprio, no centro da cidade "as diferentes camadas sociais se encontram" e "as atividades do circuito inferior aproveitam-se dessas […] vantagens e assumem formas mais complexas" (Santos, 1979a, p. 350).

Por sua vez, o circuito inferior periférico, ou residencial, está atrelado totalmente à sua população, uma vez que, "nos bairros, é a necessidade de uma resposta imediata às necessidades de uma população sem dinheiro que explica a presença do circuito inferior" (Santos, 1979a, p. 350). É em lugares que convivem com a escassez de infraestruturas urbanas básicas que proliferam as atividades de menor valor agregado, compondo uma situação geográfica peculiar da pobreza urbana periférica[209].

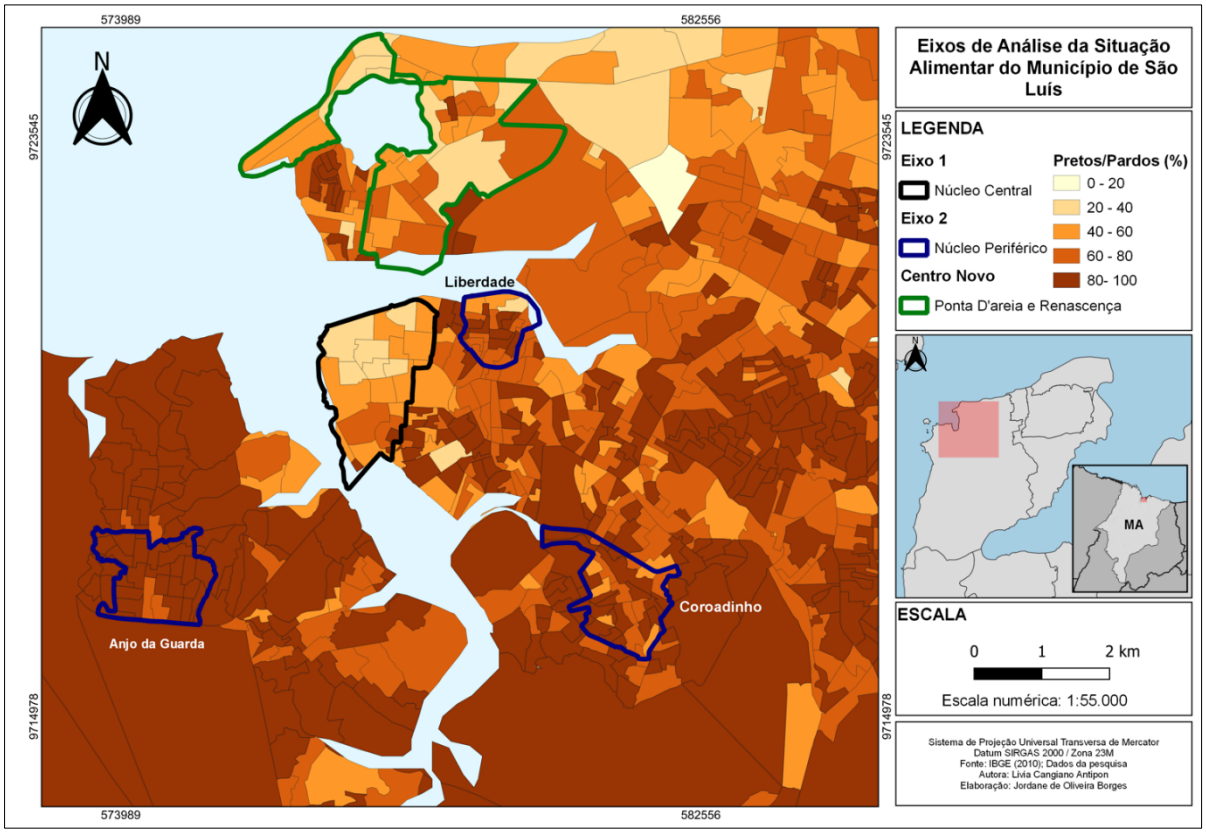
Assim, na segunda parte desta tese trabalhamos com dois eixos de análise em São Luís para compreender sua situação alimentar e que respondem a essas classificações propostas por Santos (1979a) (Mapa 7).

---

[208] Principalmente na atualidade, quando o crédito e a financeirização da vida atingem todas as classes de rendimento, modificando a lógica do consumo nos países periféricos.

[209] A pesquisa adentra a análise de um circuito inferior periférico-residencial no capítulo 5, em que pese o fato de o Núcleo Central ser também uma área residencial de sujeitos periféricos. Assim, o objetivo é mais do que estabelecer as diferenças entre as duas categorizações (central/residencial); trata-se de encontrar suas similaridades a fim de pensar a extensão e o aprofundamento da pobreza urbana em São Luís.

Mapa 7 – Eixos de análise da situação alimentar urbana ludovicense, 2019-2024



Considerando a tendência de metropolização das cidades brasileiras, é importante observar a existência de duas áreas centrais em São Luís[210]. A primeira é o Núcleo Central "original", também conhecido como Centro Histórico. Nesse espaço, populações constantemente marginalizadas, em sua maioria pretas e pardas, lutam diariamente pela sobrevivência, ocupando, dinamizando e trabalhando nesse local que atrai diversas formas de trabalho. A segunda é o centro "novo", localizado ao norte da cidade, que se expande a partir das avenidas dos Holandeses e Litorânea. Essa área é ocupada em grande parte pela parcela branca da população, de renda superior, com destaque para os bairros Jardim Renascença I e II e Ponta d'Areia, de maior valorização imobiliária da cidade. Esses bairros são pontos de atração de capital e também concentram uma grande circulação de trabalhadores, advindos das periferias de São Luís para prestarem serviços diversos e organizarem suas atividades econômicas.

[210] Tendência na qual "o desenvolvimento da metropolização […] envolve o surgimento de outras áreas urbanas, que passam tanto a competir com a área central, como a configurar uma realidade multipolar" (Frúgoli Jr., 2006, p. 33). Dessa maneira, do ponto de vista econômico e político, a metropolização "torna a questão da centralidade ainda mais complexa", e "isso se dá, em particular, pela lógica dessa expansão, que acarreta muitas vezes a fuga de empresas para os subcentros e a deterioração urbana do núcleo original, concomitantemente à mudança na composição social da população que passa a habitar este último, marcada pela forte presença das classes populares" (Frúgoli Jr., 2006, p. 26).

Embora reconheçamos a relevância dessas duas áreas para compreender os circuitos da economia urbana em São Luís – o centro novo, por exemplo, em razão da intensa circulação de trabalhadores ao longo da semana e dos próprios moradores do bairro, concentra desde organizações do comércio popular de alimentação até restaurantes, bares e empórios de maior valor agregado da cidade –, o foco desta tese é compreender o dinamismo do circuito inferior no Núcleo Central original e a sua capacidade de consolidar uma situação alimentar urbana específica (eixo 1).

Diante da dimensão da pobreza urbana e da extensão de suas periferias negras, consideramos o eixo 2 como um único bloco de "áreas periféricas", situadas a leste, sudoeste e sudeste de São Luís, incluindo respectivamente os bairros Liberdade, Anjo da Guarda e Coroadinho, como lócus de reprodução de uma economia da pobreza nos lugares de "viver", (Harvey, 1982). Tal eixo, embora apareça em determinados pontos de análise das organizações econômicas no Núcleo Central, tratando-se da urbanização como um processo fragmentado e articulado, será abordado em maior detalhamento no próximo e último capítulo desta tese.

Claramente os eixos escolhidos apresentam suas particularidades no que diz respeito às situações alimentares urbanas – o próprio processo de urbanização de uma cidade e a forma como os dois circuitos da economia se manifestam em diferentes lugares asseguram tal distinção. No entanto, a pesquisa também demonstra muitas similaridades organizacionais dos circuitos entre os do centro e os das periferias, sobretudo porque a presença "popular" (periférica, negra etc.) expande-se praticamente por toda São Luís (quando ela não habita determinado lugar, faz-se presente por meio da circulação da força do trabalho), configurando uma reprodução da situação alimentar urbana periférica também nas áreas centrais da cidade. É o que articularemos no próximo item, analisando a situação alimentar conformada no Núcleo Central, e em parte do capítulo 5, com uma reflexão sobre a situação alimentar produzida pelas e produtora das periferias de São Luís.

4.2 Alimentar a cidade, organizar a vida: a economia da sobrevivência e a conquista da liberdade

São muitos os trabalhos que tratam do Núcleo Central de São Luís, conforme apresentado no capítulo 1 e no levantamento realizado por Alves e Antipon (2023)[211]. Neles, já

[211] Conforme os autores, "Com o início do século XXI, quando ganha corpo a organização de toda uma estrutura de pesquisa no Maranhão, observamos a ênfase nos estudos urbanos, culturais, agrários, de planejamento e sobre

foram discutidas temáticas, entre outras, relacionadas à habitação (Ferreira, 2005; Cardoso, 2012), luta por moradia (Pereira, 1997), acessibilidade (Almeida, 2010), patrimônio (Andrés, 1998, 2006; Chaves, 2012; Wall, 2002), comércio (Marques, 2002) e políticas públicas (Ferko, 2010). Como posto, nossa preocupação centra-se em compreender como a situação alimentar de uma cidade é impulso e decorrência de processos espaciais.

A situação alimentar urbana dinamizada no centro da cidade deve ser entendida levando em consideração as complexidades deste lugar, ou seja, a multiplicidade histórica de suas atividades políticas, econômicas e culturais. Ainda que os discursos dominantes insistam em caracterizar tal núcleo como "vazio" – daí um de seus bairros originais, Praia Grande, ser também reconhecido como "Reviver"[212] –, este lugar nada tem de falta de vida, nem nunca teve (Ahlert; Bezerra, 2024).

Moradia de famílias, lugar de geração de trabalho e renda, encontros, festividades e concretização de manifestações religiosas, o núcleo urbano de São Luís – e consequentemente sua situação alimentar – constitui-se essencialmente da elaboração e reelaboração de políticas da vida em seus aspectos cotidianos (Lefebvre, 1969; 2000 [1974]; Jacobs, 2011 [2000]). Nele, sujeitos ordinários (DAS, 2007), instituídos de relações, aspirações e intencionalidades, ou seja, de suas humanidades completas, fazem a vida e o lugar acontecerem a partir de suas próprias singularidades (Certeau, 1980, 1998). Conforme aponta Ahlert, Gonçalves e Bezerra (2023),

> Em torno das agências e temporalidades que se cruzam no Centro Histórico, ganha tom a ideia de que ali vive uma "comunidade". Dela participam moradores que possuem casas, mas também figuras de convivência corriqueira, que trabalham na região há anos, que nela criam seus filhos, que vão embora, mas voltam continuamente ao espaço.

Por abrigar diversas pessoas e instituições e assumir diferentes funções a depender do dia, do horário, dos eventos[213], comporta-se como um lugar dinâmico. Sua dimensão espacial é, assim, também um resultado da temporalidade da própria vida urbana cotidiana (Lussault, 2007)[214] e de suas particularidades a cada etapa da evolução da cidade (Santos, 1959). Portanto, o Núcleo Central de São Luís configura-se, como qualquer outro centro, com

---

o Centro Histórico de São Luís, principalmente com o aumento do volume de dissertações e teses produzidas no próprio estado" (Alves; Antipon, 2023, p. 11).

[212] Projeto do governo do estado que, na década de 1980, restaurou aproximadamente duzentos casarões na região da Praia Grande. Informações disponíveis em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Centro%20Hist%c3%b3rico%20de%20S%c3%a3o%20Lu%c3%ads.pdf. Acesso em: 2 jul. 2020.

[213] Para Santos (1996, p. 95), todo evento é o resultado de ações conduzidas por um processo e capazes de gerar uma "nova função ao meio preexistente". Por esta razão, o autor defende que "os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais".

[214] Segundo Lussault (2007, p. 34), "*L'existence serait ainsi une action spatiale permanente*".

características próprias e individualizantes (Santos, 1959), sem que isso retire a propriedade de discuti-lo objetivamente na estrutura geral urbana.

Em razão deste dinamismo também resultante da movimentação e concentração de fluxos diários, o centro não é apenas importante para São Luís, mas para todos os municípios da região metropolitana da Grande São Luís. Apesar de alguns interlocutores trabalharem no Núcleo Central, vendendo comida ou em outras atividades, mas, quando necessário, consumindo refeições neste lugar, é também nos municípios da região metropolitana que eles moram:

> *Vendo de tudo aqui: fone de ouvido, radinho, quer camiseta? Tem camiseta também, mermã, posso pegar lá no meu carro o teu tamanho da que tu gostar* […] *ele é meu "depósito".* […] *venho de carro porque daqui volto para Ribamar* [refere-se ao município São José de Ribamar], *é lá que eu moro* (H., Trabalho de Campo – Centro Histórico, novembro de 2019).

Se há um fluxo intenso de transeuntes – trabalhadoras/es e consumidoras/es – advindos de outros municípios da própria Ilha do Maranhão (tornando a área estudada, por excelência, um centro dinamizador da cidade-sede da região metropolitana da Grande São Luís, é neste lugar que também observamos moradores de bairros adjacentes e periféricos (Camboa, Liberdade, São Cristóvão, Anjo da Guarda, Cidade Operária, Vila Luizão, Alemanha, Filipinho, Divinéia, Ilhinha, Vila Embratel, entre outros) e migrantes que chegam e se (re)enraízam em busca de trabalho e moradia, ou seja, o se

> *achar na cidade grande, entendeu? Eu não tinha nada no meu interior; assim, tinha minha família, pai, mãe, meus irmãos, meus primos, tinha gente lá, mas não tinha nada de dinheiro, de trabaio, de casa boa, nada, entendeu? Então a gente escutava que aqui as coisas dão certo e daí eu vim, daí deixei a baixada* [refere-se à região a oeste da Ilha do Maranhão, conhecida como "baixada maranhense"] *pra trás mesmo* (L., Trabalho de Campo – Centro Histórico, outubro de 2019).

Avulta também a associação do comércio popular no Núcleo Central à concentração de ocupações urbanas de seus casarões históricos, abrigo de muitos trabalhadores[215]. Averiguamos a origem desses sujeitos: trata-se de migrantes da baixada ocidental maranhense e de moradores das periferias da cidade, que veem no Núcleo Central uma oportunidade de gerar renda e reduzir os custos de vida; buscam, majoritariamente, poder morar próximo aos seus locais de trabalho.

[215] Em um levantamento primário, junto com os pesquisadores do Núcleo Marielle-UEMA, coordenado pelo Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves, identificamos 23 ocupações urbanas no Núcleo Central de São Luís em 2019.

Tais ocupações, além de se caracterizarem como espaços de luta, são também os lugares onde parte dos sujeitos que ali habitam – sobretudo mulheres negras – preparam os alimentos a serem comercializados no Núcleo Central. Revela-se, dessa maneira, a centralidade do papel de diversos sujeitos no espaço urbano, cujo trabalho de alimentar a cidade se concretiza a partir da luta pela moradia popular.

Tal situação implicou que adentrássemos em suas casas, ou seja, em seus cotidianos ditos domésticos, para entendermos suas reivindicações e seus movimentos de resistências, e incorporarmos na reflexão a compreensão de que suas práticas alimentares domésticas e cotidianas se reproduzem também como uma atividade econômica, de sobrevivência.

O centro, então, ocupado por esses sujeitos e também por outros – a trabalho, a passeio, estudando, morando, buscando sobreviver –, é caracterizado como um local dinâmico de comércios e serviços populares, atividades que concretizam um circuito comercial de alimentação necessário às pessoas presentes cotidianamente na região.

Foi com os trabalhadores da alimentação que aprendemos sobre a situação alimentar urbana estar diretamente vinculada aos movimentos da cidade e vice-versa. Vendedoras de lanches nos pontos de ônibus nos explicaram que as *corridinhas*[216] existem, embora estejamos na era da plataformização dos transportes individuais e coletivos. Ambulantes de alimentação abriram as portas de ocupações urbanas e as mostraram como lugares reivindicatórios de juventudes organizadas pela cultura na cidade; de famílias em luta pela dignidade no morar; de mulheres que precisam de um lugar para fazer o fogão e a vida funcionarem; a mulher que ferve o milho e alimenta os trabalhadores apressados no ponto de ônibus, mas para o seu próprio almoço apenas quatro colheres de arroz e um ovo antes da caminhada de trinta minutos para guardar o seu carrinho em um lugar seguro. Com eles aprendemos que em Camboa ainda se compra no fiado, e no São Cristóvão o arroz é mais barato para os moradores antigos; que no entorno do Mercado Central famílias terão acesso à doação de alimentos em eventuais sábados; que o dinheiro que entrou com a venda de lanches durante as dez horas de trabalho em um ponto de ônibus no Anel Viário pagará a latinha de sardinha do almoço do dia seguinte em um mercadinho do Anjo da Guarda. Eles nos ensinaram que é na caminhada que acontecem os abastecimentos entre o atacadista e os quiosques que vendem a refeição para os trabalhadores, e que nos ônibus intraurbanos também são feitos os deslocamentos das frutas da Feira do João Paulo para a banquinha no entorno da Praça Deodoro. Eles nos fizeram ver que a revitalização

[216] Assim como o fenômeno das *vans* e dos *mototáxis*, há um circuito de carros particulares em São Luís que oferece as *corridinhas* – o transporte coletivo de passageiros a um custo médio de R$ 5/pessoa, circulando do Núcleo Central para as diversas áreas periféricas da cidade.

dos espaços públicos implica, arbitrariamente, na reorganização e na adaptação do comércio alimentar, bem como no aumento do valor das refeições e no adoecimento de vidas, sobretudo femininas e negras, as quais foram obrigadas a abdicar de suas atividades comerciais; que o casamento de algumas custou anos de violência doméstica, superada com a decisão de vender comida de porta em porta; que o passado de outras e outros que hoje alimentam a cidade esteve atrelado à condição de trabalho escravo contemporâneo e à fome.

Assim, apesar de o dinamismo ser central, as características dos que ocupam majoritariamente esta centralidade explicitam a desigualdade e a segregação racial históricas de São Luís. Trata-se de moradores – sejam eles do próprio centro ou de outras partes da cidade – e trabalhadores negros, os quais particularizam o Núcleo Central justamente como uma "centralidade periférica" (Rolnik; Nakano; Campos, 2004), lugar do consumo, trabalho e moradia populares; lugar da possibilidade de sobrevivência na grande cidade.

Os conteúdos desse centro – um "território da pobreza" (D'Andrea, 2020), uma "materialidade desvalorizada" (Santos, 1996) –, meio e produto de sua popularização, manifestam-se pela "*nova vitalidade econômica*, que mantém em muitas instâncias o papel central da região no âmbito do universo terciário da metrópole" (Rolnik; Nakano; Campos, 2004, p. 156, grifo nosso)[217].

Para fins analíticos de elaboração da tese, escolhemos um recorte de pesquisa que levasse em consideração as espessuras de um comércio alimentar organizado justamente por tal vitalidade. Assim, selecionamos um universo de restaurantes, quiosques, barraquinhas e ambulantes de alimentação (i) com explícitas características do circuito inferior – baixo capital e tecnologia, bem como organização específica; e (ii) que estivessem presentes em diferentes aglomerações do Núcleo Central, em suas porções:

- de maior abrangência turística e de eventos culturais cotidianos (o bairro da Praia Grande, no Centro Histórico);
- de características residenciais periféricas (o bairro Madre Deus);

[217] Conforme Montenegro (2013, p. 40) salienta, "embora os pequenos negócios do circuito inferior tendam a se concentrar nas parcelas mais desvalorizadas do tecido urbano, haja vista seu baixo nível de capitalização, esses necessitam, todavia, de uma escala mínima de mercado que lhes permita perpetuar sua existência. Assim sendo, os agentes do circuito inferior buscam se instalar preferencialmente em localizações centrais da cidade, sobretudo em pontos que representam centros de consumo popular".

- dinamizadas pelo fluxo de trabalhadoras e trabalhadores, consumidoras e consumidores em trânsito (a rua Oswaldo Cruz, popularmente conhecida como Rua Grande[218]) e adjacências e a Rua do Passeio;
- dinamizadas pelos fluxos comerciais, ao redor da Praça Deodoro;
- com presença de quiosques nucleados à região do Anel Viário;
- nas adjacências do Mercado Central e os próprios estabelecimentos pertencentes a esse fixo;
- nucleadas à Feirinha de São Luís (evento que ocorre todos os domingos e que concentra vendedores, entre outros, de alimentação de diversas partes da cidade).

Embora tenha sido crucial delinear um recorte devido à própria operacionalização da pesquisa, é necessário destacar que ele ocasionalmente se mostrou flexível, assim como são os fluxos desse comércio e a diversidade de usos de uma cidade (Jacobs, 2011 [2000]). Muitas vezes nos deparamos com interlocutores em outras áreas e momentos não previamente selecionados, como durante seus trajetos de retorno para casa, em suas rotas de obtenção de insumos e abastecimentos, nos locais onde guardavam seus carrinhos, em eventos itinerantes e sazonais que impulsionavam uma nova dinâmica urbana, nas periferias que frequentamos ao longo dos anos de pesquisa. Ou seja, tratávamos do Núcleo Central, embora, em certos momentos, não estivéssemos nele.

Desse modo, quando analisamos a concretização de uma situação alimentar, seja nos centros ou nas periferias – como mostraremos no próximo capítulo –, precisamos considerar que as cidades, embora divididas, são articuladas, pois resultam de uma "expressão espacial de processos sociais" (Corrêa, 1989, p. 8). Portanto, o espaço urbano é uma organização espacial fragmentada e articulada, como bem destaca o mesmo Corrêa (p. 7-8):

> […] cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. […] As relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade. Este é um segundo momento de apreensão do que é o espaço urbano: fragmentado e articulado.

[218] Rua de fluxo intenso de trabalhadores e consumidores localizada no Núcleo Central histórico da cidade. Nela, além da concentração de uma miríade de trabalhadores que compõem o circuito inferior da economia urbana, também estão presentes grandes lojas varejistas instaladas nos antigos casarões, como o Magazine Luiza, loja de eletrodomésticos.

O aprofundamento da pobreza estrutural, como exposto, especialmente a partir de 2016, potencializou o uso, já histórico, do Núcleo Central de São Luís com o adensamento de atividades do circuito inferior da economia urbana. Tais atividades manifestaram-se, entre outros, em múltiplos estabelecimentos de comercialização popular de alimentos, conformando uma dada situação alimentar urbana organizada por trabalhadores e fornecedores da comida aos trabalhadores dependentes desse circuito para manutenção de suas rotinas.

Alguns deles classificamos como “mais estruturados”, a respeito dos fixos reconhecidos como vendinhas, mercados, barraquinhas, restaurantes, bares, quiosques. Em outros, identificamos a capacidade de improvisação como uma constante, a exemplo dos ambulantes – “pessoas singulares que levam a vida e desenvolvem habilidades e vocações comerciais em movimento” (Neiburg, 2010) – com carrinhos, isopores, fogareiros, vendedores e vendedoras com suas bicicletas adaptadas para a venda de salgados, os “bike lanches”, como se identificam e são reconhecidos (Imagem 8), e carrinhos de mão e de supermercados reutilizados para transportar alimentos e bebidas (Imagem 9).

Imagem 8 – Típicas bicicletas ambulantes de alimentação

Fonte: Antipon, 2024.

Imagem 9 – Vendedores ambulantes com carrinhos adaptados, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2019 e 2024.

Tal capacidade, a qual consideramos ser de improvisação, surge claramente pela "necessidade de sobrevivência combinada à criatividade" (Montenegro, 2012, p. 65) de sujeitos que, cotidianamente, na conhecida "arte da viração" (Ribeiro, 2004, 2013b), diante da crise urbana e societária, tentam dar seus "*pulos para conseguir a cesta* [refere-se à cesta básica] *no final do mês*" (J., Trabalho de Campo – Núcleo Central, janeiro de 2022).

Não é raro encontrarmos por toda a cidade pessoas que mobilizam o comércio de bebidas e comidas a partir dessas formas reutilizadas. A bicicleta, que antes apenas conduzia o trabalhador de sua casa para o local de trabalho, agora é o veículo da própria realização do labor; a base de um carrinho de supermercado, agora é o "balcão" do que vendedoras e vendedores podem oferecer; o carrinho de mão, usado em muitos serviços de obras, ajuda o trabalhador a complementar sua renda mensal. Estas são características primordiais do circuito inferior, que "está em processo de transformação e adaptação permanente" (Santos, 1979a, p. 39):

> […] *de uns dois* [anos] *pra cá que eu decidi vender esses salgados. Antes eu era guardador de carro, por aqui mesmo. Mas daí já não tava dando mais*

> *viver do trocado, e chegou o PIX, as pessoas já não tinha mais o trocadinho, sabe? Daí eu pensei, que eu morava ali, antes da ponte* [refere-se ao bairro "Ilhinha", nas proximidades do Núcleo Central] *e que tinha ali perto, no São Francisco mesmo, umas mulher com uma fabriquinha pequena de salgados, esses aí que a senhora tá comendo. E daí eu já via os meninos com as bicicletas e os isopor na frente, na trás. E daí eu pensei que eu também ia conseguir, mesmo com os meus 75 anos nas costa. Porque o que eu posso fazer? A aposentadoria não dá pra nada, não consigo comer só com ela. Daí eu pego as marmita que eles doam às vezes, mais no final de semana, e durante a semana eu vendo esses salgadinhos* (C., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

> *Eu tinha esse carrinho aqui porque já trabalhei muito com serviço de obra, sabe? Quer dizer, ainda faço uns bicos se precisam de mim. Lá no Araçagi* [refere-se ao bairro localizado a nordeste de São Luís], *ali pros lado de lá da cidade que tem umas pessoas que me chamam, às vezes. Daí são uns serviço de reboco, arrumar umas coisa. Mas daí quando não tem muito serviço disso, eu pego as aguinhas, os refrigerantes e vendo aqui, fico aqui mesmo. Mas tem vez que eu ando, porque com esse carrinho fica mais fácil, né? Também cato as latinhas para reciclagem, mas isso não é sempre. Eu faço um pouco de cada coisa pra comer* (O., Trabalho de Campo – Núcleo Central, novembro de 2019).

Tais condições são reveladoras da "miséria do salário e [da] sobrevivência exigida do trabalhador assalariado" (Ribeiro, 2013c, p. 284) nas cidades contemporâneas. As narrativas sugerem que é precisamente nessa condição de precariedade e resiliência que o "saber popular" se faz presente na vida urbana. Ou seja, a "combinação do *savoir-faire* e da imaginação das massas, que inventam objetos de vida cotidiana" (Santos, 1996, p. 180), compõe o mosaico dos tecidos urbanos esgarçados.

Conforme Ribeiro (2013c, p. 82-83), esse saber, essa arte "praticada, fundamentalmente, pelos mais pobres" representaria demarcadores fundamentais do meio ambiente urbano:

> […] as diferenças entre habitantes não se resumem à desigualdade de renda ou no acesso a condições materiais de vida. Diferenças também existem nas resistências sociais e no aprendizado da sobrevivência em ambientes antagônicos.

Seja nos fixos "mais estruturados" ou nesses carrinhos e bicicletas improvisando a mobilidade das trabalhadoras e dos trabalhadores ambulantes da alimentação, observamos que na situação alimentar do Núcleo Central de São Luís – e, como veremos no próximo capítulo, muito perto das periferias da cidade – são comercializadas tanto refeições prontas quanto itens a serem preparados nas residências, a exemplo do que se vende nos mercadinhos e nas pequenas

mercearias. Nas comidas prontas (os popularmente reconhecidos como bandecos, pratos-feitos, quentinhas, marmitas) predominam alimentos básicos da dieta da população brasileira (arroz, feijão, farinha e algum tipo de proteína – "a mistura" dessas refeições) (Imagem 10) e regionais (torta de camarão, caldo de ovos e sururu, juçara, bolo de aipim, milho e macaxeira, tapioca de carne-seca ou com queijo e coco, café com leite, suco de frutas e guaraná da Amazônia).

Imagem 10 – Comercialização de refeições prontas em pequenos restaurantes, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2022-2023.

Embora já existam nas adjacências do Núcleo Central grandes marcas de redes de supermercados, como o Grupo Mateus (conforme observado no Mapa 5), ainda são presentes as pequenas mercearias e os mercadinhos classificados como pertencentes ao circuito inferior da economia urbana. São, em sua maioria, de organização familiar, com pouquíssima mão de obra empregada, utilizando muitas vezes o espaço residencial de seus proprietários, geralmente na parte da "frente" e na de "baixo" das residências (Imagem 11). Em razão do espaço reduzido, esses estabelecimentos trabalham com pouco estoque, característica fundamental do circuito

inferior – o mesmo serve para restaurantes, quiosques e barraquinhas, como veremos mais adiante:

> Seu capital é reduzido, assim como seu volume de negócios; os estoques são pequenos e o número de pessoas ocupadas em cada estabelecimento também é pequeno. As pequenas atividades têm necessidade de pouco espaço e podem até ser alojadas nas casas dos agentes (Santos, 1979a, p. 212).

Imagem 11 – Mercearias e mercadinhos no Madre Deus, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2022.

Somadas a essas características fundamentais, tais estabelecimentos vendem porções reduzidas dos alimentos, por exemplo, ovos, frutas e iogurtes por unidade; arroz e feijão em menores quantidades ou fracionados, entre outros. Assim, "a venda em microvarejo permite ao cliente pobre, que só dispõe de magras rendas no dia-a-dia, abastecer-se em pequenas quantidades" (Santos, 1979a, p. 215).

Por se tratar de fixos pertencentes ao circuito inferior, o conjunto de estabelecimentos analisados dificilmente segue de maneira categórica as suas tipologias, podendo abrigar pluriatividades: uma mercearia e ao mesmo tempo um bar; um bar, mas no fundo os isopores com a juçara e os cestos de palha com o camarão seco; uma pequena gráfica, mas na frente uma bancada vendendo bolos, salgados e cafés (Imagem 12); uma estudante de Direito de uma universidade pública, mas que faz uso temporário do Núcleo Central para angariar fundos para a sua formatura com a venda de bolos regionais (Imagem 13); casas em ruas residenciais com plaquinhas indicando que têm farinha e caldo de ovos (Imagem 14); banquinhas com bolos e sucos montados nas salas de casa em períodos específicos do dia, geralmente pela manhã e no final da tarde (Imagem 15), e garagens com mostrador de ovos, frios e pães para a freguesia

que se aproxima (Imagem 16), inclusive formada por outros vendedores ambulantes, trazendo seus peixes recém pescados para dentro do bairro (Imagem 17).

Imagem 12 – Gráfica e barraquinha de salgados, bolos e bebidas na Praia Grande, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2019.

Imagem 13 – Fundos para a formatura e alimentos regionais, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2019

Imagem 14 – Venda de alimentos em residências no Madre Deus

Fonte: Antipon, 2022.

Imagem 15 – Bolos, salgados, beiju e vitaminas na sala de casa no Madre Deus

Fonte: Antipon, 2022.

Imagem 16 – Ovos, pães, frios e polpas de frutas na garagem de casa no Madre Deus

Fonte: Antipon, 2022.

Imagem 17 – Vendedores ambulantes de pescado no Madre Deus

Fonte: Antipon, 2022.

É importante destacar que, conforme Santos (1979a) discorre, a falência no circuito inferior não significaria o fim de uma carreira, mas o recomeço. Interlocutores explicam, com frequência, que a ideia de vender refeições, salgados, bebidas, frutas no Núcleo Central surge em razão do desemprego e da dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, da necessidade de organizar o tempo destinado às atividades geradoras de renda e aos cuidados domésticos cotidianos, bem como da reorganização da vida depois que algum negócio, geralmente familiar, não deu certo:

> *Eu estou trinta anos vendendo comida. Já foi andando, de porta em porta, por encomenda e agora com esse meu carrinho* […] *de domingo a domingo, das três até as seis da tarde, mais ou menos. E pela manhã eu compro as coisas, preparo o que vou vender de tarde, né?*[…] *E eu comecei depois que a lojinha de artesanato do meu pai, que ficava bem ali na Rua Portugal, faliu* (B., Trabalho de Campo – Núcleo Central, outubro de 2019).

Nesse sentido, ainda segundo Santos (1979a, p. 253-254), o circuito inferior realiza constantemente adaptações estreitas "às condições conjunturais. […] Quanto às mercadorias à venda, sua escolha e eventual mudança são feitas em função da demanda sazonal".

Sendo assim, não é raro encontrar nos estabelecimentos entrevistados a venda de refeições conjuntamente com outras mercadorias. Em suas precárias estruturas – algumas até mesmo de tapumes –, acham-se aparelhos de barbear, cigarros, papel higiênico vendido por unidade, produtos de limpeza, escovas de dentes, cadernos e canetas à mostra ao lado do fogão e da mesa que também serve de armário para os pratos, copos e o pequeno estoque dos alimentos que comporão as refeições ofertadas (Imagem 18).

Imagem 18 – Quiosque com oferta de prato-feito e produtos de mercearia nas proximidades do Mercado do Peixe, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2022.

Dona J., mãe de dois filhos pequenos, proprietária e cozinheira do quiosque acima, localizado nas proximidades do Anel Viário e do Mercado do Peixe, trabalha no período da madrugada para atender os pescadores que chegam por volta das 4h ou 5h da manhã. Entre uma refeição e outra sendo pedida, às 9h da manhã ela diz em uma de nossas conversas:

> *tu tirou a sorte grande, menina. Óia, aí. Tu veio aqui, comeu da minha comida, anotou tanto e tanto que até acabou com as suas folha aí do teu caderno, tu é doida* [nós duas damos risadas]. *E óia, e não é que eu também vendo caderno? Tome, pra gente continuar essa conversa, mas esse eu te dou de presente.* […] *É, tem que vender de tudo um pouco. O que a gente faz é ficar olhando,*

> *olhando, olhando o movimento e daí a gente vai descobrindo o que as pessoa quer, o que precisa ter nos momentos de desespero, né?* (Trabalho de Campo, Núcleo Central, janeiro de 2022).

Ainda que consideradas precárias quando comparadas às propagandas realizadas pelo circuito superior da economia urbana, no comércio popular de alimentação observamos a utilização (i) das próprias estruturas dos fixos com os informes do que é ofertado (Imagem 19); (ii) do próprio corpo, com *banners* acoplados para ser, assim, uma propaganda circulante entre as ruas (Imagem 20); (iii) das mídias sociais, a exemplo do Instagram; e (iv) da estrutura dos carros, tanto para o som, os famosos "carros de som", quanto para a adesivação de imagens e informações (Imagem 21).

Imagem 19 – O uso da propaganda no circuito inferior da alimentação: a estrutura como meio de divulgação

Fonte: Antipon, 2019.

Imagem 20 – O uso da propaganda no circuito inferior da alimentação: o corpo como meio de divulgação

Fonte: Antipon, 2024.

Imagem 21 – O uso da propaganda no circuito inferior da alimentação: o carro meio de divulgação

Fonte: Antipon, 2022.

A dinâmica do mercado alimentar no Núcleo Central de São Luís é influenciada pelos eventos que lá ocorrem, sejam eles frequentes, como festivais regulares, festas e o movimento dos bares durante a noite/madrugada, sejam eventos pontuais, como manifestações políticas que têm no centro seu lugar de concentração e acontecimento (Imagens 22). Apesar de haver uma maior atividade comercial durante o dia, o Núcleo Central também é caracterizado por atividades noturnas de venda de alimentos que ocorrem de forma intermitente, podendo ser semanalmente, a exemplo das vendedoras nucleadas à Feira Livre, ou pontualmente, como nos eventos culturais que dinamizam a cidade (Imagens 23 e 24).

Imagem 22 – Vendedores acompanham as manifestações a favor da vacina e contra a fome no mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2021.

Imagem 23 – Vendedores em evento na Praça Maria Aragão em evento cultural municipal

Fonte: Antipon, 2023.

Imagem 24 – Vendedora expõe seus bolos, beijus, curais e café em Feira Livre do Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2024.

Interlocutores ressaltam que possuem seus fixos até mesmo em bairros periféricos, onde trabalham diurnamente durante a semana, e, no período noturno, sobretudo aos finais de semana, se organizam com carrinhos a fim de aumentarem as vendas – caso também relatado por alguns expositores da "Feirinha", comércio de rua que ocorre todos os domingos no Núcleo Central.

Dona H., ao ser indagada sobre a possibilidade de buscar outros lugares da cidade que não o ponto de ônibus onde vende seus sanduíches e salgados de segunda à sexta no período da manhã e da tarde, esclarece:

> *Olha, eu já fui muito para tudo quanto é festejo que tu pode imaginar. Se tinha em Alcântara eu pegava o barco e ia; se tinha os batizado* [refere-se às cerimônias do Bumba Meu Boi] *nos bairros mais perto de casa, eu ia; carnaval, o quanto que já não vendi meus lanches no carnaval! Vendia demais. Ficava aqui de noite também, porque de noite as coisa também acontece aqui, viu? Mas agora eu não faço mais, minhas perna dói demais. E eu também entrei pra igreja* [refere-se à igreja Universal Reino de Deus] *e não quero mais estar pela noite trabalhando* (H., Trabalho de Campo – Núcleo Central, janeiro de 2022).

A afirmação acima revela a importância das leituras espaciais cotidianas realizadas por tais sujeitos nos espaços urbanos e que são parte fundamental do circuito inferior: não é em qualquer lugar, nem em qualquer horário que suas atividades funcionam; existe uma organização própria à existência deste circuito. A economia popular, liderada pelas populações empobrecidas, é entremeada ao movimento da cidade – claramente resulta dele, ao mesmo

tempo que também é capaz de criá-lo e dinamizá-lo. Não à toa, terminais rodoviários, pontos de ônibus, rotas de passagens cotidianas (hospitais, instituições de ensino, saídas de empresas e órgãos públicos, estacionamentos), eventos temporários capazes de reunir pessoas são lugares, por excelência, contemplados com a presença do circuito inferior da alimentação (Imagem 25).

Imagem 25 – Leituras espaciais do circuito inferior

Fonte: Antipon, 2022 e 2024.

As escolhas de mercadorias, a definição dos preços, os horários e locais de atuação e as estratégias de propaganda para a venda de alimentos revelam as percepções que os indivíduos constroem para si sobre a cidade. Assim, o olhar atento dos interlocutores aos conteúdos geográficos da urbanização é que nos guia para uma melhor compreensão de lugares que, segundo Santos (1996, p. 226), são consequentes de "vidas territorializadas" e de relações em que a "emoção é possível", como também ensina Tuan (1980). Trata-se de olhares que, no mesmo sentido cotidiano, conseguem ser "vigilantes" aos mais diversos detalhes das ruas, inclusive no que diz respeito à segurança pública, pois são justamente "olhos para a rua, os

olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua", conforme Jacobs (2011 [2000], p. 35). Para a autora (p. 37),

> O requisito básico da vigilância é um número substancial de estabelecimentos e outros locais públicos dispostos ao longo das calçadas […]; deve haver entre eles sobretudo estabelecimentos e espaços públicos que sejam utilizados de noite. Lojas, bares, restaurantes, os exemplos principais, atuam de forma bem variada e complexa para aumentar a segurança nas calçadas.

Em inúmeras conversas, interlocutores destacam os papéis que cumprem no meio ambiente urbano:

> *Nós é quem trazemos a segurança para a cidade. Isso aqui antes de nós era tudo sujo, só ladrão, era tudo deserto. Depois que a gente se juntou bem aqui e começou a dar um trato na cidade, colocando o lanche, alimentando o povo que vem pra rua, pra trabaiá, pra conhecer o centro histórico, porque você tem que pensar que aqui anda de tudo: desde aqueles que tem condição, até esse povo que não tem condição de comer num restaurante caro, e daí come aqui com nóis, na rua mesmo. Eles passam e vê que aqui tem o lanche, o pastel, o beiju, a tapioquinha. A gente bota as cadeiras bem aí e isso dá um atrativo. Então, quer dizer, as pessoas vão ter a opção de comer mais barato e pra nóis é uma questão de sobrevivência mesmo. No meu caso, é. Familiar. Eu sustento a minha família com isso, eu vivo dessa barraquinha já faz dez anos, mermã* (I., Trabalho de Campo – Núcleo Central, outubro de 2019).

No processo de reflexão sobre essas "responsabilidades" urbanas, outros interlocutores também destacam os conflitos com os órgãos fiscalizadores, em um esforço principalmente voltado para reconhecer, afirmar e reivindicar suas funções na cidade:

> *Antes as pessoa tinha medo de vir pra cá. Hoje está bem melhor. Eu mesmo já corri diversas vezes atrás de ladrão pra resgatar celular, bolsa das pessoa que vinha pra cá. Daí fica uma coisa que eu não entendo, né? Vem a Blitz* [refere-se à Blitz Urbana, órgão municipal de fiscalização urbana] *com uma questão que eles falam que você está obstruindo as calçadas públicas. Então se você está obstruindo as calçadas, você impede a passagem dos pedestres. Se hoje você está aqui, tem que contribuir com algo: então se a gente "atrapalha a passagem", por outro lado a gente garante a segurança daqui, né?* (P., Trabalho de Campo – Núcleo Central, novembro de 2019).

Embora analisando a situação geográfica nova-iorquina, com todas as suas peculiaridades inerentes a uma distinta formação socioespacial, Jacobs (2011 [2000], p. 32) colabora para a compreensão deste movimento observado no Núcleo Central de São Luís ao orientar que a "ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas […] é mantida fundamentalmente

pela rede intricada, quase inconsciente, e controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados".

A existência desse comércio popular de alimentação garante ao Núcleo Central "que haja olhos atentos voltados para esses espaços públicos da rua o maior tempo possível" (Jacobs, 2011 [2000], p. 37). Somado a isso, outros interlocutores explicitam que os cartões de crédito, débito, vales-refeições (Imagem 26) e, mais recentemente, o PIX (Imagem 27) e os cartões digitais nos *smartphones* também garantem uma menor incidência de assaltos aos próprios fixos e ambulantes da alimentação: "*é porque, assim, agora não tem quase cédula, então a gente fica mesmo mais tranquilo de trabalhar de noite, na madrugada.* […] *a gente vende mais, né? Porque agora as pessoa passa no crédito*" (O., Trabalho de Campo – Núcleo Central, janeiro de 2022).

Imagem 26 – Circuito inferior e sistema financeiro no Núcleo Central: uso dos cartões de débito, crédito e vale-refeição

Fonte: Antipon, 2019 e 2024.

Imagem 27 – Circuito inferior e sistema financeiro no Núcleo Central: uso do PIX

Fonte: Antipon, 2022 e 2024.

Se alguns, de fato, veem a inserção de variáveis do capital financeiro nas atividades do circuito inferior como positivas à segurança, ampliação, facilidade e rapidez das vendas, para outros, a diminuição de cédulas, como já mencionado, impulsionou trabalhadores que dependiam dessa circulação a buscarem outras ocupações (caso dos guardadores de carro, por exemplo) e possibilitou um novo dinamismo de "compra e venda de moedas" não somente no centro da cidade, mas em outros bairros e estabelecimentos comerciais. Além disso, o uso principalmente do PIX aumentou os "golpes" cotidianos, como expressa a interlocutora:

> *Olha, eu usava PIX, sim. Mas eu decidi parar. Porque olha só, ontem mesmo. O rapaz veio aqui, comeu duas espigas de milho, daí já era cinco reais, pegou dois sucos, mais cinco, e ainda levou um monte de castanha. No final a conta dele já tinha dado dezoito reais. Daí ele bem esperto viu que o ônibus já estava passando e até falou o nome da minha nora* [refere-se ao fato de que o PIX cadastrado para as vendas está em nome de um familiar], *daí eu acreditei que ele tinha depositado. Que nada mermã, cheguei na casa dela já era mais de nove horas da noite e o depósito dele não tava lá. E de monte isso já aconteceu aqui. Então eu desisti, prefiro só no dinheiro* (N., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Tal fala revela que a rede familiar[219] – sobretudo a sua composição feminina – pode ainda estar circunscrita ao circuito financeiro, ampliando as formas de cooperação entre os entes do circuito inferior, mas também de subordinação e dependência em relação ao circuito superior:

> *Quando era PIX eu ia na casa da minha nora, ela fazia tudo direitinho pra mim, ia na Caixa* [refere-se à Caixa Econômica Federal] *e sacava pra mim os valores e me entregava. Eu ia a cada dois, três dias. E ela ia anotando todos os valores pra mim, num caderninho. O controle, né? Ela fazia o controle* (N., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Uma nora administra a conta em que sua sogra, uma vendedora ambulante, recebe o PIX; uma filha abre a conta no banco em seu nome para que sua mãe possa cadastrar as máquinas de cartão de débito e crédito utilizadas no pequeno restaurante. Há quem, ainda, faça o cartão de crédito das redes de supermercados em nome de seus companheiros e

[219] Santos (1979a, p. 219) elabora que "O emprego familiar é frequente nas pequenas empresas do circuito inferior. Ele permite que se aumente a produção sem que haja necessidade de mobilizar mais capital de giro. Apelar para assalariados tornaria a pequena empresa pouco competitiva e a obrigaria a pagar encargos sociais e impostos. Em certos casos, sobretudo quando a demanda é flutuante, a transformação de uma empresa familiar em empresa capitalista acarretaria sua falência".

companheiras[220] para adquirir os insumos de seus estabelecimentos de forma parcelada, assim podendo aproveitar as promoções e garantir nos cardápios, o exemplo mais comum, as carnes habituais sem ter um aumento no preço.

O Grupo Mateus, por exemplo, oferece o Mateuscard Visa Gold[221] – cartão de crédito associado ao Banco Bradesco, com sede em Osasco (SP) e que pode ser utilizado em seus estabelecimentos ou em qualquer outro, e em compras virtuais[222]. Tal fato evidencia que o "protagonismo no processo de financeirização deixou de se limitar, assim, à ação dos bancos e instituições especificamente financeiras, passando a ser exercido também por grandes cadeias de comércio varejista" (Montenegro; Contel, 2017, p. 121)[223].

Tal fato corrobora "uma nova e complexa organização do circuito superior da economia urbana", cuja estruturação ocorre por meio de "associações entre instituições financeiras bancárias, suas respectivas instituições financeiras de crédito pessoal e grandes redes de varejo e de serviços, constituídas, em grande medida, para abarcar os pobres no mercado de consumo" (Montenegro; Contel, 2017, p. 121).

Assim, conforme defende Contel (2006), a maior acessibilidade ao crédito pelas diferentes classes, definidora do padrão de consumo atual, materializa nas cidades brasileiras contemporâneas – sobretudo nas metrópoles (Montenegro; Contel, 2017) – o processo cada vez maior de financeirização da vida cotidiana.

Embora haja, sem sombra de dúvidas, um aumento considerável dessas variáveis do circuito financeiro no mercado popular (são raras as vezes em que estabelecimentos ou mesmo os ambulantes não aceitem essas ferramentas, ou que os interlocutores não estejam associados às linhas de crédito para aquisição dos insumos[224]), é importante asseverar que o uso do dinheiro

---

[220] Conforme apontam Montenegro e Contel (2017, p. 134), "O estrato de baixa renda é aquele que mais se vale de sua rede social como fonte de auxílio financeiro: 25,5 milhões de brasileiros emprestaram seu cartão de crédito para parentes ou amigos em 2012 (ABECS, 2012)".

[221] Informações disponíveis em: https://www.bradescard.com.br/bradescard/html/cartoes/mateuscard-visa-gold.html. Acesso em: 15 abr. 2024.

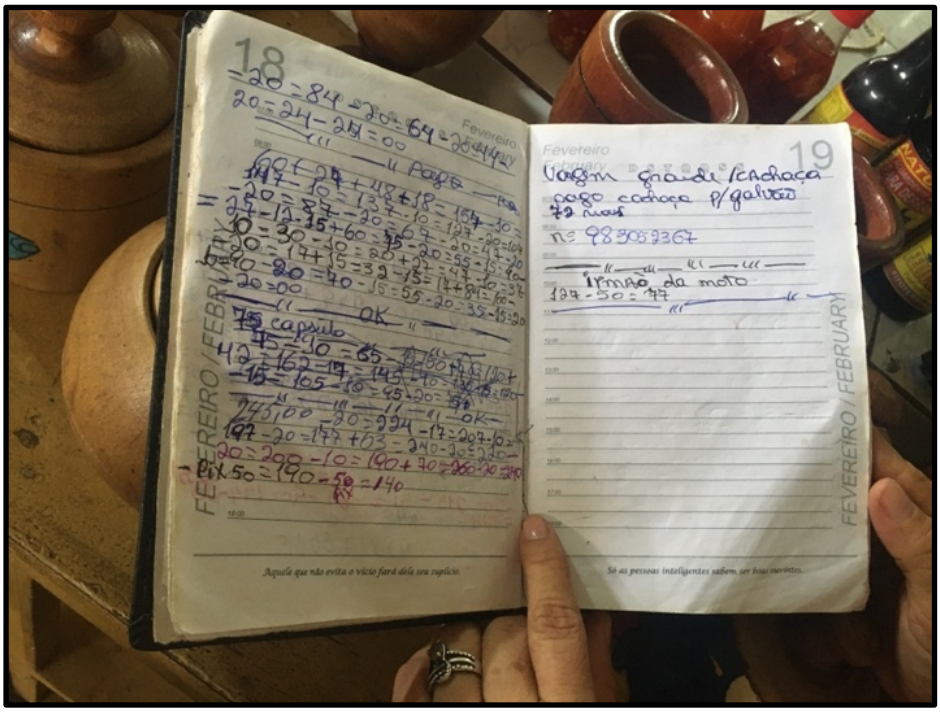
[222] Tais cartões, "conhecidos como '*private label*', envolvem a fidelização de clientes através da oferta de crédito, vales, bônus, preços promocionais e prazos estendidos para pagamentos de parcelas sem juros. Os chamados 'cartões híbridos', que podem ser utilizados não só em lojas, mas em qualquer estabelecimento, também se destacam entre os novos instrumentos ofertados. A atual aliança entre bancos, financeiras, redes varejistas e administradoras encontra-se, assim, simbolizada pelo artefato do cartão (Sciré, 2011)" (Montenegro; Contel, 2017, p. 122).

[223] Ainda segundo os mesmos autores, "Essas empresas obtêm, muitas vezes, maior lucratividade com a venda de produtos financeiros, como o crédito ao consumidor, do que com a venda das mercadorias que fabricam ou comercializam. Os juros incorporados às prestações excedem significativamente, ademais, o valor real dos artigos vendidos. Destarte, operações puramente financeiras dos grandes grupos adquirem maior importância no conjunto de suas atividades, resultando em uma crescente migração dos capitais da esfera do investimento para a esfera da especulação (Chesnais, 1998)" (Montenegro; Contel, 2017, p. 121).

[224] Conforme Santos (1979a, p. 44), o crédito no circuito inferior "é de outra natureza, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades de acumular. A obrigação de reembolsar periodicamente aos fornecedores uma parte da dívida torna a procura do dinheiro líquido

vivo e o fiado (crédito informal), com clássicas anotações na caderneta (Imagem 28), ainda são comumente observados nas redes que possibilitam o funcionamento desta situação alimentar: "*eu aceito sim que algumas pessoas comam aqui no fiado. Eu sei que elas vão me pagar. E, assim, eu sei que às vezes se elas não comerem aqui, não vão comer em lugar nenhum*" (M., Trabalho de Campo – Núcleo Central, janeiro de 2022).

Imagem 28 – Caderneta de vendas no "fiado" em restaurante no Mercado Central



Fonte: Antipon, 2022.

Ao também contar sobre o cotidiano implicado em seu trabalho com a venda de refeições, no Núcleo Central, Dona T. revela:

> *Com esses vinte reais da sua compra, eu amanhã mesmo vou lá na Camboa* [refere-se ao bairro] *comprar meu saco de carvão.* […] *É, eu também trago esse saco no ônibus e depois a pé. Eu pago quarenta reais no saco, mas compro lá com uma moça que já me conhece, daí, mermã, ela não aceita PIX, ela nem sabe ver essas coisas no celular. E, daí, porque ela me conhece, ela faz no fiado pra mim. Porque ela sabe que eu vou pagar. De pouco a pouco, mas eu pago tudinho pra ela, em dinheiro vivo mesmo.* […] *Eu vou parcelando. Esse saco eu vou pagando em uma, duas semanas, se não for assim, eu não consigo.* […] *Mas ela confia em mim. E pode confiar mesmo, eu nunca deixei de pagar. Amanhã mesmo já vou acertar com ela* (T., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

desenfreada. Os próprios intermediários têm necessidade de dinheiro líquido para saldar seus compromissos com os bancos".

Tanto o carvão – fonte de energia recorrentemente utilizada[225] em carrinhos que cozinham e grelham milhos, carnes e queijos – quanto os insumos em geral (arroz, feijão, óleo, farinha etc.) muitas vezes são adquiridos em outros bairros, geralmente nos grandes atacadistas, hipermercados e supermercados ou nas próprias mercearias e mercadinhos dos bairros periféricos onde habitam os interlocutores, conforme abordaremos mais adiante. Quando comprados no centro de São Luís, o Mercado Central ainda cumpre um importante papel abastecedor da cidade, sobretudo por ser um fixo nas intermediações dos estabelecimentos e das rotas dos ambulantes.

Boa parte das interlocutoras contou sobre as estratégias de organização de suas atividades. Mediante recursos escassos de deslocamento (sem veículo individual, tampouco possibilidade de arcar com corridas de transportes por aplicativos, por exemplo), essas mulheres revelam fazê-lo a pé, mesmo se as distâncias ultrapassem quarenta minutos de caminhada. Exemplo disso é a senhora K., cozinheira há mais de trinta anos de seu pequeno restaurante nas adjacências do Mercado Central, fixo no qual ela compra parte dos insumos em razão da amizade que já possui com os donos dos boxes – o que garante a compra no fiado, no crédito e parcelamento pessoal e direto e nas compras fracionadas – e também pela facilidade de se deslocar sem gasto com o transporte. Outro recurso dessas trabalhadoras são as caronas eventuais com familiares, permitindo diversificar os locais de compras entre as grandes redes de comercialização de alimentos e as mercearias dos bairros, cujos "*donos, como me conhecem, abrem a saca de arroz e vendem o quanto eu vou usar. Às vezes eu só consigo comprar o que vou usar no próprio dia, entendeu?*" (N., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024)[226]. Por fim, servem-se de transportes coletivos, a exemplo dos ônibus municipais, mas também das "corridinhas", anteriormente mencionadas:

> *Compro esses milhos na feira do João Paulo e essas laranjas na Ceasa. Faço tudo de ônibus. Os milhos eu compro, geralmente, quando a venda está muito boa, três sacas por semana.* […] *Cada saca vem cinquenta espiga.* […]. *É, mulher, eu trago no muque mesmo, de ônibus.* […]. *Os motorista tudo me conhece e para o ônibus, me espera subir e descer com as sacas. Não tem*

[225] Embora o uso do botijão de gás seja também recorrente, como observado em campo, o carvão é uma das principais fontes de energia dos vendedores ambulantes de alimentação em São Luís.

[226] Em razão da própria condição de escassez dos aportes financeiros mensais ou mesmo das incertezas se tais aportes entrarão continuamente até o final do mês, tais sujeitos são frequentemente obrigados "a recorrer ao circuito inferior para outros consumos, geralmente os consumos correntes, como os de produtos alimentícios, por exemplo, e utilizam a possibilidade do crédito pessoal e direto, encontrado no pequeno comércio da vizinhança" (Santos, 1979a, p. 55). Nesse mesmo sentido, Montenegro e Contel (2017, p. 133) explicam que a "preferência pela pequena vendinha se fundamenta, ademais, na importância das redes de sociabilidade entre a população de baixa renda nas periferias, ou ainda, da fidelidade característica destas redes de vizinhança. A força da publicidade das grandes redes nos meios de comunicação, o status auferido pelas marcas e a oferta de crédito a prazo constituem, porém, elementos contra os quais os pequenos negócios dificilmente conseguem fazer frente".

> *tempo ruim não. E depois, assim, eu dou milho pra eles, né? Eles lancham a minha comida. Eles param aqui, pega milho, as vezes uma castanhazinha. E eles me ajudam também* (P., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Além das aquisições dos insumos realizadas a pé ou em transportes coletivos, observamos – não somente no Núcleo Central, mas em praticamente toda a cidade – o deslocamento de pessoas com seus próprios carrinhos (Imagem 29), tanto em direção aos seus locais de moradia, sejam eles no Núcleo Central ou em outros bairros, quanto para os estacionamentos desses equipamentos. Uma das interlocutoras, por exemplo, se desloca diariamente pela Via Expressa desde o centro até o bairro da Liberdade, empurrando seu carrinho de mão com isopores por aproximadamente dez quilômetros ida e volta.

Imagem 29 – Na Avenida dos Holandeses, o retorno para casa com os equipamentos de venda de alimentos

Fonte: Antipon, 2022.

Ao longo da pesquisa conseguimos identificar dois estacionamentos de carrinhos, os quais compõem outro circuito econômico decorrente das vendas de alimentos na cidade: um localizado na região da Praia Grande e outro nas mediações do Mercado Central. É para este último lugar que boa parte de nossos interlocutores se desloca duas vezes ao dia para buscar e guardar de volta seu principal instrumento de trabalho:

> *Foi o que eu te falei, como eu moro lá no Anjo da Guarda e agora que me deslocaram para cá*[227]*, eu tenho que estacionar o meu carrinho no depósito. Então, eu vou e volto com ele andando. Meia hora pra vir pra cá e meia hora pra voltar pra lá. Pago R$ 25,00 por semana* (N., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Se alguns conseguem pagar pelo estacionamento, ou levar os carrinhos para a própria casa, outros acabam por acorrentar tais equipamentos nas ruas da cidade (Imagem 30), contando com a sorte de que eles estarão no mesmo lugar no dia seguinte:

> *Eu não tive escolha na verdade. Eu só consigo levar um, então tive que levar o que eu boto as comidas mesmo. Porque se eu fosse levar dois, seria umas duas horas de caminhada por dia e daí eu não tenho condição, né? Então eu comprei essas correntes e amarro ele aqui atrás do ponto. Cubro com essas lonas e rezo pra Deus para encontrar ele no dia seguinte* (N., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Imagem 30 – Carrinho estacionado em uma rua do Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2019.

Embora o deslocamento seja frequentemente considerado uma questão para a compra de grandes quantidades de insumos em locais com melhores condições de pagamento e ofertas, a maioria dos entrevistados afirma que a capacidade limitada de armazenamento (Imagem 31) e de capital de giro para tal investimento são os principais obstáculos enfrentados. Conforme Santos (1979a, p. 216) aponta,

> O comerciante, por sua vez, se reabastece em pequena quantidade e todos os dias, porque tem necessidade de ter um estoque diversificado num pequeno espaço que, além disso, não é equipado para conservar gêneros perecíveis; mas também porque suas possibilidades são limitadas e o colocam na

[227] Refere-se aos deslocamentos compulsórios ocorridos em razão dos projetos de revitalização do Núcleo Central, tema a ser abordado adiante.

> dependência do crédito em relação a um atacadista ou semiatacadista e, às vezes, mesmo de um varejista. Ele também só pode comprar em pequenas quantidades.

Imagem 31 – Espaços e estoques reduzidos em estabelecimentos no Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2022 e 2024.

Moradora de uma ocupação urbana, ex-empregada doméstica, cozinheira de marmitas e proprietária de um carrinho de batata frita e pastel, F. revela que a aquisição de um *freezer*, depois de dez anos trabalhando na área, vai possibilitar a estocagem de maiores quantidades de carnes, permitindo que ela aproveite melhor as promoções semanais e tenha uma margem de ganho um pouco maior. Além disso, poderá manter o tamanho das marmitas, em vez de diminui-las – escolha de muitas colegas quando se deparam com a impossibilidade de aproveitar as promoções e o aumento do valor dos alimentos.

> *Eu acho que elas faz isso sabe? Acho que colocam menos, como que tão cobrando esse preço?* […]. *Eu compro no Mateus, quando tá em promoção. Ontem foi no do João Paulo* [refere-se ao supermercado Mateus localizado no bairro João Paulo], *mas não é sempre lá. Onde eu vejo que tá de oferta daí eu vou. E eu acho as ofertas pela televisão*[228]*. Carne, frango eu compro na Fribal do Mercado Central, e vou a pé. Tudo a pé. Daí quando eu não consigo ir a pé, eu vou de carro com o meu filho, que daí ele me leva. Ceasa eu nunca fui, eu tô me organizando para pesquisar e ver lá, ver se vale a pena. E tem também o armazenamento, né? Eu comprei um freezer, só agora. Mas ainda não chegou não. Porque quando chegar, lá na Fribal quando aparecer a promoção, eu já consigo comprar uma caixa e guardar aqui, e antes eu não conseguia fazer isso. Assim, eu até fazia. Pra poucos dias. Porque guardava no freezer da geladeira, mas era bem pequeno, né? Mas agora eu vou conseguir guardar para mais dias* (F., Trabalho de Campo – Núcleo Central, outubro, 2019).

[228] Apesar da banalização dos smartphones, com as informações são acessadas nos sites, aplicativos e redes sociais das grandes redes varejistas, destacam-se nas entrevistas o ainda frequente acesso à informação via televisão local em São Luís.

Em razão das obras do projeto Revitalização do Centro Histórico de São Luís, conduzidas pela prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais (Semispe) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), observamos uma série de mudanças na organização cotidiana de sujeitos que tinham seus comércios organizados em pontos específicos do Núcleo Central, a exemplo da região do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa, bem como nas proximidades do Terminal Rodoviário do Anel Viário, na Fonte do Bispo.

No primeiro caso, conforme revelam as fotos que compõem a Imagem 32, o conjunto de quiosques que fazia parte do Largo do Carmo foi demolido – à época, em 2020, sob a gestão de Edivaldo Holanda Júnior (Partido Democrático Trabalhista – PDT) e nada foi construído em seu lugar[229] (Prefeitura […], 2020).

Imagem 32 – Quiosques demolidos no Largo do Carmo, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2019.

[229] No decorrer da pesquisa, em razão da chegada da pandemia de Covid-19 no Brasil e das condições de isolamento exigidas tanto pela Unicamp quanto pela Fapesp – seguindo as normas do governo do estado de São Paulo –, não pudemos dar continuidade com os trabalhos de campo nesta região, portanto, não houve uma aproximação maior com os interlocutores que perderam seus espaços. Mas com o retorno presencial, em 2022, e entrevistas em outras partes do Núcleo Central obtivemos informações de que algumas pessoas que trabalhavam nestes quiosques estariam sem exercer as atividades de venda de alimentos outrora realizadas.

Já no caso da revitalização do Terminal Rodoviário da Fonte do Bispo, finalizada em 2022 sob gestão do atual prefeito Eduardo Braide (PSD), como forma de contemplar os diversos sujeitos que organizavam suas economias neste local foram entregues 56 quiosques (Imagem 33), distribuídos ao longo da região central, e 81 triciclos (Imagem 34) para a venda alimentos[230].

Imagem 33 – Quiosques na região do Terminal Rodoviário Fonte do Bispo e Eixo Viário, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2024.

Imagem 34 – Triciclo concedido pela prefeitura de São Luís, localizado na região da Praça Deodoro, Núcleo Central

Fonte: Antipon, 2024.

[230] Informações consultadas em: https://www.saoluis.ma.gov.br/vice-prefeitura/noticia/40145/prefeito-eduardo-braide-entrega-obras-de-urbanizacao-do-anel-viario. Acesso em: 05 de maio de 2024.

Embora consideremos a importância da elaboração de um plano que inclua trabalhadoras e trabalhadores, pensando em sua realocação nesses novos fixos e com a distribuição de outros equipamentos para uma reorganização do trabalho móvel como forma de garantir a obtenção de renda por meio da venda de alimentos, nossos interlocutores apontam o fato de tal planejamento ter sido feito sem consultas prévias aos próprios trabalhadores do mercado popular de alimentação, diretamente afetados pelas reformas urbanas em curso – dado revelador da legitimidade contestável de tais projetos, como bem lembra Souza (2006, p. 33):

> […] os instrumentos de planejamento (urbano ou qualquer outro) e as rotinas de gestão (idem), por mais relevantes e criativos que sejam, só adquirem plena legitimidade ao terem a sua operacionalização e a sua implementação debatidas, deliberadas e monitoradas pelos cidadãos.

Nesse sentido, Lefebvre admite que

> a política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciais do urbano e do "habitar" […] (2004 [1970], p. 53).
> […]
> [– este espaço dos] gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentidos, difícil maturação do imaturo-prematuro (do "ser humano"), contradições e conflitos entre desejos e necessidades (2004 [1970], p. 166).

Quando perguntada sobre o seu deslocamento forçado de dentro do Terminal Rodoviário Fonte do Bispo para o outro lado do Anel Viário – uma distância de menos de 200 metros, aparentemente de fácil adaptação –, Dona J., vendedora de frutas, castanhas e milhos cozidos, desabafa:

> *É claro que aqui é bem pior, mermã. É óbvio. Olha só pra ti vê. Lá eu não precisava sair andando com esse carrinho pro depósito* [refere-se ao estacionamento de carrinhos nas proximidades do Mercado Central]. *Porque eu só amarrava as minhas coisas ali dentro mesmo e elas ficavam protegidas, porque eu tinha meu espacinho garantido lá. Isso é uma coisa. A outra, que pra mim também foi pior, é que lá eu tinha as pessoas que saltava e entrava dos ônibus direto, era um terminal. Agora aqui é um ponto só – é bem menos gente que vem pra cá. As vendas caíram e foi muito, muito ruim* (J., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Também compartilha Dona L., proprietária de um dos quiosques beneficiados pelo processo de revitalização, o quanto a mudança tem sido desafiadora, mesmo com o deslocamento sendo curto:

> […] *assim, se a gente for pensar em estrutura, a gente até que tá bem. Ainda tem questão, quando chove fica entrando água, daí a gente teve que puxar essas lonas aí. Ainda é pequeno, então a gente vai se virando do jeito que a gente sempre se virou. Mas o que é que ficou pior é que o quiosque não é virado pra avenida, aqui não passa ônibus, não é caminho para ninguém vir pra cá, sabe? É um vazio, a senhora tá vendo aí. A Coca-Cola até que colocou uma faixa bem aí e isso até ajudou um pouco as pessoa saberem que eu tô aqui. Mas e a senhora? Se não fosse essa pesquisa tua aí, você passaria aqui? Então piorou, né. As vendas diminuíram, sim* (L., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Há quem ainda, não sendo contemplada pela prefeitura por essas novas estruturas, passou de "proprietária" de equipamentos no antigo Terminal Rodoviário para "inquilina" dos novos quiosques, tendo a rotina de trabalho afetada consideravelmente, uma vez que agora precisa arcar com os custos de um aluguel. Dona J., ao refletir sobre a sua situação no novo ponto, relembra o caso de sua amiga e colega de trabalho:

> *Mas pra ela foi bem pior. Tá vendo bem aí essa moça com as sacolas da feira na mão vindo pra cá. Essa bem aí, cheia de coisa, andando apressada. Ela tinha o espacinho dela lá, bem perto do meu. É minha amiga. Depois que teve essa distribuição – que eu te falei, mermã, foi no dedo, esse vai, esse não, tudo debaixo dos panos – e ela ficou sem nada, ela agora paga aluguel para o dono desse quiosque aí que nunca deu as caras. Só pegou as chaves e já colocou logo pra alugar. Agora ela trabalha muito mais, de madrugada, cozinhando. Tu nem vai conseguir falar com ela, porque ela só vai deixar as coisinhas dela aí organizada porque ela quer ir correndo pra casa, ela pega o ônibus bem aqui. Ela mora longe, pra depois da rodoviária. Ela vai dormir para voltar aqui de novo às onze da noite e depois só voltar pra casa dela lá pelo meio dia, uma hora. Daí, mermã, to te falando, essas pessoas aí piorou muito a vida, porque antes elas tinham o dela. Agora elas pagam aluguel. E não podem aumentar muito o valor das comida, não. Tu viu ali. É quinze, vinte reais no máximo o bandeco, porque quem vem pra esses lados pra comer não é de passeio. É gente que tá trabalhando, que precisa comer bem e mais barato. Que não tem como, assim, sentar mesmo num restaurante e ir lá, comer. Eles comem bem aqui, mas não pode ser mais caro que isso, tu tá entendendo? E olha que vinte reais já é muita gente que não consegue, não.* […] *E essa mulherada se virando pra fazer tudinho, sabe?* (J., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Se com os quiosques apareceram essas ponderações, com os triciclos os embates giraram em torno de dois questionamentos: o primeiro, relacionado à falta de um espaço para que eles fossem guardados no final do expediente, uma vez que os estacionamentos existentes nas proximidades não são suficientes para o tamanho e a quantidade desses novos equipamentos. Ainda que o prefeito Eduardo Braide, no dia da inauguração do projeto de

revitalização, tenha anunciado a construção de um galpão para tal finalidade[231], até o momento da redação deste texto os contemplados não tiveram acesso ao espaço – dois anos após as reformas.

Já o segundo questionamento diz respeito às impossibilidades de uso do equipamento, sobretudo por mulheres idosas, muito presentes na organização do comércio alimentar popular:

> *Todo mundo era amigo, a gente conversava, se adoecia a gente ajudava. E teve uma que até adoeceu com essa história. Por quê? Porque eles deram a bicicleta* [refere-se ao triciclo]*, mas não deram o depósito pra guardar ela. Esse depósito que eu guardo o meu não cabe ela. Ela é muito grande. E daí teve gente que trabalhava com isso a vida inteira e agora teve que largar e adoeceu, não aguentou não. Minha irmã mesmo, ela tinha o dela, mas ela não conseguiu continuar. Ela não consegue arrastar o carrinho que nem eu, e também não consegue dirigir a bicicleta nesse trânsito doido, com um tamborzão pesado desse.* […] *É uma loucura, essa ideia foi uma loucura. Teve muita mulher mais senhora que ganhou. Me diz? Como que elas sai aí pedalando?* (K., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Em trabalhos anteriores (Antipon; Cataia, 2018; Antipon, 2020), ao analisarmos os embates entre o comércio popular de alimentos e o planejamento urbano estratégico no centro da cidade de Campinas (SP), e as consequências para a organização de uma situação alimentar, nos deparamos com situações muito próximas às observadas em São Luís. Claramente estamos diante de intervenções norteadas por grupos sociais interessados em promover a inserção e reprodução do capital, seja ele privado ou público, nos espaços urbanos (Frúgoli Jr., 2006), afetando consideravelmente a vida "das classes populares, em geral as mais atingidas por tais processos" (Frúgoli Jr., 2006, p. 26).

Desarticulação, desorganização e fragmentação das relações anteriormente existentes são observadas, ao mesmo tempo que os sujeitos continuam nas cotidianas lutas pela sobrevivência. Planeja-se a cidade sem considerar a organização de suas vidas. Um novo tempo e destino de deslocamentos aumentam a carga horária de trabalho desses sujeitos. Fluxos cotidianos que antes garantiam as vendas e a renda até o final do mês, agora minguados, os obrigam a depender cada vez mais do fiado e do uso recorrente do crédito. A nova localização em uma área de pouca movimentação faz com que cozinheiras passem a temer andar com o "dinheiro vivo" – embora ao lado de outras formas "virtuais" de pagamento, é ainda importante

[231] "Nós não vamos parar a obra do Anel Viário com essa entrega. Quero dar uma primeira notícia a vocês: eu já autorizei a construção de um posto da guarda municipal, os quiosques do caranguejo também serão reformados, *vamos construir um galpão para que os triciclos dos comerciantes sejam guardados* e também vamos construir banheiros públicos. Além disso, ano que vem também vamos ter o carnaval aqui na área, que vai ajudar a gerar renda a todos esses comerciantes", anunciou o prefeito (Obras […], 2022, grifo nosso].

nas transações cotidianas de um lugar empobrecido. A consequente diminuição das vendas implica no aumento do valor das refeições ou na diminuição das quantidades ofertadas. Em muitas escalas, nesta cidade, planeja-se a pobreza (Santos, 1979b), planeja-se a fome[232]:

> *Pra almoçar eu trago a minha marmita. É sempre um arroz, um patezinho de sardinha* […] *e não esquento aqui no fogareiro onde vendo meus milho, não. Como que nem boia-fria.* [No final de nossa conversa, ofereço uma marmita do restaurante que ela havia me falado ser "*muito boa a comida, tudo fresquinho*": arroz, feijão, macarrão, galinhada. Dois isopores cheios. Ela fica com lágrimas nos olhos] […]. *Senta aqui de novo, menina. Vamos conversar mais um pouco* [a parte de trás do seu carrinho torna-se a sala de estar; ela varre, protege do sol e da chuva, os espaços são compartimentados e organizados para cada função, até para o que vem de fora, a visita, sentar-se: o carrinho e a rua como sua casa]. *Se eu te falar que Deus provém a gente na hora certa. Eu tava falando bem agora pra J., não é J.? Falei de ti, que passou aqui a manhã todinha comigo, e a gente conversou foi de tudo. Falei aqui do meu trabalho, do meu passado, da minha família, da cidade. E tu tava muito curiosa com o que eu ia comer hoje no meu almoço, como eu ia comer, se quente, se frio. E eu te falei o quê? Te falei que tinha minha boia-fria, não é? Pois eu falei mermã, eu falei para ela. Ela não sabia que eu só tinha isso aqui.* [Ela abre o pequeno pote e, dentro, apenas um punhado de arroz]. *E era isso o que eu ia comer, mermã. Eu ia tentar comprar um ovo com a moça aqui do quiosque do lado e ia colocar para ferver aqui na água do milho, e era isso o que eu ia comer.* [Ela, elas, eu, nós nos emocionamos – lágrimas nos olhos das três]. *Mas Deus provém de todas as formas e eu vou poder almoçar de verdade, eu nem acredito* […]. *É que eu compro o que vou comer de pouquinho, lá no bairro mesmo* [Anjo da Guarda]. *Eu vou ganhando uns trocados aqui e de noite eu já compro a carninha de amanhã. Como as vendas pioraram muito, a verdade é que não consegui comprar nada para comer hoje* (P., Trabalho de Campo – Núcleo Central, abril de 2024).

Se a pauperização desses trabalhadores é patente, portanto, também é precária a situação alimentar constituída por e constituidora desses sujeitos. Informações como as de que as primeiras cestas básicas no período pandêmico de Covid-19 foram distribuídas aos vendedores ambulantes da cidade, sobretudo os da alimentação (Coronavírus […], 2020), e de que mesmo diante da exposição à disseminação do vírus esses sujeitos continuaram a exercer o trabalho de venda de alimentos no Núcleo Central, não raro com o envolvimento da família inteira para manter o negócio "*e não correr o risco de morrer de fome*" (C., Trabalho de Campo – Núcleo

[232] Como salienta Lefebvre (2004 [1970], p. 160), "Isso quer dizer que o urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com conflitos separando os elementos do terreno. Segregação que produz uma desagregação da vida mental e social. Para evitar as contradições, para alcançar a harmonia pretendida, um certo urbanismo prefere a desagregação do laço social. O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições".

Central, março de 2020), alertam sobre a condição histórica de vulnerabilidade, empobrecimento e precarização de tais grupos sociais[233].

Apesar de destacarmos ao longo desta tese que o circuito inferior da economia urbana em São Luís se originou de violações generalizadas dos direitos das populações empobrecidas e negras, não apenas na Ilha do Maranhão, mas em todo o estado, é crucial reconhecer paradoxalmente que também ele evita um completo esgarçamento da urbanização na periferia do sistema capitalista.

Foram muitos os relatos, especialmente de mulheres negras, chefes de família, mães solteiras, que explicitavam a capacidade desse circuito econômico de tirá-las de difíceis situações de risco de fome e fome, violência doméstica e de um passado constituído pelo trabalho análogo à escravidão.

Dona J. é uma mulher negra de 57 anos. Criou sozinha, assim como a mãe, seus quatro filhos. Encontrou nas vendas de refeições de porta em porta, na produção de lanches, no cozimento do milho, nas ruas de sua periferia, nos circuitos dos festejos, no Núcleo Central da mesma cidade onde a mãe, antes de morrer, vendia frutas em um tabuleiro, a possibilidade de construir um lugar de liberdade para si:

> *Eu trabalho com isso já faz uns 35 anos, desde quando só ficou eu e meus filhos, quando ele* [ex-marido] *me abandonou e eu jurei pra mim mesma que não voltava pra casa de família e não apanhava mais de homem nenhum.* […] *Eu tinha 11 anos quando fui parar na primeira casa, depois que minha mãe morreu e deixou nós quatro. Eu nunca vi a cara do meu pai* […]. *Daí cada um foi parar numa dessas casas. Lá eu tinha que fazer tudo, limpar a casa, arrumar os meninos deles, deixar tudo limpinho.* [Questionada pelo salário recebido pelos serviços realizados, afirma "*nada, minha filha, nunca vi a cara do dinheiro, porque eles deixavam eu morar lá de graça*"]. *E daí eles davam a cama, a escola* [refere-se aos materiais escolares – "*caderno, lápis, essas coisa*" *–,* pois a escola frequentada era pública] *e a comida quando sobrava, se sobrava. É, minha filha, comia o que sobrava, o resto. Tinha dia que a patroa falava: "ê J., hoje tu tem que fritar um ovo, porque acabou a carne. E só tem esse resto aí de arroz, tu raspa". Daí era isso que eu comia, um ovo, raspava o resto da panela de arroz, o que sobrava dos pratos deles. Tu sabe o que é isso? Comia o resto. E isso foi até os 17 anos quando eu encontrei esse homem. Daí fiz quatro filhos com ele. Ele me batia, me judiava, e largou de mim com os quatro meninos. O mais velho tinha seis anos. E foi assim, sem nada, porque ele me deixou com nada. Daí eu comecei a vender as comida, oferecer lanche, milho. Quem me ensinou foi um homem lá no Anjo da Guarda. Me ensinou tudinho, onde pegar, quanto pegar, como vender, onde vender. E eu também já ajudei muita gente, viu? Já dei milho pra quem pede, já ensinei mulher a montar a banquinha. Criei meus filhos, tão tudo casado,*

[233] Analisando o caso nova-iorquino, também chamou atenção que muitos dos trabalhadores que organizavam o mercado alimentar de rua – em sua maioria pessoas negras, migrantes árabes e latinos – são os mesmos que mais buscaram doações de alimentos no período pandêmico, entre 2020 e 2021 (Mishon, 2021).

> *viu? Já me deram neto, graças a Deus. Quando a minha mãe era viva, mermã, era uma fartura. Era fartura. Mas nunca que faltava nada pra gente em casa.*

Se, por meio do circuito inferior da alimentação, muitos interlocutores encontraram saídas concretas para realização da vida urbana – ainda que precária –, foi também a partir dele que observamos uma série de gestos de solidariedade criados. Somam-se aos exemplos já abordados ao longo desta tese desde a organização de um circuito alimentar "paralelo" entre as vendedoras de artesanatos no Núcleo Central – uma maneira de essas interlocutoras acessarem refeições mais baratas que as ofertadas para o público em geral –, até a própria organização dos preços das refeições a depender do consumidor final. A vendedora de marmitas R. assim determina as variações de preço para as mesmas refeições nos mesmos horários do dia:

> *Vendo esse mesmo prato por sete, oito ou dez reais. O valor mais barato vai para aqueles que eu sei que têm mais dificuldade, sabe? Que nem essa senhora aí, que tu viste, vendendo os panos na rua; e os valores mais caros para aqueles que eu sei que ganham mais dinheiro, que trabalham com carteira* [refere-se ao regime de trabalho CLT]*, tipo esses aí da Rua Grande. Eu acho que é justo fazer isso, porque eu sei que tem gente aqui que se eu cobrar um real a mais, não vai comer e vai passar fome* (Trabalho de Campo – Núcleo Central, agosto de 2019).

Como demonstrado, não apenas as pesquisas documentais e os dados secundários, apresentados ao longo do capítulo 3, indicam o crescimento da pauperização no país; as investigações de campo, ao examinarem a vida cotidiana no Núcleo Central de São Luís, desempenham um papel crucial na análise, pois também revelam os processos de empobrecimento e precarização do trabalho, deterioração e formação de uma situação alimentar, além das diversas estratégias de sobrevivência alcançadas pelos sujeitos em questão.

Podemos afirmar que o contato com tal experiência urbana junto das classes populares (Ribeiro, 2013a), a partir desta análise que parte do lugar, tem servido de aporte para refletir sobre o aumento da escassez e da miséria nas grandes cidades. O cotidiano é revelador dessas e de outras facetas que caracterizam decisivamente o circuito inferior da economia e, por conseguinte, boa parte dos espaços urbanos da formação socioespacial brasileira.

O circuito inferior expõe, portanto, a pobreza urbana das metrópoles, pois abarca sujeitos que travam cotidianamente uma luta para existir em seus lugares a partir de uma obtenção mínima de recursos que assegurem a sobrevivência em outros mercados da cidade, que não os hegemônicos. Ou seja, em um mercado precário, o princípio é a garantia de uma existência mínima do Outro na urbe: do pobre e de sua economia.

Ao mesmo tempo que este circuito permite a organização econômica e a sobrevivência dessa parcela mais empobrecida, ele também conforma dada situação alimentar nos interstícios do tecido urbano de São Luís. Parte do consumo dos trabalhadores é circulante, precisa estar em suas rotas de passagem e ocorre de forma rápida; o tempo de descanso é breve – daí a alta incidência de carrinhos, bicicletas com lanches e salgados, milhos cozidos, "*essas coisinhas que as pessoas podem beliscar e enganar a fome*" (H., Trabalho de Campo – Núcleo Central, novembro de 2019). Quando procuradas, as refeições nos restaurantes, bares e quiosques precisam ser completas: "*eles gostam de bastante arroz e feijão, isso não pode faltar. Nem a carninha, né? A carninha é sagrada. Eles chegam com muita fome aqui de tanto trabaiá, judiação*" (O., Trabalho de Campo – Núcleo Central, novembro de 2019). Ingredientes mais baratos, hortaliças escassas e a saga por manter os preços, na medida do possível, acessíveis aos que dependem desses lugares para se alimentar são cenas corriqueiras do Núcleo Central de São Luís – um circuito econômico organizado e uma situação alimentar vivida, sobretudo, pelos sujeitos empobrecidos e negros da cidade.

Ainda que não tenhamos apresentado de forma detida a situação alimentar consolidada na nova porção central, é importante registrar que, apesar de encontrarmos um circuito inferior da alimentação dinamizado por trabalhadores que também circulam na área (Imagem 35), é nesta porção, branca e de maior rendimento da cidade, que encontramos a maior concentração de estabelecimentos alimentares constituídos pelo circuito superior da economia urbana.

Imagem 35 – Trabalhadores do circuito inferior da alimentação na nova porção central, Jardim Renascença

Fonte: Antipon, 2024.

Trata-se de um circuito da alta gastronomia, com referências mundiais, tais quais a culinária japonesa, a árabe, a portuguesa, a franco-brasileira, entre outras. Este circuito caracteriza-se também por empórios que oferecem produtos de alto valor agregado, como os *bios*, bem como espaços para degustação de vinhos e cervejas importadas, todos com ambientes climatizados e atmosfera sonora e luminosa que se diferenciam dos estabelecimentos no Núcleo Central original. Além disso, há uma forte presença de entregadores de comida, principalmente durante a noite, associados aos aplicativos que exercem essa função: Ifood e Rappi são exemplos (Aguiar, 2024).

Assim, essa parte da cidade consolida uma situação alimentar marcada por diferenças significativas com relação ao Núcleo Central e, como veremos adiante, às periferias estudadas, tanto em termos de renda quanto racial e morfologicamente. Na maioria das vezes, como já demonstrado, são mulheres e homens negros, originários das periferias de São Luís, que ocupam posições nos caixas de supermercados e empórios, atendem às mesas de bares e restaurantes, trabalham nas cozinhas e nos serviços de limpeza de estabelecimentos comerciais e residenciais. No entanto, os baixos salários recebidos os impedem de consumir nesses lugares, de comprar regularmente, por exemplo, frutas e hortaliças[234].

Por outro lado, para a população branca que reside ou frequenta essa região há possibilidade de degustação variada de queijos e vinhos, além da garantia de uma ampla gama de alimentos em suas refeições diárias, incluindo o consumo frequente de carnes bovinas, laticínios, hortaliças frescas e frutas, produtos orgânicos e industrializados[235], muitos importados. Essa discrepância evidencia desigualdades raciais profundas que permeiam as situações alimentares na cidade.

Ao examinarmos as formas e os conteúdos dessas atividades econômicas que demonstram como os sujeitos urbanos se inserem na divisão territorial do trabalho e, assim, encontram meios de sobrevivência, inevitavelmente nos deparamos com as racialmente distintas situações alimentares de São Luís.

Essa análise revela a centralidade da economia política como uma ferramenta instrumental ao entendimento da maneira como o racismo estrutura os processos espaciais, aqui

---

[234] "A comparação entre a aquisição alimentar domiciliar per capita de domicílios brasileiros com rendimento mensal de 'até 2 salários mínimos' e 'acima de 15 salários mínimos' explicita essa desigualdade, pois nos primeiros consomem-se: 4,1 vezes menos frutas; 3,9 vezes menos hortaliças folhosas ou florais; 2,8 vezes menos hortaliças frutosas ou tuberosas; 2,8 vezes menos laticínios; 2 vezes menos carnes bovinas e 3,1 vezes menos refrigerantes. Por outro lado, os domicílios mais pobres adquirem em média 1,5 vez mais arroz e 1,4 vez mais feijão, o que evidencia a importância desses dois alimentos para a dieta de seus moradores (IBGE, 2021a)" (Ribeiro Junior; Cruz; Antipon, 2021, p. 1222).

[235] Conforme indica o IBGE (Análise […], 2019), o maior consumo de frutas e produtos industrializados no Brasil no período de 2017 e 2018 foi entre as classes de maior rendimento.

compreendidos a partir da manifestação dos dois circuitos da economia urbana em São Luís. Tanto a economia política da cidade (Santos, 1994a) quanto a geografia política da raça (Gilmore, 2022) são essenciais para uma compreensão atualizada do processo de urbanização brasileiro e das situações alimentares de cada lugar.

Apresentado o nosso compromisso analítico com a situação alimentar a partir de uma investigação do circuito inferior central, a seguir, no último capítulo desta tese, trataremos de como as periferias de São Luís também estruturam e são estruturadas por uma situação alimentar específica: tanto por meio do circuito inferior residencial quanto por movimentos de assistência alimentar – promulgados pelo Estado ou pela sociedade civil, cuja formação de uma consciência política sobre o direito ao território, portanto à existência, evidencia-se.

CAPÍTULO 5 – DO DIREITO AO TERRITÓRIO AO DIREITO À ALIMENTAÇÃO: POR UMA EXISTÊNCIA CIDADÃ

> *As esperanças, que também são das ciências sociais, passaram a ser procuradas na vida em sociedade, ou seja, naquelas práticas que indicam a manutenção, ainda que tênue e sofrida, da solidariedade.*
>
> Ana Clara Torres Ribeiro (2005b, p. 413)

> *Por mais confusa que seja, uma tomada de consciência nasce do movimento de revolta: a percepção, subitamente reveladora, de que há no homem algo com o qual pode identificar-se, mesmo que só por um tempo.*
>
> Albert Camus (2023 [1951], p. 28)

> *Are you ready Black people? Are you ready?* […] *Are you really ready? Ready to do what is necessary? To do what is necessary to do? Are you ready Black man? Black woman, are you ready? Are you ready, ready, ready? Are you ready to kill if it is necessary? Is your mind ready? Is your body ready? Are you ready to do what you have to do to create life? Are you ready to smash withe things? To burn buildings, are you ready? Are you ready to build Black things? Are you ready to give yourselves? Your love? Your soul? Your heart? To create life? Are you ready to create out of nothing? Are you ready Black people? Are you ready, are you ready? Black man, Black youth, Black woman, Black everybody? Are you really, really, really ready?* […] *Are you ready to listen to all the beautiful Black voices? The beautiful Black feelings? The beautiful Black waves moving in beautiful air?* […] *Are you ready Black people? Are you ready? The most important. Are you ready to change? Are you ready to change? Are you ready to change yourself?*
>
> Nina Simone (Summer…, 2021 [1969])

Este capítulo busca, por meio dos trabalhos de campo realizados em três bairros situados na periferia de São Luís (Anjo da Guarda, Liberdade e Coroadinho), dar continuidade às reflexões sobre a situação alimentar da cidade. Por um lado, apresentaremos como tal situação nas porções periféricas continua sendo materializada na relação entre os dois circuitos da economia urbana. Ainda que haja mais similaridades (universalização) do que diferenciações (singularização) com relação ao que investigamos no Núcleo Central, entender os aspectos da situação alimentar de São Luís a partir desses lugares corrobora uma melhor compreensão de como a periferia e a população negra da cidade têm se organizado para obter renda através de um comércio alimentar.

Por outro lado, também priorizamos uma leitura sobre as formas de acesso ao alimento na cidade, especialmente em suas periferias, por meio dos movimentos de assistência alimentar desencadeados, particularmente, durante a pandemia de Covid-19 no país, como evidenciado por Leme *et al.* (2022) e Blanco *et al.* (2023). Seja em ações lideradas pelos entes federativos ou por organizações comunitárias, tais movimentos promovem uma dimensão mais ampla sobre como a desigual situação alimentar urbana de São Luís é também um meio de produção de consciência e organização política cotidiana nos territórios negros em questão.

Assim, demonstraremos como o mercado, o Estado e a sociedade civil estruturam uma situação alimentar urbana em sua totalidade ao usarem, disputarem, dividirem, politizarem, reivindicarem o território – diversas ações analisadas nesta tese por meio "das táticas conduzidas pela cultura ordinária" (Ribeiro, 2013a, p. 294) e com as quais dialogaremos a seguir.

5.1 Os dois circuitos da economia urbana nas periferias de São Luís: as dinâmicas da situação alimentar nos territórios negros do Anjo da Guarda, Liberdade e Coroadinho

Ao longo do capítulo anterior, demonstramos que o Núcleo Central de São Luís se caracteriza como uma centralidade periférica. Portanto, as formas e os conteúdos (Santos, 1996) de sua situação alimentar não se diferenciam por completo das que observamos nas periferias da cidade eleitas para esta análise. Ao contrário, a situação alimentar nas periferias de São Luís mais universaliza-se do que se singulariza com relação à existente na porção central. Embora sejam poucas as diferenças – o que traduz a preponderância em São Luís de uma situação alimentar "popular" –, aprofundaremos a análise justamente sobre essas particularidades.

O bairro Liberdade, a leste do Núcleo Central, reconhecido como um quilombo urbano, berço cultural de religião de matriz africana (Assunção, 2017) e de ocupação mais antiga com relação aos outros bairros periféricos analisados neste capítulo, constitui-se junto do Matadouro Modelo, criado em 1918, como um bairro de atração de trabalhadores para São Luís: primeiro, por meio das unidades fabris instaladas nele e nos bairros adjacentes (Camboa e Fé em Deus) em meados dos anos 1940, e, mais tardiamente, entre 1960 e 1970, com as atividades do Terminal Portuário Ponta da Madeira (Silva, 2016). Por ser um bairro às margens de áreas alagadas de São Luís, conjugou-se com os seus pequenos portos, estabelecendo uma forte relação entre os territórios quilombolas de Alcântara e a região da baixada maranhense (Mota, 1990; Assunção, 2017) – lugares de onde muitos moradores e seus familiares são oriundos:

> *isso aqui é tudo quilombo, minha filha, as pessoas que vieram de Alcântara. Se dermos uma volta aqui, também tu vai ver que é tudo terreiro. Eu também vim pra cá da baixada, vim pra trabalhar na Vale e daí fiquei. Trabalhei foi muito por lá e de um dia pra noite, pra ti vê, eles me mandaram embora. Óia, mais de 15 anos de serviço* (L., Trabalho de Campo – Liberdade, setembro de 2023).

De outro lado, no Coroadinho, zona sul de São Luís, as primeiras ocupações datam da década de 1940 (Mota, 1990), com famílias advindas do interior do Maranhão, como de Barra do Corda, Santa Inês, São Vicente Ferrer, Icatu e Alcântara (Pereira, 2011, 2015), usando a terra para o plantio. Contudo, sua maior ocupação e densificação ocorre a partir da década de 1970 (Pio, 2020), no bojo dos processos, já bem detalhados no capítulo 1, de violenta modernização do estado. Forma-se, assim – tal qual a grande maioria das periferias de São Luís –, como um bairro de atração de trabalhadores espoliados de suas terras.

Por sua vez, o bairro Anjo da Guarda, situado na periferia sudoeste ludovicense, na região do Itaqui-Bacanga, foi estabelecido na década de 1970 com a chegada de moradores vindos das regiões periféricas e alagadas do Núcleo Central, como Madre Deus, Goiabal, Lira e Fátima (Lacroix, 2020) – fato ocorrido devido ao incêndio que devastou o bairro Goiabal em 1968, resultando no deslocamento de pelo menos cem famílias que viviam em palafitas (Costa, 2020). O bairro densifica-se também pelo fluxo de pessoas retiradas de suas terras em razão dos empreendimentos, a exemplo da CVRD e da Alumar, como observado por Gistelinck (1988).

Por tratar-se de bairros que surgem e se densificam nesses processos de atração de trabalhadores e famílias em condições de vulnerabilidade, historicamente formou-se nesses lugares economias instituídas para a sobrevivência. O atual circuito econômico organizado em

torno da alimentação nos bairros Liberdade, Coroadinho e Anjo da Guarda, assim como no Núcleo Central, é um exemplo desses arranjos de luta. Portanto, predominam neles as características do circuito inferior da economia urbana e suas relações de dependência e subordinação em relação ao circuito superior.

Dessa maneira, a situação alimentar periférica é também o abrigo cotidiano de muitas redes familiares e de mulheres que, quando não estão ofertando o alimento nas ruas ou nos espaços de suas próprias casas (garagens, salas, calçadas), estão, quase sempre, preparando as refeições a serem vendidas (Imagem 36).

Imagem 36 – Circuito inferior residencial no Anjo da Guarda, Coroadinho e Liberdade

Fonte: Antipon, 2022 e 2024.

A situação alimentar periférica materializa-se em mercadinhos, mercearias, bodegas e pequenos empórios improvisados nas garagens (Imagem 37), bem como nos fixos pertencentes ao circuito superior marginal – importantes lugares de obtenção dos insumos (alimentos e

bebidas), uma vez que (como demonstra o Mapa 5, no capítulo 3) não há nos bairros analisados uma considerável aglomeração das grandes redes distribuidoras de alimentos, a exemplo dos atacarejos e supermercados pertencentes ao circuito superior da economia urbana[236].

Imagem 37 – Mercados de "bairro" e empórios no bairro Liberdade

Fonte: Antipon, 2020 e 2024.

[236] Ao pensar os circuitos da economia urbana nas periferias das cidades, Santos (1979a, p. 214 e 215) aponta que "[…] uma tal pulverização das atividades de comércio tem explicações geográficas e socioeconômicas. De um lado, os habitantes dos bairros pobres compram no local; o preço dos transportes não lhes permite ter acesso ao comércio moderno, frequentemente situado no centro das cidades ou nos seus arredores. A densidade e a distribuição das lojas estão calcadas nas possibilidades de deslocamento a pé da clientela. De outro lado, a dimensão dos comércios é uma adaptação a um consumo pequeno e irregular".

Conforme já mencionado, fiado e compras fracionadas são ações corriqueiras nos comércios familiares dos bairros. Embora em algumas ruas das periferias analisadas a internet via telefone móvel não funcione bem, constatamos a presença do sistema financeiro mundializado: maquininhas de cartões de débito e crédito e uso do PIX são tão comuns em barraquinhas de rua (Imagem 38) quanto dentro dos pequenos estabelecimentos.

Imagem 38 – Sistema financeiro no circuito inferior periférico no bairro Anjo da Guarda

Fonte: Antipon, 2024.

Os “bike lanches” animam as manhãs com suas cantorias ofertando os alimentos preparados pelas esposas – “*óia o beiju, óia o lanche, café quentinho!*” (J., Trabalho de Campo – Coroadinho, novembro de 2022) –, e compartilham as ruas com mulheres que servem frutas, café e farinha (Imagem 39).

Imagem 39 – Mulheres dinamizando o circuito de venda de alimentos no período da manhã no Coroadinho

Fonte: Antipon, 2024.

Os deslocamentos para reposição de insumos também são cotidianos em razão dos espaços reduzidos e do baixo capital para estocagem, bem como da dependência de transportes coletivos para a mobilidade entre os diferentes bairros. As grandes redes abastecedoras, localizadas, em sua maioria, em outros bairros, bem como as feiras urbanas e os mercados municipais locais, são fixos importantes para a obtenção desses insumos. Os sujeitos observados também usam de suas estratégias espaciais para deslocarem seus carrinhos e posicionarem seus tabuleiros: pontos de forte circulação de pessoas nos bairros são disputados para a organização desse mercado, por excelência, de aglomeração (Imagem 40) – lembrando que é "nos trajetos socialmente construídos no quotidiano da cidade que o pequeno comércio de rua encontra suas condições de sobrevida" (Ribeiro, 2013a, p. 256).

Imagem 40 – Leituras espaciais: economia de aglomeração e lugares de passagem nos bairros Coroadinho, Anjo da Guarda e Liberdade

Fonte: Antipon, 2023 e 2024.

Se no Núcleo Central as aglomerações justificam a existência de uma dada situação alimentar, na porção periférica da cidade é a própria dinâmica do comércio alimentar que corrobora para produzir uma maior concentração de fluxos materiais e imateriais nesses lugares, comportando-se, portanto, como importante elemento definidor das centralidades de cada bairro estudado.

No que diz respeito ao comércio alimentar em avenidas principais e/ou adjacências, situam-se os mercados municipais (Imagens 41 e 42), os quais ofertam desde produtos frescos, como frutas e hortaliças, até grãos, animais vivos, pescados, ovos e refeições prontas (café da manhã, almoço e jantar) em seus pequenos restaurantes. A céu aberto vê-se a extensão orgânica[237] desses mercados (Imagem 43): feiras livres; mercearias, pequenos comércios, panificadoras; e, mais recentemente, os Restaurantes Populares, subsidiados pelo estado do Maranhão (Imagem 44).

[237] Muito comum nas ruas dos bairros analisados, ao redor dos mercados municipais, estendem-se pelas ruas, todos os dias, barracas que ofertam os produtos "da feira", sem serem as feiras livres institucionalizadas pelo poder local. Compõem, assim, um circuito de mercado alimentar a céu aberto, o qual denominamos de *extensão orgânica do mercado*. São os próprios moradores dos bairros quem organizam essas ocupações e realizam a venda de alimentos frescos, aproveitando "todas as oportunidades de permanência na rua" (Ribeiro, 2013a, p. 257).

Imagem 41 – Entrada e interior do Mercado Municipal do bairro Anjo da Guarda

Fonte: Antipon, 2024.

Imagem 42 – Entrada e interior do Mercado Municipal do bairro Liberdade

Fonte: Antipon, 2024.

Imagem 43 – Extensão orgânica do Mercado Municipal do Anjo da Guarda: dinâmica a céu aberto e comum dos bairros periféricos

Fonte: Antipon, 2024.

Imagem 44 – Restaurantes Populares nos bairros Anjo da Guarda (à esquerda) e Liberdade (à direita)

Fonte: Antipon, 2024.

Nos bairros analisados, tal conjunto de fixos – o mercado e a sua extensão orgânica, o restaurante popular e os pequenos comércios geridos pelos moradores – encontra-se muito próximo de outros. São lugares, por excelência, de atração de sujeitos, sejam eles moradores dos bairros ou apenas transeuntes em busca (i) de insumos para uso pessoal ou comercial (como explicitado ao longo do capítulo 4); (ii) de refeições prontas mais baratas, a exemplo dos restaurantes localizados dentro dos mercados municipais ou de barracas e *trailers* situados nas ruas próximas (Imagem 45); (iii) da "feira da semana" nessas extensões do mercado – onde também é possível a construção do vínculo e do crédito pessoal direto –; e (iv) da garantia de se alimentar, ao menos no almoço e no jantar, com as refeições ofertadas a R$ 1,00 nos Restaurantes Populares, fixos do Governo Estadual do Maranhão.

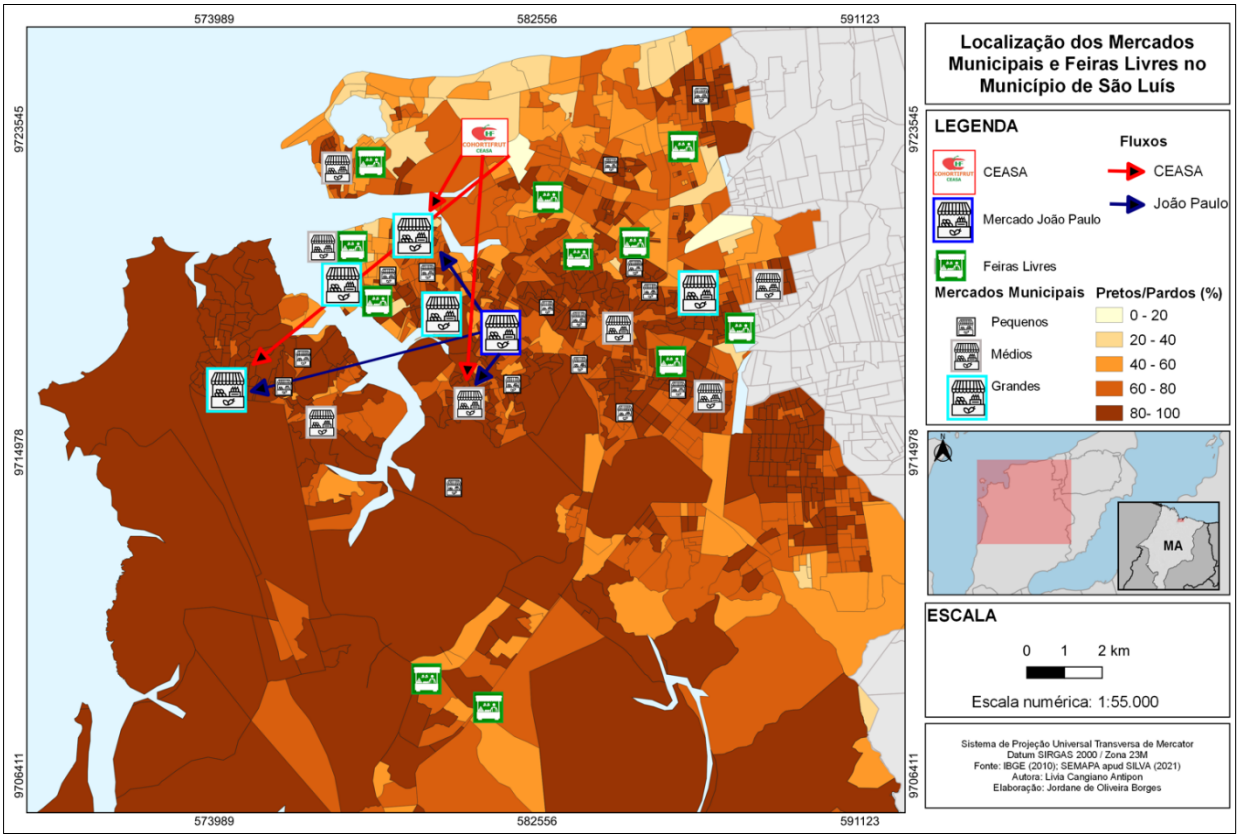
Imagem 45 – Propaganda das refeições comumente ofertadas em pequenos restaurantes no bairro Liberdade

Fonte: Antipon, 2024.

Com exceção dos Restaurantes Populares – cuja análise aprofundaremos no próximo item, pois trata-se de uma política de assistência alimentar estadual –, tanto os mercados municipais e suas extensões a céu aberto, os pequenos comércios nucleados a esses fixos, quanto as feiras livres comportam-se como fixos e eventos, respectivamente, de consolidação do circuito inferior periférico. Cabe pontuar que nos bairros estudados, salvo as feiras livres, localizadas em outras áreas de São Luís (Mapa 8), encontramos uma maior organização deste circuito econômico com níveis reduzidos de capital e técnica, uma organização própria e um forte dinamismo cotidiano.

Como podemos observar no Mapa 8, em boa parte da cidade predomina um mercado municipal e/ou de uma feira livre: conforme aponta Silva (2021), ao todo foram computados 29 mercados e 12 feiras livres em São Luís, com um total de 4.250 feirantes cadastrados.

Mapa 8 – Mercados municipais e feiras livres em São Luís



Vale lembrar que apenas foram registrados os fixos e eventos (feiras livres) regularizados pelos órgãos públicos. As "extensões orgânicas" do mercado, tão vivas nas periferias negras da cidade, mas que não são institucionalizadas, ampliariam a incidência da situação alimentar cartografada. Como pode ser observado, os bairros Liberdade, Coroadinho e Anjo da Guarda não possuem uma feira livre, embora tenham como característica marcante de suas situações alimentares essas extensões orgânicas do mercado.

Destacamos mais duas informações relevantes para compreendermos a situação alimentar de São Luís: se, por um lado, há mercados e feiras livres em boa parte da urbe, por outro, chama atenção que a rede de abastecimento da cidade esteja centralizada no mercado do João Paulo e na Ceasa. Embora a cartografia, pela necessidade de clareza visual ao leitor, apenas esteja representando o fluxo de mercadorias entre esses fixos e os bairros estudados, é preciso esclarecer que eles exercem influência na situação alimentar urbana de praticamente toda a São Luís: seja por meio da reposição dos insumos das feiras livres e dos mercados municipais dos outros bairros – inclusive o Mercado Central –, ou pelo abastecimento de grande parte do comércio alimentar popular da cidade, como mencionado no capítulo anterior[238].

[238] Ainda que reconheçamos a tamanha influência desses fixos, a pesquisa não se aprofundou na análise detida de ambos. Assim, pontuamos a necessidade de futuras pesquisas que visem refletir como, sobretudo tratando-se do

Como demonstrado no capítulo 3 (Mapa 5), ao norte de São Luís, sobretudo no bairro Ponta d'Areia – área mais branca e de maior concentração de capital da cidade –, há a presença de empórios enquanto centrais de acesso ao alimento. Entretanto, podemos observar com o Mapa 8 que nestes lugares não há um mercado municipal nem feira livre. A Ceasa, a nordeste deste bairro, que poderia cumprir essa função, serve mais como centro distribuidor de alimentos para as outras regiões da cidade do que como lugar para o varejo – embora abrigue espaços de comercialização de produtos "orgânicos", categoria procurada pela população de maior poder aquisitivo no Brasil (IPEA, 2020).

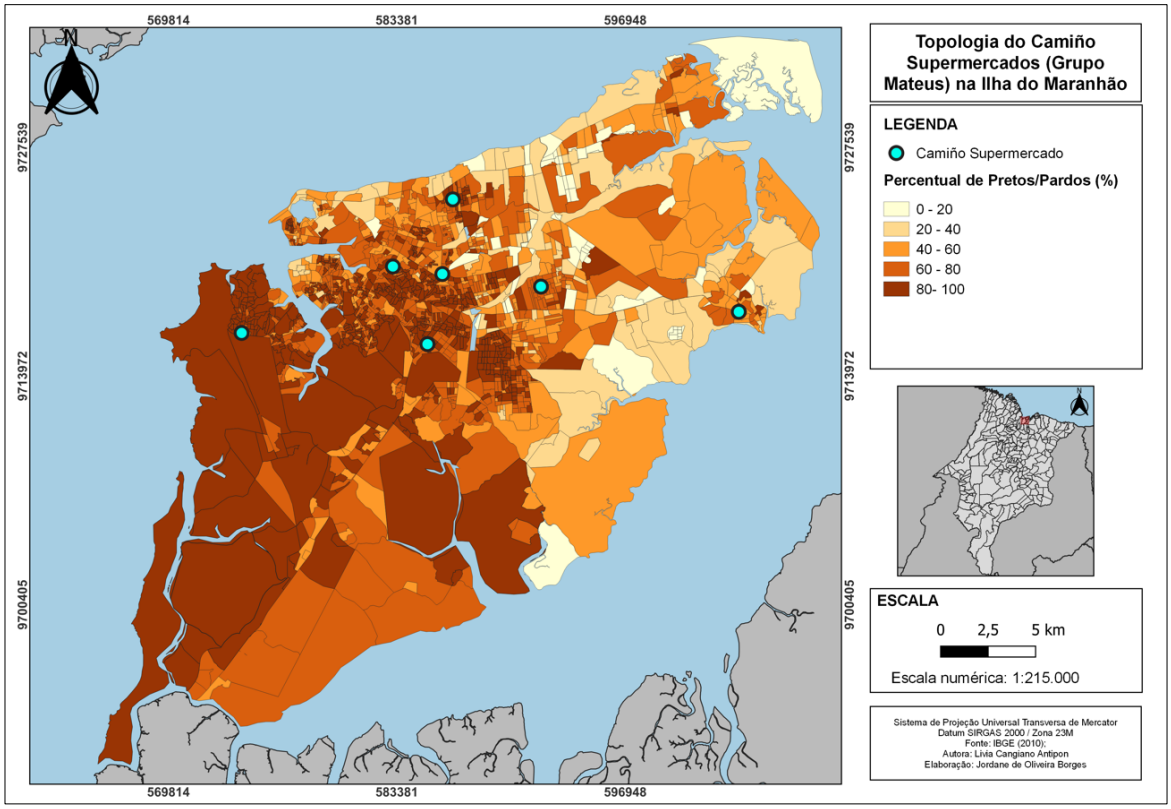
Ainda analisando o Mapa 8, no Anjo da Guarda – bairro negro da cidade, a sudoeste do Núcleo Central – observamos apenas um fixo de uma grande rede (Camiño Supermercados, cuja problematização será feita logo a seguir) e a concentração de um mercado municipal de grande porte, nucleado, pelos bairros próximos, de mercados municipais menores e, consequentemente, das extensões orgânicas mencionadas anteriormente. A situação do Núcleo Central assemelha-se a esta descrita para o Anjo da Guarda: embora conte com um Mateus Supermercado, ele ainda vive a influência dos mercados municipais e da feira urbana quando se trata do acesso ao alimento.

Já nos bairros Liberdade e Coroadinho, constatamos apenas a presença dos mercados municipais. Cabe explicitar que outras regiões negras de São Luís, a exemplo do extremo sudeste, não apresentam supermercados nem mercados municipais e feiras livres, como demonstram os Mapas 5 e 8 analisados. Tal situação revela que a população negra e periférica da cidade, quando não se desloca para outros bairros em busca do alimento – algo oneroso para o orçamento –, é bastante dependente ou desses fixos e eventos (feira livre) municipais para comprar seus insumos ou, como ficou bem claro com os trabalhos de campo, dos mercadinhos, mercearias e barracas de ruas, todos de organização familiar, dentro dos próprios bairros.

Outro dado que merece nossa atenção é que, além dos mercados municipais e das feiras livres, em algumas periferias de São Luís (Anjo da Guarda, Divinéia, Turu, Maiobão, Maranhão Novo, São Bernardo e São Cristóvão) está presente a rede do Grupo Mateus em seu formato "comércio de vizinhança". O Camiño Supermercados (Mapa 9) marca, pela primeira vez na história da cidade, a chegada dos empreendimentos "de bairro" operados pelas grandes redes do circuito superior da economia urbana.

Mercado do João Paulo, uma periferia da cidade é responsável por boa parte do abastecimento – direto e indireto – da urbe. Por quais razões este lugar possui tal poder de ação?

Mapa 9 – Camiño Supermercados na Ilha do Maranhão: circuito superior no formato "comércio de vizinhança"



Ao contrário dos empórios, como destacado no Mapa 5, no capítulo 3, os supermercados de "vizinhança" operados pelo circuito superior encontram-se nas periferias negras de São Luís. Surgidos em 2017, neste formato que busca se assemelhar aos pequenos estabelecimentos de bairro (mercearias, bodegas, mercadinhos), são fixos que concentram a venda de todos os produtos alimentícios comercializados nos pequenos estabelecimentos, nos mercados municipais e em suas extensões orgânicas e nas feiras livres da cidade. É, portanto, um desarticulador das relações anteriormente estabelecidas entre o comércio alimentar de organização majoritariamente popular e familiar e o lugar de possibilidade de existência e reprodução desses sujeitos: as áreas mais empobrecidas da cidade. Ao analisarem o caso de São Paulo (SP), Montenegro e Contel (2017, p. 125) afirmam que

> Nos últimos anos […] agências financeiras e grandes redes de comércio e serviços do circuito superior vêm buscando inserir-se em locais até então considerados relativamente desinteressantes pelas maiores empresas […]. Daí a crescente presença de agências bancárias, instituições financeiras de crédito pessoal, shopping centers, hipermercados, supermercados e filiais de grandes redes de varejo e serviços não apenas em centralidades populares, mas também em bairros periféricos considerados até então mercados "pouco dinâmicos". […]. Projetos de expansão a novas áreas e o perfil da clientela se destacam como as principais razões apresentadas para a escolha dos pontos,

> considerados adequados pela maioria justamente em função do tamanho do mercado reunido na periferia e do volume de consumo por ele realizado. A divisão territorial do trabalho de grandes corporações passa a estender-se, assim, a novas porções do território urbano, conformando um movimento que conta, muitas vezes, com o auxílio do próprio Estado. Estes agentes do circuito superior buscam instalar-se, sobretudo, em subcentralidades de bairros periféricos como praças, largos, proximidades de terminais e pontos de ônibus […].

Destaca-se, para o Camiño Supermercados, sua característica logística de estar "no caminho" dos principais centros de abastecimento do Grupo Mateus, daí seu nome fantasia, centralizando-se em bairros mais periféricos, nos quais os grandes estabelecimentos da rede não estão, muitas vezes, presentes. Embora essa tenha sido a razão principal de operação desta marca, mais recentemente o grupo decidiu expandir essa categoria para as cidades maranhenses com uma média de até 100 mil habitantes[239].

Sendo os primeiros fixos de pequeno porte da principal rede supermercadista que opera no estado do Maranhão, sua presença sugere pensarmos nas consequências para os outros pequenos comércios historicamente organizados pela população local como forma de sobrevivência e que passam a vivenciar uma competitividade altamente assimétrica e capitalizada. Montenegro e Contel (2017, p. 130) apontam que

> as periferias metropolitanas assumem atualmente maior importância na pauta de localização das grandes empresas […]. Além de concentrar o comércio popular e pouco capitalizado do circuito inferior da economia, a periferia […] passa a reunir também grandes redes varejistas […]. A crescente presença destas empresas tende, ademais, a valorizar áreas periféricas, expulsando, por conseguinte, atividades e moradores menos capitalizados.

Assim, enquanto um conjunto de estabelecimentos do circuito superior da economia urbana, o Camiño Supermercados está fortemente associado a um processo de creditização e endividamento dos consumidores, com altos níveis de capital investido, possibilidade real de estocagem e tecnologias de propaganda opostas às utilizadas pelo circuito inferior (muito comuns na periferia são os *carros de som* ofertando produtos dos pequenos comércios, entre outros recursos expostos no capítulo anterior). Atua, portanto, com poder de agência na concentração do consumo de suas mercadorias. Preços reduzidos, parcelamento sem acréscimo de juros e variedade dos produtos são informações que preponderaram nas falas de nossos

[239] O Grupo Mateus expandiu suas lojas "Camiño Supermercados" para as seguintes cidades: Arari, Barreirinhas, Carolina, Colinas, Coroatá, Cururupu, Estreito, Grajaú, Itapecuru, Itinga do Maranhão, Lago da Pedra, Miranda do Norte, Rosário, Santa Helena, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Rita, São Bento, Tutóia, Urbano Santo, Vargem Grande, Viana, Vitorino Freire e Zé Doca, conforme demonstrado no Mapa 6, no capítulo 3.

interlocutores para explicar a preferência por esses estabelecimentos em detrimento dos "mercadinhos de bairro". Dessa forma, a

> concentração econômica e financeira, característica do período, induz, deste modo, um movimento de oligopolização do mercado e do próprio tecido urbano […]. Quebram-se horizontalidades e redefinem-se complementaridades, aprofundando, por conseguinte, a subordinação do circuito inferior em relação ao superior da economia urbana (Montenegro; Contel, 2017, p. 132 e 136).

Por outro lado, é comum nas periferias de São Luís – seja nesses fixos "menores" do circuito superior da economia urbana ou mesmo nos grandes estabelecimentos (atacarejos e supermercados maiores) – encontrar nucleados a tais comércios um outro circuito alimentar: o das mulheres servindo beijus, lanches, tortas, bolos, sucos e cafés em suas mesas desmontáveis (Imagem 46). Resultado do poder adaptativo do circuito inferior, aproveita-se o novo fluxo constante de pessoas frequentadoras desses fixos para vender "*lanchinho, beiju, essas coisas, sabe? Porque eu antes ficava em outro ponto, mas percebi que as pessoa tão comprando mais aqui. Óia aí a fila pra entrar no mercado. Daí eu aproveito, sabe?*" (H., Trabalho de Campo – Anjo da Guarda, janeiro de 2022).

Imagem 46 – Camiño Supermercados e vendedora nucleada ao fixo, ofertando comidas e bebidas aos que estão de passagem

Fonte: Antipon, 2024.

Uma informação importante precisa ser problematizada: se nos empórios e nas outras marcas do Grupo Mateus, localizadas em outras partes da cidade, as carnes são expostas adequadamente – protegidas do público consumidor, conservadas por refrigeração, contando com funcionários para o seu manuseio –, nas unidades do Camiño Supermercados visitadas encontramos expositores opostos aos comumente observados, muito mais propensos à contaminação dos alimentos (Imagem 47).

Imagem 47 – Carnes expostas na unidade do Camiño Supermercados do Anjo da Guarda

Fonte: Antipon, 2024.

Como observado na Imagem 47, nestes estabelecimentos as carnes estão expostas ao público, sem qualquer proteção e com conservação mínima por refrigeração[240] – usam-se apenas pequenas quantidades de gelo, por exemplo. Também não há funcionários para

[240] Conforme apontam Araújo Júnior *et al*. (2020, p. 15371), "Um aspecto importante na comercialização de carnes, independente da origem, é a manutenção da temperatura (Rossi *et al*., 2014), principalmente em regiões mais quentes, como o estado do Maranhão, que pode alcançar temperaturas médias de 35ºC em determinados períodos do ano (Chaves *et al*., 2015). Nesses locais, há a necessidade de um controle rigoroso da temperatura para garantir a integridade dos produtos cárneos (Rossi *et al*., 2014)".

manusear os alimentos; são os próprios consumidores quem os separam, improvisando luvas com os sacos em que as carnes serão armazenadas.

Por quais razões existiria essa distinção entre tais estabelecimentos e os restantes existentes na cidade e que igualmente são organizados pelo circuito superior da economia urbana? Poderíamos pensar nas distinções entre as situações alimentares de São Luís também por meio das organizações entre circuitos superior-superior, a depender do lugar onde eles se instalam? Por que, em um dos bairros mais negros da capital, uma marca de uma grande rede expõe as carnes de forma distinta do que faz em seus estabelecimentos nos bairros brancos?

Se a organização deste circuito é circunscrita também aos demarcadores sociais da diferença, a exemplo da raça, estaria o circuito superior exercendo, por meio dessas distintas organizações, o racismo alimentar (Santos *et al.*, 2023)? A reflexão sobre o racismo a partir da seleção de alimentos e do modo como eles são ofertados, junto com uma análise das distintas territorializações raciais, apresenta-se como uma importante chave interpretativa para as questões postas, as quais merecem maior atenção nos domínios da disciplina geográfica em pesquisas futuras[241].

O circuito superior da alimentação, como demonstrado, capilariza-se nas periferias de São Luís por meio da instalação desses fixos, das mercadorias de grandes marcas que são consumidas e do sistema financeiro já bastante entremeado à vida de relações destes lugares. Mas ele também se faz presente drenando o circuito inferior, com os aplicativos de entrega de alimentos (Aguiar, 2024). Como já problematizado no capítulo 3, observamos uma maior incidência de cadastros nesses aplicativos nas áreas periféricas da cidade:

> […] *e foi durante a pandemia que um monte dos meninos se cadastraram nos aplicativos para entregarem as comida. Eles até já faziam esse trabalho, às vezes porque eram da família mesmo, daí eles usavam muito o WhatsApp, sabe? Mas depois da pandemia aumentou muito esse trabalho. E os comércios*

[241] Cabe pontuar que, percebendo "a necessidade de compreender de forma ampla o impacto do racismo nas possibilidades de alimentação dos negros no Brasil", Santos *et al*. (2023, p. 3), elaboraram uma importante pesquisa descritiva das "interlocuções entre o racismo e a alimentação", examinando a literatura já produzida entre 2012 e 2022. Dos estudos apresentados pelos autores, nenhum é produzido nos domínios da ciência geográfica, concentrando-se majoritariamente na área da saúde e nutrição. Ainda que tratando da fase de produção dos alimentos, destacamos o trabalho, na geografia, de Bombardi (2017), cujos esforços alertam para a diferença nos tipos (mais contaminantes) e nas quantidades (muito maiores) de agrotóxicos no Brasil e nos países da União Europeia. Também é importante salientar que, em trabalhos de campo realizados em 2023 e 2024, em Kingston (Jamaica), Nairóbi (Quênia) e Dar es Salaam (Tanzânia) verificamos nos mercados de grandes redes situados tanto nas periferias quanto nos centros dessas capitais: (i) a quantidade escassa de frutas e legumes, bem como sua pouca variedade; (ii) a baixa refrigeração de carnes e laticínios; e (iii) o alto valor das carnes e demais proteínas, a exemplo dos ovos – em Kingston, uma dúzia valia, em 2023, $6 (o equivalente a R$ 30,00 à época), o mesmo valor pago nos mercados localizados em bairros de classe média em Nova York.

> *de lanche, essas coisas que são daqui de dentro mesmo, também se cadastraram, sabe?* (P., Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Os trabalhadores cadastrados nos aplicativos operam sobretudo no período noturno e muitas vezes em outros bairros, atendendo pedidos de regiões mais abastadas, a exemplo do centro novo.

Por sua vez, as periferias estudadas também possuem uma dinâmica noturna própria no que diz respeito à organização do comércio alimentar pelo circuito inferior da economia urbana. Há uma efervescência de barraquinhas ofertando lanches e caldos, pequenos restaurantes, pessoas manuseando churrasqueiras nas ruas, e bares abertos tanto para os eventos festivos desses bairros – circuito do *reggae* (Silva, 1995; Souza; Alves, 2020) (Imagem 48) e festejos do Bumba meu Boi (Marques, 1999) (Imagens 49 e 50) –, quanto para o cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores que retornam às suas casas:

> *Aqui as pessoas não estão de passagem, eles moram aqui, mas saem durante o dia para trabalhar. Por isso que a gente até tem uns restaurantezinhos por aqui durante o dia. Mas o que pega mesmo são os lanches de noite, sabe? Quando chega a noite tem o menino do churrasquinho, a mulher da tapioca, do beiju, da juçara. Tem os lanches. Às vezes as pessoas trabalham fora durante o dia e de noite tão aqui ganhando um extra. Tem todo mundo na rua fazendo o seu* (L., Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Imagem 48 – Mulheres ofertam refeições e bebidas em circuito festivo do reggae no bairro Liberdade

Fonte: Antipon, 2023.

Imagem 49 – Oferta de guaraná da Amazônia em circuito festivo do Boi da Floresta no bairro Liberdade

Fonte: Antipon, 2024.

Imagem 50 – Oferta de bebidas alcoólicas em circuito festivo do Boi da Floresta no bairro Liberdade

Fonte: Antipon, 2024.

São cenas noturnas cotidianas: entre os pratos de arroz de cuxá, baião de dois, vatapá, carne assada, os caldos de ovos e de sururu, o guaraná da Amazônia, a pipoca e as cervejas para celebrar o nascimento ou a morte do boi, para escutar a "pedrada" do *reggae*, para brindar o

final de semana que chegou ou já está indo embora. Com carrinhos de supermercado, isopores, botijões de gás e mesas de plástico improvisadas nas calçadas próximas às casas, homens e muitas mulheres "fazem o seu", ou seja, encontram meios de gerir a vida, de obter autonomia – financeira, sobretudo –, afirmando um contrato diário para a sobrevivência nas periferias de São Luís.

Assim como as que encontramos no centro da cidade, são muitas as mulheres negras moradoras desses lugares que, junto com o seu núcleo familiar (companheiros, companheiras, mãe, irmã, filhos e netos pequenos), encontram nas vendas de refeições a possibilidade de sair dos círculos de empobrecimento e violência doméstica aos quais são sujeitadas desde muito jovens.

É claro para elas que exercem tais atividades, mas também para a vizinhança: uma de nossas interlocutoras, promotora de assistência alimentar e moradora do bairro do Coroadinho, aponta que "*essas mulheres que vendem comidas na porta de casa, no isopor, na verdade estão vivendo uma estratégia de saída econômica*" (J., Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Segundo Zaluar (2000, p. 93), "são inúmeros os arranjos internos à unidade doméstica para manter o padrão de vida que separa a miséria da pobreza e afasta o espectro da fome, socializando o esforço de gerar renda entre os vários membros da família". Nesse sentido, duas de nossas interlocutoras, moradoras de um dos bairros periféricos estudados, ressaltam que durante a pandemia, assim como muitos homens buscaram o cadastro nos aplicativos de entrega de alimentos, um número razoável de mulheres passou a abrir mais pontos de venda de comidas:

> *Até mesmo teve comerciantes aqui que quebraram e comerciantes que continuaram com o comércio mesmo com o lockdown, porque eles não tinham assistência, por exemplo, do estado, financeira: "como que eu vou me manter? Como eu vou ficar dentro de casa sem dinheiro?". O auxílio emergencial veio, mas muitas pessoas relataram que elas mesmas não conseguiram receber, ou se recebiam não era suficiente. E aí muitas acabaram retornando cientes dessa preocupação em torno da pandemia, de pegar o Covid. Mas daí tinha essa questão que era mais urgente, que era a renda, "que eu preciso comer", "que eu preciso colocar dinheiro dentro de casa". E nesse momento, de um lado muitos comércios fecharam, mas por outro, surge também, no bairro, mais pontos de alimentação, sabe? Muitas mulheres, por exemplo, se viram sem emprego, sem nada e decidiram colocar mais pontos de alimentação. E às vezes ia a família toda junto, sabe? Uns negócios de pão, tapioca, ou saindo vendendo de bicicleta de porta em porta. Isso aumentou durante a pandemia, as pessoas buscaram isso como uma forma de sobrevivência mesmo, entendeu? Como uma saída econômica para sobrevivência. E algumas dessas pessoas também dependiam da cesta básica, porque às vezes as famílias tinham muitos filhos, e aquele negócio de comida não tava dando para sustentar ali, todo mundo. E as pessoas tinham esses*

> *comércio de família, familiar. E às vezes as pessoas acham que só porque elas tão vendendo comida que elas tão cheia de fartura dentro de casa. Não, tivemos de ajudar famílias que, mesmo vendendo comida na porta de casa, não tinham o suficiente para comer dentro de casa. Porque aquele negócio que ela botava ali não dá pra todo dia tirar uma sardinha, uma coisa, entendeu?* (S., Trabalho de Campo – Periferia de São Luís, janeiro de 2022);

Houve ainda aquelas que buscaram cursos de formação gastronômica "popular" para tornarem-se vendedoras de comida em seus próprios bairros:

> […] *elas saíram de casa, começaram a fazer os bolos, a ter uma renda. Até então elas não sabiam que elas tinham essa possibilidade de serem cozinheiras, por exemplo. Daí começa como voluntária* [refere-se aos movimentos de assistência alimentar, os quais abordaremos mais adiante]*, daí o marido deixava, porque, afinal, era para ajudar os outros. E daí elas começaram a aprender a cozinhar, assim, para os outros além de casa. Daí transformaram isso em um curso mesmo, formando essas mulheres. Daí começaram a vender na porta de casa, vender no bairro. E daí começou a fazer o Instagram – do bolo e não dela, porque o dela o marido não deixa. E notamos a mudança. E isso traz uma autonomia! É a moça que faz o bolo, a moça que faz o salgado. Não é mais a moça que apanha do marido. E daí elas se libertam* (K., Trabalho de Campo – Periferia de São Luís, janeiro de 2022).

Tais depoimentos reforçam a concepção de que a venda de refeições nas periferias de São Luís, através de um mercado popular, é central para o entendimento dos processos econômicos e políticos do cotidiano urbano e, consequentemente, das distintas formas que as pessoas se organizam para ofertar e acessar o alimento em uma cidade empobrecida.

No entanto, as incursões a campo também relevaram outras maneiras de engajamento na periferia – sobretudo feminino e negro – pela conquista de autonomia, liberdade e garantia da sobrevivência por meio da questão alimentar, mostrando a necessidade de ampliarmos a leitura sobre a situação alimentar da cidade até agora realizada. Trataremos a seguir justamente das distintas formas de um fazer político, seja público ou cotidiano, contra a fome em São Luís, a partir dos movimentos de assistência alimentar.

5.2 Assistência alimentar e movimentos comunitários: das políticas do Estado às políticas dos lugares

Anteriormente observamos que a situação alimentar urbana é configurada pelos circuitos econômicos resultantes do processo de urbanização desigual do território brasileiro.

Neste momento, vamos refletir sobre a situação a partir da própria escassez cotidiana como força política de organização pelo direito à alimentação[242] em São Luís.

Importantes casos revelam essa necessidade de ampliar a interpretação da situação alimentar de São Luís associada aos movimentos políticos em torno da alimentação. Isto porque o aumento do nível de pauperização, sobretudo dos trabalhadores urbanos, implica na dependência do acesso ao alimento via doações, programas e políticas públicas – sejam eles organizados pelo Estado ou por distintas organizações comunitárias e atuantes, sobremaneira, nas periferias urbanas.

Perante ao agravamento da situação de fome no Maranhão, particularmente após 2016 e com a chegada da pandemia de Covid-19, conforme dados do IBGE (Análise […], 2020) e da Rede Penssan (2021, 2022), identificamos uma diminuição das políticas nacionais voltadas para a segurança alimentar, sobretudo durante as gestões de Michel Temer (2016-18) e Jair Bolsonaro (2019-2022), o que retomaremos adiante. Em contrapartida, no mesmo período observou-se uma expansão dos programas estadual e municipal de combate à fome, incluindo iniciativas, entre outras, como os Restaurantes Populares e a implementação de programas para geração de renda por meio do comércio de alimentos (Quadro 4).

Quadro 4 – Programas do estado do Maranhão e de São Luís para o combate à fome, 2024

ESTADO (Maranhão)	DESCRIÇÃO
Doação de Cestas Básicas	Há entrega de cestas básicas em diversos municípios a depender dos eventos. Tanto as consequências alimentares em razão da pandemia de Covid-19, quanto as recorrentes questões relacionadas com as enchentes no estado foram e são focos de entrega dos alimentos. Destacamos que, com a chegada da pandemia, os primeiros beneficiários dessas cestas foram os trabalhadores ambulantes de São Luís.
Banco de Alimentos	Localizado na Ceasa, é um equipamento público amparado na Lei Estadual (Losan) nº 10.152, de 29 de outubro de 2024, que dispõe sobre o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do Maranhão, para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Para cumprir seu principal objetivo – minimizar o desperdício de alimentos em sistemas de produção, transporte e comercialização – elabora ações de educação alimentar contra o desperdício; e reaproveitamento das sobras[243]. Em 2020 contou com 56 empresas doadoras de 167 (de uma meta de 240) toneladas

[242] Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, regulada pelo Decreto nº 7.272 (Brasil, 2010), que prevê o DHAA no artigo 6º da Constituição Federal.
[243] Para maiores informações sobre a relação entre alimentação, fome e sobras de alimentos, consultar a dissertação de mestrado de Lis Furlani Blanco (2015).

	de alimentos: apenas duas lojas do Supermercado Mateus e 54 empresas de alimentos localizadas dentro da própria Ceasa. Atende as entidades de assistência social voltadas para pessoas em vulnerabilidade social e de baixa renda, além de outros equipamentos públicos de SAN do estado do Maranhão, a exemplo dos Restaurantes Populares e das Cozinhas Comunitárias.
Restaurantes Populares	Maior rede de restaurantes populares do Brasil (Maranhão, 2022), o Maranhão possui atualmente 169 desses equipamentos públicos que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e que são administrados em uma parceria estado-municípios. Os Restaurantes Populares atendem qualquer público que deseje se alimentar de refeições prontas e nutricionalmente adequadas (arroz, feijão, salada, proteína, fruta e suco), no almoço e jantar, a R$ 1,00. Nas incursões a campo, observamos a presença de muitos trabalhadores da companhia elétrica Equatorial, moradores próximos e de bairros adjacentes às localidades visitadas (Liberdade, Anjo da Guarda, Coroado e Anil), pessoas em situação de rua, idosos e mulheres (jovens e idosas) acompanhadas de crianças. Além de serem abastecidos pelo Banco de Alimentos, também contam com produtos da agricultura familiar advindos do Programa de Aquisição de Alimentos e dependem de empresas fornecedoras que atuam diretamente com o estado do Maranhão. Em 2021 foram servidos diariamente nos restaurantes dos bairros Liberdade e Coroado 1.375 almoços e 550 jantares, e no Anjo da Guarda, 1.100 almoços e 550 jantares.
Cozinhas Comunitárias	Assim como os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias são espaços de fornecimento de refeições prontas diárias e nutricionalmente balanceadas, com a diferença de que nesses equipamentos não se é cobrado por elas. Os critérios para o acesso aos equipamentos são definidos pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), pelas Secretarias de Assistência Social dos municípios e pela Sedes. De forma geral, a população beneficiada é de pessoas em risco de fome e fome; cadastradas no CadÚnico; beneficiárias do Bolsa Família; e populações de comunidades tradicionais. Atualmente existem no Maranhão duas unidades: uma no município de Alcântara, a Cozinha Comunitária Quilombola Marudá (a primeira em território quilombola no Brasil), com a oferta de 200 refeições por dia; e outra localizada no bairro Bequimão, em São Luís, a Cozinha Comunitária do Bequimão, na qual são ofertadas 400 refeições por dia.
Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (Cresan's)	Espaços presentes em municípios de menor IDH do Maranhão e que oferecem atendimento a grupos sociais vulneráveis e em situação de risco de fome e fome, como pessoas em situação de rua, trabalhadores de baixa renda e desempregados, idosos, agricultores familiares, populações de comunidades tradicionais. Atualmente o Maranhão conta com 29

	equipamentos, todos inaugurados entre 2019 e 2020, com ofertas que variam entre 200 e 500 refeições diárias.
Programa Vale Gás	Criado em meio à crise de fome em 2021, durante a pandemia de Covid-19 – momento no qual aumentaram os casos de substituição da produção de energia via gás de cozinha por outras fontes, como queima de carvão (Rede Penssan, 2021) –, o Programa Vale Gás atende automaticamente 119 mil famílias do estado inseridas no CadÚnico e que estão sem nenhuma renda nos últimos dois anos. Tal programa consiste na entrega de 3 vales-gás para cada família realizar a recarga de seu botijão de 13 kg.
Programas Mais Renda e Minha Renda	**Programa Mais Renda:** beneficia diretamente trabalhadoras e trabalhadores da alimentação e de beleza no estado. Além de capacitação ao trabalho, os beneficiários recebem do governo o reconhecido "kit de negócios", que inclui: uniforme, utensílios e equipamentos necessários aos trabalhos – para o ramo de alimentação há a doação dos "carrinhos" de venda de comida. Atualmente beneficia 2 mil pessoas em 14 municípios do Maranhão, incluindo a Ilha do Maranhão. **Programa Minha Renda**: também coordenado pela Sedes, atua somente com o comércio de alimentação, garantindo, além de um auxílio de R$500 e capacitações para impulsionar o início das atividades, equipamentos para comercialização, armazenamento e transporte de bebidas e alimentos. Os beneficiários do programa já precisam ser trabalhadores populares ou que estão em situação de desemprego no momento do cadastro no CadÚnico. Neste programa, 20% das vagas são reservadas às pessoas com deficiência e mulheres em situação de violência doméstica e/ou intrafamiliar.
Programa de Aquisição de Alimentos Leite (PAA-Leite)	Trabalha conjuntamente com a agricultura familiar do estado a partir do incentivo, sobretudo logístico, à produção e distribuição do leite. Em execução desde março de 2020, desenvolve ações de: (i) acompanhamento e supervisão da coordenação estadual de cada município beneficiado pelo programa; (ii) construção e implementação de Usinas de Beneficiamento de Leite; (iii) entregas de caminhões-baú refrigerados para distribuição do leite entre os agricultores beneficiados e os consumidores finais; (iv) entrega de máquinas e equipamentos para processamento do leite.
Projeto Social Formando e Cozinhando	Projeto coordenado pela Sedes, busca qualificar pessoas, oferecendo aulas técnicas e práticas, para atuarem como profissionais da cozinha. O público beneficiário é de baixa renda, sem formação técnica e com experiência mínima na área em questão de dois anos. Em 2022 o programa organizou-se com duas turmas em São Luís com um total de 60 alunos, sendo 50 pessoas de um público geral e 10 com reserva para o público LGBTQIA+. Em 2023, com um crescimento vertiginoso, ofereceu formação para 200 pessoas entre os municípios de São Luís, Barreirinhas, Atins, Cururupu, Guimarães e Imperatriz.

MUNICÍPIO[244] (São Luís)	DESCRIÇÃO
Programa de Aquisição de Alimentos	Assim como o PAA-Leite do governo maranhense, promove o incentivo à produção e distribuição de alimentos advindos da agricultura familiar do estado. Ao propiciar isenção de licitações, o programa adquire os alimentos a preços compatíveis com os mercados regionais e os distribuí para redes de assistência social do município que atendem pessoas em vulnerabilidade alimentar.
Banco de Alimentos	Implementado desde 2013, o Banco de Alimentos da prefeitura de São Luís, assim como o do estado, é abastecido por doações de alimentos das empresas associadas. Conta com o trabalho de nutricionistas para a avaliação e cuidado com o alimento recebido e que é posteriormente doado a entidades sociais, instituições de assistência social, asilos, creches e unidades de saúde que acolhem pessoas em situações de vulnerabilidade alimentar.
Cozinha Escola Comunitária	Equipamento que atende pessoas em vulnerabilidade alimentar e que são assistidas pelas redes socioassistenciais da cidade. Há informações de que são fornecidas 200 refeições por dia nesse espaço.
Atendimento Nutricional	Concede avaliação e acompanhamento nutricional em ações pontuais organizadas pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (Semsa).
Programa do Peixe na Mesa	Programa inaugurado durante a pandemia, arrecada e distribui peixe fresco para a população em condição de vulnerabilidade social, beneficiários do Bolsa Família e inscritos no CadÚnico, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semcas) e os CRAS.

Fonte: Trabalho de Campo (São Luís, 2019-2024); Visitas Técnicas: Semapa (2022); SAF (2022); Setres (2022); Sedes (2022, 2023 e 2024); Banco de Alimentos – Ceasa (2022); Prefeitura de São Luís.
Elaboração: Antipon, 2024.

Também se observou uma ampla mobilização comunitária em São Luís, sobretudo em suas periferias, manifestando-se na criação de espaços estratégicos para debates políticos, entre outros temas, sobre a questão alimentar, no fortalecimento das identidades – especialmente entre as mulheres negras periféricas – e na visibilidade de questões como de que a fome é demarcada socialmente pela raça e pelo gênero. Houve ainda a construção de cozinhas e hortas comunitárias, organização de cursos de gastronomia popular voltados para as mulheres periféricas, mutirões para produção e distribuição de refeições e cestas básicas (Quadro 5), além da organização de movimentos contestatórios em defesa do direito à alimentação, caso do Banquetaço – movimento que trabalharemos mais adiante.

[244] Cabe ressaltar que fizemos inúmeras tentativas de reuniões, visitas técnicas e acompanhamento dos programas listados junto à prefeitura de São Luís. Entre 2022 e 2024 a Secretaria de Municipal de Segurança Alimentar (Semsa) nunca concedeu um horário para nos atender. Assim, todas as informações que constam a respeito dos programas efetivados por ela são as que encontramos no sítio eletrônico: https://www.saoluis.ma.gov.br/semsa/conteudo/3388.

O Quadro 5 apresenta três coletivos que acompanhamos desde 2021. Todas as informações que constam nele foram adquiridas em trabalho de campo por meio de observação densa e participativa, além de entrevistas semiestruturadas com as lideranças e coordenações.

Quadro 5 – Movimentos pelo direito à alimentação pesquisados em São Luís, 2024

VARIÁVEIS GEOGRÁFICAS	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA (NEDUC)	COLETIVO MULHERES NEGRAS DA PERIFERIA - CASA DAS PRETAS	ONG MULHERES EM AÇÃO
NATUREZA	Núcleo de educação comunitária liderado pela professora pedagoga Christiane Mendes. **Antes da pandemia de Covid-19**: creche comunitária e lugar para reforço escolar, inglês infantil e acompanhamento psicológico; **Após a pandemia de Covid-19:** (i) lugar para disseminação de informações e ações contra a fome na cidade; (ii) espaço de consultoria de microfinanças e apoio financeiro aos "pequenos empreendedores moradores de periferia" com o projeto "PerifaCred[245]".	**Coletivo Mulheres Negras da Periferia:** surge da inquietação diante da invisibilidade das pautas das mulheres negras periféricas. Havia a necessidade de ocupar lugares de fala onde tais mulheres pudessem se enxergar como sujeitos políticos e de direitos, construir suas pautas coletivamente e compartilhar suas narrativas cotidianas. Se antes do evento pandêmico elas se reuniam em diferentes lugares, com o coletivo começou a ficar latente a necessidade de um espaço para a elaboração de	ONG criada por Rosa Maria Neves Carvalho, moradora do bairro periférico Vila dos Nobres, após a sua formação em um curso de gastronomia popular. Atualmente é dirigida por Fabrício Sousa, professor de cursos de gastronomia popular nas periferias de São Luís e ex-aluno de Rosa.

[245] Informações disponíveis em: https://perifacred.inita.me/. Acesso em: 23 jul. 2024.

			“políticas cotidianas”. **Casa das Pretas:** espaço de organização política e cultural, estruturado pelo Coletivo Mulheres Negras da Periferia e coordenado pela Ju do Coroadinho e pela Meire Flor.	
TEMPO		2019 – até os dias atuais	**Coletivo Mulheres Negras:** 2019 – até os dias atuais **Casa das Pretas:** 2022 – até os dias atuais	2014 – até os dias atuais
ESCALA	**LOCALIZAÇÃO**	Coroadinho	Coroadinho	Vila dos Nobres Monte Castelo
	ABRANGÊNCIA	Coroadinho	Coroadinho	Vila dos Nobres Coroado Coroadinho Anjo da Guarda Monte Castelo Raposa (moradores de palafitas)
ARTICULAÇÃO	**PÚBLICO**	Moradores do Coroadinho; Famílias com filhos em idade escolar; Pessoas desempregadas; Idosos;	Moradoras do Coroadinho e periferias adjacentes;	Mulheres; Mães solo; Idosos; Pessoas negras.
	AÇÃO	Horta comunitária;	Organização de doação de cestas	Organização de doação de

		Campanhas para arrecadação de alimentos: doação via PIX, contato com grandes empresas (ex.: Bradesco e redes de distribuição de bebidas em São Luís); Logística de doação de cestas básicas: organização de carros, anúncios, seleção de lugares e pessoas que recebem; Organização da Cozinha Comunitária Favela Gourmet: cursos de formação gastronômica popular para as moradoras do Coroadinho e adjacências periféricas; Organização da Cozinha Comunitária Mulheres em Ação: união das moradoras do bairro para a produção de marmitas para doação; Abertura da creche comunitária servindo lanches da tarde para as crianças.	básicas: campanha de arrecadação dos insumos, seleção dos beneficiários (mulheres, mães solo, idosos, pessoas negras) e entrega das cestas (em lugares específicos ou na própria casa); Formação: (i) organização de cursos de gastronomia popular para moradoras do bairro e de outras periferias de São Luís; (ii) palestras e aulas a respeito da fome e do acesso ao alimento no Brasil e no Maranhão; Preparação e entrega de marmitas; Preparação e entrega de alimentos em datas festivas (por exemplo, Páscoa com a distribuição de chocolates e pescados); Preparação mensal de sopão e entrega aos sábados para a comunidade; Construção de Cozinha Comunitária por meio do “Prêmio Periferia Viva”.	cestas básicas: campanha de arrecadação dos insumos, seleção dos beneficiários e entrega das cestas (em lugares específicos ou nas casas dos beneficiários); Cozinha Comunitária na sede da Cruz Vermelha; Formação de mulheres cozinheiras nos cursos de Gastronomia Popular.

	PARCERIA	G10 Favelas[246];	Central Única de Favelas[247] (Cufa/Projeto Mães da Favela, com distribuição de vale-alimentação em formato de cartão); G10 Favelas; Neduc; Laboratório de Design Social da Cidade (Projeto de extensão – UFMA).	Cruz Vermelha; G10 Favelas; Neduc; ONG Filhos de Maria.

Fonte: Trabalho de Campo (São Luís, 2021-2024). Elaboração: Antipon, 2024.

Os Quadros 4 e 5 explicitam diferentes esforços para mitigar os efeitos do aumento da fome na vida cotidiana de São Luís. Tais ações são nomeadas aqui como iniciativas de "assistência alimentar" (Leme *et al.*, 2022; Blanco *et al.*, 2023)[248], as quais, "a partir de estratégias atuais de mobilização no âmbito da organização ativa de cidadãs e cidadãos" desenham "uma agenda afirmativa de combate à fome" (Leme *et al.*, 2022, p. 37).

Eles ainda revelam que também nesta etapa de pesquisa os trabalhos de campo foram centrais para o avanço teórico-metodológico da tese. Neste momento, focamos tanto nas ações direcionadas pelo Estado (governos estadual e municipal) quanto nos movimentos sociais

[246] O G10 Favelas é uma organização sem fins lucrativos que reúne "líderes e empreendedores de impacto social das favelas" no território brasileiro, incluindo o Coroadinho, em São Luís. Com campanhas de arrecadação de verbas, investe nos campos da alimentação, saúde, higiene e moradia. Informações disponíveis em: https://www.g10favelas.org/index.html. Acesso: 23 jul. 2024.

[247] A Cufa "é uma organização brasileira reconhecida nacional e internacionalmente nos âmbitos político, social, esportivo e cultural que existe há 20 anos". Informações disponíveis em: https://cufa.org.br/quem-somos/. Acesso: 23 jul. 2024.

[248] A necessidade de estudar a situação alimentar via movimentos de assistência alimentar em São Luís também é resultado de um esforço teórico-prático com outros três pesquisadores já mencionados: Profa. Dra. Adriana Salay Leme, Profa. Dra. Lis Furlani Blanco e Prof. Dr. José Raimundo Sousa Ribeiro Junior. Durante o ano de 2021, a convite da Associação Franciscana de Solidariedade (Sefras), elaboramos um trabalho sobre fome e assistência alimentar na pandemia, analisando os distintos movimentos em escala nacional. Coletivamente, para chegarmos no argumento central das publicações oriundas dessa pesquisa, e que também guia as reflexões feitas nesta parte da tese, fizemos o levantamento bibliográfico sobre o tema, leituras e escritas, ministramos cursos e palestras, elaboramos a estrutura dos trabalhos de campo e os realizamos. O resultado, publicado em forma de livro (Leme *et al*., 2022), pode ser consultado neste endereço eletrônico: https://www.researchgate.net/publication/365126622_Fome_e_assistencia_alimentar_na_pandemia. E o seu desdobramento encontra-se no artigo "Fome, assistência alimentar e direitos no Brasil: políticas da vida cotidiana na pandemia" (Blanco *et al*., 2023).

comprometidos com a luta pela garantia do direito à alimentação em São Luís. Assim como Leme *et al.* (2022) e Blanco *et al.* (2023), não mobilizamos estes movimentos como um objeto de pesquisa em si, mas como o "lócus a partir do qual poderíamos compreender melhor como a fome é vivenciada e combatida" (Leme *et al.*, 2022, p. 13) na atualidade e como são produzidas políticas cotidianas que têm como centralidade a vida.

Neste escopo, foram observados e entrevistados instituições e grupos associados às doações de alimentos e à organização de cursos pela autonomia financeira feminina em dois eixos:

(i) aqueles propostos pelo estado do Maranhão, via políticas públicas, tais quais os programas específicos diretamente relacionados ao acesso e manejo alimentar, bem como à estruturação de equipamentos que garantem o acesso ao alimento aos grupos mais vulneráveis, como o Banco de Alimentos, o Restaurante Popular e a Cozinha Comunitária. Além das visitas e entrevistas em tais fixos, também colaboraram para a análise as vistas técnicas em distintas secretarias do estado (Sedes, Semapa, SAF e Setres);

(ii) aqueles organizados por distintos grupos e movimentos durante a pandemia, os quais, a maioria ainda em atividade e advindos das próprias periferias de São Luís, doam desde cestas básicas até marmitas prontas, organizam cursos em torno da alimentação voltados para a autonomia feminina, intermedeiam os domicílios necessitados e as ações de grandes ONGs, as quais, entre outras atividades, distribuem "cartões-alimentação" a serem utilizados em estabelecimentos de comercialização de alimentos[249]. Ao longo da pesquisa evidenciou-se as capacidades de tais grupos, a partir da questão alimentar, de criarem espaços de formação de consciência política, essencialmente relacionada às lutas antirracistas e ao direito à cidadania.

Com essas informações de campo, realizamos uma análise crítica sobre a importância e os limites das políticas públicas na estruturação da situação alimentar urbana de São Luís. Em particular, demos atenção às formas de organização política, coletivas e cotidianas, no que reconhecemos como ações de combate à fome promovidas por distintos movimentos na cidade.

Tais ações, que em distintos lugares por vezes se manifestam a partir de protestos contra a fome (*food riot*), também se materializam por meio dos movimentos sociais estudados nesta

[249] É o caso, por exemplo, da ONG Gerando Falcões (https://gerandofalcoes.com) e da G10 Favelas (https://www.g10favelas.org/index.html).

tese (de doação de alimentos, oferta de cursos, espaços políticos de discussão e formação da consciência etc.). Seja nos protestos, essa "imbricação entre urgência (Fassin 2009b) e esperança (Guyer 2016a)" (Neiburg, 2022, p. 14), ou nas ações deliberadas pelos coletivos,

> nunca está em jogo "só a mera sobrevivência" […] sempre está em jogo a procura por uma vida digna, que merece ser vivida – algo muito distante das imagens estereotipadas da fome que circulam na mídia internacional mostrando multidões de indivíduos (em geral negros) desesperados lutando entre si, correndo para pegar kits de alimentos lançados desde o céu pelos helicópteros de ajuda humanitária (pilotados por pessoas brancas) (Neiburg, 2022, p. 14).

Tanto as ações do Estado quanto essas ações coletivas de assistência alimentar são aqui compreendidas como "políticas da vida" (Fassin, 2005, 2006; 2009; Neiburg, 2022; Blanco, 2022; Blanco *et al*., 2023), ou seja, políticas que definem as configurações morais entre a vida física, em seu sentido material, que precisa se nutrir biologicamente para continuar – o *zoé* (Aristote, 1995; Agamben, 1997; Fassin, 2005) – e a vida social, em seu sentido relacional e experiencial com o outro, o lugar, os objetos, o tempo – o *bios* (Aristote, 1995; Agamben, 1997; Fassin, 2005). Conforme Fassin (2006, p. 45)[250], da vida física à vida social, do *zoé* ao *bios*,

> *une nouvelle problématisation de la vie qui s'opère. Il ne s'agit pas de saisir comment on la façonne, la régule, la normalise. Il s'agit, dans une démarche très différente et presque inverse, de comprendre comment elle s'inscrit de manière complexe, incertaine, ambiguë au cœur de nos systèmes de valeurs et d'actions, de nos économies morale et politique*.

Por meio dessa reflexão, passamos a compreender como tais "políticas da vida" informam sobre o cotidiano das emergências econômicas (Neiburg, 2022)[251], evidenciam o

---

[250] Ao tratar desses dois conceitos (*zoé* e *bio*), Didier Fassin (2006, 2009), antropólogo francês, dedicou-se aos trabalhos empíricos com refugiados na França e sobre a aids na África do Sul, comprovando como tais casos envolvem políticas de vida. No primeiro, refugiados (*bios*) tinham seus vistos negados em proporção diretamente inversa aos vistos aceitos de pessoas que buscavam o território francês para o tratamento de patologias (*zoé*) mais difíceis de serem tratadas em seus países de origem: "*A Kenyan man who had stayed in France and Germany for many years in an illegal situation, living under the permanent threat of being expelled, finally received his documents when he was discovered to be suffering from AIDS: 'It is the disease which kills me that has become my reason for living now', he once told me*" (Fassin, 2009, p. 51). No segundo, opiniões dividiam as ações de combate à aids no país sul-africano: de um lado, a defesa da entrega de medicamentos antivirais como forma de prevenir a contaminação da doença, com o discurso de qualquer vida salva valia por si mesma (*zoé*); de outro, no bojo das disparidades do sistema de saúde herdado do *apartheid*, a defesa da consolidação de um sistema de saúde justo e funcional para todos os habitantes, e não somente aos brancos do país – os esforços deveriam concentrar-se na luta pelo direito à saúde (*bio*). Esses dois casos comprovam que "*leur vie* [*bios*] *est de peu de valeur pour la société dans laquelle ils vivent*" (Fassin, 2006, p. 43).

[251] Segundo Neiburg (2022, p. 4-5), as emergências econômicas colocam "em evidência o caráter desigual das vidas. Uma forma radical de expressão dessas desigualdades é a diferenciação da chamada 'expectativa de vida' das populações afetadas diferentemente pelas crises (Fassin 2018), como pode se ver nos efeitos da diminuição da

papel do Estado como remediador e criador de "soluções" – muitas vezes insuficientes – para as próprias estruturas desiguais nas quais ele se fundamenta (Ribeiro, 2014) e produzem e são produzidas por distintas formas de organização e luta pelos direitos, sobretudo, ao território e à existência cidadã[252].

Assim, adiante mostraremos como, por meio das agências, dos discursos institucionais e, sobretudo, desses sujeitos que promovem ações coletivas de combate à fome nos espaços urbanos, entendemos a política enquanto um movimento que vai além da importante relação com o Estado, estando presente nas práticas coletivas e situadas pela sobrevivência de vidas que, historicamente, são manejadas em seu sentido apenas material.

5.2.1 169 Restaurantes Populares e "eles não sabem o que o Coroadinho come": as políticas de Estado entre a vida material e social

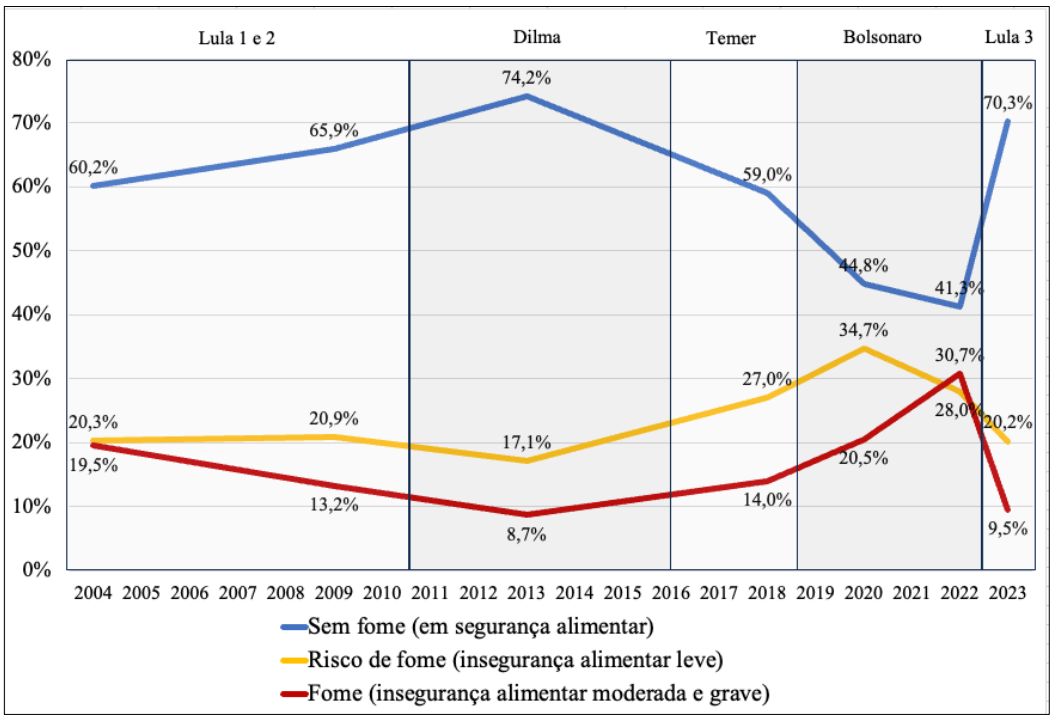
Como já evidenciado ao longo do capítulo 2, o contexto após o golpe político institucional de 2016 foi de considerável fragilização das políticas públicas em âmbito nacional voltadas às questões alimentares. Embora já tenhamos pontuado que a fome e a pobreza são condicionantes estruturais da formação socioespacial brasileira, é importante considerar que aspectos conjunturais (por exemplo, o fortalecimento ou o enfraquecimento de programas e políticas públicas[253] específicas) podem agravar ou remediar as situações de fome e risco de fome, como observado no Gráfico 7.

expectativa de vida por causa da pandemia que alcança de maneira mais aguda as populações previamente precarizadas em decorrência de princípios étnico-raciais (Castro *et al*., 2021)".

[252] Como pontua Neiburg (2022, p. 9 e 14), ao analisar os protestos contra a "vida cara" (*lavi chè*) no Haiti, de um lado, tais movimentos evidenciam que "maus salários e vidas ruins, [alimentam] a estigmatização da miséria, desenhando paisagens relacionais de pessoas e de vidas que se percebem como diferenciadas, ao mesmo tempo materialmente e moralmente: uns mais humanos do que outros"; e de outro, "as pessoas denunciam coletivamente e coletivamente se constituem como pessoas morais e políticas que denunciam".

[253] Para informações mais aprofundadas sobre o histórico dos marcos legais e políticos em torno do direito humano à alimentação no contexto brasileiro, consultar o capítulo "O direito humano à alimentação adequada no Brasil: a construção de marcos legais e políticos" de Leme *et al*. (2022, p. 20-37).

Gráfico 7 – Evolução dos índices de segurança alimentar, risco de fome e fome no Brasil, 2004-2023



Fonte: Segurança […] (2004, 2010, 2013, 2023); Análise […] (2020); Rede Penssan (2021, 2022).
Elaboração: Ribeiro Junior, 2024.

O Gráfico 7 reconstrói os quadros de segurança alimentar, risco de fome e fome no Brasil entre 2004 e 2023, a partir de quatro importantes pesquisas que têm como base metodológica a Ebia. Três delas são realizadas pelo IBGE: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (Segurança […], 2004, 2010, 2013), a POF (Análise […], 2020) e a PNAD Contínua (Segurança […],2023); e a outra, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Vigisan), pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2021, 2022)[254].

Se entre 2004 e 2013 o Gráfico 7 revela uma diminuição do quadro de fome no Brasil (de 19,5% para 8,7%) entre os dois governos Lula e parte do governo Dilma – notadamente em

[254] Embora essas pesquisas realizadas durante a pandemia de Covid-19 pela Rede Penssan não tenham sido conduzidas pelo IBGE, as escolhas metodológicas são as mesmas que as do Instituto em questão. Assim, conforme apontam Salles-Costa *et al*. (2023, p. 1): "*Brazil was one of the pioneers in using an experienced-based measure (the Brazilian Food Insecurity Scale – EBIA) for national food insecurity monitoring. The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) provides information on food insecurity since 2004, however, the last estimates available are from 2018. To fill the information gap on food security in Brazil during the COVID-19 pandemic, the Brazilian Research Network on Food Sovereignty and Security (Rede PENSSAN) conducted two national surveys (December 2020 and April 2022). All surveys (2004, 2013, and 2018, by IBGE; 2020 and 2022, by Rede PENSSAN) are comparable in terms of sampling design and methodology to estimate food security and levels of food insecurity. Their findings were widely spread by national media and showed the important role of the scientific community in shedding light on social problems*".

razão de políticas específicas para a segurança alimentar, como o Programa Fome Zero[255], e de medidas de transferência de renda, caso do Bolsa Família[256] (Vasconcelos *et al.*, 2019) – em 2018, dois anos após o golpe político institucional e sob o governo de Temer, os índices de fome voltam a subir (14%), atingindo patamares maiores do que os mensurados em 2009 (13,2%).

O que ocorre neste intervalo de tempo no Brasil? Quais as relações entre os acontecimentos políticos que passaram a reorganizar o território nacional e a "gestão" cotidiana das vidas, fazendo crescer a quantidade de "vidas famintas"? Em que medida está garantido o direito das necessidades mais básicas e elementares da existência – caso da alimentação – quando o que observamos é a "gestão da fome" (Blanco, 2022), e não a união de esforços para o seu processo absoluto de erradicação?

Conforme apontam Leme *et al.* (2022, p. 36), há uma correlação nítida das tensões políticas que antecedem o golpe e a recessão econômica de 2015 com os gastos nas atividades estatais, sobretudo aqueles voltados para algumas políticas sociais em torno da alimentação. Por exemplo, a "diminuição de 6% dos investimentos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), posteriormente, em 2016, configurou-se em um corte de quase 30%", uma redução de 9% no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de cortes no número de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Os autores ainda destacam que, a partir de 2016, com o governo Temer, a incorporação (sem aumento do orçamento) do Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministério do Desenvolvimento Social e os diversos cortes em investimento social marcam o início de um "momento de ruptura com o paradigma estabelecido, desde a implantação do Programa Fome Zero, de garantia do direito à alimentação adequada a toda população" (Leme *et al*., 2022, p. 36).

Somados à crise econômica e à precarização do trabalho, o final do governo Temer e todo o período do governo Bolsonaro são continuamente caracterizados por uma falta de políticas destinadas a garantir o direito à alimentação, corroborando a piora do quadro nacional – agravado com a chegada da pandemia de Covid-19[257]. O Gráfico 7 explicita que em 2020 havia 20,5% da população brasileira em situação de fome e, em 2022, 30,7%, ou seja, aproximadamente 33 milhões de pessoas.

---

[255] Para maiores informações sobre o Programa Fome Zero, consultar a tese de doutoramento de Lis Furlani Blanco (2022), cujo objetivo central foi produzir uma etnografia sobre as políticas públicas de segurança alimentar na trajetória do Fome Zero.

[256] Acerca da relação entre o Programa Bolsa Família e a dinamização econômica de famílias em situação de vulnerabilidade, indicamos a tese de doutoramento de Fernando Antônia da Silva (2017).

[257] Assim discutem Salles-Costa *et al*. (2023, p. 2): "*Currently, Brazil is an example of how policies based on fiscal austerity, combined with economic and political crises and governmental negligence facing the COVID-19 pandemic, can result in rising levels of hunger, even in countries recognized as large food exporters to the world*".

Tal quadro de fome é piorado pela situação orçamentária do PNAE e do PAA entre os períodos desses dois governos. O PNAE, desde 2017, não recebeu sequer um ajuste de verbas (Lopes, 2021); não obstante, o "Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-maio/2021) apontava para o necessário reajuste de 18,74% da verba como forma de viabilizar a compra de alimentos da agricultura familiar" (Leme *et al.*, 2022, p. 65). Já o PAA se sobressai com sucessivos e significativos cortes orçamentários: em 2016 (46%), 2017 (62%), 2018 (86%) e 2019 chegando na cifra de apenas R$ 41,38 milhões no primeiro ano de gestão do governo Bolsonaro, quando em 2012 ele operava com um orçamento anual de R$ 586,56 milhões (Aragão; Oliveira, 2021; Lopes, 2021; Leme *et al.*, 2022).

É neste delicado cenário de cortes das políticas públicas de combate à fome no Brasil que, na ocasião do movimento social "Banquetaço"[258], que antecedeu a chegada da pandemia de Covid-19 e ocorreu no bairro Liberdade, em 27 de fevereiro de 2019, assistimos atentamente ao seguinte discurso de um representante dos muitos movimentos sociais ali reunidos:

> *Nós estamos nos preparando para uma batalha muito difícil, muito árdua* […] *nós estamos lutando contra o fim da política de segurança alimentar e nutricional. Então, nós precisamos estar revestidos de uma indignação interna, de uma energia capaz de superar qualquer desafio.* […] *o compromisso principal tem que ser nosso, é a nossa organização, a nossa capacidade de luta. Banquetes como estes* [referência ao Banquetaço]*, nós temos que fazer em cada rua de nossa cidade, para lutar com isso. Exigir dos nossos deputados, que nós votamos, que lutem contra isso, contra a fome.* […] *Eu quero dizer aos senhores que eu passei fome na minha vida, eu passei fome na minha vida, eu comi chibé de farinha com água e limão. Então eu posso falar de que fome dói nesse país. Eu sou uma testemunha viva de que se a gente não se acomodar, a gente vence. Então, companheiros e companheiras, de todas as cores, idades, religiões, de todas as ideologias. Vamos à luta. Viva o CONSEA do Maranhão, viva a sociedade civil, viva a resistência!* (Kleber Gomes[259], Trabalho de Campo – Liberdade, fevereiro de 2019).

Quando começamos a acompanhar, com os primeiros trabalhos de campo, essas formas de organização da sociedade civil em torno do acesso ao alimento em São Luís diante das mudanças que atingiam o direito à alimentação em escala nacional, ficava nítido o movimento contrário do governo estadual, à época sob a liderança de Flávio Dino (Partido Comunista do Brasil – PCdoB), com relação às novas políticas federais, ao formular e implementar programas

[258] Ferramenta de ação política que tem como principal pauta o direito à alimentação. Na ocasião mencionada, organizou-se como um movimento favorável à manutenção do Consea, realizado simultaneamente em todo território nacional. Em São Luís, tal atividade foi desenvolvida por Organizações da Sociedade Civil e membros do Consea-MA.

[259] Secretário Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-MA), no período de 2013 e 2014.

e políticas de segurança alimentar no estado que detinha os maiores e recorrentes índices de fome e risco de fome do país, conforme apresentado no Quadro 4.

Embora o Quadro 4 aponte a existência atual de mais de um programa no Maranhão que aborda direta e indiretamente a questão alimentar, chama atenção o papel dos Restaurantes Populares e das Cozinhas Comunitárias[260] como principais escolhas políticas de ação do governo para garantir o acesso ao alimento pela população.

A partir da gestão de Flávio Dino (2015-2022), foram inauguradas as primeiras Cozinhas Comunitárias públicas do estado: em 2017, a de Alcântara, na comunidade quilombola do povoado Marudá; e em 2022, a de São Luís, no bairro negro e periférico do Bequimão. Houve, ainda, um aumento vertiginoso de 2.716 % dos Restaurantes Populares, saindo de 6 unidades em 2015 para 169 em 2024.

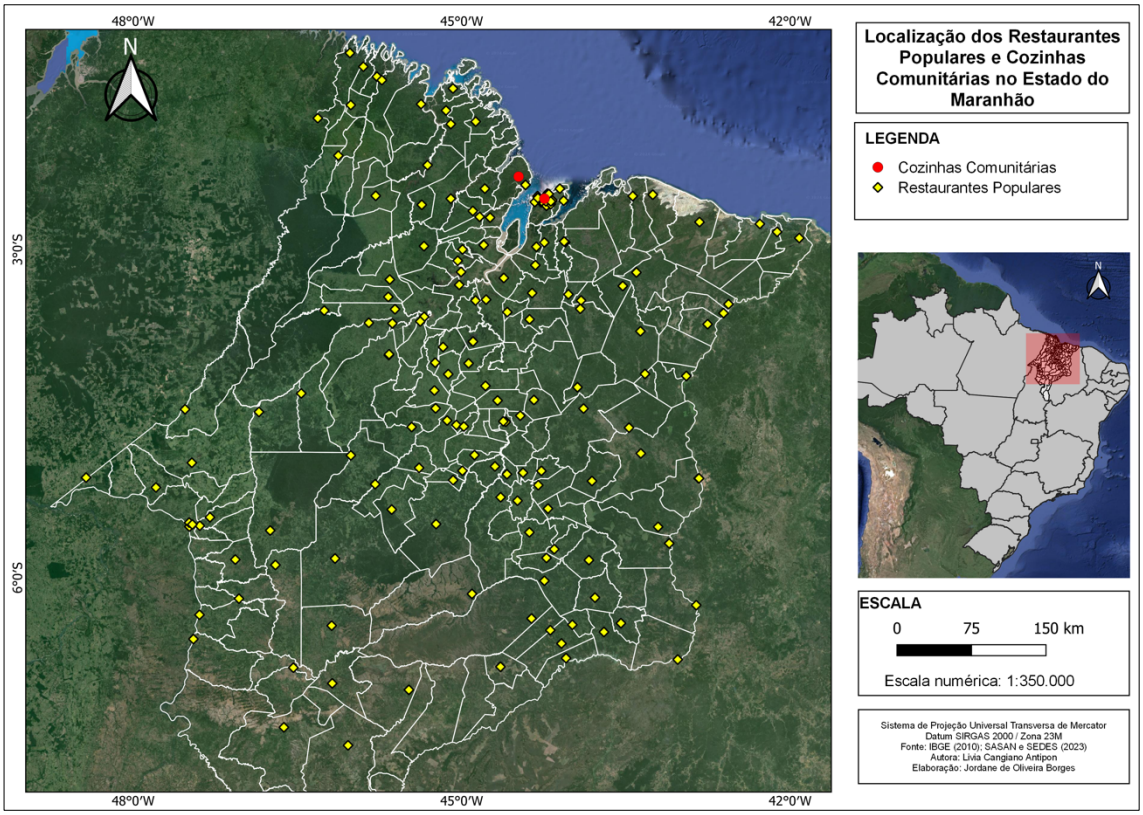
Embora, como observamos no Mapa 10, os Restaurantes Populares estejam presentes em boa parte do estado (168 de 217 municípios), constata-se uma concentração nas microrregiões do Pindaré, Médio Mearim, Itapecuru Mirim, Codó, Presidente Dutra e Alto Mearim e Grajaú, além da presença nos 29 municípios com os menores IDH do estado, a exemplo de Fernando Falcão e Marajó do Sena, os dois municípios com os índices mais baixos do Maranhão[261].

---

[260] Além desses dois programas, também ficou evidente a preponderância dos carrinhos de venda de alimentos fornecidos pelo Programa Mais Renda e pelo Minha Renda em São Luís. Apesar de nosso interesse em cartografar os bairros de origem dos beneficiários – os quais comercializam os alimentos, sobretudo, no Núcleo Central e em eventos festivos – e indicar a proporção por gênero – majoritariamente feminina, como demonstraram os trabalhos de campo –, depois de muitas tentativas entre 2021 e 2024 (reuniões presenciais, entrega de ofícios, conversas por telefone), os responsáveis pelo programa, até o presente momento, não disponibilizaram os dados que são de interesse público.

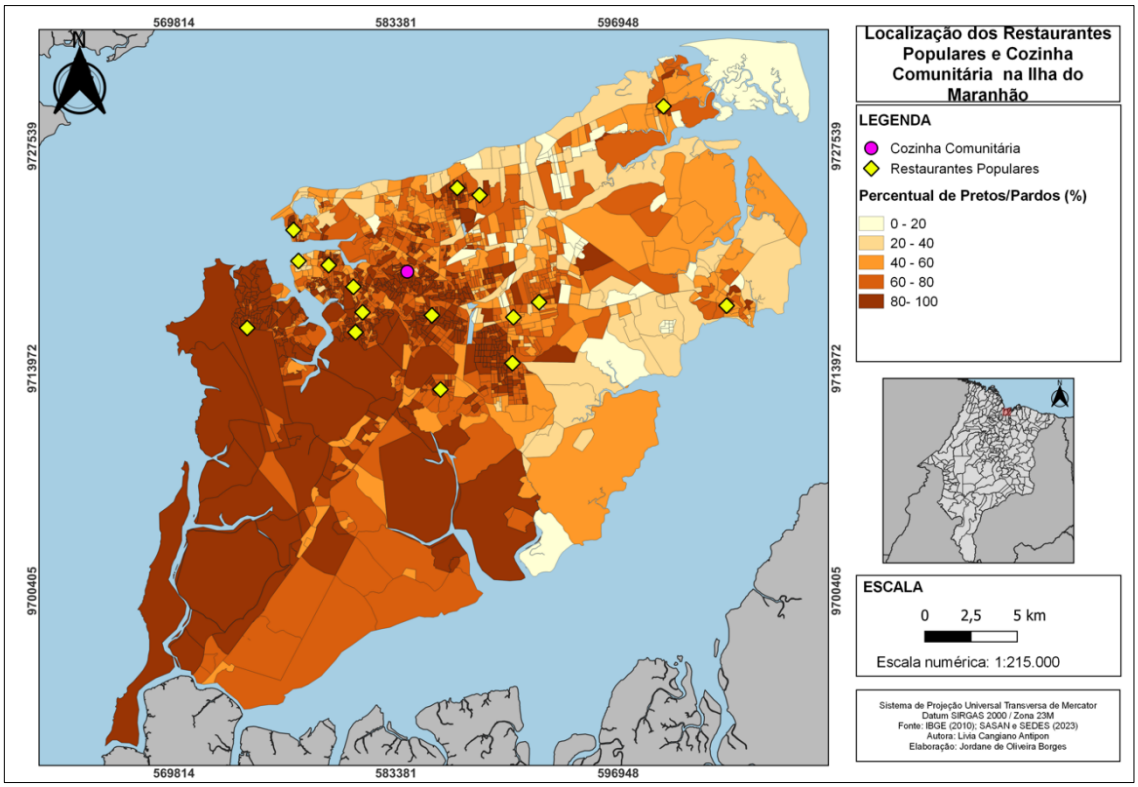
[261] Um dos critérios para a instalação desses equipamentos é de que eles estejam nos 30 municípios com os mais baixos IDH do Maranhão (Plano Mais IDH). Atualmente, apenas um município desse Plano, Santana do Maranhão, não conseguiu instalar o Restaurante. “Os 29 Restaurantes do Mais IDH têm capacidade diária de 11.875 refeições, sendo 7.150 no almoço e 4.725 no jantar. Os municípios com maiores capacidades de atendimento são: Aldeias Altas (750), Araioses (750) e Arame (750)” (Maranhão, [202-?], p. 5).

Mapa 10 – Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias, Maranhão, 2024



Por sua vez, o Mapa 11 revela que, em três municípios que compõem a Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar e Raposa), os dezesseis Restaurantes Populares e a Cozinha Comunitária localizam-se nos bairros mais empobrecidos e negros da região. Em São Luís, a Cozinha Comunitária, como já indicado, localiza-se no bairro Bequimão, e os doze Restaurantes Populares encontram-se nos bairros periféricos Cidade Operária, Anjo da Guarda, Sol e Mar, Coroado, Maiobão, Liberdade, São Francisco, João de Deus, São Raimundo, Coroadinho e João Paulo, e no Núcleo Central, haja vista, como trabalhado no capítulo 4, a sua centralidade periférica.

Mapa 11 – Restaurantes Populares e Cozinha Comunitária, Ilha do Maranhão, 2024



É importante problematizar que tais localizações evidenciam, duplamente, o fator racial do fenômeno da fome e a tentativa do estado de remediar a violação de direitos que subjuga historicamente esses mesmos sujeitos negros e suas periferias – muitas vezes por outras políticas do próprio estado, como evidenciado ao longo desta tese. Ribeiro (2014, p. 388) admite que "muitas políticas públicas não têm outro objetivo senão a gestão de desajustes produzidos por outras políticas setoriais numa sociedade em perpétuo desequilíbrio".

Assim, a leitura das representações tanto de uma cartografia que aponta a localização de Restaurantes Populares em munícipios de menores IDH do estado, quanto de outra que explicita a correlação entre fome, raça, periferia e centralidade periférica na região de São Luís, revela o papel central do território usado (Santos, 1996) "no processo de formulação, consolidação e difusão dos programas e ações governamentais e das ações dos grupos sociais diretamente envolvidos ou implicados nas políticas públicas" (Ribeiro, 2014, p. 382)[262].

Com o principal objetivo de reduzir em pelo menos 5% ao ano os índices de fome e risco de fome por município do estado, além de (i) adquirir no mínimo 30% dos alimentos

[262] Ainda Ribeiro (2014, p. 383) afirma que "a perspectiva territorial busca ainda explicitar o papel condicionante da diversidade e desigualdade dos lugares, no acolhimento e na proposição de políticas e programas governamentais, considerando as facilidades e os obstáculos que representam os arranjos espaciais pretéritos (herdados) e os usos atuais para pensar os sentidos e as possibilidades futuras das políticas setoriais".

provenientes da agricultura familiar e 20% dos demais insumos do comércio local, regional ou estadual; e (ii) promover discursos em defesa da alimentação saudável, os programas Restaurante Popular e Cozinha Comunitária se alinham com as novas políticas implementadas no governo Lula III, conforme observado no Quadro 6.

Quadro 6 – Programas de combate à fome no Brasil – governo Lula III, 2023-2024

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	
Bolsa Família	– Maior programa de transferência de renda do Brasil; – Relançamento do programa considerando o tamanho e as características das famílias para a definição dos valores transferidos, com aumento da renda mínima para entrada no programa como forma de "garantir renda para mais famílias brasileiras que estão em insegurança alimentar" (Brasil, [202-?], p. 4); – Integra políticas públicas: saúde, educação, esporte, ciência, trabalho e assistência social; – Valor mínimo de R$ 600,00 por família.	
Inclusão Produtiva Rural	**Rede Brasileira de Banco de Alimentos (RBBA)**	– Reúne bancos de alimentos públicos e privados; – Visa reduzir perdas e desperdício de alimentos e promover o DHAA.
	Comida no Prato	– Ação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para mobilizar e gerenciar doações de alimentos destinados a Programas de Segurança Alimentar e Nutricional, especificamente a entidades socioassistenciais, bancos de alimentos e outros equipamentos que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	– Com o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, o programa: • compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino; • contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar; • promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; • fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; • valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; e • incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. – Recursos: Ministério da Cidadania; – Execução por meio de seis modalidades: compra com doação simultânea, compra direta, apoio à formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite, compra institucional e aquisição de Sementes.

	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	– Fundado em 1979, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); – Execução: repasses financeiros aos entes federados (estados, Distrito Federal e municípios); – Atendimento de alimentação escolar a todos os alunos da educação básica brasileira (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – EJA); – Desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; – Participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para as escolas por meio da obrigação de que toda prefeitura/secretaria estadual de educação invista 30% dos recursos federais da alimentação escolar na compra de produtos diretamente da agricultura familiar, medida que promove a inclusão de alimentos produzidos perto das escolas, estimulando circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável das comunidades[263].
Inclusão Produtiva Urbana	**Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**	Visa promover: • a agricultura sustentável nas áreas urbanas e nas regiões periurbanas; • o acesso à alimentação adequada e saudável e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população urbana; • a inclusão socioeconômica e a geração de renda; • a circularidade dos alimentos, por meio de ações de produção, distribuição, consumo e reciclagem de resíduos orgânicos, de modo a reduzir a perda e o desperdício alimentar; • o desenvolvimento de cidades mais saudáveis, sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas, de modo a combater o racismo ambiental e incentivar a adoção de práticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas; • a participação da juventude nas diversas atividades da agricultura urbana e periurbana; • a comercialização e a oferta de alimentos saudáveis, principalmente por meio de circuitos curtos; • a atuação das mulheres na agricultura urbana e periurbana; • o combate à insegurança alimentar decorrente das desigualdades sociais relacionadas a raça, etnia e gênero.
Programa Cozinha Solidária	– Objetivo: ser uma tecnologia social de combate à fome, organizada pela sociedade civil e destinada a produzir e ofertar refeições gratuitas para grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar, incluindo populações de rua; – Operação: voluntária, pelas comunidades envolvidas; – Recursos: doações de parceiros ou individuais e verbas advindas do Programa Cozinha Solidária para receberem, de modo complementar, apoio para o desenvolvimento das atividades de produção e oferta de refeições. – Gestão: própria; – Espaços: podem ser divididos com outras atividades de interesse coletivo, a exemplo de oficinas, rodas de debates, ações de educação alimentar e nutricional;	

[263] Em pesquisas anteriores (Antipon, 2018b) alertamos para os obstáculos (sobretudo logísticos e financeiros) de inserção da agricultura familiar no PNAE.

	– Localização: em territórios vulnerabilizados e em lugares estratégicos para a oferta de alimentação[264]; – Mais de 2 mil cozinhas solidárias em funcionamento no Brasil, ofertando refeições e serviços a populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, organizando uma grande rede de solidariedade; – Recursos destinados: 30 milhões de reais.	
Alimentação Saudável	**Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades**	– Ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade, o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizando os territórios periféricos urbanos e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social; – Diálogo com: a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB); o Programa Cozinha Solidária; o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana; o Plano Clima – Adaptação e Mitigação e as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar; – Eixos de ação: (i) oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos equipamentos públicos e privados de segurança alimentar e nutricional; (ii) promoção de ambientes alimentares urbanos que favoreçam a alimentação adequada e saudável; (iii) promoção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades e em seu entorno; (iv) articulação intersetorial (assistência social, segurança alimentar e nutricional e saúde); (v) educação alimentar e nutricional; (vi) redução das perdas e dos desperdícios de alimentos; (vii) apoio à Rede Urbana de Alimentação Saudável; – Implementação em municípios prioritários, definidos por portaria federal. Alcance de aproximadamente 60 milhões de brasileiros em territórios específicos.
	Ambiente Escolar	– Regular o ambiente escolar, por meio de atos normativos; – Considerar as escolas como espaços promotores de saúde, qualidade de vida e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, a partir da formação de hábitos alimentares saudáveis; – Prevenir todas as formas de má nutrição, obesidade e outras doenças crônicas relacionadas à alimentação inadequada; – Criar decreto para que os estados, o Distrito Federal e os municípios desenvolvam estratégias e regulamentações capazes de apoiar a educação alimentar e nutricional.
	Cesta Básica Saudável de Alimentos	– Composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da já citada PNAAB, com a finalidade de garantir o DHAA e saudável, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional. – Diretrizes a serem observadas na composição da cesta básica de alimentos: (i) observância às recomendações do *Guia alimentar para a população brasileira* (Brasil, 2014) e do *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos* (2019b), elaborados pelo Ministério da Saúde; (ii) respeito à cultura e às tradições regionais; (iii) proteção da alimentação adequada e saudável, da saúde e do meio ambiente; (iv) diversificação e diversidade, observadas as condições da região, do território, do bioma e da sazonalidade dos alimentos.

[264] Caso, por exemplo, do Projeto Quebrada Alimentada, coordenado por Adriana Salay Leme. O projeto, que iniciou suas atividades durante a pandemia de Covid-19, em 2020, distribui marmitas e cestas básicas aos moradores da zona norte de São Paulo e, recentemente, cadastrou-se no Programa Cozinha Solidária, compondo as cozinhas que estão em ação no combate à fome no país (informações cedidas em conversa com Leme, em junho de 2024).

<table>
<tr><td rowspan="2"></td><td></td><td colspan="2">– Composição: alimentos in natura ou minimamente processados e ingredientes culinários contemplando os seguintes grupos: feijões (leguminosas); cereais; raízes e tubérculos; legumes e verduras; frutas; castanhas e nozes (oleaginosas); carnes e ovos; leites e queijos; açúcares, sal, óleos e gorduras; café, chá, mate e especiarias. Também são priorizados alimentos agroecológicos e da sociobiodiversidade, produzidos em âmbito local, oriundos da agricultura familiar.
– Vedada a inclusão dos alimentos ultraprocessados na composição da cesta básica de alimentos.</td></tr>
<tr><td>Alimentação Saudável nas Juventudes</td><td colspan="2">– Promoção do acesso à alimentação adequada e saudável nas universidades[265].</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Brasil Sem Fome</td><td rowspan="3">EIXOS</td><td colspan="2">(I) Acesso à renda, trabalho, cidadania</td></tr>
<tr><td colspan="2">(II) Alimentação adequada e saudável</td></tr>
<tr><td colspan="2">(III) Mobilizações de combate à fome</td></tr>
<tr><td rowspan="2">MEDIDAS PROVISÓRIAS</td><td>Volta do Consea</td><td>– Composição: dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um representante da sociedade civil, indicado entre os seus membros e designado pela Presidência da República;
– Natureza: conselho de caráter consultivo e integra o Sisan, responsável pela gestão intersetorial de políticas públicas e pela articulação entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com participação da sociedade, para a implementação e execução das políticas de segurança alimentar e nutricional.</td></tr>
<tr><td>Volta da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)</td><td>– Composição: 24 ministérios cujas ações e programas são da área de segurança alimentar e nutricional;

– Principais competências:
• elaborar e coordenar, a partir das diretrizes do Consea, a PNSAN e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
• monitorar e avaliar a destinação e a aplicação de recursos em ações e programas de interesse da segurança alimentar e nutricional, bem como os resultados e impactos da PNSAN e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
• articular e estimular a integração das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional dos estados e do Distrito Federal.</td></tr>
</table>

[265] O único documento encontrado a respeito deste programa federal foi uma cartilha de como o movimento Comer pra Quê? tem pensado a alimentação nos espaços universitários (Cordeiro; Chagas; Souza, 2023).

	DECRETOS	– Regulamentação do Programa Cozinha Solidária.	
		– Regulamentação da Cesta Básica Saudável de Alimentos.	
		Instituição da PNAAB	– Fomento da agricultura familiar, formando estoques estratégicos; – Abastecimento descentralizado: democratização e valorização do varejo de pequeno porte; – Redução de perdas e desperdícios; – Fortalecimento de iniciativas populares de abastecimento alimentar por meio da formação de redes solidárias de produção, comercialização, distribuição e consumo; – Plano Nacional de Abastecimento Alimentar: instrumento de consolidação da política, pois delibera sobre todas as ações produzidas neste âmbito.
		– Direcionamento dos princípios, objetivos, eixos estratégicos e diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.	
		Instituição da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades.	
	MONITORAMENTOS	– Realização de conferências nacionais; – Subsídios para a produção de pesquisas.	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2024.
Elaboração: Antipon, 2024.

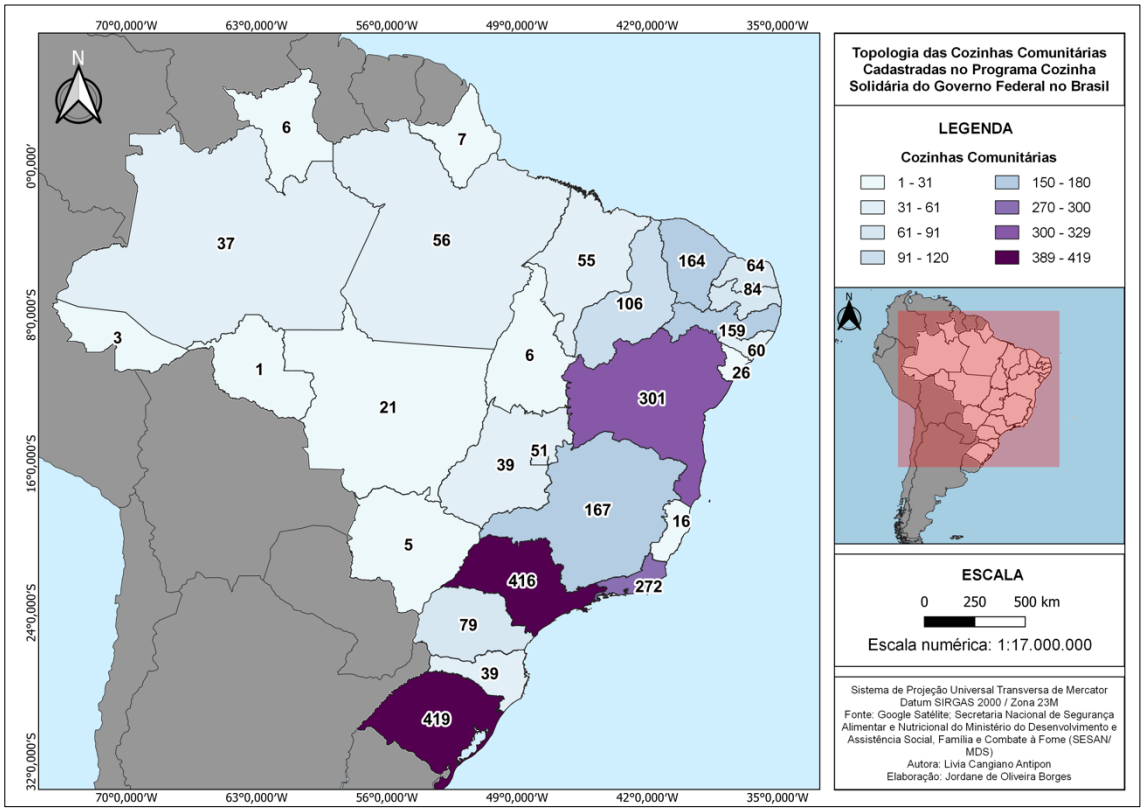
Ao analisarmos o Quadro 6, fica evidente que os eixos definidores do plano Brasil Sem Fome – (i) renda, trabalho, cidadania; (ii) alimentação adequada e saudável; (iii) mobilizações de combate à fome – permeiam outros programas, tanto em nível federal quanto estadual. Exemplos disso são: a instalação de equipamentos de acesso ao alimento, a doação de equipamentos para geração de renda a partir da venda de comida, as políticas pela alimentação saudável, e a articulação com a agricultura familiar do Maranhão viabilizando circuitos curtos de produção.

É interessante destacar que, no que diz respeito ao último eixo, das mobilizações de combate à fome, o atual governo federal criou o Cozinha Solidária. Este programa incorpora nas ações do Estado as políticas de vida exercidas por parcelas da sociedade em seus movimentos cotidianos e comunitários, justamente na ausência do Estado, na luta contra a fome.

Tratando-se das topologias das cozinhas cadastradas no Programa em escala nacional, observamos no Mapa 12 uma maior concentração de cadastros no Rio Grande do Sul (419), em São Paulo (416) e no Rio de Janeiro (272) – três estados que compõem a região concentrada, proposta de Santos e Silveira (2001) para pensar a densificação do meio técnico-científico

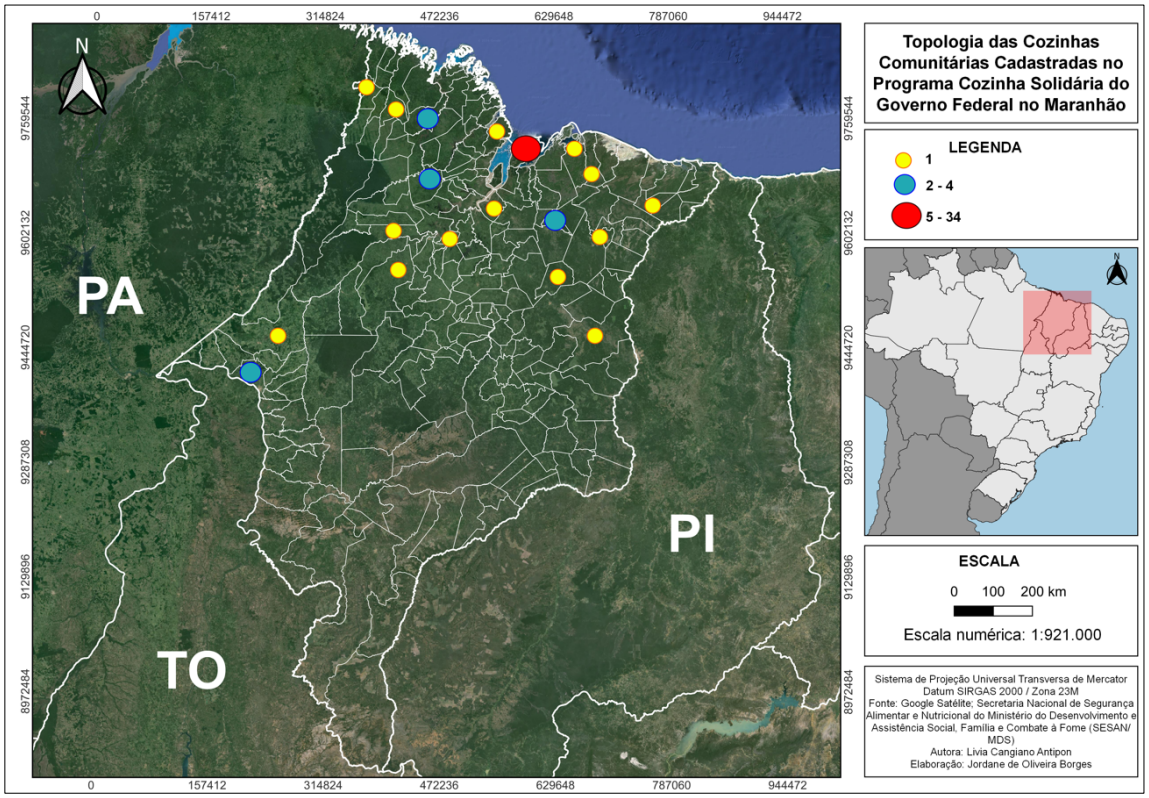
informacional no território brasileiro. No caso de São Paulo, a quantidade de cozinhas acaba por explicitar que o estado, em termos absolutos, apresentou um dos maiores índices de risco de fome e fome no país mesmo antes da pandemia (Ribeiro Junior *et al.*, 2021). Por sua vez, a Bahia, com 301 cozinhas cadastradas, figura ao lado dos estados da região concentrada, sobressaindo-se no Nordeste quando comparada ao Maranhão (55). O Centro-Oeste e principalmente o Norte do Brasil são as regiões onde se destacam os menores números cadastrados, embora o Pará (56), por exemplo, seja o estado com os maiores índices de risco de fome e fome no país atualmente (Segurança […], 2023).

Mapa 12 – Cozinhas Comunitárias Cadastradas no Programa Cozinha Solidária, Brasil, 2024



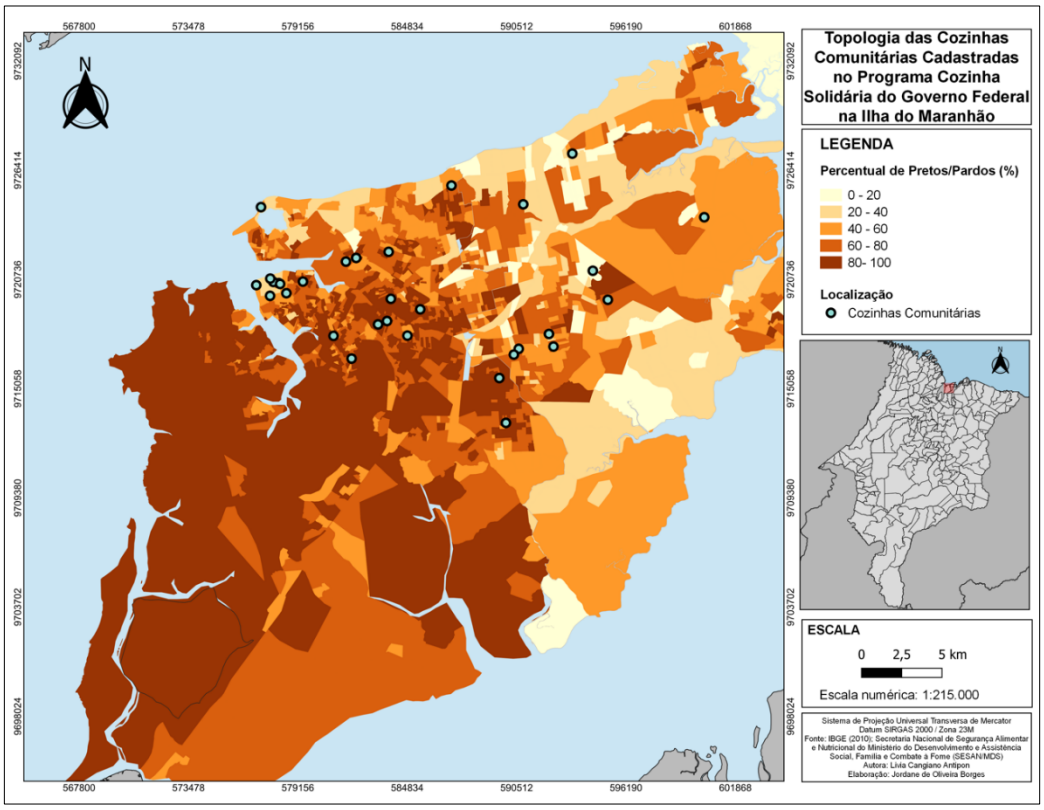
Se analisarmos os cadastros realizados na escala do Maranhão (Mapa 13), fica evidente a centralidade dos quatro principais municípios da região metropolitana: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, que, juntos, concentram 34 das 55 cozinhas cadastradas no estado. Chama atenção o fato de essas cozinhas se situarem em um dos eixos dos Restaurantes Populares (conforme o Mapa 10), por exemplo, na região da baixada maranhense, o Pindaré e o Médio Mearim, demarcando, portanto, as vulnerabilidades alimentares desses lugares.

Mapa 13 – Cozinhas Comunitárias cadastradas no Programa Cozinha Solidária, Maranhão, 2024



Dentre as 32 cozinhas presentes na Ilha do Maranhão, 24 encontram-se em São Luís, 3 em São José de Ribamar, 4 em Paço do Lumiar e 1 em Raposa. Como demonstra o Mapa 14, há uma predominância de cozinhas nos bairros mais negros dos municípios em questão. No caso de São Luís, observamos uma concentração na sua região central e nas periferias próximas, bem como no eixo do centro às periferias a sudeste da cidade.

Mapa 14 – Cozinhas Comunitárias cadastradas no Programa Cozinha Solidária, Ilha do Maranhão, 2024



Durante a pandemia, muitas dessas cozinhas – tanto as mais estruturadas, como a do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) (Sordi, 2023), quanto aquelas que surgem das experiências individuais de pequenos grupos, como veremos adiante – passaram a reconhecer nessas mobilizações um meio de exercer a própria luta por direitos (Blanco *et al*., 2023) e a conceber a fome como uma questão política e estrutural, que só seria resolvida através de reformas também estruturais na sociedade, como a agrária e a urbana (Leme *et al*., 2022).

Tal fato corrobora o entendimento de que "a fome impacta diretamente as políticas sociais em seu significado mais concreto" (Leme *et al.*, 2022, p. 23). Dessa forma, como defende a antropóloga Blanco (2022, p. 93), é

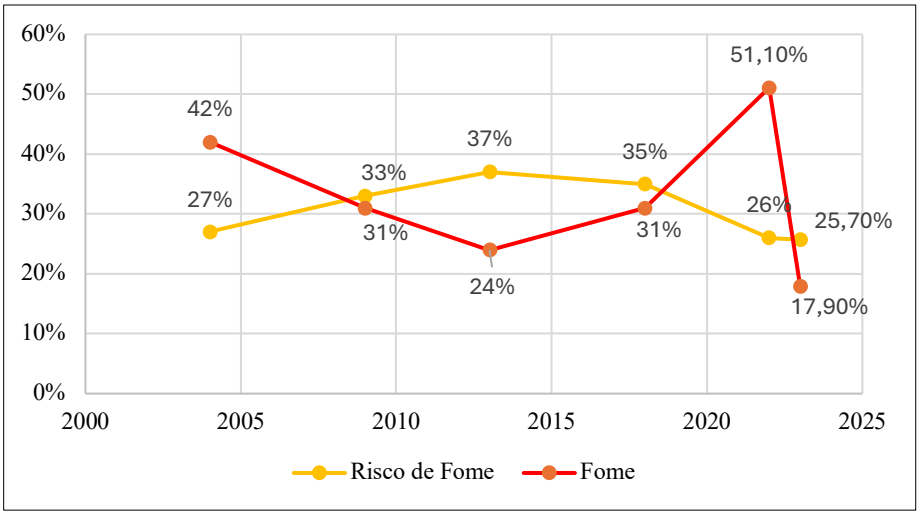
> essencial entender como as mudanças nas definições de fome e suas formas foram acompanhadas por mudanças nos processos políticos, os quais não podem ser dissociados do desenvolvimento de aparatos institucionais e de um campo de saber específico, mas também estão intimamente ligados às condições materiais de existência de uma população.

Como podemos observar voltando ao Gráfico 7, essa nova conjuntura de políticas no âmbito federal é central para a melhora significativa do quadro agudo de fome vivido nos últimos oito anos em território nacional. As políticas de segurança alimentar implementadas no

governo Lula III, junto com outras que colocam em pauta a garantia da cidadania, colaboram para reduzir a situação de fome (insegurança alimentar moderada e grave) de 30,7% da população brasileira em 2022 para 9,5% em 2023 – o valor mais baixo mensurado desde 2013, durante o governo Dilma.

Se no Brasil houve uma redução de 69,05% nos índices de fome de 2022 para 2023, no Maranhão, seguindo uma tendência parecida, observamos a queda expressiva de 64,97% desses índices para o mesmo período: em 2022, mais da metade da população do estado (51,1%) encontrava-se em situação de fome, ao passo que em 2023 esse número cai para 17,90% da população, como apresentado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Evolução dos índices de risco de fome e fome no Maranhão, 2004-2023[266]



Fonte: Segurança […] (2004, 2010, 2013, 2023); Análise […] (2020); Rede Penssan (2021, 2022).
Elaboração: Antipon, 2024.

No entanto, cabe destacar os limites dessas políticas em todas as escalas nas quais elas operam para uma erradicação total da fome no país, já que se trata de um fenômeno estrutural. É revelador desses limites o dado de que o "risco de fome" [267] não reduziu consideravelmente na série histórica apresentada, tanto para o Brasil [2004 (20,3%), 2010 (20,9%), 2013 (17,1%), 2018 (27,0%), 2020 (34,7%) e 2023 (20,2%)], quanto para o Maranhão, que desde o final do governo Bolsonaro apresenta índices próximos aos existentes nos governos Lula I e Lula III [2004 (27%), 2022 (26%), 2023 (25,70%)].

[266] Ao contrário do Gráfico 7 (escala Brasil), os dados referentes aos índices de fome e risco de fome em 2020, realizados pela Rede Penssan, não foram computados para as unidades da federação.
[267] Ou seja, a realidade de famílias que não têm certeza se terão meios de acessar o alimento até o final do mês, ou que já sentiram algum tipo de desconforto e ansiedade em relação à possível falta de alimento em casa.

Analisando a forma como tais políticas da vida foram produzidas, implementadas e permitiram mudanças – ainda que com esses limites – no cotidiano de São Luís, interlocutores explicitam, por exemplo, a importância dos Restaurantes Populares como equipamentos que viabilizam o consumo cotidiano de alimentos de valores inacessíveis para boa parte dos sujeitos entrevistados. Dona T., ao indagar onde acharia comida a um real no bairro em que mora e trabalha (Liberdade), explica:

> *Nem se eu for cozinhar em casa, comprar verdura, arroz, tempero, a carne. A carne tá muito cara, mermã. Se eu dependesse de comprar, eu não comia. Então, eu vou lá sim. E quando eu consigo, eu ainda boto num pote e venho comer em casa, porque gosto de comer com a mão, no meu jeito mesmo* (Trabalho de Campo – Liberdade, abril de 2024).

Todavia, outros interlocutores revelam os impasses de acesso a tais equipamentos: nas periferias estudadas, os sujeitos precisam lidar com a mobilidade restrita, devido à escassa infraestrutura urbana, e ainda convivem com o controle e a divisão de seus bairros por inúmeras facções do crime. A distância, portanto, não é um dado absoluto; aos que moram relativamente longe de tais equipamentos, a opção muitas vezes é a locomoção a pé para acessar a comida a R$ 1,00, pois pagar R$ 8,40 (passagens de ida e volta) no transporte coletivo inviabiliza para muitas famílias o trajeto até o alimento barato.

O que se alega em diversas falas é justamente que o Estado não atinge os interstícios periféricos. Trata-se de permitir que os indivíduos negros e mais empobrecidos da cidade tenham sua cidadania reconhecida, sejam sujeitos de direitos a partir do consumo do alimento de qualidade, em quantidades suficientes, com seus hábitos, gostos e rotinas respeitados. Essas pessoas buscam, acima de tudo, autonomia no consumo alimentar:

> *O Estado não chega aqui. As políticas dele, não sei, eu acho que não são feitas para nós, pretos, pobres. Porque eles não sentam com a gente e perguntam o que nós queremos comer. Como nós queremos comer. Se queremos comer dependendo de um restaurante que às vezes eu não posso levar a minha família toda porque não tenho o dinheiro do ônibus para todo mundo, sabe? Daí eu vou comer e meus filhos não? Eles não sabem o que o Coroadinho come, entendeu? O Coroadinho não come qualquer arroz, qualquer carne. A gente é exigente. A cesta* [refere-se à cesta básica acessada em equipamentos de assistência social] *não dura mais que três dias. A gente não quer só comida a um real. A gente quer dignidade na escolha, a gente quer, na verdade, ter o poder de escolher* (I., Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Outros, ainda, reconhecem que o mesmo Estado que produz essas importantes políticas em defesa do direito à alimentação saudável é quem também viola esse direito fundamental[268]:

> *Eu fiz um trabalho dentro do sistema prisional. É algo que você tinha que ver. A alimentação daquelas mulheres me choca. É impressionante. Eu cheguei lá cheia de preconceito. Veja só, eu uma mulher preta e periférica cheia de preconceito. E eu tinha que trabalhar com grupos de mulheres e educá-las, qualificá-las no bordado e crochê. Foi chocante ver elas comerem comida azeda, fria, comida de baixíssima qualidade. E eles ainda querem fazer com que aquelas mulheres produzam. É insano* (H., Trabalho de Campo – Coroadinho, outubro de 2023).

Embora esta tese reconheça a relevância e o papel fundamental das políticas do Estado no combate à fome, pela promoção da cidadania e da possibilidade de acesso ao alimento, é essencial salientar que, justamente a partir da falta, dos limites e das violações do mesmo Estado, uma série de lutas urbanas emergem. Ou seja, políticas territorializadas conduzidas por atores da sociedade civil[269] pelo direito à alimentação são traçadas nos interstícios do que entendemos como espaço banal, este lugar onde "cooperação e conflito são a base da vida em comum, onde há um "cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições" (Santos, 1996, p. 322).

Nesse sentido, Mbembe (2020, p. 43) esclarece que

> Uma das questões fundamentais que se colocam para a nossa época é saber se a política pode ser outra coisa que não uma atividade relacionada ao Estado e na qual o Estado é utilizado para garantir os privilégios de uma minoria. A outra é saber em que condições as forças radicais que visam precipitar o advento da sociedade do futuro podem se fazer valer de um direito a utilizar a violência para assegurar a realização de suas utopias. No plano filosófico, perguntamo-nos se a humanidade é capaz de chegar por conta própria, sem recurso a nenhuma transcendência, a um desenvolvimento de suas capacidades, a um aumento de seu poder de agir, único meio de a história humana produzir a si mesma.

A política, assim, enquanto exercício do poder não deve ser considerada apenas como um vetor de *verticalidades* (Santos, 1996), em sentido unilateral *Estado-sujeitos*. Ela é instituída também pelas *horizontalidades* (Santos, 1996), por difusas ações de sujeitos ordinários e seus poderes de agência em movimento pela produção de outras políticas a partir

---

[268] Nos trabalhos de campo realizados na pesquisa publicada em Leme *et al*. (2022) também ficou evidente o reconhecimento das violações do Estado com relação ao DHAA.

[269] Conforme aponta Ribeiro (2014, p. 390), o "território herdado é desigualmente usado pelos distintos atores, que não apenas os estatais, portadores de distintas racionalidades e intencionalidades. Esse conjunto de práticas deve ser considerado, pois condiciona o acolhimento ou não pelos lugares das políticas públicas".

de suas experiências vividas no espaço herdado. Desse modo, concordando com Gilmore (2024a, p. 334, grifos da autora), compreendemos que a política

> […] talvez seja mais complicada e, portanto, aberta a ações mais esperançosas. As pessoas podem e realmente *criam* poder através, por exemplo, do desenvolvimento de capacidades nas organizações. Mas isso não é o suficiente, porque tudo o que uma organização individual pode fazer por conta própria é adiar o fim do mundo. Quando as capacidades resultantes da ação intencional são combinadas para fins maiores do que as declarações de princípios ou outros limites provisórios, alinhamentos poderosos começam a agitar o terreno. Em outras palavras, o *movimento* acontece.

Logo, reconhecendo o que Raffestin (1993) tratou como multidimensionalidade do poder[270] e que o território usado, em sua essência, se constitui desta característica, a seguir demonstraremos como a situação alimentar urbana de São Luís também é conformada pela ação de grupos, sobretudo periféricos e liderados por mulheres negras, que produzem políticas cotidianas pelo direito à alimentação a partir dos e para os seus lugares.

*5.2.2 "*Melhor morrer na luta, que morrer de fome*": da violência do processo de urbanização às políticas da vida territorializadas*

Um ano e dois meses separaram a extinção do Consea, no primeiro dia de mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro – tema de preocupação central das distintas organizações pelo direito alimentar reunidas no evento Banquetaço, em 27 de fevereiro de 2019, no bairro Liberdade em São Luís –, e a chegada no Brasil, no final de fevereiro de 2020, da pandemia causada pelo novo coronavírus.

O primeiro evento, como já mencionado, atraía nossos olhares e convidava à reflexão cada vez mais comprometida com os processos políticos determinantes do acesso (ou da falta dele) ao alimento no país. O segundo, obviamente, evidenciava de forma muito clara que "o vírus chegou e encontrou espaços fragilizados para a defesa da vida" (Cataia, 2020, p. 240).

---

[270] Para Raffestin (1993, p. 52-53), onde há poder, há resistência. Ou seja, o "poder é parte intrínseca de toda relação", portanto, seu exercício não parte apenas de um ponto central ou de uma única instituição possuidora da soberania da ação e do controle. Assim, se "toda relação é o ponto de surgimento do poder […] isso fundamenta sua multidimensionalidade". Nesse mesmo sentido, Cataia (2024, p. 16) reflete: "Portanto, o poder está no centro das relações sociais, por isso encontrá-las, suas tramas horizontais e verticais, é encontrar as relações de poder, que são desiguais, assimétricas e hierárquicas. Segundo Foucault (2008), o poder é uma matriz geral das relações de forças, localizada em um dado tempo e em um dado espaço. Assim, o poder só pode ser definido em termos de relações, de uma rede de relações desiguais e combinadas".

Estes dois eventos assolaram as condições de vida da classe trabalhadora, sobretudo de famílias periféricas e negras, e revelaram a história em movimento, marcada não apenas por um cotidiano dinamizado pela fome no país, mas por tantas outras crises que estruturam nossa formação socioespacial (Santos, 2008): a violência do processo de urbanização de nossas cidades, evidenciada nas divisões entre quem conseguia realizar de fato um isolamento seguro e sob um teto e aqueles que, na precariedade da vida urbana, dividiam um cômodo entre muitos; a industrialização da maior parte dos alimentos que compõem as nossas mesas – isto quando chegam a elas; a estrutura agrária historicamente concentrada e organizada para a produção de *commodities* destinadas à exportação, e os inúmeros conflitos pelo direito à terra resultantes desse modelo de uso do território; a desregulamentação dos direitos trabalhistas, com o consequente aprofundamento da precarização da vida da classe trabalhadora; o fim da previdência social; as crises ambientais. Estes e entre tantos outros exemplos somam-se ao que Santos (1996) chamaria de um tropel de *eventos*[271] aportando nos lugares – seus "depositários finais" (Santos, 1996, p. 144) –, obrigando-os a se organizarem.

Neste contexto, no dia 27 de janeiro de 2022, Meire Flor, mulher negra, moradora do Coroadinho e biblioteconomista, abria a porta da Casa das Pretas – à época, ainda no reboco e apenas com um *banner* indicando a sua institucionalização – para esta jovem pesquisadora branca, nascida e criada na capital de São Paulo, em busca das múltiplas formas de acessar o alimento em uma cidade que tem a fome como um dos definidores de seu fato urbano. Ao escutar as primeiras falas de Meire Flor, tentava entender como os movimentos comunitários de combate a tal fenômeno nas periferias de São Luís poderiam cumprir um papel importante na conformação de sua situação alimentar urbana.

De um lado, a coordenadora da Casa das Pretas, localizada na rua Raimunda da Silva, na Vila Conceição, no Coroadinho, mostrava os seus espaços ainda em organização, ao mesmo tempo que me envolvia com as atividades do Coletivo Mulheres Negras da Periferia:

> *aqui vai ser a biblioteca, quero que os meninos sentem aqui e possam ler,* […] *esse quintal, nós estamos limpando, vai ficar massa, vamos fazer com que ele seja muito usado, com cursos, espaços culturais, vai ter o cine Coroadinho,*[…] *essa é a sala das tranças, vamos fazer mais cursos de trancista para as mulheres do bairro,* […] *aqui é a cozinha, nós estamos no corre para que ela se transforme em uma cozinha comunitária, precisamos continuar com a distribuição das comidas, fazer os sopões com frequência*

[271] Conforme Santos (1996, p. 154-155 e 145-146), "os eventos não se dão isoladamente", comportando-se mais "como um nó, um lugar de encontro". Quando aportados nos lugares, "os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características". São, portanto, de uma "brutalidade eficaz", pois representam a "presença absoluta" do mundo.

> *porque na verdade a fome sempre existiu aqui* (Meire Flor, Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Do outro, eu me deparava com um espaço até então inimaginável nos rincões periféricos desta cidade, a qual me levou, enfim, a compreender melhor a conformação do que hoje defendemos ser a totalidade de situação alimentar urbana: pessoas em luta diária, fazendo a vida, desde vendendo comida nas ruas da cidade até se organizando politicamente pela partilha do pão e das experiências de sobrevivência.

Foi ali que a concepção inscrita nesta tese, de que a luta por direitos[272] se concretiza no espaço e no tempo absolutos (Harvey, 2005), tomou forma[273]. Uma casa conquistada por um coletivo de mulheres negras e periféricas em busca da possibilidade de materializar políticas cotidianas, entre outras, para garantir o direito à alimentação:

> *Quando entramos na São Luís profunda mesmo, vemos uma realidade mais latente ainda. Mesmo o centro da periferia, quando nos afastamos do centro da nossa própria periferia, a coisa fica muito pior. Tem também as palafitas, entendeu? Subemprego, desemprego, uma bola de neve. Se não fossem as ações comunitárias, se a gente dependesse apenas do governo, teríamos muitas pessoas morrendo, para além da Covid, de fome. Nós que fomos na São Luís profunda. O que salvou essas pessoas foram sim os movimentos sociais, dando assistência, ajuda para a comunidade, fazendo solidariedades* (Meire Flor, Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Esse espaço não se limita à necessidade imposta explicitamente pela crise urbana – sistêmica e estrutural –, acirrada pela crise sanitária: doar alimentos para salvar vidas. Na verdade, ela nasce da demanda por um lugar que desse visibilidade para as pautas dessas mulheres, fazendo com que elas pudessem se enxergar como sujeitos políticos e de direitos ao compartilharem suas narrativas de vida. Uma casa que, portanto, fez um *movimento* acontecer a partir do reconhecimento e da construção da *identidade* (Gilmore, 2024a)[274] feminina e negra.

---

[272] Cabe destacar que a discussão sobre direitos e assistência alimentar se inicia junto com os três pesquisadores já mencionados, Adriana Salay Leme, Lis Furlani Blanco e José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, ao elaboramos as reflexões que posteriormente foram publicadas em Blanco *et al*. (2023).

[273] Para Harvey (2005, p. 37), "é apenas quando a relacionalidade se conecta ao espaço e ao tempo absolutos da vida social e material que a política se torna viva".

[274] A nossa leitura sobre os movimentos comunitários de combate à fome organizados por mulheres negras nas periferias de São Luís se inspira na reflexão realizada por Gilmore (2024a), quando a geógrafa abolicionista, ao analisar o sistema prisional nos Estados Unidos por meio da crítica ao capitalismo racial, centraliza uma de suas atenções ao movimento *Mothers Reclaiming Our Children* (*Mothers ROC*), surgido em 1992 como uma resposta ao estado de mães que perdiam seus filhos – em sua maioria não brancos – para o sistema de justiça criminal. Para Gilmore, o trabalho coletivo dessas mães (em suas estratégias de autoajuda radical, de informar, contestar, reivindicar a vida livre de seus filhos) começava por identificar as situações de violência que assolavam suas famílias, e concentrava suas energias para produzir "solidariedades comunitária, ou integração política, permitindo ações" (Ibidem, p. 322). O *Mothers ROC*, assim, iluminava as contradições da crise do capitalismo racial, pois reunia "mulheres da força de trabalho global que lutam diariamente contra os processos e efeitos reais dos ajustes

As dificuldades iniciais em organizar a doação de alimentos na pandemia (encontrar fornecedores e financiamento, escolher as pessoas que seriam atendidas dentro de um universo muito maior de necessitados, lidar com as urgências e organizações de suas próprias vidas são exemplos corriqueiros) somavam-se às dificuldades de encontrar um lugar que pudesse ser considerado o centro das ações do Coletivo Mulheres Negras da Periferia, um "centro de referência" comunitária. Portanto, a conquista de uma casa, esse fixo de maior importância para uma periferia, serviu para integrar ao Coletivo outras pessoas,

> […] *desde as crianças até adultos e idosos, também outras mulheres e que pudessem somar nesse movimento. Então, a gente começa de vento em polpa. E daí tomamos como centralidade promover rodas de conversas diante desses debates antirracistas e para entender a realidade das mulheres que estão no grupo. A gente realiza um primeiro festival: Sem Perder a Raiz. Teve música, cortes de cabelo, tranças, rodas de conversas. Ali percebemos que a casa era central para o que queríamos fazer* (Meire Flor, Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Assim como a Casa das Pretas, o Neduc e a ONG Mulheres em Ação – os outros dois movimentos que promovem assistência alimentar estudados nesta tese – são espaços na periferia e para os sujeitos periféricos. Dentre as muitas características que os aproximam, uma define claramente seu ponto em comum: os três lugares reuniram as energias de mulheres negras que, ao se encontrarem diante de uma crise, seja ela pessoal ou social, enxergaram uma possibilidade concreta de ação (Gilmore, 2024a).

Uma das naturezas desta ação que nos aproximou desses coletivos foi o movimento de assistência alimentar que eles promoveram durante a pandemia e continuam promovendo nos dias atuais, como a doação de cestas básicas e marmitas, além da oferta de cursos de gastronomia para muitas mulheres negras e periféricas. Isto porque tínhamos como objetivo central entender quais eram os projetos advindos das periferias para a efetivação do acesso ao alimento e a construção de "utopias" para a autonomia e soberania alimentar na cidade. Contudo, ficou evidente com as narrativas escutadas e com as observações ao longo da pesquisa que as energias sociais e coletivas ali reunidas iam além da questão alimentar e produziam um potente sentido político para: (i) a criação e consolidação de espaços coletivos nos interstícios

---

estruturais em todo o mundo" (Ibidem, p. 323) e, sobretudo, "representava uma ativação política em torno da crescente conscientização sobre as maneiras específicas que o lar da classe trabalhadora contemporânea é um local saturado pelo estado racial neoliberal" (Ibidem, p. 324).

de uma das maiores periferias do Brasil[275]; (ii) a atribuição de um sentido maior à vida daqueles que se organizavam pelos Outros; e (iii) o desenvolvimento de ferramentas voltadas à autonomia financeira feminina através da questão alimentar – um ponto central na formação desses coletivos.

A autonomia financeira feminina, como já observado, tem associação histórica à organização da venda de alimentos na cidade. Não por acaso, central para esses núcleos foram os cursos de "gastronomia popular" ofertados para formar essas mulheres no ramo da alimentação (produção e venda) e permitir que elas revertessem a situação, muito comum, de dependência financeira de figuras masculinas (como o marido ou o pai), ou mesmo ampliassem a renda diante de trabalhos de baixa remuneração ocupados por elas e por seus familiares.

É o caso, por exemplo, de uma das atividades desenvolvidas no Neduc pela professora, pedagoga e descendente de quilombolas Christiane Mendes. Ao ver na pandemia o número de pessoas solicitando assistência alimentar em seu núcleo de educação e reforço escolar, além das doações de cestas básicas e marmitas – atividades que se tornaram corriqueiras no Neduc –, Christiane começa a pensar em outras formas de garantir a alimentação dos necessitados que não fosse por meio de doações:

> […] *começamos a pensar várias alternativas. Precisamos pensar nelas, porque era, é difícil dependermos de fornecedores de comida para organizarmos as cestas, ou de gente que mande um pix com frequência, sabe? Uma delas foi a tentativa de construção da Cozinha* [Comunitária], *coma a do Mãos de Maria*[276]*. Daí criamos a Favela Gourmet*[277]*. Na Favela Gourmet as voluntárias receberam uma formação em gastronomia e hoje elas mesmo estão fazendo pequenas coisas para conseguirem renda: doces, salgados, sopas, bolo de pote, quentinhas. A Dona C. continuou a fazer quentinha mesmo depois da maior crise da pandemia, sabe? Virou o trabalho dela. Com a finalização da cozinha em si, elas continuaram a fazer essas atividades por conta, para gerar renda, sabe?* (Christiane Mendes – Trabalho de Campo, Coroadinho – janeiro de 2022).

[275] Segundo o último censo do IBGE (2022), a oitava maior favela do Brasil encontra-se no Coroadinho, em São Luís (Região […], 2023).

[276] Mãos de Maria é um negócio de "impacto social", criado em 2017, por Elizandra Cerqueira e Juliana da Costa, moradoras de Paraisópolis, favela da capital paulista. Com o intuito de "promover o empreendedorismo, a capacitação profissional e o empoderamento feminino por meio da geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social, como a violência doméstica, o Mãos de Maria tem apoiado milhares de alunas incluindo-as no mercado de trabalho e também faz parte do G10 Hub – Acelerador de Negócios. […] atualmente, trabalha dois pilares: econômico, com […] restaurantes e oferecendo serviço de buffet; e social, oferecendo formação para mulheres e distribuído marmitas para famílias em situação de insegurança alimentar". Informações disponíveis em: https://maosdemariabrasil.com.br/#quemsomos. Acesso em: 24 jul. 2024.

[277] A Cozinha Comunitária Favela Gourmet Coroadinho é um projeto do Neduc que organiza as doações de cestas básicas e a produção de marmitas para doação, além de fornecer cursos de gastronomia popular às mulheres da comunidade.

Rosa Maria Neves Carvalho, uma senhora moradora da Vila dos Nobres, no Coroadinho, através de sua ONG, Mulheres em Ação, lidera inúmeros movimentos de doação de cestas básicas e marmitas na periferia onde vive, mas também em outras mais distantes, como as dos palafitados no município de Raposa. Ela e sua amiga de longa data, Raimunda, se formaram juntas, anos antes da instituição da ONG, em um curso de gastronomia industrial em São Luís. Viveram com a finalização do curso a possibilidade de mudança de suas condições financeiras como mulheres periféricas, tanto no plano pessoal quanto no plano coletivo, ao transformarem a vida de muitas mulheres negras em situação de vulnerabilidade, ensinando-as a cozinhar "o popular":

> *Eu e Dona Raimunda ensinamos essas mulheres a cozinharem profissionalmente aquilo que elas comem dentro de casa, entendeu? A dona de casa começa a fazer um curso que ela acha que é simplesmente um curso simples, mas não é. Aprender um caldo, um mingau bem feito para vender na porta da sua casa, fazer pratos diferenciados, mas com aquilo que elas acham no bairro mesmo para cozinhar. Isso é tão importante. Ensinamos que com isso você vai adquirir renda para manter sua família; aumentar sua renda em casa. Daí elas vão ter qualidade de vida. Vão poder alimentar a família e outras pessoas. E eu ensino o que elas vivem, o que eu vivo, entendeu? Eu sempre falei pra elas que eu não vou chegar aqui e dar uma aula de lagosta, "porque não é a realidade de vocês. Vocês vão aprender o que vocês vivem, o que vocês comem e o que vocês podem vender, entendeu? O que vocês podem vender no bairro de vocês? Lagosta? Claro que não. Vocês podem vender feijoada, galinha caipira, lasanha, macarronada, mocotó, cozidão, arroz temperado, ovo, bife, molho, bife a role. Essa é a realidade de vocês"* (Rosa Maria Neves Carvalho, Trabalho de Campo – Vila dos Nobres, janeiro de 2022).

Alguns cursos são organizados entre o Núcleo, a ONG e as próprias alunas. Na ONG Mulheres em Ação, por exemplo, quem não pode pagar a taxa de inscrição de R$ 20,00 tem a opção de levar alimentos que serão usados nas aulas. Outros cursos, como o realizado na Casa das Pretas no primeiro semestre de 2024 (Imagem 51), recebem financiamento do estado. Este último contou com a parceria da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão (Seduc), foi certificado pelo Instituto de Educação, Ciência e tecnologia do Maranhão (Iema) e liderado pelo Chef Fabrício Sousa, ex-aluno da primeira turma dos primeiros cursos organizados por Rosa e Raimunda e atual coordenador da ONG Mulheres em Ação.

Imagem 51 – Curso de Gastronomia Popular na Casa das Pretas, Coroadinho, 2024

Fonte: Antipon, 2024.

Em uma das atividades deste curso na Casa das Pretas, pude ministrar uma aula na Cozinha Comunitária[278] tratando do fenômeno da fome no cenário brasileiro e maranhense. Além da importância de socializar a pesquisa nos espaços e com as pessoas que colaboraram para a construção dessa reflexão, o momento foi bastante oportuno uma vez que tais alunas puderam entrar em contato com os dados cuja identificação fora evidente: muitas delas participaram ativamente do debate, colocando-se como pessoas que viveram nos últimos anos o aumento da deterioração das condições de trabalho, a luta doméstica para garantir o alimento ao menos para as crianças moradoras de suas casas, as noites sem dormir com a ansiedade causada pela incerteza de como comprariam comida até o final do mês, o desmaio causado pela fome. Também puderam explicitar as dificuldades cotidianas, como mulheres negras, na

[278] No primeiro ano que visitei a Casa das Pretas, em 2022, a Cozinha Comunitária ainda estava em fase de construção, embora já houvesse um espaço para a elaboração das refeições doadas durante a pandemia: fogão, pia e alguns utensílios. Em 2023, o Coletivo Mulheres Negras da Periferia foi contemplado com o Prêmio Periferia Viva, do Ministério das Cidades, e com a verba recebida implementou a reforma da Cozinha, a qual hoje conta com uma geladeira, dois fornos elétricos, um fogão, uma quantidade maior de utensílios e duas bancadas de trabalho, uma na pia e outra onde as mulheres encontram-se na Imagem 51. Tal reforma viabilizou mais cursos de formação, debates e uma frequência maior de produção de sopão para doação. Para maiores informações sobre o Prêmio Periferia Viva, consultar: https://www.gov.br/cidades/pt-br/premioperiferiaviva. Acesso em: 24 jul. 2024.

inserção no mercado de trabalho, em suas experiências como trabalhadoras precarizadas, no acesso aos estudos, e, assim, na conquista de sua autonomia financeira[279].

Mulheres negras, chefes de família, poucas trabalhadoras com carteira assinada, muitas em condições de trabalho intermitente ou desempregadas. A maioria, direta ou indiretamente – possui sua barraquinha de lanches na frente de casa, compondo o circuito inferior da economia urbana, é cozinheira formada e atuante em restaurantes ou em casas de terceiros; ou é filha, mãe, avó, tia, amiga de alguma outra mulher que vende comida –, enxerga no trabalho com o alimento a possibilidade de sair da situação de precariedade vivida.

Um curso de gastronomia ofertado gratuitamente em uma periferia para mulheres negras e periféricas é um momento de fortalecimento das identidades coletivas, com um "escopo de atividades por meio da ênfase, e não da minimização, da visibilidade das mulheres negras" (Gilmore, 2024a, p. 270). Enquanto essas alunas compartilham entre si a experiência de seus cotidianos difíceis, elas expressam o desejo de transformar essa realidade a partir de suas práticas cotidianas. A relação com a alimentação, assim, não só expõe a situação de vulnerabilidade a que estão submetidas, mas também abre caminhos para a construção de outros futuros[280]. Gilmore (2024a, p. 283), nesse sentido, admite que o "desenvolvimento de uma identidade de propósito coloca o estado legal espacialmente unificado como o objeto legítimo de resistência e oposição contra a qual futuras ações serão organizadas".

A cozinha, então, conforme Machado (2021, p. 222), configura-se como um dos mais importantes lugares de

> mulheres negras, mesmo que tenham sido forçadas a ocupá-lo. Nesse sentido, um lugar em que as hierarquias espaciais racializadas que definem que a cozinha é o lugar de mulheres negras, em condições precárias de trabalho e silenciadas, interagem com uma geografia de cozinheiras negras construída nesse espaço, na composição de conhecimento culinário, de redes de sociabilidade, de apoio e de afeto. Tão importante quanto o espaço da cozinha é o cozinhar enquanto técnica e trabalho na manutenção de seu sustento (e dos seus), na conquista de uma possível ascensão social e no apoio a projetos sociais coletivos.

[279] Conforme Machado (2021, p. 50) aponta, "o fato de que uma cozinheira negra foi uma das primeiras vítimas do coronavírus no Brasil é elucidativo da continuidade da posição precária das trabalhadoras negras e da desigualdade da estrutura trabalhista brasileira".

[280] Para Gonzalez (2020, p. 64), a mulher negra "sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. […] apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chamada libertação, justamente porque não tem nada a perder".

Se essas cozinhas – seja para fins profissionalizantes ou para a produção de refeições destinadas à doação – se mostram como lugares centrais para a criação de políticas territorializadas, outros projetos que promovem ações em relação com o alimento também se destacam nas periferias analisadas. É o caso, por exemplo, das hortas comunitárias[281], as quais, além de indicarem a busca por meios de acessar o alimento de forma não monetizada (fato de dada importância, já trabalhado ao longo do capítulo 2), explicitam junto com as cozinhas a potencialidade de espaços coletivos como lugares possíveis do compartilhamento das dificuldades domésticas cotidianas e sobretudo da construção de pactos contra a violência. Ao mesmo tempo que grupos de mulheres são responsáveis por plantar e preparar o alimento a ser doado, há a identificação de pontos em comum de violência doméstica sofrida e a elaboração conjunta dos meios para superar essas condições às quais muitas delas encontram-se submetidas.

Tanto na horta comunitária quanto nas cozinhas visitadas se evidencia a capacidade dos movimentos coletivos de salvar vidas:

> […] *muitas mulheres, ao manejarem coletivamente a terra, usam isso até como terapia, porque elas saem desse círculo de violência. E eu te digo que é só estar na rua, com as pessoas, para perceber o que está acontecendo dentro de casa. Eu ficava abismada, sabe? Porque, assim, o horário de começar a horta era 8h da manhã. Eu chegava, às vezes, mais cedo, e via que às 7h elas já estavam trabalhando, e eu perguntava, "mas por que, mermã, tu já estais ai?". E daí eu via elas lá, tudo sentadinha, e chamava de canto pra conversar. E eu ficava me perguntando, por que essas mulheres chegam mais cedo na horta, mais cedo na cozinha comunitária? Porque é um espaço acolhedor, onde elas podem conversar sobre elas mesmas, e é um ambiente seguro. E ali, na horta, na cozinha, era um abrigo para elas. Inclusive um abrigo para que elas se sintam seguras para falar. Então elas conseguem criar relações nesses espaços. Porque elas não saem por aí se abrindo, é claro. Tu tem que sentar na cozinha, porque a cozinha é um espaço de acolhimento e onde muitos relacionamento se fazem ou desfazem. Então, tu tem que sentar nesse lugar, olhando para essa pessoa, tomando um café. Daí ela vai falar que ela sofre. E daí, aos pouquinhos, através desses trabalhos com a comida, isso também transformou a vida dessas mulheres* (Christiane Mendes, Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

[281] As hortas comunitárias revelaram-se, sobretudo durante a pandemia de Covid-19, importantes projetos organizados nas periferias urbanas do Brasil. Não à toa, como demostrado no Quadro 6, compõem o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Na ocasião dos trabalhos de campo realizados em São Luís, foi citado como o projeto "Agrofavela Refazenda" em Paraisópolis, na capital paulista, serviu de exemplo para a horta comunitária organizada no Coroadinho pelo Neduc. Sobre o projeto em Paraisópolis, consultar: https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/01/refazenda-agrofavela-leva-alimentacao-de-qualidade-para-paraisopolis. Acesso em: 25 jul. 2024.

Esses lugares configuram-se como espaços que permitem a produção de políticas da vida de forma territorializada porque são, sobretudo, pensados e colocados em prática por sujeitos que vivem o "chão" da cidade em seu "processo de totalização"[282] (Santos, 1996, p. 164): lideranças, presidentas de área, representantes de bairros compõem a rede de operacionalização das ações dos coletivos. São elas que, ao viverem igualmente o cotidiano periférico, chegam em lugares de difícil acesso da urbe – lembrando da divisão de muitas periferias por distintas facções do crime – e constatam, entre outros aspectos, as condições de vulnerabilidade alimentar em que vivem muitas famílias, mas também os desejos diante da escassez. Conhecer, adentrar e viver a São Luís "profunda", como ensina Meire Flor, também são as condições da ação elaborada por Rosa e Raimunda, com o Mulheres em Ação, ou por Christiane, no Neduc:

> […] *se a gente vai liberar o nosso aluno para ficar em casa, será que ele vai comer? Será que essa família terá condições de alimentar esses alunos? Será que a casa está bem? O pai está bem? A mãe está bem?* […] *Foi aí que a gente começou a entender que não era apenas pegar a cesta e entregar a cesta. Essas pessoas tem gás para cozinhar? Eles estão em lugares distantes, muitas vezes de invasões recentes. Quando íamos nas casas, não tinha parede na casa. Então, se não tem parede, não tem fogão, não tem geladeira, não tem nada. Então do que adianta eu entregar uma cesta básica se eles não tem condições de cozinhar? Então a gente precisou organizar uma cozinha comunitária para entregar as marmitas, ou seja, comidas já prontas para a doação. E a gente organizou mesmo a gente não tendo nada, entendeu? A gente instituiu um grupo de voluntários chamados "presidentes de área". Eu organizo esse chamamento de lideranças pela rede social, vou na igreja, nos terreiros. Então conseguimos fazer as conexões certas. Então a gente consegue reunir essas pessoas, elas cadastram essas famílias* […]. *A cozinha não tem anúncio. Quem faz o anúncio é por meio do presidente de área que tem os cadastrados organizados. Nós levávamos a comida em cada área. O que a gente queria era doar um alimento bem feito, gostoso, quentinho e usar produto da terra. Na reunião com os voluntários, nós perguntávamos o que a gente queria comer? Porque nós moramos e vivemos aqui. Então nós comemos o que essas pessoas também comem* (Christiane Mendes, Trabalho de Campo – Coroadinho, janeiro de 2022).

Isso implica em reconhecer tais ações de assistência alimentar enquanto essenciais, tanto para a sobrevivência de determinada parcela da população quanto para a produção de uma política da vida cotidiana (Blanco *et al*., 2023), de uma apropriação do poder. Ainda inspirados

[282] Nesse sentido, Santos (1996, p. 164, grifo nosso) ensina que "para agir, os homens não saem do mundo, mas, ao contrário, *é dele que retiram as possibilidades, a serem realizadas nos lugares*. Nestes, eventos simples são amalgamados, formando *situações*. Por isso, mediante sua realização concreta, os eventos são localmente solidários. As diversas situações são resultantes do acontecer solidário. É assim que a integração entre o universal e o individual ganha um novo conteúdo histórico em nosso mundo atual".

nos mesmos autores (Blanco *et al*., 2023), valemo-nos do geógrafo Heynen (2010, p. 1227), ao interpretar que há movimentos de assistência alimentar que podem ser interpretados como importantes vetores de ações políticas que têm como objetivo "*develop models of food decommodification that seek to be the antithesis of 'charity', where food, although shared free of charge, is not a gift but a means of asserting and fulfilling a right*".

A organização dos movimentos pelo direito à alimentação a partir dessas relações de cooperação entre os sujeitos historicamente viventes da experiência da precariedade urbana traduz também uma forma "orgânica" de ação e combate contra a fome na cidade. Orgânica porque *situada*, ou seja, "a qualidade de estar em um determinado lugar. É uma *qualidade material*, não mística; e o que se faz dela pode ser maravilhoso ou terrível" (Gilmore, 2024a, p. 267, grifo nosso).

Portanto, as ações de combate à fome exercidas por tais movimentos são, como ainda ensina Gilmore (2024a), fortalecidas tanto pela solidariedade comunitária, construída através das identidades coletivas daqueles lugares[283], quanto pela integração política – no sentido do exercício esperançoso do poder – forjada pela violência do processo de urbanização e por suas crises cíclicas e estruturais[284].

Desse modo, conforme Ribeiro (2014, p. 390), o território usado – a base material de indução e concretização dessas lutas – pode ser pensado como um condicionante para a produção de políticas sob três aspectos indissociáveis:

> (i) os constrangimentos e facilitadores criados pelo território herdado, ou seja, pelo arranjo espacial pretérito; (ii) o território praticado atualmente, de forma desigual, por uma multiplicidade de atores distintos em suas racionalidades, intencionalidades e em seus projetos; e (iii) o território usado como totalidade, necessária perspectiva à ação política para a realização de ações coordenadas e articuladas visando a superar limitações e dificuldades de políticas públicas de cunho mais setorial e pontual.

Essas lutas propositoras de uma política cotidiana e territorializada, conforme Ribeiro (2013a, p. 296), são realizadas por aqueles que "experimentam a escassez" e, portanto,

---

[283] No sentido de valorizar o processo histórico enquanto ferramenta possível de organização política, Gilmore (2022, p. 33), salienta: "[…] *as Stuart Hall taught me, it is history that gives us a sense of ourselves as a single political constituency, which is why we keep rewriting it*". Robinson (2023, p. 254), por sua vez, assevera no mesmo sentido que a "mão de obra negra africana trazia consigo o passado, um passado que a havia produzido e no qual estavam assentados os primeiros elementos de consciência e compreensão".

[284] Alerta Gracia-Arnaiz (2015, p. 256) que "*aunque las carencias alimentarias han acompañado la historia de la humanidad, la creciente inseguridad alimentaria en el mundo – entendiendo por esta las situaciones de ausencia o escasez de comida o la falta de acceso regular de los grupos sociales a alimentos y los recursos que permiten obtenerlos – parece estar ligada a la internacionalización del sistema capitalista y a los procesos de producción de miseria y pobreza que ha ido favorecido en todas partes*".

necessitam "desvendar as múltiplas ações possíveis permitidas pelo espaço herdado", bem como "costurar projetos num tecido social esgarçado e precário". Para a mesma autora, essas ações começam a indicar "que está em formação uma nova sistematicidade na apropriação do espaço urbano". Seria essa outra racionalidade comprometida com a "apropriação democrática do ambiente construído" quem afirmaria um novo planejamento "a ser elaborado de forma dialógica com os praticantes do território" e que, enfim, produziria "um novo urbanismo, vital e orgânico", com uma "leitura socialmente integradora (e íntegra) do espaço herdado" (2013a, p. 288).

Em outras palavras, a experiência da escassez, como pontua Santos (1996, p. 309), seria a "base de uma adaptação criadora à realidade existente": gestos *contrarracionais*[285] "se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea". Ou, como propõe Gilmore (2022, p. 474-475, grifo nosso), tal experiência permitiria a formação de uma geografia abolicionista, a qual surge

> *from the homely premise that freedom is a place. Place-making is normal human activity: we figure out how to combine people, and land, and other resources with our social capacity to organize ourselves in a variety of ways, whether to stay put or to go wandering. Each of these factors – people, land, other resources, social capacity – comes in a number of types, all of which determine but do not define what can or should be done. Working outward and downward from this basic premise, abolitionist critique concerns itself with the greatest and least detail of these arrangements of people and resources and land over time. It shows how relationships of un-freedom consolidate and stretch, but not for the purpose of documenting misery.* ***Rather, the point is not only to identify central contradictions – inherent vices – in regimes of dispossession, but also, urgently, to show how radical consciousness in action resolves into liberated life-ways, however provisional, present and past. Indeed, the radical tradition from which abolition geography draws meaning and method goes back in time-space not in order to abolish history, but rather to find alternatives to the despairing sense that so much change, in retrospect, seems only ever to have been displacement and redistribution of human sacrifice.*** *If unfinished liberation is the still-to-be-achieved work of abolition, then at bottom what is to be abolished isn't the past or its present ghost, but rather the processes of hierarchy, dispossession, and exclusion that congeal in and as group-differentiated vulnerability to premature death*[286].

---

[285] Conforme Santos (1996, p. 309), "o que muitos consideram, adjetivamente, como 'irracionalidade' e, dialeticamente, como 'contrarracionalidade', constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo".

[286] Em entrevista concedida a Antipon, Alves e Novo, Gilmore (2024c, p. 4) explica que o "trabalho abolicionista" é centrado, a partir da organização política (em seu sentido cotidiano), em uma mudança radical da realidade social: "onde quer que você esteja, o que quer que esteja fazendo, o que quer que seja que ataca sua existência, trabalhar a energia que você, eu, nós e outros reunimos para remediar aquele problema faz parte de mudar tudo. Todos os aspectos da realidade social fazem parte do que precisa mudar".

Acompanhar as ações políticas e cotidianas dessas mulheres em suas periferias possibilitou compreender que gestos *contrarracionais*, ou trabalhos *abolicionistas*, são produzidos a partir da "descoberta da[s] sua[s] realidade[s]" e "pela simples necessidade de continuar existindo" (Santos, 2000, p. 131 e 133). Ou seja, a tomada de consciência "*can radically revise understanding of what can be done with available materials*" (Gilmore, 2022, p. 493).

Assim, para a geógrafa, ao mesmo tempo que as contraditórias materialidades permitem a produção de uma consciência política, quando esta se forma, é justamente quando surgem as capacidades transformativas para, justamente, uma geografia abolicionista:

> *Transforming the zone into an abolition geography required transforming consciousness, as officially and locally mocked and reviled individuals had to develop their persuasive power both at city hall and in the streets and empty lots where they built community and trust through extraordinary commitment to ordinary things: creating a garden and a mural. Being the first to respond in times of trouble. Leading by following. Curiously, people not afraid to die had to demonstrate their fearlessness anew in altogether novel contexts* (Gilmore, 2022, p. 484).

Há, portanto, na organização política dessas mulheres uma produção de consciência a respeito delas mesmas como protagonistas da ação para a formação e prática política a partir do e no território[287]. O corpo – feminino e negro, no caso – seria "a sede privilegiada da resistência política e da política emancipatória", pois sua "existência diária é moldada por meio de uma relação muitas vezes traumática e conflituosa com a dinâmica da acumulação do capital" (Harvey, 2004, p. 30 e 73-74).

Tal consciência coletiva, gerada a partir de atos solidários tanto das mulheres que organizam os movimentos quanto dos sujeitos que se beneficiam deles, revelou-lhes os processos estruturantes que determinam a existência da fome para além da pandemia, ou seja, as crises conjunturais. Foi nos espaços de organização e preparo dos alimentos a serem doados, nas filas para receber essas doações, nos movimentos para arrecadação de fundos, nos encontros em cozinhas e hortas comunitárias que, juntas, entenderam o fator estrutural da crise, das precárias condições atuais de sobrevivência e de uma necessária projeção de outros futuros. Há

[287] Afinal, "*space always matters, and what we make of it in thought and practice determines, and is determined by, how we mix our creativity with the external world to change it and ourselves in the process. In other words, one need not be a nationalist, nor imagine self-determination to be fixed in modern definitions of states and sovereignty, to conclude that, at the end of the day, freedom is a place*" (Gilmore, 2022, p. 214).

na vivência individual e coletiva das mais diversas carências uma potencialidade para a organização política em seu sentido cotidiano.

Talvez, então, olhar para essas práticas espaciais e suas capacidades criadoras de solidariedades e consciências coletivas seja também uma forma de refletirmos sobre a concretude daquilo que Harvey (2004, p. 258) reconheceu como utopismo dialético espaço-temporal, que tem "raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos". Em São Luís, uma situação alimentar historicamente marcada pela escassez produz sujeitos que escolhem morrer na luta em vez de morrer de fome.

Imagem 52 – Marcha Grito da Terra Maranhão, São Luís, 23 de abril de 2024.

Fonte: Antipon, 2024.

CONCLUSÃO

> *No matter what we study, scholars are all about the future, about saying something tomorrow or the day after that.*
>
> Ruth Wilson Gilmore (2022, p. 50)

> *O mundo, nas condições atuais, visto como um todo, é nosso estranho. O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado, torna-se a nossa âncora.*
>
> Milton Santos (2008, p. 163)

São Luís, desde a sua gênese, apresenta uma história espacial seletiva e excludente, sobretudo para o povo negro, resultado das modernizações capitalistas e dos usos corporativos do território como prioritários na formação e consolidação de sua urbe. Visceralmente associada a este processo desigual de urbanização está a organização de uma situação alimentar estruturada pela fome e pela miséria de sua população.

O entendimento da situação alimentar urbana desta cidade em seus distintos momentos da divisão territorial do trabalho não ocorreu sem que interpretássemos o espaço urbano como chave para a compreensão do racismo (Santos, 2019), apontando a existência de uma divisão racial da situação alimentar de São Luís. Guiados também por Gilmore (2022, p. 152, grifo nosso), entendemos que

> *Geographers should develop a research agenda that centers on race as a condition of existence and as a category of analysis, because the territoriality of power is a key to understanding racism. The political geography of race entails investigating space, place, and location as simultaneously shaped by gender, class, and scale.* ***By centering attention on those most vulnerable to the fatal couplings of power and difference signified by racism, we will develop richer analyses of how it is that radical activism might most productively exploit crisis for liberatory ends.***

Para a geógrafa, baseada em Hall (1992), tal acoplamento do poder e da diferença (*couplings of power and difference*) torna-se fatal quando governado pelo racismo – ou seja, quando o poder é exercido no território e configurado por meio de tecnologias e conjunturas (fatais) que determinam "*the state-sanctioned and/or extralegal production and exploitation of group-differentiated vulnerabilities to premature death, in distinct yet densely interconnected political geographies*" (Gilmore, 2022, p. 107).

Este binômio (poder-diferença), quando regido pela fatalidade, é capaz de definir "os tipos de abandono e terror que as pessoas experimentam no contexto da crise e reestruturação capitalista" (Gilmore *et al*., 2024b). Se por um lado o processo de urbanização de São Luís, como vimos, estrutura-se em torno de crises que assolam o estado e as retroalimenta, por outro, afirmamos que a *geografia política da raça* (Gilmore, 2022) – ou seja, "como acoplamentos fatais de poder e diferença poderiam se desdobrar em um território ao longo do tempo, e como esse desdobramento reforça certos tipos de exclusão, vulnerabilidades" (Gilmore *et al*., 2024c, p.7, grifo nosso) – também configura e aprofunda as violências e desigualdades dos aspectos da urbanização, não só ludovicense, mas brasileira como um todo.

Assim, articulamos na tese uma série de dados e situações reveladoras de que, como ensinam Gilmore (2022) e Hall (2021), a raça é a modalidade através da qual a economia política da globalização é vivida. Mostramos no percurso analítico que, a um só tempo, a cidade corporativa é produzida por uma pobreza urbana racializada e a reproduz por meio de impulsos econômicos e políticos da própria dinâmica do capitalismo mundializado. Ao constituir-se intrinsecamente a tal processo, a situação alimentar urbana também pode ser pensada neste duplo movimento: por um lado, resulta das distintas dinâmicas raciais que conformam uma cidade; por outro, impulsiona a urbanização seja qual for o momento histórico.

Portanto, urbanização e situação alimentar decorrem da crise sistêmica e estrutural do período. Ambas explicitam ordens dialéticas da dinâmica produtiva: abundância, lucro, escassez, fome, estruturas regidas pela brutalidade e violência racial que caracterizam o esgarçamento do tecido social, traço da formação socioespacial brasileira cujas cidades não podem ser desassociadas.

A tese abordou, dessa maneira, o papel das grandes redes nacionais e internacionais de abastecimento e consumo que controlam o suprimento geral da cidade ao mesmo tempo que existem em relação cotidiana com os pequenos estabelecimentos de comercialização do alimento – lócus de reprodução econômica e possibilidade de sobrevivência de boa parte da população empobrecida e precarizada, sobretudo de pessoas negras, as quais, historicamente, ocupam esses espaços alimentares.

Assim, a teoria dos dois circuitos da economia urbana (Santos, 1979a) mostrou-se como um caminho teórico-metodológico possível e frutífero para compreender este quadro nas cidades periféricas contemporâneas, uma vez que o percurso de pesquisa revelou a impossibilidade de explicar o comércio popular urbano de alimentação sem pensarmos as relações de interdependência, subordinação e cooperação entre ele e essas grandes redes de comercialização e distribuição de alimentos em território nacional.

Como detalhado, o circuito inferior da economia urbana, além de se abastecer do circuito superior, incorpora cada vez mais, ainda que de maneira incompleta, as novas tecnologias da informação em suas atividades, inclusive sendo possível encontrar ambulantes com carrinhos que oferecem máquinas de cartões de débito, crédito e vale-refeição, atrelando-os, assim, aos sistemas técnicos financeiros globalizados. Mas não são apenas as grandes redes que participam da dinâmica territorial das refeições comercializadas na cidade: produtores caseiros estão em ação no circuito popular da alimentação, evidenciando as *horizontalidades*, ou seja, "ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo" (Santos, 1996, p. 288) neste espaço compartido. Tais dados, por exemplo, evidenciam a não dissociação das atividades entre os circuitos; os nexos se estreitam e constituem novas contradições e solidariedades.

As incursões em campo no Núcleo Central e em três periferias negras da cidade (Liberdade, Coroadinho e Anjo da Guarda) não apenas permitiram uma análise mais aprofundada do cotidiano urbano de São Luís em sua totalidade, mas também proporcionaram uma compreensão ampla, renovada e situada das novas dinâmicas da teoria dos dois circuitos da economia urbana. Ressaltamos a forma como o circuito inferior tem se caracterizado nos últimos anos: lugar demarcado socialmente pelas estruturas raciais da formação socioespacial brasileira e onde uma classe trabalhadora continuamente precarizada e que convive com o risco de fome e a fome em seus cotidianos encontra possibilidade de gerar renda.

Assim, a partir dos encontros com os nossos interlocutores que organizam a venda de alimentos e refeições em São Luís, e conhecendo suas trajetórias de vida, interpretamos o comércio popular como o abrigo da força de uma classe trabalhadora pobre, precarizada e negra, resistente à escassez com a qual é obrigada a conviver histórica e cotidianamente. Ressaltamos, ainda, que a miséria de seus habitantes estimula a proliferação de lugares nos quais a venda de refeições é a forma encontrada para garantir a sobrevivência nesta cidade cindida.

Entendemos que este circuito econômico expressa, em suas especificidades, a pobreza pulsante do mundo urbano e denuncia, nas inúmeras veredas percorridas durante as nossas investigações, a *fome oculta* persistente nos interstícios da metrópole. Esses sujeitos não cobram mais caro por um prato de comida porque sabem que parte das pessoas que ali circulam e trabalham não conseguiria pagar; recusam determinados empregos porque entendem as dificuldades de "encher a geladeira" no final do mês com o "salário de fome" oferecido; encontram na venda de alimentos um lugar de liberdade, autonomia e realização da vida – ainda que precária.

Dessa forma, tais organizações econômicas acabam por revelar o drama e a violência do processo de urbanização, elementos sobre os quais esta cidade se edificou, bem como o cotidiano de sujeitos empobrecidos, que, envoltos fortemente na luta da sobrevivência, pelo "ganhar e se virar" nos ambientes antagônicos, organizam seus próprios espaços econômicos, configurando-os como um *mercado socialmente necessário.*

A condição estrutural, permanente e racializada da pobreza urbana em São Luís, ao mesmo tempo que cria este *mercado*, induz à formação de uma consciência política atrelada a outras formas de se acessar o alimento – sobretudo a partir dos e para os lugares periféricos. A economia política da cidade é, portanto, também constituída por esses dois movimentos históricos em torno da alimentação: organizar economias para a sobrevivência e organizar-se politicamente para não morrer de fome.

Reconhecemos a relevância e o papel fundamental das ações do Estado – sejam elas no âmbito municipal, estadual e, sobretudo, federal – na elaboração e implantação de políticas da vida para garantir o acesso ao alimento e assegurar o direito à alimentação presente na Constituição brasileira. No entanto, ficam claras no percurso estudado as lacunas e violações da instituição, seja conjunturalmente ou estruturalmente, evidenciando a multidimensionalidade do poder, o qual também emerge das lutas urbanas pelo acesso à alimentação e, portanto, pelo direito à existência.

A análise dessas políticas reconhecidas como *territorializadas* a partir de três movimentos de assistência alimentar organizados por mulheres negras e periféricas de uma das maiores favelas no Brasil, o bairro Coroadinho, permitiu pensar que os espaços de ações coletivas da vida cotidiana são importantes lugares de tomada de consciência e de produção de resistências contra a instituída precarização de vidas negras. A comida, que falta em determinados lugares e para corpos específicos, e que é doada também a partir desses dois demarcadores, constitui um meio de politização da vida.

As reflexões elaboradas em torno dessas ações indicaram que "quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta. A consciência *pelo lugar* se superpõe à consciência *no lugar*" (Santos, 1996, p. 330, grifos do autor).

Desse modo, o lugar – categoria condutora desta tese e que permite ver o "corpo como uma certeza materialmente sensível" (Santos, 1996, p. 314) – é a "sede da resistência", portanto, "é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual" (Santos, 1996, p. 259).

Essa sistematização do cotidiano urbano de São Luís, a partir da elaboração de uma geografia das existências (Silva, 2014), foi um caminho oportuno para entendermos "a relação entre espaço e movimentos sociais", não esquecendo que o espaço geográfico é tanto "uma condição para a ação" quanto "uma estrutura de controle, um limite à ação" e "um convite à ação" (Santos, 1996, p. 321). Seja por meio da produção de *contrarracionalidades*, ou ainda na elaboração em ensaio de *geografias abolicionistas*, o que observamos, de fato, foi a população negra da cidade em suas lutas cotidianas pela projeção de outros futuros.

Ao analisar a situação alimentar urbana de São Luís e entender a fome como uma estrutura analítica, esta tese colabora de maneira ampla para os debates sobre a economia política da cidade e da urbanização e, em particular, sobre as estratégias de sobrevivência na periferia do capitalismo. Ela ainda propõe pensarmos a realidade alimentar urbana não só ludovicense, mas brasileira como um todo, considerando a formação racialmente estruturada do país.

Embora reconheçamos os avanços postos em tela, este trabalho deixa em aberto questões que merecem maior atenção em uma agenda de pesquisa comprometida em: (i) *aprofundar o debate sobre o abastecimento alimentar periférico*, seja a periferia o lugar de recepção de circuitos alimentares externos (supermercados, atacarejos, centrais de abastecimento) ou o ponto de dispersão desses alimentos, a exemplo, em São Luís, da feira do João Paulo, cuja escala de ação extrapola essa periferia e difunde-se para muitos outros fixos alimentares da região metropolitana; (ii) pensar a teoria dos dois circuitos da economia urbana a partir das estruturas raciais a fim de *compreender melhor as formas de operação do circuito superior e suas distinções entre bairros urbanos brancos e negros*, a exemplo das diferenciações organizacionais deste circuito e do racismo alimentar observados no bairro negro e periférico do Anjo da Guarda; e (iii) *refletir sobre os distintos movimentos de mulheres negras e periféricas em luta pela autonomia feminina e, consequentemente, pelo combate à fome*, em especial aqueles que dizem respeito à entrada das microfinanças nas periferias do país (como o Perifacred, espaço de consultoria e apoio financeiro aos moradores do Coroadinho, em São Luís).

Ainda que a tese tenha em aberto caminhos de pesquisa, com o que trabalhamos até agora podemos reforçar o questionamento crítico sobre a maneira como fatores espaciais, sociais, econômicos e políticos nos organizam: de que modo, diante dessa estrutura racialmente desigual, conseguiremos viver uma cidadania plena (Santos, 1987), garantindo o direito à alimentação, à cidade, à vida digna, ou seja, ao território e à existência?

Sem dúvidas, podemos ver no Maranhão todos os aspectos da brutalidade e a síntese da irracionalidade capitalista. No entanto, é também neste lugar e a partir dele que entendemos o processo de formação de uma consciência coletiva – a única capaz de permitir uma construção política emancipatória e de um lugar de liberdade. Ou seja, um processo em busca de usos do território comprometidos com a vida dos lugares e de seus sujeitos.

Imagem 53 – Banquetaço no bairro Liberdade, São Luís

Fonte: Antipon, 2019.

REFERÊNCIAS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM ALIMENTAÇÃO. São Paulo: Departamento de História, FFLCH/USP, 2019. 1 vídeo (2018 min). Publicado pelo canal uspfflch. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BKb5iP1iLLo. Acesso em: 14 jun. 2021.

ABERTURA e palestra (2020). [*S. l.: s. n.*], 2020. 1 vídeo (115 min). Publicado pelo canal PPGEO UEMA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZfvIlpzfRIk. Acesso em: 16 jul. 2024.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer I**: le pouvoir souverain et la vie nue. Paris: Seuil, 1997.

AGUIAR, Vinícius Castelo Branco de. **Economia política da cidade e digitalização em São Luís**: a plataformização dos serviços de entrega de comida. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

AGUIRRE, Patricia; CÓRDOVA, Diego Díaz. La inestabilidad como rutina. La precarización de la vida cotidiana y su impacto en la alimentación en Buenos Aires, Argentina. **Revista de Antropologia Social**, La Rioja, v. 30, n. 2, 2021. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8134645. Acesso em: 8 jul. 2024.

AHLERT, Martina; BEZERRA, Nicole Pinheiro. Um centro habitado: casa, mobilidade e mobilização em São Luís (Maranhão). **Antropolítica**, Niterói, RJ, v. 56, n. 2, p. 1-26, 2024. DOI: https://doi.org/10.22409/antropolitica2024.v56.i2.a57846. Disponível em: https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/57846. Acesso em: 8 jul. 2024.

AHLERT, Martina; GONÇALVES, Gabriela Lages; BEZERRA, Nicole Pinheiro. Patrimônio histórico da humanidade de quem? O caso do Centro Histórico de São Luís. **Jornal Nexo**, São Paulo, 2 maio 2023. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/05/02/patrimonio-historico-da-humanidade-de-quem-o-caso-do-centro-historico-de-sao-luis. Acesso em: 8 jul. 2024.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berro de; MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA, 2017.

ALMEIDA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco Santos. **O itinerário da cidadania**: a acessibilidade das pessoas com deficiência visual ao Centro Histórico de São Luís – Maranhão. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre o trabalho teórico**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1978 [1967].

ALVES, Cristiano Nunes. O circuito rap "indé" em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 34-51, 2016. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.97502. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/97502. Acesso em: 8 jul. 2024.

ALVES, Cristiano Nunes; ANTIPON, Livia Cangiano. O estado da arte em torno do debate sobre o território e a sociedade do Maranhão: uma proposta de periodização (séculos XVII – XXI). **Geographia**, Niterói, v. 25, n. 55, 2023. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia202

3.v25i55.a55356. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/55356. Acesso em: 8 jul. 2024.

ALVIM, Daniel Horta. **Mobilizações contra a fome no Brasil**: 1978-1988. 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

AMANI, Valerie. Revisit: Kariakoo market in Dar es Salaam, Tanzania by Beda Amuli. **The Architectural Review**, London, 2022. Disponível em: https://www.architectural-review.com/essays/revisit/revisit-kariakoo-market-in-dar-es-salaam-tanzania-by-beda-amuli. Acesso em: 12 jul. 2024.

ANÁLISE do consumo alimentar pessoal no Brasil. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ANÁLISE da segurança alimentar no Brasil. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho (org.). **Centro histórico de São Luís – Maranhão**: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo, 1998.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís**: análise crítica do programa de preservação e revitalização. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos do Brasil. **Humanidades**, Brasília, v. 9, n. 47, p. 87-98, 1999.

ANTIPON, Livia Cangiano. **O circuito inferior da economia urbana no centro de Campinas**: a dimensão do comércio popular de alimentação. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ANTIPON, Livia Cangiano. Uma situação alimentar urbana: o comércio popular de alimentação no centro de Campinas. **Geografares**, Vitória, n. 27, p. 139-157, 2018a. DOI: https://doi.org/10.7147/GEO27.21475. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21475. Acesso em: 8 jul. 2024.

ANTIPON, Livia Cangiano. O circuito espacial produtivo da alimentação escolar e a fome oculta na cidade de Campinas/SP. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 291-310, 2018b. DOI: https://doi.org/10.54446/bcg.v8i2.374. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2702. Acesso em: 8 jul. 2024.

ANTIPON, Livia Cangiano. Um estudo da história territorial de Campinas: a urbanização, a fome e a formação de um mercado de alimentação na cidade (1850-1908). **Revista da Anpege**, Cuiabá, v. 14, n. 23, p. 28-58, 2018c. DOI: 10.5418/RA2018.1423.0002. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/7131. Acesso em: 8 jul. 2024.

ANTIPON, Livia Cangiano. Contrarracionalidade no centro de Campinas: a (sobre)vivência dos trabalhadores da alimentação frente à imposição do planejamento estratégico. **Revista Confins**, [*S. l.*], n. 45, 2020. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.29662. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/29662. Acesso em: 8 jul. 2024.

ANTIPON, Livia Cangiano; CATAIA, Márcio. Mercado socialmente necessário e situação alimentar em Campinas: território, desigualdade e resistência. **GEOUSP**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 591-606, 2018. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.144085.

Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/144085. Acesso em: 8 jul. 2024.

ANTIPON, Livia Cangiano; CATAIA, Márcio. Urbanização e fome: da gênese à popularização da situação alimentar urbana em Campinas (São Paulo, Brasil). **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 31, p. 1-19, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.14393/SN-v31-2019-42700. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sn/a/FDgtCM9DHnwgjgFGpkzsvVM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 jul. 2024.

ANTUNES, Maria. O desmonte da Conab e a política agrícola suicida do governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, São Paulo, 16 set. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/artigo-o-desmonte-da-conab-e-a-politica-agricola-suicida-do-governo-bolsonaro. Acesso em: 16 jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

APPADURAI, Arjun. Gastro-Politics in Hindu South Asia. **American Ethnologist**, v. 8, n. 3, p. 494-511, 1981. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/644298. Acesso em: 8 jul. 2024.

ARAGÃO, Ana Luísa.; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Por que o Estado importa: a destruição do PAA e o retorno do Brasil ao mapa da fome. **Jornal UFG**, Goiânia, 19 maio 2021. Disponível em: https://jornal.ufg.br/n/142034-porque-o-estado-importa. Acesso em: 8 jul. 2024.

ARAÚJO JUNIOR, Giovanni Martins; PEDROSA, Karlos Yuri Fernandes; SILVA; Hilmanara Tavares da; BEZERRA, Danilo Cutrim; COIMBRA, Viviane Correia Silva; IMPROTA, Clóvis Thadeu Rabello; BEZERRA, Nancyleni Pinto Chaves. Condições de comercialização da carne bovina em mercados municipais e percepção de atores sociais sobre a qualidade. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 3, p. 15369-15386, mar. 2020. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv6n3-421. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/8123. Acesso em: 8 jul. 2024.

ARISTOTE. **La politique**. Édition établie par J. Tricot. Paris: Vrin, 1995.

ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 15, p. 30-31, 4 out. 2008. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/. Acesso em: 8 jul. 2024.

ARROYO, Mônica. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 7-26, 2012. DOI: https://doi.org/10.54446/bcg.v2i1.48. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2429. Acesso em: 8 jul. 2024.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras de Carajás. Petrópolis: Vozes, 1982.

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. **"Quilombo urbano", Liberdade, Camboa e Fé em Deus**: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão – São Luís. 2017. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

AUXÍLIO emergencial. **Folha de S.Paulo**, 11-12 ago. 2020. *Apresentação de Slides*. Disponível em: https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/08/14/edb8616379389436743df7a6205c1734aem.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

BARONE, Ana; RIOS, Flavia. (org.) **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios-Fapesp, 2019.

BARRIOS, Sonia. **Dinâmica social y espaço**. Caracas: Cendes, 1976.

BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial**: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BASSO, Rafaela. **Entre tabuleiros, balcões e fogões**: um estudo sobre a alimentação de rua na cidade de São Paulo (1765-1834). 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BATTERSBY, Jane; WATSON, Vanessa (org). **Urban Food Systems governance and poverty in African Cities**. London: Earthscan, 2019.

BEZERRA, Juscelino. Geografia, comércio e consumo: os supermercados como tema geográfico. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 143-161, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40246. Acesso em: 18 jul. 2024.

BLANCO, Lis Furlani. **Vida podre**: a trajetória de uma classificação. 2015. Dissertação Mestrado (Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BLANCO, Lis Furlani. **Dar forma à fome**: uma etnografia das políticas públicas de segurança alimentar na trajetória social do Programa Fome Zero. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

BLANCO, Lis Furlani; LEME, Adriana Salay; ANTIPON, Livia Cangiano; RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. Fome, assistência alimentar e direitos no Brasil: políticas da vida cotidiana na pandemia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 96, p. 196-211, 2023. DOI: 10.14393/RCG249668682. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/68682. Acesso em: 8 jul. 2024.

BLEDSOE, Adam. Methodological reflections on geographies of blackness. **Progress in Human Geography**, Thousand Oaks, v. 45, n. 5, 2021. DOI: https://doi.org/10.1177/0309132520985123. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132520985123. Acesso em: 8 jul. 2024.

BLEDSOE, Adam; McCREARY, Tyler; WRIGHT, Willie. Theorizing diverse economies in the context of racial capitalism. **Geofurum**, Amsterdam, v. 132, p. 281-290, 2019. DOI: https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.07.004. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718519302179. Acesso em: 8 jul. 2024.

BLEDSOE, Adam; WRIGHT, Willie Jamaal. The anti-Blackness of global capital. **Environment and Planning D**: Society and Space, Thousand Oaks, v. 37, n. 1, p. 8-26, 2019.

DOI: https://doi.org/10.1177/026377581880510. Disponível em: https://journals.sagepub.com /doi/10.1177/0263775818805102. Acesso em: 8 jul. 2024.

BLOCH, Maurice. Commensality and Poisoning. **Social Research**, New York, v. 66, n. 1, p. 133-149, 1999. Disponível em: https://www.proquest.com/scholarly-journals/commensality-poisoning/docview/209667289/se-2. Acesso em: 8 jul. 2024.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

BONDUKI, Nabil. Trabalhar com fome levando comida nas costas: porque os entregadores farão greve. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/06/trabalhar-com-fome-levando-comida-nas-costas-porque-os-entregadores-farao-greve.shtml. Acesso em: 8 jul. 2024.

BONNECASE, Vincent. Le goût du riz. Une valeur sensorielle et politique au Burkina Faso. **Genèses**, Paris, v. 104, n. 3, p. 7-29, 2016. DOI: 10.3917/gen.104.0007. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-geneses-2016-3-page-7.htm. Acesso em: 8 jul. 2024.

BOYER, Robert. Le capitalisme de plateforme, une question de pouvoir. **Dans Germinal**, Paris, v. 1, n. 4, 2022. Disponível em: https://robertboyer.org/fr/le-capitalisme-de-plateforme-une-question-de-pouvoir/. Acesso em: 8 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 22 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 8 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 26 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaqui**. Brasília, DF: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil/UFSC/Labtrans, 2018. Disponível em: https://www.portodoitaqui.com/_files/arquivos/plano-mestre.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019b. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-alimentar-melhor/Documentos/pdf/guia-alimentar-para-criancas-brasileiras-menores-de-2-anos.pdf/view. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, [202-?]. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Cartilha/Cartilha_Bolsa_Familia.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023**. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Brasília, DF: Presidência da República, 13 set. 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.700-de-12-de-setembro-de-2023-509398032. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BURLANDY, Luciene. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Mt37H84nx9VwxFxSNt3fkxJ/. Acesso em: 8 jul. 2024.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. São Luís: Editora UEMA, 2012.

BURNETT, Frederico Lago; OLIVEIRA, Aldrey; MELO, Jacilmara; DUTRA, Laécio. **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão**: o executivo municipal e o controle do solo urbano. São Luís: Editora UEMA, 2016.

BURNETT, Frederico Lago; ZAGALLO, José Guilherme; SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. Planejamento e caos urbano no Brasil periférico: participação truncada, espaço privatizado, crise fiscal em São Luís, Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, p. 556-576, 2020. DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2865.v24nEp556-576. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15163. Acesso em: 8 jul. 2024.

BUSS, Ricardo Niehues; MENDANHA, José Francisco; SILVA, Daniel Martins da; SIQUEIRA, Glécio Machado. Infraestrutura logística de transporte e armazenagem da soja no estado do Maranhão – Brasil. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 5, n. 12, p. 31564-31580, 2019. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv5n12-247. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/5529. Acesso em: 8 jul. 2024.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: Sioge, 1984.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela**: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Tradução de Valerie Rumjanek. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023 [1951].

CARDOSO, Paula Paoliello. **A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no Centro Histórico de São Luís/MA**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

CARNEIRO, Henrique; MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história da alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 9-91, 1997. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-47141997000100002. Disponível em: https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/5349. Acesso em: 8 jul. 2024.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís**: entre o institucional e o repressivo. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

CARVALHO, Magno Ricardo Silva de; GOMES, Iara Rafaela. Reconfiguração nas centralidades em cidades médias brasileiras: reverberação do setor supermercadista em Marabá (PA). **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 20, n. 2, p. 52-83, 2022. DOI: 10.46551/rc24482692202219. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/5387. Acesso em: 15 jul. 2024.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2011.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1946].

CASTRO, Josué de. **Geographie de la faim**. Paris : Editions Ouvrières, 1949. (Économie et Humanisme)

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaios sobre os problemas de alimentação e de população no mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1961 [1949].

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984 [1946].

CATAIA, Márcio. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. **Tamoios**, São Gonçalo, ano 16, n. 1, p. 232-245, 2020. Edição Especial Covid-19. DOI: https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50742. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/50742. Acesso em: 8 jul. 2024.

CATAIA, Márcio. Notas metodológicas de um curso de Geografia Política. **Boletim Campineiro de Geografia**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 9–30, 2024. DOI: 10.54446/bcg.v14i1.3554. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3554. Acesso em: 27 jul. 2024.

CATAIA, Márcio; RIBEIRO, Luís Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em Geografia. **Revista da Anpege**, [*s. l.*], n. 15, v. 11, p. 9-30, 2015. DOI: 10.5418/RA2015.1115.0001. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6445. Acesso em: 8 jul. 2024.

CATAIA, Márcio; SILVA, Silvana Cristina da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013. DOI: https://doi.org/10.54446/bcg.v3i1.111. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2483. Acesso em: 8 jul. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/hT5MH7wqWvyKthr5CnTGdQS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 8 jul. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação patrimonial no bairro do Desterro**: estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís-MA. 2012. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CLOSSON, Troy; HONG, Nicole. Why black families are leaving New York, and what it means for the city. **The New York Times**, New York, 31 jan. 2023. Disponível em: https://www.nytimes.com/2023/01/31/nyregion/black-residents-nyc.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

COMERCIAL Supermercados Lusitana (1976). [*S. l.: s. n.*], 2016. 1 vídeo (0,6 min). Publicado pelo canal Ramssés Silva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sa-ouw_6JJY. Acesso em: 15 jun. 2021.

CONTEL, Fábio Betioli. **Território e finanças**: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

COPE, Suzanne. **Power Hunger**: women of the Black Panther Party and Freedom Summer and their fight to feed a movement. Chicago: Lawrence Hill Books, 2022.

CORAGGIO, José Luís. A proposta de economia solidária ante a economia neoliberal. *In*: PINTAUDI, S. M. (org.). **Economia solidária**: um setor em desenvolvimento. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002.

CORDEIRO, Amábela de Avelar; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; SOUZA, Thais Salema Nogueira de (coord.). **Na universidade**: comer pra quê? – um novo jeito de pensar e viver a alimentação. Cabo Frio: Editora dos Autores, 2023. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Alimentacao_Saudavel/NA_UNIVERSIDADE_COMER_PRA_QUE.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

CORONAVÍRUS: governo distribui 200 mil cestas básicas para trabalhadores informais do MA. **G1**, São Luís, 24 mar. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/03/24/coronavirus-governo-distribui-200-mil-cestas-basicas-para-trabalhadores-informais-do-ma.ghtml. Acesso em: 22 jul. 2024.

CORRÊA, Maria Cláudia Cardoso. **O processo de implantação da Termelétrica do Itaqui, São Luís/MA e sua influência na dinâmica territorial da comunidade Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. A cidade de São Luís. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 34, n. 250, p. 61-111, 1976.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Marcelo Lima. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

COSTA, Marcelo Lima. Para o "Maranhão Novo" um novo subúrbio: a formação do bairro Anjo da Guarda, em São Luís do Maranhão, no contexto do milagre econômico (1968-1970). ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 19., 2020, Rio de Janeiro. **Anais** […]. Rio de Janeiro: Anpuh, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601295650_ARQUIVO_edd176a937bef9c882bebdaeb8919ac3.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

CRUZ, Antonio José Araujo. **Modernizações, desigualdades e resistências na metrópole de São Luís**: os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

CRUZ, Antonio José Araujo; ANTIPON, Livia Cangiano. Uso do território, informação e comunicação na metrópole de São Luís: expulsão e permanência na comunidade do Cajueiro. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-04.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

CUNHA, Roberto César; ESPÍNDOLA, José Carlos. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 227-238, 2015. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v11i1.12692. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12692. Acesso em: 8 jul. 2024.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, 2020. DOI: https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt. Acesso em: 8 jul. 2024.

DARDOT, Pierra; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAS, Veena. **Life and Words**: violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESROSIÈRES, Alain. **The Politics of Large Numbers**: a history of statistical reasoning. Boston: Harvard University Press, 2010.

DESROSIÈRES, Alain. Statistics and social critique. **Partecipazione e Conflitto**, v. 7, n. 2, p. 348-359, 2014.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**: tomada especial de preços de maio de 2020. São Paulo, 4 jun. 2020. Nota à imprensa. Disponível em: https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202005cestabasica.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

DINIZ, Juarez Soares. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. *In*: RODRIGUES, Sávio José Dias; SANTOS, Luiz Eduardo Neves; COSTA, Carlos Rerisson Rocha da (org.). **Temas da Geografia do Maranhão**: territórios e desenvolvimento regional – lugar, educação e cultura. São Luís: Café & Lápis: Edufma, 2017.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **O negro da Filadélfia**: um estudo social. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DURANS, Cláudia Alves. **Os limites do sindicalismo e a reorganização da luta social**: um estudo das experiências de metalúrgicos e ferroviários maranhenses. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

EMAP. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui** (PDZ-ITAQUI). São Luís: EMAP, 2019. Disponível em: https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/pdf/pdz-itaqui.pdf. Acesso em: 9 de jan. 2024.

EMPRESÁRIO em coma irreversível. **O Estado**, São Luís, 10 ago. 2009. Disponível em: https://imirante.com/sao-luis/noticias/2009/08/10/empresario-em-coma-irreversivel.shtml. Acesso em: 15 jun. 2021.

ENQUANTO o governo estuda, o povo passa fome. **Jornal da Cidade**, São Luís, 13-19 out. 1985.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Seuil, 1952.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world**: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: FAO: Unicef, 2020. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/9a0fca06-5c5b-4bd5-89eb-5dbec0f27274/content. Acesso em: 8 jul. 2024.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world**: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: FAO: Unicef, 2021. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/1c38676f-f5f7-47cf-81b3-f4c9794eba8a/content. Acesso em: 8 jul. 2024.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world**: transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome: FAO: Unicef, 2022. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/items/2241e4d7-dbcb-46e9-ab05-70db6050ccf9. Acesso em: 8 jul. 2024.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cidades Negras**: africanos, crioulos e espaços uranos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

FASSIN, Didier. **Le sens de la santé**. Anthropologie des politiques de la vie. Anthropologie médicale: ancrages locaux, défis globaux. Québec: Les Presses de l'Université Laval; Paris: Anthropos, 2005.

FASSIN, Didier. La biopolitique n'est pas une politique de la vie. **Sociologie et Sociétés**, Montreal, v. 38, n. 2, p. 35-48, 2006. Disponível em: https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/2006-v38-n2-socsoc1813/016371ar/. Acesso em: 8 jul. 2024.

FASSIN, Didier. Another politics of life is possible. **Theory, Culture & Society**, Thousand Oaks, v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009. DOI: https://doi.org/10.1177/026327640910634. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276409106349. Acesso em: 9 jul. 2024.

FASSIN, Didier. Inequality of lives, hierarchies of humanity: moral commitments and ethical dilemmas of humanitarianism. *In*: FELDMAN, Ilana; TICKTIN, Miriam (ed.) **In the name of humanity**: the Government of Threat and Care. Durham: Duke University Press, 2010. p. 238-255.

FEITOSA, Milena Monteiro; SOUSA, Erika Costa; NASCIMENTO, Louize; LEMOS, José de Jesus Sousa. A soja no estado do Maranhão, Brasil: uma análise temporal da expansão e substituição das culturas alimentares. **Geografares**, Vitória, v. 3, n. 37, p. 114-131, 2023. DOI: https://doi.org/10.47456/geo.v3i37.40394. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/40394. Acesso em: 8 jul. 2024.

FELDMAN, Ilana; TICKTIN, Miriam (ed.). **In the name of humanity**: the Government of Threat and Care. Durham: Duke University Press, 2010.

FERKO, Georgia Patrícia da Silva. **De volta à Praia Grande**: o "velho" centro com o "novo" discurso. 2010. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era. São Paulo: Dominus: Edusp, 1965. v. 2.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**: passado e presente; há futuro? São Luís: Edufma, 2014.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A reestruturação urbana maranhense**: dinâmicas e perspectivas. São Luís: Edufma, 2017.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. "**Tudo é Desterro"?** – Construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

FERREIRA, Priscilla. Racial capitalism and epistemic injustice: blindspots in the theory and practice of solidarity economy in Brazil. **Geoforum**, Amsterdam, v. 132, p. 229-237, 2021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718521001196. Acesso em: 9 jul. 2024.

FERRETTI, Sérgio. **Querebentã de Lomadônu:** etnografia da Casa das Minas do Maranhão. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Edusp, 2006.

FURTADO, João. Grupo holandês vai comprar a Lusitana. **Exame**, São Paulo, 14 out. 2010. Disponível em: https://exame.com/negocios/grupo-holandes-vai-comprar-a-lusitana-m0061819/. Acesso em: 20 jun. 2020.

GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antonio; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; RENNO, Lúcio. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Lateinamerika-Institut (LAI). Food for Justice Working Paper Series, Berlin, 2021. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813. Último acesso: 25 de julho de 2024.

GATO, Matheus. **Racismo e decadência**: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo, 2015.

GATO, Matheus. Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850 – 1888). *In*: BARONE, Ana; RIOS, Flavia (org.). **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios-Fapesp, 2019a.

GATO, Matheus. Raça e cidadania no pós-abolição maranhense (1888-1889). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 59, p. 235-274, 2019b. DOI: https://doi.org/10.9771/aa.v0i59.28376. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/28376. Acesso em: 15 jun. 2024.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEIGER, Pedro Pinchas. **A evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. **Progress in Human Geography**, Thousand Oaks, v. 32, p. 613-632, 2008. DOI: https://doi.org/10.1177/0309132508090821. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132508090821. Acesso em: 9 jul. 2024.

GILMORE, Ruth Wilson. **Golden Gulag**: prisons, surplus, crises, and opposition in Globalizing California. Berkeley: University California Press, 2007.

GILMORE, Ruth Wilson. **Abolition Geography**: essays towards liberation. London: Verso, 2022.

GILMORE, Ruth Wilson. **Califórnia Gulag**: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal. Tradução de Bruno Xavier. São Paulo: Igrá Kniga, 2024a.

GILMORE, Ruth Wilson. Change everything: do capitalismo racial ao abolicionismo. [Entrevista cedida a] Cristiano Nunes Alves, Livia Cangiano Antipon e Maria Fernanda Novo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 14 mar. 2024b. Disponível em: https://diplomatique.org.br/change-everything-do-capitalismo-racial-ao-abolicionismo/. Acesso em: 9 jul. 2024.

GILMORE, Ruth Wilson. Freedom is a place. Ruth Wilson Gilmore e a Geografia Abolicionista. [Entrevista cedida a] Livia Cangiano Antipon, Cristiano Nunes Alves e Maria Fernanda Novo. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 1-11, 2024c. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2024.222824. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/222824. Acesso em: 9 jul. 2024.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2012.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, usinas e favelas**. São Luís: Editora do Autor, 1988.

GLASMAN, Joël. **Humanitarianism and the quantification of human needs**. London: Routledge, 1999.

GOMES, João Flávio Bomfim. **A multifuncionalidade da agricultura urbana e a sua integração no ecossistema urbano da ilha de São Luís**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012 [1975]. DOI: https://doi.org/10.54446/bcg.v2i3.86. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458. Acesso em: 9 jul. 2024.

GRACIA-ARNAIZ, Mabel. **Comemos lo que somos**: reflexiones sobre cuerpo, género y salud. Barcelona: Icaria, 2015.

GRACIA-ARNAIZ, Mabel; CASADÓ, Lina; CAMPANERA, Mireia. Antropologías del hambre: la (in)seguridade alimentaria em contextos de precarización. **Revista de Antropologia Social**, Madrid, v. 30, n. 2, p. 93-108, 2021. DOI: https://doi.org/10.5209/raso.77892. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/view/77892/4564456558732. Acesso em: 9 jul. 2024.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRUPO Mateus retoma expansão na capital maranhense com nova loja no bairro da Santa Clara. **Grupo Mateus**, [*S. l.*], 2023a. Disponível em: https://www.grupomateus.com.br/grupo-mateus-retoma-expansao-na-capital-maranhense-com-nova-loja-no-bairro-da-santa-clara/. Acesso em: 18 jul. 2024.

GRUPO Mateus se torna a terceira maior rede varejista do país. **Grupo Mateus**, [*S. l.*], 2023b. Disponível em: https://www.grupomateus.com.br/grupo-mateus-se-torna-a-terceira-maior-rede-varejista-do-pais/#:~:text=Com%20faturamento%20recorde%20de%20R,Brasileira%20de%20Supermercados%20. Acesso em: 18 jul. 2024.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo **Modernidades negras:** a formação racial brasileira (1930 – 1970). São Paulo: Editora 34, 2021.

HALL, Stuart. Old and new identities, old and new ethnicities. *In*: KING, A. D. (ed.). **Culture, globalization and the world-system**. London: Macmillan, 1992.

HALL, Stuart. **Selected writings on race and difference**. Edited by Paul Gilroy and Ruth Wilson Gilmore. London: Duke University Press, 2021.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978 [1899].

HARVEY, David. O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 6, p. 6-35, 1982. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2628561&forceview=1. Acesso em: 9 jul. 2024.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity**: an enquiry into the origins of cultural change. Bristol: Blackwell, 1990.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HASENBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HASTRUP, Kirsten. Hunger and the Hardness of Facts. **Man**, [*S. l.*], v. 28, n. 4, p. 727-739, 1993.

HEYNEN, Nik. Cooking up non-violent civil-disobedient direct action for the hungry: 'Food Not Bombs' and the resurgence of radical democracy in the US. **Urban Studies**, Ann Arbor, v. 47, n. 6, p. 1225-1240, 2010. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/43079910. Acesso em: 9 jul. 2024.

HISSA, Cássio. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

HODDER, B. W. Markets in Yorubaland. *In*: HODDER, B. W.; UKWU, U. I. **Markets in West Africa**. Ibadan: Idadan University Press, 1969. p. 103-118.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Food security, food justice, or food sovereignty? **Institute for Food and Development Policy**, [*S. l.*], v. 16, n. 4, p. 1-4, 2010. Disponível em: https://archive.foodfirst.org/wp-content/uploads/2013/12/BK16_4-2010-Winter_Food_Movements_bckgrndr-.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Nossa experiência na pesquisa da balança** – O Brasil sob a ótica dos pesquisadores do Estudo Nacional da Despesa Familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. (Documentos para Disseminação/Memória Institucional, v. 19) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv89079.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102052. Acesso em: 17 jun. 2024.

IPEA. **Texto para Discussão**: produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD_2538.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

IVASKA, Andrew. Decolonizing refugees: exile and political possibility in 1960s Dar es Salaam. **Stateless Histories**, Manitoba, v. 24, p. 1-23, 2022. Disponível em: https://statelesshistories.org/article/decolonizing-refugees-exile-and-political-possibility-in-1960s-dar-es-salaam. Acesso em: 9 jul. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 [2000].

JANIN, Pierre; LA VALLE, Natalia; LHUISSIER, Anne; RIBÉMONT, Thomas. Batailles de la faim : jeux d'acteurs, d'échelles et de pouvoir. **Tracés. Revue de Sciences Humaines**, Lyon, v. 41, p. 7-19, 2021. DOI: https://doi.org/10.4000/traces.12545. Disponível em: https://journals.openedition.org/traces/12545. Acesso em: 9 jul. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014 [1992].

JILL, Freedman. **Resurrection City and The Poor People's Campaign**. Photographs and Still Images. 1968. Disponível em: https://nmaahc.si.edu/object/nmaahc_2017.81.10?destination=/explore/collection/search%3Fedan_q%3Dhunger. Acesso em: 12 jul. 2024.

JOMALINIS, Emília de Medeiros Silva; BEZERRA, Juscelino; BÜHLER, Ève Anne. L'offre alimentaire urbaine face au défi de la diffusion des supermarchés. Regards croisés sur Rio de Janeiro et Brasilia. ***Confins***, São Paulo, n. 59, p. 1-18, 2023. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.52770. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/52770. Acesso em: 9 jul. 2024.

KELLEY, Robin Davis Gibran. What did Cedric Robinson mean by racial capitalism? A critique that anticipated the political currents of contemporary America. **Boston Review**, 12 jan. 2017. Disponível em: https://www.bostonreview.net/articles/robin-d-g-kelley-introduction-race-capitalism-justice/. Acesso em: 9 jul. 2024.

KELLEY, Robin Davis Gibran. **Freedom dreams**. The Black Radical Imagination. Boston: Beacon Press, 2022.

KELLEY, Robin Davis Gibran. Prólogo: Por que "Marxismo Negro"? Por que agora? *In*: ROBINSON, Cedric James. **Marxismo negro**: a criação da tradição radical negra. São Paulo: Perspectiva, 2023.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KWATE, Naa Oyo A. Fried chicken and fresh apples: racial segregation as a fundamental cause of fast food density in black neighborhoods. **Health & Place**, Amsterdam, v. 14, n. 1, p. 32-44, 2008. DOI: https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2007.04.001. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1353829207000317?via%3Dihub. Acesso em: 9 jul. 2024.

LACROIX, Maria de Lourdes Luande. **São Luís do Maranhão**: corpo e alma. 2. ed. São Luís: Editora da Autora, 2020. v. 2.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2004 [1970].

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000 [1974].

LEGASSICK, Martin; HEMSON, David. Foreign investment and the reproduction of racial capitalism in South Africa. **Johannesburg**: Foreign Investment in South Africa – A Discussion Series, [*S. l.*], n. 2, p. 1-18, 1976. Disponível em: https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/archive_files/Foreign%20Investment%20by%20%20Martin%20Legassick%20%26%20Dave%20Hemson.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

LEME, Adriana Salay; RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; BLANCO, Lis Furlani; ANTIPON, Livia Cangiano. **Fome e assistência alimentar na pandemia**. São Paulo: Paulus; Sefras, 2022.

LEMOS, José de Jesus Sousa. Efeitos da expansão da soja na resiliência da agricultura familiar no Maranhão. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 24, n. 2, p. 17-25, 2015. Disponível em: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1012. Acesso em: 9 jul. 2024.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LEVANTADOS do chão. Intérprete: Chico Buarque. Compositores: Chico Buarque e Milton Nascimento. *In*: TERRA. Intérprete: Chico Buarque. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 1 CD, faixa 3.

LIMA, Eronides da Silva. **Mal de fome e não de raça**: gênese, constituição e ação política da educação alimentar. Brasil 1934-1946. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LIMA, Tania Andrade; LOCKS, Martha. Arqueologia das práticas alimentares de uma vizinhança no Rio de Janeiro, século XIX. **Ingesta**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 87, 2019. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2596-3147.v1i2p87. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/164568. Acesso em: 8 jul. 2024.

LOMNITZ, Larissa. Organizacion social y estrategias de sobrevivencia en los estratos marginales urbanos de America Latina. Proyecto Cepal – Estilos de desarollo y medio ambiente en America Latina. SEMINARIO REGIONAL, 1979, Santiago de Chile. **Anales** […]. Santiago de Chile: Cepal, 1979. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/2c5f114a-97d6-402b-9edb-b57914aa644a/content. Acesso em: 8 jul. 2024.

LOPES RODRIGUES, Francisco Clébio. Metamorfoses no espaço metropolitano de São Luís (MA). **GeoTextos**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 83-102, 2018. DOI: https://doi.org/10.9771/geo.v14i1.25306. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/25306. Acesso em: 8 jul. 2024.

LOPES XAVIER, Glauber. Matopiba: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva. **Confins**: Revista Franco-Brasileira de Geografia, São Paulo, n. 39, p. 1-15, 2019. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.17590. Disponível: https://journals.openedition.org/confins/17590. Acesso em: 27 maio 2020.

LOPES, Heloísa Santos Molina. Contribuições do PNAE e da logística dos pequenos no contexto alimentar da pandemia de covid-19. **Boletim de Políticas Públicas/OIPP**, São Paulo, n. 12, p. 6-16, 2021. Disponível em: https://sites.usp.br/boletimoipp/wp-content/uploads/sites/823/2021/05/Lopes_abril_2021-1.pdf. Acesso em: 9 jul. 2022.

LOPES, José Antonio Viana Lopes. **São Luís, capital moderna e cidade colonial**: Antonio Lopes da Cunha e a Preservação do Patrimônio Cultural Ludovicense. São Luís: Aquarela, 2013.

LOPES, José Antonio Viana Lopes. **São Luís, cidade radiante**: o plano de expansão da cidade de São Luís do Eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958). São Luís: Fapema, 2016.

LUSSAULT, Michel. **L'homme spatial**: la construction sociale de l'espace humain. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

MABOGUNJE, Akin. **Urbanization in Nigeria**. New York: Africana Publishing Corporation, 1971 [1968].

MACHADO, Taís de Sant'Anna. **Um pé na cozinha**: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MALTHUS, Thomas. **An essay on the principle of population**. London: J. Johnson, 1998 [1798]. Disponível em: http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

MANIFESTAÇÃO do Nupens/USP sobre a Nota Técnica nº 42/2020 do Ministério da Agricultura com descabidos ataques ao Guia Alimentar para a População Brasileira. **Nupens USP**, São Paulo, 17 set. 2020. Nota Oficial. Disponível em: https://www.fsp.usp.br/nupens/nota-oficial/. Acesso em: 10 jul. 2024.

MARANHÃO. Lei nº 775, de 4 de julho de 1866. Aprova o Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital. *In*: COLEÇÃO de leis, decretos e resoluções da província do Maranhão. São Luís: Tipografia do Frias, 1866. v. 1865-1866. p. 67-99.

MARANHÃO. Lei nº 10.152, de 29 de outubro de 2014. Dispõe sobre o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão, com vista a assegurar o direito humano à alimentação adequada, revoga as Leis 8.541, de 26.12.2006, e 8.631, de 22.06.2007, e dá outras providências. **Leis Estaduais: Maranhão**, [*S. l.*], 2014. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ma/lei-ordinaria-n-10152-2014-maranhao-dispoe-sobre-o-sistema-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-do-estado-do-maranhao-com-vista-a-assegurar-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-revoga-as-leis-8-541-de-26-12-2006-e-8-631-de-22-06-2007-e-da-outras-providencias?q=10.152. Acesso em: 22 jul. 2024.

MARANHÃO. **Restaurante Popular**: resultados e impactos. São Luís: Seplan/Imesc/Fapema, [202-?]. Disponível em: https://imesc.ma.gov.br/src/upload/avaliacaopreliminar/Restaurantes%20Populares.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

MARANHÃO. **Programa Restaurante Popular**. São Luís: Seplan/Imesc/Fapema, 2022. Disponível em: https://maisidh.ma.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/restaurante_popular.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/fZCnFGwPC3Yks9tXCg4MP8B/. Acesso em: 10 jul. 2024.

MARQUES, Francisca Ester de Sá Marques. **Mídia e experiência estética na cultura popular**: o caso do bumba-meu-boi. São Luís: Imprensa Universitária, 1999.

MARQUES, Marcia Tereza Campos. **Condições de habitabilidade no Centro Histórico de São Luís-MA**: estudo das atividades comerciais e de serviços necessárias e das atividades incompatíveis. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Valter. **Mercados urbanos, transformações na cidade**: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MARTINS, Valter. Das casinhas ao mercado: o abastecimento urbano e a Câmara Municipal de Campinas em meados do século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** […]. São Paulo: ANPUH, jul. 2011. p. 1-14.

MATEUZI, Milena Carmo. A fome não espera: a luta de mulheres nas periferias de São Paulo durante a Pandemia Covid-19. **Vibrant**, Brasília, v. 19, p. 1-22, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-43412022v19e908. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vb/a/cMnvp7GyQFG3B3FBqvsCYJb/abstract/?format=html&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

MATTOS, Adriana; RAVAGNANI, Allan. Mateus lucra mais e tem recorde de aberturas no ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 mar. 2021. Disponível em: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/03/26/mateus-lucra-mais-e-tem-recorde-de-aberturas-no-ano.ghtml. Acesso em: 17 jun. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MCGEE, Terence. **The urbanization process in the Third World**. London: Bell, 1971.

MCKITTRICK, Katherine. **Demonic grounds**: black women and the cartographies of struggle. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MEHROTRA, Rahul; VERA, Felipe. **Ephemeral urbanism**: citis in constant flux. Santiago: ARQ ediciones, 2016.

MEIRELES, Mário Martins. **Os negros no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 919-932, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Q6g8szmmw9mTMwBPvBFJhVK/?lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria de Avaliação e Gestão da Educação. **Estudo Técnico nº 01/2014 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: MDS: SAGI, 2014. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

MINTZ, Sidney. **Sweetness and power**. New York: Viking-Penguin, 1985.

MISHON, L. The activists working to remake the food system. **The New York Times**, New York, 19 fev. 2021. Disponível em: https://www.nytimes.com/2021/02/19/t-magazine/food-security-activists.html. Acesso em: 13 jun. 2021.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUBES, R. (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MONDINI, Lenise; MONTEIRO, Carlos A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira (1962-1988). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 28, n. 6, p. 433-439, 1994. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-89101994000600007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/LQ5rmwmq3t47XzXDdjhbjpF/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2024.

MONTELLO, Josué. **Os tambores de São Luís**. São Luís: Edições SECMA/CCJM, 2019 [1975].

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano**: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 37-54, 2013. DOI: https://doi.org/10.54446/bcg.v3i1.103. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2475. Acesso em: 10 jul. 2024.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Annablume, 2014.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Empobrecimento, heterogeneidade e insurgências: transformações em curso no circuito inferior da economia urbana nas cidades brasileiras. **Ikara. Revista de Geografías Iberoamericanas**, Albacete, n. 2, p. 1-14, 2022. DOI: https://doi.org/10.18239/Ikara.3154. Disponível em: https://revista.uclm.es/index.php/ikara/article/view/3154/2577. Acesso em: 10 jul. 2024.

MONTENEGRO, Marina; CONTEL, Fabio. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. **EURE**, Santiago, v. 43, n. 130, p. 115-139, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71612017000300115. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612017000300115&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 10 jul. 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Los circuitos espaciales de la produción y los circuitos de acumulación em el espacio. *In*: YANES, Luis; LIBERALLI, Ana M. (org.). **Aportes para el estúdio del Espacio Sócio-Económico**. Buenos Aires: El Coloquio, 1991. p. 152-177.

MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 6-19, 1986. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/39. Acesso em: 10 jul. 2024.

MOTA, Antonia da Silva. **Coroadinho**: história da ocupação de suas terras da década de 40, aos dias atuais. 1990. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Maranhão, 1990.

MOURA, Rosa. Configurações espaciais da metropolização brasileira. **@Metropolis**, Rio de Janeiro, n. 13, ano 4, p. 29-39, 2013. Disponível em: http://emetropolis.net/artigo/94. Acesso em: 10 jul. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do (org.). **O negro revoltado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982 [1968].

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEIBURG, Federico. Os sentidos sociais da economia. *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: ANPOCS: Barcarolla: Discurso Editorial, 2010.

NEIBURG, Federico. Buscando a vida na economia e na etnografia. **Revista MANA**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 1-32, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n2a900. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/nGphRd7np8kjWFfgRVqRc4P/. Acesso em: 10 jul. 2024.

OBRAS de urbanização do Anel Viário são entregues em São Luís. **Maranhão da Gente**, 18 nov. 2022. Disponível em: https://maranhaodagente.com.br/2022/11/obras-de-urbanizacao-do-anel-viario-sao-entregues-em-sao-luis-jornal-pequeno-maranhao-hoje-noticias-esportes-jogos-ao-vivo-e-mais/. Acesso em: 14 jul. 2024.

OLIVIERA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste – planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, M. J. F. **Raposa**: de vila de pescador a município. 1998. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 1998.

OMI, Michael; WINANT, Howard. **Racial formation in the United States**: From the 1960s to the 1980s. Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1983.

ORLOVE, Benjamin S. Meat and strength: the moral economy of a Chilean food Riot. **Cultural Anthropology**, Ann Arbor, v. 12, n. 2, p. 234-268, 1997.

PÃO nosso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 134, p. 1, 20 ago. 1974.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Jesus Mamanillo. **Engajamento militante e a luta pela moradia em São Luís entre as décadas de 1970 e 1980**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) – Universidade Federal Maranhão, 2011.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Luta por direitos**: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980. 2015 Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PEREIRA, Lana Lourdes. **Praia Grande**: uma história de resistência. 1997. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 1997.

PIO, Marco Aurélio de Jesus. **Desenvolvimento e contradições no bairro do Coroadinho em São Luís – MA**: análise materialista – histórica e socioespacial desde sua ocupação aos dias atuais. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLÍTICA de Privacidade. **Grupo Mateus**, [S. l.], 2022. Disponível em: https://www.grupomateus.com.br/politica-privacidade/. Acesso em: 19 jul. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PREFEITURA entrega a Praça João Lisboa, Largo do Carmo e Rua de Nazaré revitalizados. **O Estado**, São Luís, 12 nov. 2020. Disponível em: https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/11/12/prefeitura-entrega-a-praca-joao-lisboa-largo-do-carmo-e-rua-de-nazare-reformados-e-revitalizados. Acesso em 21 jul. 2024.

PULICI, Carolina. Le solennel et le parcimonieux dans l'alimentation. Les pratiques gastronomiques comme source de distinction des élites brésiliennes, **IdeAs**, Aubervilliers, v. 3, p. 1-18, 2012. DOI: https://doi.org/10.4000/ideas.441. Disponível em: https://journals.openedition.org/ideas/441. Acesso em: 10 jul. 2024.

PULIDO, Laura. Geographies of race and ethnicity III: settler colonialism and nonnative people of color. **Progress in Human Geography**, Thousand Oaks, v. 42, p. 309-318, 2018. DOI: https://doi.org/10.1177/0309132516686011. Disponível em: https://unequalcities.org/wp-content/uploads/sites/17/2019/01/Pulido-Laura-PHGsettler.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANGASAMI, Amrita. Women's roles and strategies during food crisis and famines. **ORSTOM-CIE**, Paris, p. 108-118, 1985. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_4/colloques/17940.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

RATTS, Alecsandro J. P. (Alex). **Fronteiras invisíveis**: territórios negros e indígenas no Ceará. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RATTS, Alecssandro J. P. (Alex). A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 104, p. 1-22, 2020. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2134. Acesso em: 10 jul. 2024.

REDE PENSSAN. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em http://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 10 jul. 2024.

REDE PENSSAN. VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2022. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/. Acesso em: 10 jul. 2024.

REGIÃO do Coroadinho é a 8ª maior favela do Brasil, aponta IBGE. **G1-MA**, São Luís, 24 mar. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/03/24/regiao-do-coroadinho-e-a-8a-maior-favela-do-brasil-aponta-ibge.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias. Acesso em: 24 jul. 2024.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanidade e vida metropolitana**. Rio de Janeiro: Jobran, 1996.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O desenvolvimento local e a arte de "resolver" a vida**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *In*: SILVA, C. A. (org.). **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005a. p. 1-13.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005b. DOI: https://doi.org/10.9771/ccrh.v18i45.18535. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18535. Acesso em: 10 jul. 2024.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a. v. 2.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b. v. 4.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013c. v. 5.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Contribuições da geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 381-397, 2014. DOI: https://doi.org/10.5216/bgg.v34i2.31738. Disponível em: https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/31738. Acesso em: 9 jul. 2024.

RIBEIRO FILHO, Wilson França (ed.). **Boletim de conjuntura do município de São Luís**. São Luís: DIIE: Seplan, 2020. v. 1. Disponível em: http://diie.com.br/wp-content/uploads/2020/06/BOL1_CONJUNTURA.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612-1991. São Luís: Edições FUNC, 1999.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação**: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e urbanização**: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista De Geografia**, São Paulo, v. 1, p. 105, p. 15-39, 2021. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1992. Acesso em: 28 jul. 2020.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; CRUZ, Antonio José A.; ANTIPON, Livia Cangiano. Fome e modernização no Maranhão: os projetos de desenvolvimento em Itaqui-Bacanga e o comprometimento das práticas alimentares na comunidade de Camboa dos Frades (São Luís) (1970-2021). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 1218-1235, 2021. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_4/agb_xxv_4_web/agb_xxv_4-04.pdf. Acesso em: 9 maio 2022.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; BANDONI, Daniel Henrique; CARLI, Luiza Lima Silva de. **Atlas das situações alimentares no Brasil**: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RICHARDS, Audrey. **Hunger and work in a savage tribe**. Glencoe: Free Press, 1935.

RIZZATTI, Helena. **Urbanização corporativa vista pelo avesso**: periferização, interseccionalidade e lugar: uma análise a partir das ocupações de terras urbanas. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

ROBINSON, Cedric James. **Black Marxism**: the making of the black radical tradition, Zed Press: London, 1983.

ROBINSON, Cedric James. **Marxismo negro**: a criação da tradição radical negra. São Paulo: Perspectiva, 2023.

RODRIGUES, Jaime. **Alimentação, vida material e privacidade**: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960. São Paulo: Alameda, 2011.

RODRIGUES, Vanderson Viana; TERRA, Ademir. Conflitos socioespaciais entre os agricultores tradicionais e sojicultores no município de Balsas Maranhão. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 4, n. 4, p. 1196-1216, 2018. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv4n4-174. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/174. Acesso em: 10 jul. 2024.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido Malta. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. *In*: EMURB. **Caminhos para o Centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: [*s. n.*], 2004.

SALLES-COSTA, Rosana; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; ALEXANDRE-WEISS, Veruska Prado; PASQUIM, Elaine Martins; PAULA, Nilson Maciel de; LIGNANI, Juliana de Bem; GROSSI, Mauro Eduardo Del; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; MALUF, Renato. Rise and fall of household food security in Brazil, 2004 to 2022. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 1-4, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311XEN191122. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/M363tVcHWs4KBB6LF89Xf3N/?lang=en. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 281-294, 2016. DOI: https://doi.org/10.9771/ccrh.v29i77.20003. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/20003. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANTOS, Ana Beatriz Almeida; ARAÚJO, André Dias; ALMEIDA, Ingra Gabriela de Oliveira; VILASBOAS, Gabriela dos Santos; CARVALHO, Vivian Carla Honorato dos Santos de. Repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 30, p. e023027, 2023. DOI: https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8672249. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8672249. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Cesar Ricardo Simoni. **A nova centralidade da metrópole**: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Crisna Luduina Dias Mendes Santos; REIS, Raiane de Sá Jesus; PANET, Rose-France; ANDRÉS, Luís Phelipe. Uma nova vida para o velho Mercado Central e seu entorno. **Revista do CEDS**, São Luís, n. 1, p. 1-20, 2014.

SANTOS, Mariza Fernandes. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em geografia no Brasil (1987-2018). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, Curitiba, v. 12, p. 54-77, 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/854. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **O Centro da cidade de Salvador**: estudo de geografia urbana. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SANTOS, Milton. Modernizations et espaces dérivés. **Revue Tiers Monde**, Paris, tome 13, n. 50, 1972. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/tiers_0040-7356_1972_num_13_50. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **L'espace partagé**: les deux circuits de l'economie urbaine des pays sous-développés. Paris: M. – Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação socioespacial como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 1978a.

SANTOS, Milton. Rêve et cauchemar: problèmes spatiaux de la transition au socialisme. Le cas de la Tanzanie. **Tiers-Monde**, Paris, v. 19, n. 75, p. 563-572, 1978b. DOI: https://doi.org/10.3406/tiers.1978.2818. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/tiers_0040-7356_1978_num_19_75_2818. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1979a.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979b.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 1987.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Edusp, 1994b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Publifolha, 2000b. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2012 [1981].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões urbanas e racismo**. Rio de Janeiro: DP et Alli & Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. *In*: BARONE, Ana; RIOS, Flavia. (org.) **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios-Fapesp, 2019.

SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 11-28, 2022. DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2840. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2840. Acesso em: 10 jul. 2024.

SÃO LUÍS (MA). Prefeitura. Lei nº 7.122, de 12 de abril de 2023. Altera a Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006 sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. São Luís: Prefeitura de São Luís/Instituto Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural, 2023. **Diário Oficial de São Luís**, São Luís, ano 43, n. 337, p. 2, 12 abr. 2023. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/4023_plano_diretor_de_sao_luis_-_lei_n_7.122_-_2023.pdf . Acesso em: 16 jul. 2024.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**. Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

SEBRAE. Perfil do MEI: conheça as características do Microempreendedor Individual. **DataSebrae**, 2022. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Impress%C3%A3o-Perfil-do-MEI-2022-atualizado-1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

SECID. **Com estudos e mapeamento, governo direciona programas para Região Metropolitana da Grande São Luís**. São Luís, 2019. Disponível em: https://secid.ma.gov.br/2019/05/27/com-estudos-e-mapeamento-governo-direciona-programas-para-regiao-metropolitana-da-grande-sao-luis/. Acesso: 28 jun. 2020.

SEGURANÇA alimentar. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2004_v25_br.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

SEGURANÇA alimentar. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283162. Acesso em: 10 jul. 2024.

SEGURANÇA alimentar. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2004_v25_br.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

SEGURANÇA alimentar. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

SEN, Amartya. Food and freedom. **World Development**, Amsterdam, v. 17, n. 6, p. 769-781, 1989. DOI: https://doi.org/10.1016/0305-750X(89)90001-6. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0305750X89900016. Acesso em: 10 jul. 2024.

SEN, Amartya. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford University Press, 1983.

SEPLAN. **Imesc divulga valor da cesta básica em São Luís no mês de abril**. São Luís, 2013. Disponível em: https://seplan.ma.gov.br/imesc-divulga-valor-da-cesta-basica-em-sao-luis-no-mes-de-abril/. Acesso: 28 jun. 2020.

SHAMES, Stephen. **Black Panther Party.** Photographs and Still Images. 1972. Disponível em: https://nmaahc.si.edu/object/nmaahc_2014.123.8?destination=/explore/collection/search%3Fedan_fq%255Btopic%253A%2522Photography%2522%255D%3Dtopic%253A%2522Photography%2522%26edan_q%3DThe%2520Free%2520Breakfast%2520for%2520School%2520Children%2520Program. Acesso em: 12 jul. 2024.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego. Diagnósticos e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, Catia Antônia. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. *In*: SILVA, Cátia Antônia da; CAMPOS, Andrelino; MODESTO, Nilo Sérgio D'Avila (org.). **Por uma geografia das existências**: movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor**: reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: EdUFMA, 1995.

SILVA, Fernando Antônio. **A pobreza na região canavieira de alagoas no século XXI**: do Programa Bolsa Família à dinâmica dos circuitos da economia urbana. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré**: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2016.

SILVA, Matheus Martins da. **Diagnóstico de comercialização de pescado nos mercados e feiras livres de São Luís-MA**. 2021. Monografia (Graduação em Engenharia de Pesca) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

SILVEIRA, Maria Laura. São Paulo: os dinamismos da pobreza. *In*: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Geografias de São Paulo**: representação e crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004a.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, v. 21, n. 57, p. 3-22, 2004b. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000300002. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVEIRA, Maria Laura. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economia urbana. **Revista Eure**, Santiago, v. 33, n. 100, p. 149-164, 2007. DOI: http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612007000300009. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612007000300009. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVEIRA, Maria Laura. Metrópoles do terceiro mundo: da história ao método, do método à história. *In*: SILVA, Catia Antonia; CAMPOS, Andrelino (org.). **Metrópoles em mutação**: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. *In*: VIANA, Ana L. A.; IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Paulo E. M. (org.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Hucitec, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 17, n. 1, p. 64-71, 2013. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/28897/CONICET_Digital_Nro.a8fcf120-a936-4cfc-bbd5-382a424d885c_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Uma releitura do "lugar do negro" e dos "lugares da gente negra" nas cidades. *In*: BARONE, Ana; RIOS, Flavia. (org.) **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios-Fapesp, 2019.

SINGH, Bhrigupati. Hunger and thirst: crises at varying thresholds of life. *In*: DAS, Veena; HAN, Clara (ed.). **An Anthropology of living and dying in the contemporary world**. California: University of California Press, 2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORDI, Denise de. Cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST): solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-21, 2023. DOI: 10.5007/1984-9222.2023.e92392. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/92392. Acesso em: 8 jul. 2024.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da UnB, 2000.

SOUZA, José Arilson Xavier de; ALVES, Cristiano Nunes. Por uma análise geográfica do Reggae em São Luís do Maranhão (Brasil): apontamentos preliminares. **Posición**, Buenos Aires, n. 4, p. 1-19, 2020. Disponível em: https://posicion-inigeo.unlu.edu.ar/posicion/article/view/112. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPÓSITO, Eliseu Savério. O espaço dividido: elementos para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 2, p. 152-154, 1983.

SPÓSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da economia urbana: seu esquecimento ou sua superação? **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 21, 1999, p. 43-51.

SPÓSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da Economia Urbana. *In*: SPÓSITO, Eliseu S.; CLAUDINO, Guilherme S. (org.). **Teorias na geografia III: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

SPOSITO Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v.10, n.1, p.1-18, 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centros e centralidades no Brasil. *In*: FERNANDES, José Alberto R.; SPOSITO, M. Encarnação B. (org.). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto: CEGOT, 2013. p. 45-59.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

STEINBECK, John. **As vinhas da ira**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

SUMMER of soul – Original Motion Picture Soundtrack. [*S. l.: s. n.*], 2021. 1 vídeo (118 min). Publicado pelo canal Cinema City. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vv1mxxZzbOs. Acesso em: 23 jul. 2024.

TAVARES, Luís F. F. **A ilha e o tempo**: séculos e vidas de São Luís do Maranhão (1612-2012). São Luís: Instituto Geia, 2012.

TELLES, Vera. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inclusas de uma pesquisa). *In*: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TILLY, Charles. Food Supply and Public Order in Modern Europe. *In*: TILLY, Charles (ed.). **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1975. p. 380-455.

TOOZE, Adam. **Statistics and the German State, 1900-1945**: the Making of Modern Economic Knowledge. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TORRES, Raquel. Ataque ao Guia Alimentar: Agricultura pressiona por mudanças. **Outra Saúde**, São Paulo, 17 set. 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasaude/ataque-ao-guia-alimentar-agricultura-pressiona-por-mudancas/. Acesso em: 16 jun. 2021.

TROVÃO, José Ribamar. **Transformações sociais e econômicas no espaço rural da Ilha do Maranhão**. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1994.

TUAN, Yi-fu Tuan. **Topofolia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; MACHADO, Mick Lennon; MEDEIROS, Maria Angélica Tavares de; NEVES, José Anael; RECINE, Elisabetta; PASQUIM, Elaine Martins. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 32, p. 1-13, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/nutricao/article/view/7532. Acesso em: 10 jul. 2024.

VERNON, James. **Hunger**. A Modern History. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015.

VIVEIROS, de Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão** (1896 – 1934). São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964. 3 v.

WALL, Marluce. **As razões, as paixões, as contradições, de morar no lugar antigo**: uma investigação sobre o habitar contemporâneo no patrimônio cultural urbano. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

WELLE, Arthur; FURNO, Juliane; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro** – Nota 18, outubro de 2022. Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON), Instituto de Economia/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2022. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/n18/nota-do-cecon-18.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

WOORTMANN, Klaas. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda**: Relatório Final. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1978. (Série Antropologia, n. 20)

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. **Os elos entre os circuitos da economia urbana brasileira no atual período**: os atacadistas distribuidores e seu papel intermediador. 2009. Tese (Doutorado em Ciências, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. Modernização, expansão do consumo e pobreza urbana. *In*: SILVA, C. A.; CAMPOS, A. (org.). **Metrópoles e invisibilidades**: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. Empreendedorismo periférico: uma face das atuais modernizações e da crise societária nas metrópoles. *In*: OLIVEIRA, Anita Loureiro de; SILVA, Catia Antonia da. **Metrópole e crise societária**: resistir para existir. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2019.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANEXO 1 – Quadro Trabalho de Campo (2018 – 2024)

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO Lista de trajetos, contatos iniciais com os interlocutores, entrevistas – inclusive as tentativas frustradas e as realizadas virtualmente (em razão do Covid-19) –, coletas de dados e materiais. 5 de setembro de 2018 a 9 de abril de 2024				
Período de escrita do projeto de pesquisa				
Data	**Período do dia**	**Natureza da ação**	**Descrição da atividade, agente e/ou lugar envolvido**	**Meio de Locomoção**
06.09.18 Quinta	Manhã	Trajeto	Identificação do recorte espacial da pesquisa: Periferia Sudeste – Bairros Tirirical e Cidade Operária	Ônibus Caminhada
07.09.18 Sexta	Manhã Noite	Trajeto	Identificação do recorte espacial da pesquisa: Centro Histórico – Bairros Praia Grande, Portinho e Desterro	Ônibus Caminhada
08.09.18 Sábado	Tarde Noite	Trajeto	Identificação do recorte espacial da pesquisa: Periferia Sudoeste – Bairros Anjo da Guarda, Vila Nova, Vila Mauro Fecury, Vila Bacanga	Ônibus Caminhada
09.09.2018 Domingo	Manhã Tarde	Trajeto	Identificação do recorte espacial da pesquisa: Centro Novo – bairros Ponta d'Areia, Jardim Renascença e Avenida Litorânea	Ônibus Caminhada
10.09.2018 Segunda	Manhã Tarde Noite	Trajeto	Identificação do recorte espacial da pesquisa: Centro Histórico – Praça Deodoro, Mercado das Tulhas, Mercado Central e Rua Grande	Ônibus Caminhada
Período de desenvolvimento da pesquisa				
Trabalhos de Campo – Levantamentos e Contatos Iniciais (2019)				
Data	**Período do dia**	**Natureza da ação**	**Descrição da atividade, agente e/ou lugar envolvido**	**Meio de locomoção**
24.02.2019 Domingo	Tarde	Trajeto Contato Inicial	<u>Praça Gonçalves Dias</u> Bruno, morador da ocupação Resistência 151 – Rua da Paz	Ônibus Caminhada
25.02.2019 Segunda	Tarde	Entrevista	<u>Ocupação Resistência 151 – Rua da Paz</u> Moradores da ocupação: mediação com as lideranças de moradia e ambulantes de alimentação no Centro Histórico	Ônibus Caminhada

26.02.2019 Terça	Manhã	Visita Técnica Contato Inicial	<u>Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) (Bairro Renascença)</u> (i)Reunião com Iata Anderson Gonçalves, geógrafo, sobre o projeto de revitalização "Habitar o Centro"; (ii) Contato inicial com Talita Nascimento, chefe do Departamento de Estudos Populacionais e Sociais.	Carro
27.02.2019 Quarta	Tarde	Observação Contato Inicial Entrevista	<u>"Banquetaço" – Manifestação Pró CONSEA NACIONAL (Bairro Liberdade)</u> (i) Observação das falas nos comícios; (ii)Contato Inicial com: Presidência do CONSEA-MA, ex-Secretaria do CONSEA-MA, Conselheiro do CONSEA-MA; atual Secretaria do CONSEA-MA; (iii)Primeira entrevista com a Presidência do CONSEA-MA.	Ônibus Caminhada
28.02.2019 Quinta	Tarde Noite	Trajeto	<u>Observação da dinâmica:</u> (i) Centro Novo: bairros Ponta d'Areia, Jardim Renascença e Litorânea; (ii)Centro Histórico: bairros Praia Grande, Portinho, Desterro, Rua Grande, Mercado Central, Praça Deodoro.	Ônibus Caminhada
19.03.2019 Terça	Manhã 'Tarde	Trajeto	<u>Observação da dinâmica:</u> (i)Periferia Sudeste: feira da cidade operária, bairro Tiririca; (ii) Periferia Sudoeste: mercado ambulante do Bairro Anjo da Guarda	Ônibus Caminhada
20.03.2019 Quarta	Manhã	Visita Técnica Coleta de Dados	<u>Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID)</u> Reunião com José Antonio Viana Lopes, Secretário Adjunto de Assuntos Metropolitanos, sobre o projeto de revitalização "Habitar o Centro"	Carro
21.03.2019 Quinta	Manhã Tarde	Coleta de Dados	<u>Participação do levantamento de Elaboração da Tipologia Predial do Centro Histórico</u> Levantamento realizado pelos pesquisadores da Universidade Estadual do Maranhão (departamento de Geografia) e pesquisadores da SECID	Ônibus Caminhada
22.03.2019 Sexta	Madrugada	Observação Entrevista	<u>Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Bairro Araçagi</u> Observação e entrevista com as vendedoras ambulantes de comida das portas da UPA ("ambulantes da saúde")	Carro
23. 03. 2019 Sábado	Manhã	Observação Entrevista	<u>Avenida Litorânea</u> Mulheres entregam marmitas de graça para os moradores de rua em comemoração aos próprios aniversários (Igreja Evangélica)	Caminhada
Trabalhos de Campo – Plano de Trabalho PROCAD/AMAZÔNIA				
12.06.2019 Quarta			<u>Convento das Mercês – Centro Histórico</u>	Ônibus

	Tarde	Observação Entrevista	Reunião União de Moradores do Centro Histórico de São Luís sobre o Projeto “Habitar o Centro” Lideranças do movimento de moradia e do comércio ambulante de alimentação do Centro Histórico	Caminhada
13.06.2019 Quinta	Tarde	Entrevista	Bar Meu Bem – Centro Histórico (Desterro) D., moradora de Ocupação do Centro Histórico Dona de Jesus, liderança do comércio ambulante de alimentação do Centro Histórico e Coordenador-geral das Profissionais do Sexo do Maranhão, ex-prostituta e militante dos Direitos da Mulher em São Luís	Ônibus Caminhada
14.06.2019 Sexta	Manhã	Contato Inicial	Centro Histórico (Praia Grande) Contato com os interlocutores: Vendedores ambulantes da Feira da Praia Grande Vendedores ambulantes da Praça Deodoro	Ônibus Caminhada
15.06.2019 Sábado	Manhã	Contato Inicial	Centro Histórico (Praia Grande) Contato com os interlocutores: Guardadores de carrinhos ambulantes	Ônibus Caminhada
15.06.2019 Sábado	Noite Madrugada	Observação	Festa do Boi – Maracanã Dinâmica da venda de alimentos: Circuito Inferior e Superior e Circuito Cultural	Carro
16.06.2019 Domingo	Manhã Tarde	Observação	Dinâmica: Empório Fribal Avenida dos Holandeses Avenida Daniel de La Touche Avenida Rei de França	Carro
17.06.2019 Segunda	Manhã Tarde	Trajeto Observação Debate	Trabalho de Campo integrado à disciplina “Teoria e Método” (PPGeo – UEMA – atividade PROCAD) Comunidade Quilombola do Cajueiro Bacia dos Cachorros (aproximação com os movimentos de resistência nas áreas de produção de alimentos por essas comunidades)	Ônibus UEMA
18.06.2019 Terça	Manhã	Observação	Dinâmica: CEASA	Carro
21.06.2019 Sexta	Manhã Tarde	Observação	Dinâmica: Supermercado Mateus João Paulo Cohama	Carro
22.06.2019 Sábado	Noite Madrugada	Observação	Festa do Boi – Maioba Dinâmica da venda de alimentos: Circuito Inferior e Superior e Circuito Cultural	Carro
01.07.2019 Segunda	Tarde	Entrevista	Alunos de Ciências Sociais e História – Universidade Federal do Maranhão	Ônibus Caminhada

			Temática: Centro Histórico e Políticas de Revitalização	
03.07.2019 Quarta	Noite	Entrevista	Fábrica das Artes (Ocupação Cultural – Centro Histórico) Luís Felipe, liderança da União de Moradores e Associação dos Ambulantes do Centro Histórico	Ônibus Caminhada
04.07.2019 Quinta	Manhã	Entrevista	Convento das Mercês – Centro Histórico Denis Lima – estudante de graduação em Sociologia (UFMA) e morador de ocupação urbana no Centro Histórico L., líder da ocupação Canto da Estrela – 595	Ônibus Caminhada
15.07.2019 Segunda	Noite	Entrevista	Fábrica das Artes (Ocupação Cultural – Centro Histórico) B., morador do Centro Histórico, família ambulante de alimentação do Centro Histórico: entendimento da dinâmica do Centro Histórico	Ônibus Caminhada
20.08.2019	Manhã	Visita Técnica	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) Apresentação das pesquisas e relatórios realizados pelo IMESC. Participação: pesquisadores UNICAMP, UEMA,UFPA equipe de coordenadores IMESC e diretor da FAPEMA (Colóquio Procad)	Ônibus UEMA
21.08.2019	Manhã	Visita Técnica	Secretaria de Estado das cidades e desenvolvimento urbano (SECID) Secretário Rubens Pereira Junior Apresentação do "Programa Nosso Centro" e "Adote um casarão" ao grupo de pesquisadores UNICAMP, UEMA, UFPA (Colóquio Procad)	Ônibus UEMA
21.08.2019	Tarde	Visita Técnica	Porto de Itaqui Observação da dinâmica e fala institucional sobre a organização do Porto para os pesquisadores Unicamp, UEMA, UFPA (Colóquio Procad)	Ônibus UEMA
22.08.2019	Manhã Tarde	Trajeto	Centro Histórico (Praia Grande, Portinho e Desterro) Trabalho de campo com os pesquisadores e professores da Unicamp, UEMA, UFPA e com as lideranças do Centro Histórico (Colóquio Procad)	Ônibus UEMA Caminhada
23.08.2019 Sexta	Tarde	Contato Inicial	Centro Histórico (Praia Grande) – Aproximação com os interlocutores: R., estacionamento de carrinhos ambulantes na Praia Grande N., morador de ocupação urbana e vendedor ambulante de comida	Ônibus Caminhada
26.08.2019 Segunda	Tarde	Entrevista Contato Inicial	Centro Histórico – Praia Grande Entrevista com N. Aproximação com interlocutora: L. – cozinheira, vendedora de marmitas e moradora de uma ocupação urbana	Ônibus Caminhada
27.08.2019 Terça			Centro Histório (Praia Grande) – Ocupação na Rua do Egito (casa da interlocutora)	

	Tarde	Entrevista	Entrevistas: L., cozinheira, vendedora de marmitas e moradora de ocupação urbana J. cozinheira de doces e salgados, vendedora ambulante, distribuidora para as cozinheiras do Centro Histórico	Ônibus Caminhada
28.08.2019	Noite	Observação	Observação (22h00): Dois vendedores ambulantes, com os seus respectivos carrinhos, atravessavam à pé a ponte do São Francisco em direção à Ponta da Areia, cada um em uma faixa, sem iluminação. Não estacionam o carrinho no Centro Histórico. Voltando para casa? Mobilização para trabalhar em outro ponto? Não podem estacionar os carrinhos no Centro Histórico?	Carro
29.08.2019	Manhã	Contato Inicial	<u>Centro Histórico (Praia Grande e Desterro)</u> Contato com os interlocutores: K. (Bar/Restaurante) – Presidente dos Bares e Restaurantes do Centro Histórico de São Luís H., proprietário do bar Altas Horas	Ônibus Caminhada
30.08.2019	Manhã	Visita Técnica	<u>Palácio Henrique de La Roque</u> Audiência Pública do "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Grande São Luís" Participação: Agência Executiva Metropolitana (AGEM) Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc) Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid).	Carro
Trabalhos de Campo – Cronograma FAPESP (2020)				
18.03.2020	Manhã Tarde	Trajeto	<u>Avenida Litorânea/Avenida dos Holandeses</u> Contagem e registro fotográfico dos estabelecimentos alimentícios nas duas avenidas Definição dos "Eixos de Análise": • Litorânea I • Litorânea II • Holandeses I • Holandeses II • São Francisco I • São Francisco II	Carro Caminhada
19.03.2020 Quinta	Manhã Tarde	Entrevista Observação	<u>Avenida Litorânea</u> <u>Centro Histórico (Aterro do Bacanga)</u> Entrevistas: O., vendedora ambulante de bebidas e salgados I. vendedora de coco M. vendedora de coco Observação: Feira Livre da Praia Grande	Carro Caminhada
20.03.2020	Noite	Entrevista	<u>Lagoa da Jansen (Ponta d'Areia)</u> Proprietária do restaurante	Carro

21.03.2020	Tarde	Observação	Anjo da Guarda Mercado ambulante de alimentos/ Circuito Inferior no início da isolamento físico	Carro
24.03.2020	Manhã	Observação	Centro Histórico (Praia Grande) Distribuição de Cestas Básicas Emergenciais – COVID-19	Carro
Interrupção dos Trabalhos de Campos (Isolamento Físico/Retorno para São Paulo) Início dos Contatos e Entrevistas *Online* (2020)				
01.05.2020	Manhã	Entrevista (WhatsApp/ videochamada)	Concita da Pindoba Presidenta do Consea-MA Papel do Consea durante a crise do COVID-19	—
29.05.2020	Tarde	Contato Inicial (WhatsApp)	Trabalhadores do "Supermercado do Futuro – Mateus Drive" Trabalhadoras do Sistema de compras pela internet da rede de supermercados Mateus (compras pelo aplicativo "Supermercado do Futuro" e retirada modelo *Drive Thru*).	—
Trabalhos de Campo – Dezembro/2021 Visita e Coleta de Dados em Acervos				
11.12.2021	Tarde	Deslocamento SP/SLZ	Chegada na cidade de São Luís	Avião
12.12.2021	Manhã Tarde	Observação + Primeiro Contato	Madre Deus/Liberdade Caminhada nos bairros e estabelecimento de contato com: • Lideranças comunitárias; • Proprietários de pequeno comércio alimentar	Carro Caminhada
13.12.2021	Manhã Tarde	Levantamento de obras + coletas de dados	Biblioteca Uema	Carro
14.12.2021	Manhã Tarde	Levantamento de obras + coletas de dados	Biblioteca Uema	Carro
15.12.2021	Manhã Tarde	Levantamento de obras + coletas de dados	Editora da Uema	Carro
16.12.2021	Manhã Tarde	Levantamento de obras + coletas de dados	Biblioteca UFMA	Carro
17.12.2021	Manhã Tarde	Levantamento de obras + coletas de dados	Biblioteca UFMA	Carro
18.12.2021	Tarde	Entrevista	Liberdade Entrevista com: • Liderança comunitária; • Proprietário de uma "vendinha" de gêneros alimentícios;	Carro Caminhada
19.12.2021	Manhã Tarde	Observação + Primeiro Contato	Cidade Operária Caminhada no bairro e estabelecimento de contato com: • Liderança comunitária; • Proprietário de pequeno comércio alimentar;	Carro Caminhada

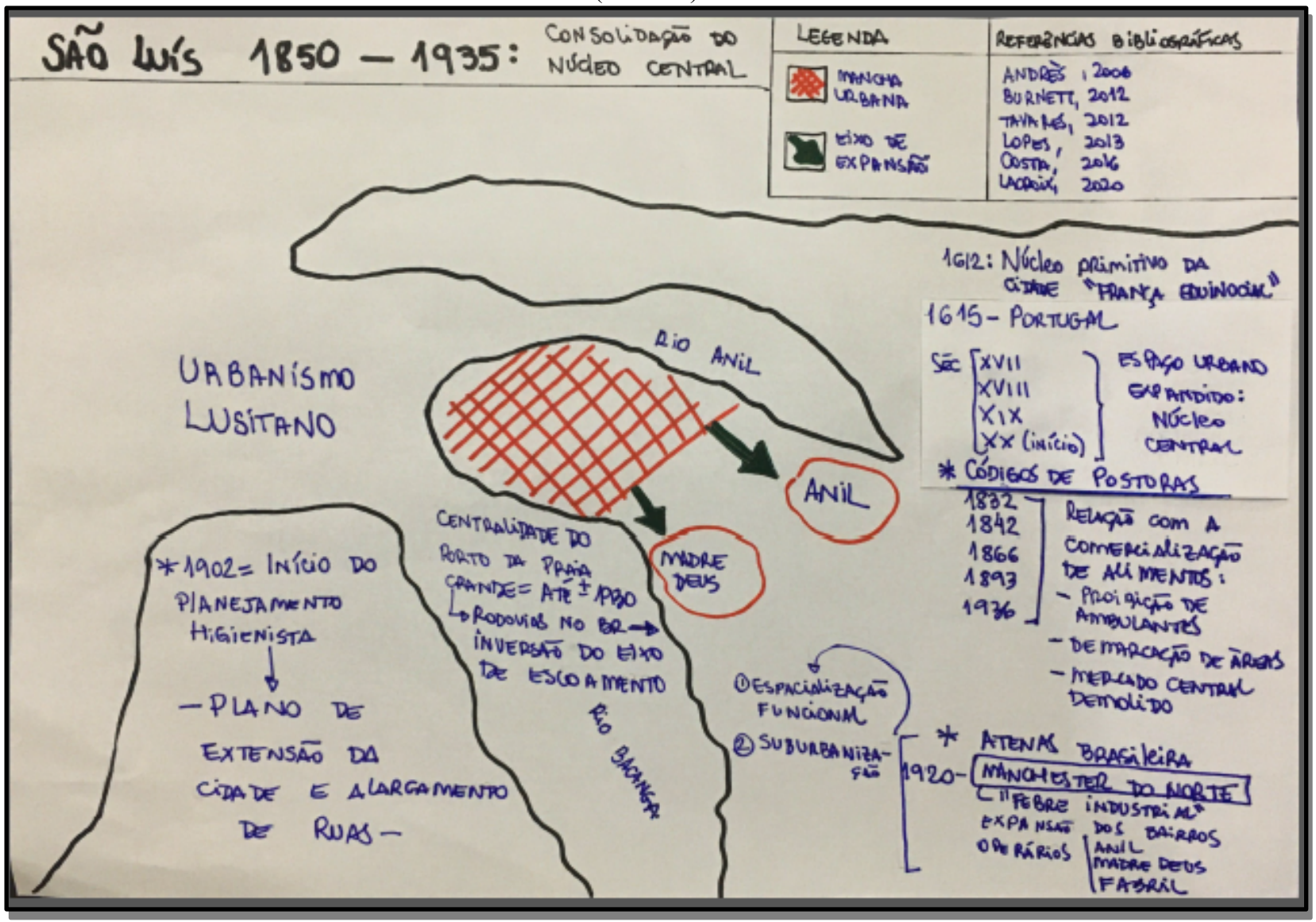
20.12.2021	Manhã Tarde	Levantamento de obras + coletas de dados	<u>Biblioteca Benedito Leite</u>	Carro
21.12.2021	Manhã Tarde	Levantamento de obras + coletas de dados	<u>Biblioteca Benedito Leite</u>	Carro
22.12.2021	Manhã	Entrevista	<u>Cidade Operária</u> Entrevista com: • Liderança comunitária;	Carro Caminhada
23.12.2021	Tarde	Entrevista	Entrevista com: • Proprietário de uma "vendinha" de gêneros alimentícios;	Carro Caminhada
Trabalhos de Campo – 2022 (Pré estágio City University of New York)				
14.01.2022			<u>ESTABELECIMENTO DE CONTATO</u>	
15.01.2022			<u>ESTABELECIMENTO DE CONTATO</u>	
16.01.2022			<u>ESTABELECIMENTO DE CONTATO</u>	
17.01.2022			<u>ESTABELECIMENTO DE CONTATO</u>	
18.01.2022			<u>ESTABELECIMENTO DE CONTATO</u>	
19.01.2022			<u>ESTABELECIMENTO DE CONTATO</u>	
20.01.2022	Tarde	Visita Técnica Entrevista	<u>ENTREVISTA:</u> Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Sedes) Val e Lurvidia	Carro
21.01.2022	Tarde/ Noite	Entrevista	Núcleo de Educação Comunitária do Coroadinho (Neduc) Christiane Mendes	Carro
24.01.2022	Tarde	Primeiro contato + entrevista	<u>Ilhinha/São Francisco</u> Primeiro contato e entrevista com pescadores	Carro Caminhada
25.01.2022	Manhã Tarde	Visita Técnica Entrevista + Primeiro Contato	<u>ENTRVISTAS:</u> • Secretaria de Estado de Governo do Maranhão (Segov) Tamires • Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca (Sagrima) Ceisiane • Sindicato dos Pescadores de São Luís (Centro Histórico) PRIMEIRO CONTATO: O. – Box de venda de alimentos próximo ao Mercado do Peixe	Carro
26.01.2022	Manhã/ Tarde	Entrevista + Visita Técnica	<u>ENTREVISTA:</u> • Box de venda de alimentos próximo ao Mercado do Peixe – O. <u>VISITA TÉCNICA + ENTREVISTA:</u> • Secretaria do Trabalho e da Economia Solidária (Setres)	Carro

27.01.2022	Manhã Tarde	Entrevista	<u>Entrevista</u> • Coletivo Mulheres Pretas (Coroadinho) – Meire Flor (Ju) • Secretaria de Agricultura Familiar (SAF)	Carro
30.01.2022	Tarde	Entrevista	• Cruz Vermelha – Raimunda • ONG Mulheres em Ação – Rosa Carvalho	Carro
31.01.2022	Manhã Tarde	Entrevista + Caminhada e Entrevista	<u>Entrevista:</u> • Ju do Coroadinho (+ Cufa) <u>Caminhada + Entrevista</u> Madre Deus: • Antônio, Zeliane, Nelson Marley • P. (vendinha de doces e salgados) • Vendedores ambulantes de pescados: de porta em porta (central para o bairro e para os pescadores);	Carro Caminhada
01.02.2022	Manhã Tarde	Caminhada + Entrevista	<u>Raposa (Projeto Direito ao Mar)</u> Prof. Cristiano Nunes Alves, Antonio José Araújo Cruz, Milena Boaes	Carro + Caminhada
02.02.2022	Manhã	Entrevista Visita Técnica	<u>Secretaria de Agricultura Familiar (SAF)</u> • Ana Cleide (Coordenadora do PAA) • Viviane – Superintendente	Carro
03.02.2022				
04.02.2022	Tarde	Entrevista + Visita Técnica	<u>Banco de Alimentos</u> – <u>Ceasa</u>	Carro
07.02.2022	Tarde Noite	Entrevista	<u>Encontro com as Trancistas de São Luís</u> Algumas mulheres em organização na luta contra a fome	Carro
Trabalhos de Campo 2023-2024				
02.11.2023	Manhã Tarde	Vendedores Ambulantes – Avenida Litorânea	Observação e Entrevistas	Ônibus Caminhada
03.11.2023	Manhã Tarde	Bares e Restaurantes – Cidade Operária	Observação e Entrevistas	Ônibus Caminhada
04.11.2023	Tarde	Barracas do Mercado Central – Centro Histórico	Entrevista com as proprietárias dos restaurantes	Ônibus Caminhada
05.11.2023	Tarde	Barracas do Mercado Central – Centro Histórico	Entrevista com as proprietárias dos restaurantes	Ônibus Caminhada
06.11.2023	Manhã	Restaurante Popular – Bequimão	Entrevista com nutricionista Thaisa (Sedes) e almoço coletivo com consumidores do local	Carro
07.11.2023	Tarde	Cozinha Comunitária – Bequimão	Entrevista com nutricionistas e almoço coletivo com consumidores do local	Carro

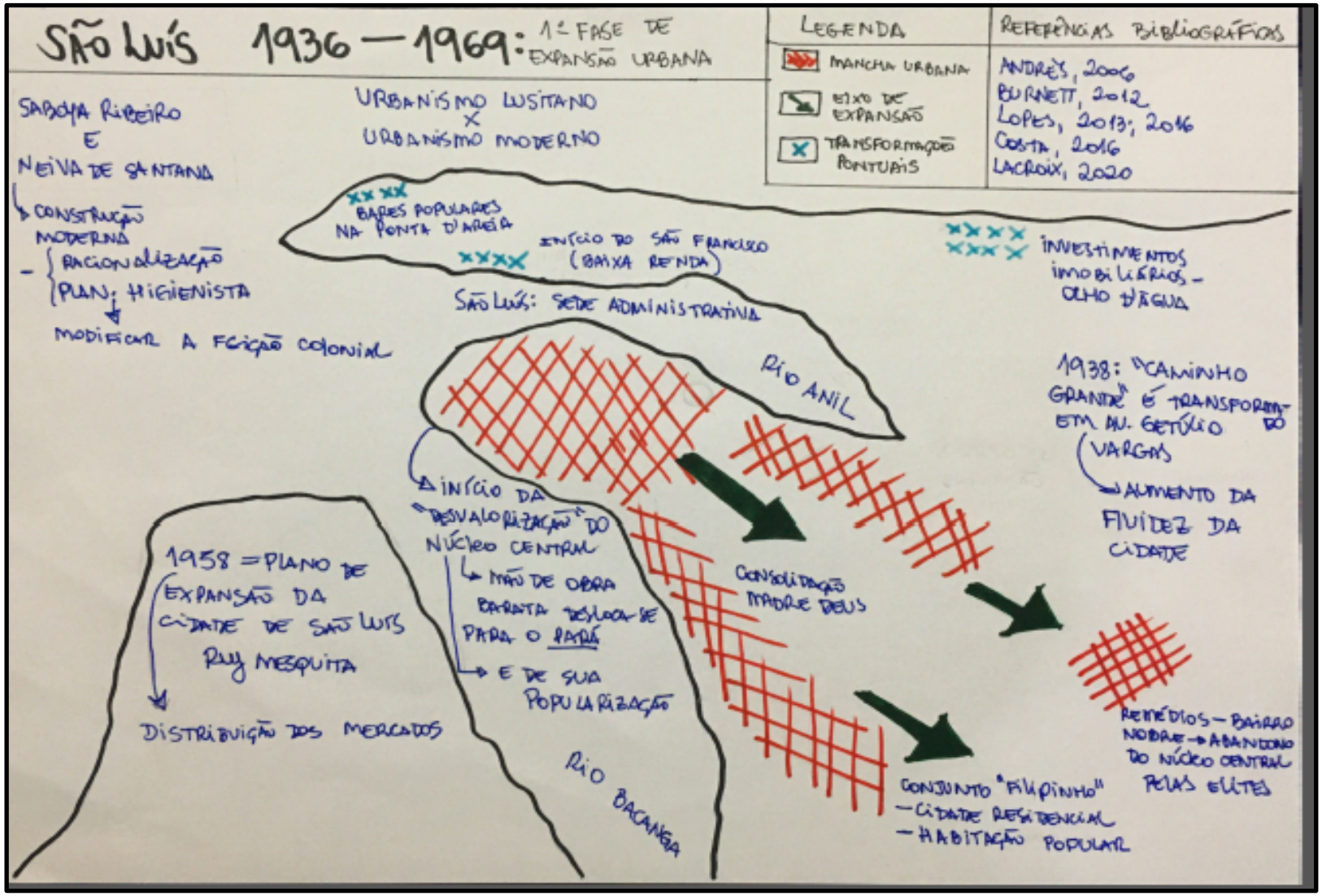
08.11.2023	Tarde/ Noite	Cores do Mará – Anil	Conversa com Lourdes, coordenadora do Projeto Cores do Mará e conversa com grupo de mulheres moradoras do bairro periférico do Anil	Carro
09.11.2023	Manhã	Casa das Mulheres Pretas – Coroadinho	Entrega do livro: Fome e Assistência Alimentar na Pandemia e retorno ao espaço já finalizado pós-reforma	Carro
10.11.2023	Manhã	Neduc – Coroadinho	Entrega do livro: Fome e Assistência Alimentar na Pandemia e conversa sobre as novas moedas de créditos que entram no Coroadinho por meio do Neduc	Carro
11.11.2023	Noite	Coroadinho Liberdade	Observação densa e entrevistas com vendedores de alimentação do circuito inferior da economia urbana	Carro
12.11.2023	Noite	Coroadinho Liberdade	Observação densa e entrevistas com vendedores de alimentação do circuito inferior da economia urbana	Carro
13.11.2023	Manhã	Thaisa – SEDES	Entrega do livro: Fome e Assistência Alimentar na Pandemia e coleta de dados para cartografia dos restaurantes populares e cozinhas comunitárias do Maranhão.	Caminhada
26.03.2024	Manhã/ Tarde	Anjo da Guarda	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Anjo da Guarda	Carro Caminhada
27.03.2024	Manhã/ Tarde	Anjo da Guarda	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Anjo da Guarda	Carro Caminhada
28.03.2024	Noite	Anjo da Guarda	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Anjo da Guarda	Carro Caminhada
29.03.2024	Manhã/ Tarde	Liberdade	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Liberdade	Carro Caminhada
30.03.2024	Manhã/ Tarde	Liberdade	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Liberdade	Carro Caminhada
01.04.2024	Noite	Liberdade	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Liberdade	Carro Caminhada
02.04.2024	Manhã/ Tarde	Liberdade	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Liberdade	Carro Caminhada
03.04.2024	Manhã/ Tarde	Núcleo Central	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Núcleo Central	Carro Caminhada
04.04.2024	Manhã/ Tarde	Núcleo Central	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Núcleo Central	Carro Caminhada
05.04.2024	Manhã/ Tarde	Núcleo Central	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Núcleo Central	Carro Caminhada
05.04.2024	Manhã/ Tarde	Coroadinho	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Coroadinho	Carro Caminhada
06.04.2024	Manhã/ Tarde	Coroadinho	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Coroadinho	Carro Caminhada
07.04.2024	Noite	Coroadinho	Observação e entrevistas mercados, bares e restaurantes Coroadinho	Carro Caminhada
08.04.2024	Manhã/ Tarde	Renascença	Observação mercados, bares e restaurantes Renascença	Carro Caminhada
09.04.2024	Manhã/ Tarde	Renascença – SEDES	Visita Técnica Sedes – Mais Renda e Minha Renda	Carro Caminhada

Elaboração: Antipon, 2018-2024.

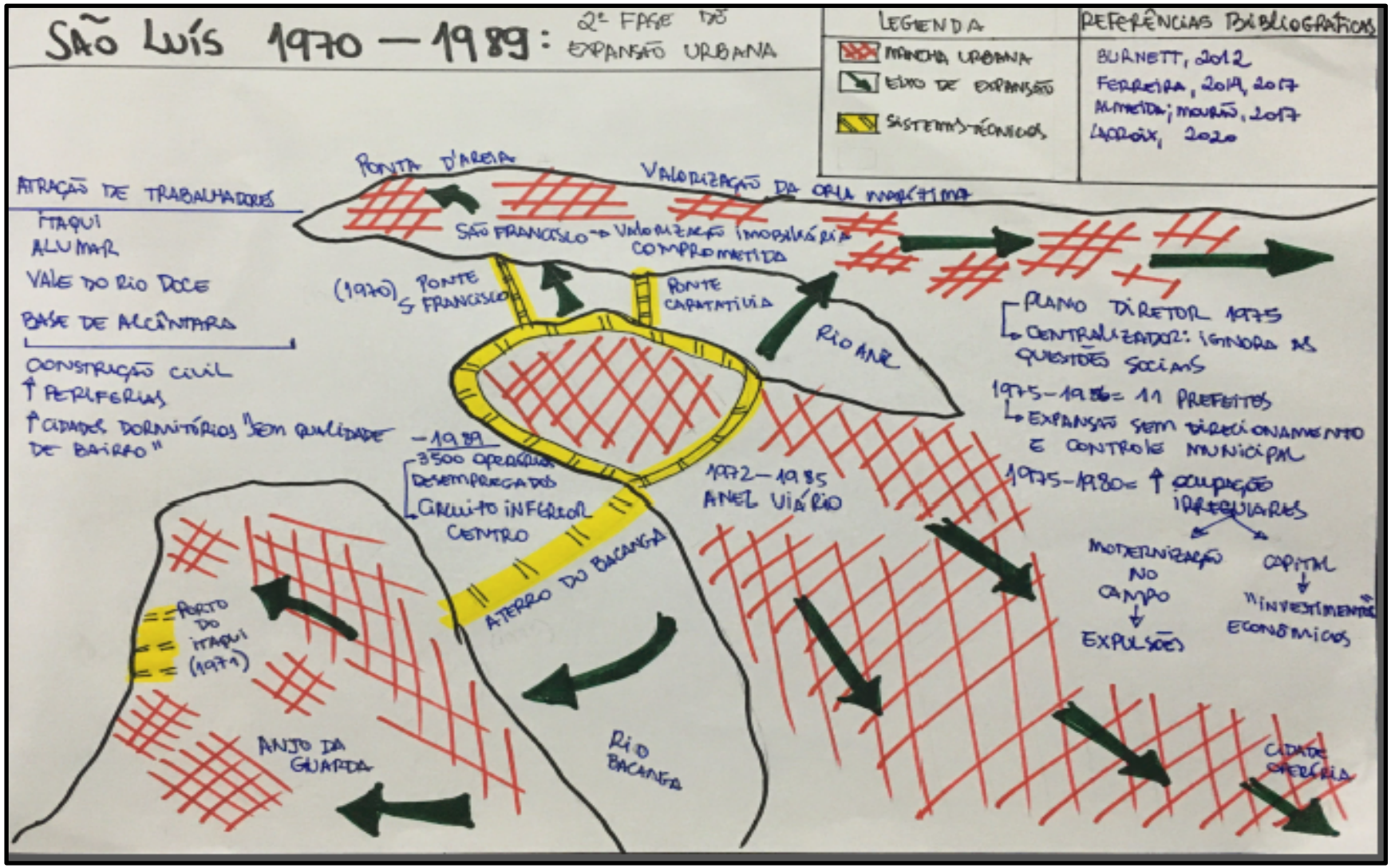
ANEXO 2 – Croquis "Evolução Urbana de São Luís", 1850-1989
(continua)



ANEXO 2 – Croquis "Evolução Urbana de São Luís", 1850-1989 (continuação)



ANEXO 2 – Croquis "Evolução Urbana de São Luís", 1850-1989 (continuação)



Elaboração: Antipon, 2021.

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão (continua)

Relatórios do 1º semestre (em edição fac-similar)
Maranhão - Supervisão 1 (Ma-1)

IBGE

Visto tema 31
26/5

Visto temas
20, 21 e 30
16/17

Relatório Semestral

Equipe – S 1

Supervisora – Maria Alice Fernandes de Paiva
05.003

Pesquisadores - 05.040 - Domingo Lopes Frinta
05.041 - Evanilda Carvalho
05.042 - Maria Helena Cortês
05.044 - Maria do Socorro Praseres
05.043 - Maria Teresa Oliveira
05.045 - Osvaldo Cordeiro

Os Pesquisadores Evanilda Carvalho e Maria Helena Cortês trabalharam nesta Supervisão até a semana 14. A equipe redezziu-se a 4 pesquisadores a partir da semana 15.

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão (continuação)

Seis meses de pesquisa que transcorreram dentro das previsões, pelo menos no que diz respeito à programação, facilidades, dificuldades e amor ao trabalho, no tocante a esta equipe e, creio que, nas demais.

Falar do que foram esses seis meses, iniciais, do ENDEF, torna-se, sem sombra de dúvidas, uma oportunidade para expressarmos todos os sentimentos humanos e funcionais que nos despertou essa pesquisa.

Sendo escolhida para Supervisionar a equipe S-1, passamos 4 semanas trabalhando em diversas áreas da própria capital maranhense, seguindo, depois, para o interior do Estado, mais precisamente, [redacted] - Ma. Com a experiência adquirida no primeiro mês de pesquisa e que, muito embora, tenha sido nos subúrbios e centro da capital, não sentimos muito a diferença nas condições de vida entre os moradores do interior (zona rural) e os dos subúrbios da cidade, havendo, é claro, muitas diversificações nos vários setores da vida, ou seja, as causas que a cidade grande pode oferecer aos habitantes e que as pequenas povoações nem, ao menos, sonham em oferecer aos mesmos.

Considerações Gerais:

[Em sua totalidade, ou quase, as áreas trabalhadas são de difícil acesso] no que tange a transporte ou a comunicação. A radiofônica existe de maneira, ou melhor dizendo em escala exígua; a escrita não tem nem vestígios nessas áreas.]

Tal situação foi frisada, para enfo-

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão (continuação)

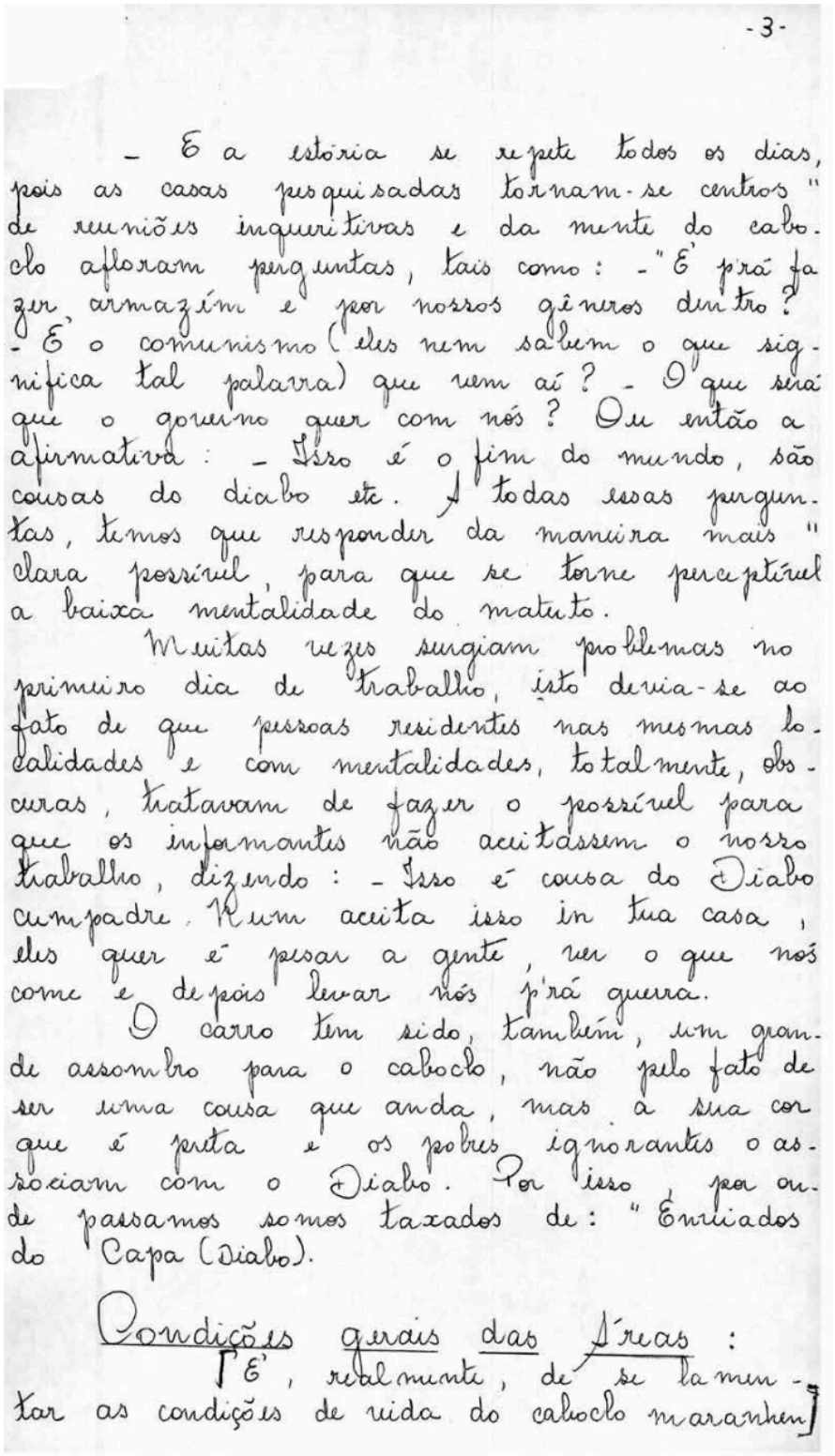
car que, para o melhor andamento de futuras pesquisas, é necessário que se pense de modo mais específico, no que diz respeito a "PROPAGANDA" e. lucidativa ou preparativa, no caso, a nossa. Regina Duarte não chegou aos lares rurais sorrindo, falando e estimulando a dona de casa, como era de supor, isto porque ela é ignota, na grande maioria dos lugares "atingidos" pela pesquisa, onde não há televisão [O "analfabetismo impera e o rádio, quando há, houve-se, apenas, um programa sertanejo]" Debaixo do Cajueiro".] É certo que há propaganda da pesquisa inserida nêle, porém [o caboclo só "SUNTA" para o que diz seu apresentador: brincadeiras, adivinhações que ele engendra.] Sentimos nesse tipo de programa um bom meio, de através seu apresentador, atingir o sertão maranhense.

Primeiro contato:

Tivemos grandes dificuldades, tanto para atingirmos as áreas, como para dialogarmos com os [seus habitantes, que, em sua grande maioria, são, totalmente, analfabetos] porém com muito cuidado, no trato com essas pessoas e procurando, sempre, fazer o possível para dialogar e explicar, às mesmas, a razão do nosso árduo e proveitoso trabalho, graças a Deus conseguimos, sempre, convencê-los a aceitar a nossa pesquisa sem maiores problemas.

Caboclos que andam quilômetros para saberem: - Prá que isso moço?

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão (continuação)



-3-

– E a estória se repete todos os dias, pois as casas pesquisadas tornam-se centros de reuniões inquiritivas e da mente do caboclo afloram perguntas, tais como: – "É p'rá fazer armazém e pôr nossos gêneros dentro? – É o comunismo (eles nem sabem o que significa tal palavra) que vem aí? – O que será que o governo quer com nós? Ou então a afirmativa: – Isso é o fim do mundo, são coisas do diabo etc. A todas essas perguntas, temos que responder da maneira mais "clara possível, para que se torne perceptível a baixa mentalidade do matuto.

Muitas vezes surgiam problemas no primeiro dia de trabalho, isto devia-se ao fato de que pessoas residentes nas mesmas localidades e com mentalidades, totalmente, obscuras, tratavam de fazer o possível para que os informantes não aceitassem o nosso trabalho, dizendo: – Isso é coisa do Diabo cumpadre. Quem aceita isso in tua casa, eles quer é pesar a gente, ver o que nós come e depois levar nós p'rá guerra.

O carro tem sido, também, um grande assombro para o caboclo, não pelo fato de ser uma coisa que anda, mas a sua cor que é preta e os pobres ignorantes o associam com o Diabo. Por isso, por onde passamos somos taxados de: "Enviados do Capa (Diabo).

Condições gerais das Áreas:

É, realmente, de se lamentar as condições de vida do caboclo maranhen

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão (continuação)

Relatórios do 1º semestre (em edição fac-similar)
Maranhão - Supervisão 1 (Ma-1)

IBGE

Como exemplo, vamos citar alguns aspectos da vida cotidiana, nestas áreas da zona rural, por nós presenciados.

a) [[Vida familiar, atividades domésticas e recreativas —— a forma de vida, da grande maioria, das famílias e áreas pesquisadas, pode-se dizer do modo, quase, sedentário, é, extremamente vazia.]]

[[O caboclo tem área restrita de ação até para trabalhar. O cotidiano não muda, repete-se dia a dia no caminho da roça, a conversa de um futuro melhor. Até nos afazeres domésticos, um dia é, quase sempre, igual ao outro. A [fazer comida, quando tem] lavar as poucas peças de roupas, que parecem mais farrapos e passar a vassoura no chão de terra batida, uma vez por dia.]]

[[O único esporte praticado em algumas áreas, é o futebol.]]

[[As oportunidades que as famílias têm de participarem, em conjunto, de festividades, são as comemorações que se fazem, de acordo, com o dia de cada Santo padroeiro dos lugares, ou promessas feitas por moradores.]]

b) [Nível cultural —— todo, ou parte, de conhecimentos, do matuto, foi herdado das gerações passadas e como tal é contaminada de tabus, medo e superstições] A mente do caboclo, não foi, ainda, agraciada, por conhecimentos, realmente, culturais. Na 14ª semana de pesquisa, visitando um determinado domicílio, encontramos um garoto de 9 anos de idade, que se olhando num espelho, de um

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão

dos pesquisadores, dizia não ser ele a pessoa refletida. Era a primeira vez que se mirava em tal objeto, até então, desconhecido.]

[Além disso, [a instrução, ou seja, a aprendizagem é pouca, porque a instrução (quando chega pelo MOBRAL ou MUNICIPAL) é deficiente. Segundo informações, as professoras (principalmente do MOBRAL) dão uma semana de aula e faltam três, e isso tira o resto do estímulo que os alunos, mais avantajadores, possuem.]

[[Através de conversas, com pessoas bem relacionadas dentro de uma área, constatamos que, se o prefeito fosse da ARENA, o pessoal, reconhecidamente, MDB não tinha vez na escola e vice-versa.]]

[c) Atividades econômicas sobre os membros das famílias ——— [as atividades econômicas, dos membros das famílias, estão, geralmente, ligadas à lavoura, que nem sempre chega a ser econômica, em face das inúmeras dificuldades encontradas pelo caboclo: falta de terras, patrões desumanos, falta de uma orientação agrícola etc. Outras, poucas, atividades, existentes, foram: quebradora de côco babaçu e de tucum, pescaria etc.]

[A maioria das famílias] visitadas pela pesquisa, [tiveram sua última plantação perdida, principalmente, aquelas roças feitas em beira de rios, que foram arrazadas pelas enchentes, como é o caso do PARNAÍBA. Foi registrado casos de lavouras estragadas por pragas (Pulgão) e, para o combate às mesmas preferiram usar rezas e benzimentos, embora sem surtir, qualquer, efeito (superstição do povo).]]

(continuação)

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão (continuação)

-6-

[A forma de emprego que vigora, eventualmente, é como diarista ou vaqueiro, isto nas zonas rurais, é óbvio. Nas, poucas, zonas urbanas que pesquisamos, há o lisca tiro; a prostituição e empregada doméstica p/ as mulheres e, ainda, o comércio para ambos os sexos. Em síntese, qual, o desemprego impera de forma alarmante.]

[d) Estado de saúde das famílias e casos específicos de doenças encontradas. Condições de higiene das residências e das áreas — a probabilidade significante de sobrevivência, na maioria das áreas trabalhadas, é auferida por Deus. Vivendo como vivem ao dispor das intemperias, só Deus consegue, na maioria dos casos, mantê-los de pé com a enxada na mão. A[com a alimentação que tem, desprovidos de qualquer medida higiênica, sem assistência médica ou social; bebendo todo tipo de água e comendo o que estiver mais perto da boca, inclusive rato.] Vivendo em casas que não tem "dentro nem fora", muitas vezes, sem qualquer conforto. A favor desse povo (de sua saúde) tem, apenas, o ar despoluído de gás carbônico e a ausência de decibéis elevados. Quando doentes, quase nunca sabem de que e lançam mão de remédios caseiros que são verdadeiras panacéias; a não ser gripe, dor-de-cabeça que são curadas com rapé (inalando), há, também, a ventosa (prisão de ventre) curada com um copo de vidro cheio de ar aquecido, aplicado com a boca do copo " sobre o local suporto, que pode ser no peito, um fuigo ou costas. Outros tipos de doenças

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão

coqueluche, conhecida como "terra braba", sarampo, doença nos olhos (dor do lho), inclusive, lepra.

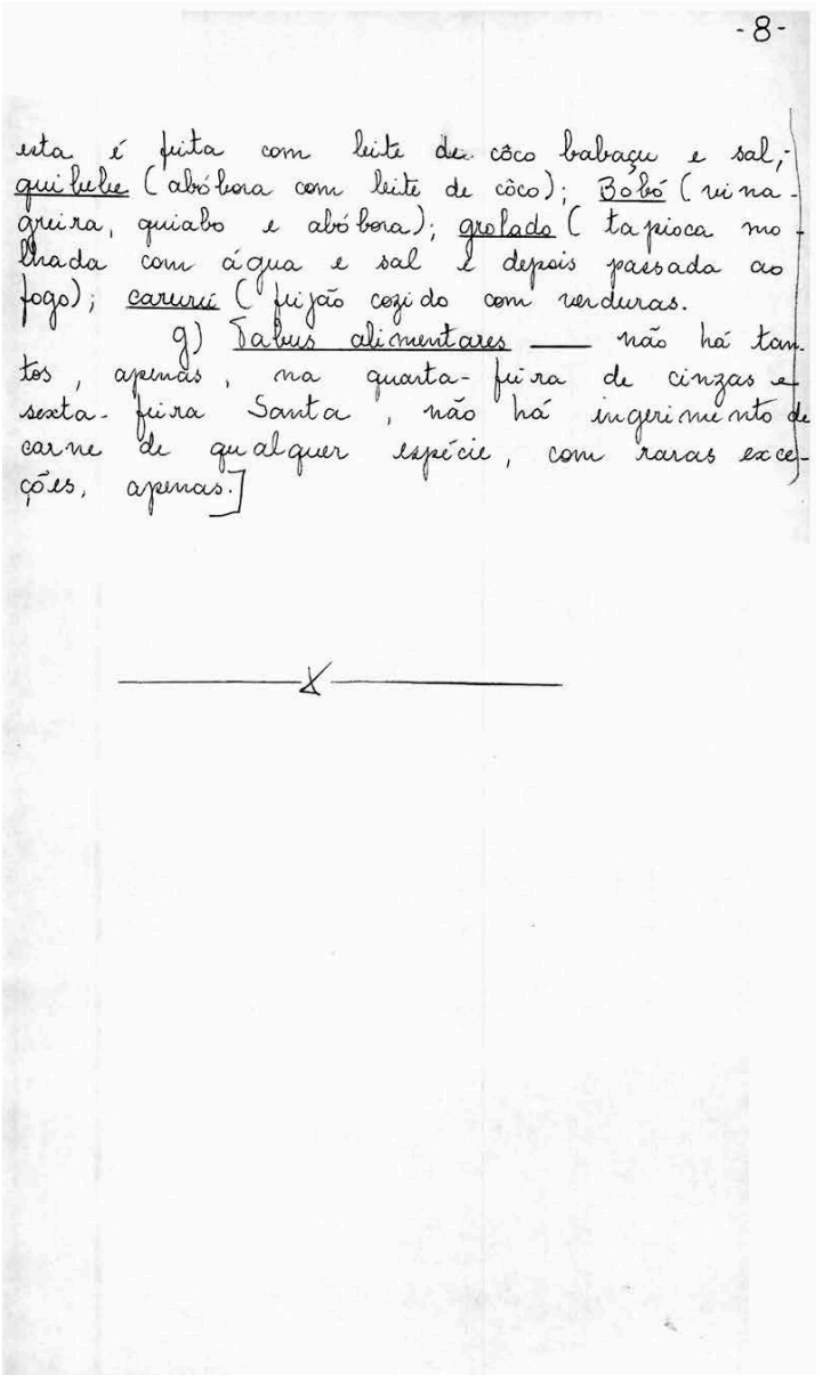
Tudo isso aliado ao baixo nível econômico, faz da vida de grande maioria das famílias locadas nas áreas atingidas por nós, uma labuta sem muita perspectiva de melhores dias futuros, a não ser que surjam colônias agrícolas, no sentido de dar, ao caboclo, uma orientação profícua, conscientização do seu valor dentro do plano de desenvolvimento nacional e, sobre tudo, incentivos para que, enfim, ele possa por em prática toda a gama de conhecimentos recebidos.

A e) Nível de vida baixo," casos extremos" — o poder aquisitivo desse povo, fica muito aquem das necessidades primárias como vestuário e alimentação. As roupas, só são compradas, em época de colheita, isto quando sobra algum dinheiro, pois tem que pagar infindas dívidas acumuladas há meses considerando, que nessa mesma época, o produto decresce de preço e a impossibilidade de venda total pois ele tem que comer, também. Esse auto-consumo dura pouco e os mantimentos começam a ser obtidos por milagre. Esse milagre é o côco babaçu que brado e no fim da tarde ser trocado por querozene, café, açúcar, tudo em proporções precárias, pois o milagre se torna pequeno em face a monopolização do preço pelo comprador local: paga quanto achar por bem.

A (4) Pratos típicos — em baralhado (feijão c/ arroz cozidos, juntos); paçoca de abóbora

(continuação)

ANEXO 3 – Relatório Semestral (ENDEF – 1974/1975) realizado no Maranhão (continuação)



-8-

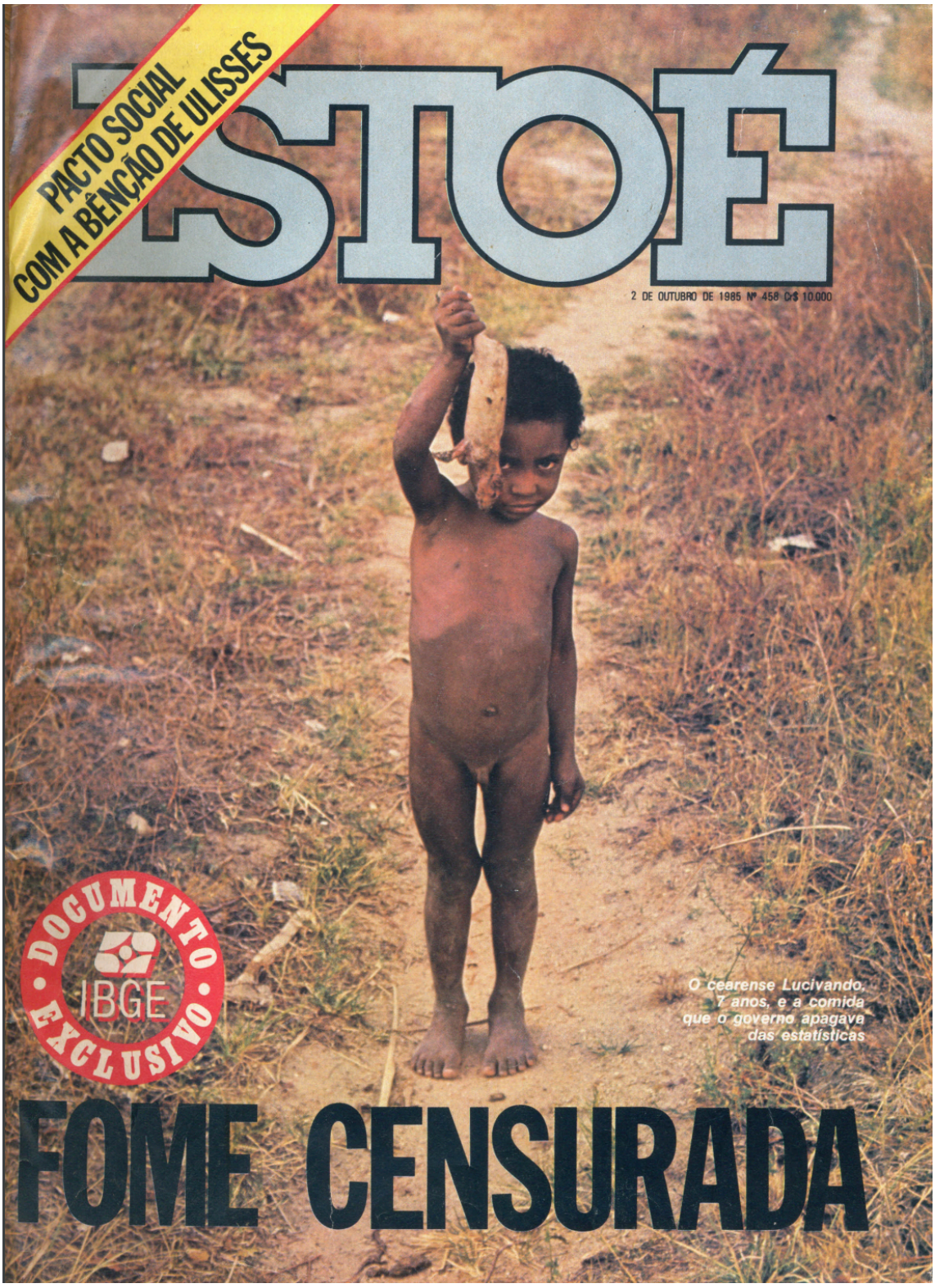
esta é feita com leite de côco babaçu e sal; quibebe (abóbora com leite de côco); Bobó (mandioca, quiabo e abóbora); grolado (tapioca molhada com água e sal e depois passada ao fogo); caruru (fujão cozido com verduras.

g) Tabus alimentares — não há tantos, apenas, na quarta-feira de cinzas e sexta-feira Santa, não há ingerimento de carne de qualquer espécie, com raras exceções, apenas.]

Fonte: IBGE, 2014.

ANEXO 4 – Dossiê na revista *Isto é* sobre a fome no Brasil, 1985

(continua)



ANEXO 4 – Dossiê na revista *Isto É* sobre a fome no Brasil, 1985 (continuação)

SOCIEDADE

Retrato proibido da fome

Mantida em segredo durante onze anos, pesquisa do IBGE revela quadro dramático da miséria do país

O barraco de pau-a-pique de três cômodos onde à noite se estendiam as oito redes dos membros da família de Geraldina Pereira do Couto recebeu uma visita inusitada naquela tarde de meados de 1974. Era um funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciando a dona Geraldina que, entre os milhares de barracos da favela de Pirambu em Fortaleza, ela tinha sido sorteada para entrar no Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef). Tratava-se da maior pesquisa jamais feita sobre alimentação no Brasil. Com um investimento estimado em 20 milhões de dólares, nada menos que 1.200 pesquisadores acompanharam, mediram e pesaram a comida de 55 mil famílias de todos os níveis de renda do país. Dona Geraldina, que então estava com 45 anos e era viúva recente, vivendo com uma pensão de meio salário mínimo deixada pelo marido, quase não tinha o que mostrar para o pesquisador que passou uma semana com sua balança portátil no barraco de Pirambu. Envergonhada, às vezes pedia aos vizinhos alguma comida, para o pesquisador não ir embora sem ter pesado nada o dia inteiro. Os filhos, sete, entre 3 e 13 anos, catavam siris na praia próxima para cozinhar com água e sal. Houve dias, porém, que nem isso havia para pesar.

Situações idênticas foram encontradas na maioria das casas visitadas pelos pesquisadores e descritas minuciosamente em seus relatórios. A soma desses testemunhos, feita pelo coordenador do Endef, Luís Parga Nina, oferece um quadro meticuloso da miséria brasileira em plena temporada do "milagre econômico". Esse trabalho, que Parga Nina considera um dos resultados mais importantes do Endef e do qual foram impressos somente 250 exemplares, permaneceu, no entanto, até esta semana, totalmente desconhecido da opinião pública, mofando nos porões do IBGE – ou convenientemente esquecido pelos poucos cientistas que a ele tiveram acesso. O atual diretor de Censo Demográfico e um dos organizadores do Endef, Maurício Vasconcellos, 33 anos, não tem dúvidas em afirmar: "A divulgação do trabalho era proibida".

ALCYR CAVALCANTI

Noemy e Creuza se reencontram onze anos depois: "Piorou muito"

Não é difícil perceber as razões dessa censura científica. Embora os ex-diretores do IBGE Isaac Kertenetzki e Jessé Montello aleguem apenas "falta de interesse na divulgação" ou "defeitos técnicos", os quatro volumes do *Estudo das informações não estruturadas do Endef e de sua integração com os dados quantificados* – título do trabalho de Parga Nina – estão pontilhados de tragédias cotidianas, como a registrada por um pesquisador em Candeias, na Bahia: "A mulher havia mandado um recado para a supervisora ir até sua casa; lá chegando, encontramos uma mulher chorando. A criança havia morrido de fome. Esse quadro se repetiu outras vezes". E não foi apenas no Nordeste que os pesquisadores anotaram suas observações, que

ANEXO 4 – Dossiê na revista *Isto É* sobre a fome no Brasil, 1985 (continuação)

acabaram sepultadas nos porões do regime. Ao abrir mais essa gaveta da ditadura, ISTOÉ levantou, por exemplo, que onze anos atrás, em Alvorada, no rico Rio Grande do Sul, "as crianças chegavam a comer casca de batata cozida, devido à miséria e à fome". Isso quando não recorriam a recursos extremos para mitigar a fome. "Uma família em Porto Feliz", São Paulo, registram os pesquisadores, "tanta era a fome e o desespero por carne, que eles comiam ratos. Quemos frisar bem que não era preá". Em Goiás, na região de Mossâmedes, um relatório conta que os pesquisadores, ao visitar uma família, verificaram que mãe e filho comiam telha: "Seus dentes acabaram todos", diz o relatório, "restando só cacos". No Ceará, outra equipe registrou: "A alimentação na área é precária. Grande também é o número de pessoas que comem barro, carvão, sabão e outras coisas".

Na análise feita pelo professor Parga Rosa, dos 609 relatórios pessoais no primeiro semestre do Endef, entre os 2.247 itens que abordavam meticulosamente o tópico alimentação, nada menos do que 13% mencionavam uma situação de penúria alimentar. Os itens que mencionam "alimentação boa" não chegam a 9% do total de referências (*ver quadro da página 33*). Penúria alimentar é tecnicamente definida como uma situação em que o entrevistado fala em fome e então o pesquisador detecta seus sinais evidentes. Passados onze anos de silêncio, o panorama não mudou – indício de que o governo federal tornou-se responsável por mais uma década inteira perdida na batalha para melhorar a vida dos brasileiros. Noely Ribeiro Denizot tinha 27 anos e era estudante universitária quando pesquisou para o Endef. "A experiência mudou minha cabeça", afirma hoje, já formada em nutrição e saúde pública. Na semana passada, ela voltou a Campos Elísios, distrito de Caxias, na Baixada Fluminense, para encontrar-se com uma de suas entrevistadas. Creuza Barros da Silva, hoje com 48 anos, Creuza disse que tudo piorou. Seu marido, que era porteiro de prédio, ganhava o suficiente para comprar carne. "Hoje só comemos carne no dia do pagamento, assim mesmo uma coisinha de nada", reclama.

Noely e Creuza encenavam semana passada na vida real a fotonovela que a atriz Regina Duarte – então a "namoradinha do Brasil" – estrelou para divulgar o lançamento do Endef. Além de anúncios na televisão, ela apareceu numa revista com dezesseis páginas, especialmente editada para a ocasião, onde fazia o papel de pesquisadora e explicava os motivos da visita dos funcionários do IBGE. Por coincidência, a novela *Roque Santeiro*, que hoje a tem no papel da viúva Porcina, foi censurada em setembro de 1975, quando acabava a pesquisa do Endef, e só viria a ser liberada agora, mesma época em que a democracia também chegou à administração do IBGE.

Sobre esse seu papel de estrela da fotonovela do IBGE, ela se recorda pouco: "Me lembro que dizia algo como 'Abra sua porta para o IBGE'", explica Regina.

Por sua influência ou não, o fato é que a pesquisa teve um índice de aceitação inusitado – ainda que os resultados tivessem sido tão zelosamente escondidos quanto a presença de Roque Santeiro vivo na cidade imaginária de Asa Branca. Dos 65 mil domicílios selecionados, quase 60 mil aceitaram colaborar com os pesquisadores, fornecendo as 55 mil famílias que figuram na pesquisa. Os dados fabulosos fornecidos por ela continuam, entretanto, subutilizados. Apenas os números básicos, que serviram para calcular as proporções de alimentação no orçamento dos trabalhadores quando o governo resolveu adotar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – em 1979 –, são mencionados nos textos oficiais do IBGE. Entretanto, Maurício Vasconcellos, atual diretor de Censo Demográfico, lembra que seus pesquisadores prepararam um estudo completo, em 1982, relacionando nível de renda com alimentação, onde provavam que, em alguns locais, grupos de trabalhadores com baixo rendimento sobreviviam com níveis de nutrientes abaixo do que a Organização Mundial de Saúde julgava possível para que um ser humano continuasse vivo. Ou seja, há brasileiros que vivem como se estivessem em Bangladesh numa sociedade que exporta computadores e ensaia satélites. Este

Parga Nina (esquerda) coordenou o Endef, que Regina Duarte (abaixo) propagandeou e Paulo Cardoso (acima) executou

LUIZ ANTONIO RIBEIRO

ANEXO 4 – Dossiê na revista *Isto É* sobre a fome no Brasil, 1985 (continuação)

projeto foi apresentado em 1982 para entrar na fila do computador, mas nunca conseguiu uma autorização de algum diretor. Vasconcellos lembra também o caso do francês Patrick François, técnico da FAO, encarregado de acompanhar o Endef, que fez um estudo sobre a situação de desnutrição no Sul do país – e nunca conseguiu que o IBGE sequer mandasse traduzir seu trabalho.

O técnico da FAO, hoje, teria provavelmente que reescrever seu trabalho. A maioria dos pesquisadores que por iniciativa própria ou a convite do IBGE voltaram aos locais onde fizeram entrevistas em 1974 encontrou a situação piorada. "Na época da pesquisa", diz Paulo Guaraci Moraes Cardoso, 33 anos, técnico do IBGE, "encontramos umas pessoas que se alimentavam de lixo. Hoje esse número se multiplicou", argumenta, exibindo como prova o crescimento do aterro sanitário de Brasília, a 34 quilômetros do Palácio do Planalto, entre Ceilândia e Taguatinga, onde milhares de pessoas vão catar comida no meio do lixo – coisa que não acontecia tão acintosamente há 11 anos. Em Candeias, a 60 quilômetros de Salvador, próximo ao pólo industrial de Aratu, onde a equipe do Endef presenciou a morte de uma criança em 1974, não seria difícil ver repetida agora a mesma cena. Dona Maria dos Santos, 31 anos, seis filhos vivos, conta a morte de dois filhos nos últimos dois anos: "Perdi os dois mais novos; a menina, Maísa, morreu de verminose. Edvan morreu em maio deste ano, de desnutrição. Ficou internado oito dias, mas não resistiu". Dona Áurea Evangelista Pimentel, 65 anos, moradora antiga no local, se lembra bem da equipe do IBGE que participou da pesquisa e que assistiu à morte da criança. "Morreu de fome. Era filha de uma pessoa que veio do sertão e não tinha nada", confirma ela. Marlene Vaz, 43 anos, foi coordenadora da região de Candeias na época da realização do Endef e também não se esquece do caso da morte da criança. "Depois de tudo isso, ver que o nosso trabalho não foi aproveitado é de revoltar", protesta Marlene, que atualmente é assessora do delegado regional do IBGE, na Bahia.

Aurea (esquerda) se lembra do menino que morreu durante a pesquisa. Amélia (acima) sobrevive com doação dos vizinhos

A frustração dos que participaram do Endef pela censura ao trabalho é agora praticamente unânime. A começar pelo coordenador, Parga Nina. Embora procure manter-se reservado, ele trai seu desencanto e admite que "este trabalho marcou definitivamente a vida de todos nós". O sonho da turma era participar de um mutirão que ajudasse o Brasil. "Vivemos uma aventura épica", empolga-se Parga Nina, que se desligou do IBGE quando Jessé Montello assumiu sua presidência, em 1979. Agora ele dirige um grupo de ciências sociais na PUC do Rio de Janeiro. E sustenta que, em 1974, "já podíamos afirmar que, pela primeira vez, a fome se configurava como um fenômeno presente na grande maioria dos lares brasileiros". A pesquisa, conforme Parga Nina, revelou um Brasil desconhecido até pelas teorias sociais vigentes e sistematizou, pela primeira vez, os dados relativos ao modo de vida da população pobre. "As revelações mais contundentes dos relatórios", diz ele, "tinham e têm o objetivo de sensibilizar as autoridades para o problema da fome". No Sul do país, numa fazenda de café no Paraná, os pesquisadores registraram que "certos empregados, quando a fome era demasiado forte, no trabalho, eles comiam folhas de café, que tinham gosto de torresmo". Em Santa Catarina, os entrevistadores encontraram uma família esfomeada: "Não tendo do que se alimentar, eles comeram o miolo de uma planta chamada xaxim". Para enganar a fome, as pessoas tomavam água, em diversas partes do país. No Rio de Janeiro, os pesquisadores mostraram que também havia fome. "Ali vivem três pessoas", dizia um relatório, "na mais completa promiscuidade, se alimentando de folha de batata-doce". Em Volta Redonda (RJ), uma família consumia lavagem de porco. Os entrevistadores dão um retrato de uma casa pesquisada em Minas Gerais: "Um domicílio tipo palhoça localizado dentro do matagal, cuja família alimenta-se freqüentemente de talos e folhas de abóboras e chuchus, não possuindo roupas para serem trocadas".

Um dos relatórios mais tocantes, incluído no estudo jamais divulgado de Parga Nina, descreve a situação de dois velhos no distrito de Apoti, pequeno povoado no interior de Pernambuco: "Trabalharam até quando puderam. Não tinham mais a mínima condição de se

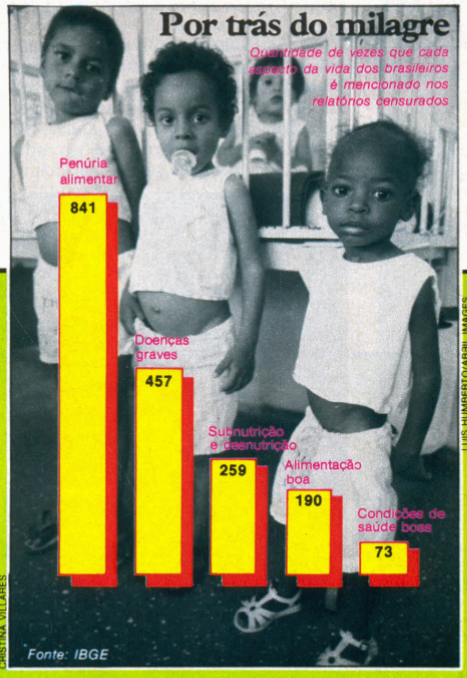
ANEXO 4 – Dossiê na revista *Isto É* sobre a fome no Brasil, 1985 (continuação)

WALTER FIRMO

Maria Marçal e família: dois preás para catorze bocas

manterem em pé, devido à fome. Hoje, esperam a ajuda de Deus e de quem queira fazer caridade". Parga Nina procurou manter até a linguagem dos relatórios, mesmo com erros de português, para conservar a força dos depoimentos. A pesquisadora que trabalhou em Apoti, Maria de Lourdes Feitosa de Almeida, com 45 anos hoje, voltou semana passada ao local, a 64 quilômetros de Recife, na região do Sertão, onde terminou seu trabalho em agosto de 1975. Para ela, "é o mesmo bolsão de pobreza e de miséria onde muita gente ainda morre de fome". Maria de Lourdes pôde, no entanto, encontrar uma mudança positiva: a pensão vitalícia para viúvas, que garante pouco mais de 160 mil cruzeiros ao beneficiado. Amélia Maria da Conceição, 75 anos, não parece concordar. Teve dez filhos, e só três sobreviveram. "Morriam ao nascer dos dentes", lembra ela. Num pequeno cômodo de sua casinha de taipa, sem água encanada ou energia, ela resume sua vida simples: "Sempre passei necessidade". Na verdade, se não fossem os vizinhos, pouco menos miseráveis que ela, Amélia não teria sequer um gole de café ou um pouco de feijão, cozido em água pura.

Mas não são apenas os velhos, que já não podem trabalhar, que passam fome. "Fome não respeita idade", diz um dos relatórios do Ceará. "Dizem que as crianças aqui caçam minhocas para comer no inverno." Tucunduva, distrito de Caucaia, a 40 quilômetros de Fortaleza, pode ser um desses lugares. Eduardo Sérgio de Alencar, 45 anos, assistente técnico do IBGE, participou do Endef como pesquisador e como supervisor depois. Ele identifica Tucunduva como uma das áreas mais miseráveis do Ceará. Na quarta-feira passada, ele voltou. Encontrou as crianças tão esfomeadas quanto antes. Uma família de 14 pessoas tinha dois preás e um punhado de feijão para o almoço. Só trabalham o pai e os dois irmãos mais velhos, de 18 e 16 anos. A mãe, Maria Marçal Alexandre, de 46 anos, diz que os preás são apenas para os mais velhos, que estão trabalhando."Os mais novos a gente põe uma farinhazinha, um açuquinha na boca e só isso." Para a semana a família tinha 6 quilos de feijão e nada mais. Ela diz que com o excesso de chuva o feijão e o milho se perderam. "Tem dia que não tem nada



CRISTINA VILLARES

Duas caras de uma pesquisa

Enquanto a primeira parte das pesquisas do Endef, baseada em dados quantitativos – a pesagem de alimentos consumidos pelas famílias –, foi servir de base para o cálculo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), fator de reajuste dos salários até hoje, a segunda, censurada, é calcada nos dados qualitativos e subjetivos que mais fortemente marcaram os pesquisadores. Trata-se de uma refinada técnica de pesquisa que foge da tradicional tabela de múltipla escolha, onde o pesquisador registra apenas aquilo que lhe mandaram apurar – e fica cego para o ambiente que o cerca.

Nessa parte do trabalho,os pesquisadores tiveram a liberdade de anotar em seus relatórios tudo o que julgassem relevante. O resumo das cenas mais comumente observadas pelos pesquisadores formou um painel tão deprimente que apenas 250 exemplares foram impressos e sua distribuição foi dificultada até para ministros – mesmo aos que, teoricamente, deveriam estar encarregados de sanar a situação. "Foi difícil conseguir um exemplar da pesquisa", lembra agora o ex-ministro da Saúde Paulo de Almeida Machado. Impressionado, o ministro diz que lançou um plano de apoio que teria beneficiado "400 mil agricultores de condições miseráveis". "Mas, quando o João Figueiredo assumiu a Presidência, até mesmo isso foi desativado", lamenta Machado.

LUIS HUMBERTO/ABRIL IMAGES

Machado: mesmo o ministro da Saúde teve dificuldades para ver a pesquisa

ANEXO 4 – Dossiê na revista *Isto É* sobre a fome no Brasil, 1985 (continuação)

para comer", confessa Maria, explicando que mora de favor na fazenda de um proprietário que nem conhece. Ela é a mãe de Lucivando, o garoto de 7 anos que aparece na foto de capa segurando o roedor que lhe dará as proteínas do dia.

"Dá dó na alma", diz Eduardo Sérgio, que é geógrafo, com curso de pós-graduação na Universidade do México. Ele diz que alguns relatórios do Endef falavam até de crianças que se alimentavam algumas vezes de fezes. Maurício Vasconcellos confirma, no Rio, que soube de um relatório de uma pesquisadora que ficou estarrecida quando viu duas crianças brigando pelas suas fezes. Eduardo Sérgio diz que o que viu durante o Endef o fez desacreditar de tudo. Ele agora é hipertenso, procura se manter afastado de política e se dedica ao futebol de salão.

Eduardo foi supervisor do Endef também na favela de Pirambu, onde mora dona Geraldina. Onze anos depois, sua vida não melhorou. Agora tem 56 anos. Sua filha mais velha, Aila, já tem o primeiro neném, de poucos meses, provavelmente na prostituição. Ela mesma já teve outro filho, hoje com 4 anos. Na semana passada houve um imprevisto que piorou sua situação. Roubaram sua carteira, onde estavam os 160 mil cruzeiros da pensão do marido morto. Na quarta-feira não tinha o que comer em casa. Aila voltou a catar siri na praia. Mas, como a saída de toda a favela é a cata na praia, praticamente só restam siris minúsculos. "Só dão um pouco de gosto na água com sal", explica ela. Aila diz que espera completar 18 anos para trabalhar na fábrica de castanha de caju.

LUIZ ANTONIO RIBEIRO

Paulo: festa com a pipoca do lixo

No centro do Brasil, o panorama não é tão diferente do Nordeste. A rotina de Paulo César do Carmo, 11 anos, é acordar às 7 horas, sair do barraco onde mora com a mãe, lavadeira, andar 800 metros e começar a brigar pelos produtos aproveitáveis que são despejados no aterro sanitário de Brasília. Do lixo ele tira latas, papéis e alimento, e pode arrecadar 15 mil cruzeiros por dia. Na quarta-feira ele tirou a sorte grande: encontrou um saco de pipocas, pela metade, no meio do entulho. "Isso aí eu não como nem em dia de festa", dizia com os olhos brilhando.

É impressionante também que os pesquisadores do Endef e seus chefes, gente como Eduardo, de Fortaleza, Maria de Lourdes, de Recife, Paulo Guaraci, de Brasília, e Noely Denizot, do Rio, além do coordenador Parga Nina, tenham sofrido calados por tanto tempo. A censura da parte negra do Endef resistiu à abertura democrática, à anistia, às eleições de 1982, à campanha das diretas, à fundação da Nova República e só foi quebrada numa conversa casual. O silêncio consentido de quem participou do Endef é em parte o resultado da banalização da tragédia alimentar brasileira – escancarada depois da seca que bateu o Nordeste nos últimos cinco anos. Mas há outro ingrediente: quem participa de pesquisas neste país sabe de antemão que elas não servem para grande coisa. É a pequena burocracia em ação, trabalhando para sobreviver tanto nas ditaduras como nas democracias. Para quem vive nela, banal é a censura.

Ricardo Lessa, com sucursais▲

CLÁUDIO VERSIANI

Carlos e Juarez: pouco futuro

Efeitos da desnutrição

Algo que o governo nunca conseguiu censurar sobre as condições de vida dos marginalizados é o retrato que a fome estampa em suas vítimas. Carlos Alberto Costa, 15 anos, lavador de carros e vendedor de bilhetes lotéricos no Mercado Central de Belo Horizonte, fazendo apenas uma refeição por dia, pesa 36 kg e mede 1,60 metro – quando o normal, para uma pessoa bem-alimentada, deveria ser 60,5 kg e 1,76 metro de altura. Quase a mesma sorte de seu amigo Juarez Oliveira, 13 anos e 13,5 kg abaixo do peso que deveria ter segundo as estatísticas médicas. "Quando vou jogar uma pelada, paro logo, porque não agüento correr", diz Alberto. Os dois exibem todos os sintomas irreversíveis de desnutrição, segundo a nutricionista Maria Emília de Souza, da Universidade Federal de Minas Gerais. Primeiro o organismo perde a resistência às doenças. Para compensar a fome, o organismo começa a sugar de si próprio os recursos que deveriam ser usados para fazer o corpo crescer. Detido o crescimento, o organismo vai buscar seu sustento em suas próprias proteínas, tornando os ossos e cartilagens muito frágeis. "Então, se a fome persiste, o cérebro fica definitivamente comprometido e o retardamento mental é inevitável", conclui Maria Emília.

Para a imensa legião de menores abandonados das cidades, existe ainda um agravante, quando se tenta enganar o estômago. "A fome é negra, e quando ela aperta a gente cheira cola", diz Júlio César Oliveira, 13 anos. "Quando a fome volta, a gente cheira de novo e vai tentar descolar comida." Júlio César provavelmente não chegará à idade adulta. Os solventes da cola que eles cheiram anestesiam temporariamente a fome, mas a médio prazo corroem de maneira irreversível o fígado.

Fonte: IBGE (2014).